Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

VI COLÓQUIO BRASILEIRO EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO

ANAIS

27 e 28 DE AGOSTO DE 2012

UNESP

CAMPUS DE MARÍLIA

Ondas Longas em Braudel, Kondratieff, Arrighi e Wallerstein: da Empiria à Teoria

Luiz Eduardo Simões de Souza[1]
Maria de Fatima Silva do Carmo Previdelli[2]

Resumo

A compreensão dos processos histórico-econômicos em flutuações tendenciais de longo prazo é um dos temas mais caros aos estudos em Desenvolvimento Econômico. A concepção das chamadas "ondas longas" por Nikolai Kondratieff, no princípio do século XX, deu à análise dos historiadores econômicos um instrumento de recorte temporal semissecular, sem, contudo, fornecer maiores subsídios teóricos além da observação empírica. Com base no apresentado por N. Kondratieff, vários autores formularam explicações que buscariam solver o fenômeno dos ciclos de cinco décadas. Tais explicações encontraram interessantes resultados na formulação teórica dos Sistemas-Mundo, sobretudo pela influência em tais formulações de concepções braudelianas acerca da dinâmica dos movimentos histórico-econômicos. Assim, o propósito deste artigo é o de apresentar uma comparação entre as interpretações do fenômeno originalmente apontado por Kondratieff das "ondas longas" em dois dos principais teóricos da corrente de análise de sistemas-mundo - Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi - além de uma referência comum a ambos, o historiador Fernand Braudel.

Palavras Chave: Nikolai Kondratieff; Ciclos; História Econômica; Sistemas-Mundo; Giovanni Arrighi; Immanuel Wallerstein; Fernand Braudel; Ondas Longas.

1 Doutor em História Econômica; Universidade Federal de Alagoas; líder do Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE)

2 Doutoranda e Mestra em História Econômica pela Universidade de São Paulo; bolsista do CNPQ e pesquisadora do Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE).

Ondas Longas em Braudel, Kondratieff, Arrighi e Wallerstein: da Empiria à Teoria

Luiz Eduardo Simões de Souza[3]
Maria de Fatima Silva do Carmo Previdelli[4]

Introdução

A compreensão dos processos histórico-econômicos em flutuações tendenciais de longo prazo é um dos temas mais caros aos estudos em Desenvolvimento Econômico. A concepção das chamadas "ondas longas" por Nikolai Kondratieff, no princípio do século XX, deu à análise dos historiadores econômicos um instrumento de recorte temporal semissecular, sem, contudo, fornecer maiores subsídios teóricos além da observação empírica.

Com base no apresentado por N. Kondratieff, vários autores formularam explicações que buscariam solver o fenômeno dos ciclos de cinco décadas. Tais explicações encontraram interessantes resultados na formulação teórica dos Sistemas-Mundo, sobretudo pela influência em tais formulações de concepções braudelianas acerca da dinâmica dos movimentos histórico-econômicos.

Há duas concepções dominantes de Ondas Longas que coexistem no universo de conceitos da Análise de Sistemas-Mundo. São elas: (1) a visão de Nikolai Kondratieff (1892 - 1938), economista russo que descobriu a regularidade no padrão de crescimento da riqueza mundial em caráter semissecular; e (2) a visão de Fernand Braudel (1902 - 1985), historiador francês que apresentou em sua obra *O Mediterrâneo (1949)* uma concepção de desenvolvimento histórico dada

3 Doutor em História Econômica; Universidade Federal de Alagoas; líder do Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE)
4 Doutoranda e Mestra em História Econômica pela Universidade de São Paulo; bolsista do CNPQ e pesquisadora do Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE).

em três ritmos, quais sejam, referentes a ondas “quase imóveis”, longas e breves, as quais estariam ligadas à organização da vida material das sociedades.

Para Kondratieff, as ondas longas seriam determinadas pelo emprego de tecnologia nova ou pela mudança na dotação de recursos econômicos, como a descoberta de jazidas de ouro, por exemplo. Para Braudel, as ondas longas estariam ligadas à permanência de estruturas cotidianas da vida material, como a troca e o tempo das transações mercantis básicas das sociedades, assim como a estruturação da divisão do trabalho e as formas de Governo e Estado vigentes.

As ondas longas determinam, dentro da análise de Sistemas-Mundo, a extensão de um período hegemônico. Ou seja, dentro da análise de Sistemas-Mundo, novamente, ambas as visões anteriormente citadas são contempladas, e integradas.

Assim, o propósito deste artigo é o de apresentar uma breve comparação entre as interpretações do fenômeno originalmente apontado por Kondratieff das "ondas longas" em dois dos principais teóricos da corrente de análise de sistemas-mundo - Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi - além de uma referência comum a ambos, o historiador Fernand Braudel. Tal comparação tem duplo objetivo: (1) estabelecer algumas das influências de Kondratieff e Braudel em Arrighi e Wallerstein sobre o tema das ondas longas; (2) suscitar o debate sobre o tema, o qual em nosso ver incorrerá em maior precisão conceitual em futuras abordagens na análise de Sistemas-Mundo.

Dessa forma, este artigo está organizado da seguinte maneira: a esta introdução, seguem-se seções abordando a visão das ondas longas em Kondratieff, Braudel, Arrighi e Wallerstein, respectivamente. Para o desenvolvimento dessas seções, foi utilizada deliberadamente a obra ou conjunto de obras em que o autor em questão fez uso conceitual da noção de Ondas Longas. Uma seção final de considerações finais apresenta algumas identidades, divergências e possibilidades de debates futuros.

As Ondas Longas de Kondratieff

As atividades econômicas, reconhecidamente, possuem um caráter de fluxo circular, cujas regularidades obedecem a fatores externos à economia (sazonalidades climáticas, por exemplo), a fatores ligados ao uso de tecnologia, às variações demográficas, à eficiência dos fatores produtivos, à oferta e demanda creditícia e à taxa de lucro. Em sua obra, Business Cycles (1939), J. A. Schumpeter define as fases dos ciclos econômicos – ascensão, recessão, depressão e recuperação. São conhecidas também as contribuições de Wesley C. Mitchell e Stanley Jevons sobre o tema.

A contribuição mais marcante à teoria de ciclos econômicos na primeira metade do século XX seria a de Nikolai Kondratieff, economista russo, que participou do primeiro programa de planejamento econômico após a Revolução de 1917, a NEP (Nova Economia Política), estudando as condições da agricultura russa para os anos 1920. Não se sabe ao certo a efetividade ou a influência de Kondratieff no planejamento econômico da U.R.S.S, pois nos anos 1930, Kondratieff entrou em atrito com a burocracia stalinista e terminou morrendo em um campo de prisioneiros soviético, em 1939. Mas não sem antes lançar um texto que chegaria ao ocidente na mesma década (KONDRATIEFF, 1935), o qual lançaria um interessante quebra-cabeças aos economistas e analistas da história econômica mundial em geral: como se comportaria a economia mundial, em nível agregado, no longo prazo?

Kondratieff, ao estudar as flutuações de longo prazo do produto agregado de diversas regiões, em uma iniciativa que seria somente retomada em amplitude após a Segunda Guerra Mundial, pela ONU, e mais particularmente por Simon Kuznets, descobriu o que chamou de uma regularidade próxima à semissecular, observada em grandes agregados econômicos. Tomando como limite inicial a segunda metade do século XVIII, Kondratieff apontou a incidência de ondas longas no crescimento do produto, as quais formariam ondas de prosperidade, estagnação, depressão e recuperação até o início do século XX.

Ao analisar os pontos críticos das flutuações apontadas, cotejando-os com eventos históricos que afetariam aspectos da economia mundial em caráter estrutural – disponibilidade ou escassez de recursos, movimentos demográficos de larga escala, ou inovações tecnológicas aplicadas extensivamente – Kondratieff atribuiu suas causas aos seguintes fatores: (1) mudanças tecnológicas, (2) guerras e revoluções, (3) a abertura e o surgimento de novos mercados na economia internacional e (4) a descoberta de novas minas e o aumento na produção de metais preciosos, especialmente o our o (KONDRATIEFF: 1935, p. 116).

As colocações de Kondratieff sobre a economia mundial foram recuperadas periodicamente ao longo do século XX, através de questões primeiramente citadas por Schumpeter (1939), mas posteriormente também em primazia pelo marxismo ocidental – nas quais se destacam as questões levantadas por Paul Sweezy (1962) e Ernest Mandel (1976) - e pela historiografia econômica circundante ao pensamento de Fernand Braudel.

As Ondas Longas em Braudel

As ondas longas fazem parte de um arcabouço conceitual mais amplo na obra de Fernand Braudel. Elas se integram com a ideia de "longa duração", sendo frequentemente confundidas. Cabe, então, diferenciá-las.

Braudel utilizou o conceito de longa duração pela primeira vez em sua tese de doutorado, em 1949. O texto intitulado *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* fez uma abordagem inovadora dos eventos históricos utilizando o tempo quase geológico de movimentos muito lentos, que determinariam estruturas quase imóveis na vida humana.

Em texto posterior, cerca de dez anos depois, denominado *A Longa Duração*, Braudel (1972, p. 21) expôs com maiores detalhes o conceito em oposição ao tempo breve do episódio, cujas oscilações ele descreve como nervosas, rápidas e que estariam relacionadas com a história tradicional. Em oposição a esta e também ao que denomina de história conjuntural, ter-se-ia a história "quase imóvel", cujo objeto de estudo seriam os fenômenos extremamente longos como a história do homem em relação ao seu meio (pano de fundo da tese sobre o Mundo Mediterrâneo).

Braudel admite três tempos históricos: o breve ou factual, o médio ou conjuntural, e a longa duração ou estrutural. A história que se preocupa com o estrutural busca estudar os sistemas que regem as relações do homem com o seu meio material. É no interior dessas longas fases que ele identifica a existência de *ciclos longos conjunturais*. Estes seriam as ondas longas. Os sistemas ou estruturas estariam em um nível acima das conjunturas, dos ciclos e interciclos de duração semissecular, e estas estariam num outro nível superior ao dos eventos de periodicidade curta, de 5, 10 ou 20 anos.

Assim, as ondas longas braudelianas pertenceriam à estrutura, ou seja à vida material humana. Nela, estão comportadas não apenas as relações produtivas, mas também aquilo que permeia o processo de produção de riqueza, sem contudo compô-lo. Estariam, portanto nos comportamentos ligados às noções de tempo, abundância e escassez, riqueza e pobreza, naquilo que teriam de relativo, ou seja, naquilo que é socialmente definido em cada época. É importante notar-se como, apesar de não constituir "longa duração", o conceito braudeliano de onda longa extrapola as limitações impostas não apenas por Nikolai Kondratieff, mas também pelos economistas em geral, que relegam a flutuação da economia à observação simples da evolução do produto.

Nas palavras de Braudel (1972, p. 21):

> "uma estrutura é indubitavelmente um agrupamento, uma arquitetura; ainda mais, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações (...) todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentando-se como limites (...)"

e a longa duração seria o cenário temporal em que estas estruturas se desenrolam. Nela, as ondas longas da vida material se sobreporiam, dando forma, em mudanças lentíssimas, às matrizes que marcariam os movimentos observados na superfície da conjuntura.

Arrighi e as Ondas Longas

Em sua obra O Longo Século XX, Giovanni Arrighi aponta para a existência, na história universal, de ciclos de 150 a 200 anos que são caracterizados por uma forte concentração de capital numa região geográfica que exerce a hegemonia sobre o sistema mundial de seu tempo (ARRIGHI, 1996). Neste caso, o movimento hegemônico teria partido da transferência do capitalismo genovês (século XVI) para o capitalismo holandês (século XVII), seguindo com a mudança para o capitalismo inglês (séculos XVIII e XIX) e finalmente para o capitalismo norte americano (século XX). Segundo observa o autor, todas essas passagens foram acompanhadas de profundas crises financeiras, ao mesmo tempo em que os modelos hegemônicos financeiros se faziam acompanhar de seu poderio bélico.

O autor considera que os ciclos de acumulação sempre foram capitaneados pelas altas finanças, categoria fundamental para Arrighi, responsável, em última instância, pela direção do sistema capitalista (ARRIGHI, 1996, p IX).

> "Nesse esquema, o capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna. Ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. Elas são aspectos integrantes da destruição recorrente de "antigos" regimes e da criação simultânea de "novos"."

As etapas de constituição desses ciclos foram assim definidas por Arrighi :

(1) a existência de uma acumulação anterior que se esgota pela impossibilidade da expansão indefinida do comércio sem uma queda de rentabilidade;
(2) neste período, surgem grandes excedentes de capital financeiro não aplicado na expansão comercial ou industrial que geram uma euforia de bem-estar e progresso material baseado no consumo e no estilo de vida;
(3) a busca de uma nova oportunidade de expansão do investimento, por meio de novas zonas ou vias comerciais, para onde tende a reorientar-se e concentrar-se o capital financeiro através de uma transferência ou emigração de investimentos;
(4) a iniciação de um ciclo de acumulação novo que deverá esgotar-se após a expansão territorial do Estado e/ou das empresas-chaves do novo centro de acumulação; (5) esta expansão territorial é viabilizada pela externalização de seus custos militares que deverão ser pagos pelas próprias operações de expansão.

Há que se realçar um outro aspecto da obra de Arrighi no tocante à formulação de teorias sobre os movimentos na economia mundial, no caso dos sistemas-mundo, este de caráter metodológico, Ao analisar tais movimentos, Arrighi compõe blocos de países, ou unidades territoriais, perfazendo grandes grupos agregados, que se unem por um critério teoricamente preestabelecido, Tal procedimento, que aparece de maneira bastante clara não apenas em obras de Arrighi como *O Longo Século XX*, mas também em antologias de artigos, como *A Ilusão do Desenvolvimento*, constitui caráter de aproximação com a metodologia originalmente apresentada por Nikolai Kondratieff em seu artigo.

À inferência mais ou menos truísta de admitir-se a identidade de metodologias como algo pertinente à análise econômica empírica em si, replicamos com o argumento de que Kondratieff e Arrighi realizam uma agregação de fontes originais de dados, trabalhando sempre em pelo menos um nível de antecedência ao dado "puro", ou desagregado, o que caminha no sentido oposto ao da grande maioria das análises empíricas realizadas em economia aplicada.

A perspectiva de Arrighi também é tributária, até certo ponto, das concepções de longa duração e de ondas longas de Fernand Braudel. Para Braudel, a história universal se daria na composição de diversas ondas, de diferentes durações, com diferentes "tempos", nos quais as transformações econômicas de longo prazo se dariam na base de ondas mais estreitas e de maior visibilidade aos analistas, como as mudanças políticas, culturais e sociais (BRAUDEL:1985).

Ao observar a história universal a partir da afirmação de modos de produção, em suas distintas variedades, mas com alguns elementos característicos comuns, Arrighi vê na afirmação do poder estadunidense – o último ciclo sistêmico de sua análise – a consolidação de uma variedade específica do modo de produção capitalista. Mais do que os eventos, como marcos divisórios, Arrighi identifica um movimento de longa duração, qual seja a transformação do modo capitalista de produção, em meio a antíteses e alternativas presentes em diferentes momentos do século XX (no caso).

Wallerstein e as Ondas Longas

Immanuel Wallerstein, em *World-Systems Analysis: an Introduction* (2004: p. 31), aponta um problema nas ondas de Kondratieff: estas não teriam uma regularidade que as caracterizaria como ciclos em caráter intensivo. A mudança de parâmetros estruturantes do Sistema-Mundo impediria o retorno das condições produtivas iniciais, ao final da fase do ciclo. As mudanças que permitiriam a sobrevida de um padrão acumulativo no curto e médio prazos comprometeriam suas condições no longo, estabelecendo uma tendência secular.

Tal tendência, ou padrão secular, para Wallerstein, dadas as condições do Capitalismo histórico, dificilmente teriam sustentação em caráter ascendente ao infinito. É importante notar o

quanto essa observação é muito próxima do conceito de “história quase imóvel” de Braudel.

A esse propósito, Wallerstein propõe três temporalidades, a saber: a longa duração, do moderno sistema-mundo; o padrão ou tendência secular e os ritmos cíclicos desse sistema; e os momentos de transição (WALLERSTEIN, 1980: p. 271). A longa duração seria o lugar em que se estabeleceriam as contradições que caracterizariam os ritmos cíclicos[5]. As tendências seculares caminhariam para seu próprio esgotamento, dada a impossibilidade de se reproduzirem ao infinito, o que afetaria a capacidade de expansão do moderno sistema-mundo, os limites de exploração dos recursos humanos e naturais disponíveis, assim como o acirramento da luta de classes, permitindo o surgimento e fortalecimento de forças anti-sistêmicas, que o conduziriam à crise e eventual superação.

Nesse sentido, de fato, há uma incorporação não esquemática da perspectiva marxista do papel da crise em um sistema-mundo. Nela, as crises teriam o papel de, enquanto pontos críticos dos ciclos, pontos de inflexão das ondas, permitir a reestruturação do sistema, até seu esgotamento final, por meio do acirramento insolúvel das contradições nele presentes em sua longa duração.

Considerações Finais

De modo geral, uma concepção abrangente das ondas longas que integrasse a visão dos quatro autores apresentados neste artigo comportaria a definição de que estas seriam os movimentos de longa duração no desenvolvimento da vida material das sociedades. Consistindo flutuações de longo prazo e perfazendo movimentos de aproximadamente cinquenta anos, as ondas longas representam o uso de determinada técnica ou tecnologia, o movimento de uma determinada dotação de fatores produtivos, ou o emprego de uma forma de organização específica da produção, a qual engloba também todo um conjunto de ritos sociais e comportamentos ligados à vida material em si.

Posto este caráter comum, o qual não é um denominador comum senão pelas visões de Arrighi e Wallerstein, ou seja, da perspectiva de análise de sistemas-mundo, há os seguintes pontos de discussão:

1. O caráter agregado, ou a forma como Nikolai Kondratieff elaborou a massa crítica de dados

5 Wallerstein, 1980: p. 278.

que lhe permitiu observar as ondas longas aproxima-se mais da visão de sistemas-mundo do que da visão clássica[6] estabelecida sobre os ciclos econômicos, o que aparece mais explicitamente em Arrighi do que em Wallerstein.

2. Há uma crítica aberta de Wallerstein à visão consolidada a respeito das ondas longas de Kondratieff, a qual Wallerstein contrapõe uma dupla temporalidade, inspirada em Braudel, na qual se dariam ondas longas e a longa, quase imóvel, duração. Arrighi também coloca as observações empíricas de Kondratieff sob a perspectiva dos movimentos históricos, recorrendo também à crítica que Braudel faz a uma visão esquemática e deshistorizada do marxismo.
3. A perspectiva analítica de sistemas-mundo parece adentrar com maior profundidade no entendimento da natureza intrínseca, causalidade e efeitos dos ciclos (ou ondas) do que a teoria econômica clássica sobre o assunto. À simples explicação binária do tipo causa-efeito, tanto Wallerstein quanto Arrighi contrapõem a necessidade de observância de dimensões múltiplas da história, para além da verificação empírica do comportamento de variáveis estipuladas, elas mesmas, em caráter temporal e histórico, mas em muitas ocasiões, desmemoriadas dessa condição.

6 Para um exemplo de tal visão, veja-se MADDISON (1991), em especial o capítulo 4.

Bibliografia

ARRIGHI, G. *A Ilusão do Desenvolvimento.* Petrópolis: Vozes, 1998.

ARRIGHI, G. *O Longo Século XX.* São Paulo: Unesp, 1996.

BRAUDEL, F. *História e Ciências Sociais.* 4ª.Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

BRAUDEL, F. *La Dinámica del Capitalismo.* Ciudad del Mexico: Fondo de Cultura Económico, 1985 (1976).

KONDRATIEFF, N. The Long Waves in Economic Life. The Review of Economic Statistics, Volume XVII, No. 6, novembro de 1935 (1926), pp. 105 – 115.

MADDISON, A. *Dynamic Forces in Capitalist Development.* New York: Oxford University Press, 1991.

MANDEL, E. *The Long Waves in Capitalist Development: a marxist interpretation.* New York: Verso, Revised edition, 1995 (1980).

SCHUMPETER, J. A. *Business Cycles.* Cambridge: Cambridge University Press, 1990 (1937).

SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista.* Sao Paulo: Abril Cultural, 1982 (1962).

WALLERSTEIN, I. The Capitalist World-Economy. Cambridge: Cambridge University Press, 2d. edition, 1980 (1979).

WALLERSTEIN, I. *World-System Analysis: an introduction.* 1995. Durham and London: Duke University Press, 2004.

Notas comparativas sobre o papel da Tecnologia em Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein

Rafael Aubert de Araujo Barros[1]

Luiz Eduardo Simões de Souza[2]

Resumo

Qual o papel da tecnologia na perspectiva de Sistemas-Mundo? Esta é a pergunta que fica como pano de fundo neste exercício metodológico de comparação entre as visões de Arrighi e Wallerstein sobre a tecnologia como "técnica", como "saber-fazer", como "insumo" e como processo de formação e consolidação cultural nas sociedades que compõem o sistema mundial. Um dos objetivos primeiros dessas notas é ir além de uma primeira diferenciação entre os dois autores a partir de suas perspectivas formativas e da influência que estas teriam em suas visões – Arrighi, economista, tenderia a apresentar uma visão mais instrumentalizada da tecnologia dentro da análise de sistemas-mundo, enquanto Wallerstein, cientista social, teria um olhar mais processual e cultural sobre o tema. Há, também, aspectos em comum, como as influências schumpeterianas e braudelianas acerca do desenvolvimento. Existiriam aspectos de complementaridade entre Wallerstein e Arrighi, como na questão dos "saltos" tecnológicos, e sua relação com as transições ou períodos de caos sistêmico, por exemplo?

Palavras-Chave: Economia Política de Sistemas-Mundo; Tecnologia; Immanuel Wallerstein; Fernand Braudel; Giovanni Arrighi; Joseph Alois Schumpeter.

1 Graduando em Economia pela Universidade Federal de Alagoas.

2 Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

Introdução

O conceito de tecnologia nas Ciências Sociais é algo tão amplo quanto controverso. Ao reduzir o escopo de análise para a Economia Política, há um número razoável de linhas que incorporam a tecnologia em seus padrões de análise, indo desde a definição desta como mero fator produtivo, até o papel de elemento transformador das relações produtivas.

Sob a óptica da análise histórico-econômica, ou seja, da interface multidisciplinar entre História e Economia, essa mesma distribuição se reproduz, com a ressalva de que ela se dá em seus extremos. Assim, há historiadores econômicos que entendem a tecnologia como um mero componente do processo produtivo, afetando, através de técnicas, métodos e procedimentos, a produtividade dos fatores; e há os que apreendem a tecnologia como elemento organizador das relações produtivas, juntamente com aspectos como a estrutura de classes, etc. O leque é, assim, também amplo.

Isto posto, cabe a seguinte pergunta: qual o papel da tecnologia na perspectiva de Sistemas-Mundo? Ao analisar a consolidação e esfacelamento de estruturas hegemônicas, que, em função dessa natureza impermanente obedecem aos chamados "ciclos hegemônicos", qual seria o papel de uma outra impermanência, qual seja a do engenho humano aplicado na otimização dos processos produtivos e na dinâmica das inovações? Partindo-se do pressuposto de que, na visão de Sistemas-Mundo, existiriam mais elementos de concordância entre seus formuladores do que divergências quanto ao cerne da teoria, quais seriam alguns dos elementos comuns entre tais formuladores? E, tão importante quanto às concordâncias, em que eles divergiriam? Não poderia ser a tecnologia, mais precisamente a inovação, também, um termo de erro, o qual poderia conduzir os ciclos ao caos sistêmico? Seria a tecnologia um elemento de afirmação ou de questionamento de uma ordem hegemônica?

Com o intento de buscar algumas respostas a tais perguntas – e, talvez, gerar outras perguntas não menos pertinentes – propõe-se este exercício metodológico de comparação entre as visões de Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein sobre a tecnologia como "técnica", como "saber-fazer", como "insumo" e como processo de formação e consolidação cultural nas sociedades que compõem o sistema mundial. Que

diriam dois dos principais autores da análise de sistemas-mundo sobre o papel da tecnologia em sua teoria?

Giovanni Arrighi: Costume, Rotina e Inovação.

No processo de análise de sistemas mundo, para Arrighi, há uma forma costumeira que em o sistema, dada sua divisão do trabalho, opera. É um conjunto de atividade e configurações que são realizadas repetidamente e cuja efetuação é feita sem grandes alterações. Assim, os trabalhadores e capitalistas fazem com que haja certo grau de consistência na cadeia produtiva, utilizando-se da noção de Schumpeter do "fluxo circular da vida econômica". Arrighi afirma que:

> "Como todos os sistemas sociais anteriores, o capitalismo se apresenta em certo tipo de ordem costumeira, na qual os atores políticos, econômicos e sociais se desenvolvem e se comportam de acordo com as regras e normas que asseguram a continuidade do 'fluxo circular da vida econômica'." (Arrighi, G. Ilusão do desenvolvimento, 1997, P.19)

Desse modo, o autor explicita as rotinas do sistema que se formam de um conjunto de costumes, e que é acentuada nas vidas dos agentes envolvidos no sistema Interempresas. É dentro do arcabouço de atividades estabelecidas que as combinações insumo-produto passam pelos seus estágios de implantação, com um período de "lucros extraordinários" que passa, ao atingir sua completa disseminação dentro do próprio sistema, a ser levado a se acomodar como um costume já incorporado.

É no âmbito do processo circular da economia que Arrighi, seguindo a linha de Schumpeter, coloca o processo de inovação e de geração de um ambiente econômico com estrutura idêntica mas com um diferenciais de coeficientes de produção, dando ao empreendedor o incentivo de ficar com uma margem maior do excedente. O próprio sistema pela premissa de acumulação de capital incessante faz com que seus atores busquem incessantemente uma nova forma insumo-produto que ultrapasse a anterior, de modo a economizar tempo e insumo; assim como criar novos segmentos de mercado, de maneira tal que a inovação e a tecnologia, assim como novas formas organizacionais, façam parte de um todo que visa à perpetuação do processo acumulativo e, por conseguinte do sistema mundo capitalista como um todo.

A noção de uma novo segmento de mercado, levando à geração de novos lucros remete aos autores clássicos, Entretanto, é no modo como Schumpeter observa e

categoriza a inovação que Arrighi emprega em sua análise no moderno sistema mundo uma ordem em três estágios. O primeiro trata se da recuperação do ultimo estado de crise quando para superar o caos sistêmico formam-se alianças e cooperações que geram vantagens concorrenciais que novamente dão impulso à concentração de capitais. Em ultima instância a nova fase de cooperação leva a estabilização temporária da economia mundial, que dão incentivos a novas buscas por melhores combinações de insumo produto, Arrighi expõe o primeiro estágio como:

> "No primeiro estágio, a melhoria das condições econômicas que normalmente resulta do estabelecimento de relações mais estáveis de cooperação e complementaridade no sistema interempresas tende a gerar tanto os meios quanto o incentivo para introduzir novas combinações insumo-produto." (Arrighi, G. *Ilusão do desenvolvimento,* 1997, P.23).

Nesse ponto cabe explicitar a importância do setor creditício no desenrolar do progresso tecnológico que, em um ambiente econômico favorável, é expandido dando aos empreendedores uma maior facilidade de acesso a recursos que são empregados no desenvolvimento de novas combinações de insumo-produto. Arrighi ainda acrescenta ao sistema creditício a função de exercer o controle de fato sobre o sentido das inovações tecnológicas na produção.

O segundo estágio é caracterizado pela concentração e eliminação de empresas cujo processo competitivo exigia a manutenção da posição de vanguarda do rearranjo das combinação de insumo-produto, mas que não foram capazes de fazê-lo. Desse modo, começa um processo de volta a competição, já mostrando sinais de forças que guiam o movimento que Arrighi caracteriza como pendular entre cooperação e concorrência. As forças que movimentam o "pêndulo" econômico estão sempre voltadas ao processo de acumulação de capital que ,para não resultar em um colapso, passam de cooperação vantajosa à competição pela melhor eficiência no processo produtivo. Assim Arrighi define seu segundo período da análise da inovação sobre o sistema-mundo:

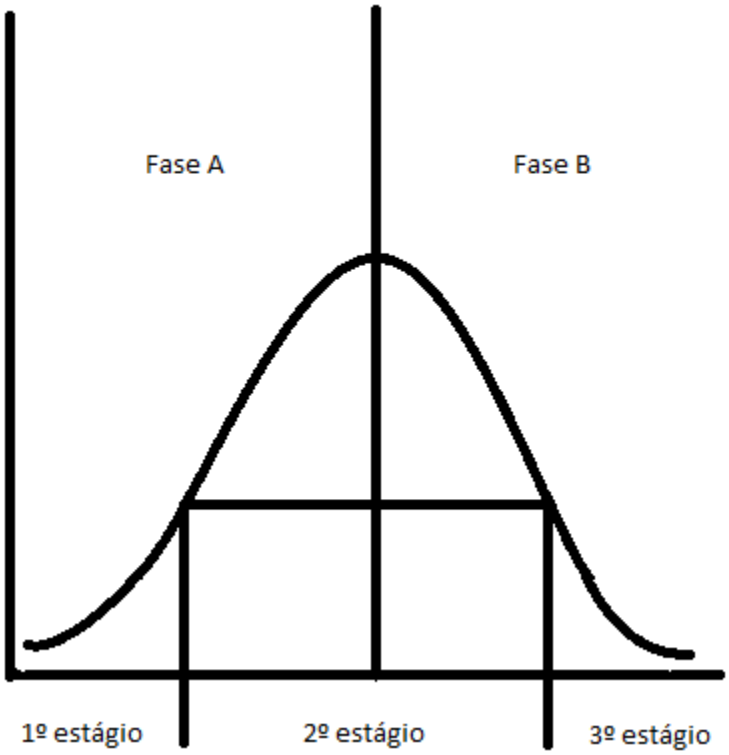
> "O segundo resultado é que as empresas que são estrutural ou comportamental menos capazes de substituir e economizar, ou são eliminadas da disputa ou são subordinadas às empresas que são mais capazes de substituir e economizar" (Arrighi, G. A Ilusão do desenvolvimento, 1997, P.24).

Por fim, no terceiro estágio, a competição interempresas chega a tal ponto que o busca para um maior excedente se torna muito penosa para manter-se individualmente. A busca por novas combinações de insumo-produto levada ao extremo na fase anterior passa a causar mais riscos, e os agentes, para remediar essa situação, iniciam outro processo de cooperação novas alianças são formadas e o ambiente volta a ser mais dinâmico na formação e aplicação de inovação capazes de providenciar o incentivo a perpetuação do sistema como um todo. Arrighi caracteriza a terceira etapa como:

> "O terceiro estágio da luta competitiva chega a um fim (e o sistema entra numa nova fase A) quando os sobreviventes estabelecem novos acordos costumeiros que fazem cessar os efeitos destruidores da competição "excessiva". Cria-se uma nova base de cooperação no sistema interempresas, reverte-se o padrão cumulativo que forma a depressão e começa uma mudança para melhor na atividade econômica e nas rendas empresariais." (Arrighi, G. A Ilusão do desenvolvimento, 1997, P.24)".

Ao se referir a uma "nova fase A" o autor associa os ciclos econômicos a fases de crescimento e recessão, durante essas ocorrem os três estágios acima caracterizados, onde a fase A de crescimento está voltada a um foco de atividades econômicas mais cooperativas. A fase B de recessão é caudada pela intensificação da competição e da perda dos monopólio temporários criados na primeira fase, deste modo o gráfico 1 demonstra as etapas e estágios em que Arrghi expõe sua visão da influencia da tecnologia (dentro do processo de combinações insumo-produto) e inovação.

1.



Immanuel Wallerstein: acúmulo de capitais, produção e o Estado.

Para compreender a função da tecnologia no sistema-mundo capitalista na concepção de Wallerstein, cabe dizer o que faz com que esse se perpetue no tempo. Um dos pontos mais importantes para isso está na principal diretriz do Capitalismo, que é um processo acumulação como foco das atividades econômicas, o que já é em se um ponto diferencial do moderno sistema-mundo para com as antigas economias-mundo, com esse objetivo em mente os agentes passam a se adaptar para manterem assim certo grau de perenidade em sua capacidade de absorção de *market-shares*. Citando Wallerstein:

> "We are in a capitalist system only when the system gives priority to the endless accumulation of capital. Using such a definition, only the modern world-system has been a capitalist system. Endless accumulation is a quite simple concept: it means that people and firms are accumulating capital in order to accumulate still more capital, a process that is continual and endless."(Wallerstein I.: World-System analysis an introduction, 2004, p.24)

Outro caráter definidor para a reprodução do capitalismo está em manter a unidade do sistema, mesmo com os diferenciais de cultura e política. Cabe-se então à divisão internacional do trabalho a unificação das diversas unidades políticas do mundo dentro do sistema-, sendo que a integração de uma economia faz com que, ao buscar um parte do excedente mundial, essa se especialize em atividades especificas de centro ou de periferia.

A eficácia da divisão social do trabalho está diretamente ligada à quantidade de riqueza adicional que o sistema pode providenciar. Dessa forma, as economias integradas ao capitalismo buscou uma posição mais favorável no comércio mundial, atuando nas atividades que lhes permitam continuar seu processo de acúmulo de capitais, cumulativo e crescente a desaceleração ou interrupção do próximo condez à crise que leva a adaptação dos agentes a nova forma de obtenção de excedentes.

Wallerstein aborda em sua análise de sistemas mundo um caráter das mudanças na sociedade com um prisma mais processual e social. Desse modo a interpretação a importância ou papel da inovação passa a ser discutido as repercussões que as atividades mais dinâmicas têm sobre o ambiente social e político.

A sociedade capitalista como um todo é formada por instituições que interagem entre se mediando às relações econômicas. Dentre elas, o mercado merece destaque por ser a base para a geração de excedente. Embora os capitalistas por muitas vezes declarem que a melhor formação de mercado seja a de livre concorrência, essa é uma situação muito rara e incoerente com um sistema mundo que tem como princípio básico a acumulação continua, que por muitos fatores, como, por exemplo o luxo de informação, sofre limitações a informação perfeita limita-o. Assim sendo para o negociante que busca no mercado o excedente a melhor configuração é o monopólio que lhe da liberdade de manter os preços de venda de seus produtos muito acima do custo, assim tendo uma maior margem de lucro. Sobre a relevância do monopólio, Wallerstein afirma:

> "What sellers always prefer is a monopoly, for then they can create a relatively wide margin between the costs of production and the sales price, and thus realize high rates of profit. Of course, perfect monopolies are extremely difficult to create, and rare, but quasi-monopolies are not. What one needs most of all is the support of the machinery of a relatively strong state, one which can enforce a quasi-monopoly."(Wallerstein I.: World-System analysis: an introduction, 2004, p.24)

É no âmbito desses *"quase-monopólios"* que se dá a formação das decisões que levam ao melhor aproveitamento de recursos, e à introdução de novos produtos que geram nova força de monopólio, permitindo uma maior capacidade de obtenção de . Para que existam esses *"quase-monopólios"* é necessário que a firma possua pelo menos um dos dois atributos diferenciadores das demais firmas, (1) O diferencial tecnológico refletido no processo produtivo, ou seja, novos tipos de produtos com certo grau de diferencialmente de seus substitutos próximos ou (2) influência política.

Para Wallerstein, o caráter inovativo da produção leva à formação de monopólios. Entretanto, devido à introdução de novos substitutos mais próximos e da implementação de plantas produtivas similares, os monopólios são de curto prazo, desaparecendo conforme aumenta o grau de competitividade sua margem de lucro compensadora. No decorrer do período de *"quase-monopólio"*, a firma, ou pequeno conjunto de firmas, ganhará capital e com isso influência política, dando assim maior capacidade de reincidir em outra etapa de obtenção de excedentes.

É na esfera de poder político que uma atividade se torna realmente capaz de gerar um poder de determinação sobre o mercado de forma mais contundente. No sistema interestatal, as múltiplas relações entre unidades políticas ocorrem de forma a caracterizar certas economias como centros de acumulação de capital, outras como intermediárias chamadas de semi-periferias e as economias voltadas à exportação de mateiras-prima de baixo grau de especialização, as periféricas.

Em meios atuais interações entre esferas econômicas, sociais e políticas, o desenvolvimento de novos produtos firmas e indústrias passa por um percurso que já mostrou tendência a seguir uma forma circular entre ascensão e decréscimo, sendo que na primeira etapa, devido a processo de acúmulo de capital, há uma intensidade maior do que na segunda etapa. Desse modo, de acordo com Wallerstein, o ciclo dos produtos decorre de:

> "As for the once-leading industries past their prime, they become more and more "competitive," that is, less and less profitable. We see this pattern in action all the time"(Wallerstein I.: World-System analysis an introduction, 2004, p.27)

Algumas Comparações

Arrighi, economista, tenderia a apresentar uma visão mais instrumentalizada da tecnologia dentro da análise de sistemas-mundo, enquanto Wallerstein, cientista social, teria um olhar mais processual e cultural sobre o tema. Ambos os autores colocam que no núcleo de toda motivação do moderno sistema-mundo está o processo de acumulação de capital e que a divisão social do trabalho derivada das relações de trabalho gera e mantém a unidade do sistema. A diferenciação do tratamento de inovação e tecnologia está na ótica de caráter schumpeteriana por Arrighi que instrumentaliza as noções de costume, rotina e inovação dentro de sua análise dos três estágios pendulares de cooperação e competição.

Na visão de Wallerstein que ao analisar o moderno sistema-mundo integra a inovação, de produto e organizacional, ao processo de geração de oligopólios capazes de oferecer uma parcela do excedente que de continuidade ao processo de acumulação de capital. No entanto devido à difusão da inovação dentro do mercado, seja por imitação da planta ou por entrada de novos produtos substitutos próximos, faz com que se forme um ambiente de competição que incita a geração de outras inovações dando continuidade ao processo de acumulação.

Embora existam diferenças instrumentais entre Arrighi e Wallerstein ambos caracterizam uma economia com fluxo circular, seja ele com maior importância da quebrar de costumes e rotina através da inovação para instaurar novas ou pela relações políticas de atividades dominantes e seus períodos de oligopólio. Há, também, aspectos em comum, como as influências schumpeterianas e braudelianas acerca do desenvolvimento, sendo estas mais ecos dos movimentos identificadas por estes na vida material (e econômica) do que propriamente empréstimos diretos na composição de análise de sistema-mundo.

Considerações Finais

Os resultados dessas notas comparativas podem ser brevemente resumidos em:

(1) Em ambos os autores o foco central do moderno sistema-mundo é o próprio processo de acumulação de capital, que estrutura a forma pela qual os agentes fazem suas tomadas de decisão.

(2) O caráter ciclico da economia é uma similaridade que ocorre em ambas as visões. Entretanto a instrumentalização pela qual os autores chegam a tal estado difere com Arrighi utilizando um linha de pensamento econômico com traços de teoria schumpeteriana, a qual utiliza para caracterizar seus três estágios.

(3) Wallerstein em sua análise social da configuração do mercado expõe a inovação e a tecnologia e inovação como meios de se atingir uma formação de "quase-monopólio" capaz de providenciar um margem de lucro capaz de manter seu processo de acumulação. Nesse ponto, Wallerstein difere de Arrighi ao fazer referência ao poder político emergente das companhias, em função da manutenção de suas necessidades crescentes acumulativas.

Por fim, pode-se dizer que há grande identidade entre as concepções teóricas de Arrgighi e Wallerstein quanto ao emprego de novas tecnologias, chegando ambos a caracterizar uma economia cíclica que busca, de formas distintas, alocar recursos e introduzir novos segmentos de mercado, bem como novas variáveis, inclusive de ordem extra-econômica, para assim poder continuar a exercer o processo de acumulação.

Bibliografia

ARRIGHI, G. *A Ilusão do Desenvolvimento.* Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo*: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, G. *O Longo Século XX.* São Paulo: Unesp, 1994.

BRAUDEL, F. *A Dinâmica do Capitalismo.* Rio de Janeiro; Rocco, 1987.

SCHUMPETER, J. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico.* São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1916).

SCHUMPETER, J. *Capitalism, Socialism, and Democracy.* New York, Harper Perennial, 1976 (1942).

WALLERSTEIN, I. *Historical Capitalism* with *Capitalist Civilization*. New York: Verso, 2011 (1983).

WALLERSTEIN, I. *Impensar a Ciência Social. Os limites dos paradigmas do século XX.* Aparecida: Idéias e Letras, 2006.

WALLERSTEIN, I. *The Essential Wallerstein.* New York: The New Press, 2000.

WALLERSTEIN, I. *World-System Analysis: an Introduction.* Durham and London: Duke University Press, 2004.

A Composição do Sistema Financeiro Internacional a partir da Perspectiva de Sistemas-Mundo: uma comparação entre Arrighi e Wallerstein[1]

Tallyta Rosane Bezerra Gusmão[2]

Luiz Eduardo Simões de Souza[3]

Resumo

Um dos temas mais recorrentes na análise de Sistemas-Mundo é a identificação do papel da financeirização nos ciclos sistêmicos. Entendidos ora como eventos característicos de crise sistêmica, ora como elementos de transição cíclica, os processos históricos marcados pela predominância do capital usurário (D – D´) são identificados em sua importância dentro da teoria. Desses momentos, poucos foram tão evidentes quanto a criação do sistema monetário internacional a partir das iniciativas britânicas do Padrão-Ouro (1870), e do Padrão-Dólar dos EUA (1944). Dependendo do enfoque dado ao processo, parece possível atribuir-se a ele o caráter de elemento de crise sistêmica ou de consolidação da transição do ciclo britânico para o ciclo estadunidense. O objetivo dessas notas é, assim, o de expor o debate a partir de uma comparação acerca das visões de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi sobre este tema específico do estudo de Economia Política de Sistemas-Mundo.

Palavras-chave: Immanuel Wallerstein; Giovanni Arrighi; Financeirização; Crise Sistêmica; Transição Cíclica; Sistemas-Mundo.

Abstract

One of the most recurrent themes in world-systems analysis is to identify the role of financialization in systemic cycles. Understood either as events characteristic of systemic crisis, either as cyclic transition elements, the historical processes marked by the predominance of usurer capital (D - D ') are identified in its importance within the theory. These moments, few were as evident as the creation of the international monetary system from the initiative of the British Gold Standard (1870), and Standard-U.S. dollar (1944). Depending on the focus given to the process, it seems possible to assign to it the character element of systemic crisis or consolidation of the transition from cycle to cycle British American. The purpose of these notes is thus to expose the debate from a comparison about the visions of Giovanni Arrighi and Immanuel Wallerstein on this specific topic of study of the Political Economy of World Systems.

*Key-words:*Immanuel Wallerstien ; Giovanni Arrighi ; Financialization ; Sistemic crises; cyclic trasintion; World-system

---

[1] Este texto faz parte da pesquisa (Crise e Território no Pensamento Econômico) apoiada pelo CNPq e tem apoio do PIBIC/UFAL da FAPEAL.

[2]Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

[3]Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

A Composição do Sistema Financeiro Internacional a partir da Perspectiva de Sistemas-Mundo: uma comparação entre Arrighi e Wallerstein

Tallyta Rosane Bezerra Gusmão[4]

Luiz Eduardo Simões de Souza[5]

Introdução

Um dos temas mais recorrentes na análise de Sistemas-Mundo é a identificação do papel da financeirização nos ciclos sistêmicos. Entendidos ora como eventos característicos de crise sistêmica, ora como elementos de transição cíclica, os processos históricos marcados pela predominância do capital usurário (D – D´) são identificados em sua importância dentro da teoria. Desses momentos, poucos foram tão evidentes quanto a criação do sistema monetário internacional a partir das iniciativas britânicas do Padrão-Ouro (1870), e do Padrão-Dólar dos EUA (1944). Dependendo do enfoque dado ao processo, parece possível atribuir-se a ele o caráter de elemento de crise sistêmica ou de consolidação da transição do ciclo britânico para o ciclo estadunidense. O objetivo dessas notas é, assim, o de expor o debate a partir de uma comparação acerca das visões de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi sobre este tema específico do estudo de Economia Política de Sistemas-Mundo.

Na época em que vigorou o Padrão-Ouro como sistema monetário internacional, ocorreram fatos históricos importantes como as Guerras Napoleônicas, expansão e afirmação da Inglaterra como centro econômico mundial e a Primeira Guerra Mundial. O padrão-ouro era a forma com que se fixava o valor de uma moeda em termos de ouro, esse valor variava de acordo com a valorização e desvalorização das mesmas.

O Padrão-Ouro surgiu aos poucos no século XIX, e obteve aceitação devido à grande posse de ouro pelos países de destaque na época como Espanha, França e Inglaterra que tinham grandes reservas internas em seu sistema, aumentando dessa forma a dependência dos outros países. A justificativa de sua manutenção era a

[4]Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
[5]Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

estabilidade de preços que a fixação do valor monetário em um ativo de ampla aceitação e regularidade de preços proporcionava.

Deu-se um período de estabilidade e alguns muitos anos de flutuações principalmente com a grande depressão nos anos 1930. Bo Sodersten afirma que *“* Os principais países tentaram reavivar nos anos próximos a 1920. Por exemplo, a Inglaterra voltou ao padrão-ouro em 1920 e outros importantes países a seguiram.” (p. 260) Como principal instrumento para a manutenção do Padrão-Ouro, a política monetária agiu de modo a manter a balança de pagamentos fluindo, mantendo uma harmonia entre os déficits e os superávits. Como moeda influente e soberana, uma unidade de libra detinha 113,0016 grãos de ouro puro e o dólar, que posteriormente viria a ser o padrão adotado detinha 23,22 grãos.

O padrão-dólar só viria a vigorar após as altas flutuações por parte do padrão-ouro devido as dificuldades para ser obtidas matéria-prima em abundância suficiente para mantê-lo em vigor. Nos anos de 1945-1971, segundo Souza, estivera em vigor o Padrão-dólar com taxa semifixa e de 1971-1984 o padrão-dólar com taxa flutuante.(Souza. p. 77)

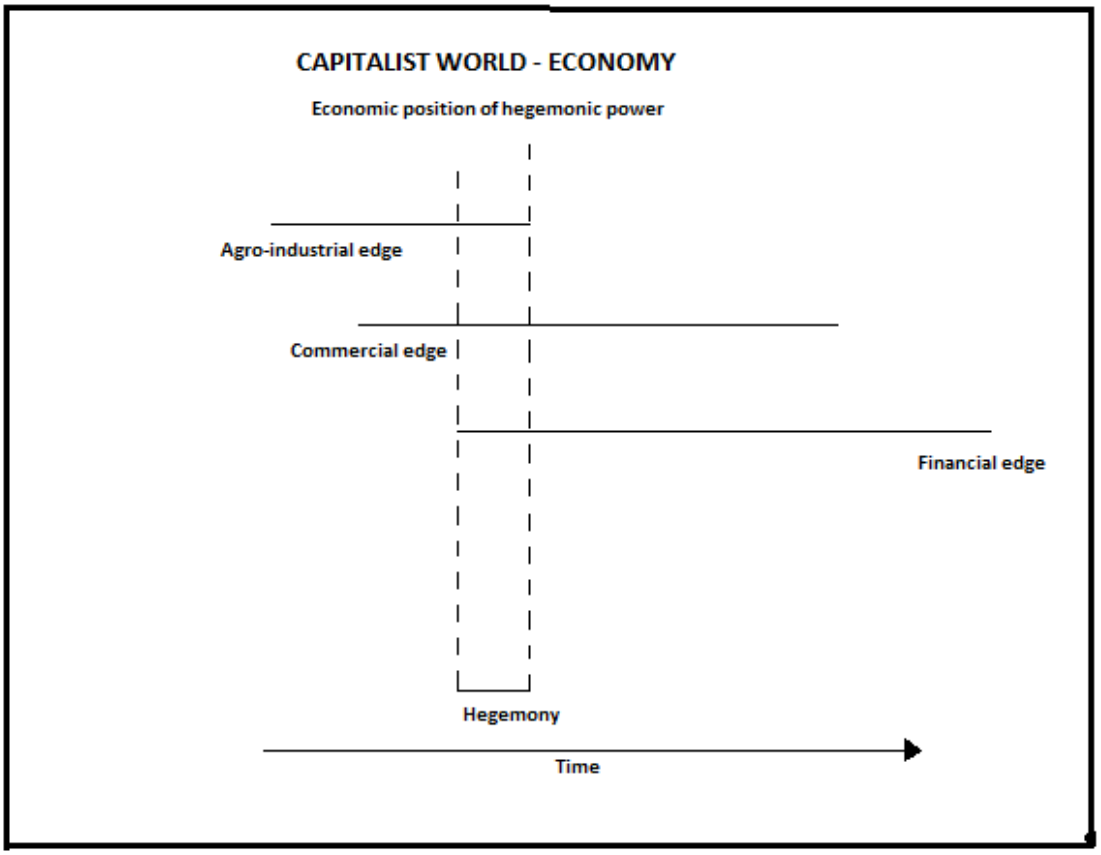
O papel da Financeirização no ciclo sistêmico.

Diferentemente dos dois ciclos sistêmicos anteriores (Genovês e Holandês) a Grã-Bretanha caracterizou-se pelo desenvolvimento, com uma maior ênfase, de empresas destinadas a fabricação de bens de uso primordial para a população local e de modo a externalizar os custos. Tornou-se dessa forma, mais independente do mundo extra-europeu do que as duas cidades-estados que exerciam o controle financeiro anteriormente. Seria natural supor que, ao cair um centro econômico e surgir o novo, fossem incorporados elementos novos. O fato de a área rural ter sido incorporada ao sistema acontecera de modo estratégico pois, dessa forma sua concentração de poder tornar-se-ia maior. Segundo Arrighi :

> “[...] *os principais centros de acumulação de capital tendem a externalizar seus custos de produção, só é aplicável ao fim da expansão comercial pan-eurasiana do fim do século XIII e início do XVI. Antes dessa expansão e durante seu curso, todas as formas*

mais avançadas de iniciativas capitalistas – fossem elas industriais, comerciais ou financeiras – desenvolveram-se em centros diretamente envolvidos no processo de produção, sobretudo em Florença e em outras cidades-estados da Toscana" (ARRIGHI. p. 184)

Segundo a análise de Immanuel Walerstein, é possível fazer-se uma analogia entre as fases que ele, o autor, considera como recorrentes numa economia-mundo capitalista. O autor sugere que "[…] *four areas in which seems to me what happened in the three instances was analogous. To be sure, analogies are limited. And to be sure, since the capitalism world-economy is in my usage a single continously evolving entity, it follows by definition that the overall structure was different at each of the three points in time. The differences were real, the outcome of the secular trends of the world-system. But the structural analogies were real as well, the reflection of the cyclical rhythms of this same system.*"(WALLERSTEIN, p. 256-257)



Quadro 1 p. 256

A financeirização não é, necessariamente, o início, meio ou final de um ciclo sistêmico, porém Giovanni Arrighi trata como sendo a fase que culmina no término destes ciclos de acumulação de capital. Está presente em todo o processo, as vezes com maior ênfase e evidência e em alguns momentos, pela ascensão de outros fatores, torna-se menos explicita, mas ao assumir um meio de divisão de um ciclo sistêmico, a financeirização tem papel crucial no início e no final do processo onde surgem possíveis concorrentes que virão a assumir o papel de centro, possivelmente, hegemônico mundial. O caso inglês foi sistemático, iniciou-se com o declínio de Amsterdã como epicentro das altas finanças, diversificando a sua característica dos dois ciclos anteriores, desenvolvendo, com maior ênfase, fatores de produção e por fim o papel financeiro de Londres volta a estar em destaque. Como sugere Arrighi :

> "[...] a intensificação das pressões competitivas acarretada pela fase de expansão material associou-se, desde o início, a uma grande guinada do comércio e da produção para as finanças, por parte da classe capitalista britânica" (ARRIGHI. p. 169)

O Século XIX foi o período em que o mundo esteve diante da Inglaterra como potência mundial que ditava totalmente os rumos da economia e do mundo como um todo. Assim, foi imposto o padrão-ouro como modo de manutenção da estabilidade nos meios de pagamentos e, consequentemente com isso, manter-se-ia o poder exercido pela moeda inglesa (Libra Esterlina) sobre as demais. Segundo Souza:

> "*A conversibilidade da libra em ouro foi a base desse primeiro sistema monetário internacional, que funcionou entre 1879 e 1914, de maneira bastante estável, tendo até uma sobrevida na década, que culminou com o crash de 29. Foi chamada a "era de ouro" do capital; um período de estabilidade nas relações monetárias internacionais.*"(SOUZA. p. 79)

Aqueles que se preocupariam com o preço dos produtos viriam a ser os pequenos produtores, os grandes estariam com poder de comanda-los de acordo com seus interesses. A

Grã-Bretanha estava em situação privilegiada com a sua moeda sendo facilmente conversível em ouro e seus grandes proprietários de terras tendo acesso a matérias-primas baratas. Wallerstein afirma que :

> "*It was in large part at that point a controversy between those (such as the leaders of the cotton industry) who emphasized Great Britain's foreign exchange position, which a gold standard would enhance, and those who worried about the prices of agricultural products, who were not the large landowners but the "little man" as well*" (WALLERSTEIN. p. 50-51)

Mas a partir da primeira Guerra Mundial tal padrão teve uma baixa. A Inglaterra já não podia manter-se como nação mais influente sozinha. Seu poder ia diminuindo e com começava a surgir o novo centro mundial, os Estados Unidos da América. Com Nova York tomando o lugar de Londres como centro financeiro mundial, seria natural supor que os americanos iriam de alguma maneira exercer sua influência em todos os setores, inclusive no sistema financeiro mundial.

Enquanto um ciclo sistêmico começa a declinar, inicia-se o período denominado por Arrighi como "Caos Sistêmico" e nesse contexto outro surge quase que paralelamente e vem a se tornar o eixo central do mundo. Segundo Arrighi isso se dá em três segmentos ou períodos distintos :

> "*(1) Um primeiro período de expansão financeira, no correr do qual o no correr do qual o novo regime de acumulação se desenvolve dentro do antigo, sendo seu desenvolvimento um aspecto integrante da plena expansão e das contradições deste último; (2) um período de consolidação e desenvolvimento adicional do novo regime de acumulação, no decorrer do qual seus agentes principais promovem, monitoram e se beneficiam da expansão material de toda economia mundial; e (3) um segundo período de expansão financeira* [...]"(ARRIGHI. p. 219-20)

Os Estados Unidos, com o envolvimento em peso da Europa na Primeira Guerra se tornou o credor mundial. Países como França e Inglaterra estavam entre os maiores

devedores dos americanos. Os ingleses se viram equiparados com os americanos em termos de centro financeiro. Segundo o autor:

> "graças [...] a seus créditos de guerra, os Estados Unidos equipararam-se à Grã-Bretanha na produção e regulação do dinheiro mundial, mas não substituíram." (ARRIGHI. p. 279)

A capital americana se tonaria a grande credora mundial e dessa forma, o maior e mais influente centro econômico mundial até os dias atuais. Com os americanos como credores e o 'mundo' devendo a eles, não era precipitado crer que logo a moeda americana se tornaria a mais influente, substituindo a Libra e o ouro em termos de reservas para transações internacionais. O que os bancos americanos necessitavam porém era experiência para assumir tamanha responsabilidade:

> "[...]*O controle de uma parcela substancial da liquidez mundial não dotou os Estados Unidos da capacidade de administrar o sistema monetário mundial. Em termos organizacionais , as instituições norte-americanas simplesmente não estavam a altura dessa tarefa*."(ARRIGHI. p. 280)

Adquirida experiência suficiente para que os norte-americamos assumissem seu papel principal no jogo de influência e controle econômico mundial, estes viriam então a exercer tal influência em meio à segunda Guerra Mundial, com a grande destruição sofrida pela Europa, com seus recursos financeiros tendo sido usados para fins armamentistas, dessa forma os Estados Unidos assumiam o papel de centro econômico financeiro.

O Padrão-dólar como o novo meio de Liquidez mundial.

A Grande Depressão (1929-1933) ocorrida entre a Primeira e a Segunda Guerras mundiais decretaria o início da queda e o abandono por parte dos Ingleses do padrão-ouro. Assim sendo, o mundo necessitava de uma moeda forte o bastante para servir de meio de troca. Com a Europa arrasada pela guerra e suas finanças em colapso, se fazia necessário que algum país tomasse frente, este país seria o credor do mundo à época, os Estados Unidos. Foi nesse contexto que surgira o sistema monetário Internacional criado em Bretton Woods. Uma série de acordos que estipularia a paridade entre o dólar norte-americano e o ouro. Para Arrighi:

> "*Em todos os sistemas monetários mundiais anteriores – inclusive o britânico -, os circuitos e redes de altas finanças privados, que os organizavam e administravam para obter lucros. O dinheiro existente no mundo, portanto, era um subproduto de atividades com fins lucrativos. No sistema monetário mundial criado em Bretton Woods, em contraste, a "produção" do dinheiro mundial foi assumida por uma rede de organizações governamentais, primordialmente movidas por considerações de bem-estar, segurança e poder – em princípio, o FMI e o Banco Mundial e, na prática, o Sistema de Reserva Federal dos Estados unidos, agindo em concerto com os bancos centrais aliados* [...]" (ARRIGHI. p. 287)

Mesmo com o período entre guerras o mundo permanecia em crescimento, um crescimento modesto em comparação com os anos anteriores, mas ainda sim crescia. De acordo com Hobsbawm:

> "[...]o crescimento econômico não cessou nessas décadas, Apenas diminuiu o ritmo. Na maior e mais rica economia da época, os EUA, a taxa média de crescimento do PNB per capita da população entre 1913 e 1938 foi apenas de um modesto 0,8% ao ano. (Hobsbawm. p. 92)

Em meio à Grande Depressão os governos estavam adotando políticas de subsídio agrícola ou para que não fossem plantadas safras por partes dos agricultores, com o intuito de proteção aos preços primários. No brasil, os produtores de café tivera seu produto queimado com o intuito de manter-se o preço em níveis que fosse ainda compensador para o cafeicultor, já que o mundo encontrava-se em guerra e o país como maior produtor mundial de café estava com a demanda abaixo de anos anteriores. Hobsbawm afirma que:

> "Assim, os governos não mais protegeram a agricultura simplesmente com tarifas contra a competição estrangeira, embora, onde o tinham feito antes, a subsidiá-la, assegurando preços agrícolas, comprando os excedentes ou pagando aos agricultores para não produzir, como nos EUA após 1933." (Hobsbawm. p. 99)

O panorama da época favorecia ao crescimento de poder financeiro americano e consequentemente de sua moeda, o dólar. A Grã-Bretanha que à época ainda era a grande potência, estava envolvida com a guerra e o capital estava sendo empregado em não permitir que faltasse produtos necessários a subsistência e elementos de guerra. Como sugere Arrighi " [...] quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, o ministro do Tesouro estimou que os resultados dos investimentos externos britânicos seriam suficiente para custear cinco anos de guerra."(ARRIGHI.p.278) Isso não ocorreu como previsto pelo ministro, a guerra fez com que os ingleses logo não tivessem mais reservas para obter produtos e dessa forma fora necessário empréstimos, em sua maioria da sua ex-colônia americana. Em pouco tempo o governo americano já nada mais devia ao governo Inglês e, ao contrário disso, era o governo inglês que faziam empréstimos da ordem de um Bilhão de Libras.

Com os países envolvidos demais com a guerra para se preocupar com o crescimento da economia, os americanos estavam em ritmo acelerado para suprir as necessidades do mundo, sua economia crescia como nenhum outro, tornando mais acentuada a sua vantagem em relação aos demais. Com o início e o fim da segunda guerra os EUA já concentravam em seus cofres enormes quantias de capital e se faziam o centro econômico mundial com poder de controlar as finanças e os rumos da economia à época. Segundo Arrighi:

> "[...]*No fim da Segunda Guerra Mundial, já estavam estabelecidos os principais contornos desse novo sistema monetário mundial: em Bretton Woods foram estabelecidos os principais contornos desse novo sistema monetário mundial; em Hiroshima e Nagasaki, novos meios de violência haviam demonstrado quais seriam os alicerces militares da nova ordem; em San Francisco, novas normas e regras para a legitimação da gestão do Estado e da guerra tinham sido explicitadas na Carta das Nações Unidas*."(ARRIGHI. p. 283)

Considerações Finais

Conforme mencionado no início deste texto, nosso objetivo era o de expor o debate sobre a composição do sistema financeiro internacional na da análise de Sistemas-Mundo, a partir das visões de Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein. Dadas as óbvias diferenças de abordagem e perspectiva desses dois autores, não deixa de ser notável o seguinte duo de entrelaçamentos:

1. A financeirização identificada como fase final de um ciclo sistêmico aparece notadamente na descrição do estabelecimento do Padrão-Ouro britânico nos dois autores.

2. A financeirização aparece como um ciclo não apenas de mão única, dado pelo núcleo sistêmico decadente, mas com participação – ativa e crescente ao longo do tempo – do núcleo ascendente. Essa identidade apontada nos dois autores, informa muito sobre os elementos de mudança e permanência na transição entreciclos sistêmicos.

Bibliografia

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos.* São Paulo:Editora Companhia das Letras. 2º edição, 2003

SOUZA, L.(org) *Ideologia e Ciência Econômica: estudos de caso.* São Paulo: Editora LCTE. 2006

KRUGMAN, P. e OBSTFELD, R. *Economia Internacional.* São Paulo: Editora Pearson Education, 2001.

SODERSTEN, Bo. *Economia Internacional.* Rio de Janeiro: Editora Interciência. 1997

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX.*São Paulo.Editora Unesp**.** 1994.

WALLERSTEIN, I. *The essential Wallerstein*, New York: New Press, 2000

WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System IV*; Centrist Liberalism Triunplant, 1789-1914 Berkeley; Universitu of California Press, 2011.

O Intercâmbio Agrícola Brasil-China, 2000 – 2010: um estudo sobre a composição de uma nova Economia-Mundo

Bruno Vicente Nunes de Oliveira[1]

Luiz Eduardo Simões de Souza[2]

Resumo

Desde os anos 1970, é visível o crescente comércio entre Brasil e China, no qual a China vem ocupando um espaço maior no mercado exportador brasileiro. De 2000 a 2010, as relações entre esses países cresceram a uma razão superior à do comércio brasileiro com o resto do mundo. Nesse resultado, destaca-se o setor agrícola. Um dos fatores que contribuíram para o respectivo fortalecimento desta relação foi o crescimento no mercado consumidor interno chinês. Igualmente aos superávits comerciais, quando falamos na balança comercial total, o Brasil apresentou nos últimos anos (2009 e 2010) aumento considerável dos superávits comerciais no setor agrícola. As exportações brasileiras de minério de ferro para a China também cresceram significativamente no período. Ambos os países compõem o BRIC, tornando-se relevante compreender o tipo de relação existente entre China e Brasil na composição do que tem se constituído nos últimos anos, e frente às recentes crises nos núcleos orgânicos (EUA e Europa), uma nova fase da economia-mundo. Este é o objetivo destas notas.

Palavras-Chave: Brasil; China; Comércio Internacional; Economia Internacional; Economia-Mundo.

[1] Graduando em Ciências Econômicas – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – estudante do GEEPHE.
[2] Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) – Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Pesquisador do GEEPHE.

Abstract

Since the 1970s, is visible the growing trade between Brazil and China, where China has been occupying a larger space in the Brazilian export market. From 2000 to 2010, relations between these countries grew at a rate higher than the Brazilian trade with the rest of the world. In this result, we highlight the agricultural sector. One of the factors that contributed to its strengthening of this relationship was the growth in Chinese consumer market. Also the trade surplus, when we talk about the total trade balance, Brazil has in recent years (2009 and 2010) considerable increase of trade surplus in agriculture. Brazilian exports of iron ore to China also grew significantly during the period. Both make up the BRIC countries, making it important to understand the type of relationship between China and Brazil in the composition of which has been made in recent years, and before the recent crises in the organic nuclei (U.S. and Europe), a new phase of world-economy. This is the purpose of these notes.

Keywords: Brazil, China, International Trade, International Economics, Economics-World.

Introdução

Este trabalho tem como proposta no enfoque do atual sistema mundo as relações do agronegócio entre os países, Brasil e China, dos anos 2000 a 2010. Busca-se a compreensão da relação agropecuária entre estas duas nações emergentes, bem como, procura-se estabelecer um balanço de dados nas transações das principais mercadorias. Esclarecendo assim, os avanços e a dependência mercadológica em que estariam estes mercados componentes do BRIC, mediante as crises dos países centrais.

Duas economias separadas não somente por sua distância geográfica, mas por culturas distintas, China e Brasil, estão em relação cada vez mais próxima. Em uma crescente organização do comércio mundial, as transações comerciais entre estas nações são cada vez mais acentuadas a níveis superiores as relações do Brasil e o restante do globo. A China hoje representa o principal mercado dos produtos agrícolas brasileiros, seguida dos Estados Unidos da América (EUA). Desde o restabelecimento das relações diplomáticas em 1974, essa nações nunca estiveram tão engajadas, como dos anos 2000 aos dias atuais. A relação bilateral desde o inicio desta década é apontada por altas taxas de crescimento, principalmente em se tratando das exportações brasileiras vinculadas ao agronegócio. Esse crescimento das exportações do Brasil correspondeu mais de US$ 9 bilhões em 2010 contra as importações do mercado agropecuário chinês de US$ 481.920 milhões. [3]

Este volume transacionado ao mercado chinês se deve as transformações ocorridas no campo brasileiro desde a década dos anos 1960. Mas esse crescimento das exportações brasileiras, não é somente dado pela demanda internacional, é graças às profundas mudanças técnico-produtivas, com a utilização de insumos e máquinas modernas no setor, o que permitiu a expansão das taxas de produção, caracterizando o processo capitalista no campo. Resultando a perda da renda familiar camponesa e uma crescente imigração da população aos centros urbanos. Estabelecendo as exportações brasileiras como o inicio da cadeia produtiva internacional, assim como, as trocas desiguais propostas por Immanuel Wallerstein, as quais sofrem o Brasil.

[3] Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Intercâmbio comercial do agronegócio: principais mercados de destino*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretária de relações Internacionais do Agronegócio. Brasília, 2011.

Diferentemente das reformas nos campos brasileiros, a China a partir de 1978 possibilitou autonomia para a produção de forma coletiva por meio de implantação de novas tecnologias e mecanismo de mercado. Essa política foi denominada de "Contrato de Responsabilidades na produção com base familiar". No lugar do antigo sistema, em que toda a produção era controlada pelo Estado, foi implantado um sistema misto, onde as famílias deveriam produzir e vender uma parte para o Estado a preços preestabelecidos e a parte do excedente poderia ser livremente negociada no mercado. (MARCOS CORDEIRO, 2008)

O crescimento da participação da China no mercado brasileiro se deve em parte ao aumento da população chinesa na participação do mercado consumista. Todos os anos, milhares de chineses saem do campo em direção as cidades. Este fato decorre das melhores condições de vida e do acesso a "nova China". Juntamente a este fator podemos considerar o encolhimento da participação da produção agrícola, que em 1990 era de 15% do PIB, e em 2004 cairia para 10%[4], ou seja, enxugado a renda dos agricultores chineses. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a China conta com uma população de 1,3 bilhões de habitantes, mais de seis vezes a população brasileira. Estimulando a produção por alimentos internamente e superando seus déficits por meio das importações no mercado mundial.

É inevitável pensar em cooperação Brasil-China e não pensar em uma divisão internacional do trabalho dentro de uma economia-mundo[5]. A China, como uma grande importadora de matérias primas, vem viabilizando as exportações agrícolas brasileiras, na qual se beneficia o mercado exportador brasileiro. As vendas agropecuárias do Brasil são impulsionadas pelo complexo de soja, que no ano de 2010, apenas a soja em grãos vendeu a China a cifra US$ 7.133.441 bilhões. Por outro lado, os produtos agropecuários chineses vendidos ao Brasil não ultrapassaram US$ os 481 milhões. Os

[4] PIRES, Marcos Cordeiro. *Série Economia de Bolso - Brasil e China na Globalização.* São Paulo: LCTE. 2008.

[5] Economia-mundo conceitua-se como um sistema-mundo que possui em seu modo de produção relações econômicas sem um centro definidor, as quais são dadas pela divisão do trabalho. A descentralização caracterizada por um grupo de entidades políticas distintas que se integram de modo a buscar sempre uma porção cada vez maior do excedente realizado da divisão internacional do trabalho. Isso faz com que seja possível manter a unidade econômica do sistema, dando assim a forma de uma grande economia de mercado. (RAFAEL BARROS, 2012)

valores mais relevantes estão relacionados aos produtos manufaturados que no ano de 2010, a China vendeu mais de US$ 1,5 bilhão apenas no primeiro grupo de eletrônicos.

Reformas na produção agropecuária, Brasil e China

Desde a década dos anos 1960 o campo brasileiro tem passado a intensificar suas transformações da produção. A partir do ano 1978, a China passaria a aplicar novas políticas para o fomento desta atividade econômica sob a liderança de Deng Xiaoping, então vice-presidente do comitê central do PCCh. O Brasil, modernizando os insumos e máquinas, levando ao aumentando da concentração latifundiária, e a China visando à reorganização do campo para fins, entre outras melhorias, a desconcentração das terras e do poder estatal na produção. Estes processos tornam-se necessários para a compreensão a relação entre estes dois países no período de 2000 a 2010.

Durante muitos anos, a produção agrícola brasileira foi caracterizada por monoculturas, primeiramente a cana-de-açúcar, principalmente no nordeste e sul do Brasil, no século XVI, posteriormente, a produção intensificada do café na região sul do país nos primeiros anos do século XIX. Sendo estas duas culturas intensificadas por mão-de-obra, não somente pelo fator histórico, mas por sua necessidade no cultivo. Nos dias atuais, verificamos uma desconcentração na produção dos produtos, apesar de que, algumas regiões ainda insistem no caráter monocultor de produção. Havendo concentração das exportações do complexo de soja.

Dentro de uma perspectiva capitalista contemporânea, a produção agrícola e pecuária brasileira desde os anos 1960, passou por diversas transformações significativas que evidenciaram seu fortalecimento no comércio mundial no agronegócio. Estas mudanças podem assim serem listadas: a) profundas transformações técnico-produtivas; b) aumento da utilização dos insumos modernos: c) maior participação da indústria processadora; e d) alteração nas relações sociais da produção. Políticas públicas de estimulação voltadas ao setor desde os anos 1970 preconizaram em cadeias de produção[6] consolidadas, dinamizando a agroindústria processadora, e o

[6] Cadeia produtiva é um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos até a constituição de um produto final seja ele, bem ou serviço, e sua colocação no mercado. Trata-se, portanto, de uma sucessão de operações (integradas, realizadas por

fortalecimento das modernas empresas comercias. Essas adoções a produção desencadearam a perda do espaço da agricultura familiar nos campos brasileiros, conseqüentemente, havendo concentração da renda nos campos do país, e uma redução do volume da ocupação na agropecuária, intensificando o modo de produção capitalista que rege aos dias atuais.

Na década dos anos 1990, o setor agrícola passaria por uma forte crise culminada por um conjunto de fatores. A redução do volume de crédito rural, juntamente a apreciação do real, e a redução das tarifas sobre os produtos agrícolas formaram o núcleo desta fase. Porém, algumas culturas continuariam em expansão. A soja foi o produto que mais ganhou destaque, houve uma variação de 43% nesse período[7]. Como podemos verificar na tabela 1.

Tabela 1 – Área plantada (1000 hectares) Brasil

Produtos	Área Plantada (1000 hectares)				
	1990/91	2000/01	Variação 2000/01 e 1990/91 (em %)	2007/08	Variação 2007/08 e 2000/01 (em %)
Soja	9.743	13.970	43,4	21.276	52,3
Milho	13.452	12.972	-3,6	14.429	11,2
Feijão	5.505	3.879	-29,5	3.819	-1,5
Algodão	1.939	868	-55,2	1.068	23
Arroz	4.233	3.249	-23,3	2.860	-12
Trigo	2.146	1.710	-20,3	2.362	38,1
Total das lavouras	51.800	51.600	-0,4	60.833	17,9

Fontes: CONAD e IBGE, in Brandão *et al*. (2005)

Elaboração: PAULINO, Luís A. PIRES, Marcos C. org. *Nós e a China: o impacto da presença chinesa no Brasil*. São Paulo: LCTE, 2009

Esse crescimento da soja se deve não somente ao uso de insumos e máquinas modernas, mas pela implantação de novas tecnologias desenvolvidas pela Empresa

diversas unidades interligadas como uma corrente, desde a extração e manuseio da matéria-prima até a distribuição do produto. (KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. *Economia Industrial*. Campos 2002)

[7] PAULINO, Luís A. PIRES, Marcos C. org. *Nós e a China: o impacto da presença chinesa no Brasil*. São Paulo: LCTE, 2009.

Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Gerando e difundindo estudos direcionados a produção de grãos no cerrado, base da expansão da plantação nas terras do centro-oeste brasileiro, como viabilizando a produção agropecuária no sul e sudeste do país. Outro fator que contribui para o crescimento da produção foi à valorização do real nos anos de 1994, baratearam os preços dos insumos importados, fertilizantes e defensivos, utilizados pelos agricultores brasileiros. É nesse sentido que apesar da estagnação das áreas de lavouras de grãos nos anos 1990, a utilização dos insumos e máquinas com maior tecnologia, permitiu uma expansão da produção agregada a uma maior exploração das áreas já ocupadas (JOSÉ CAMARGO, 2009). Esses aspectos estimularam de forma mais acentuada o crescimento do agronegócio registrado nos períodos atuais alavancados pela crescente desconcentração das exportações brasileiras e da organização da produção agropecuária interna vinculada ao processo capitalista de produção. Cabe ressaltar que os produtos voltados para o mercador exportador foram os que mais obtiveram desempenho, no período de crise interna. Outras culturas, que fazem parte da cesta básica da população, tiveram redução da área total plantada, como o arroz.

As primeiras reformas chinesas voltadas para o campo foram articuladas pelo líder Mao Tse-Tung, entre os anos 1953 a 1958. Tais reformas pretendiam consolidar a República Popular da China um país desenvolvido e socialmente igualitário em um menor tempo possível. Acelerando a coletividade nos campos e a industrialização urbana. Regulamentando a renda dos camponeses. Porém, as primeiras medidas foram um fracasso, devido às grandes secas, inundações, e falta de técnicas agropecuárias no período das reformas.

Nas décadas posteriores, reformas econômicas comandadas por Deng Xiaoping, vice-presidente do Comitê Central do PCCh, apresentou em 1975 um relatório com 20 pontos no qual propôs entre outras medidas, a introdução de mecanismos de mercado na produção agrícola, resultando em um sucesso. Possibilitando a economia chinesa à base para o seu crescimento futuro. De acordo com Marcos Cordeiro, em 1978 a outubro de 1984, a prioridade da política governamental foi a de reestruturar a propriedade no campo, abandonando as comunas criadas no período do “Grande Salto para Frente”. Essa política foi denominada de “Contrato de Responsabilidades na produção com base familiar”. No lugar do antigo sistema, em que toda a produção era controlada pelo Estado, foi implantado um sistema misto, onde as famílias deveriam produzir e vender

uma parte para o Estado a preços preestabelecidos e a parte do excedente poderia ser livremente negociada no mercado. Garantia-se, dessa forma, o abastecimento da população urbana, a renda mínima dos agricultores e, ainda, estimulava-se a diversificação e o aumento da produção agrícola.

Com o desenvolvimento acelerado a partir da reforma rural de 1978, a China possibilitou aos seus campos autonomia para a produção de forma coletiva, uma melhor distribuição da mão-de-obra, camponesa e urbana, por meio de implantação de novas tecnologias e mecanismo de mercado. A reforma trouxe aos camponeses benefícios, liberando e desenvolvendo a força produtiva rural com embasamento nos minifúndios, porém com o acréscimo de tecnologias que favoreceram o desenvolvimento e a maior produção das culturas. Diferentemente da China, no Brasil, as reformas de expansão da produção tiveram como principal característica a intensificação das grandes propriedades agricultoras, desabilitando as terras para o pequeno agricultor e desequilibrando a renda no campo, retirando milhares de famílias de suas origens e as integrando nos grandes centros urbanos. Porém, as reformas no campo brasileiro, possibilitaram ao Brasil o seu espaço no cenário agrário exportador do comércio mundial, estimulados pelo setor público e privado.

Brasil, China, Crise Financeira e o Agronegócio

Com a desastrosa implantação do chamado "Consenso de Washington" [8] nos países da América Latina nos anos 1990, com exceção de Cuba, tais economias viveram os efeitos de uma política que tinha como base um único receituário para promover a superação das dificuldades dos países em desenvolvimento. De forma premeditada, os governos de tais países colocaram em prática as recomendações do jogo único de regras liberalizantes impostos pelas instituições multilaterais do sistema hegemônico mundial. Como assinalado, tais medidas foram desastrosas, em muitos países houve perda da

[8] De acordo com Durval de Noronha Goyos Jr. O Consenso de Washington induzia as economias em desenvolvimento a i) elevar suas taxas de juros, de maneira a elevar de forma abundante o capital; ii) elevar artificialmente a taxa de câmbio de suas moedas, de forma a baratear o custo das importações; iii) reduzir drasticamente as suas tarifas, para facilitar o acesso de produtos estrangeiros: iv) privatizar suas estatais; v) liberalizar o regime do investimento estrangeiro e das remessas ao exterior; vi) desregulamentar os mercados financeiros; vii) eliminar os subsídios; viii) fazer a reforma fiscal de maneira a reduzir a arrecadação; ix) promover a disciplina fiscal, de forma a diminuir os gastos públicos; e x) dar segurança jurídica a propriedade, principalmente á estrangeira.

participação no mercado mundial, em outros, seu crescimento foi reduzido a taxas inferiores a média mundial. Havendo aumento da miséria e do desemprego. Posteriormente, os anos de 1990 passariam a ser conhecido como a "década perdida".

No mesmo período, o mundo verificou o crescimento asiático, dando ênfase à economia chinesa, que teve taxas médias anuais em torno dos 10% em seu crescimento. Essas taxas poderiam ser explicadas por sua tendência econômica, a "fábrica do mundo". A mais de trinta anos que a China desempenha o seu papel dentro do contexto mundial da divisão social do trabalho. Com a adoção de políticas sociais e econômicas coordenada pelo Estado, denominado, "Consenso de Pequim" [9], juntamente as reformas que vinham ocorrendo desde os anos 1978, culminaram a um longo processo de crescimento. Um pacote de medidas foi priorizado, o que fortaleceu a entrada na Organização Mundial do Comercio (OMC), o que ocorreu em 11 de dezembro de 2001. Empresas estatais foram privatizadas, vários investimentos em infraestrutura ocorreram no período, atração de empresas estrangeiras, visando à internacionalização da tecnologia, sem contar com a grande quantidade de mão de obra interna. Desempenhado na década de 1990 a reorganização da produção industrial em escala mundial dentro do movimento de ampliação da globalização.

A atual crise financeira mundial, desencadeada pelos Estados Unidos da América, configuradas em múltiplas falhas das teorias neoliberais, que teve seu ápice em setembro de 2008, propagou em todo o mundo. Porém, desta vez os seus efeitos seriam heterogêneo, não afetando de forma generalizada os países emergentes, em especial, as nações latino americanas. O centro da crise passou a ser o núcleo do sistema e não mais a periferia, como nos anos de 1990. Esta nova configuração da crise se deve a um aquecimento internacional do mercado de mercadorias nos anos 2000 e pelo forte ritmo de expansão da Ásia em 2009. O que favoreceu a América Latina, em especial, o Brasil, apesar de restarem adoções da receita do Consenso de Washington.

Com o crescimento em média de 8% ao ano, a China desde 2000 vem descentralizando as transações do comercio mundial, desencadeando para sua economia a posição de terceira maior potência econômica mundial em 2008. Distribuindo a

[9] Conjunto de medidas adotadas pelo governo chinês, que podem ser resumidas em três teoremas: a) o papel essencial do Estado no apoio a políticas de inovação, criando sua própria tecnologia, b) manter a sustentabilidade e a equidade entre as classes sociais, c) por fim, o Consenso chinês está baseado numa teoria de autodeterminação, que influencie e desperte na sociedade grandes forças para que ela possa se mover com suas próprias pernas. (RAMO, 2004).

participação no mercado internacional para outras economias, como os países da América Latina. Com sua incessante "fome" por matérias primas, este grande país Asiático e suas políticas hábeis buscaram o máximo de vantagens para seu desenvolvimento, passando a estabelecer o fortalecimento de uma cooperação do eixo sul-sul. Incorporando as relações de países africanos e latinos americanos a sua economia. Dentre estas relações, vale destacar a importância dos laços do Brasil e da China dentro desse novo contexto da divisão social mundial do trabalho. O Brasil por sua enorme capacidade de produção agrícola, devido as suas profundas transformações técnico-produtivas, a utilização de insumos e máquinas modernas, e a China por sua abrangente capacidade de absorção de *commodities*[10].

Com a redução do crescimento econômico mundial, o Brasil sofreu alterações na expansão das exportações agrícolas. Entre os anos de 2007 a 2009 o que se verificou foi um decréscimo do valor das exportações para os países desenvolvidos, entre 2004 a 2010 regrediu 16,7%, estes responsáveis por absorver 34,5% de todo o comércio agrícola do Brasil, o que corresponde a cifra de US$ 22 bilhões. Contudo, houve uma elevação das exportações para países em desenvolvimento. As vendas para estes últimos subiram de US$ 23,4 bilhões, em 2007, para US$ 33,9 bilhões em 2009. Entre 2003 e 2009, a participação dos países em desenvolvimento subiu de 45,3% para 61,9%. Perfazendo um aumento na participação do Brasil no mercado agrícola de 2,6 pontos no período de 2001 a 2009. Nesta mesma faixa de tempo a agropecuária ganhou destaque nas exportações, que antes de 2001 eram de 28,5% e já em 2009 correspondiam a 38,5%. Em 2010 este número representou a cifra de US$ 39,9 bilhões, verificando uma variação anual para estes países de 20% nos últimos seis anos. Desencadeando um crescimento médio de 14% anual entre 2005 e 2010 das exportações agrícolas brasileiras. Os maiores responsáveis por este crescimento foram os países asiáticos, principalmente pelo consumo desenfreado da China. As importações chinesas no agronegócio passaram de 7,83% em 2003 para 14,6% em 2010. (Estatísticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

[10] Entendem-se commodities como mercadorias, no sentido de grandes produtos, produtos primários, como café, algodão, açúcar, metais não ferrosos, etc., geralmente transacionado em bolsa. (http://economia.uol.com.br/glossario)

Tabela 2 – Exportação e participação dos mercados internacionais

País	Exportação US$ milhões				Participação (%)				Variação da participação			
	2004	2006	2008	2010	2004	2006	2008	2010	2004	2006	2008	2010
Países Desenvolvidos	**14.521**	**17.243**	**25.575**	**22.000**	**51,2**	**46,7**	**43,8**	**34,5**	**-4,5**	**-2,9**	**-9,3**	**-16,7**
União Europeia 27 - UE 27	10.949	12.091	18.819	15.828	38,6	32,7	32,2	24,8	-5,9	-0,5	-7,4	-13,8
EUA	1.959	3.194	3.435	3.056	6,9	8,6	5,9	4,8	1,7	-2,8	-1,1	-2,1
Japão	1.121	1.178	2.144	2.116	4	3,2	3,7	3,3	-0,8	0,5	-0,4	-0,6
Canadá	248	402	453	630	0,9	1,1	0,8	1	0,2	-0,3	0,2	0,1
Suiça	111	187	379	204	0,4	0,5	0,6	0,3	0,1	0,1	-0,3	-0,1
Oceania	132	191	345	166	0,5	0,5	0,6	0,3	0,1	0,1	-0,3	-0,2
Países em Desenvol.	**12.898**	**18.354**	**30.296**	**39.960**	**45,5**	**49,7**	**51,9**	**62,7**	**4,2**	**2,2**	**10,8**	**17,2**
China	2.329	2.804	6.696	9.339	8,2	7,6	11,5	14,6	-0,6	3,9	3,2	6,4
Ásia (Excl. Oriente Médio, Japão e China)	2.719	3.293	5.613	8.581	9,6	8,9	9,6	13,5	-0,7	0,7	3,8	3,9
Oriente Médio	2.676	4.039	4.973	7.563	9,4	10,9	8,5	11,9	1,5	-2,4	3,3	2,4
África (Excl. Oriente Médio)	2.052	3.215	4.498	5.816	7,2	8,7	7,7	9,1	1,5	-1	1,4	1,9
Rússia, Fed. Da	1.532	3.125	4.156	4.039	5,4	8,5	7,1	6,3	3,1	-1,3	-0,8	0,9
Aladi (Excl. Mercosul	1.064	1.230	3.314	3.427	3,8	3,3	5,7	5,4	-0,4	2,3	-0,3	1,6
Mercosul	526	649	1.046	1.195	1,9	1,8	1,8	1,9	-0,1	0	0,1	0
Demais Países	**936**	**1.340**	**2.491**	**1.790**	**3,3**	**3,6**	**4,3**	**2,8**	**0,3**	**0,6**	**-1,5**	**-0,5**
TOTAL	**28.345**	**36.936**	**58.362**	**63.751**	**96,7**	**96,4**	**95,7**	**97,2**	**...**	**...**	**...**	**...**

Fonte: AGROSTAT Brasil, a partir dos dados da Secex/MDIC

Elaboração: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Estes dados nos revelam a redistribuição da participação dos mercados internacionais mediante a crise financeira dos países centrais. Desmembrando as exportações para a União Européia, teríamos a China como o principal parceiro no intercâmbio do Agronegócio. E que de fato, a China passou nos dias atuais a ser o nosso principal comprador de nossos campos. Tendo uma participação em torno dos 20% no mês de junho de 2012. Vale destacar que as venda a China concentra-se em apenas poucos produtos, como os produtos do complexo da soja, cuja participação

chegou a 84,89% no total exportado. Por outro lado, as importações agrícolas tiveram uma redução na participação do total exportado para a China, de 60% em 1997 para 36,8% em 2009. Grande parte dessa redução se deve ao maior número das vendas de minério de ferro.

Dentro dessa perspectiva do crescimento das exportações agrícolas, um produto cuja produção é regada por abundante mão-de-obra, vem ganhando espaço na lista de produtos consumidos pelo mercado chinês, o açúcar em bruto. Este produto que é derivado da cultura da cana-de-açúcar, e que por afinação produtiva, sua comercialização é relevante no interior do centro-sul e em menor escala no nordeste do Brasil. Antes dos anos 2010, mesmo com a 3º posição no ranking das vendas, o montante vendido não passou os US$ 71.428 milhões em 2009. Porém, em 2010 este mercado deu um grande salto, aonde suas vendas chegaram a US$ 505.462 milhões, correspondendo a 1.237.004 toneladas do produto. Proporcionando ao setor sucroalcooleiro brasileiro uma fatia mais significativa do bolo nas vendas internacionais do agronegócio.[11]

Mesmo com a redistribuição da participação no consumo por produtos agrícolas chinês, o mercado exportador brasileiro soube tirar proveito do comércio bilateral, incentivando a comercialização de outras culturas e redistribuindo a participação das regiões brasileiras no mercado importador chinês. Durante os anos de crise, o comércio internacional estabilizou o nosso crescimento, descentralizou o destino das exportações, fortalecendo nossas bases e melhorando nossa competitividade agrícola, obviamente, puxados pelo crescimento do "Dragão Vermelho". Mas como toda moeda tem dois lados, o Brasil vem apontando certo grau de dependência do mercado asiático. Assunto que ficará para as próximas publicações.

A organização internacional da produção

Desde a expansão do capitalismo europeu no século XVI, o mundo tem passado por diversas transformações no campo econômico. Integrando ao seu sistema novos territórios, resultando o fim do que Immanuel Wallerstein denominou de minissistemas, esses, absorvidos pelo sistema-mundo. E por sua vez, o sistema-mundo por ter o poder

[11] Segundo os dados da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.

de abranger mais de uma entidade política, Wallerstein divide em dois, impérios mundo e economias-mundo. Observando a economia-mundo capitalista, que juntamente ao sistema interestatal formam o moderno sistema mundial, observamos uma divisão social do trabalho. Dentro desta nova ordem econômica, estariam o Brasil e a China, juntamente os seus produtos transacionados, que nestas linhas esclarecem a relação do agronegócio.

O milagroso crescimento econômico da China dos últimos vinte anos causa transformações profundas em seu interior. Os planos sociais e econômicos se deparam com pontos positivos e negativos. Embora grande parte de sua população continue na pobreza, desde o início das reformas, mais de 250 milhões de pessoas foram retiradas da margem da sociedade chinesa. Essa população passou a incorporar o mercado consumidor chinês com um razoável poder de consumo. Esse processo de integração da população, que conta com 1,34 bilhões de habitantes, é acompanhado pelo crescimento da economia, que gira em média dos 8%.

Com aproximadamente 9,6 milhões de quilômetros quadrados, a China é o quarto maior país do mundo em termos geográficos. Sua paisagem é caracterizada por sua variação vegetal e climática compostos por regiões de montanhas, desertos, planícies, e áreas de clima severo com temperaturas abaixo de – 10° C. Porém, a China possui uma pequena área de terras e climas propícios á realização das atividades agropecuárias. Sem mencionar o problema de escassez dos recursos hídricos. Sendo assim, as terras aráveis da China correspondem a 7% do planeta, e não existem chances de expansão significativas. Estes 7% representam em outras palavras 122 milhões de hectares. (ADUARDO VILLELA, 2004)

Apesar deste número enxugado, a produtividade das terras chinesas aumentou substancialmente nos últimos anos. Esse efeito ocorreu devido aos pesados investimentos do estado em ciência e tecnologia. Contudo, a elevação da produtividade não proporciona a auto-suficiência na produção agropecuária. Impossibilitando as necessidades de mais de 1,3 bilhões de habitantes. Não restando alternativa ao país, a não ser suprir suas necessidades via importações dos produtos alimentícios.

O Brasil nesse aspecto é viabilizado por sua auto-suficiência em produtos agropecuários. Com uma população 190,7 milhões de habitantes, com uma participação de 5,8% da agricultura no PIB, e o quinto maior país geograficamente do mundo, o que

correspondem a 47% do território da America do Sul, o mercado exportador agropecuário mostra desempenho e fortalecimento nos últimos 10 anos. Esse fortalecimento em parte é devido a sua grande quantidade em recursos naturais e por seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Quase todo território nacional é possuidor de clima e vegetação favoráveis a alguma produção de cultura alimentícia. Essas características fazem do Brasil um país geograficamente diverso.

As transformações das técnicas produtivas a partir dos anos 1960, juntamente a introdução de novas tecnologias inseridas por órgãos de pesquisa propiciaram ao Brasil o crescimento de sua produção agropecuária. Porém de acordo com a EMBRAPA, as áreas de potenciais ainda disponíveis representam quase o dobro das áreas em lavouras utilizadas atualmente. Ainda segundo a EMBRAPA, o Brasil é o país que tem a maior disponibilidade de terras aráveis não utilizadas, correspondentes a 106 milhões de hectares disponíveis para o plantio. O que tornaria o país o maior produtor agrícola mundial. (JOSÉ CAMARGO 2009).

Tabela 3 – Distribuição da terra no Brasil (milhões de hectares)

Floresta Amazônica	345
Pastagens	220
Áreas protegidas	55
Culturas anuais	47
Culturas permanentes	15
Cidades, lagos e estradas	20
Florestas cultivadas	5
Sub-total	707
Outros usos	38
Áreas não exploradas disponíveis para a agricultura	106
TOTAL	**851**

Fonte: EMBRAPA, citado por TONETO, R (2008)

Elaboração: PAULINO, Luís A. PIRES, Marcos C. org. *Nós e a China: o impacto da presença chinesa no Brasil*. São Paulo: LCTE, 2009

Apesar do não aproveitamento da área disponível, a participação brasileira no comércio mundial segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de produtos agropecuários correspondeu 6,9% em 2006 e em 2009 passaria a 7,3%. No período de 2001 a 2009, a participação do setor passou de 208,5% para 35,8% das exportações. Perfazendo um número maior na participação se comparado a participação total do Brasil das exportações no mercado mundial no mesmo período. A agropecuária mostra uma participação maior, em 2009 a participação brasileira total no comercio mundial foi de 1,6%.

Tabela – 4 Participação agrícola no comércio mundial

	2001	2003	2005	2007	2009
Total Mundial	4.793,85	5.701,60	8.136,58	10.714,13	9.864,73
Agrícola Mundial	352,55	426,42	527,24	698,62	749,65
Participação Agri./Total - Mundial %	7,4%	7,5%	6,5%	6,5%	7,6%
Total Brasil	58,29	73,2	118,53	160,65	152,99
Agrícola Brasil	16,59	21,71	32,21	44,89	54,83
Participação Agri./Total - Brasil	28,5%	29,7%	27,2%	27,9%	35,8%
Part. Total Brasil/Total Mundial	1,2%	1,3%	1,5%	1,5%	1,6%
Part. Agri./Agro Mundial %	4,7%	5,1%	6,1%	6,4%	7,3%

Fonte: Trademap/CCI

Elaboração: CGOE/DPI/SRI/MAPA

É nesse contexto produtivo atrelado a economia-mundo capitalista que verificamos as relações entre os países Brasil e China, que são acompanhadas de uma crescente divisão social do trabalho internacional. A exportação do agronegócio chinês para o mercado brasileiro se torna irrelevante por seu baixo nível nas transações da balança comercial, não houve nos últimos anos grandes números de produtos importados neste segmento pelo Brasil, o que vemos na verdade é uma maior participação das exportações dos produtos manufaturados chineses no mercado brasileiro. Desarticulando e desestimulando a produção industrial interna, seja por seu baixo custo de mão-de-obra, seja por sua política de câmbio depreciado.

Apesar deste enclave, o Brasil de 2000 a 2010 apresentou superávits constantes, tanto na balança comercial total, como na balança dos produtos agrícolas e pecuários, porém, estes superávits são marcados por restrições comercias adotada pelo governo brasileiro. Já que nossa nação sofre com as trocas desiguais, trocamos produtos de baixo valor agregado por produtos com tecnologias avançadas. Este superávit nos esclarece o nível da divisão social internacional do trabalho. O Brasil estaria na base da cadeia de mercadorias[12], alimentando o povo chinês, enquanto a China estaria no elo mais rentável do processo, já que além dos produtos do agronegócio, exportamos também grande quantidade de matérias-primas. Mesmo com sua agricultura fazendo parte em 9,6% do PIB chinês, contra 5,8% do PIB brasileiro, a população chinesa é de cerca de 1,34 bilhões de habitantes, contra apenas 190 milhões de brasileiros. Em 2010 o Brasil havia exportado US$ 7.430.030 em produtos agropecuários, e a China neste mesmo período exportou US$ 238.997, com o seu principal produto, o alho em US$ 61.707, ou seja, apesar da enorme diferença das transações, o setor agrícola-exportador brasileiro estaria tornando-se uma "fazenda" para a população chinesa. O Brasil, desde a crise financeira vem tornando-se dependente do mercado importador da China. Devemos lembrar que o país necessita das constantes receitas chinesas, o que permite o constante superávit brasileiro e o que permitiu pagar quase toda nossa divida estrangeira e sair da dependência do Fundo Monetário Internacional (FMI)[13]. O que de fato é registrado, a China é hoje, o principal comprador destes produtos. O Brasil encontra-se como um dos principais produtores mundiais agropecuários, e como tal, é natural suprir a necessidade da crescente demanda por alimentos da China. O governo e a elite chinesa sabem muito bem sobre suas limitações quanto a recursos naturais, este país possui uma pequena área de terras e clima propícios a realização da atividade agropecuária, em que se destacam as planícies, restando apenas internamente ao governo chinês investir em tecnologia para aumentar a produtividade de suas terras. Juntamente a este fato, somam-se a crescente massa de trabalhadores em direção as cidades em busca de melhores condições de vida e uma maior inclusão da China moderna. É nesse quadro, que o país busca por alternativas para o consumo, passando a importar os recursos.

---

[12] Geralmente, estão relacionadas ao comércio de longa distância, que engloba várias regiões e perpassa fronteiras de territórios de Estados nacionais. São cadeias produtivas e comerciais que compõem a produção de mercadorias, desde a extração de suas matérias-primas — em geral, feita nas regiões de periferia — até sua transformação em produtos de alto valor agregado.

[13] *Revista Rumos*. Ano 36, n°262, p. 23. Rio de Janeiro, 2012.

A relação do Brasil e da China dentro de uma economia-mundo nos últimos anos mostra uma maior aproximação acompanhada de uma divisão internacional do trabalho. O Brasil por suas riquezas naturais propicia ao desenvolvimento e cultivo de produtos agropecuários. A China por sua grande capacidade de absorção destes produtos, assim como, a capacidade de produção de produtos manufaturados. Este último destinado ao Brasil e aos demais países do globo. O que evidência uma pressão nos parques indústrias brasileiros, proporcionadas por uma troca desigual.

As Transações das Principais Mercadorias: 2000 - 2010

De acordo com o ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a China é o quarto importador de produtos agrícolas do mundo, com compras de US$ 54 bilhões, sua absorção perde apenas para União Européia, Estados unidos e o Japão, US$ 135 bilhões, US$ 93 bilhões, US$ 61 bilhões respectivamente. Apesar destes números, o crescimento anual das importações agrícolas chinesas gira em torno dos 16,2%, diferentemente dos outros mercados que possuem um crescimento menor. Esse crescimento pelo consumo de produtos agrícolas implicara, em um futuro não muito distante, a colocação da China como o principal mercado absorvedor destes bens, depois da União Européia.

Dentro de uma perspectiva do comércio do agronegócio, a relação bilateral entre o Brasil e a China a cada ano ganha mais força e comprometimento. Na organização internacional do comércio, o Brasil no segmento produtivo agropecuário, demonstra autonomia produtiva e campos sólidos. Seus constantes superávits na balança comercial agrícola definem a consolidação do nosso mercado, não somente perante a China, mas ao comércio mundial. Em 2009, tivemos a participação de 14% do mercado importador agrícola chinês. No ano de 2010 as exportações destinadas à China foi ao montante de US$ 9.338.735 bilhões, contra as importações advindas da China que não passaram os US$ 481.920 milhões.

Os oito principais produtos agropecuários exportados pelo Brasil nos últimos três anos a China foram: soja (soja em grãos, óleo de soja em bruto), açúcar m bruto, fumo não manufaturado, carne de frango in natura, algodão não cardado nem penteado, sucos de laranja, outros produtos de origem vegetal. Alguns desses produtos ganham destaque

por suas vendas desde os anos 2000, que apesar do crescimento das exportações englobavam os principais produtos das aquisições chinesas.

Tabela 5 – Evolução das exportações agropecuárias do Brasil para a China 2000 - 2010

PRODUTO	2000		2002		2004	
	US$ mil	t	US$ mil	t	US$ mil	t
SOJA EM GRÃO	337.350	1.783.628	825.475	4.142.665	1.621.736	5.678.005
ÓLEO DE SOJA EM BRUTO	17.334	50.849	117.404	284.048	422.870	750.641
AÇÚCAR EM BRUTO	0	0	0	0	0	0
FUMO NÃO MANOFATURADO	50.274	16.676	69.448	23.891	101.865	27.569
CARNE DE FRANGO *IN NATURA*	11.047	18.901	48.177	9.905	33.858	60.176
ALGODÃO NÃO CARDADO NEM PENTEADO	0	0	2.408	2.845	19.161	14.905
SUCOS DE LARANJA	2.239	2.417	7.325	8.108	31.004	37.998
OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	136	60	513	368	686	489
PRODUTO	2006		2008		2010	
	US$ mil	t	US$ mil	t	US$ mil	t
SOJA EM GRÃO	2.431.569	10.769.167	5.324.052	11.823.573	7.133.441	19.064.458
ÓLEO DE SOJA EM BRUTO	113.120	233.622	824.026	698.030	780.594	928.961
AÇÚCAR EM BRUTO	54.792	186.536	21.747	74.097	505.462	1.237.004
FUMO NÃO MANOFATURADO	77.611	16.961	367.315	54.329	343.342	44.035
CARNE DE FRANGO *IN NATURA*	19.091	27.475	1.389	980	219.605	121.522
ALGODÃO NÃO CARDADO NEM PENTEADO	24.289	20.947	32.334	23.726	140.152	84.583
SUCOS DE LARANJA	43.664	40.299	56.925	33.497	73.847	55.142
OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	1.743	1.128	2.897	603	31.244	37.720

Fonte: AGROSTAT Brasil

De acordo com a tabela acima, verificamos a evolução do montante das participações dos oito principais produtos comercializados em 2010. Como principal produto, a soja em grãos, desde os anos 2000, ganha destaque por seu volume no total das exportações no agronegócio. A China em 2010 adquiriu 19,1 de toneladas das 29, 1 milhões exportadas, o que significa o percentual de 65% do total exportado, ou seja, este país é o

principal importador de grãos de soja do Brasil. Segundo estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a China esmagará mais de 50 milhões de toneladas de soja em 2011, o que significa dizer, que a maior parte dos grãos que importa e produz será esmagado no próprio país, gerando uma produção de aproximadamente 10 milhões de toneladas de óleo de soja. Este último, ganha destaque como o segundo lugar nas exportações brasileiras direcionadas a China. Mesmo com uma produção considerável de óleo de soja, o consumo chinês deste produto é superior a 12 milhões de toneladas ano. Suas vendas são acompanhadas pelo crescimento da soja em grãos, chegando ao montante vendido US$ 780,6 milhões em 2010. O produto representante da agropecuária, do grupo dos oitos produtos mais vendido é a carne de frango *in natura*. Suas vendas passaram de 18.901 toneladas em 2000 para 121.522 toneladas no ano de 2010.

Apesar dos números significativos, a exportação em grande quantidade é concentrada em poucas mercadorias. Vale ressaltar, que as vendas do açúcar em bruto da cana de açúcar duplicou no ano posterior ao de 2010. O setor sucroalcooleiro está ganhando espaço nesse mercado, em 2006 sua participação girou em torno dos 2%, em 2010 houve um acréscimo, alcançando os 5% das exportações, representando o segundo setor com maiores vendas. Porém, as vendas continuam impulsionadas pelo complexo da soja que em 2010, compreendeu a 85% das exportações para a China.

Os produtos advindos do mercado chinês não tiveram crescimento relevante se comparados às exportações brasileiras. Porém, em 2010 as importações pelo Brasil quase que quadruplicaram, as vendas passaram dos US$ 239 milhões para os US$ 481,9 milhões. Os oitos produtos agropecuários mais vendidos em 2010 foram, alho, filés de peixe congelados, outras rações para animais domésticos, feijões secos, demais produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos secos, bacalhau, este tanto congelado com defumado, tomates preparados ou conservados, e miudezas de carne suína. Desta lista, o alho é o produto que ganha mais destaque, suas vendas ocorrem desde os anos 2000.

Tabela 6 – Evolução das exportações agropecuárias da China para o Brasil, 2000-2010

PRODUTO	2000		2002		2004	
	US$ mil	t	US$ mil	t	US$ mil	t
ALHO	8.580	13.325	16.577	31.274	11.085	31.011
FILÉS DE PEIXE, CONGELADOS	0	0	0	0	0	0
OUTRAS RAÇÕES PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS	547	437	3.719	3.339	5.967	4.875
FEIJÕES SECOS	3	10	67	165	96	225
DEMAIS PRODUTOS HORTÍCOLAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS SECOS	603	672	1.309	1.745	2.162	2.676
BACALHAU	0	0	0	0	0	0
TOMATES PREPARADOS OU CONSERVADOS	5	4	6	3	498	1.008
MIUDEZAS DE CARNE SUÍNA	1.294	287	0	0	0	0
PRODUTO	2006		2008		2010	
	US$ mil	t	US$ mil	t	US$ mil	t
ALHO	31.847	62.907	31.775	86.899	140.777	97.190
FILÉS DE PEIXE, CONGELADOS	0	0	20.495	9.371	65.329	27.094
OUTRAS RAÇÕES PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS	20.045	13.504	42.590	22.117	52.874	26.164
FEIJÕES SECOS	984	2.342	72.718	89.629	28.845	47.400
DEMAIS PRODUTOS HORTÍCOLAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS SECOS	8.234	4.650	7.721	7.654	27.139	12.027
BACALHAU	0	0	4.360	867	20.112	3.565
TOMATES PREPARADOS OU CONSERVADOS	20	6	466	584	14.774	18.353
MIUDEZAS DE CARNE SUÍNA	427	86	28.533	2.011	14.528	1.928

Fonte: AGROSTAT Brasil

As exportações chinesas direcionadas ao Brasil, apesar do crescimento no volume das mercadorias, não possuem destaque consideráveis na balança comercial. O produto mais representativo como mostra a tabela 6, é o alho, sua importação mais que dobrou em 2010, passando de US$ 60,7 milhões, para os US$ 140.777 milhões nas vendas. Contudo, os números do crescimento foram apenas monetários, já que houve um forte aumento em seu preço, sua expansão não passou os 6% de 2009 a 2010.

Conclusão

O intercâmbio comercial sino-brasileiro do agronegócio aumentou aceleradamente desde os anos 2000, se compararmos aos 25 anos posteriormente a retomada da relação diplomática em 1974. O crescimento das transações das mercadorias desperta boas perspectivas de continuar a um ritmo superior a relação comercial do Brasil com o restante do mundo. A intensificação do comércio é percebida em maior escala durante e depois da crise econômica dos países centrais.

O Brasil desde a década de 1960 investe nas transformações produtivas das colheitas e na criação de animais de cortes. Elaborando novas tecnologias para os insumos e adquirindo maquinas modernas para o setor, viabilizando a fomentação de algumas culturas, principalmente as voltadas para o mercado agroexportador. As transformações implicaram na concentração dos latifúndios, desequilibrando a frágil renda dos camponeses e pequenos agricultores. Diferentemente da história agropecuária do Brasil, o governo chinês em 1953 já orientava a organização coletiva do campo. Porém somente a partir do ano 1978 com as reformas orientadas por Deng Xiaoping, conseguiriam obter sucesso.

Durante a crise financeira dos países centrais, verificou-se uma redução na participação nas exportações direcionadas aos países desenvolvidos, passando de 51,5% em 2004 para 33,5% em 2010. Este decréscimo foi acompanhado por uma maior participação dos mercados em desenvolvimento, em 2004 as exportações a estas nações corresponderam a 45,5% do total vendido, em 2010 passaria a 62,2% da participação. Esse grupo de países foi responsável pela dinamização das vendas brasileiras. A China foi o principal indutor do incremento das exportações do Brasil. Responsável por quase um quinto do incremento das exportações agropecuárias brasileiras. Sua participação mai que dobrou no período de 2004 a 2010, passando dos 8,2% para 14,6%. Sua importação chegou a US$ 9, 3 bilhões em 2010.

Com uma população de 1,3 bilhões de pessoas, a China torna-se deficitária na produção de alimentos para sua população. Com uma participação de 9,6% da agricultura em seu PIB, este país vem se tornando um dos maiores produtores agrários do planeta. Apesar do seu clima e vegetações não serem favoráveis ao cultivo das plantações, a China investe em tecnologia para maximizar ao máximo a produção de alimentos. Porém, devido a sua forte demanda por estes produtos, não resta alternativa,

a não ser a importação em grandes mercados produtores agrícolas, como o Brasil. Com uma população de 190 milhões de habitantes, o país torna auto-suficiente na produção agropecuária. Apesar de a agricultura fazer parte de apenas 5,8% do seu PIB. Estimulando a divisão internacional do trabalho e as trocas desiguais, já que além de produtos básicos para a população, a China também compra matérias primas para a fabricação de produtos manufaturados.

Desde os anos 2000, é notável a evolução da participação do complexo de soja nas importações chinesas. Destacando dois produtos, a soja em grãos e o óleo de soja, segundo as estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a China esmagará mais de 50 milhões de toneladas de soja em 2011, ou seja, grande parte da soja em grãos será esmagada pelo país para a fabricação do óleo da soja. O país tem a capacidade de produzir 10 milhões de toneladas do produto, porém seu consumo é de 12 milhões, o que justifica a crescente participação do óleo de soja na pauta exportadora brasileira para a China. Como contrapartida, importamos da China uma pequena quantidade de produtos advindos da agropecuária, como o alho.

Como observamos a relação do Brasil com a China demonstra constante evolução e fortalecimento no setor agropecuário. Principalmente as exportações brasileiras. É difícil imaginar as exportações do Brasil hoje sem a participação do consumo da China. As expectativas são boas, cabe aos governos a melhor orientação para o maior aproveitamento das transações.

Referências

PIRES, Marcos Cordeiro. *Série Economia de Bolso - Brasil e China na Globalização.* São Paulo: LCTE. 2008;

POMAR, Wladimir. *Revoluções do Século 20 - A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2003;

CARVALHO, Edemir org. *Perspectivas da Globalização – E das Suas Contradições no Brasil e na América Latina.* São Paulo: LCTE, 2010;

PAULINO, Luís A. PIRES, Marcos C. org. *Nós e a China: o impacto da presença chinesa no Brasil*. São Paulo: LCTE, 2009;

ARIENTI, Wagner Leal. FILOMENO, Felipe A. *Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.28, n. 1, p. 99-126, julho 2007.

AGROSTAT - Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro;

Revista *Rumos – Economia e desenvolvimento para os novos tempos*. Ano 36, n° 262 – Março – Abril de 2012;

VILLELA, Eduardo V. M. *As relações comercias entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor*. Dezembro de 2004.

Brasil: *Intercâmbio Comercial do agronegócio – Principais mercados de destino.* Edição 2011. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, 2011.

EMBRAPA (http:// www.embrapa.br/)

MULTILATERALISMO PRAGMÁTICO E A INSERÇÃO DOS EMERGENTES NA ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA-MUNDO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS BRICS NA AGENDA DO BRASIL

Hermes Moreira Jr.[1]

RESUMO:

As transformações do cenário internacional nos últimos anos têm gerado amplo debate sobre a possibilidade de constituição de uma nova ordem global. A crise relativa do poder americano indica a transformação das relações de poder no sistema internacional. Nesse quadro de declínio do poder e influência americana um novo equilíbrio global pode ser estabelecido com a ascensão de novas potências como Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul. Assim, verifica-se que os BRICS pretendem compartilhar suas demandas em um grupo institucionalizado. Dessa forma, ao atuarem no sentido de questionar a agenda econômica global e propor a reforma de instituições econômicas multilaterais de governança global, pretendem participar como protagonistas da organização econômica e política do sistema-mundo capitalista. O objetivo deste texto é, portanto, discutir a importância conferida à institucionalização dos BRICS na agenda da política externa do governo Lula da Silva. Partindo da premissa de que o Brasil se utiliza de canais multilaterais para projetar seus interesses nacionais tentar-se-á identificar a presença de elementos considerados prioritários na estratégia de inserção internacional do Itamaraty no período 2003-2010 nas Declarações dos Encontros de Cúpula dos países dos BRICs. Assim, busca-se confirmar a hipótese de que o Brasil pretende compartilhar suas demandas em um grupo institucionalizado fortalecendo suas posições nas instituições e fóruns multilaterais, contudo estimulando uma plurilateralização em detrimento de uma multilateralização universalista das discussões da agenda global.

Palavras-Chave: BRICS; governança global; economia-mundo; política externa brasileira

INTRODUÇÃO

Há exatas duas décadas parecia impossível se discutir o papel do Brasil no mundo nos termos em que é colocado o debate nos dias de hoje. Em 1992, mergulhado em uma profunda crise político-institucional, fruto do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, e distante de uma solução confortável à situação econômica do país devido à grave crise dos anos 1980 e ao duro processo de renegociação da dívida

[1] Professor de Economia Política e Política Externa no curso de Relações Internacionais da **Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. hermesmoreira@ufgd.edu.br**

externa, o Brasil buscava estabilizar seu ambiente doméstico para, posteriormente, traçar uma nova estratégia de inserção internacional.

Passados vinte anos, presenciamos uma nova caracterização da realidade política e econômica brasileira. A estabilidade alcançada ao longo dessas duas décadas possibilitou ao país traçar uma nova estratégia de inserção internacional e recolocar o debate sobre o papel do Brasil no cenário internacional na ordem do dia para analistas, políticos, acadêmicos e empresários. A despeito da intensa disputa entre interpretações, perspectivas e projetos que buscam explicar os eventos domésticos e internacionais que permitiram ao Brasil figurar, nos anos recentes, entre as maiores e mais dinâmicas economias do planeta, é fato que no período recente a literatura brasileira e internacional tem se debruçado com maior intensidade sobre os rumos da ação externa do nosso país.

Com efeito, a formulação e a execução da política externa brasileira adquirem novos contornos, com temas e formas de engajamento diversificadas sendo empreendidas no cotidiano de sua atuação internacional. Ademais, a política externa vem ganhando destaque junto à imprensa, academia e centros de pesquisa devido a ampliação da quantidade e qualidade de informações e análises sobre o comportamento internacional do país. Desse modo, é cada vez mais consolidado o papel de estudos sobre o ativismo brasileiro no exterior.

Nesse sentido, a nova configuração das relações internacionais proporcionou ao Brasil, em meio a tal diversificação de seu engajamento internacional, estabelecer parcerias consideradas estratégicas com Estados menos tradicionais em seu espectro de relações bilaterais. As parcerias formalizadas com os chamados grandes países periféricos (Dupas, 2005), vieram ao encontro das expectativas geradas por agentes do mercado (O'Neill, 2001; Wilson, 2003; Goldman Sachs, 2007) de que estes, capitaneados por Brasil, Rússia, Índia e China, os chamados BRIC, seriam os responsáveis pelo aquecimento da economia global nos próximos anos e, conseqüentemente, local seguro e ideal para ampliação de seus negócios e ganhos de capital por parte de seus investidores.

Dentro desse contexto, o Brasil, durante o governo Lula da Silva (2003-2010), mas, sobretudo no período referente a seu segundo mandato, investiu na institucionalização do BRICs. A diplomacia brasileira atuou no sentido de fazer dele mais do que um acrônimo

de quatro países que conheceriam nos próximos anos importantes taxas de crescimento econômico e aumento de sua parcela de participação na economia global, dotando-os de capacidade de articulação política e forte presença em espaços de discussão e deliberação multilateral. Procurou, a partir de suas reuniões ministeriais e encontros de cúpula, fomentar projetos de cooperação técnica e econômica, mas principalmente, envidou diversos esforços no sentido de garantir posições políticas conjuntas em temas da agenda global.

A crise financeira iniciada em 2008, que atingiu em cheio o centro do sistema econômico global, Estados Unidos e Europa Ocidental, contribuiu para a ampliação do processo de aproximação entre as economias dos grandes países periféricos. Além disso, em virtude de seus índices e desempenho econômico recentes, China, Índia, Rússia e Brasil passaram, em diferentes graus, é verdade, a ter papel mais atuante nas discussões sobre os rumos da economia global. Papel esse corroborado pelas grandes economias tradicionais, haja vista a opção pelas discussões de medidas de superação da crise no âmbito do G-20 financeiro, ao contrário das ortodoxas decisões tomadas no espaço do G-8. Fatores esses que concretizaram as expectativas daqueles que enxergavam nos BRICs alto potencial de participação em mecanismos multilaterais de decisão política, além de importantes representantes da nova configuração do comércio e economia global.

Até o presente momento, quatro documentos oficiais foram produzidos a partir das reuniões de Cúpula dos BRICs[2]. As declarações desses Encontros de Cúpula são motivo de otimismo aos entusiastas desse novo modelo, ao as declararem como semente de uma futura institucionalização formal dos BRICS. Ao passo que são minimizadas pelos céticos, que não vislumbram nelas nada mais do que mera formalidade diplomática, comum a quaisquer eventos dessa natureza.

Disso tudo, destaca-se o fato de ter se tornado central na análise da política externa brasileira contemporânea uma discussão séria sobre o papel dos BRICS no processo de formulação e execução de nossa política exterior. O objetivo desse texto é, portanto, refletir

[2] A partir do ano de 2011, na Cúpula de Sanya, na China, a África do Sul foi politicamente incorporada aos BRICs, alterando seu acrônimo para BRICS e participando plenamente das discussões na Cúpula de Nova Déli (2012).

sobre o papel que o Brasil atribuiu aos BRICS em sua agenda internacional durante o governo Lula. Pois entendemos que houve alto grau de importância conferida à institucionalização dos BRICS, principalmente com base no destaque dado pelas "vozes autorizadas" da diplomacia brasileira ao papel que os BRICS deveriam exercer na conformação da atual ordem internacional. Nesse sentido, acreditamos que o posicionamento desses representantes da diplomacia e do governo brasileiro em relação aos BRICS buscou elaborar um quadro conceitual de dupla característica, cognitiva e normativa (Arbilla, 2000), no intuito de definir a "realidade" na qual a política externa se desenvolve e de prescrever os "melhores rumos" de atuação dessa política externa.

Ademais, partimos do pressuposto de que esse processo de institucionalização dos BRICS foi impulsionado pelo Brasil por identificar nessa estratégia a melhor alternativa para viabilizar os interesses brasileiros nesse contexto de "nova geometria econômica global" (Fiori, 2007). Buscaremos confirmar essa hipótese com base no conteúdo das Declarações de Cúpula dos BRICS, observando os elementos presentes nesses documentos que coadunam com as propostas da política exterior no período do governo Lula da Silva. Acreditamos que o Brasil, ao compartilhar suas demandas em um grupo institucionalizado como o BRICS, fortalece suas posições nas instituições e fóruns multilaterais, contudo estimula uma plurilateralização em detrimento de uma multilateralização universalista das discussões da agenda global.

É importante afirmar que esse texto não se trata de um esforço sistemático de pesquisa empírica, baseado em fontes primárias que sustentem as hipóteses levantadas. É caracterizado por uma reflexão sobre temas e acontecimentos considerados relevantes para o estudo da política externa brasileira contemporânea, respaldada por uma revisão bibliográfica de autores que têm, sobre diversas perspectivas, se dedicado ao estudo da temática e apoiado em alguns dados disponíveis em fontes oficiais e imprensa.

Grosso modo, o texto não avança em temas específicos e não apresenta grandes traços de originalidade em sua construção ou método de abordagem. Pretende, somente, apresentar uma análise de conjuntura que ofereça uma leitura articulada entre ideias que aparecem em diferentes contextos e podem se complementar, possibilitando construir futuras agendas de pesquisa ou formular hipóteses de trabalho.

Assim, optamos por apresentar, num primeiro momento, uma discussão sobre o multilateralismo e seu significado na trajetória recente (*o período da estabilidade política e econômica*) da política externa brasileira, apresentando aspectos teóricos e aplicados nessa discussão. Em seguida, nos detemos no contexto do governo Lula da Silva, priorizando a análise de sua estratégia de inserção internacional baseada na diversificação de parcerias e no aprofundamento do eixo de cooperação Sul-Sul. Na sequência, direcionamos o foco para a compreensão do papel do Brasil dentro do arranjo coletivo proporcionado pelos BRICS, com especial atenção aos documentos dos Encontros de Cúpula dos BRICS. Por fim, nas considerações finais deste texto, abordamos a questão da plurilateralização dos temas da agenda internacional, apresentando nossa interpretação desse processo no âmbito da proposta de uma nova conformação da ordem internacional.

O MULTILATERALISMO COMO VALOR E OPÇÃO ESTRATÉGICA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A diferenciação das capacidades e dos limites de ação dos Estados no sistema internacional traz consigo o debate sobre as possíveis alternativas para exercício do interesse nacional por parte daqueles Estados com baixo nível de capacidade ou dimensão limitada de ação. Nesse sentido, o comportamento internacional desses atores deve priorizar estratégias de engajamento e alcance compatíveis com suas possibilidades, evitando quaisquer medidas que levem à política de poder, ou seja, aos mecanismos clássicos da política internacional baseados na força, na coerção e na dominação.

Ao longo do século XX o exercício do interesse nacional tornou-se um jogo eminentemente mais complexo, em que as negociações e as barganhas disputam espaço com a tradicional política de poder. Tal processo se deu, notadamente, em decorrência de uma série de processos, tais como: o declínio dos grandes impérios; o processo de descolonização na Ásia e na África e a constituição de uma gama de novos Estados no sistema internacional; a possibilidade de uma guerra terminal devido ao advento dos arsenais nucleares; a ampliação do comércio internacional e; o aprofundamento dos fluxos transnacionais em padrões globais.

Nesse contexto, como fruto da articulação de diversos desses novos atores, somada à presença de ampla maioria de Estados com baixo nível de capacidade e dimensão limitada

de ação e ao respaldo de potências que buscavam desarticular os equilíbrios de poder instaurados, os mecanismos multilaterais adquirem força e são revestidos por alto grau de legitimidade no bojo dos esforços para se encontrar um modelo de governança global compatível com o ambiente anárquico característico das relações internacionais. Mais ainda, o modelo de sociedade internacional apresentado por Bull (1977), identificado a partir da constatação de valores, normas, instituições e padrões de conduta que conduzem e restringem as ações dos Estados, se torna legítimo e hegemônico entre os atores internacionais, que delegam àqueles mecanismos multilaterais a prerrogativa de discutí-lo e implementá-lo.

Torna-se possível, então, ao Brasil, ainda que possua capacidade reduzida e dinâmica de ação limitada, exercer papel protagônico nas relações internacionais devido ao foco de atuação direcionado para as negociações desenvolvidas nos mecanismos multilaterais. Todavia, como veremos a seguir, o conceito de multilateralismo não é capaz de explicar, por si só, a dinâmica das relações entre os atores no âmbito de suas instituições. Outros fatores contêm relevância para auxiliar a compreensão do grau de efetividade do multilateralismo como alternativa à política de poder, ou por outro lado, como formato velado de adoção dessa política.

Em um grande esforço conjunto para aprofundar os debates sobre o multilateralismo, Ruggie (1993) propôs uma definição básica, que seria o ponto de partida para a classificação do multilateralismo. Seguindo sua interpretação, multilateralismo pode se referir tanto a "a relações coordenadas entre três ou mais Estados de acordo com certos princípios (Ruggie, 1993, p. 8) ou a um "formato institucional que coordena as relações entre três ou mais Estados com base em princípios gerais de conduta" (Ruggie, 1993, p. 11). Nessa definição, inicial, Ruggie já entendia que esses "princípios" seriam responsáveis por especificar a conduta adequada para cada tipo de ação dos Estados, sem levar em conta os interesses particulares de cada uma das partes envolvidas na negociação (Barbé, 2010).

Não obstante, essa definição inicial equivaleria a um conceito minimalista de multilateralismo. De acordo com sua leitura, a concepção completa, ou maximalista, de multilateralismo deve ser sustentada sobre três características fundamentais: 1) *indivisibilidade dos objetivos* para todos que participam do processo; *princípios gerais de*

conduta inerentes a todos os membros da instituição; e *reciprocidade difusa*. Dessa forma, a noção de multilateralismo se investiria de um caráter normativo, ainda que exprimisse a opção por um padrão de interação coletiva ao invés de priorizar ações unilaterais ou bilaterais nas suas diversas dimensões: como método de negociação, de ação ou de regulação, (Vigevani, 2010; Mello, 2011).

Como observa Fonseca Jr. (2008), o multilateralismo é a expressão da necessidade de regras para a interação no sistema internacional, "[...] é sempre uma aposta política (...) é uma aposta amplamente aceitável na medida em que, quando os objetivos são cumpridos, todos ganham" (p. 75). Sobretudo, porque as diferenças de poder, desenvolvimento e valores que entre os Estados são reais, estão "incorporadas ao processo multilateral balizado normalmente pela regra da igualdade jurídica" (Fonseca Jr., 2008, p. 104).

Haveria, no entanto, uma distinção entre os projetos multilaterais minimalistas e maximalistas. Distinção que poderia também ser apresentada nos termos "multilateralismo quantitativo" e "multilateralismo qualitativo", representando, respectivamente, o projeto político funcional baseado na qualidade formal de relacionamento entre três ou mais Estados dentro de uma coalizão ou Instituição, e o projeto político normativo, que envolve desprendimento a interesses imediatos e destaca a priorização dos princípios constitutivos (Barbé, 2010). Isso nos leva ao entendimento de que no âmbito do chamado "multilateralismo minimalista" (quantitativo e funcional) o grau de autonomia dos Estados se torna ferramenta estratégica para o exercício de seus interesses nacionais de forma legítima e velada, sendo implementado, preferencialmente, pelas potências dominantes ou instaladas. Ao passo que o "multilateralismo maximalista" (qualitativo e normativo), garantiria maior possibilidade às potências emergentes e aos Estados de menor desenvolvimento relativo de auferir ganhos na disputa com as potências instaladas.

Nesse sentido, a ação guiada para o multilateralismo se encontraria no escopo da teoria da escolha racional, uma vez que a cooperação em âmbito multilateral acaba sendo observada pelos Estados, seja em sua versão funcional ou normativa, opção estratégica de acordo com suas capacidades e limites, pois todos os participantes da ação coletiva estão à espera de receber benefícios dessa cooperação (Lima, 1990). O plano multilateral pode

funcionar, assim, como objeto de percepção e análise da alteração das capacidades e limites, bem como das aspirações dos Estados no cenário internacional.

Retomando o caso brasileiro, a opção pelo multilateralismo se encontra presente na história da política externa do país ao lado dos princípios tradicionais como: o pacifismo, o respeito ao direito internacional, a defesa dos princípios de autodeterminação e não-intervenção, e a busca da equidade internacional. Ademais, é perceptível na análise de nossa política exterior o recurso ao pragmatismo como instrumento necessário e eficaz à defesa dos interesses do país e à promoção do desenvolvimento econômico e social (Lafer, 2000; Cervo e Bueno, 2002).

A despeito dos elementos de continuidade e mudança, haja vista os condicionantes externos e as circunstâncias domésticas de cada período da realidade histórica da nação, a presença brasileira em organismos internacionais e arranjos multilaterais é um dos traços mais permanentes de sua política externa. De acordo com Miyamoto (2000), a presença do país em foros multilaterais foi se multiplicando cada vez mais porque esta era a opção mais plausível para um Estado com as características do Brasil: capacidade limitada de poder e influência.

Nessa mesma direção, Pinheiro (2000) observa que "devido à assimetria de poder em relação às chamadas potências centrais o Brasil busca exponenciar seus ganhos com a participação em fóruns globais, o que aumentaria a probabilidade de conquistar ganhos absolutos". Entendem, portanto, que o país tem investido nas negociações multilaterais porque não tem, ainda, capacidade suficiente para projetar-se da maneira como deseja.

Ainda assim, através da presença e atuação diplomática em negociações no âmbito de instituições multilaterais e na construção de regimes internacionais o Brasil aspira desempenhar papel de relevo na arena internacional (Miyamoto, 2000).

Sob outro viés, autores como Lafer (2000; 2001), Fonseca Jr. (1998) e Oliveira (2007) observam que a diplomacia brasileira alcançou legitimidade internacional graças ao seu legado histórico-diplomático que sempre buscou engendrar consensos na agenda internacional. E justamente com ênfase no multilateralismo, por espelhar a própria identidade internacional do país, constituída sob a imagem de mediador entre Estados fortes e fracos (Lafer, 2001).

De sua parte, não fica descartada a limitada influência internacional "restringida estruturalmente pelos instrumentos econômicos e militares escassos e nem sempre plenamente mobilizáveis" (Fonseca Jr., 1998). Mas se confere maior atenção à tradição principista de preferência pelo respeito a normas e condutas ditadas pelos regimes multilaterais e pelo direito internacional (Fonseca Jr, 1998). E assim, o Brasil seria capaz de, no limite do próprio poder, articulado com o interesse de outros Estados e forças, redirecionar e reformar o cenário internacional, buscando a possibilidade de participação nos assuntos globais por meio da elaboração dos regimes.

Pragmaticamente, ambas interpretações se complementam no ambiente multilateral, visto que nele o Brasil pode conferir efetividade à sua imagem internacional, exercendo com maior plenitude seu papel de mediador entre as grandes potências e os demais membros do sistema, assumindo posição de defesa dos direitos dos países menores, mas ao mesmo tempo pleiteando reconhecimento equivalente ao das grandes potências (Mello, 2011). Essa seria a grande virtude, e ao mesmo tempo grande dificuldade do padrão de condução da política externa brasileira, uma vez que:

> [...] atuar como mediador entre os fortes e os fracos significa lidar permanentemente com a dissonância entre objetivos particulares, voltados para a sua inserção individual entre as potências e os objetivos coletivos dos demais países que o mediador supostamente representaria no sentido da promoção do universalismo no acesso aos espaços decisórios. Dessa forma, as dificuldades de uma atuação pautada tanto por princípios quanto por pragmatismo, voltada para o questionamento do *status quo* e para sua aceitação, constituiriam de longa data um constrangimento central à diplomacia multilateral do Brasil (Mello, 2011, p. 9).

Prioritariamente, essa identidade de mediador é que possibilita ao Brasil a condição de ocupar no sistema internacional o *status* de *system-affecting country* e garantir, por meio de um marco legal internacional, a concretização de seus interesses nacionais legitimando suas próprias posições dentro da proposição de bens públicos globais. Consoante, faz com que haja uma desdramatização da agenda externa e uma orientação em direção à negociação diplomática dos conflitos internacionais, dotando o Brasil de capacidade de se expandir e diversificar laços com o mundo e conferindo ao país um estilo de comportamento internacional caracterizado por sua "moderação construtiva" (Fonseca Jr. , 1998, p. 359).

Esse perfil de atuação tem se intensificado a partir dos anos 1990, com a conjunção de dois elementos com dinâmicas diferentes para o país, o processo de redemocratização, no âmbito doméstico, e o final da Guerra Fria e a desarticulação da bipolaridade, em âmbito sistêmico. A partir de então, uma séria de reformas em busca de estabilidade, credibilidade e formatação de uma nova identidade são desencadeadas no Brasil (Sennes, 2001). Porém, dentro da lógica complexa de continuidades e mudanças em política externa, o padrão de continuidade detectado aponta a manutenção do discurso de reivindicação de melhores condições e críticas às assimetrias do cenário internacional.

Nesse sentido, a agenda da política externa brasileira contemporânea encontrou como grande desafio a superação das assimetrias em um contexto de globalização e pretensa universalização das normas e padrões de conduta. Logo, a participação nos regimes internacionais seria fundamental para ampliar o controle sobre seu destino e ser incorporado às soluções aos problemas de ação coletiva (Lafer, 2000). É nesse sentido que a adesão do Brasil aos processos de integração regional, regimes e instrumentos de regulação em matéria de direitos humanos, proliferação nuclear, comércio internacional, meio ambiente e outros, passa a fazer parte do topo de prioridades da política externa brasileira, ao contrário do padrão de participação defensiva e negativa dos anos anteriores, como observa o então presidente:

> [...] as influências que vêm de fora em matéria de direitos humanos, de meio ambiente etc. deixam de ser recebidas por nós como ameaças à nossa soberania – como foram durante os anos de regime autoritário –, e passam a ser vistas, antes, como meios e modos adicionais que fortalecem o nosso esforço em uma luta justa: a da proteção dos direitos humanos, a da preservação do meio ambiente ou a da promoção do desenvolvimento social (...) É muito afortunado, para o Brasil, no alvorecer do século XXI, que os valores que ele cultiva internamente, como parte de sua identidade nacional, são também, em grande medida, os valores prevalecentes no plano internacional. Direitos humanos, democracia, desenvolvimento social, a proteção do meio ambiente: em todos esses campos falamos a mesma linguagem que a maioria de nossos parceiros em todo o mundo. E esta é uma característica decisiva de nossa política externa (Cardoso, 2001, p. 6).

De acordo com essa perspectiva, a partir da participação ativa nos regimes e instituições multilaterais, mesmo com a manutenção do eixo assimétrico das relações internacionais, o Brasil poderia exercer um papel de relevância na elaboração e aplicação das normas e das pautas de conduta com as quais as grandes potências regem os problemas mundiais. Como observava o ministro Lampréia (1998), interessava ao Brasil a

consolidação das regras multilaterais e de uma ordem internacional que fosse ao mesmo tempo mais previsível e oposta à 'lei do mais forte':

> Os dados básicos de nossa presença internacional – democracia e estabilidade econômica – traduzem-se em maior credibilidade externa. Manter e ampliar essa credibilidade de modo algum significa renunciar a caminhos e escolhas próprios. O atual momento da história mundial exige, no entanto, que as opções nacionais se façam dentro dos parâmetros políticos, econômicos, sociais e ambientais predominantes no meio internacional e correspondam, de modo geral, aos valores e desejos dos brasileiros [...] Acabaram-se os tempos do isolacionismo e da auto-suficiência. A soberania nacional deixou de ser argumento para comportamentos que atentam contra esses valores fundamentais (Lampréia, 1998, p. 8).

Pode-se considerar que um novo modelo de atuação dentro da esfera do multilateralismo estava sendo gestado. Se por um lado, à época da Guerra Fria, de acordo com a formulação de Araújo Castro (1982), o exercício da autonomia do Brasil deveria ocorrer pela distância com um legado decididamente resistente à consolidação de instituições e regimes considerados engessadores da hierarquia de poder existente, a proposta agora seria a oposta. A partir da era FHC (1995-2002), operacionalizou-se uma radical reinterpretação desse legado. Passou a se considerar que a ação do Brasil no mundo deveria pautar-se por uma nova agenda internacional pró-ativa, determinada pela lógica da autonomia pela integração (Vigevani; Oliveira, 2003). Com essa nova leitura a ação externa brasileira estaria em sintonia com os valores da sociedade internacional:

> [...] a nossa ação externa está em sintonia com a arquitetura de valores que conforma o concerto (democracia, direitos humanos, livre mercado, não proliferação etc.). A política externa brasileira tem adotado plenamente os instrumentos que representam esses valores, desde os pactos sobre direitos humanos até os acordos de não-proliferação. Falamos a mesma linguagem do *mainstream* internacional. Em síntese, a nossa questão internacional não é tanto qual deva ser a nossa inserção, *é* mais como maximizar as vantagens de que dispomos. Não é uma questão sobre fins, mas sobre meios (Fonseca Jr, 1998, p. 22).

Essa perspectiva, com raízes fixadas no campo valorativo e na dinâmica institucionalista passou a ser vista como favorável aos interesses brasileiros e opção estratégica necessária no contexto de assimetria de poderes no cenário internacional, porque promovia o respeito às regras do jogo, as quais, uma vez estabelecidas, deveriam ser respeitadas por todos. O objetivo, de acordo com seus formuladores, não seria a adaptação passiva a esses regimes internacionais, mas viabilizar formas de aumentar a capacidade de influência do país (Lampréia, 1998; Fonseca Jr., 1998; Lafer, 2001).

Como observa Fonseca Jr. (1998), esse perfil da diplomacia brasileira geraria uma renovação de suas credenciais no cenário internacional (pela participação e construção de regimes e normas internacionais); pela ampliação de sua condição de competitividade internacional (sobretudo pelo aprofundamento da integração econômica dos blocos regionais); e pela sua situação doméstica conformada pelas transformações políticas, econômicas e sociais em curso (promovendo reformas institucionais e atraindo investimentos). Permanecia, não obstante, devido à compreensão de que o modelo de globalização proposto reafirmava as assimetrias internacionais, o objetivo do Brasil de apresentar-se como mediador nas arenas econômicas e políticas globais.

E nesse contexto das transformações em curso na ordem internacional contemporânea, pela distribuição de capacidades ou de arranjos de equilíbrio de poder, o Brasil permanece com papel fundamental no desenvolvimento dos arranjos e mecanismos institucionais multilaterais. A intensificação do unilateralismo por parte do governo norte-americano, a ascensão chinesa no comércio e na economia global, a reestruturação dos eixos de desenvolvimento mundial, a valorização das *commodities* agrícolas, além de outras alterações em alianças e coalizões nos mecanismos multilaterais (Vigevani, 2010) renderam ao Brasil um novo impulso à formulação de uma diplomacia ativa e universalista.

Uma nova diplomacia que retomara a visão de desenvolvimento nacional como fonte de independência econômica e política passa a ser implementada. Sem um retorno ao distanciamento característico das décadas passadas, e sim com o impulso a um institucionalismo pragmático capaz de, nas palavras de um dos formuladores dessa nova fase – o embaixador Pinheiro Guimarães, "recuperar os tradicionais princípios de não-intervenção e autodeterminação, historicamente, pilares da política externa brasileira" (Guimarães, 2005, p. 417). Conjugada a uma configuração externa em transição, como visto anteriormente, internamente outro processo auxilia a compreensão do momento da retomada da diplomacia ativa, universalista e fundamentada na visão de que o multilateralismo deve servir ao desenvolvimento nacional, a ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

A VISÃO DO INTERNACIONAL NO PARTIDO DOS TRABALHADORES E A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA DA SILVA

Uma série de fatores de ordem política e econômica levou a um novo arranjo doméstico que possibilitou ao Partido dos Trabalhadores, e seu candidato Luiz Inácio Lula da Silva, após três derrotas consecutivas, vencer as eleições presidenciais no ano de 2002, em sua quarta disputa. Assumiria um novo grupo, conhecido interna e internacionalmente pelo seu ímpeto crítico às políticas adotadas pelo governo anterior ao longo dos anos 1990, sobretudo aquelas voltadas à adesão de condicionantes propostos pelas instituições econômicas internacionais como a liberalização cambial, a diminuição de subsídios à indústria, a adoção de uma nova legislação sobre propriedade intelectual, a maior liberalização de importações e de investimentos, a privatização de empresas estatais e renegociação da dívida externa.

Ademais, despertava atenção – e em alguns casos desconfiança e desconforto – da comunidade internacional a linha de ação que seria exercida pelo novo governo. Isso porque, além de combativos da diplomacia do governo Fernando Henrique Cardoso e de sua opção pelo seu modelo de integração e participação nos arranjos institucionais multilaterais, o Partido dos Trabalhadores sempre demonstrou forte engajamento com temas internacionais, sobretudo como críticos aos programas das instituições econômicas multilaterais como o FMI e o BIRD, aos projetos de promoção do livre comércio capitaneados pelos países desenvolvidos.

Do outro lado, era fortemente difundida dentro do partido a noção de que a política externa do país deve compor o projeto nacional de um governo popular e democrático, que de acordo com a visão de seus militantes seria configurada como:

> [uma] política externa independente e soberana, sem alinhamentos automáticos, pautada pelos princípios de autodeterminação dos povos, não-ingerência nos assuntos internos de outros países e pelo estabelecimento de relações com governos e nações em busca da cooperação à base de plena igualdade de direitos e benefícios mútuos (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989, p. 55). [...] uma política externa que buscará simultaneamente uma inserção soberana do Brasil no mundo e a alteração das relações de força internacionais contribuindo para a construção de ordem mundial justa e democrática (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1994, p. 29-30)

Aprofundando essa visão, a proposta articulada para a campanha de 2002 preconizava a inserção soberana no mundo e a recuperação dos espaços de autonomia na gestão da economia nacional, com a promoção de políticas dirigidas a reduzir a dependência e a vulnerabilidade externas:

> [negar a] adoção de uma política "desenvolvimentista" que agrega o "social" como acessório, mas sim uma verdadeira transformação inspirada nos ideais éticos da radicalização da democracia e do aprofundamento da justiça social, não pode restar dúvida de que um governo democrático e popular precisará operar uma efetiva ruptura global com o modelo existente, estabelecendo as bases para a implementação de um modelo de desenvolvimento alternativo. Tal projeto deverá incorporar o combate à dependência externa e a defesa da autonomia nacional; É hora de ousar, pois é em momentos de grandes mudanças mundiais, como este, que se abrem novas possibilidades para os países da periferia do sistema, como o Brasil, conquistarem uma posição de inserção soberana no mundo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 5).

Todavia, ao contrário do que grande parte dos analistas internacionais, e parcela da sociedade brasileira (tanto por parte dos que apoiaram o projeto do PT quanto daqueles que se opuseram a ele), o governo Lula manteve o compromisso de seu antecessor com a estabilidade macroeconômica e abertura comercial. Outrossim, adicionou três outras prioridades: a inclusão e o aumento da cobertura e gasto social público; uma política industrial organizada em torno de parcerias público-privada e de coordenação e financiamento de longo prazo do BNDES; e uma política externa voltada a impulsionar uma "nova geografia mundial" (Lima, 2010).

Mas, mais do que isso, aprofundou a direção que FHC vinha imprimindo ao final de seu governo ao intensificar relações e estabelecer coalizões na lógica da geometria variável de poder com países em desenvolvimento na OMC, tais como Índia e África do Sul (Oliveira, 2005). Ainda segundo Oliveira,

> Imediatamente após suas posses, Lula e Amorim declararam ser necessário reinterpretar as premissas clássicas da política externa brasileira, dando a elas um novo sentido. O objetivo seria garantir a sustentação de uma estratégia de inserção internacional do país diferente daquela presente na maior parte do governo Cardoso e que fosse mais adequada às demandas das novas elites econômicas, das coalizões sociais e políticas no poder, da percepção do papel a ser ocupado pelo Estado brasileiro no mundo e dos constrangimentos internacionais à inserção periférica dos países em desenvolvimento. Nesta perspectiva, a diplomacia do governo Lula passou a considerar o multilateralismo como um movimento amplo de desconcentração e de novas regulamentações do poder no sistema internacional, de modo que fossem mais favoráveis aos países em desenvolvimento (Oliveira, 2005, p. 56).

Em um espectro mais amplo, o redesenho da balança de poder global motivado pelas transformações nos arranjos internacionais e pelos reflexos do exercício de poder unilateral da potência hegemônica proporcionaria "novas possibilidades e brechas de inclusão de novos atores e projetos de reorganização do sistema de Estados", garantindo espaço para que o Brasil desenvolvesse uma política externa mais heterodoxa (Saraiva,

2005). Logo, temas como a Cooperação Sul-Sul, a adesão a normas internacionais condicionadas à realização do interesse nacional e do desenvolvimentismo, nacionalização das decisões políticas e outros discursos e ideologia presentes na história do Partido dos Trabalhadores, adquirem significado e poder de influência na diplomacia brasileira do governo Lula da Silva.

O projeto nacional desenvolvimentista em política externa assume características de "densidade nacional" (Ferrer, 2004). A busca por autonomia, segundo seus formuladores, "deve levar à participação ativa do Brasil na criação e aplicação de normas internacionais que forem mais próximas dos valores e interesses brasileiros" (Guimarães, 2005). E nessa perspectiva, o país deve ajustar seus compromissos internacionais às suas capacidades reais. Vinculando a política externa à política econômica interna. (Lima, 2005). Daí a importância da articulação da política externa no projeto de desenvolvimento nacional, conforme destacado pelo programa do partido.

Portanto, nota-se uma inversão na prioridade e papel conferido à política externa brasileira. Como observam Hirst, Lima e Pinheiro (2010), ao contrário dos anos recentes, quando a política externa era acessória à estabilidade macroeconômica e tinha função de garantir a credibilidade internacional, na atualidade, a política exterior, pró-ativa e pragmática, é um dos pés da estratégia de governo calcada em mais três pilares: manutenção da estabilidade econômica; retomada do papel do Estado na coordenação de uma agenda neo-desenvolvimentista; e inclusão social e formação de um expressivo mercado de massas. E novamente, a opção estratégica é a opção pelo multilateralismo, todavia, tendo como foco a diversificação das parcerias visando ampliar a atuação brasileira nos fóruns institucionais.

> O Brasil tem uma sólida tradição de busca da paz por meios pacíficos, baseados no diálogo e nos princípios do direito internacional. Acreditamos que as instâncias multilaterais, por oferecerem um espaço de diálogo para Estados soberanos, devem ser valorizadas e representam fator de progresso para o ordenamento internacional. (Amorim, 2004, p. 45)

Ainda que não haja rupturas significativas nos rumos gerais da política externa, entre os governos FHC e Lula, há diferentes interpretações sobre os constrangimentos e as possibilidades de atuação do Brasil no cenário internacional, fazendo com que a ênfase dada a certos arranjos e parcerias seja alterada (Lima, 2005; Vigevani & Cepaluni, 2007).

Ocorreram, de acordo com essa leitura, ajustes e mudanças de programa e agenda para viabilizar um novo modelo de inserção internacional (Hermann, 1990), ainda com a idéia de autonomia permanecendo como ponto norteador.

Sendo assim, aliando os objetivos de desenvolvimento nacional, e inserção internacional em busca de autonomia, os formuladores da política externa do governo Lula da Silva investiram na estratégia de diversificação das parcerias internacionais:

> [...] enfatizando a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças de programa na política externa [...] como a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional (Vigevani & Cepaluni, 2007, p. 283)

Tal estratégia retoma alguns dos princípios da Política Externa Independente dos anos 1960, sobretudo o foco no eixo Sul-Sul, e incorpora princípios embutidos nos programas e círculos do Partido dos Trabalhadores desde os anos de sua fundação (Pomar, 2010), como a pluralidade de interlocução internacional, o desenvolvimentismo regional e a ênfase latino-americana, e a luta política pela redução das assimetrias regionais. Além do mais, trazia à tona importantes tópicos dos conteúdos programáticos de campanha, como:

> [...] oposição ao neoliberalismo e aos condicionantes das instituições econômicas internacionais; rediscussão dos problemas das dívidas externas dos países periféricos; propostas de combate à fome e à miséria no mundo; ênfase em relações de cooperação econômica e científico-tecnológica na esfera Sul-Sul; aproximação com países de importância regional a fim de articular esforços para democratizar as relações internacionais e os organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial (BIRD); correspondente agenda política com países como a China, Índia, Rússia e África do Sul; (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989; 1994; 2002).

Assim, a despeito de orientações muito próximas ao governo anterior no campo da diplomacia econômica multilateral, tal qual no campo da política econômica doméstica, a política externa do governo Lula adquire um caráter muito mais político e estratégico do que a de seu antecessor em assuntos globais. A autonomia pela diversificação, portanto, não significou apenas a busca de alternativas nas relações com outros Estados, mas também capacidade de intervenção em questões que se referem a bens públicos internacionais (Vigevani & Cepaluni, 2007). Ou seja, no que pode ser definida como uma agenda

internacional “transformacional”, articulando alianças políticas, econômicas e tecnológicas com os Estados da Periferia com o intuito de promover seus interesses e transformar suas tradicionalmente assimétricas e desequilibradas relações com as grandes potências (Guimarães, 2005; Patriota, 2007).

Não obstante, a ruptura não se sobrepõe à continuidade em uma série de aspectos do comportamento internacional brasileiro. Principalmente no que tange o compromisso com o direito internacional, tratados e instituições multilaterais. Ademais, no campo comercial, ainda que se busque uma difusão nos acordos e parcerias brasileiras, as relações com os tradicionais parceiros do norte permanecem como importante aspecto da balança comercial do país. Assim, observa-se que o Brasil atua com extrema maturidade e pragmatismo nos chamados “eixos-combinados” de cooperação horizontal e vertical (Pecequilo, 2008). Ou seja, tanto nas relações Sul-Sul, como nas relações Norte-Sul, o Brasil não abre mão de seu caráter de negociador e mediador.

Portanto, de acordo com o próprio presidente, o Brasil deveria “manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais [especialmente os Estados Unidos] e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo” (Lula da Silva, 2010). É nesse espírito de pragmatismo político que o Presidente Lula, em discurso por ocasião da criação do G-20 (Comercial), aponta a necessidade, e a possibilidade, de criação de uma “nova geografia mundial”.

Isso se torna explícito no decorrer do governo Lula da Silva quando este, ao incorporar em seu Plano Plurianual de governo, institucionaliza as estratégias de política externa ao projeto de desenvolvimento nacional (Lessa, Couto e Farias, 2009). Ali, ganhava destaque o novo patamar de relacionamento com os BRICS, já incluindo a África do Sul. Com a Índia e a África do Sul, o governo brasileiro formalizou uma relação estratégica e de cooperação ao criar o IBAS, na declaração de Brasília, em 2003. Com a Rússia e a China, tem buscado ampliar os intercâmbios comerciais, tecnológicos e militares com base em suas complementaridades, buscando instrumentalidade prática ao conceito do mercado de investimentos.

Como observa Hurrell (2010), somada à extraordinária popularidade pessoal do presidente Lula e à estabilidade econômica do país, esse novo ativismo internacional

brasileiro elevou o país a um novo patamar de proeminência global. Fortalecendo assim suas relações políticas e econômicas com as demais potências emergentes enfatizando não somente o caráter e a importância das instituições multilaterais, como um *system-affecting state*, mas também buscando consolidar esse grupo informal em espaços políticos capazes de impulsionar a construção de uma nova ordem global.

O BRICS E OS INTERESSES BRASILEIROS NO ARRANJO COLETIVO

Tradicionalmente, a política externa brasileira se caracteriza por ser guiada pela chamada "diplomacia do desenvolvimento". O resgate de sua trajetória indica que a evolução da política externa brasileira esteve sempre vinculada às conjunturas críticas do desenvolvimento do modelo econômico vigente (Lima & Hirst, 2006). Boa parte dessas conjunturas críticas se apresentou em momentos de fragilidade da economia doméstica frente às exigências sistêmicas, sobretudo em contextos de graves crises políticas ou econômicas internacionais. Há um entendimento de que o Brasil nunca esteve preparado para superar tais crises de maneira isolada, e não havia, por parte dos mantenedores do sistema, interesse em oferecer melhores condições aos países da periferia.

Nesse sentido, o fortalecimento de novas parcerias e novos arranjos globais visa ampliar a interdependência e a divisão de riscos e custos, bem como criar alternativas, políticas e econômicas, em momentos de conjunturas críticas. A ascensão das chamadas potências emergentes, e sua vocação de atuação – no mínimo – de escopo regional, tem possibilitado que esses novos arranjos criem expectativas favoráveis a tais países em momentos de crise. Dessa forma, a governança global, política ou econômica, adquire um novo aspecto, mais dinâmico e rumo complexo, que necessita, na visão da diplomacia brasileira, ser acompanhado pela democratização do poder de decisão das instituições multilaterais, como afirma o ministro Amorim:

> Countries like Brazil, China, India, South Africa and a few others are the "new kids on the block" among global players that shape international relations. They legitimately aspire to greater participation in international institutions, which still suffer from a "democratic deficit." Global decisions can no longer be made without listening to their voices. […] not least, building coalitions with developing countries is also a way of engaging in the reform of global governance in order to make international institutions fairer and more democratic (Amorim, 2010, p. 231)

Sob esse aspecto é que se constrói a atuação internacional do governo Lula junto aos BRICS. Uma vez que trabalham todos no limiar do equilíbrio e do *bandwagonig* com o centro do sistema, pendendo para cada lado de acordo com o tema em voga, compartilham interesses, devido às suas características. Logo passam a assumir projetos políticos comuns para que possam alcançar a gestação de uma nova ordem (Guimarães, 1999).

Assim, a reforma da governança global torna-se linha mestra da política externa brasileira no período. Buscando o que entende como a construção de uma ordem internacional mais justa, democrática e inclusiva para os países em desenvolvimento, sua estratégia tem buscado formar diferentes grupos de negociação com os países em desenvolvimento nos circuitos de decisão global (Hurrell, 2010). Esse modelo de multilateralismo reflete o entendimento de que o mundo multipolar emergente deve encontrar paralelismo normativo nas instituições multilaterais.

> [...] as soluções que venham a ser adotadas deverão ser também globais, tomadas em espaços multilaterais legítimos e confiáveis, sem imposições. Das Nações Unidas, máximo cenário multilateral, deve partir a convocação para uma resposta vigorosa às ameaças que pesam sobre nós. Simplesmente pelo diálogo direto, sem intermediação das grandes potências, os países em desenvolvimento têm-se credenciado a cumprir um novo papel no desenho de um mundo multipolar (Lula da Silva, 2010)

Claramente, essa questão do poder e da potencial multipolaridade emergente perpassa a nova estratégia da diplomacia brasileira. Como observa Fiori (2007), a competição entre Estados Unidos e China proporciona novas rotas de negociação internacional e a possibilidade de novos arranjos, o que contribui para gerar maior autonomia às políticas dos Estados do Sul. Conseqüentemente, contribui também para o aprofundamento das relações Sul-Sul.

Assim, se fortalecem os instrumentos dos países e desenvolvimento para lidar com as turbulências internacionais. A coalizão política dos emergentes no âmbito da cooperação sul-sul permite o endurecimento das negociações com o norte. Promove, ainda, no caso dos BRICS, ampliação das relações comerciais, dos projetos de cooperação técnica, de investimento externo direto e de atuação coordenada no plano das negociações internacionais, em agendas que incluem a reforma das instituições multilaterais (Hirst, Lima e Pinheiro, 2010).

Demonstrando altos índices de crescimento econômico, agora os BRICS buscam consolidar sua capacidade de contribuir para a gestão da ordem global. Através de um revisionismo moderado, já que também se utilizam das instituições que pretendem reformar para projetar seu poder a Estados de menor desenvolvimento relativo, buscam ampliar seu *status* internacional (Hurrell, 2006).

Dessa forma, como observa Amorim (2008), as instituições de governança global sofrem com déficit de legitimidade e eficácia, portanto, sua reforma se torna imprescindível. Portanto, o conceito elaborado no âmbito do mercado de investimentos adquire conotação política e se transforma, por impulso principalmente da diplomacia brasileira, em um fórum de negociação política e articulação de ações conjuntas. Tal iniciativa angariou o BRICS a um patamar institucional capaz de explorar possíveis agendas de acordo e mesmo de coordenação técnica em tópicos específicos (Castelan & Lima, 2011).

Pode-se constatar tal afirmação com base na realização de Encontros de Cúpula dos BRICS, promovidos anualmente a partir de 2009, e que além de espaço para a assinatura de acordos, protocolos e convênios de cooperação em áreas específicas como tecnologia, desenvolvimento social e meio ambiente, garantiu maior visibilidade política ao grupo. Os quatro encontros, Ecaterimburgo (2009), Brasília (2010), Sanya (2011) e Nova Déli (2012), apresentaram que além do diálogo ganharia força a vertente de cooperação em termos de parceria estratégica:

> Os BRICs defendem um cenário internacional baseado no multilateralismo e no direito internacional, com maior participação dos países em desenvolvimento nas instâncias decisórias. Por suas características políticas, econômicas e sociais, os BRICs podem servir como ponte entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento na promoção do desenvolvimento sustentável e de uma agenda internacional mais equilibrada (COMUNICADO..., 2009).

> Nós nos esforçaremos para alcançar uma conclusão ambiciosa para as reformas em curso, e há muito esperadas, das instituições de Bretton Woods. O FMI e o Banco Mundial precisam urgentemente resolver seus déficits de legitimidade. Reformar as estruturas de governança dessas instituições requer, em primeiro lugar, uma mudança substancial no poder de voto, em favor das economias emergentes de mercado e dos países em desenvolvimento, de modo a adequar sua participação nos processos decisórios ao seu peso relativo na economia mundial (COMUNICADO..., 2010).

> A governança econômica global deve ser reforçada, a democracia nas relações internacionais deve ser estimulada, e a voz dos países emergentes e em

> desenvolvimento deve ganhar maior ressonância nas relações internacionais. [...] Instamos a que sejam atingidas de maneira rápida as metas de reforma do Fundo Monetário Internacional, acordadas em Cúpulas anteriores do G20, e reiteramos que a estrutura de direção das instituições financeiras internacionais deve refletir as mudanças na economia mundial, ampliando a voz e a representação dos países emergentes e em desenvolvimento. [...] Acreditamos que o crescimento e o desenvolvimento são fundamentais para enfrentar a pobreza e alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Erradicar a pobreza extrema e a fome é um imperativo moral, social, político e econômico da humanidade e um dos maiores desafios globais que o mundo enfrenta hoje (COMUNICADO..., 2011).
>
> Estamos preocupados com a atual situação econômica internacional. Enquanto os BRICS se recuperaram da crise internacional de modo relativamente rápido, as perspectivas de crescimento em todo o mundo têm sido afetadas pela instabilidade dos mercados, especialmente na zona do euro. A acumulação de dívidas soberanas e preocupações quanto ao ajuste fiscal de médio e longo prazos em economias avançadas estão criando um ambiente de incertezas quanto ao crescimento global. [...] acreditamos ser crucial para as economias avançadas adotar políticas macroeconômicas e fiscais responsáveis, que evitem acumulação excessiva de liquidez internacional e que empreendam reformas estruturais para estimular o crescimento que gera empregos. Nesse contexto, acreditamos que o papel central do G-20 como principal foro para a cooperação econômica internacional é de facilitar a ampla coordenação de políticas macroeconômicas, de forma a permitir a recuperação econômica internacional e assegurar a estabilidade financeira, inclusive por intermédio de uma arquitetura monetária e financeira internacional mais aperfeiçoada (CONUNICADO..., 2012).

Como observa Amorim (2008) os quatro países decidiram ampliar a agenda de atuação conjunta. Buscam se fortalecer politicamente como um bloco que ajude a equilibrar e democratizar a ordem internacional deste início de século. Com os BRICs, parece aparecer uma alternativa em matéria de concertação política e de coordenação diplomática aos rumos da política externa brasileira para ampliar o poder de barganha e os limites de ação nas instituições multilaterais, ainda que suas capacidades intrínsecas não tenham se alterado substancialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que a percepção de mundo dos principais formuladores da política externa brasileira no governo Lula da Silva reorientou a trajetória internacional do país. Seja pela crítica ao déficit de legitimidade das instituições internacionais de governança global, como apontava o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, ou pelas limitações impostas pelas estruturas hegemônicas de poder, como indicava o Secretário-Geral das Relações Exteriores Samuel Pinheiro Guimarães, a noção de que deveria ser promovida uma alteração no comportamento brasileiro ao final dos anos FHC parecia evidente. Assim, impulsionado pelos esforços de ampliação de sua presença nas instituições

internacionais (Hurrell, 2008), uma estratégia de diplomacia assertiva articulada a um projeto de desenvolvimento nacional, ou "política ativa de desenvolvimento" (Souza, 2002), foi colocada em prática.

De acordo com o então ministro Amorim (2010), a retomada da democracia, a estabilidade monetária, o crescimento econômico, a redução da pobreza, os novos indicadores sociais, a internacionalização das empresas brasileiras, entre outros aspectos de mudança na política doméstica nos últimos anos, proporcionaram ao país uma nova imagem no cenário internacional, fundamental para sustentar a nova estratégia. Ou seja, o desenvolvimento econômico e social do país seria projetado na esfera internacional, com *status* de promotor de cooperação e desenvolvimento. Isso nos leva a um primeiro aspecto: refletir se a política externa assertiva proposta seria possível dentro de um contexto de refluxo dos índices domésticos, ainda vulneráveis em muitos aspectos, sobretudo os econômicos, dependentes do bom andamento da economia internacional e do fluxo de *commodities* ao mercado externo.

Outro ponto diz respeito às alianças e parcerias estratégicas, como o BRICS e a atuação multilateral brasileira. Sem dúvida, a cooperação sul-sul promoveu o Brasil no cenário multilateral. No rumo de reformas, sobretudo nas instituições econômicas, o desempenho de nosso mercado doméstico, nossos índices macroeconômicos, somados a essas parcerias, permitem ao país auferir ganhos nos momentos de reforma, como no caso das cotas do Fundo Monetário Internacional.

Todavia, tais discussões têm aparecido em foro restrito, nos BRICS, no G-20, e trazidas para o âmbito multilateral. Poderia ser apontada, por parte daqueles Estados de menor desenvolvimento relativo que não fazem parte de tais articulações, uma plurilateralização das discussões internacionais, com os grandes países periféricos sendo incorporados aos centros de decisão internacional após a negociação por meio de multilateralismo informal ou "frouxo" (Haass, 2010), ainda sem uma clara democratização da governança global, ao menos nos termos ideais defendidos pelo discurso brasileiro.

Nota-se, portanto, que a diplomacia brasileira se valeu, no governo Lula da Silva, de um alto grau de assertividade e participação em foros multilaterais, discussões globais,

parcerias e projetos de cooperação técnica e política, mas calcada em um multilateralismo pragmático, que não se intimida em usar o *soft balancing* para obter ganhos pontuais em medidas revisionistas e reformas moderadas. Com a ressalva de que as transformações radicais são evidentemente complicadíssimas sem um evento refundador sistêmico da ordem internacional, como os escritos mais tradicionais das Relações Internacionais nos apresentam há décadas.

Nesse sentido, a tentativa de institucionalização dos BRICs, sobretudo sua constatação no segundo mandato do presidente Lula, é uma maneira de transformar a idéia de autonomia pela participação/integração, um multilateralismo valorativo que não se conseguiu fazer qualitativo, em uma proposta pragmática, que não é tecnicamente valorativo por buscar promover seus interesses particulares, mas extremamente pragmático, por aliar interesses e discurso ao se colocar como reformador das instituições de governança global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Paulo R. **A Política Externa do novo Governo do Presidente Luíz Inácio Lula da Silva**: retrospecto histórico e avaliação programática. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 45, n. 2, p. 229-239, 2002.

ALMEIDA, Paulo R. **Uma nova 'arquitetura' diplomática? - Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula** (2003-2006) Rev. bras. Polít. int.vol.49no.1BrasíliaJan./June, 2006.

ALMEIDA, Paulo R. **A política internacional do Partido dos Trabalhadores:da fundação do partido à diplomacia do governo Lula** Rev. Sociol. Polit. no.20 Curitiba June 2003

AMORIM, Celso L. N. **Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula**, *Diplomacia, Estratégia, Política*. Brasília: ano I, nº 1, out-dez 2004, p. 41-48.

AMORIM, Celso. **Os BRICs e a reorganização do mundo**. Folha de S. Paulo, 8 jun. 2008.

Amorim, Celso. **Let's Hear From the New Kids on the Block.** New York Time 14 june 2010

ARBILLA, J. M. **Arranjos institucionais e mudança conceitual nas políticas externas argentina e brasileira**. Contexto Internacional, v. 22, n. 2, p. 337-. 385, 2000.

Barbé, Esther **MULTILATERALISMO: ADAPTACIÓN A UN MUNDO CON POTENCIAS EMERGENTES** *REDI, vol. LXII (2010), 2*

BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado Luiz. **A história da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BULL, Hedley, **A sociedade anárquica. Um estudo sobre a ordem na política mundial**. Brasília: Editora da UnB, 2002. (1ª ed.1977)

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers. The structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República** Rev. Bras. Polít. Int. 44 (1): 5-12 [2001]

CASTELLAN, Daniel R.; Lima, Maria Regina Soares. **O Brasil, os BRICS e a Institucionalização do Conflito Internacional**. OPSA. Observador On-line | v.6, n. 12 | dez. 2011

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso** Rev. bras. polít. int. vol.45 no.1 Brasília Jan./Jun. 2002.

COMUNICADO DOS BRICS POR OCASIÃO DO ENCONTRO DE CÚPULA DE ECATERIMBURGO, RÚSSIA..., 2009

COMUNICADO DOS BRICS POR OCASIÃO DO ENCONTRO DE CÚPULA DE BRASÍLIA, BRASIL..., 2010

COMUNICADO DOS BRICS POR OCASIÃO DO ENCONTRO DE CÚPULA DE SANYA, CHINA..., 2011

COMUNICADO DOS BRICS POR OCASIÃO DO ENCONTRO DE CÚPULA DE NOVA DÉLI, ÍNDIA..., 2012

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FERRER, Aldo; **La densidad nacional. El caso argentino;** Edit. Capital Intelectual; Buenos Aires; 2004.

FIORI, José Luis. A **nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul** OIKOS (Rio de Janeiro), Vol. 6, No 2, 2007.

FONSECA Jr, Gelson. **O interesse e a regra: ensaios sobre o multilateralismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FONSECA Jr. 1998; **Anotações sobre as Condições do Sistema Internacional no Limiar do Século XXI: a Distribuição dos Pólos de Poder e a Inserção Internacional do Brasil** In: A Legitimidade e outras Questões Internacionais: Poder e Ética entre as Nações. São Paulo: Paz e Terra, 1998

GOLDMAN SACHS, **BRICS and beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. 2007.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **500 anos de Periferia – Uma contribuição ao estudo da política internacional.** Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1999.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HAASS, Richard. **The case for messy multilateralism** Financial Times, January 5, 2010

HERMANN, Charles. **Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy.** Charles F.Hermann. International Studies Quarterly, Vol. 34, No. l (Mar., 1990), 3-21

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares e PINHEIRO, Letícia. A **política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios.** Nueva Sociedad. Luzes e sombras do Brasil atual, Buenos Aires, p. 22-41, dic. 2010.

HURRELL, Andrew. **Hegemony, liberalism and global order**. International Affairs, v. 82, n. 1, p. 1-20, Jan. 2006.

HURRELL, Andrew. **Lula's Brazil: A Rising Power, but Going Where?** Current History, 2008, pp. 51-57

HURRELL (2010), **Brazil and the New Global Order.** Current History, Vol. 109, Nº 724, 2010, pp. 60-68

KEOHANE, Robert O. "**Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics"**. International Organization, 23(2), 291-310 1969.

LAFER, Celso; **Brasil: dilemas e desafios da política externa**. ESTUDOS AVANÇADOS 14 (38), 2000.

LAFER, Celso. A **identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAMPRÉIA, Luis Filipe. **A política externa do governo FHC: continuidade e renovaçã**o Rev. Bras. Polít. Int. 42 (2): 5-17 [1998]

LESSA, Antonio C. ; COUTO, L. F. ; FARIAS, R. DE S. Política externa planejada: Os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso à Lula (1995-2008)**. Revista Brasileira de Política Internacional,** v. 52, p. 89-109, 2009**.**

LIMA, Maria Regina Soares**. A Economia Politica da Politica Externa Brasileira: Uma Proposta de Análise.** CONTEXTO INTERNACIONAL, v. 6, n. 12, p. 7-28, 1990.

LIMA, Maria Regina Soares. **THE POLITICAL ECONOMY OF BRAZILIAN FOREIGN POLICY: NUCLEAR ENERGY, TRADE AND ITAIPU.** Tese de Doutorado, 1986.

LIMA, Maria Regina Soares. **A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul**. Revista Brasileira de PolíticaInternacional, Brasília, DF, v. 48, n. no. 1, p. 24-59, 2005.

LIMA, M. R. S. ; HIRST, M. . B**razil as an Intermediate State and Regional Power: Action, Choice and Responsibilities**. International Affairs, Chatam House, Londres, v. 82, n. no. 1, p. 21-40, 2006.

LIMA, Maria Regina Soares. Brasil e **Polos Emergentes do Poder Mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul**. In: BAUMANN, R. (Org.). O Brasil e os demais BRICs. Comércio e Política. Brasília: Cepal/Ipea, 2010.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Repertório de política externa: posições do Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático / elaboração Thomaz Mayer Alexandre Napoleão; coordenado por Hermano Telles Ribeiro.—Brasília, FUNAG, 2010.

MELLO, Flavia de Campos. **O Brasil e o Multilateralismo Contemporâneo.** Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. 1415, p. 1-28, 2011.; Série: 1628;

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O Brasil e as negociações multilaterais**. Rev. Bras. Polít. Int. 43 (1): 119-137 [2000]

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. **Alianças e coalizões internacionais do governo Lula**: IBAS e o G-20. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília/DF, 2005.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. **Negociações Comerciais Internacionais e Democracia: o contencioso Brasil X Estados Unidos das patentes na OMC**. Dados (Rio de Janeiro), 2007.

O'NEILL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. Global Economics Paper No: 66, 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Plano de ação. In : _____. Programa, Manifesto, Estatuto. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1989.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Plano de ação. In : _____. Programa, Manifesto, Estatuto. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1994.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Plano de ação. In : _____. Programa, Manifesto, Estatuto. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 2002.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 51, nº 02, dez. 2008, p. 136-153.

PINHEIRO, Leticia (2000).**Traídos pelo Desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea**. Contexto Internacional, vol. 22, nº 2, Julho/Dezembro, pp. 305-335.

POMAR, Valter. **A política externa do Brasil.** Disponível em: http://www.pt.org.br/portalpt/secretarias/-relacoes-internacionais-13/artigos-129/a-politica-externa-do-brasil--parte-i-1480.html

RUGGIE, John. **Anatomy of an Institution**. **Multilateralism Matters:** Theory and Praxis of an. Institution. New York, Columbia University Press, 1993

SENNES, Ricardo Ubiraci. **Potência Média recém-industrializada: parâmetros para analisar o Brasil**. Contexto Internacional vol.20. Rio de Janeiro, IRI/Puc-Rio no. 20, 2001

VIGEVANI, Tullo. **O papel do Brasil no Mundo.** Revista do Memorial da América Latina no.44, 2010.

VIGEVANI, Tullo; Oliveira, Marcelo. **A política externa brasileira na era FHC: um exercício de autonomia pela integração**. INTERthesis (Florianópolis), v. 3, p. 1-44, 2005.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Contexto Internacional, vol. 29, n. 02. Rio de Janeiro, IRI/PUC-Rio, jul./dez. 2007, p. 273-335.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **De FHC a Lula: uma década de política externa** (1995-2005). *Civitas*, vol. 05, nº 02. Porto Alegre, jul-dez/2005, p.381-397.

WILSON, Dominic. **Dreaming With BRICs: The Path to 2050**. Global Economics Paper No: 99. 2003.

INTERSTÍCIOS NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA? PERSCRUTANDO A AMAZÔNIA

Hoyêdo Nunes Lins – UFSC (hnlins@cse.ufsc.br)

Cette terre était trop grande, le sang et les saisons s'y confondaient, le temps se liquéfiait.
(Albert Camus)(*)

Introdução

Em termos gerais, o presente texto se ocupa da evolução do sistema-mundo moderno. Devido à natureza do objeto, a abordagem é simultaneamente espacial e temporal. De modo específico, contudo, o centro da atenção corresponde ao envolvimento de uma região no referido percurso: a Amazônia, cuja superfície, desdobrada entre vários países na porção setentrional da América do Sul, é tão grande – 6,5 milhões de km^2, pouco menos de 2/3 dos quais em solo brasileiro, onde representa mais da metade do território – quanto inspiradora de indagações sobre os recursos existentes, as possibilidades relacionadas e as possíveis ameaças a atributos que, com mais ou menos razão, costumam estimular até mesmo narrativas com tinturas míticas.

O objetivo é mostrar a paulatina incorporação da Amazônia, fundamentalmente a porção brasileira, pela economia-mundo europeia ou capitalista durante o processo de expansão desta desde o século XVI. Argumenta-se que, de área essencialmente externa – em período no qual segmentos do mundo atlântico já haviam sido incorporados – , a Amazônia acabou completamente absorvida, em termos práticos, na trajetória multissecular desse sistema histórico. Na atualidade, refletindo determinantes tecnológicos e econômicos definidos em escala mundial e também os resultados de iniciativas políticas e econômicas protagonizadas ao longo de décadas no âmbito nacional – ações que em grande medida espelharam o próprio "diálogo" do Brasil com a economia mundial – , a Amazônia mostra-se uma região de importância ímpar nessa economia-mundo.

O ponto de partida, a guisa de "demarcação" conceitual, é uma breve referência à incorporação de novas áreas enquanto mecanismo de crescimento do sistema social e histórico denominado economia-mundo europeia ou capitalista.

1 Capitalismo histórico: crescimento por incorporação de novas áreas

Dois conceitos básicos na abordagem em termos de sistema-mundo são sistema histórico e economia-mundo, como assinala Wallerstein (1979).

(*) "Essa terra era grande demais, nela o sangue e as estações se confundiam, o tempo se liquefazia." (CAMUS, A. La pierre qui pousse. In: *L'exil et le royaume*. Paris: Gallimard, 1957, p. 143-187, p. 175)

1.1 Sistemas históricos e economias-mundo

A expressão sistema histórico designa conjuntos históricos e sistêmicos de estruturas que, representando o próprio "conteúdo" do mundo social, constituem a unidade de análise mais adequada ao estudo da vida em sociedade. No enfoque em termos desistema-mundo, a reprodução de tais conjuntos é garantida pelos processos econômicos, políticos e culturais que se desenrolam no seu interior, de maneira autocentrada. A palavra "sistêmico" aponta tais processos econômicos, políticos e culturais, sustentáculos da coesão dos sistemas históricos, e o termo "histórico" registra o entendimento de que os últimos são delimitados temporalmente.

Os sistemas históricos são também espacialmente circunscritos, mesmo que os limites geográficos possam se alterar no tempo. Sua superfície é definida pela extensão, implicando desdobramento espacial, da divisão do trabalho que lhe possibilita a reprodução social por meio de intercâmbio econômico realizado dentro dos seus limites. Este concerne aos produtos essenciais à vida social, razão pela qual não são todas as atividades de troca que permitem identificar sistemas históricos com base na amplitude geográfica dos fluxos comerciais de que participam. De fato, o que caracteriza, por definição, esses sistemas quanto à atividade comercial é o caráter de autossuficiência em produtos fundamentais para a reprodução de conjunto. O comércio de bens de luxo, quer dizer, de bens praticamente supérfluos, implica integrantes de sistemas históricos distintos, não de um mesmo sistema.

Historicamente, os entrelaçamentos que autorizam referir à existência de totalidades sociais (sistêmicas, históricas) autossuficientes são detectados, antes de tudo, em entidades muito pequenas ou de grandes dimensões. As primeiras dizem respeito a minissistemas, modestos na abrangência geográfica e na duração e com homogeneidade tanto cultural como em estruturas governamentais. Seus traços básicos incluem a reciprocidade nas trocas e a baixa polarização social. As entidades de grandes dimensões espaciais e temporais, de sua parte, formam sistemas-mundo, subdivididos em impérios-mundo e economias-mundo.

Impérios-mundo, ao menos quando no auge, são espaços vastos e com estruturas políticas únicas (apesar da diversidade de padrões culturais), exibindo como lógica básica de funcionamento a extração tributária junto aos produtores diretos e a transferência dos recursos para o centro do império. Economias-mundo caracterizam-se pela articulação entre estruturas políticas múltiplas e a operação de redes de produção e comércio de grande abrangência geográfica. Tais redes mostram-se integradas e com desigualdades entre seus elos quanto aos tipos de processos produtivos e de trabalho, aos níveis de remuneração ou recompensa e à capacidade de retenção do excedente. A lógica essencial de funcionamento envolve a desigual distribuição do excedente gerado nessas redes em benefício dos agentes situados em posições privilegiadas nos fluxos. Hopkins e Wallerstein (1987) dizem tratar-se de conjuntos

> de processos de produção integrados, interligados numa contínua (...) divisão social do trabalho, que determinam de modo fundamental o comportamento social (ou a ação social) no interior de sua arena (suas fronteiras) ao longo do tempo. Essas fronteiras são (...) variáveis. As forças em operação (em conflito) dentro dessa arena social apresentam, ou fazem surgir, várias expressões institucionais, não somente como estruturas do local de trabalho, mas como "estruturas" políticas e culturais. (p. 764)

São fundamentais, na configuração das economias-mundo, as cadeias mercantis, expressão que capta a existência das assinaladas redes de processos produtivos e de comércio. Suas identificação e delimitação envolvem partir de uma mercadoria e remontar a sequência de operações que resultam nesta, cobrindo os vários segmentos e subssegmentos (ou subcadeias paralelas) dessa trama de vínculos. Assim, analisando os traços dos distintos processos de produção enfeixados, pode-se evidenciar a existente divisão do trabalho. Uma economia-mundo apresenta-se, portanto, como estrutura em que o sistema interestatal é vazado por cadeias mercantis, sendo estas o principal elemento de coesão daquela totalidade e o parâmetro que, devido ao alcance das interações, permite delimitar-lhe o espaço interno.

O sistema histórico contemporâneo é, nos termos dessa abordagem, uma economia-mundo surgida na Europa Ocidental há cinco séculos.

> Em fins do século XV e princípios do XVI nasceu o que poderíamos chamar uma economia-mundo europeia. (...) Era um tipo de sistema social que o mundo, na realidade, não havia conhecido anteriormente, e que constitui o caráter distinto do moderno sistema mundial. É uma entidade econômica mas não política, ao contrário dos impérios, das cidades-Estado e das nações-Estado. De fato, compreende, (...) dentro de seus limites (...), impérios, cidades-Estado e as emergentes "nações-Estado". É um sistema "mundial" não porque inclua a totalidade do mundo, mas porque é maior do que qualquer unidade política juridicamente definida. E é uma "*economia*-mundo" devido a que o vínculo básico entre as partes do sistema é econômico, embora seja reforçado em certa medida por vínculos culturais e (...) por acordos políticos e (...) estruturas confederadas. (WALLERSTEIN, 1979, p. 21 – itálico no original).

Essa economia-mundo é designada capitalista porque sua base era, como é o caso desde então, "um modo capitalista de produção, cuja característica definidora [é] a acumulação sem fim de capital (...)" (HOPKINS, WALLERSTEIN, 1987, p. 764). É capitalista, do mesmo modo, pelo fato de ostentar a proeminência da "lei do valor", coerente com a existência de "um 'mercado' em que há alguma competição baseada em preço entre empreendedores que tomam suas decisões de produção nos seus próprios interesses (...)" (op. cit., p. 765). Conforme a análise em termos de sistema-mundo, esse mercado é "mundial" na medida em que suas dimensões correspondem à abrangência das trocas necessárias à reprodução do sistema.

1.2 Incorporação de novas áreas pela economia-mundo europeia

O caráter capitalista da economia-mundo europeia fortaleceu-se crescentemente, pois as relações de produção no seu interior registraram aprofundamento da mercantilização ao longo do tempo. Mas a consolidação dessa economia-mundo envolveu também expansão geográfica, baseada na operação de processos internos. Com efeito, o alargamento ocorreu em movimentos cíclicos de incorporação de novas áreas que refletiam as necessidades de um desdobramento espacial cada vez

maior das cadeias mercantis. Nesse movimento, o alcance espacial da divisão do trabalho só fez se ampliar e a lógica capitalista penetrou em diferentes níveis e latitudes.

No transcorrer dessa lenta e multissecular transformação, o sistema-mundo moderno erigiu-se em estrutura contendo centro, semiperiferia e periferia. No século XVI, o primeiro dizia respeito ao noroeste europeu, a segunda à Europa do Mediterrâneo e a terceira à Europa do leste e ao Hemisfério Ocidental (o mundo atlântico).

Em termos econômicos, centro, periferia e semiperiferia traduzem as principais atividades produtivas nos correspondentes espaços, representando posições dentro das cadeias mercantis. Os aspectos relevantes têm a ver, por exemplo, com especialização econômica, tipos de relações de produção e formas de organização produtiva. As atividades exigentes de maior qualificação em diferentes sentidos e com níveis técnicos e tecnológicos mais altos ocorrem principalmente nas áreas centrais. Como os associados benefícios, remunerações e recompensas são comparativamente maiores, é nessas áreas que os agentes envolvidos (capitalistas, trabalhadores) desfrutam das melhores condições em escala de sistema. Evocam-se aqui os elos mais privilegiados na

> divisão social do trabalho [que] ganhou existência por meio da transformação do comércio de longa distância desde uma situação de comércio de "luxo" para uma de comércio de "bens essenciais" ou de "produtos em atacado", interligando em longas cadeias mercantis processos que antes se encontravam completamente dispersos [, tendo essa ligação permitido] (...) a acumulação de importantes quantidades de mais-valia e a sua relativa concentração nas mãos de poucos. (WALLERSTEIN, 1991, p. 73)

Falar em periferia, por seu turno, significa aludir ao "setor" de uma economia-mundo "em que a produção é primariamente de bens de baixa categoria (isto é, de bens cuja mão de obra é pior remunerada), mas que é parte integrante do sistema global da divisão do trabalho, dado que as mercadorias implicadas são essencialmente para uso diário" (WALLERSTEIN, 1979, p. 426). Já a "arena externa (...) é composta por aqueles outros sistemas mundiais com os quais uma dada economia-mundo mantém algum tipo de relação comercial, baseada primariamente no intercâmbio de objetos preciosos (...)." (ibid.). A dinâmica de incorporação de novas áreas, movimento que caracterizou a paulatina ampliação da economia-mundo europeia desde a sua gênese, implica capturar tais sistemas, internalizando-os e convertendo-os em periferias.

Wallerstein (1998), examinando o "processo mediante o qual uma zona que em um momento dado se encontrava na área externa da economia-mundo pode chegar a se encontrar, em um momento posterior, na periferia dessa mesma economia-mundo" (p. 180), sublinha as seguintes etapas: "encontrar-se na área externa, ser incorporada, ser periferizada." (ibid.).

> A incorporação significa (...) que ao menos certos processos de produção importantes em algum lugar geográfico se convertem em parte integrante de várias das cadeias mercantis que constituem a divisão do trabalho existente na economia-mundo capitalista. Como sabemos se um processo de produção concreto é "parte integrante" dessa divisão do trabalho? Um processo de produção só pode ser considerado assim integrado se sua produção responde em algum sentido às sempre cambiantes "condições de mercado" dessa economia-mundo (seja qual for a origem desses câmbios) em termos de esforços por parte de quem controla esses processos de produção para maximizar a acumulação de capital dentro desse "mercado", senão num prazo muito curto, ao menos num prazo médio razoável. Na medida em que não se possa afirmar que tais

> processos acontecem, nem sequer em grandes traços, na medida em que as irregularidades dos processos concretos de produção possam ser explicadas por considerações que não sejam as que permitem a acumulação máxima de capital na economia-mundo, pode-se considerar a zona na qual têm lugar essas condições particulares como situada na área externa da economia-mundo, em que pese a existência de laços comerciais e independentemente da extensão ou da rentabilidade do "comércio" em curso. (Ibid.)

Centro, periferia e semiperiferia possuem conteúdo igualmente político, com Estados e seus aparatos políticos e administrativos localizados nessas distintas posições. Essa hierarquia política exibe influência mútua com a hierarquia econômica: as atividades econômicas de níveis técnicos e tecnológicos mais elevados, e de maiores benefícios e recompensas para os agentes envolvidos, concentram-se nos Estados centrais, e as de menores níveis técnicos e tecnológicos, com benefícios/recompensas mais baixos, situam-se nos Estados e áreas mais periféricos. A polarização econômica fortalece a política porque os aparatos estatais nas áreas mais ricas se robustecem em relação aos das outras áreas. Ao mesmo tempo, os aparatos estatais mais poderosos são mais eficazes na proteção dos interesses capitalistas em seus territórios, garantindo direitos de propriedade, conservando/fortalecendo estruturas monopólicas e assegurando a socialização das perdas.

A razão pela qual as estruturas do Estado são mais fortes nas áreas centrais e mais frágeis nas áreas periféricas é que, pelo enfoque em termos de sistema-mundo, as cadeias mercantis só podem funcionar na economia-mundo capitalista com base na "construção de um sistema interestatal coordenado com os limites da divisão social do trabalho (...)." (WALLERSTEIN, 1991, p. 73-74). Esse entendimento condiz com a ideia de que a acumulação de capital nas áreas centrais depende da extração e canalização de excedentes desde as áreas periféricas. A própria existência do capitalismo, ou do "capitalismo histórico", como escreve Wallerstein (2001), é assimilada a tais relações centro-periferia. De fato, para esse autor, "[c]apitalismo e (...) economia-mundo (quer dizer, uma única divisão do trabalho, mas múltiplas formas de governo) são lados opostos de uma mesma moeda" (WALLERSTEIN, 2000, p. 76).

2 Projeção da economia-mundo europeia em direção ao mundo atlântico

A projeção da economia-mundo europeia rumo ao continente americano ocorreu já no início do processo de incorporação de novas áreas por esse sistema histórico. Talvez não seja exagero considerar que a própria gênese e a arrancada inicial de tal sistema tenham coincidido com a referida projeção e com o começo da resultante dinâmica de "internalização". Wallerstein (1979) considera que no final do século XVI encontravam-se incluídos "Nova Espanha, as Antilhas, Terra Firme, Peru, Chile, Brasil; ou dizendo melhor, aquelas partes dessas regiões que estavam submetidas a um efetivo controle administrativo por parte dos espanhóis ou dos portugueses" (p. 95).

2.1 América: uma projeção estratégica da economia-mundo europeia

É importante assinalar que enquanto as Américas, ou algumas áreas aí situadas, foram rapidamente convertidas em periferia da economia-mundo europeia, até as primeiras décadas do século XVIII nem a Rússia, o Império Otomano, o subcontinente indiano ou a África Ocidental, por exemplo, participaram dessa totalidade. Ou seja, permaneceram longamente como áreas integrantes da "arena exterior", isto é, como espaços e estruturas com os quais o protagonizado comércio não representava fluxo de mercadorias essenciais àquela economia-mundo. Sua incorporação só ocorreria em meados do século XVIII, já sob o capitalismo industrial, como resposta às próprias exigências internas daquele sistema histórico. A África – excetuando-se alguns enclaves costeiros incluídos desde o século XVI – e a Ásia foram "internalizadas" como periferia somente no decorrer do século XIX.

É certo que, de uma maneira geral, o comércio da Europa Ocidental com a arena externa, particularmente no tocante à Ásia, apresentava vitalidade no século XVII. Tanto assim que, no lado europeu, as tentativas de preservação dos interesses envolvidos deram margens a diversas e duradouras disputas, algo eloquente sobre a importância que se lhe atribuía.

> Mas isso resulta secundário na comparação com a obtenção de metais preciosos, madeira, couro e açúcar do Novo Mundo, que exibiu a passagem, durante aquele século, de uma técnica de coleta a uma forma estável de produção utilizando mão de obra barata com supervisão européia, o que *transformou* a estrutura social das áreas envolvidas e as incorporou à economia-mundo europeia. (WALLERSTEIN, 1979, p. 476) – em itálico no original).

De fato, como assinala Furtado (1987), "[d]e simples empresa espoliativa e extrativa (...), a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu" (p. 8). A situação era outra com respeito à Ásia, mesmo já no fim do século XVII:

> [n]o comércio asiático com a Europa no final do século XVII produziu-se uma lenta passagem da pimenta e das especiarias a outros produtos de luxo: tecidos indianos, sedas chinesas bengalesas e persas, *chinoiseries* (lacas, porcelanas etc) e chá e café, que no princípio eram também produtos de luxo. Esse comércio em crescimento não periferizou por si só a área do oceano Índico. Em primeiro lugar, o incremento da produção têxtil não foi "acompanhado de uma mudança significativa na técnica da manufatura" nem de uma mudança significativa (todavia) nas relações sociais de produção. (...) [Daí que,] (...) apesar do crescente interesse europeu pelo comércio asiático, a Ásia permaneceu como uma arena exterior. (WALLERSTEIN, 1984, p. 381-382 – em itálico no original)

O século XVII assistiu à solidificação da importância americana para essa economia-mundo, embora já na segunda metade do século anterior – até cerca de 1580, segundo Wallerstein (1984) – os portugueses tivessem transferido grande parte da produção de açúcar das ilhas do Atlântico para o Brasil, estimulados pelo forte crescimento da demanda europeia associado à difusão de novos padrões alimentares naquele continente. Mais tarde, já nos últimos anos (após 1690), verificou-se existir ouro no Brasil em quantidades aptas a nutrir um importante fluxo exportador. Daí o surgimento de "uma nova região periférica, que em parte estava diretamente colonizada e produzia só aquilo que não poderia ser produzido nos países do centro. Essa nova região periférica era o

grande Caribe, que abarcava desde o nordeste do Brasil até Maryland, e seus três principais produtos eram o açúcar, o tabaco e o ouro" (WALLERSTEIN, 1984, p. 232).

Integrante do sistema português, o Brasil sobressaía nessa nova região. Esse sistema, assinale-se, estava

> [c]entralizado em Lisboa, estendido às duas margens do Atlântico, africana e americana, ligado ao Pacífico e ao Extremo-Oriente, (...) [consistindo numa] imensa rede que se expande pelo Novo Mundo em dez ou vinte anos. Esta viva expansão é forçosamente um fato de importância internacional. Sem ela, talvez Portugal não se teria "restaurado" em 1640, isto é, não teria recuperado a sua independência diante da Espanha. (BRAUDEL, 1996a, p. 137)

2.2 O Brasil no sistema português e como periferia da economia-mundo europeia

O papel desempenhado pelo Brasil no sistema português foi de inegável importância, o que simultaneamente indica e traduz a sua condição – referente a certos produtos e certas regiões da América lusitana – de periferia da economia-mundo europeia. Pilar básico dessa participação brasileira foi, durante séculos, o emprego intensivo da mão de obra escrava trazida da África.

O açúcar, introduzido pelos portugueses no final do século XVI, como se falou, é um desses produtos, e sua principal área de produção, o Nordeste, é uma dessas regiões. Qualificado por Furtado (1987) como "o negócio colonial agrícola mais rentável de todos os tempos" (p. 64), o açúcar tem presença multissecular nos vínculos do segmento brasileiro do mundo atlântico com a economia-mundo europeia, atravessando persistentemente vários períodos de adversidades. Entre as causas de algumas destas cabe mencionar, por exemplo, a forte expansão da economia açucareira nas Antilhas após a expulsão dos holandeses do Brasil, na primeira metade do século XVII, e, na segunda metade do XIX, as dificuldades tanto para comercializar numa Europa em que crescia a presença de açúcar feito de beterraba quanto para exportar aos Estados Unidos devido à concorrência do produto antilhano.

A economia açucareira da América portuguesa teve os seus movimentos sempre determinados por processos em curso na escala mundial. Isso é amplamente coerente com o fato de que, no percurso do fortalecimento da condição de espaço "internalizado", o "destino do conjunto da América hispano-portuguesa, a que mais tarde se chamará América Latina, depende evidentemente de um conjunto mais amplo do que ele, nada mais, nada menos do que a totalidade da economia-mundo europeia, da qual essa América é apenas uma zona periférica e fortemente dominada." (BRAUDEL, 1996b, p. 389). No Brasil, especificamente, e dizendo respeito à economia açucareira,

> apenas o *senhor de engenho* está envolvido na economia de mercado: comprou os escravos, contraiu empréstimos para construir o engenho, vende a colheita e por vezes a colheita de pequenos engenhos que vivem à sua sombra. Mas está, por sua vez, sob a dependência dos mercadores, instalados na cidade baixa de São Salvador ou em Recife, perto da cidade senhorial de Olinda. Por meio deles, está ligado aos negociantes de Lisboa que adiantam os fundos e as mercadorias (...). É o comércio da Europa que controla a produção e a venda de além-mar. (BRAUDEL, 1996a, p. 239 – em itálico no original).

Articulada, como caudatária dos impulsos de expansão, ao crescimento da economia açucareira, a criação de gado adquiriu vulto no século XVII. Essa atividade era extensiva e de ocupação temporária das terras onde se realizava, fator que conferiu à economia da pecuária um papel determinante na penetração e ocupação de imensos espaços interioranos a partir do sertão nordestino. Discorrendo sobre isso, Furtado (1987) ressalta a "rapidez com que os rebanhos penetraram no interior, cruzando o São Francisco e alcançando o Tocantins e, para o norte, o Maranhão nos começos do século XVII" (p. 58).

O declínio dessas duas economias associadas na segunda metade do século XVII, como reflexo da concorrência do açúcar das Antilhas e em sequência às dificuldades anteriormente causadas à economia do açúcar pela invasão holandesa, deu lugar ao frenesi da mineração de ouro no começo do século seguinte. Uma imensa região foi implicada diretamente, crivada por focos de mineração em território distribuído entre a serra da Mantiqueira (Minas Gerais) e Cuiabá (Mato Grosso). Indiretamente, regiões muito distantes registraram estímulos importantes: as necessidades alimentares e de transporte e carga fizeram a economia do ouro repercutir até no Rio Grande do Sul, cujo fluxo de tropas, contínuo e caudaloso, representou integração daquela região à economia do conjunto do país. A rigor a mineração, no século XVIII, tornou "interdependentes as diferentes regiões, especializadas umas na criação, outras na engorda e distribuição e outras constituindo os principais mercados consumidores" (FURTADO, 1987, p. 77).

Consequências importantes foram observadas igualmente no plano demográfico. Migrações desde a porção meridional do Sudeste, desde o Nordeste (implicando sobretudo transferências de escravos) e desde Portugal – grandes fluxos de movimentos voluntários atraídos pelas promessas da mineração – afetaram substancialmente a colônia, alterando o perfil da própria população.

O ouro brasileiro, é importante frisar, cumpriu um papel essencial no desenvolvimento da economia-mundo europeia. Portugal não era mais do que um entreposto entre a origem do minério e a Inglaterra, tendo em vista os termos do Tratado de *Methuen*, assinado por ambos os países em 1703. Esses termos praticamente fizeram "Portugal transformar-se numa dependência agrícola da Inglaterra" (FURTADO, 1987, p. 82), e, assim, "a procura crescente de manufaturas que vinha da colônia se transferia automaticamente para a Inglaterra sem nenhum efeito sobre a economia portuguesa que não fosse a renda criada por algumas comissões e impostos" (op cit., p. 81). Mas o ouro brasileiro alcançou também o Oriente:

> esse ouro servia não só para lubrificar a roda da fortuna britânica durante a pré-decolagem da revolução industrial do século XVIII (...), mas para financiar o comércio que renascia com o Oriente, de onde a Inglaterra importava os algodões leves que reexportava para os climas mais quentes da Europa, da África e da América, e cujo pagamento ela não poderia saldar senão com o ouro brasileiro. (FRANK, 1977, p. 210).

A passagem abaixo também é sugestiva sobre o papel do ouro do Brasil nos movimentos dessa economia-mundo, não permitindo dúvidas sobre o significado desse "produto" na articulação das áreas de extração enquanto partes da periferia do sistema histórico em questão.

> Do ponto de vista da economia européia em seu conjunto, o ouro do Brasil teve um efeito tanto mais positivo quanto o estímulo por ele criado se concentrou no país que melhor aparelhado estava para dele tirar o máximo proveito. [A] Inglaterra, graças às transformações estruturais de sua agricultura e ao aperfeiçoamento de suas instituições políticas, foi o único país da Europa que seguiu sistematicamente, em todo o século que antecedeu à revolução industrial, uma política clarividente de fomento manufatureiro. (FURTADO, 1987, p. 82)

Outro produto que representou articulação do Brasil à dinâmica da economia-mundo europeia foi o algodão. Compuseram o cenário do crescimento da economia algodoeira o declínio das exportações de açúcar e ouro, nas últimas décadas do século XVIII, e os favoráveis sinais de mercado ligados a movimentos em escala mundial, destacando-se a guerra da independência dos Estados Unidos (que afetou a produção naquele país) e a revolução industrial na Inglaterra (que representou dinamização do mercado). O impulso frutificou no Maranhão, segmento da colônia que, largamente por conta do suporte governamental português, registrou notável surto de crescimento nessa atividade, contrastando com a precária situação geral em terras brasileiras. Mais tarde também o Nordeste se envolveu na economia algodoeira, estimulado pelo forte crescimento da demanda inglesa.

Fases de uma prosperidade mais abrangente foram observadas no Brasil no período, sempre em ligação com processos internacionais (como o colapso do açúcar no Haiti), mas sua amplitude foi geralmente curta, espasmódica. Problemas predominaram, algo que, de uma forma ou de outra, refletia o caráter local de periferia do sistema-mundo moderno. Com efeito, "[s]endo uma grande plantação de produtos tropicais, a colônia estava intimamente integrada nas economias europeias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de centros maiores" (FURTADO, 1987, p. 95). As dificuldades vividas perpassaram os processos que culminaram na Independência e não deixaram de marcar as décadas subsequentes.

Ao longo do século XIX, embora com temporalidades diferentes, dois outros produtos, implicando regiões igualmente distintas, caracterizaram o envolvimento do Brasil como periferia da economia-mundo europeia: o café e a borracha. Ambos emergiram por conta de combinação, em contextos específicos, entre determinantes internos e externos.

O contexto externo do café eram as intensas mudanças que ocorriam mundialmente na segunda metade do século XIX, representando reveses irrecusáveis para atividades tradicionalmente protagonizadas (açúcar, algodão) e também estímulos derivados dos movimentos desse produto no mercado mundial, elevando a sua importância comercial. Como determinantes internos, num país tornado independente mas às voltas com problemas que incluíam uma forte instabilidade política doméstica, cabe indicar a abundância de terras aptas ao cultivo. O café galgou rapidamente degraus na pauta de exportações do Brasil, tornando-se o item principal e vincando, numa primeira fase

expansiva, as proximidades do Rio de Janeiro com relevo mais acidentado. Gestou-se, assim, no decorrer do século XIX, a economia cafeeira no país, com repercussões inclusive em termos de conformação de uma camada empresarial e dirigente nova, e sobretudo distinta da vinculada à economia açucareira.

> Na época de formação da classe dirigente açucareira, as atividades comerciais eram monopólio de grupos situados em Portugal ou na Holanda. As fases produtiva e comercial estavam rigorosamente isoladas, carecendo os homens que dirigiam a produção de qualquer perspectiva de conjunto da economia açucareira. (...) A economia cafeeira formou-se em condições distintas. Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. (...) A proximidade da capital do país constituía (...) uma grande vantagem para os dirigentes da economia cafeeira. Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. (...) [N]ão é o fato de que hajam controlado o governo o que singulariza os homens do café. E sim que hajam utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos. (FURTADO, 1987, p. 115-116)

Entretanto, as boas condições internas relacionadas à existência de terras para cultivo de café não tinha contrapartida no tocante à disponibilidade de mão de obra. Assim, a extinção do tráfico de escravos trazidos da África intensificou a movimentação interna de cativos desde as áreas de produção de algodão e de açúcar, mas sem que o gargalo referente à mão de obra desaparecesse, fazendo a imigração européia ser vislumbrada como importante alternativa. De toda maneira, as circunstâncias do final do século XIX, tanto externas – como os problemas amargados por concorrentes internacionais – quanto domésticas – como oferta de crédito e outorga, na esteira da mudança republicana, do equacionamento das questões de imigração aos entes federados –, resultaram em forte expansão dos cultivos e em controle de uma enorme fração da oferta mundial de café por produtores brasileiros.

A inversão da conjuntura favorável tomou a forma de uma derrocada nos preços internacionais na passagem para o século XX que provocou iniciativas institucionais de proteção do setor. As ações funcionaram como estímulo ao forte crescimento da produção sobretudo na década de 1920, sem que o consumo internacional evoluísse em sintonia, agravando o descompasso estrutural entre oferta e demanda. A crise de 1929 e seus desdobramentos pioraram ainda mais a situação, inclusive porque praticamente extinguiram as possibilidades de obtenção de crédito internacional para o financiamento da manutenção de estoques com vistas à preservação do preço do café.

O turbilhão de adversidades que permitiu falar em crise profunda da economia cafeeira gerou na sequência uma guinada na economia brasileira: nos anos 1930, seu centro dinâmico, envolvendo sobretudo a produção industrial, se deslocou para o mercado interno. Nesse processo, a região sudeste, especialmente São Paulo – "o centro cafeeiro-industrial em rápida expansão" (FURTADO, 1987, p. 239) – saltou à frente, numa dinâmica de concentração industrial e territorial intensificada já nos anos 1910. Daí em diante, acelerou-se o processo no bojo do qual São Paulo

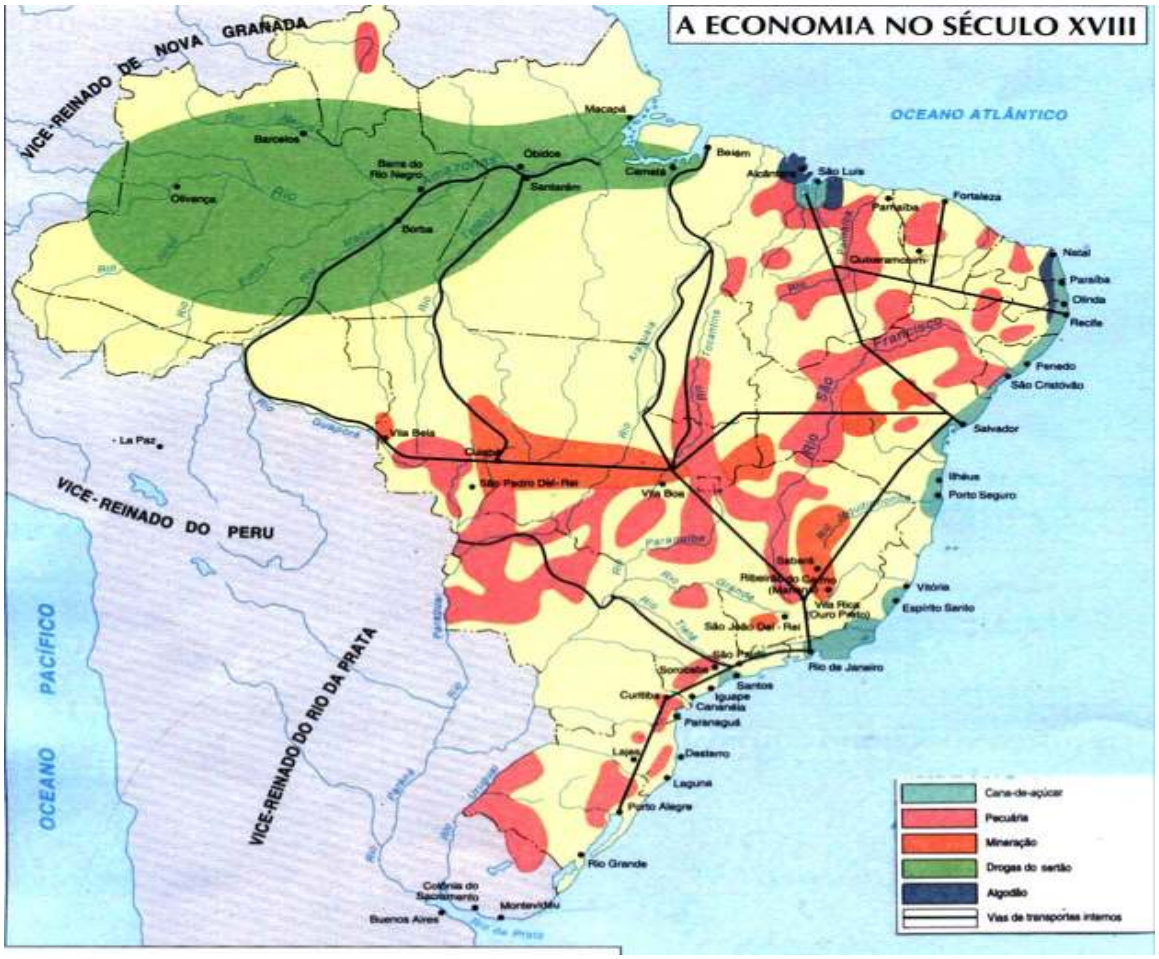
articulou em torno de si várias regiões do país, aprofundando as desigualdades inter-regionais (CANO, 1985; OLIVEIRA, 1987).

O outro produto emblemático do envolvimento brasileiro como periferia da economia-mundo europeia no século XIX é a borracha. Sua região, contudo, concerne à Amazônia, razão pela qual a respectiva abordagem terá lugar posteriormente, em seção inteiramente voltada à problemática amazônica no seio do sistema-mundo moderno, tema central do presente artigo.

* * *

Para concluir esta parte, apresenta-se na figura 1, a título de ilustração, a incidência espacial boa parte das atividades que, no século XVIII, caracterizavam o "diálogo" da porção brasileira do mundo atlântico com a economia-mundo europeia. O mapa indica as áreas de produção de açúcar, de presença da pecuária, de mineração e de algodão. Indica, por conseguinte, os espaços brasileiros "internalizados" como periferia até aquele século, espaços criados, como diz Amin (1973), no processo pelo qual o capital europeu "constituiu anexos na América (...) [, com formas de exploração] funcionalmente destinadas a produzir para o mercado capitalista " (p. 259).

Figura 1 – Principais atividades econômicas da história do Brasil – situação no século XVIII



Fonte: www.geocities.ws/prof_adhemar/mapashcolonia.html

3 A Amazônia na economia-mundo capitalista

De acordo com a figura 1, no século XVIII boa parte da Bacia Amazônica era uma imensa área onde se obtinham "drogas do sertão". Não se pode dizer que essa porção amazônica fosse integrada à economia-mundo europeia, ainda que desde meados do século XVI figurasse em crônicas sobre o Novo Mundo.

3.1 Do século XVI ao XVII: uma incorporação muito rarefeita

Uma das referidas crônicas sobre o Novo Mundo registrou, em trecho sobre os grandes rios, que "[u]m dos mais famosos e principais que há nestas partes é o das Amazonas (...), [que nasce perto] de umas terras do Quito, província do Peru, donde partiram já algumas embarcações de castelhanos, e navegado por ele abaixo, vieram sair em o mar Oceano (...)." (MAGALHAES, 1576, p. 9). O relato possivelmente se refere à expedição de Francisco de Orellana, a qual, partindo de Guaiaquil, encontrou o grande rio (cujo nome foi atribuído na ocasião), navegou-o e, após dramáticas privações, alcançou a embocadura do Amazonas em 1541 (DOZER, 1966).

A descoberta desse rio é objeto de controvérsia. Dozer (1966), por exemplo, diz que a foz foi avistada durante as viagens realizadas pelo italiano Américo Vespúcio entre 1499 e 1502. A *Encyclopedia Britannica*, de sua parte, informa que foi o comandante espanhol Pinzón quem descobriu a embocadura principal, em 1500, tendo adentrado o curso d'água em cerca de 50 milhas (ENCYCLOPEDIA, 1963). Seja como for, interesses europeus não demoraram a se manifestar pouco tempo depois da descoberta. A rigor, "[o] que é hoje a Amazônia foi um dos lugares onde o reajuste econômico e político da Europa nos séculos XVI e XVII se deu por mais longo tempo" (BECKER, 2009, p. 204).

De fato, no início do século XVII, numerosas embarcações holandesas navegavam o complexo fluvial, a ponto de plantações terem sido estabelecidas por esses aventureiros às margens do Xingu. Eram iniciativas que ocorriam em parceria com interesses ingleses: "[p]or volta de 1625, umas dez ou doze feitorias anglo-holandesas haviam sido fundadas nessa área e uma Companhia do Amazonas fora criada para explorar as suas riquezas" (DOZER, 1966, p. 97). A fundação de Belém pelos portugueses, em 1616, em localização estratégica para o controle do acesso à bacia Amazônica, representou uma resposta àquelas investidas e serviu de base para expedições ao Alto Amazonas nas décadas seguintes.

Lutas e outras ações contra investidas de ingleses, holandeses e franceses foram observadas tanto no período de união das coroas de Portugal e Espanha, entre 1580 e 1640 – quando combateram do mesmo lado, portanto – , quanto após a recuperação da unidade nacional portuguesa, passando esse país a enfrentar também o interesse espanhol. Mas foram os portugueses que, numa realização de grande importância geopolítica – isto é, dizendo respeito às relações entre

poder e espaço – , lograram conquistar a Amazônia. O grande marco desse processo foi o Tratado de Madri, de 1750, que formalizou a posse daquele Estado sobre um imenso território. Cabe registrar, sobre isso, o papel desempenhado pelo Marquês de Pombal e também o contexto de forte dependência de Portugal em relação à Inglaterra.

A região amazônica permaneceu longamente marcada pela economia extrativista, protagonizada sob a organização de jesuítas e com ampla utilização de mão de obra indígena, como assinala Furtado (1987) a respeito do Pará. Os jesuítas, aliás, se contrapuseram eficazmente aos interesses dos colonos portugueses no século XVII em relação ao emprego desse tipo de mão de obra, conseguindo incorporar tais populações em atividades que, no século XVIII, permitiam à área paraense despontar como "centro exportador de produtos florestais: cacau, baunilha, canela, cravo, resinas aromáticas" (p. 67). É essa condição que, ao menos parcialmente, parece justificar a indicação, na figura 1, de que no século XVIII a Amazônia era espaço fornecedor de "drogas do sertão", como sublinhado.

Tudo isso sugere um persistente caráter de exterioridade de grande parte da Amazônia à economia-mundo europeia. É verdade que o cacau adquiriu destaque como produto de exportação. Mas, de um modo geral, os produtos florestais e seus espaços de extração nunca estiveram de fato inseridos, até o final do século XIX, nas malhas de cadeias mercantis que interligassem diferentes tipos de agentes em distintas localizações, sob o "comando", numa trama de vínculos que evidenciassem divisão do trabalho em grande escala, de acontecimentos no nível do mercado mundial com reflexos intensos nas áreas de produção (cf. a primeira seção).

É fato que, como se viu, interesses de Estados europeus concorrentes se manifestaram muito cedo na região, traduzindo-se em diversos tipos de iniciativas. Todavia, do ponto de vista econômico, não se pode dizer que tais investidas representaram efetiva incorporação à economia-mundo capitalista, em que pese o fato de, conforme assinalado, a economia da mineração de ouro ter atingido Cuiabá e a do algodão ter marcado presença no Maranhão, quer dizer, alcançando, em ambos os casos, franjas ou bordas amazônicas.

Assim, não parece despropositado considerar, evocando assertiva de Braudel (1996b) sobre o fato de mesmo as economias avançadas ficarem "assim como que perfuradas por muitos poços, fora do *tempo do mundo* (...)" (p. 32 – em itálico no original) , que a maior porção da Amazônia, aquela referente ao "centro" da bacia hidrográfica, permaneceu durante séculos "fora do tempo" da economia-mundo capitalista. Contudo, movimentos poderosos no plano do capitalismo mundial durante a segunda metade do século XIX acabariam provocando a efetiva incorporação da região – ou a ampliação e consolidação dessa incorporação, se as experiências da mineração no Mato Grosso e do algodão no Maranhão forem vistas como espasmos de incorporação.

3.2 Do século XIX a meados do século XX: rumo a uma incorporação mais ampla

Os poderosos movimentos aludidos são os que produziram a deflagração de, pode-se dizer, um novo ciclo econômico no Brasil, afetando as relações do país com a economia-mundo capitalista: o ciclo da borracha. Seu teatro principal, em termos de extração e repercussões imediatas, foi a Amazônia, haja vista as existentes reservas naturais de seringueiras (*hevea brasiliensis*), fonte do látex.

Sem fugir à regra de que "na história da Amazônia o contexto internacional tem tido peso mais significativo e mais constante através dos séculos [comparativamente falando]" (BECKER, 2009, p. 202), esse ciclo resultou de desenvolvimento industrial no centro do capitalismo cujo evento catalisador foi a descoberta, em 1839, de processo químico (a vulcanização, por Charles Goodyear) que ampliou enormemente as possibilidades de uso da borracha em vários setores. Tornando-se essencial, esse insumo passou a registrar uma demanda explosiva, com reflexos nos preços.

Esse desenvolvimento incidiu com destaque, certamente em primeiro lugar, na nascente indústria automobilística – pelo uso na fabricação de pneus – , impulsionada no final do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte. Nesse contexto, a volumosa presença natural da seringueira fez da Amazônia uma região com participação fundamental na dinâmica capitalista planetária, segmento estratégico de "uma cadeia produtiva iniciada na floresta, em que a matéria-prima é transportada por via fluvial até os grandes portos concentradores da produção – Belém e, a seguir, também Manaus – , de onde é exportada para as indústrias norte-americanas e europeias" (BECKER, 2009, p. 213).

Durante o ciclo da borracha, entre meados do século XIX e a década de 1920, milhares de pessoas migraram para a Amazônia, já que a atividade demandava grandes quantidades de mão de obra sem qualificação específica. Número expressivo originou-se no Nordeste, onde a seca de 1877-1879 produziu resultados devastadores, um quadro no interior do qual as "companhias apelaram para o embarque maciço, nos portos do Nordeste, da grande população flutuante acumulada graças à seca (...)" (BALÁN, 1974, p. 127). Esse processo tomou a forma de corrente migratória que Furtado (1987) referiu com a expressão "transumância amazônica" (p. 129) e fez a população da Amazônia se multiplicar no último quartel do século XIX (FIECHTER, 1974).

Alcançando patamar de grande destaque na pauta de exportações do Brasil (chegou a representar a segunda maior exportação, atrás somente do café), a borracha fez fervilhar a economia e reverberou ampla e profundamente na Amazônia. Não somente espaços nas bordas ou franjas foram implicados. O coração da imensa floresta acabou atingido.

> [E]m consequência da expansão do povoamento em novas áreas da fronteira móvel impulsionada por seringueiros e comerciantes na busca do látex localizado nos altos vales dos tributários da calha sul do rio

> Amazonas, e da inexistência de limites definidos, esses pioneiros penetram profundamente na Bolívia, daí resultando a questão do Acre. (...)
>
> Novos atores entraram na aventura da borracha (...). Nos portos instituíram-se as financiadoras, exportadoras, bancos ingleses e americanos e muitos trabalhadores estrangeiros. Aí também é a sede dos aviadores, (...) mistura de comerciante com agiota que fornece bens de consumo e gêneros a crédito aos seringalistas (os donos dos seringais) a serem pagos com a borracha, e negociam a borracha com os exportadores. Os seringalistas se endividam para manter hábitos luxuosos na cidade e para suprir os armazéns dos seus seringais localizados na floresta, onde exercem o papel de aviadores para os seringueiros, os trabalhadores da seringa. (BECKER, 2009, p. 213).

A expressão "manter hábitos luxuosos na cidade", presente na citação, não é retórica. O *boom* da borracha gerou resultados importantes em Manaus e Belém. Em ambas o crescimento populacional ganhou velocidade e melhoramentos urbanos tiveram lugar, destacando-se a iluminação elétrica e a introdução de bondes no transporte urbano. A expansão do espaço citadino fez surgirem bairros e, nas áreas centrais, a modernização incluiu obras que viraram marcos arquitetônicos. O dinamismo econômico refletiu-se em suntuosidade e glamour junto às elites, assim como em avanços culturais, tendo as duas capitais adquirido um certo ar cosmopolita e uma atmosfera de *belle époque* europeia, notadamente parisiense. Mas o quadro era de marcada exclusão social, pois, segundo Oliveira e Magalhães (2003), a contrapartida da modernização foi o aprofundamento dos contrastes socioespaciais no seio desses tecidos urbanos.

Todavia, o fausto teve vida curta, já que a economia da borracha, com a vitalidade que permitiu atribuir-lhe a condição de ciclo econômico, regrediu inapelavelmente. A retirada ilegal de milhares de sementes de seringueira, transportadas primeiramente para Londres e posteriormente plantadas no Ceilão, de onde o cultivo foi disseminado em vários locais do Oriente (Malásia, Sumatra, Índia e Birmânia, entre outros), representou o início da *débâcle*. Com efeito, penetrando regularmente no mercado após a I Guerra Mundial, a borracha oriental provocou permanente compressão dos preços, com resultados devastadores (FURTADO, 1987): "[à] proporção que as mudas cresciam e prosperavam naquelas bandas sob um sistema de economia colonial em que a mão de obra era mais barata do que no Brasil, a indústria da borracha nesse país entrou num declínio permanente (...)" (DOZER, 1966, p. 509).

Com o colapso desse sistema de extração e comércio, muitos vilarejos foram abandonados na floresta e numerosas famílias ficaram à deriva em locais remotos. A experiência da *Ford Motor Company*, iniciada em 1927 às margens do rio Tapajós, acenou com um possível novo impulso, na esteira da experimentação de cultivos de seringueira em duas plantações. Mas a iniciativa foi mal sucedida e durou pouco, em grande parte devido à escassez de trabalhadores. Assim, terminada a II Guerra Mundial, a empresa entregou as plantações para o governo brasileiro, ao que se seguiu o abandono do projeto original da *Fordlândia* ((ENCYCLOPEDIA, 1963).

A estagnação na qual mergulhou a economia amazônica durou até o início dos anos 1940, quando uma certa reativação teve lugar. Dois aspectos principais devem ser ressaltados em relação ao assunto.

Um aspecto se refere ao que se pode chamar de segundo ciclo da borracha amazônica, entre 1942 e 1945 – em plena II Guerra Mundial, portanto – , decorrente da invasão japonesa nos espaços de produção desse insumo na Ásia e, por conseguinte, da necessidade de utilização da capacidade de produção brasileira. Vivia-se a era Vargas, durante o Estado Novo, e o Brasil firmou tratado com os Estados Unidos pelo qual se comprometia a fornecer látex às forças aliadas. Milhares de trabalhadores nordestinos, notadamente cearenses, foram atraídos, em meio a referências de apelo simbólico e ideológico tais como "Guerra da Borracha" e "Soldados da Borracha". Objetivos envolvendo o fortalecimento da colonização da Amazônia também animaram o governo Vargas na ocasião.

Outro aspecto tem a ver com o papel desempenhado principalmente por São Paulo, a partir dos anos 1940, como destino privilegiado da borracha, substituindo em grande parte o mercado externo. Esse é o período da economia brasileira no século XX que Cano (1985) classificou como de "industrialização restringida", na periodização da trajetória industrial nacional formulada por esse autor. Desdobrado entre 1930 e 1955, esse período assistiu ao aprofundamento da integração da Amazônia ao mercado nacional. Observe-se que nesse comércio não se tratava somente de borracha, mas também de fibras duras como a juta (destacando-se ainda a castanha do Pará), cujas compras agregadas eram realizadas por São Paulo em cerca de 2/3 do total adquirido.

3.3 A Amazônia na segunda metade do século XX: reduto da economia-mundo capitalista

Na segunda metade do século XX, a Amazônia foi objeto de importantes intervenções principalmente protagonizadas pelo Estado brasileiro. O contexto mundial, no imediato II Pós-Guerra e no período seguinte, exibia em grande número de países uma fé quase absoluta no desenvolvimento nacional entendido como processo ligado à industrialização. O *keynesianismo*, de sua parte, tinha a sua influência evidenciada na formulação e execução de diversos tipos de políticas em diferentes latitudes. Como corolário observa-se, sobretudo nas zonas centrais do capitalismo, uma expansão econômica forte e com múltiplos reflexos, configurando conjuntura que autores ligados à Teoria da Regulação designaram como "período fordista" (cf. p. ex. Boyer, 1987).

No Brasil, o desenvolvimentismo dos anos 1950, embalado pelas condições do ambiente internacional, não deixou de repercutir na Amazônia. Costa (1988) destaca, como integrante de políticas regionais para o país todo, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, e a definição da Amazônia Legal (atingindo Amazonas, Pará, partes de Goiás, de Mato Grosso e do Maranhão e os então territórios de Acre,

Amapá, Rondônia e Roraima), assim como do Primeiro Plano Quinquenal para a área, norteador das atividades da SPVEA. Além disso, o existente Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia (BCA).

Com Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas, a iniciativa de criação de eixos rodoviários incidiu na região, sobretudo pela rodovia entre a nova capital do país, em construção, e a capital do Pará, a Belém-Brasília (de 1956). Essa investida institucional revestiu-se de importância inclusive – talvez sobretudo – geopolítica, visto que contemplava a penetração do território, sua ocupação e a articulação com a totalidade nacional. Para Costa (1988), tal rodovia "foi o elemento transformador por excelência da chamada Amazônia Oriental" (p. 67). Mas não foi só tal estrada que repercutiu fortemente, espelhando os determinantes geopolíticos das ações protagonizadas.

> A construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre (consequência lógica da própria construção da Capital no planalto central) montaram (sic) um enlace da região, contornando a Hileia Amazônica em suas margens leste e oeste, e promovendo a primeira integração da Amazônia oriental com o centro da economia brasileira. (BUARQUE; LOPES; ROSA, 1995, p. 111).

Durante o regime militar, a opção rodoviária foi mantida em destaque no enfoque geopolítico adotado. A materialização implicou notadamente o projeto e a construção da rodovia Transamazônica, planejada para interligar a costa nordestina (com duas pontas orientais, uma no Recife e outra em João Pessoa) e o extremo ocidental da região amazônica (na fronteira com o Perú), e também a rodovia Cuiabá-Santarém, ambas contempladas no Programa de Integração Nacional (PIN), de 1970 (mas o complexo rodoviário construído no final dos anos 1960 era maior, incluindo também a rodovia Manaus-Porto Velho). Essas infraestruturas representaram ações de grande visibilidade em leque que recobriu a conversão da SPVEA em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do BCA em Banco da Amazônia S.A. (BASA).

O conjunto implicou ainda, com grande realce e revelando o interesse governamental em incentivar e induzir investimentos industriais, a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em 1967, encarregada de instalar polo industrial estribado em fortes incentivos fiscais. Com incentivos desse tipo, que passaram a marcar a ação governamental na região, objetivava-se alterar o quadro de estagnação que a Amazônia amargava havia décadas. Não parece equivocado considerar que, entre os sistemas de incentivos criados, "o único a ter tido um efeito considerável, ao menos na Amazônia Ocidental, onde provocou importantes mudanças econômicas, demográficas, sociais e culturais, foi o que criou (...) a Zona Franca de Manaus (..." (MOTTA, 1990, 29).

Pelo menos nos primeiros anos, mais de 40% dos investimentos realizados nessa espécie de condomínio de empresários ligados a capitais nacionais e internacionais diziam respeito às indústrias de têxteis sintéticos e eletrônicas, completamente divorciadas da estrutura produtiva regional (CANO, 1985). Com o tempo, e sem que, aparentemente, tal divórcio tenha sido superado,

"de produtora de bens de baixa tecnologia para o mercado nacional, a indústria de Manaus atingiu o estágio de fabricação de produtos acabados e intermediários de alta tecnologia igualmente destinados ao mercado nacional" (NUNES, 1990, p. 59). Ímpeto importante nessa direção foi observado especialmente desde o início dos anos 1980.

Nos anos 1970, notadamente com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, a ação do Governo Federal na região seria fundamentalmente canalizada pelo Programa Especial de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Vigente de 1975 a 1987, esse programa visava "promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agrominerais, florestais e minerais em áreas prioritárias da região, definidas como polos de desenvolvimento (foram definidos 13 polos dispersos no território amazônico)" (BUARQUE; LOPES; ROSA, 1995, p. 112). Dos recursos disponibilizados em todo o seu período de funcionamento, pouco menos de metade foi aplicado no Pará, o que teve forte vinculação com uma das ações recentes do Governo Federal de maior impacto na Amazônia: o Programa Grande Carajás, um símbolo maior do envolvimento dessa região na economia-mundo capitalista.

Falar sobre esse programa envolve referir, o que se faz aqui com base em Becker (1988), aos resultados de ações sistemáticas de prospecção de minérios em solo amazônico na década de 1960, envolvendo parceria entre o Departamento Nacional de Produção Mineral e as empresas multinacionais *Union Carbide* e *United States Steel* (USS). Essas iniciativas resultaram na descoberta de grande concentração de metais para uso industrial na Serra de Carajás, no sul do Pará (não muito distante da cidade de Marabá e, portanto, do cruzamento das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica).

O Programa Grande Carajás foi proposto em 1980 (com aprovação do Governo Federal) pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), criada como empresa estatal em 1942 e privatizada em 1997; trata-se de uma das maiores mineradoras do mundo, destacando-se em diferentes tipos de minérios, mas principalmente na extração e exportação de ferro. Inicialmente, a exploração de ferro (no âmbito do Projeto Ferro Carajás) envolvia uma *joint-venture* entre a CVRD e a USS, porém a parte da segunda foi depois comprada pela primeira, que permaneceu como gestora exclusiva.

Terminada a implantação do projeto em 1987, para o que foram utilizados serviços de numerosas empresas (consultoras, construtoras, gerenciadoras) via de regra envolvidas em grandes iniciativas na Amazônia, a CVRD protagoniza uma monumental apropriação de espaço amazônico. De fato, o território que a empresa possui em Carajás (terras da União) é de cerca de 417 mil hectares, em plena floresta, abrigando núcleos como Vila de Carajás e Parauapebas – distintos em vários aspectos por conta da estratégia empresarial –, onde a gestão territorial abrange vigilância e controle e é realizada independentemente do poder público, que apenas fornece serviços básicos (energia elétrica, telefonia).

Nesse local, talvez mais do que em qualquer outro dessa imensa região, a Amazônia mostra-se plenamente inserida na economia-mundo capitalista. Em poucos anos, com efeito, a área "se transformou numa importante província mineral do Brasil, segmentada do conjunto regional e orientada para o mercado internacional" (BUARQUE; LOPES; ROSA, 1995, p. 113). Realmente, "Carajás é um segmento localizado de um conjunto de escala planetária, um espaço transnacional em construção, que tem na 'cidade da companhia', mais semelhante a uma *monopoleville*, a base logística de sua construção" (BECKER, 1988, p. 80).

Mas também nesse lugar, ou numa proximidade que as dimensões amazônicas autorizariam considerar como quase contiguidade, outra territorialidade, em quase tudo distinta e resistente ao enquadramento empresarial, vinca o espaço amazônico. Não muito mais de 100 km separam Carajás de Serra Pelada, onde a descoberta de ouro em 1980 atraiu inúmeros garimpeiros (ou candidatos a tal) de diferentes procedências e resultou em trabalho de garimpo do qual se produziram imagens que correram o mundo, tamanha a dramaticidade da correspondente iconografia. Como assinalou Becker (1988), tomou forma uma "cidade espontânea em torno de uma cratera de 1.200 m de diâmetro e 80 m de profundidade que lembra, em escala, a mina de Carajás, só que aqui lavrada por um formigueiro humano" (p. 87).

Cabe frisar que o conjunto de intervenções referidas nesta subseção, protagonizadas em forte sintonia com interesses geopolíticos do Estado brasileiro, tiveram grandes efeitos espaciais, socioeconômicos e ambientais no mundo amazônico.

> A Amazônia oriental descolou-se do conjunto da região, formando um eixo geoeconômico particular a partir da integração do Estado do Pará com o Maranhão (nordeste), provocada sobretudo pelo complexo Carajás. No outro extremo da Amazônia ocidental, contornando a Hileia, formou-se um eixo integrado pelo Estado de Rondônia com a parcela norte do Centro-Oeste, especialmente o Estado de Mato Grosso, atrelando o eixo ao Centro-Oeste brasileiro.
>
> Além desses dois blocos econômicos desarticulados entre si e integrados a outras esferas geoeconômicas, restam apenas núcleos dispersos no espaço, com limitada vinculação entre si e com o conjunto da economia regional, sem capacidade de articular o espaço regional Norte. Esse é o caso do núcleo da Zona Franca de Manaus, com limitada relação econômica com a região Norte e, mesmo, com a Amazônia ocidental. ((BUARQUE; LOPES; ROSA, 1995, p. 114)

3.4 Atualidade da questão amazônica: novos determinantes e aprofundamento da incorporação

Explora-se a problemática do atual envolvimento da Amazônia na economia-mundo capitalista examinando a confluência entre dois tipos de determinantes: os que refletem mudanças tecnológicas e econômicas recentes em nível mundial e os que se vinculam à trajetória de ocupação e de transformações econômicas da região nas últimas décadas, em grande parte condicionada, ela própria, pelos imperativos do capitalismo em nível geral.

Amplamente falando, as aludidas mudanças tecnológicas e econômicas em nível mundial referem-se aos movimentos enfeixados na consolidação de um novo paradigma *tecnoprodutivo*, centrado nas tecnologias de informação e comunicação e em propagação desde meados dos anos

1970 com efeitos em várias direções (PÉREZ, 2001). No seio desse paradigma, as indústrias que se anunciam como "revolucionárias do futuro tendem a ser alguma combinação de biotecnologia, nanotecnologia, bioeletrônica, novos materiais e novas energias (...)" (PÉREZ, 2008, p. 24), admitindo classificação como indústrias de processo e baseadas em recursos naturais, particularmente na biodiversidade. A rapidez e o alcance dos avanços na indústria farmacêutica observados nas últimas décadas do século XX são sugestivos a respeito (THE..., 1998).

Não admira, por conseguinte, a cupidez do capital globalizado em relação às áreas do planeta (regiões, países) detentoras de importantes reservas de recursos naturais. O interesse das empresas, assinale-se, costuma se manifestar ombreado por ações dos Estados aos quais as primeiras se vinculam, impondo reconhecer a presença de uma geopolítica cada vez mais conduzida por esses fatores. Foi considerando questões desse teor, assinale-se, que Klare (2001) detectou, no alvorecer do século XXI, tendência à configuração de uma "geografia do conflito" fortemente determinada pela disputa por recursos naturais, tornados objetos principais de arestas diplomáticas e até de guerras.

O interesse e as ações do grande capital e das vinculadas estruturais estatais em relação a esses recursos – destacando-se, no caso em questão, a grande riqueza em biodiversidade – estão, por exemplo, no cerne das críticas endereçadas ao *Plan Puebla Panamá*. Formulado, pelo que consta, em âmbito governamental e acadêmico, com aparente participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), esse plano visaria o desenvolvimento de área desdobrada entre o sul do México e o Panamá, incluindo Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica – o Corredor Biológico Mesoamericano (MARÍN, 2002). A crítica salienta o papel que esse plano cumpriria para o acesso das grandes empresas multinacionais a essa riqueza biológica.

A Amazônia ostenta a condição de principal reserva de recursos naturais do planeta, representando reduto da maior concentração de biodiversidade em escala mundial. No presente contexto *tecnoprodutivo*, isso faz da região, como considera Becker (2005), uma efetiva "fronteira do capital natural em nível global" (p. 74) e um dos "três grandes eldorados naturais no mundo contemporâneo" (p. 77), ao lado da Antártida e dos fundos marinhos.

Esse atributo fez intensificar o discurso e encorajar a investida, por parte de diferentes atores internacionais (Estados, instituições de vários tipos, movimentos ambientalistas), com vistas à gestão compartilhada da Amazônia. Se materializada, tal situação afetaria a soberania dos países entre os quais a região se distribui, especialmente a do Brasil, cujo território abriga-lhe a maior parte. Não é desprovido de significado que, na condição de ex-Ministro do Exército, Gonçalves (2004) tenha assinalado, com evidências, que "[a] partir da década de 80 começamos a sentir as ações estratégicas alienígenas" (p. 74). Aquela condição também perpassa crescentes manifestações

de interesse pela valorização, na Amazônia, do que se pode chamar de capital natural, quer dizer, pela mercantilização da natureza, envolvendo empresas estrangeiras.

> Não é fantasia o fato de que está em curso na Amazônia a transformação de bens da natureza em mercadorias. É o caso da Peugeot, que faz investimentos no sentido de seqüestro do carbono no Mato Grosso; na ilha do Bananal, a empresa inglesa S. Barry; a Mil Madeireira, que tem projeto neste sentido no estado do Amazonas (...). Há restrições a colocar nesse sentido porque a terra e a floresta são bens públicos, e a venda de floresta significa venda de território (...). (BECKER, 2005, p. 77)

A apropriação de material biológico é uma importante vertente dessa mercantilização, em que a biopirataria, ou seja, a "coleta de material biológico para a exploração industrial de seus componentes genéticos ou moleculares" (HATHAWAY, 2004, p. 39), revela-se um problema central. Essa apropriação – maneira formal de indicar o roubo puro e simples, tendo em vista o caráter via de regra ilegal – de recursos da biodiversidade tem na patente e em outras formas de propriedade intelectual os instrumentos mais utilizados, devendo-se frisar que tal usurpação abrange o saber ancestral, logo a cultura, de comunidades indígenas e outras de perfil tradicional e local. O jaborandi, extraído no Maranhão e semiprocessado no Piauí antes de seguir para os Estados Unidos, onde constitui base de remédio para glaucoma produzido pela *Merck*, é um exemplo. O mesmo vale para a muirapuama, planta amazônica afrodisíaca que representa concorrência ao Viagra, patenteada pela japonesa *Taisho Pharmaceutical Co. Ltd.* (Op cit.).

Não que a exploração da biodiversidade amazônica seja uma exclusividade do presente. O cacau no século XVIII e a seringueira nos séculos XIX-XX são ilustrações históricas e sucessivas desse tipo de uso (HOMMA, 2005). Mas não é menos verdade que o período contemporâneo assistiu ao aprofundamento desse processo, em coerência com as mudanças *tecnoprodutivas* de que se falou anteriormente. Assim, o jaborandi e a muirapuama, as referidas espécies vegetais, são apenas dois dos numerosos casos de patentes ligadas à biodiversidade amazônica requeridas em países das zonas centrais do capitalismo mundial. Com efeito,

> [d]iversos produtos oriundos da biodiversidade amazônica estão sendo patenteados nos Estados Unidos, Japão e países da União Europeia. Não escapam, também, o registro como marcas, os nomes de frutas amazônicas, como cupuaçu e açaí. Muitas dessas patentes estão registradas desde o início da década de 1990, como é o caso da copaíba, na França e nos Estados Unidos. Somente com a "vacina" do sapo verde, existem dez patentes nos Estados Unidos, União Europeia e Japão. Há dezenas de outros casos semelhantes. (HOMMA, 2008, p. 79)

Empresas brasileiras também se interessam pelos recursos biológicos amazônicos. A Natura S.A., fundada em 1969 e atuante nas áreas de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria, é um caso paradigmático. Possuindo complexos industriais no Estado de São Paulo, a empresa (ou grupo de empresas), que comercializa seus produtos em diferentes países (dentro e fora da América Latina), utiliza amplamente componentes ativos obtidos em espécies amazônicas (LOUZADA; SANTOS, 2006). Esse processo envolve instalações da empresa na própria Amazônia, como a fábrica de sabonetes instalada na cidade paraense de Benevides desde 2007, a 25 km de Belém, que mobiliza numerosos integrantes das comunidades próximas na coleta de frutos como matéria prima. Relações desse tipo, com moradores locais fornecedores de ativos, caracterizam suas atividades também em

outros estados amazônicos (FIORESE, 2008), devendo-se destacar a linha Natura Ekos, produtora de cosméticos, que em dezembro de 2011 implicava, somente ela, mais de vinte comunidades rurais em diversos estados, a maioria na Amazônia, atingindo cerca de 2.700 famílias (cf. http://www.naturaekos.com.br/rede-ekos/conheca-nossas-comunidades-fornecedoras/). Pesquisa e promoção do saber na própria região também são atividades registradas pela empresa.

De sua parte, os determinantes do atual envolvimento da Amazônia na economia-mundo capitalista vinculados à trajetória de ocupação e de transformações econômicas da região nas últimas décadas têm a ver, em grande medida, com a dinâmica agroindustrial que a enlaça desde as bordas. Diz-se que se trata de determinante assim caracterizado porque as iniciativas estatais na Amazônia, de cunho fortemente geopolítico e traduzidas sobretudo na implantação de infraestruturas de transportes e comunicações – a já assinalada rede rodoviária, por exemplo –, tiveram importante papel na observada trajetória de penetração e ocupação.

O carro chefe desse movimento têm sido as atividades enfeixadas no cultivo e no processamento da soja, incidentes em primeiro lugar no Mato Grosso, mas fortes igualmente no Maranhão, assim como em Tocantins e, menos significativamente, em Roraima e Rondônia, onde cresceram muito mais rapidamente do que em outras regiões brasileiras (CASTRO et al, 2002). A ocupação nesses termos e as transformações sociais e econômicas associadas são, todavia, também reflexos dos movimentos do capitalismo em escala ampla, pois essa expansão agroindustrial guarda relação, de uma forma ou de outra, com mudanças no sistema agroalimentar em termos mundiais que provocaram valorização de produtos como a soja (WILKINSON, 1999). De fato, a soja amazônica, na forma de grãos, farelo ou óleo, penetra amplamente em mercados internacionais, destacando-se de longe a China, seguida por países da União Europeia.

Conjugado principalmente à pecuária, mas também ao algodão, o avanço da soja representa aprofundamento da penetração e da ocupação com frentes de expansão econômica e demográfica que diferem do que se observou até o passado recente: "o que há de novo na expansão das frentes é que são comandadas por madeireiras, pecuaristas e sojeiros já instalados na região, que a promovem com recursos próprios. Não se trata mais, pois, de uma expansão subsidiada pelo governo Federal, como foi a da fronteira nos anos de 1970" (BECKER, 2005, p. 81). Uma reflexão suscitada por tal quadro pode ser expressa nestes termos: a penetração e a ocupação parecem ter adquirido "vida própria", respondendo aos impulsos econômicos advindos da órbita mundial e perdendo, talvez, aderência com os imperativos geopolíticos que desde sempre permearam as intervenções do Estado brasileiro nessa região. O que isso pode significar, considerando-se os interesses da sociedade nacional, é assunto para debate.

Mais claras parecem ser as consequências da penetração e ocupação em termos ambientais. Queimadas e desmatamentos são chagas há muito presentes no cotidiano amazônico, castigando

fortemente áreas do Mato Grosso e do Pará, por exemplo. Os vínculos com a dinâmica econômica mundial não passam despercebidos. Em meados dos anos 2000, a revista *The Economist* celebrava a redução, entre um ano e outro, da área florestal destruída, advertindo que "isso ocorreu parcialmente por causa de uma queda nos preços da soja e da carne de gado, os principais motores da destruição; quando os preços voltarem atrás, o mesmo pode ocorrer com o desmatamento" (HOW..., 2006, s/p).

Não por acaso, portanto, combater o desmatamento ilegal é uma das diretrizes do Plano Amazônia Sustentável (PAS), elaborado pelos ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente em meados dos anos 2000. Conforme Mota e Gazoni (2012), o objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da região com a incorporação de medidas contempladas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). O futuro permitirá conhecer o grau de compatibilidade entre os objetivos do PAS e do PAC, supondo-se que sejam alcançados. De todo modo, não deixa de ser auspiciosa a incorporação da problemática do desenvolvimento sustentável na Amazônia na agenda de formulação e execução de políticas públicas no Brasil.

Considerações finais

Como anunciado na introdução, este artigo objetivou evidenciar a progressiva incorporação da Amazônia pela economia-mundo capitalista, na trajetória por esta cumprida desde a sua aurora no século XVI. Os primeiros movimentos desse sistema histórico exibiram mais do que simultaneidade com a "internalização" de fragmentos do Novo Mundo, pois as riquezas aí extraídas – os metais preciosos em primeiríssimo lugar – revelaram-se essenciais ao fortalecimento e expansão do primeiro. Essa importância da periferia atlântica diz também respeito, naturalmente, à Amazônia, algo evidenciado pelo próprio percurso da sua incorporação na dinâmica sistêmica, representando provavelmente o ciclo da borracha a melhor ilustração histórica.

No período atual, os contornos de uma revolução *tecnoprodutiva* centrada nas tecnologias de informação e comunicação magnificam o papel da Amazônia, devido à sua condição de maior reserva de recursos naturais do planeta. Representando inigualável biodiversidade, esse atributo faz da região um alvo prioritário de grandes interesses internacionais, conscientes de que o mundo amazônico guarda recursos imprescindíveis para as indústrias de ponta do presente e sobretudo do futuro. O acesso a esse patrimônio apresenta-se, portanto, como requisito essencial à participação consequente na concorrência intercapitalista, razão de tentativas recorrentes para enredá-lo nas tramas de cadeias mercantis comandadas desde o centro do sistema mundial.

Para as populações dos Estados que compartilham a Amazônia, assim como de países em outras regiões do mundo igualmente detentoras de recursos estratégicos, vislumbrar mecanismos

para a utilização em seu proveito – dessas sociedades na sua integralidade – do arsenal de possibilidades que a natureza, a geografia e a história lhes proporcionaram, é caminho para dias melhores. É também mecanismo para uma mais vantajosa inserção futura desses povos e espaços no sistema mundial, seja este impregnado da lógica capitalista, como o que resultou da progressão testemunhada desde o século XVI, ou modelado segundo condicionantes que autorizem falar de um outro "novo mundo", de alcance planetário.

Bibliografia

AMIN, S. *Le développement inégal: essai sur les formations sociales du capitalisme périphérique*. Paris: Les Editions de Minuit, 1973.

BALÁN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. In: ---- (org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro.* São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974, p. 109-184.

BECKER, B. K. Carajás: gestão do território e territorialidade na Amazônia. *Espaço & Debates*, v. 7, n. 25, p. 77-89, 1988.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 53, p. 71-86, 2005.

BECKER, B. K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, T. P. de; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. (orgs.). *50 anos de* Formação Econômica do Brasil*: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, p. 201-228.

BOYER, R. *La théorie de La régulation: une analyse critique*. Paris: La Découverte, 1987.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. V. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. V. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

BUARQUE, S. C.; LOPES, A. D.; ROSA, T. C. Integração fragmentada e crescimento na fronteira norte. In: AFFONSO, R. de B. A.; SILVA, P. L. B. (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP: Editora da UNESP, 1995, p. 93-123.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1985.

CASTRO, A. M. G. de; LIMA, S. M. V.; FREITAS Fº, A. de; SOUZA, H. R. de; SOUZA, A. R. de; CASTRO, C.N. de. *Competitividade da cadeia produtiva da soja na Amazônia Legal*. Belém: SUDAM-UFPE/FADE-EMBRAPA, 2002.

COSTA, W. M. da. *O Estado e as políticas territoriais do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

DOZER, D. M. *América Latina: uma perspectiva histórica*. Porto Alegre: Editora Globo: Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

ENCYCLOPEDIA Britannica. V. 1. Chicago: William Benton. Amazon, 1963, p. 709-715.

FIECHTER, G-A. *O regime modernizador do Brasil, 1964/1972*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974.

FIORESE, C. Com fábrica no Pará, Natura aposta na "indústria sustentável". *Notícias da Amazônia*, 23 maio 2008. Obtido em: http://www.noticiasdaamazonia.com.br/2521 Acesso em: jun. 2012.

FRANK, A. G. *L'accumulation mondiale, 1500-1800*. Paris: Calmann-Lévy, 1977.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 22ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GONÇALVES, L. P. Amazônia: reflexões sobre sua problemática. *Carta Mensal*, v. 49, n. 587, p. 68-89, fev. 2004.

HATHAWAY, D. A biopirataria no Brasil. In: ROTANIA, A. A.; WERNECK, J. (org.). *Sob o signo das bios: vozes críticas da sociedade civil*. V. 1. Rio de Janeiro: E-papers, 2004, p. 39-48.

HOMMA, A. K. O. Biopirataria na Amazônia: como reduzir os riscos? *Amazônia: Ci. & Desenv.*, v. 1, n. 1, p. 47-60, jul/dez/ 2005.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia. *Texto para Discussão 27*, Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

HOPKINS, T., WALLERSTEIN, I. Capitalism and the incorporation of new zones into the World-Economy. *Review*, X, n. 5/6, p. 763-779, Supplement (Summer/Fall) 1987.

HOW green was my valley. *The Economist*, Apr. 27th, 2006. Obtido em: http://www.economist.com/node/6859779 Acesso em: jun. 2012.

KLARE, M. T. The new geography of conflict. *Foreign Affairs*, v. 80, n. 3, p. 49-61, 2001.

LOUZADA, R.; SANTOS, F. C. A. Estratégia competitive na indústria de cosméticos: estudo de caso na Natura. XIII SIMPEP, nov. 2006, Bauru. Anais…

MAGALHAES, P. de. *História da Província de Santa Cruz*. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576.

MARÍN, A. B. Los objetivos del Plan Puebla Panamá. In: BÉJAR, A. A.; MARÍN, A. B.; BARTRA, A. *Economía política del Plan Puebla Panamá*. México, D.F.: Editorial Itaca, 2002, p. 31-79.

MOTA, J. A.; GAZONI, J. L. Plano Amazônia Sustentável: interações dinâmicas e sustentabilidade ambiental. *Texto para Discussão 1731*, Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2012.

MOTTA, R. La Zone Franche de Manaus et le mode paria de la production. *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 11, p. 27-48, 1990.

NUNES, B. F. La Zone Franche de Manaus: l'échec regional d'une industrialization réussie? *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 11, p. 49-64, 1990.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, J. A. de; MAGALHÃES, S. P. de. A circulação na Manaus da *belle époque*: modernização e exclusão. *Mercator*, v. 2, n. 4, p. 45-56, 2003.

PÉREZ, C. Technological change and opportunities for development as a moving target. *CEPAL Review*, n. 75, p. 109-130, Dec. 2001.

PÉREZ, C. A vision for Latin America: a resource-based strategy for technological dynamism and social inclusión. *Working Paper Series n. 08-04*, The Global Network for Economics of Learning, Innovation, and Competence Building System, July 2008.

THE alchemists. *The Economist*, Feb. 21st 1998. (A survey of the pharmaceutical industry).

WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial*. Tomo I. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1979.

WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial*. Tomo II. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1984.

WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial*. Tomo III. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1998.

WALLERSTEIN, I. Societal development, or development of the world-system?. In: *Unthinking Social Science: the limits of Nineteenth-Century paradigms*. Cambridge: Polity Press, 1991, p. 64-79.

WALLERSTEIN, I. The rise and future demise of the World Capitalist System: concepts for comparative analysis. In: *The essential Wallerstein*. New York: The New York Press, 2000, p. 71-105.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WILKINSON, J. (org.) *Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa*. Rio de Janeiro: REDCAPA, 1999.

ZIBECHI, R. *Brasil potencia: entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2012.

"kuài qián"[1]*:* o papel das reformas financeiras na ascensão chinesa dentro da Economia-Mundo Capitalista.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o papel das reformas financeiras implantadas pelo estado chinês dentro da trajetória de ascensão da China na economia-mundo capitalista do pós-guerra. Para isso, primeiramente se faz uma recapitulação do desenvolvimento do sistema monetário-financeiro internacional utilizando o conceito dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Neste momento, procura-se sublinhar dentro deste processo, elementos que auxiliam a compreensão da ascensão do estado chinês, e de suas finanças, na economia-mundo capitalista. Posteriormente, ocorre uma descrição das principais políticas e reformas ligadas ao sistema monetário-financeiro da China no período. Buscando relaciona-las com os elementos apresentados na seção anterior. As conclusões apontam para uma relação clara na forma, na velocidade, e a profundidade das reformas financeiras com a ascensão do leste asiático e do estado chinês. No final procura-se apontar novos caminhos de pesquisa tendo este trabalho como princípio.

Palavras-Chave: Economia-Mundo Capitalista, economia chinesa, reformas financeiras.

Fábio José Soncini
Mestrando em Ciências Econômicas pela Università Degli Studi di Siena – UNISI – Itália
Correio eletrônico: fabio.j.soncini@gmail.com
Telefone: +39 389 4648494

TEXTO PARA DISCUSSÃO: versão preliminar, para debate no VI Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-Mundo.

[1] Expressão popular referente à moeda. A tradução literal é "pedaços de dinheiro".

1) Introdução

Provavelmente hoje, o assunto sobre o qual mais se escreve na economia mundial é o crescimento da economia chinesa das últimas décadas. A cada ano os números da economia da China impressionam mais e mais. Até mesmo por isso, diversas as análises, estudos e modelos, atualmente desenvolvidos que tem como principal objetivo colocar uma luz sobre os determinantes da ascensão do estado chinês, e suas consequências para economia mundial. Recentes trabalhos, dentre eles: RIBEIRO (2008) OURIQUES (2011) OURIQUES, VIEIRA & ARIENTI (2011); utilizam a abordagem da Economia Política dos Sistemas-Mundo para analisar a ascensão da China na Economia-Mundo Capitalista. Tendo em vista estes trabalhos, este artigo visa contribuir com a atual discussão utilizando o mesmo método de análise. Porém, fazendo um esforço de apreciação no papel das reformas financeiras chinesas, em meio aos contornos do Sistema Monetário-financeiro da Economia-Mundo Capitalista. Este empenho focalizado tem dois objetivos: **i)** visa complementar as descrições e conclusões alcançadas nestes trabalhos anteriores, propiciando um entendimento mais claro da ascensão chinesa a partir da análise da Economia Política dos Sistemas-Mundo; e **ii)** abrir possibilidades para estudos mais aprofundados sobre a história monetária e financeira do leste asiático, e em especial da China, utilizando os conceitos próprios a este método de análise. Com a expectativa de contribuir, desta maneira, com um entendimento maior e mais preciso da história monetário-financeira da região, dos estados nacionais ali presentes, e do desenvolvimento da economia-mundo capitalista como sistema social.

Dado isso, antes de apresentar como o artigo está organizado, cabe um comentário sobre a utilização dos conceitos da Economia Política dos Sistemas-Mundo aqui empregados. Uma vez que este trabalho visa complementar análises já realizadas dentro desta perspectiva, o presente artigo não se delonga na descrição dos conceitos gerais da abordagem. Estes são utilizados no texto de forma objetiva e sempre de forma referenciada, para que o leitor já habituado com a abordagem possa compreender claramente os argumentos do texto[2].

[2] Como referência sucinta e precisa dos conceitos utilizados aqui ARIENTE & FILOMENO (2007). Qualquer ponto de imprecisão ou erro na utilização dos conceitos é responsabilidade única e exclusiva deste autor.

Haja vista este comentário, e os objetivos propostos ao trabalho, e dado os limites de um texto introdutório[3], este artigo está dividido da seguinte maneira. Na segunda seção se faz uma descrição da dinâmica, e da organização, do sistema monetário e das finanças internacionais com o desenvolvimento das fases de expansão do Ciclo Sistêmico de Acumulação (CSA)[4] Norte-Americano. Construído este pano de fundo, o artigo apresenta na seção três uma descrição abrangente das principais reformas financeiras e monetárias realizadas pelo estado chinês na segunda metade do século XX. A última seção apresenta um sumário das principais conclusões e das oportunidades de novas contribuições a partir deste, e dos outros trabalhos já citados, em relação à ascensão chinesa dentro dos quadros da economia-mundo capitalista.

2) Sistema Monetário-financeiro mundial dentro do Ciclo Sistêmico de Acumulação norte-americano: breve panorama.

Após o fim da segunda guerra mundial a nação dos Estados Unidos da América emergiu como grande vencedora do conflito, e organizava, na Conferência Financeira e Monetária de *Bretton Woods,* em 1944, as novas instituições, convenções e acordos que iriam reger as relações entre os estados nacionais daquele momento em diante.

Como aponta Arrighi (1999):

> "Assim que a Segunda Guerra Mundial acabou, os contornos principais da nova ordem haviam tomado forma: em *Bretton Woods*, as bases de um novo sistema monetário foram estabelecidas; em Hiroshima e Nagasaki novos meios de violência demonstram as bases militares da nova ordem, e em São Francisco as novas formas e regras para a legitimação do "*state-making*" e "*war-making*" haviam sido estabelecidas na Carta das Nações Unidas."[5]

O padrão ouro, que havia sido o sistema monetário vigente até o conflito armado, tinha sido marcado, segundo Eichengreen (2000), pela instabilidade na relação das moedas e dos balanços de pagamentos dos estados nacionais. Dado isto, era preciso construir um novo sistema que evitasse um novo colapso como havia acontecido em 30. Como lembra

---

[3] Introdutório na medida em que apesar de tentar focalizar em um dos eixos da ascensão da economia chinesa dentro da Economia Política dos Sistemas-mundo, como se poderá perceber ao final do artigo os assuntos e relações em volto no eixo das finanças abre uma série de questões que podem, e deverão ser estudas em futuros trabalhos. Um dos objetivos principais do texto é apresentar este leque de assuntos as serem investigados futuramente.

[4] Sobre CSA ver ARRIGHI (1996) e ARIENTE & FILOMENO (2007).

[5] ARRIGHI (1999) p. 23

Belluzzo (1995*) "Para evitar a repetição do desastre era necessário, antes de tudo, constituir uma ordem econômica internacional capaz de alentar o desenvolvimento, sem obstáculos, do comércio entre as nações, dentro de regras monetárias que garantissem a confiança na moeda-reserva, o ajustamento não deflacionário do balanço de pagamentos e o abastecimento de liquidez requerido pelas transações em expansão."* Segundo Eichengreen (2000), o novo acordo tinha três diferenças principais em relação ao período anterior: **i)** o modelo de câmbio fixo tornou-se um modelo de câmbio ajustável[6], sujeito a condições específicas; **ii)** Aceitavam-se controles na conta capital para limitar o fluxo de capitais internacionais; e por fim **iii)** o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial são criados com o intuito de prover liquidez , propiciando as nações-membros empréstimos que pudessem reequilibrar suas contas externas; e crédito para desenvolvimento e reconstrução dos estados nacionais [7]. Todos esses mecanismos tinham como objetivo, em teoria, proporcionar estabilidade, e um ambiente benéfico onde o comércio mundial pudesse voltar a crescer e se expandir[8]. Na realidade, eles acabaram funcionando, como apontou acima Arrighi (1999), como suporte a nova ordem orquestrada pela a hegemonia americana.

Neste mesmo momento, Arrighi (1996) localiza o início da fase expansão material do CSA Norte-americano[9]. Esta época, o modelo "keynesianismo-fordista" é o processo de acumulação sob a qual nação hegemônica norte-americana organiza a economia-mundo capitalista. O período é marcado por um grande crescimento econômico, e retratado por muitos como: "anos dourados" ou "era de ouro" do capitalismo do século XX[10]. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e o comércio mundial destes produtos multiplicou em 10 vezes no mesmo período[11]. O Fordismo norte-americano inunda a Europa e arrasada com seus produtos industrializados ao mesmo tempo em que a estrutura montada em *Bretton Woods* garante o fluxo de financiamento à reconstrução dos países do velho continente, e também

---

[6] Ver EICHENGREEN (2000)
[7] MOFFIT (1985) p.24
[8] EICHENGREEN (2000)
[9] Sobre os períodos de expansão material e expansão financeira e o conceito de CSA ver ARRIGHI (1996) e ARIENTE & FILOMENO (2007).
[10] HOBSBAWN (1995)
[11] Ibid.

o papel dos EUA de credor mundial. Este mesmo fluxo garante a possibilidade de políticas fiscais expansionistas dos estados nacionais tanto no continente europeu como no leste asiático. O dólar por sua vez se consolida na posição de dominância na compensação financeira da maioria das transações de comércio e finanças internacionais. Padoan (1986) defini os benefícios do controle norte-americano da moeda mundial em: **i) objetivos estratégicos:** os americanos suportaram a maior parte do custo da criação da OTAN graças à condição de emissores da moeda reserva internacional; **ii) objetivos econômicos:** a *seignorage* permitiu a expansão da indústria americana e de seu estilo de organização (o fordismo), sobretudo através do investimento direto; **iii) objetivos financeiros:** a posição de "banqueiro Internacional" dos Estados Unidos concedeu um enorme espaço para o crescimento dos bancos americanos[12].

Ao mesmo tempo, como mostra Arrighi (1997), os EUA aplicavam uma nova estratégia para a região do Leste Asiático. *"A partir de 1947, a política regional dos EUA estava cristalizada em torno de dois objetivos: a reconstrução do Japão como o eixo econômico-financeiro da Ásia junto a idéia de supremacia estratégica e econômico-financeira dos EUA; e da criação de uma estrutura pan-asiático de bases militares norte-americanas e alianças implantados para conter o poder regional soviético e chinês e evitar a propagação da revolução"*[13]. Esta estratégia americana para região do leste asiático têm dois resultados efetivos. **i)** O apoio financeiro e militar dos EUA permite ao estado japonês focar as políticas econômicas para promoção do desenvolvimento industrial e expansão do comércio (tanto no leste asiático como no próprio mercado americano). Isto possibilita o crescimento da influência da moeda japonesa na região do leste asiático, bem como, na intermediação comercial e financeira da região. **ii)** O isolamento imposto pelo embargo econômico americano à China comunista, que internamente passava por um período de reformas intensas, fecha as portas do país asiático para o comércio internacional, e aniquila a incipiente rede de influência formal que grupos financeiros chineses, principalmente ligados aos bancos de Shanghai, haviam construído nas décadas anteriores a revolução de 1949.

---

[12] PADOAN *apud* BELLUZZO (1995).
[13] ARRIGHI (1997) p.18

Entretanto, como assinala Belluzzo (1995) o sistema de *Bretton Woods* não resistiu ao seu próprio sucesso. A posição de provedor de liquidez do sistema financeiro mundial, o desenvolvimento do mercado de eurodólares via geração privada de moeda pelos bancos nos mercados financeiros; combinados com o acirramento da competição nos mercados internacionais pelas as indústrias européias, principalmente alemãs, a pelas indústrias japonesas; começaram a exercer pressão sobre reservas de lastro de ouro em relação quantidade de dólares na economia mundial. No final dos anos 60 essa pressão se amplia por conta dos aumentos de gastos com a guerra fria, principalmente o conflito armado no Vietnã; como também pelos gastos sociais nos Estados Unidos no final da década de 60[14]. A pressão sobre a moeda americana em relação ao seu lastro de ouro chega a seu ápice em 1971 quando o então presidente Richard Nixon suspende a conversibilidade, ou o atrelamento, do dólar americano ao ouro. Após uma tentativa frustrada de estabilização do sistema monetário internacional via o acordo de *Acordo Smithsoniano*[15] o Sistema Monetário de *Bretton Woods* estava acabado. Neste momento, Arrighi (1996) localiza o início de declínio da hegemonia norte-americana marcada pelo início da fase de expansão financeira do CSA Norte-Americano.

> "A crise iminente do regime norte-americano foi assinalada entre 1968 e 1973, em três esferas distintas e relacionadas. Militarmente, o exército norte americano entrou em dificuldades cada vez mais sérias no Vietnã; financeiramente, o sistema de reserva Federal dos Estados Unidos verificou ser difícil e, depois, impossível de preservar o modo de emitir, e regular, o dinheiro mundial estabelecido em *Bretton Woods*, e, ideologicamente, a cruzada anticomunista do governo norte americano começou a perder legitimidade no país e no exterior. A crise teve uma deterioração rápida e, em 1973, o governo norte americano havia recuado em todas as frentes. "[16]

A partir deste momento foi adotado o sistema de bandas flutuantes, onde o dólar não se encontrava atrelado a nenhuma forma de lastro. Como assinala Eichengreen (2000), este período é marcado pela experimentação de políticas por parte dos estados nacionais no controle das flutuações cambiais e controles da conta capital. As nações que haviam se reconstruído, e aumentando competição no mercado internacional, com destaque

---

[14] MOFFIT(1985)

[15] A conferência, realizada no foi convocada para resolver o colapso das taxas fixas de câmbio que existiam desde a conferência de *Bretton Woods*, 1944, e indiretamente pela decisão dos Estados Unidos de abandonar o padrão câmbio-ouro. A conferência levou a um acordo em 1972, com a Comunidade Econômica Europeia, para limitar os movimentos monetários e cambiais numa faixa estreita de flutuação.

[16] ARRIGHI (1996) p. 310

novamente para Japão e Alemanha, agora participavam do jogo de forças políticas com os Estados Unidos. Os primeiros tentavam conciliar uma estabilidade no mercado de moedas internacional com objetivos de políticas econômicas nacionais, como: competitividade das exportações e controle de preços internos. O excesso de liquidez gerado no período anterior do CSA norte-americano procurava formas de valorização nos mercados de curto prazo, tendo como um dos pontos de maior destaque os mercados de petrodólares. Apesar das intervenções dos governos nacionais destacadas acima, estas não conseguiram deter o incremento na volatilidade nos mercados de moedas internacionais, assim como os EUA, não conseguiram evitar a crescente desvalorização de sua moeda durante a mesma década. Na verdade, como aponta Arrighi (1999), estas políticas de intervenções através de mecanismos como: aumentos de compra e venda de títulos públicos; tiveram ainda o ponto negativo de criar outros canais para a alocação dos capitais circulantes que procuravam formas alternativas ao comércio e a produção para se valorizar. Neste ponto, é como se os estados nacionais competissem com os mercados financeiros privados para a captação de capitais internacionais. A pressão sobre a moeda americana se intensifica no final da década com a adoção de uma política expansionista do governo Carter acaba resultando no aumento inflação e desvalorização da moeda americana. "*Em 1978 a ameaça de um iminente abandono do dólar como dinheiro do mundo (através de um colapso catastrófico do sistema americano e mundial de crédito, ou através do surgimento de uma moeda de reserva alternativa como a ECU) tinha-se tornado bastante real.*"[17]

A crise de confiança na moeda americana só é revertida com o aumento abrupto das taxas de juros nos Estados Unidos realizado pelo *Chairman* do FED Paul Volker. Com as medidas restritivas de política monetária e fical do governo Reagan, o dólar se valoriza, cerca de 28% em termos reias, e os fluxos de capitais financeiros rumam para o mercado norte-americano procurando taxas mais atrativas de retorno. Neste momento, nações como Japão e Alemanha tentaram manter a estabilidade de suas contas externas e preços internos ao mesmo tempo em que incentivavam a competitividade de suas exportações se aproveitando da valorização da moeda norte-americana.[18] A despeito de recuperar seu lugar como moeda dominante no sistema monetário internacional. A política do "dólar forte"

[17] ARRIGHI (1999) p.140
[18] EICHENGREEN (2000)

causa sérias dificuldades para a indústria e para exportações americanas. A política tem fim em 1985 quando acontece o acordo que ficaria conhecido como *Acordo de Plaza.* Sob pressão norte-americana, as maiores economias do mundo são obrigadas a valorizar suas moedas frente ao dólar norte-americano com objetivo de tornar as indústrias dos Estados Unidos mais competitivas. Ao mesmo tempo, novas leis relacionadas ao mercado internacional foram sancionadas nos Estados Unidos, as quais que resumidamente limitavam as importações de produtos dos países que segundo o governo americano praticavam políticas anti-mercado[19]

Aqui é importante salientar algumas mudanças importantes sobre o papel da região do leste asiático. O período de expansão material do CSA norte-americano propiciou as bases do crescimento, principalmente via exportação, mas não somente, de economias do leste asiático, os chamados "tigres", com um destaque para a economia japonesa a qual puxava as outras economias do grupo. Durante a década de 70 o crescimento da economia nipônica impôs uma crescente influência sobre a região do leste asiático, e a economia-mundo capitalista como um todo. *"Na década de 1970, com o crescimento considerável da economia japonesa, o nível do iene tornou-se uma questão de preocupação para outros países."*[20]. Com o choque da política do "dólar forte" no início dos anos 80, a região passou a se beneficiar ainda mais do diferencial na taxa de câmbio em relação ao dólar valorizado. Concomitante a isto passou a acumular reservas significativas de dólares com resultados positivos nas balanças comerciais. O crescimento japonês coloca a cidade de Tóquio como o centro financeiro do leste asiático e o iene como a principal moeda regional, fazendo com que o mercado financeiro da região gravite em torno das conexões e vontades do mercado financeiro japonês. O *Acordo de Plaza* por sua vez, como aponta muito bem Ribeiro (2008), teve um impacto decisivo para a região. Com a valorização do iene frente ao dólar, a indústria japonesa sofre uma diminuição em sua competitividade externa. Isto acaba influenciando um deslocamento das empresas japonesas, e dos outros tigres, para outros países da região buscando reconquistar a competitividade via redução nos custo de produção. Este deslocamento destaca a expansão de a principal característica levantada por Arrighi (1997) para o ressurgimento da região do leste asiático nos quadros da economia-

[19] ARRIGHI (2008)
[20] ARRIGHI (1996)

mundo capitalista. Para o autor, esta característica era "*o sistema de subcontratação de múltiplas camadas que teve origem no Japão e se expandiu prodigiosamente, desde o final da década de 70, até abranger um número e variedade crescentes de localidades do leste e sudeste da Ásia"*[21]. Esta expansão já era incipiente nos anos após segunda guerra mundial, junto ao crescimento japonês e dos primeiros tigres asiáticos. Porém tem neste momento, sua velocidade de expansão é acrescida pela necessidade das empresas buscarem uma maior competitividade para as suas produções.

Outro ponto que vale ser sublinhado é a mudança nas altas finanças na economia-mundo capitalista a partir deste período. Essas entram em um estágio de expansão sem precedentes comandadas pela expansão de agentes privados e combinadas com políticas de desrregulamentação nos estados naionais.

> A essência da inversão foi a mudança do governo dos EUA de ser um concorrente da alta finança privada, como ele era essencialmente ao longo dos anos 1970, para ser a sua bsa mais fiel e poderosa. Manobra deflacionária Volker em apoio do dólar foi apenas o primeiro passo nessa direção. Depois veio um grande "desregulamentação" destinada a criar nos Estados Unidos condições tal como em qualquer outro lugar do mundo favoráveis para a especulação financeira. Finalmente, e mais importante, veio uma das expansões mais espetaculares de endividamento do Estado na história do mundo e uma escalada conseqüente importante na competição interestatal pelo capital móvel.[22]

Estes processos de desregulamentação financeira, e aumento do endividamento dos estados nacionais impulsionaram o crescimento da esfera financeira da economia-mundo capitalista tornando-a muito mais volátil, descentralizada e autônoma. Em essência, a desregulamentação tinha como caraterística a passagem do controle das finanças para as instituições privadas e a adoção de políticas que não impusessem restrições legais e burocráticas; e incrementassem a competição no setor financeiro. Já o aumento das dívidas públicas estava ligado à um aumento de gastos dos estados nacionais e a provisão de liquidez via políticas monetárias expansionistas. Como aponta Belluzzo (1995) "*É neste ambiente de instabilidade financeira e "descentralização" do sistema monetário internacional que ocorrem as transformações financeiras conhecidas pelas designações genéricas de globalização, desregulamentação e securitização."*[23]. Estes são os principais

---

[21] ARRIGHI et al. (1997) p.66
[22] ARRIGHI (1999) p.241
[23] BELLUZZO (1995) p.16

resultados sob o sistema monetário e financeiro gerados pelo declínio do CSA norte-americano. Aqui destacamos brevemente sua forma de expansão.

Segundo Rajan (2005) as últimas décadas da economia mundial marcaram uma revolução no sistema monetário-financeiro aonde as principais forças motrizes são constituídas por: **i)** inovações técnicas e novos produtos financeiros, **ii)** Desregulamentação imposta pelos governos e **iii)** mudanças institucionais como a o surgimento de novos entes reguladores e/ou intermediários financeiros. O segundo ponto já foi comtemplado. Sob o primeiro cabe o comentário que evolução tecnológica propicia nos últimos anos a redução de custos operacionais e de aquisição de informação, mas ao mesmo tempo influencia positivamente o processo de centralização. O processo de engenharia financeira impulsionou o processo de securitização com produtos financeiros cada vez mais complexos. Sob o terceiro ponto, é importante sublinhar o surgimento de novos agentes intermediários financeiros, como *hedge funds* e investidores institucionais, que hoje detém uma quantia cada vez maior de recursos a serem investidos nos mercados financeiros internacionais[24]. Estes mesmos impõem incentivos distorcidos a seus gestores buscando maiores retornos no curto prazo. Um segundo ponto na mudança institucional são formas de organizações de regulação financeira; acordos bilaterais e instituições regionais[25].

O resultado destes dois pontos salientados após a década de 1980: **i)** a expansão do sistema de sub-contração japonês na região do leste asiático; e **ii)** o processo de desregulamentação e globalização dos mercados financeiros internacionais, são os dois vetores resultantes da evolução do sistema monetário-financeiro dentro da economia-mundo capitalista que serão utilizados com condutores para o entendimento das reformas financeiras que irão ser descritas a seguir. Estas estão intimamente ligadas, na forma velocidade e profundidade; à ascensão da economia chinesa na economia-mundo capitalista.

---

[24] Ver SUVIAT (2005).
[25] Exemplos: União europeia, BASEL, MERCOSUL

3) Ascenção chinesa e Economia-Mundo Capitalista: uma análise das reformas financeiras a partir de 49.

No período entre as décadas de 1910 e 1930 as elites bancárias de Shanghai, junto aos dois grandes bancos estatais, Banco da China, fundado em 1912, e o Banco de Comunicações, fundado 1908, construíram um sistema que pela primeira vez estabeleceu uma união monetária entre as províncias chinesas, como também retirou o poder dos bancos estrangeiros, dominando o mercado doméstico[26]. A bolsa de valores de Shanghai era a principal da Ásia e a indústria de seguros crescia em conjunto com o comércio exterior. Após a dominação japonesa durante a segunda guerra mundial, e com a tomada do poder pelo partido comunista em 1949, este sistema é completamente destruído. Com a revolução, as estruturas ligadas as antigas elites são todas destruídas: a agricultura passa por uma ampla reforma agrária, eliminando os grandes proprietários e organizando da produção em comunas. As empresas são estatizadas e as decisões econômicas centralizadas com a adoção de planos quinquenais[27].

No período de 1949 até 1978 as principais transformações no sistema monetário-financeiro ocorridas na China podem ser resumidas da seguinte maneira[28]. O sistema financeiro era centrado principalmente em um banco, o Banco Popular da China (PBOC), fundado em 1948, que funcionava como o banco central e um banco comercial. Este controlava cerca de 90% de todos os ativos financeiros e realizava quase todas as transações financeiras. Neste momento, há também a criação outros bancos: Banco de Construção da China fundado em 1954, que junto ao Banco da China, ao Banco de Comunicações da China e o Banco dos Agricultores da China formavam os principais bancos Estatais; e o Banco da Agricultura da China[29], fundado em 1951. Neste momento, são fundadas também: *Central Trust of China, Postal Savings and Remittance Bureau of China,Central Cooperative Treasury of China.* Juntas, estas instituições estatais formavam a base do sistema bancário e financeiro chinês. Porém, como dito acima, grande parte dos

[26] MA (2012).
[27] OURIQUES (2011)
[28] ALLEN *et al.* (2005)
[29] Este foi diversas vezes incorporado a outros bancos estatais e posteriormente reaberto durante o passar dos anos.

ativos e das transações estava concentrado no Banco Central fazendo com que muitas destas instituições fossem pouco atuantes. O principal papel do Banco Central chinês era atuar como garantidor das transações das contas do orçamento do estado central para outras empresas estatais. Controlando os fluxos de unidades monetárias no mercado de varejo, e os fluxos de transferências entre filiais do banco. Neste período, o mercado cambial chinês era completamente centralizado pelo governo central. Toda a demanda e a oferta de moeda estrangeira (para as empresas, indivíduos e agências governamentais) eram coletadas, análisadas, e posteriormente distribuídas através do governo central e PBOC com taxas oficiais pré-definidas. Assim, pode-se resumir que o conteúdo das reformas financeiras na economia chinesa neste período tem como ponto crucial a desmantelação das burocracias e das estruturas relacionadas ao período pré-revolucionário. Isto se traduziu sob a forma de centralização e restruturação das instituições estatais, principalmente os bancos e formação de uma estrutura de repasse de recurssos via Banco Central. Como lembra Ouriques (2011), os principais objetivos no prmeiro plano quinquenal chinês, assim como no Grande Salto Adiante estavam mais centrados na industrialização pesada na reorganização da economia agrícola. Outra questão que explica a ausência de grandes políticas ou reformas relacionadas à estrutura monetária e financeira é fato de que o grau de abertura da economia chinesa neste período é muito reduzido, por um lado pela base esencialmente agrícola da economia chinesa, com preços controlados pelo governo central, e por outro pelo embargo dos Estados Unidos em relação ao comércio exterior chinês no cenário de bipolaridade na economia-mundo capitalista do pós-guerra.

A partir dos anos 1970, propostas de políticas mais liberalizantes começaram a tomar força junto ao governo. Isto estava ligado a fatores políticos internos, como a morte de Mao Tsé Tung e mudanças no partido. Como a fatores externos, exemplo, a reaproximação da China dos Estados Unidos e a expansão econômica do leste asiático, puxada pela economia japonesa, discutida na seção anterior. Um marco da ascenção destas políticas é o plano das “Quatro Modernizações”, de 1975, que previa mudanças em quatro áreas estratégicas: agrícultura, indústria, desenvolvimento técnológico e forças armadas. Antes de destacar as principais reformas e tranformações financeiras do período, é importante salientar um componente presente na implantação e na gestão das reformas

encaminhadas pelo estado chinês. Isto é destacado por Liu e Garino (2001) da seguinte maneira:

> "...a reforma chinesa não adotou uma postura cortante para transformar a economia, nem seguiu uma privatização em larga escala, o que contrasta com outras antigas economias socialistas. Estas últimas implementaram um leque radical de mudanças, junto a um completo programa de privatizações. A experiência chinesa de reforma tem sido única, no sentido de que ela não começou com uma trilha definida ou um objetivo final de chegar a ser uma economia de mercado. Mais do que tudo, ela adotou uma estratégia de tentativa e erro".[30]

Esta postura do estado chinês na gestão de políticas econômicas é uma das principais características das reformas financeiras realizadas. As quais têm sempre como característica o aspecto experimental, e inserção paulatina de elementos de mudança, nas estruturas e legislações vigentes.

O período entre 1978 e 1984 pode ser visto com primeiro grande ponto de mudanças no sistema monetário e financeiro da República Popular da China. Primeiro, pode-se destacar o processo que resulta na separação, como entidade, do Banco Popular da China em relação aos ministérios executivos. Implicando em um de ganho de autonomia por parte do banco. Ao mesmo tempo, o mesmo deixa de atuar na área comercial tendo sua participação dividida entre três outros bancos estatais. **i)** O Banco da China acaba se especializando em transações envolvendo investimento e comércio externo; **ii)** O Banco de Construção da China se especializa em investimentos relacionados a formação de capital bruto; e **iii)** O Banco de Agricultura Chinês torna-se o principal financiador de crédito relacionado a agricultura, provendo apoio a nova empresa rural estruturada após 1975 ao redor da agricultura familiar. Com a fundação do Banco Industrial e Comercial da China em 1984, os espaços no setor comercial, deixados pela retirada do Banco Central chinês, são completamente preenchidos por estes bancos estatais que passam a serem conhecidos como os "quatro grandes" bancos chineses.

Concomitante a este processo, o governo inaugura em 1979 as primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEE). Estas áreas tinham a liberdade de receber investimentos estrangeiros, com o objetivo de promover a indústrias para processamento e exportação. Entretanto, havia nestas zonas restrições do governo central, como: o fato de exigir a

---

[30] LIU E GARINO (2001) *apud* OURIQUES(2011) p.5

formação de *joint-ventures* entre empresas locais e estrangeiras, e a transferência de tecnologia para estas últimas. As ZEE's também tinham benefícios na importação de insumos e na realização de operações cambiais.[31] Após a implantação das primeiras ZEE, coube ao Banco da China à missão de conceder crédito para as empresas que implantassem operações nas ZEE.

Na transição para os anos 80 o governo inicia a retirada de barreiras à iniciativa privada chinesa, e a transição de um sistema de preços completamente centralizados, para uma economia com preços de mercado. A liberalização da venda do excedente da agricultura familiar e a liberalização na gestão das empresas estatais; resulta em um aumento de produção rural e em uma elevação na quantidade de crédito para investimentos destas últimas. Isto também marca a transição na atuação dos grandes bancos estatais de meros transferidores de recursos das contas do orçamento do governo, para um papel de agentes financiadores das empresas estatais, dos bancos regionais e dos governos das províncias; aumentando a capilaridade do sistema de crédito e de financiamento do estado chinês[32]. A forma de transferência de recursos do estado central chinês para províncias e empresas estatais passou de dotação orçamental, 70% em 1978, para empréstimos de bancos estatais, 80% em 1982[33].

Já política cambial a partir de 1978 é marcada pela organização de um sistema de cotas para as Empresas Estatais e para os governos das Províncias. Estes agentes retiam certa quantidade de moeda estrangeira de acordo com as cotas determinadas pela autoridade central. Ao mesmo, tempo era adotado um sistema de câmbio dual, onde existia uma taxa de cambio oficial, administrado via taxa flutuante; e uma taxa especial, organizada em um mercado de *swaps*, com acesso para as ZEE[34]. A década de 80 também é marcada pelo início da política de desvalorização da moeda nacional. No começo da década o governo chinês inicia um processo de desvalorização com o intuito de aumentar a competitividade e lucratividade de seu setor exportador e atrair mais investimentos para as ZEE. Ao mesmo tempo, o governo chinês leva adiante o projeto das ZEE's expandindo seu número,

[31] OURIQUES (2011)
[32] Ibid.
[33] Ibid.
[34] RIBEIRO (2008)

principalmente nas províncias localizadas na costa do país, e flexibiliza a burocracia das zonas[35].

Aqui é importante vincular a política adotada pelo governo chinês e o período de expansão do sistema de subcontratação japonês discutido na seção anterior. Como apontado, principalmente após a resolução do *Acordo de Plaza*, as pressões sobre o custo de produção das empresas japonesas e dos primeiros tigres asiáticos fazem com que estas procurem outros lugares, como a China, para transferir suas plantas de produção. O estado chinês por sua vez realiza políticas de incentivos a este movimento tanto pelo lado dos benefícios ligados as novas ZEE, bem como na política de desvalorização do Renminbi.

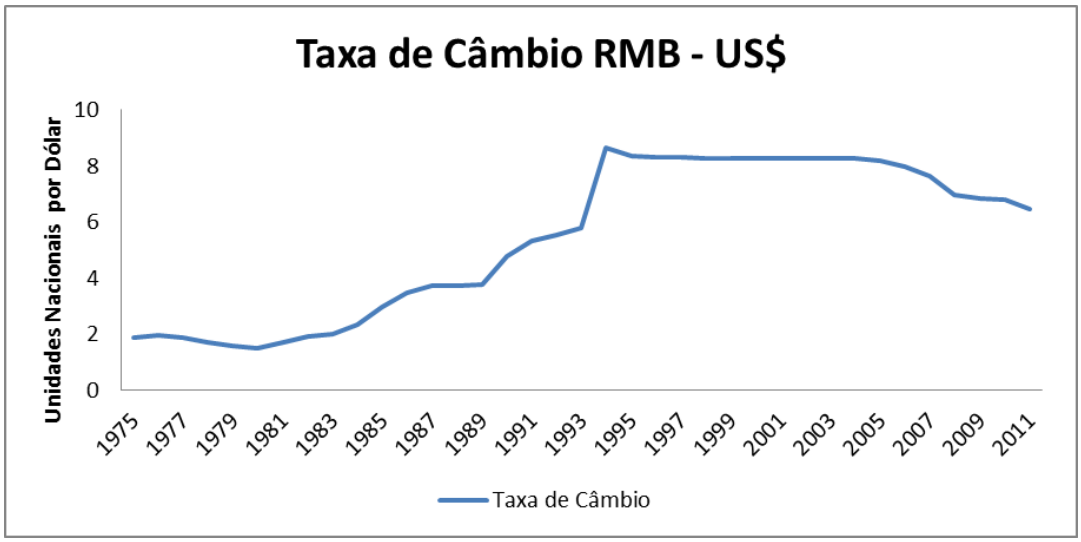


Figura 1 Taxa de Câmbio RMB – US$. Fonte: *OCDE Statisitcs 2012.*

Ao decorrer da década podemos destacar ainda outras transformações financeiras. Ocorre o desenvolvimento de outros intermediários financeiros fora do circuito dos "quatro grandes" bancos estatais. Um exemplo é o crescimento de bancos regionais ligados, parcialmente ou totalmente, aos governos das províncias[36]. Redes de cooperativas de crédito rural são desenhadas sob a supervisão do Banco da Agricultura da China, assim como cooperativas urbanas de crédito são desenvolvidas nas regiões urbanas. Paulatinamente, sobre supervisão do Banco Central, outros intermediários financeiros, como *Trust and Investment Corporations*, começam a poder realizar operações selecionadas de depósitos e empréstimos. Os bancos estrangeiros passam a ter permissão

[35] OURIQUES (2011)
[36] Principalmente naquelas que receberam os planos da ZEE's.

de abrir filiais no território chinês a partir de 1979, ainda com grandes restrições do governo central. Já em 1982, estes podiam abrir filiais nas ZEE relacionados apenas negócios de compra e venda de moedas estrangeiras. Em 1985 o Banco Central Chinês reconhece as unidades estrangeiras localizadas nas ZEE's, ampliando o leque de operações permitidas a serem realizadas por estes mesmos[37]. Como lembram Allen *et al.* (2005) e Li e Liu (2001), esta ampliação e disseminação de novas estruturas financeiras aumentam competição no mercado de crédito. Porém contribuíram positivamente com a inflação do final da década. A abertura econômica e a conjuntura do leste asiático na economia-mundo capitalista daquele momento favorece muito a economia chinesa. Da metade ao final da década de 90 o crescimento real da economia gira perto de 12% anuais. Importante notar, que neste momento, apesar do crescimento das exportações com as reformas econômicas a balança comercial da China continuava deficitária. Isto refletia a política do governo central de utilizar a ZEE também como pólos de importação de bens de capitas para modernização das grandes empresas estatais e para construção de infraestrutura no país[38]. O crescimento econômico junto com o aumento de liquidez interna, resultado da competição no setor de crédito provido pelas reformas, resultam em uma alta inflação durante a década chegando o um ponto insustentável no final dos anos 80. Para combater este aumento de preços, o Banco Central chinês impõe uma política monetária restritiva, suspende a adoção de qualquer reforma financeira mais liberalizante e aumenta o controle sobre as operações financeiras, principalmente nas operações de crédito.

Entre o final dos anos 80 até o fim plano de austeridade de 1993 as reformas financeiras aconteceram de forma mais comedida. Um fato importante neste período é o estabelecimento das duas grandes bolsas presentes no *mainland* chinês: a Bolsa de Shanghai, estabelecida em dezembro de 1990, e a bolsa de valores de Shenzhen, fundada em julho de 1991. A fundação destas é marco na expansão do mercado de capitais chinês que desde então vem crescendo em volume de negociações, número de companhias listadas e valor de capitalização de mercado[39]. No primeiro momento, podiam ser comercializadas e emitidas ações do tipo A denominadas em RMB, e ações do tipo B que eram denominadas

[37] ALLEN *et al.*(2005)
[38] OURIQUES (2011)
[39] WFE*Stats* e LI E LIU (2001)

em moedas estrangeiras e comercializadas por investidores estrangeiros. Neste momento vale a pena introduzir o papel crucial da relação das autoridades financeiras do Estado Chinês com o mercado de *Hong Kong*. Deixando de lado a análise sobre a influência e controle político do *mainland* chinês sobre o território, as autoridades financeiras da cidade sempre foram parceiras das reformas financeiras da China. Desde o início de reformas mais profundas nos anos 80, e principalmente nos últimos 20 anos, o mercado "estrangeiro" de *Hong Kong* foi sempre o primeiro a se beneficiar, ou a ter acesso ao mercado financeiro chinês quando este deseja realizar alguma reforma na organização de seu sistema. Esta relação nos abre caminho para comentar uma segunda característica da ascensão da região do leste asiático apresentadas por Arrighi (1997), e discutidas por Ribeiro (2008) e Ouriques (2011) em seus textos; a diáspora chinesa. Aqui se limita a complementar que a posição de comando dos chineses étnicos nas redes locais de negócios teve também reflexo: **i)** na forma como as transformações financeiras chinesas influenciaram os países em torno da China, pois estes estavam cada vez mais ligados por transações comerciais e financeiras com estado chinês; como também, **ii)** na estratégia de introdução paulatina de reformas na economia; utilizando o poder destas redes locais de negócios e finanças para na abertura gradativa dos mercados de capitais e cambias do *mainland* chinês.

Observada esta constatação, se retorna para evolução das reformas envolvendo o sistema monetário em financeiro. Já em 1992 a *China Securities Regulatory Commission* é criada seguindo o desenvolvimento do mercado de capitais. No mesmo ano o governo chinês inicia uma reforma no mercado de seguros iniciando a abertura do mesmo para agências estrangeiras[40]. Nos anos de 1994 e 1995 o governo chinês inicia um novo esforço de consolidação, desenvolvimento e liberalização do setor bancário[41]. Ao mesmo tempo, aloca bancos estatais específicos para a promoção do crescimento de áreas rurais no interior que começam a sofrer com disparidades em relação às regiões costeiras[42]. O governo central também impõe o crescimento nas atividades dos "quatro grandes" no setor comercial buscando cada vez a maximização da rentabilidade[43]. Ainda no ano de 1995 a

[40] ALLEN *et al.* (2005) em 1998 é criada a *China Insurance Regulatory Commission (CIRC)* responsável pela regulação do mercado de seguros.
[41] LI E LIU (2001)
[42] BAO *et al*. (2002)
[43] ALLEN *et al.*(2005)

independência do Banco Central é estabelecida por lei. Junto com expansão e desenvolvimento do setor bancário, as autoridades nacionais estabelecem, em 1994 e 1997 respectivamente, o sistema de crédito interbancário e o mercado de títulos. Na mesma medida, o sistema de pagamentos também se moderniza com o crescimento de cartões de crédito e de débito.[44]

No âmbito da política cambial, como podemos observar na figura 1, ocorre uma estabilização da taxa de câmbio há um nível extremamente desvalorizado dando continuidade a política de incentivo a exportações. A taxa foi atrelada a moeda americana e flutuando em uma banda muito estreita, sempre próxima a US$1 = RMB 8.28. Apesar de agentes e empresas terem liberdade para negociar no mercado de moedas (flutuações no curto prazo eram permitidas). Todas as transações passavam pelo crivo do Banco da China.

Em resumo podemos destacar que as reformas deste período tem um aspecto muito mais liberalizante e vem como respostas necessárias a ascensão econômica que o estado chinês experimenta na época. Com crescimento da economia real, incremento na renda e aumento dos investimentos estrangeiros; o grau de ligação do país com a economia-mundo capitalista chega a um estágio em que, aqui se coloca, para poder reter uma maior parte de excedente produzido dentro das cadeias mercantis de economia-mundo capitalista, a economia chinesa precisou expandir a capacidade e a complexidade de seu sistema monetário-financeiro. Entretanto, é preciso também sublinhar, que as reformas financeiras realizadas neste período são parte de uma estratégia única definida pelo partido comunista. Isto se faz claro na gestão da conta capital e na política cambial do governo chinês, sempre alinhadas com o desenvolvimento da economia nacional a partir de um modelo de competitividade exportadora. Porém, sempre com a preocupação de internalizar processos de geração de valor mais altos dentro das cadeias mercantis. Para realizar tal tarefa, as reformas e modernizações estabelecidas no sistema monetário-financeiro da economia chinesas perecem ter sido necessárias.

A partir da metade dos anos 2000 o saldo da balança comercial[45] da China aumentou exponencialmente[46], assim como o investimento estrangeiro direto.

---

[44] Na mesma *"Golden Card Project"*, já tinha em si a idéia de uma unificação do sistema de cartões ligados aos bancos estatais, algo que só foi alcançado no ano de 2002 com o estabelecimento do *China UnionPay*.
[45] Em 2001 a China foi aceita como membro da Organização mundial do comércio.

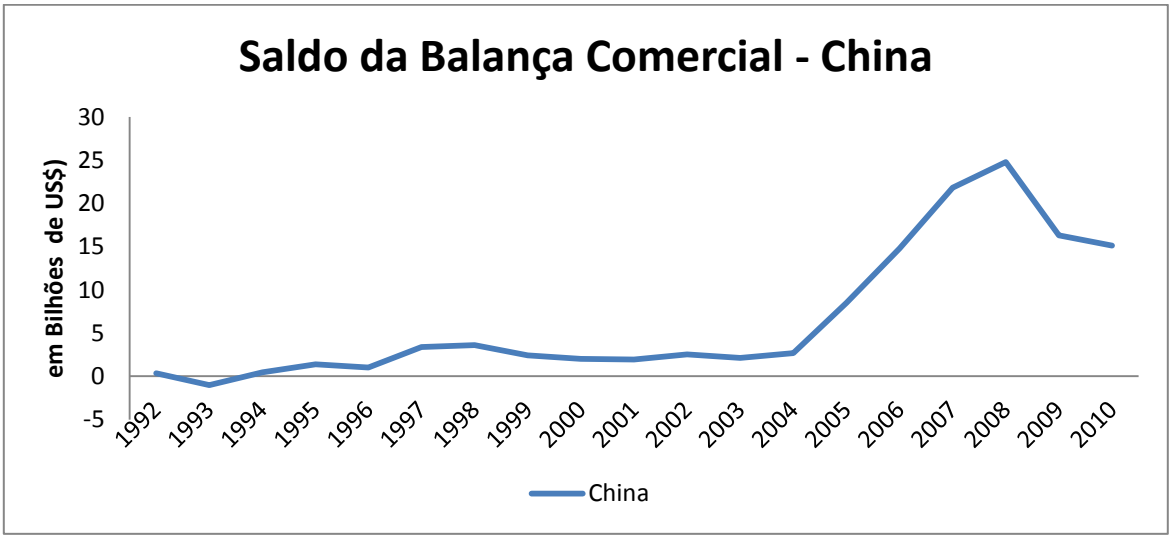


Figura 2 Saldo da Balança Comercial da China. ***Fonte***: OCDE Statistics (2012)

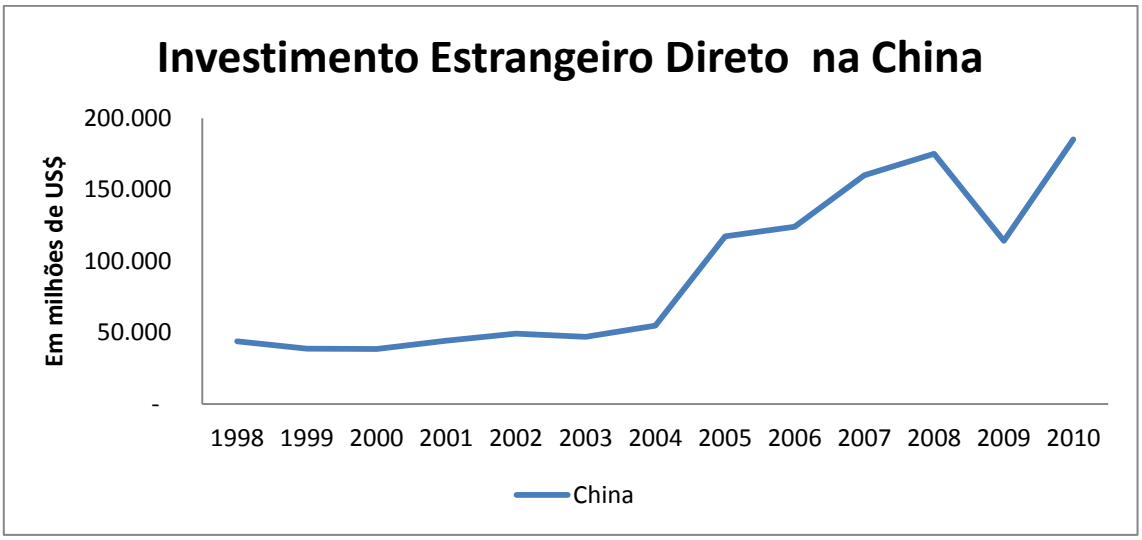


Figura 3 Investimento Estrangeiro direto na China. ***Fonte***: OCDE Statistics (2012)

Neste momento como não é objetivo deste trabalho realizar uma extensa descrição do comportamento da economia chinesa nos anos recentes se opta por reunir algumas outras reformas recentes e os principais desafios que hoje estão colocados para a economia chinesa e em especial para o seu setor financeiro.

[46] Algo muito interessante de se analisar no crescimento do superávit da balança comercial chinesa inicia seu crescimento exatamente quando o governo chinês inicia o processo de valorização de sua moeda e de aumento do espaço entre as bandas de valorização diárias. Deixando dúvida a simples explicação do superávit via uma política cambial com moeda desvalorizada.

De volta à política cambial. No ano de 2005 o governo central chinês abandonou a gestão de cambio atrelada à moeda americana. Desde então realizou sucessivas valorizações na taxa de cambio e flexibilizou os controles cambiais, como o aumento do intervalo das bandas de valorização diária. Entretanto, uma batalha política ainda é travada por parte do governo central pelo fato de outros países acusarem o governo de subvalorizar a sua moeda, propiciando uma vantagem artificial dos produtos produzidos na China. Relacionado à moeda chinesa está outro assunto muito importante. O potencial de internacionalização do Renminbi. Recente trabalhos como (WU (2009) CHANG,HONGYI&WENSHENG(2009) GAO&YU (2009) EICHENGREEN (2010)) discutem a possibilidade, as ações concretas realizadas e as consequências de uma internacionalização da moeda chinesa para a economia mundial. Apesar de ainda existirem muitas incógnitas sobre como o processo de internacionalização da moeda será conciliado com a política cambial do RMB desvalorizado e com o firme controle que o governo exerce sobre a conta capital. O estado chinês vem tomando atitudes que apontam na direção da internacionalização. Como exemplos pode-se citar o fomento de mercados *off-shore* denominados em RMB e os acordos bilaterais realizados com outras nações que proporcionam a compensações de operações internacionais em RMB[47] . Em abril de 2009, o governo chinês decidiu permitir a compensação de transações comerciais de empresas localizadas em 5 cidades específicas eliminando a necessidade do dólar para realizar operações com alguns países pertencentes a ASEAN[48]. Alguns meses depois mais 20 províncias foram colocadas no mesmo programa. No mesmo ano o governo chinês iniciou a expansão do seu mercado de títulos denominados em RMB, permitindo que estes pudessem ser emitidos primeiramente na bolsa de Hong Kong e na bolsa de Nova Iorque[49]. Em um exercício de estimação CHANG,HONGYI&WENSHENG (2009) mostram que se fosse internacionalizado o RMB teria um potencial de alcançar cerca de 10% das reservas mundiais, desbancado a libra esterlina. EICHENGREEN (2010) e LI (2011) afirmam que

[47] "*Dezembro de 2008, o Banco Popular da China assinou um total de RMB ¥ 650000000000 no valor da moeda de troca de acordos com Hong Kong, Coréia do Sul, Indonésia, Malásia, Argentina e Bielorrússia.*" WU (2009) p.34.
[48] Mais uma vez a adoção da estratégia medidas temporárias e pontuais.
[49] ZHANG (2011)

se a velocidade das reformas nesta direção continuar a mesma o RMB alcançará o status de moeda internacional em cerca de 20 anos.

Outro ponto relevante é a expansão do mercado de capitais chinês, e como se relaciona com as forças marcantes do processo de globalização da finança mundial. Como expõe Wu (2009), apesar das reformas e do crescimento realizados na década de 90 e nos 2000, o mercado de capitais chinês ainda é muito incipiente se comparado com os países desenvolvidos[50]. Uma das principais razões para tal é o controle imposto pelo Banco Popular da China e pela *China Securities Regulatory Commission.* Estas impõe uma série de regras para o mercado de capitais chinês, como: proibição de determinados produtos financeiros (principalmente em relação derivativos), quantidade máxima de retirada de capital diária, tempo mínimo de permanência do capital investido no instrumento financeiro, entre outros. As autoridades reguladoras vêm implantando programas diferenciados como QFII (*Qualified Foreign Institutional Investor)* para avaliar novos produtos, ou instituições, como investidores institucionais e *Hedge Funds* de forma mais dinâmica. Porém, às determinações e burocracias para o acesso ao mercado de capitais chinês ainda é muito grande. Isto mostra que se comparado ao caminho trilhado por outros estados nacionais diante a globalização financeira nos últimos anos da economia mundo-capitalista, a desregulamentação dos mercados chineses foi muito menor. E quando acontece perece estar ligada e desenhada de uma forma muito mais profunda a uma estratégia de desenvolvimento nacional.

Um último ponto que surge com o crescimento da economia chinesa é a modernização dos sistemas de pagamentos bem como o acesso dos agentes econômicos ao mercado financeiros. Se observado os dados sobre inclusão financeira na China[51] pode-se observar que 67,58% dos homens tem conta bancária em uma instituição financeira uma média maior que a região do leste asiático. Se alterada a seleção de indivíduos para outras características como educação, idade ou local de residência a superioridade do estado chinês em relação a região não se altera. Mostrando de que a expansão dos bancos na década de 90 alcançou relativo sucesso. Porém, se analisada utilização de serviços

[50] WU (2009) p.35
[51] Disponível em: http://datatopics.worldbank.org/financialinclusion/country/china

relacionados a crédito, empréstimos e poupança; percebe-se que ainda há espaço para crescimento. No ano de 2011 apenas 8% da população chinesa tinha um cartão de crédito, comparado a 49% em média nos países de alta renda. Apenas de 30% da população utilizou uma instituição financeira para poupar alguma renda, contra cerca de 50% nos países de alta renda. Estes números mostram um o potencial de crescimento existente no setor financeiro chinês. Crises envolvendo os grandes centros financeiros e as suas economias deprimidas colocam mercado chinês como uma mina de ouro para as instituições financeiras internacionais. Ao mesmo tempo, estas passam sofrer concorrência dos, cada vez maiores e mais lucrativos, Bancos Estatais chineses nos mercados mundiais. O crescimento econômico, urbanização e incremento de renda da população chinesa colocam pressões internas sobre a estrutura financeira e a disponibilidade de canais de investimento e poupança internos. como lidar com estes problemas envolvendo a competição de capitas circulantes na economia-mundo capitalista com as demandas internas de se próprio espaço parecem ser os problemas das futuras reformas financeiras chinesas.

4) Considerações Finais

A análise das principiais reformas financeiras chinesas no período pós-revolução de 1949 mostra como essas tiveram um papel fundamental em: **i)** destacar os processos sistêmicos no qual estava inserido o estado chinês, como também; **ii)** a capacidade de ação, ou influência sobre sua trajetória, que possuem os estados nacionais dado escolhas de suas ações econômicas e políticas.

Como descrito acima, durante o período imediato pós-revolução as reformas financeiras tiveram um papel básico de apoio a reformas de base, uma velocidade de implantação lenta, e uma profundidade bem superficial. Refletindo, a reestruturação da organização social-econômica sob uma nova ordem política pós-revolução de 1949 internamente. Bem como, a posição periférica do estado chinês dentro da hierarquia interestatal vigente dentro da fase de expansão material do CSA norte-americano dentro da economia-mundo capitalista.

Num segundo momento, a ascensão do leste asiático, com suas características particulares, *sub-contratação e diáspora chinesa*, e novo papel de sues estados nacionais

na economia-mundo capitalista. Em conjunto com a escolha das políticas econômicas do estado chinês. Resultaram em um incremento na velocidade das reformas financeiras, uma descentralização e expansão do sistema financeiro chinês bem como um aprofundamento da complexidade das estruturas. Resultado este influenciado pelo papel de suporte ao plano de políticas econômicas desenhadas pelo governo central chinês. Como também, pela necessidade imposta pelo novo papel da economia da China dentro da economia mundo capitalista.

Como estudos mais aprofundados sobre períodos específicos? ou áreas mais específicas? da evolução do sistema monetário e financeiro chinês podem alterar a forma como entendemos o desenvolvimento da ascensão da economia chinesa e o desenvolvimento da economia-mundo capitalista são perguntas a serem respondidas em futuros estudos. Outra área de pesquisa que se abre para próximos trabalhos é a como a utilização da abordagem dos sistemas-mundo junto a de estruturas de mais longa duração (500 anos, por exemplo) podem contribuir para um melhor entendimento da história monetária e financeira da economia-mundo capitalista?

Referências Bibliográficas

ALLEN, Franklin; QIAN, Jun; QIAN, Meijun. **China's Financial System:** Past, Present and Future. To appear in the book titled "The Transition that Worked: Origins, Mechanism, and Consequences of China's Long Boom," edited by Loren Brandt, Univ. of Toronto, and Thomas Rawski, Univ. of Pittsburgh 2005. Disponível em: <http://fic.wharton.upenn.edu/fic/papers/05/0517.pdf>. Acesso em: 21 maio 2012.

ARIENTE, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. **Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrigh**i. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo . Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996. 393p

_____. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1997.

_____. The Global Market. **217 Journal Of World-systems Research**, Washington, v. 17, n. , p.217-251, 01 dez. 1999.

_____. **Adam Smith em Pequim:** origens e fundamentos do Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008. 428 p.

ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN. The Rise of East Asia in World Historical Perspective. Fernand Braudel Center 1997.

BAO, S. *et al*. **Geographic factors and China´s regional development under market reforms, 1978-1998**. In: China Economic Review, vol. 12, 2002, p. 89-111.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados"**. – Campinas: Revista Economia e Sociedade(4), Instituto de Economia da Unicamp, junho de 1995

CHANG Shu, HONGYI Chen, WENSHENG Peng. **The Potential of the Renminbi as an International Currency**.Bank for International Settlements . Research Papers. February 2009. Disponível em:< http://www.bis.org/repofficepubl/arpresearch200903.06.pdf> Acesso em: 20 de outubro de 2011

EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do capital:** uma historia do sistema monetário internacional. São Paulo: Ed. 34, 2000.

_____. **The Renminbi as an International Currency.** Berkeley. January 2010. Disponível: http://elsa.berkeley.edu/~eichengr/.Acesso: 20 out de 2011.

GAO, Haihong .YU ,Yongding. **Internationalization of the Renminbi.** Paper presented to the Bank of Korea-BIS Seminar, Seoul (19-20 March) 2009.

LI, Kui-wai; LIU, Tung. **Financial Liberalisation and Growth in China**. Blackwell Publishers, Oxford,p.673-687, 01 nov. 2001. Disponível em: <tliu.iweb.bsu.edu/research/papers/we2001v24n5p673_li.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2012.

LI, Charles. **Six Questions Regarding the Internationalization of the Renminbi**. HKEx press release. 2010.< http:/www.hkex.com.hk/eng/newsconsul/speech/2010/sp100920.htm> Acessado 20 de novembro de 2011

MA, Debin. **Money and monetary system in China in the 19th-20th century:** : an overview. Economic History Working Papers, 159/12. London School of Economics and Political Science, London, UK. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/41940/>. Acesso em: 21 jan. 2012

MOFFITT, Michael. **O Dinheiro do mundo: de Bretton Woods a beira da Insolvência.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

OURIQUES, Helton Ricardo. **As Conseqüencias Da Ascensão Da China Para A Economia-Mundo Capitalista:** Apontamentos De Investigação. TEXTO PARA DISCUSSÃO V Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-Mundo. Disponível em: <http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/06OuriquesHR_2011.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2011.

OURIQUES, H.R., VIEIRA, P.A., ARIENTI, P.F.F. **As conseqüências da ascensão chinesa para a economia-mundo capitalista: o papel do fundo soberano chinês como instrumento da estratégia de desenvolvimento.** In: III Encontro Nacional da ABRI. Workshop sobre BRICS. São Paulo,22 de julho de 2011 [Trabalho completo, 16 páginas].

RAJAN, Raghuram G.. **Has Financial Development Made the World Riskier?** NBER Working Paper No. 11728 Issued in November 2005. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w11728>. Acesso em: 01 dez. 2005.

RIBEIRO, Valéria Lopes. **A China E A Economia Mundial:** Uma Abordagem Sobre A Ascensão Chinesa Na Segunda Metade Do Século Xx. Disponível em: <www.gpepsm.ufsc.br/html/index_arquivos/RIBEIRO_VL.pdf>.Acesso em:01 jul/08.

SAUVIAT, Catherine. *Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário*. In: CHESNAIS, François. **A Finança Mundializada.** São Paulo: Boitempo, 2005. p. 109-132.

WU, Friedrich. The Renminbi Challenge: The future role of the Chinese currency. **The International Economy**, Washington, p.32-35, 01 nov. 2009. Disponível em: <www.international-economy.com>. Acesso em: 02/02/2012

ZHANG, Liqing. **Reform of Global Reserve System and China's Choice.** for CUFE conference.Disponívelem:policydialogue.org/search/?cx=006886491392590214433%3Axbecslvzetc&cof=FORD%3A9&ie=UTF8&q=Reform+of+Global+Reserve+System+and+China%E2%8. Acesso em: 18 mar. 2011.

A RECONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES ESTADO – MERCADO NUM PERÍODO DE CRISE SISTÊMICA

Saulo de Castro Lima[1]

Resumo

Desde a década de 1970, o "sistema social histórico" formador do mundo moderno atravessa um período de grandes transformações, dentre as quais emerge a crise do Estado nacional. Desde então, a incerteza e o caos sistêmico têm caracterizado as relações políticas e econômicas internacionais. Da perspectiva adotada neste trabalho, as tensões políticas geradas a partir desse momento centram-se especialmente na questão da reformulação do papel do Estado e de sua relação com o mercado, que constitui um ponto central na agenda globalizante surgida a partir de meados da década de 1980. De acordo com a ideologia de uma "nova ordem mundial" estabelecida após a Guerra do Golfo pelos EUA, o triunfo da democracia e do capitalismo liberal seriam os pilares da reconstrução do sistema mundial moderno. Aos Estados, competindo entre si pelo capital circulante, cabe manter um ambiente favorável aos negócios, respeitando seus estreitos limites de ação. Assim, cabe interrogar até que ponto as mudanças no caráter de atuação do Estado nacional obedecem à lógica do processo "inexorável" de globalização do capital, marcado pela crescente interdependência, ou se se trata de uma crise ligada à própria dinâmica da crise hegemônica aberta na década de 1970.

Palavras-chave: Estado nacional. Globalização. Mercado. Crise.

Introdução

O período que vai do pós Segunda Guerra até meados da década de 1970 é comumente lembrado como a Era de Ouro do capitalismo. Durante esse período, o crescimento econômico mundial (especialmente nos países do centro) foi acelerado, puxado pela potência hegemônica, os EUA. Um dos fatores que permitiu as altas taxas de lucro vigentes durante a Era de Ouro foi a inversão de grandes quantidades de capital, especialmente na expansão da capacidade produtiva, tal como a aquisição de máquinas, equipamentos e instalações, mantendo-se elevados níveis de investimento. A reconstrução da Europa Ocidental e Japão foi um elemento importante para esse

[1] Mestre em Ciências Sociais pela UNESP – Marília e professor substituto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
Endereço: Rua Paulo Vieira, 153, Campeche, Fpolis – SC. Fone: (48) 3365-8690. E-mail: saulocastrol@yahoo.com.br

crescimento: com a conclusão da reconstrução dessas áreas, elas passaram a demonstrar um renovado e vigoroso fôlego econômico e crescente produtividade.

A história do fim da Era de Ouro se confunde com a história do declínio da hegemonia dos EUA na década de 1970, sendo que ambas estão ligadas aos fatores que possibilitaram sua ascensão após a Segunda Guerra Mundial. A compreensão desse processo é fundamental para se chegar ao entendimento do núcleo deste trabalho. Alguns aspectos da crise dos anos dourados podem ser ressaltados:

A "estagflação" revelou a corrosão do padrão de acumulação da Era de Ouro. As alternativas keynesianas para lidar com a crise revelavam-se ineficazes. Ressurgiram as vozes que bradavam contra o Estado, alimentadas por uma crise econômica sem precedentes desde a década de 1930 e cuja orientação teórica advinha do pensamento ultra-liberal de Friedrich Von Hayek e Milton Friedman. Outro aspecto a ser considerado é relativo à mudança no sistema de taxas de câmbio. Face ao crescente déficit orçamentário e comercial dos Estados Unidos, em 1971 é decretado unilateralmente o fim do sistema de paridades fixas acordado em Bretton Woods: o país não possuía meios reais de mantê-las e, muito menos, de manter a conversibilidade do dólar em ouro. A emissão desenfreada de moeda denunciava essa incapacidade em manter a cotação do dólar. Dois anos depois, em 1973, era decretado o início da era do câmbio flutuante.

De acordo com Chesnais (1996), a falência do sistema de Bretton Woods foi a origem de toda a desregulação posterior. Isso porque

> a morte desse sistema, em 1971, levou, por etapas, não somente ao desaparecimento de qualquer ancoragem internacional das moedas, como também à transformação do mercado de câmbio em um espaço onde moedas e ativos financeiros estão indissoluvelmente imbricados. (CHESNAIS, 1996, p. 248).

A década de 1970 também viu a posição hegemônica dos EUA no plano internacional deteriorar-se gradativamente, e isso não ocorreu apenas com seu poder econômico. Ao longo da década, seu poder militar, até então inquestionável, e seu prestígio político sofreram fortes abalos que colocaram em xeque seu papel de liderança. A crise da hegemonia norte-americana se deu na passagem dos anos 1960 para os anos 1970, nos planos militar, econômico e ideológico. Para Arrighi (1996) a partir de meados da década de 1970, os EUA pareciam ter optado por sua retirada do "governo mundial", contribuindo ainda mais para desestabilizar a ordem do pós-guerra.

No plano militar, a Guerra do Vietnã tornou-se um fardo incômodo. Os custos crescentes da guerra e a incapacidade da maior potência bélica do mundo subjugar a pequena nação do sudeste asiático pesava sobre os ombros do gigante, que com isso via sua posição enfraquecer diante à URSS e principalmente à opinião pública mundial .

O primeiro choque do petróleo desencadeado pelos países da OPEP em 1973 constituiu outro golpe nos EUA, ao expor sua fragilidade em relação à matérias-primas indispensáveis para o bom funcionamento da sua economia. A quadruplicação dos preços do petróleo impactou diretamente a estrutura interna de preços, colaborando para agravar o pesado quadro de "estagflação" apresentado acima.

Em suma, as décadas de prosperidade haviam se esvaído. Como afirmou Hobsbawm (2005, p. 393), "a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise". A erosão da hegemonia norte-americana foi acompanhada da tentativa de restabelecê-la, por meio da centralização da liquidez do capital para os EUA, por meio da elevação das taxas de juros e de uma política conservadora que tencionava recuperar credibilidade dos EUA e do dólar como moeda mundial.

Escalada conservadora e altas finanças

Harvey (1992) sintetiza bem a escalada conservadora, que se deu também através de uma mudança de postura e de pensamento, que agora se situava mais próximo ao individualismo competitivo como valor principal dessa "nova" sociedade que emergia nos países desenvolvidos. Essa nova conjuntura foi marcada profundamente por uma competição exacerbada entre e dentro dos próprios Estados nacionais que, mesmo em meio a uma fase de estagnação foram obrigados a manter um clima favorável aos negócios, através do controle do trabalho e dos movimentos sociais.

O compromisso liberal foi assumido pelos governos e elites dos países centrais, com crescente importância e participação do capital financeiro nos interesses destes Estados nacionais.

> Nasce, então, uma nova onda de internacionalização e concentração financeira mais volátil e excludente do que a que ocorreu no século XIX, porque é impulsionada, em última instância, pela flutuação cambial que não existia no padrão-ouro. Por isso mesmo, ela também impõe, e de maneira mais categórica, a mesma convergência 'ortodoxa' das políticas nacionais em particular no caso dos Estados com moedas fracas. (FIORI, 1999, p.72).

Essas mudanças desencadeadas a partir da guinada conservadora dos países centrais conduzem também ao processo que Chesnais (1998) designou como

“mundialização financeira”, decorrente da desregulamentação e liberalização adotadas por EUA e Inglaterra a partir de 1979, que proporcionou a emergência de um espaço financeiro mundial a partir da abertura dos mercados nacionais. Tais mudanças objetivaram amplamente restabelecer a confiança no dólar e canalizar os capitais dispersos no mundo para os EUA. De acordo com Arrighi (1996), quatro medidas acompanharam a mudança da política monetária estadunidense: aumento das taxas de juros muito acima da inflação; forte impulso de desregulamentação que permitiu às instituições financeiras liberdade de ação irrestrita; expansão do endividamento do Estado; escalada da Guerra Fria e atuações militares contra alguns países do Terceiro Mundo.

A retomada nos EUA se deu por meio de uma aliança entre o capital financeiro e o Estado, rompendo com a tradição do *New Deal*: “trabalhar de mãos dadas com as altas finanças privadas significava abandonar quase tudo o que o governo norte-americano havia representado durante quase meio século, não apenas nas questões monetárias, mas também nas sociais.” (ARRIGHI, 1996, p.331).

Essa aliança recuperou a posição dos EUA novamente como um pólo imbatível de atração de capital, reconduzindo o país à condição de potência incontestável no plano econômico. Para Chesnais (1996, p.119), “a ascensão da esfera financeira recolocou quase todos os trunfos da rivalidade imperialista mundial nas mãos dos EUA. Os mercados financeiros americanos são inigualáveis em suas dimensões, mas também em sua diversidade.” O ciclo de expansão financeira sistêmica, iniciado a partir dos EUA, é um elemento central para a compreensão do debate acerca do Estado nacional.

Estado, Poder e Mercado

A escalada financeira desenvolveu-se a partir da criação do euromercado de dólares e consolidou-se com o primeiro choque do petróleo e a necessidade dos exportadores reciclarem seus petrodólares no mercado internacional. O mercado *offshore* que abriu as portas à financeirização foi criado a partir da década de 1960, quando os bancos e companhias norte-americanas buscaram alternativas fora da restritiva esfera dos Estados Unidos para bancos e finanças, formando um mercado paralelo de dólares que circulavam fora do controle do Federal Reserve. A partir de meados da década de 1970, a *haute finance* assumiu, progressivamente, o controle sobre os bancos centrais, ditando os rumos da política econômica conforme se pode conferir na seguinte passagem:

> A política monetária tornou-se um instrumento crucial nas mãos das finanças, para a aplicação de políticas favoráveis a seus próprios interesses. O objetivo keynesiano do pleno emprego era substituído pela preservação do lucro e da riqueza dos proprietários do capital, pelo controle estrito do nível geral de preços. Um conjunto completo de regras e políticas é necessário à essa finalidade, internamente às economias capitalistas avançadas. (DUMENÉIL e LEVY, 2005, p.13).

De acordo com Arrighi e Silver (2001), essas mudanças são parte inerente de um contexto de crise sistêmica, e não são passíveis de serem explicadas sem estarem relacionadas com o declínio do ciclo hegemônico dos EUA. Esse processo de financeirização da riqueza não é fortuito: com a transnacionalização das empresas norte-americanas (e posteriormente também das empresas européias e asiáticas), passou a existir um sistema global de produção, intercâmbio e acumulação não sujeito a nenhuma autoridade estatal e com poder para submeter às suas próprias leis até as nações mais poderosas.

A concentração de poder nos mercados é talvez a maior mudança na política e na economia ocorrida em fins do século XX, sendo mais pronunciada em aspectos como produção e finanças, com forte impacto sobre as vidas das pessoas. Strange (1996) argumenta que o resultado mais impactante dessa mudança estrutural do equilíbrio de poder é o fortalecimento das corporações multinacionais, especialmente devido às mudanças ocorridas na estrutura produtiva em nível mundial, tornando-se importantes atores políticos em contato com o Estado e com a sociedade civil. O peso das companhias multinacionais na economia internacional é inegável, alterando também suas relações políticas com os Estados.

Dessa forma, o legado do sistema de empresas multinacionais característico da hegemonia norte-americana foi o enfraquecimento da capacidade reguladora até mesmo das nações mais poderosas, não somente no nível da economia global como um todo, mas também no de suas próprias economias internas. É o que Arrighi e Silver (2001) chama de "debilitação da capacidade reguladora dos Estados".

Para Stopford et. al. (2002), os governos de um modo geral têm perdido no poder de barganha com as companhias multinacionais. Segundo os autores, a

> intensificação da competição entre Estados parece ter sido uma força mais importante para o enfraquecimento de seu poder de barganha do que as mudanças na competição global entre firmas. Isso não é negar que governos podem manter poder considerável em suas negociações com qualquer firma estrangeira. As razões jazem na natureza da competição por parcelas do mercado mundial. (STOPFORD et al., 2002, p.215, tradução nossa).

Nessa redefinição do caráter da atuação estatal, a posição do Estado enquanto sujeito ativo na economia capaz de regular e investir em determinados setores é questionada. "Poderosos mercados financeiros agora monitoram muitos, senão todos, aspectos do gasto estatal e, ainda, são capazes de definir amplas metas políticas a respeito do emprego, bem-estar social, tributação e afins." (BOYER e DRACHE, 1996, p.3, tradução nossa). Dessa forma, seriam os mercados que estariam definindo a ação estatal, o que é controverso, dado que os mercados são organizados pela atuação estatal. Ou seja, o Estado deve ser capaz de ajustar o mercado, e não o contrário.

Uma vez que esses mercados exercem poderosas pressões políticas e econômicas sobre os governos democraticamente eleitos, acabam por determinar as prioridades e objetivos da política econômica, funcionando como uma espécie de vigilante para o bom encaminhamento de suas demandas. A pena para quem não seguir os "conselhos" do mercado financeiro é a escassez do crédito e dos fluxos de capitais, além do decréscimo no grau de confiabilidade dos países (indicado pelas próprias instituições financeiras). Os Estados reagem às restrições orçamentárias características dos períodos de baixo crescimento econômico competindo pelo capital que se acumula nos mercados financeiros.

Nesse sentido, é importante assinalar que as expansões financeiras resultam de duas tendências complementares: hiperacumulação de capital e a competição das nações pelo capital circulante. São um aspecto integrante das crises hegemônicas, bem como de sua eventual transformação em colapsos hegemônicos:

> Inflam temporariamente o poder dos estados em declínio, quando os lideres de um ciclo hegemônico colhem os frutos de sua liderança, sob a forma de um acesso privilegiado à liquidez mundial, que permite que a nação hegemônica em declínio barre, por algum tempo, as forças que a ela se opõem (ARRIGHI E SILVER, 2001, p.43).

As companhias multinacionais se expandiram com o apoio de seus Estados nacionais; posteriormente, como visto, elas se "emancipam" do controle estatal, acumulando capital fora do alcance de quaisquer controles exercidos pelos Estados. Essas empresas receberam poderes dos Estados Unidos e de seus aliados para se internacionalizarem, mas, contraditoriamente, acabaram por ruir com o poder dos próprios estados de lhes conferiram proteção. Quando da desaceleração da economia mundial a partir de meados da década de 1970, esse capital origina o ciclo de acumulação financeira nos mercados internacionais, que explode nos anos 1980, quando os Estados passam a competir por esse capital. Em suma, essa é a síntese da relação

existente entre a expansão internacional das corporações, a acumulação de capital que origina um ciclo financeiro expansivo e a conseqüente perda de poder estatal, ainda que se apresente como um sinal da retomada hegemônica.

Globalização e Crise Hegemônica

Em meio à esse contexto de transforrmação da economia internacional em fins do século XX, ganha destaque o fenômeno da perda de poder do Estado, conforme apontado por Hobsbawm (2005, p.20): "As próprias unidades básicas da política – os 'Estados-nação' territoriais, soberanos e independentes, inclusive os mais antigos e estáveis, viram-se esfacelados pelas forças de uma economia supranacional ou transnacional [...]".

Nos países periféricos, a liberalização financeira soou como um convite atrativo ao capital especulativo, disposto a realizar lucros espetaculares em mercados que eram conhecidos pela repressão financeira e pela intervenção estatal, trazidos à nova realidade pelo "esclarecimento" dos novos governos que realizavam os ajustes estruturais para estancar o endividamento externo e a inflação. Dessa forma, os mercados financeiros nacionais cresceram e floresceram rapidamente desde finais da década de 1980, como afirma Sassen:

> Desde o fim da década de 1980, um número crescente de mercados financeiros têm se tornado globalmente integrados. Essa integração foi, e continua a ser, baseada em uma condicionalidade crucial, a adoção de um pacote de políticas a que geralmente se refere como desregulação econômica. Ao mesmo tempo, a possibilidade do acesso descentralizado facilitou enormemente a incorporação direta e a participação simultânea no mercado global de capitais pelo rápido crescimento do número de mercados financeiros nacionais. (SASSEN, 2006, 253, tradução nossa).

Como resultado dessa integração e da imposição de seus termos, o acesso dos governos ao crédito e ao financiamento de suas dívidas passa a depender cada vez mais dos mercados financeiros globais, o que os torna ainda mais sujeitos aos interesses dessa fração da burguesia mundializada. Os mercados tornam-se extremamente poderosos ante a taxação, emissão de moeda e empréstimos, submetendo governos e populações de vários países a seus desígnios, expondo-os às conseqüências da financeirização e do livre-comércio.

Daí pode-se interrogar se o chamado fenômeno da globalização, associado às transformações discutidas até aqui, consistiria num processo inexorável e irreversível. A ideia da irreversibilidade do aumento da magnitude e da velocidade dos fluxos internacionais de capitais é questionável, uma vez que as nações tem sido participantes

ativas no processo de integração e desregulamentação. Nos momentos críticos, como após a Grande Depressão, os Estados voltam-se aos seus interesses nacionais, enfraquecendo o vigor do mercado, ainda que pareçam completamente submersos na lógica econômica global e sujeitos aos ditames dos poderosos atores financeiros internacionais. Não há, também, consenso entre os analistas no tocante ao grau em que a globalização restringe a ação estatal.

Sob este aspecto, a importância atribuída à globalização econômica como força motriz da redefinição das esferas pública e privada deve ser relativizada, dado que os Estados nacionais permanecem como atores importantes no cenário doméstico e também no global, estabelecendo as políticas que regulam a atuação do capital em escala local. Daí que a questão se volta para um outro prisma: "a expansão financeira dos últimos vinte anos, aproximadamente não é um novo estágio do capitalismo mundial nem tampouco o arauto de uma 'hegemonia vindoura dos mercados globais". (ARRIGHI E SILVER, 2001, p.282). De acordo com essa interpretação, o que está em questão é a crise hegemônica, que se manifesta na expansão das finanças e na perda de poder dos Estados nacionais.

Considerações Finais

Em meio às mudanças discutidas sobre o enfraquecimento do Estado, Sassen (2006) vê essa transformação como sendo composta por três processos: a reversão da tendência de crescimento do domínio público formal, pelo crescimento de novas formas de autoridades privadas após 1980; a formação de novos arranjos público-privados que borram a divisão clássica; mudança no caráter dos interesses privados, que passam a participar ativamente da formulação de políticas públicas e a interferir fortemente em aspectos importantes do domínio público. Em torno dessas questões, há uma nova formalização da esfera privada, que se recoloca com força sobre governos.

Porém, é importante destacar o fato de que nem todos os Estados perdem poder nesse contexto. Embora as forças da economia mundializada afetem o poder estatal, alguns Estados têm seu poder aumentado. Strange (1996) destaca alguns paradoxos interessantes acerca da redução do poder do Estado nacional: a regulamentação estatal sobre aspectos da vida cotidiana nunca foi tão grande; mais e mais povos desejam ter seu próprio Estado independente, mesmo enquanto há um declínio da autoridade de Estados tradicionalmente estabelecidos; a teoria do declínio do da autoridade estatal é

um fenômeno ocidental, sendo que na Ásia os governos permanecem fortes e atuantes nas decisões políticas e econômicas.

Sendo assim, o entendimento sobre a redefinição das relações entre Estado e mercado não pode pressupor a negação do Estado nacional, que segue como um ator de peso político e econômico. Essa relação é retratada por Bienefeld na passagem a seguir:

> Estados soberanos são mecanismos necessários, ainda que insuficientes, para administrar e conter as perigosas tendências centrifugas dos mercados, para dobrar as tendências especulativas e econômicas baseadas no crédito, para alocar os custos subseqüentes de forma justa e de forma mais eficiente, em última instância, entre vários atores, e para assegurar que as muitas pressões competitivas associadas a crises econômicas subseqüentes não conduzam os atores econômicos à transgressão de certos limites definidos ética e socialmente. Desde que essas funções são inerentemente políticas, e desde que elas tratam de situações de desequilíbrio nas quais os mercados são totalmente não confiáveis, elas devem ser desempenhadas por Estados soberanos que tenham ambas a legitimidade e o poder para agir de acordo com o interesse público. (BIENEFELD, 1996, p.426, tradução nossa).

Portanto, reafirma-se a necessidade de se compreender a expansão desenfreada dos mercados e da redução do poder dos Estados como parte de um processo de crise hegemônica. Para Arrighi et.al. (2001, p.103) "a crise da soberania nacional não é uma novidade da nossa época". A recente crise dos mercados financeiros suscitou uma demanda por governabilidade na economia internacional que, a rigor, é um tema candente desde o fim dos acordos de Bretton Woods, marcando o início da crise do ciclo sistêmico de acumulação centrado nos EUA.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX:** Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

_____, Giovanni; SILVER, Beverly. Introdução. In: ARRIGHI, G. e SILVER, B. (Orgs.). **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial.** Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UFRJ, 2001. p.11-45.

_____, Giovanni; SILVER, Beverly. Conclusão. In: ARRIGHI, G. e SILVER, B. (Orgs.). **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial.** Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UFRJ, 2001. p.281-299.

_____, Giovanni; HUI, Po-Keung; RAY, Krishnendu; REIFER, Thomas Ehrlich. Geopolítica e Altas Finanças. In: ARRIGHI, G. e SILVER, B. (Orgs.). **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial.** Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UFRJ, 2001. p. 47-106.

BIENEFELD, Manfred. Is a strong national economy a utopian goal at the end of the twentieth century? In: BOYER, R. e DRACHE, D. (Orgs.). **States against markets**: The limits of globalization. London/New York: Routledge, 1996. p. 415-439.

BOYER, Robert e DRACHE, Daniel. Introduction. In: BOYER, R. e DRACHE, D. (Orgs.). **States against markets**: The limits of globalization. London/New York: Routledge, 1996. p. 1-27.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____, François. Introdução Geral. In. CHESNAIS, F. (Org.). **A mundialização financeira:** Gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998. p.11-33.

DUMÉNIL, Gerard. e LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte americana. In CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada:** Raízes sociais e políticas, configuração, consequências**.** São Paulo: Boitempo, 2005. p. 85- 108.

FIORI, José Luís. Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 49-85.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos:** O breve século XX**.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SASSEN, Saskia. **Territory, authority, rights:** From medieval to global assemblages. Princeton, Princeton University Press, 2006.

STOPFORD, John. et al. **Rival States, rival firms:** Competition for world market shares. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

STRANGE, Susan. **The retreat of the State:** The diffusion of tower in the world economy. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Estados Unidos e China na primeira década do século XXI: os custos da Guerra ao Terror e as mudanças na interdependência assimétrica

Bruno Hendler[1]

Se a ascensão e queda de grandes potências é um dos fenômenos que mais fascina e intriga os cientistas sociais, a relação entre poderes ascendentes e declinantes em períodos de turbulência global é um objeto de extrema relevância para o progresso do conhecimento neste campo de pesquisa. Tão relevante quanto a compreensão das vantagens competitivas que alçaram as Províncias Unidas, a Inglaterra, e os Estados Unidos à condição de poder hegemônico do sistema-mundo moderno é o estudo das relações entre estes "complexos de ponta" nos períodos de transição de um para a outro. Logo, para se compreender o funcionamento histórico do sistema-mundo moderno bem como suas tendências atuais, é necessário ultrapassar os limites da análise individual de cada um desses arranjos e identificar, nas relações entre eles, possíveis continuidades e rupturas nas relações prevalecentes no sistema interestatal.

A primeira seção deste artigo é de caráter histórico-empírico em que se analisa as transições históricas sob o prisma teórico dos *ciclos sistêmicos de acumulação* (CSAs)[2] de Giovanni Arrighi (1996) e o padrão também identificado por Chase-Dunn (1989). Depreende-se que: uma hegemonia em declínio (A) e em processo de expansão financeira é pressionada por um poder emergente revisionista (B) que, insatisfeito com a ordem internacional vigente, tende a potencializar o caos sistêmico culminando em um

---

[1] Bruno Hendler é mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e bolsista da CAPES.

[2] Giovanni Arrighi desenvolve em sua obra o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação (CSA) em que analisa as estruturas de longa duração do capitalismo histórico e as associa à ascensão e queda de hegemonias mundiais. O autor percebe que estes ciclos seguem um padrão de "prosperidade/expansão material" e "depressão/expansão financeira" de acordo com a lei de valorização do capital de Marx (DMD' ou dinheiro – mercadoria – mais dinheiro). A fase de prosperidade ou de expansão material do centro capitalista ocorre quando as inovações da aliança capital-Estado hegemônico são absorvidas pela economia real e o capital disponível é investido nos setores produtivo e comercial levando o sistema a um novo ajuste espacial, que cria condições para o surgimento de divisões de trabalho mais amplas ou profundas. Nessas condições, o retorno do capital investido no comércio e na produção aumenta; o lucro tende a ser aplicado, de modo mais ou menos rotineiro, em mais expansão do comércio e da produção; e, conscientemente ou não, os principais centros do sistema cooperam para manter a expansão uns dos outros (ARRIGHI, 2008, p. 241). Já a fase de depressão/expansão financeira coincide com o declínio ou "outono" hegemônico, quando as bases materiais do regime de acumulação de capital e poder do Estado hegemônico encontram-se esgotadas, isto é, não proporcionam mais expectativas de lucros extraordinários nas suas estruturas produtivas. Um volume crescente de capital, na sua forma líquida e mais flexível, vai procurar sua valorização na esfera financeira (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 120-121).

período de conflito generalizado; a hegemonia (A) é induzida a aliar-se a outro poder emergente (C) para combater a ameaça militar de (B); (A) e (C) vencem a guerra e (C) emerge como a nova hegemonia.

Assim, argumenta-se que desde a aproximação bilateral entre Estados Unidos e China em fins dos anos 1970 houve um processo de redução de assimetrias entre os dois países, de forma que a maior vulnerabilidade chinesa das décadas de 1970 e 1980 foi relativizada frente a um aumento da vulnerabilidade norte-americana a partir de meados dos anos 1990. Nesta conjuntura, a Guerra ao Terror[3] pode ser encarada como o conflito da hegemonia norte-americana (A) contra o emergente revisionista (B), que tem como vencedor o emergente associado (C).

Porém deve-se ter em mente uma série de peculiaridades. 1) Embora os EUA enfrentem desgastes e desafios, mantêm-se como a maior e mais dinâmica economia do mundo e com uma supremacia militar inconteste, de forma que não há um único Estado capaz de substituí-los (CHASE-DUNN; INOUE, 2012, p. 158). 2) O emergente associado, a China, apresenta características próprias que tornam ainda mais difícil sua compreensão, como a relação complexa e enraizada com sua própria região e o fato de ser um país não ocidental, relativizando sua vulnerabilidade ao Ocidente; 3) No caso dos EUA, o emergente revisionista (B) não é um Estado expansionista ou uma organização específica, mas uma relação de constante conflito com inimigos variáveis, na qual gastos crescentes em defesa se combinam com a conjuntura econômica de expansão financeira e ruptura de instituições criadas pela própria hegemonia. Esta relação tem origem na década de 1970 com a crise econômica nos EUA associada aos gastos na Guerra do Vietnã, passa pelos gastos da chamada "Segunda Guerra Fria" durante o governo Reagan, e desde 2001 tem no terrorismo islâmico sua razão de ser.

Para Fiori (sem data, p. 48), a atual relação sino-americana é, ao mesmo tempo, complementar e competitiva, política e econômica, fazendo o sistema mundial retornar à lógica da busca incessante por poder e riqueza. Exceção foi o período da Guerra Fria, quando os EUA mantinham uma competição militar com a União Soviética – um país

[3] O termo Guerra ao Terror será utilizado neste projeto como referência à campanha liderada pelos Estados Unidos, sob as administrações de George W. Bush e Barack Obama, de combate a redes de terrorismo global e regimes que supostamente os apoiam – de acordo com os documentos oficiais da Casa Branca (http://www.whitehouse.gov/). Considera-se Guerra ao Terror os fatos que ocorreram entre os ataques de 11 de setembro de 2001 e a retirada das tropas norte-americanas do Iraque, em dezembro de 2011, recebendo maior atenção os dois engajamentos militares, Afeganistão e Iraque, liderados pelos EUA e apoiados pela Grã-Bretanha e outros países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

que pouco afetava a economia americana; e mantinham relações econômicas dinâmicas com países sem autonomia militar, como Alemanha e Japão.

O que faz da China um quebra-cabeça complexo para os norte-americanos é o fato de o país ter, ao mesmo tempo, autonomia política e militar como a União Soviética e o impacto econômico nos EUA como Japão e Alemanha nas décadas do pós-guerra. Portanto, a relevância deste trabalho é justificada pelo dinamismo e proeminência das relações sino-americanas nos rumos do sistema mundial moderno.

1. Sensibilidade e vulnerabilidade na interdependência assimétrica

A relação "hegemonia em declínio – emergente associado" é objeto fundamental no campo de análise do sistema-mundo moderno, e o diálogo com os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade de Joseph Nye pode facilitar a sua compreensão. Conforme dois países estreitam laços econômicos dos mais variados, há uma tendência de que seus agentes empresariais desenvolvam uma relação de mútua dependência, também conhecida como interdependência. Uma vez que essas trocas estejam inseridas em uma economia-mundo capitalista desigual e afetada por relações de poder entre Estados, é natural que as assimetrias apareçam. Logo, a interdependência raramente é equilibrada, e suas assimetrias são verdadeiras fontes de poder, que podem ser mensuradas por meio da sensibilidade e vulnerabilidade de cada agente (NYE, 2011, p. 55).

A sensibilidade tem um caráter quantitativo, é definida como a quantidade e ritmo dos efeitos da dependência mútua, ou seja, a rapidez com que as mudanças em uma parte produzem impactos em outra. Já a vulnerabilidade é qualitativa. Nye a define como a capacidade de minimizar os custos relativos à dependência mútua, ou seja, a habilidade de determinado agente em minimizar os custos impostos por mudanças em outra parte do sistema (NYE, 2009, p. 254; 2011, p. 54). Assim, dois países A e B muito sensíveis um ao outro podem obter benefícios mútuos em termos absolutos, mas é a capacidade de A em reagir a custos (reais ou potenciais) impostos por B que lhe garante um excedente de poder. Logo, A tem o desafio de aprofundar laços com B, tornando-se mais sensível a este, mas evitar que esta interdependência torne-o mais vulnerável em termos relativos.

Em comum, os emergentes que se transformaram em hegemonias mundiais tiveram uma relação diferenciada com o poder hegemônico que os precedeu, daí o

termo “emergente associado”. Nestes períodos de transição, o emergente logrou reduzir suas vulnerabilidades em relação à hegemonia em declínio que, por sua vez, tornou-se gradualmente mais vulnerável até ser finalmente substituída.

2. Mudanças na interdependência assimétrica entre as Províncias Unidas e a Inglaterra (1688-1815)

Embora a superioridade bélica das Províncias Unidas seja questionável até mesmo no seu esplendor em meados do século XVII, é lícito referir-se ao termo “hegemonia holandesa” devido à centralidade comercial e financeira de Amsterdã na economia-mundo capitalista, ao papel que suas companhias de comércio exerceram na geração de riqueza e, por conseguinte, na produção de sua própria proteção ao dispensar o amparo de grandes Estados monárquicos como a Espanha dos Habsburgo e a França Bourbon. Porém, o déficit de poder coercitivo fez das Províncias Unidas uma potência vulnerável a seus principais competidores, França e Inglaterra, que por meio de “guerras de ajustes” fragilizaram-na poucas décadas após sua ascensão.

A transição hegemônica das Províncias Unidas para a Inglaterra começou em fins do século XVII e terminou em 1815, após as Guerras Napoleônicas. Embora muitos aspectos mereçam destaque, nos propomos a identificar as mudanças nas vulnerabilidades entre ambas. Após três guerras anglo-holandesas de curta duração, sendo a última (1672-74) fruto da aliança anglo-francesa contra as Províncias Unidas, Inglaterra e Holanda iniciam um longo processo de aproximação política e econômica e, em ambas as esferas, os ingleses saem fortalecidos e os holandeses mais vulneráveis.

Na geopolítica europeia, o expansionismo continental e comercial francês catalisou a aliança anglo-holandesa (ARRIGHI, 2001, p. 55) – fortalecida com a ascensão do holandês Guilherme de Orange ao trono real inglês na “Revolução Gloriosa” em 1688. Com sua força naval desgastada após três guerras, a Holanda passa a desempenhar um papel secundário e desgastante de auxílio aos ingleses no combate à França (BOXER, 1965, p. 111).

Na Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713) em que França e Inglaterra se enfrentaram novamente, coube aos holandeses fornecer 3/8 do poder marítimo aos 5/8 da Inglaterra e um exército de 102 mil homens para se juntar aos 40 mil do exército britânico. Nas palavras de Mahan (In ARRIGHI, 2001, p. 57), “essa divisão geoestratégica aprisionou a Holanda na guerra terrestre, o que minou suas forças,

permitindo à Grã-Bretanha concentrar-se em construir seu poderio naval". Em suma, os gastos holandeses com a guerra[4] reduziram sua força naval e aumentaram a dívida interna do país, que precisou buscar recursos financeiros no emergente associado, a Inglaterra, para honrar seus compromissos.

Na esfera econômica, o endividamento holandês com gastos militares se associou à carência demográfica, à onda de protecionismo no Báltico que limitou o acesso privilegiado a produtos primários, e à concorrência produtiva e comercial britânica. Se ao final do século XVII a Holanda já estava vulnerável à superioridade naval britânica, em meados do século XVIII suas companhias de comércio perdiam rentabilidade frente às homônimas inglesas, reduzindo o peso econômico de Amsterdã nas manufaturas e no comércio mundial[5].

Não obstante, o ciclo de acumulação holandês chega à sua fase de expansão financeira a partir de 1740, e o excesso de capital ocioso na bolsa de Amsterdã encontra nas companhias inglesas a rentabilidade necessária para se reciclar. Assim, o poderio marítimo holandês reduziu-se à medida que o inglês foi ampliado, e os holandeses recuaram para o papel de financiadores das atividades estatais e bélicas inglesas. Logo, as fontes de riqueza da Holanda passaram a depender cada vez mais da Inglaterra, tornando-a imensamente mais vulnerável a esta.

Em contrapartida, a Inglaterra, cujas companhias de comércio e primeiras indústrias haviam se desenvolvido com capital holandês, reduzira sua vulnerabilidade em relação à Holanda conforme pilhagens e conquistas coloniais, principalmente na Índia, traziam um afluxo de riqueza capaz de quitar sua dívida externa (ARRIGHI, 1996, p. 215). Assim, quando em 1780 o poderio britânico libertou-se do capital holandês, as vulnerabilidades haviam se invertido completamente. A Holanda deixara de ser uma grande potência naval e suas fontes de riqueza, outrora soberanas e pujantes, ficaram à mercê da Inglaterra, que as eliminou; e a Inglaterra, que por muito tempo precisara do suporte militar e financeiro dos holandeses, derrotou-os em um breve confronto em 1782-83 e subjugou a França Napoleônica ao compor uma coalizão com

---

[4] A dívida nacional da República Holandesa passou de 30 milhões de *guilders* em 1688 para 148 milhões de *guilders* após a Guerra de Sucessão Espanhola em 1713 e sua vulnerabilidade em relação à Inglaterra aumentou conforme os juros de empréstimos do tesouro inglês para os holandeses foram elevados de 6% para 9% (BOXER, 1965, p. 105).

[5] Boxer (1965, p. 108) afirma que já em princípios do século XVII, carpinteiros navais ingleses iam às Províncias Unidas aprender as técnicas mais avançadas de construção de navios para trazê-las de volta à Inglaterra.

Estados europeus e depender apenas de seus próprios recursos materiais, tornando-se a hegemonia mundial no século XIX.

Ao contrário da hegemonia holandesa, a britânica dispôs, durante o século XIX, de uma superioridade bélica considerável, além de tornar-se o centro econômico mundial ao internalizar a produção agroindustrial e difundir a visão do liberalismo de acordo com seus próprios interesses. Logo, enquanto os holandeses inovaram na esfera comercial, os ingleses inovaram na esfera produtiva, trazendo para a soberania do império tanto a produção agropecuária de suas colônias quanto a produção industrial da metrópole. Ademais, enquanto a superioridade militar e econômica das Províncias Unidas foi contestada logo após sua consolidação hegemônica, a liderança britânica passou a enfrentar rivalidades e concorrências reais apenas meio século após sua consolidação em 1815, com a unificação alemã (1871) e a vitória dos estados do Norte na Guerra Civil norte-americana (1861-65).

3. Mudanças na interdependência assimétrica entre a Inglaterra e os Estados Unidos (1865-1918)

Ao contrário da turbulenta relação política anglo-holandesa nos séculos XVII e XVIII, a relação anglo-americana pós 1812 foi pacífica e marcada por poucos desentendimentos. Esta "relação especial" decorrente de afinidades políticas, culturais, religiosas e linguísticas (ZHU, 2006, p. 56), foi transformada com a industrialização norte-americana em escala continental e a expansão financeira centrada em Londres – ambos fenômenos da segunda metade do século XIX.

Por outro lado, a proximidade econômica entre hegemonia e emergente associado nas duas transições é semelhante. Assim como a Inglaterra canalizou capitais holandeses e copiou o modelo das companhias de comércio para posteriormente desenvolver seu modelo industrial/imperial com recursos próprios, os Estados Unidos também canalizaram capitais ingleses e copiaram o estilo de indústria familiar inglesa para, em seguida, desenvolver seu modelo de grandes corporações com recursos próprios (ARRIGHI, 2001, p. 152). Logo, a vulnerabilidade da economia norte-americana em relação à inglesa foi maior nos primeiros estágios de desenvolvimento, diminuindo gradualmente durante o período da *Belle Époque* (1870-1914) e mais rapidamente no período compreendido entre as duas guerras mundiais.

Da independência (1776) à Guerra de Secessão (1861-1865) os EUA estiveram bastante vulneráveis à Inglaterra, desempenhando atividades periféricas como a exportação de produtos primários para as indústrias britânicas e a participação no comércio triangular com a América Central e outros países europeus. As indústrias ainda incipientes nos estados do norte reproduziam o modelo familiar inglês e dependiam de bens de capital e tecnologias, em boa medida, vindas deste país.

Porém, com a vitória do norte na guerra civil, foram adotadas medidas de proteção à indústria doméstica, incentivos à chegada de imigrantes para exploração da terra e criação de um mercado de consumo interno, centralização da atividade bancária e a criação de sistemas transcontinentais de ferrovias e telégrafo (ARRIGHI, 1996, p. 300). A principal inovação capitalista norte-americana neste período foi o modelo de integração vertical das grandes corporações (CURY, 2006, p. 98) que, cada vez menos dependentes de capital inglês, tornaram obsoletas as indústrias familiares e tinham como destino final de suas mercadorias o pujante mercado interno que daria origem à primeira sociedade de consumo em massa da história.

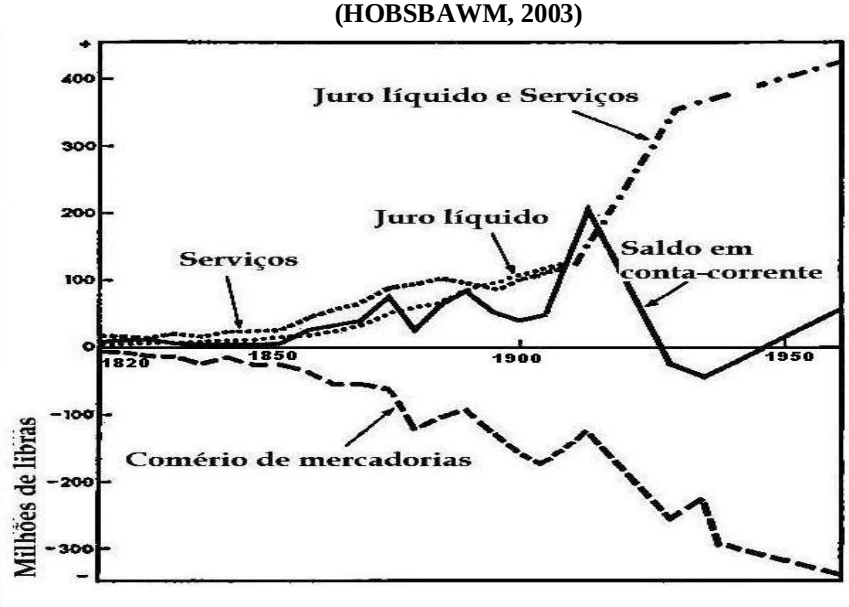
Graças à evolução nas organizações empresariais e à aliança destas com o governo, os EUA transformaram-se em pouco tempo na maior nação industrial do mundo. Dispondo de amplo território rico em recursos naturais, uma ocupação equânime das terras pela população de imigrantes, um mercado interno em franco crescimento e a liberdade individual garantida por uma constituição democrática e por um governo federalista, os grupos capitalistas (incluindo o crime organizado) prosperaram como nunca.

> Nas décadas seguintes à Guerra Civil, a economia agrícola e artesanal foi substituída pelo mundo industrial do carvão, aço e vapor. Pequenas firmas individuais e familiares foram superadas por grandes complexos industriais, que aproveitaram da ampla disponibilidade de matérias-primas, mão de obra extensiva e barata, inovação tecnológica, um crescente mercado de consumo e políticas estatais favoráveis para transformar os Estados Unidos, de longe, na maior nação industrial no mundo na virada do século XX (KARNAL, 2007, p. 177).

Do outro lado do Atlântico, a Inglaterra entrava no caminho sem volta da expansão financeira. A queda na taxa de lucro do setor agroindustrial e o excesso de capital especulativo empurraram as empresas britânicas para a intermediação comercial e financeira global (ARRIGHI, 2001, p. 139). Conforme o gráfico abaixo, a partir de 1850 a renda nacional da Inglaterra passou a depender de juros e dividendos obtidos de

empréstimos no exterior e de serviços financeiros como cambio e agiotagem, em contraste com o aumento do déficit no comércio exterior.

GRÁFICO I. O BALANÇO DE PAGAMENTOS DA GRÃ-BRETANHA (HOBSBAWM, 2003)

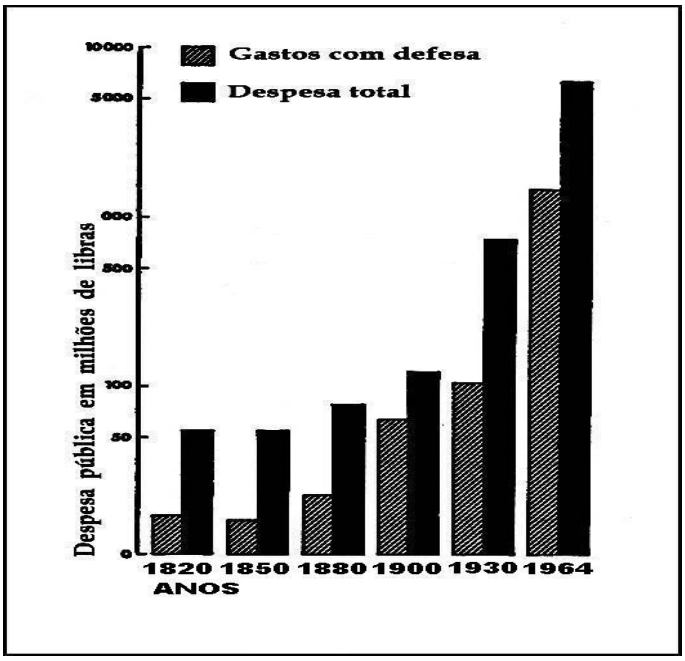


No período de 1870 a 1913 a Inglaterra respondia por 41,8% dos investimentos estrangeiros mundiais, seguida por França e Alemanha, com 19,8% e 12,8% respectivamente (DAUDIN; MORYS; O'ROURKE, sem data, p. 33). O principal destino dos capitais ingleses eram os EUA (20%) – mais que o dobro dos outros principais destinos como Canadá, Argentina, Austrália e Índia. A proporção de capitais ingleses destinados ao setor público norte-americano entre 1883 e 1913 passou de 32,2% para 48,6% (ESTEVES, sem data, p. 31), ou seja, por mais que o setor privado reduzisse a dependência de capital inglês, o setor público mantinha alto grau de vulnerabilidade em relação à Inglaterra – fato que seria alterado pela Primeira Guerra Mundial.

Os custos da "Grande Guerra" para a Inglaterra foram muito além dos gastos com as forças armadas. A elevação dos impostos e a crescente intervenção estatal na economia em nome do esforço de guerra tiveram papel decisivo não apenas na perda de competitividade das empresas familiares britânicas, mas principalmente na mudança da posição de credor para devedor dos EUA[6] (ARRIGHI, 1996, p. 278-279).

[6] Diante do imperativo de custear "necessidades absolutas de subsistência e guerra" o governo britânico chegou a emprestar dos norte-americanos não muito menos de 1 bilhão de libras esterlinas (ARRIGHI, 1996, p. 278-279).

GRÁFICO II. A DEFESA COMO PROPORÇÃO DA DESPESA PÚBLICA TOTAL (GRÃ-BRETANHA) (HOBSBAWM, 2003)



Assim, o modelo britânico foi deteriorado pelo desgaste da guerra cujos custos sobrecarregaram a economia real e obrigaram o governo inglês a elevar sua vulnerabilidade e dependência dos EUA.

> Grande parte dos equipamentos necessários [à guerra] só podia ser fornecida pelos Estados Unidos, e sua compra deu início à erosão dos direitos britânicos à renda produzida nos Estados Unidos, bem como à acumulação de direitos norte-americanos sobre as receitas e ativos britânicos. (...) No fim da guerra, portanto, os Estados Unidos haviam recomprado por uma pechincha alguns dos investimentos maciços que tinham construído a infraestrutura de sua própria economia doméstica no século XIX e, além disso, haviam acumulado imensos créditos (ARRIGHI, 1996, p. 278-279).

Portanto, percebemos o retorno ao roteiro de transições hegemônicas exposto na introdução. A hegemonia britânica em processo de expansão financeira e aumento da interdependência econômica com o emergente associado, os EUA, aprofunda esta relação bilateral de forma desvantajosa para conter a ameaça de um emergente revisionista (a Alemanha imperial). A redução nas assimetrias de poder e riqueza entre Inglaterra e EUA já vinham sendo reduzidas desde meados do século XIX, mas o que acabou destruindo a centralidade e vitalidade do capitalismo familiar britânico e, por conseguinte, acelerando a concentração de poder e riqueza nos EUA, não foi a concorrência de mercado, mas os confrontos militares (ARRIGHI, 2001, p. 143). Logo, ao final da Primeira Guerra Mundial a interdependência anglo-americana havia mudado,

com a Inglaterra passando para o lado mais vulnerável. Mas seria necessária a Segunda Guerra Mundial para definir os EUA como a nova hegemonia mundial e colocar a Inglaterra no papel de coadjuvante.

4. Recapitulação teórica

Não por acaso, os dois casos históricos debatidos caracterizam o processo de transição hegemônica no sistema-mundo moderno. Em comum, ambos apresentam:

1) Uma conjuntura de redução gradual na interdependência assimétrica entre hegemonia em declínio (A) e emergente associado (C). Tal redução de assimetrias ocorre em favor de (C), que vive um processo de expansão material concomitante e vinculada à expansão financeira centrada em (A);

2) Uma força revisionista, expansionista e de caráter geopolítico continental (B) atua como catalisador da aliança (A-C), desencadeando um período de caos sistêmico marcado por confrontos militares;

3) Tais conflitos, como a Guerra de Sucessão Espanhola para as Províncias Unidas e a Primeira Guerra Mundial para a Inglaterra, significaram lutas pela segurança dos interesses vitais e soberanos de ambos, que saíram como vencedores oficiais. Porém, os custos econômicos e político-militares destas vitórias aceleraram o processo conjuntural de aumento da vulnerabilidade e dependência em relação ao emergente associado, que acabou por se transformar na nova hegemonia sob a lógica do *tertius gaudens*[7].

O presente artigo parte das premissas de que os EUA podem ser caracterizados, desde os anos 1970, como um poder hegemônico em declínio (A), posto que passam por um processo de expansão financeira identificável; e a China pode ser identificada como um emergente associado (C), posto que vive desde fins dos anos 1970 um processo de abertura econômica e expansão material associada, em certa medida, a capitais, tecnologias e mercados norte-americanos. Conforme mencionado na introdução, o emergente revisionista (B) não é um Estado expansionista, mas uma relação constante de conflito dos EUA com inimigos variáveis, sendo o terrorismo islâmico o oponente da vez.

[7] "Tertius gaudens" é uma expressão latina que significa "o terceiro que se alegra". Refere-se a ocasiões em que um terceiro agente tira proveito do litígio de outros dois e, ao não tomar partido de nenhum dos lados, garante seus próprios interesses independentemente do resultado do embate (BIRNBAUM, 1995, p. 258).

Apesar das inúmeras diferenças entre as relações "Holanda-Inglaterra" nos séculos XVII e XVIII, "Inglaterra-EUA" nos séculos XIX e XX, e "EUA-China" nas últimas quatro décadas, é lícito afirmar que em todos os casos houve um aumento quantitativo na interdependência, ou seja, cada lado tornou-se mais sensível ao outro, e que as vulnerabilidades foram gradativamente alteradas em favor do emergente associado.

As inúmeras peculiaridades das relações sino-americanas tornam falha qualquer previsão de substituição dos EUA pela China como nação mais relevante do sistema mundial. Não obstante, ainda que uma transição hegemônica nos moldes do passado seja improvável, argumenta-se que a dependência chinesa dos EUA, mais evidente nas décadas de 1970 e 1980, se transformou numa relação de mútua dependência em níveis cada vez mais equilibrados, e que tal processo foi acelerado a partir de 2001 com a eleição de George W. Bush e a Guerra ao Terror.

As seções seguintes lançam um olhar mais aprofundado sobre esferas específicas das relações sino-americanas para validar ou invalidar a hipótese de que os custos da Guerra ao Terror acentuaram vulnerabilidades relativas dos EUA, abrindo espaços estratégicos para a China e reduzindo as assimetrias, outrora favoráveis aos EUA, na interdependência sino-americana.

5. Estados Unidos e China: conjuntura e aproximação

5.1 Os Estados Unidos de 1973 a 2001

Os ataques de 11 de setembro e a subsequente Guerra ao Terror estão inseridos numa conjuntura de declínio hegemônico norte-americano, caracterizada pelo processo de expansão financeira iniciada na década de 1970 e semelhante ao ocorrido com Inglaterra e Holanda em seus "outonos" hegemônicos. Tal processo decorreu da crise de lucratividade das grandes corporações norte-americanas, provocada: pela acentuada concorrência das empresas alemãs e japonesas no processo de "desenvolvimento desigual"[8]; pelo modelo de redes informais e subcontratação das economias

[8] Desenvolvimento desigual (*uneven development*) é usado por Robert Brenner como sinônimo de "catching up" ou "o processo pelo qual os retardatários do desenvolvimento capitalista tentam e acabam conseguindo alcançar os líderes deste movimento", diferindo do uso contemporâneo, que designa a tendência de polarização geográfica do capitalismo (Arrighi, 2008, p. 112). Arrighi explica que o próprio sucesso dos EUA em promover a expansão do mercado global após a Segunda Guerra Mundial diminuiu

manufatureiras da Ásia oriental; e pelos custos financeiros e militares da Guerra do Vietnã (ARRIGHI, 2008).

Para responder à pressão de baixa sobre as taxas de lucro diante da concorrência alemã e japonesa, o governo norte-americano encontrou uma solução keynesiana, por meio de déficits federais, flexibilidade monetária e ruptura com o sistema de câmbio fixo de Bretton Woods, sustentando a expansão econômica mundial a partir de um sistema financeiro inflado e pouco regulado. Porém, essa expansão movida por endividamento público gerou uma demanda insustentável em longo prazo e aumentou a vulnerabilidade dos EUA em relação a credores estrangeiros.

Visando recuperar a competitividade das empresas norte-americanas, restabelecer a confiança no dólar e centralizar o dinheiro do mundo de novo nos EUA, os governos republicanos de Reagan e Bush I buscaram: a) a elevação da taxa de juros para o governo competir pelo capital circulante mundial; b) a desregulamentação do sistema financeiro para incentivar o livre fluxo de capitais; e c) o endividamento do Estado pela esfera militar, ora com o reaquecimento da Guerra Fria – sendo o programa "Guerra nas Estrelas" do governo Reagan, o exemplo mais conhecido – ora com a série de exibições militares em países "inamistosos" do Terceiro Mundo, tais como Granada, Líbia, Panamá e Iraque (ARRIGHI, 1996, p. 328).

No âmbito geral, o objetivo destas ações é atingido conforme a queda na taxa de lucro das empresas é compartilhada com Alemanha e Japão; o leste asiático, em especial a China, passa a receber capital e tecnologia das grandes corporações visando explorar as vantagens produtivas locais; e os EUA vivem um período de forte crescimento econômico.

Não obstante, esta retomada adquire caráter insustentável e culmina na bolha financeira da segunda metade da década de 90, durante o governo Clinton. A valorização do dólar feita em 1995 pelo Acordo Plaza invertido[9], aliada ao regime de crédito fácil do FED[10] e à expansão da dívida pública e privada, provocou uma maciça entrada de capital estrangeiro nos EUA – resultando numa verdadeira bolha financeira

---

suas vantagens, uma vez que a recuperação das economias do Japão e da Alemanha, bem como a ascensão de países asiáticos voltados para a exportação, intensificou a concorrência interempresarial (ARRIGHI, 2008, p. 154).

[9] O Acordo Plaza invertido, de 1995, teve como objetivo a valorização do dólar para aumentar a competitividade dos setores manufatureiros de Japão e Alemanha e evitar que estas economias entrassem em recessão.

[10] "Federal Reserve System", a entidade que funciona como o Banco Central dos Estados Unidos, criada em 1913 e responsável pela política monetária deste país. Fonte: Oxford Dictionaries. http://oxforddictionaries.com

cuja principal força ativa foi a atuação de empresas não financeiras norte-americanas, que buscaram "ampliar enormemente seu endividamento com o propósito de comprar ações em volume colossal" (ARRIGHI, 2008, p. 151).

Portanto, os EUA chegam à virada do século XXI com uma crescente dependência de investimentos externos para subsidiar o endividamento público, o consumo privado e os déficits em conta corrente. Se ao menos estes investimentos fossem em grande parte produtivos, pondera Dorn (2008, p. 161), os EUA poderiam incorrer em déficits "saudáveis". Porém, o capital especulativo neste período chegou a somar US$1,6 trilhão em comparação com cerca de US$900 bilhões em investimentos produtivos (BRENNER, 2003, p. 275).

5.2 A China de 1978 a 2001

As transformações ocorridas na China a partir da abertura promovida por Deng Xiaoping em fins dos anos 1970 são características da expansão material vivida por um emergente associado à hegemonia em processo de expansão financeira. Em termos políticos, a aproximação com os EUA, já nos últimos anos da era Mao, significou a contenção da União Soviética e o reconhecimento internacional da China comunista, representado pelo direito ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Na esfera econômica, as Quatro Modernizações de Deng (indústria, agricultura, tecnologia e forças armadas) iniciaram um processo de vinculação da China aos EUA e ao mundo capitalista. Inspirando-se na experiência japonesa e dos tigres asiáticos, as lideranças chinesas passaram a enxergar o macro-ambiente cooperativo com os EUA como fator crucial para o desenvolvimento econômico do país (DENG; WANG, 2005, p. 204).

Do ponto de vista norte-americano, a aproximação com os países do leste asiático significou mais do que a contenção da União Soviética. O estreitamento de laços econômicos garantiu o acesso a um estoque de mão de obra barata e dócil, de origem rural e adaptada ao trabalho intensivo (MARIUTTI, p. 32), que se encaixaria na busca por menores custos de produção das empresas norte-americanas que, por sua vez, enfrentavam crescente concorrência das empresas alemãs e japonesas. Logo, o imperativo estratégico dos EUA, aliado às necessidades econômicas e à mudança de paradigmas do Estado chinês fizeram da China o *locus* de uma expansão material

asiática – iniciada pelo Japão – que recolocou o país no mapa das redes capitalistas globais.

Com efeito, não apenas as exportações da China passaram a depender do consumo dos norte-americanos, mas inúmeros outros fatores foram cruciais para a ascensão do país asiático na divisão internacional do trabalho na Ásia-Pacífico: importação de bens de capital e tecnologia de ponta; atração de capitais dos EUA, da Europa e do Japão; e desenvolvimento de capital humano com intercâmbio de jovens chineses nas universidades dos EUA (DENG; WANG, 2005, p. 205-214). Portanto, ainda que uma parte considerável dos investimentos produtivos na China tenha vindo da diáspora chinesa dispersa nos países vizinhos, a partir da década de 1980 nota-se um primeiro sinal de interdependência sino-americana, embora extremamente assimétrica em favor do lado ocidental, ou seja, uma relação na qual a China é mais vulnerável e dependente.

A divisão internacional do trabalho na Ásia-Pacífico moldou-se da seguinte forma ao longo dos anos 80: o Japão concentrando-se nas áreas de informática, automóvel, robótica e outros setores de ponta; os Tigres Asiáticos entrando nos setores de aço, produção naval, automóveis, motores e produtos elétricos; e a China, associando-se a este movimento, recebendo investimentos e plantas industriais japonesas e ocidentais por meio das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), concorrendo com as nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e desempenhando papel semelhante ao que fora dos Tigres nos anos anteriores (VIZENTINI, 2007, p. 57).

O modelo do Japão baseado em estabilidade política, desenvolvimento econômico e parceria preferencial com os EUA indicava o surgimento de uma nova potência mundial na década de 1980. Porém, a primazia do dólar, a dependência militar dos EUA e a aproximação sino-americana travaram estas perspectivas. (MARIUTTI, 2011, p. 33; PECEQUILO, 2009, p. 123-125).

Em contrapartida, após uma década de reformas econômicas e sociais, a China entra na década de 1990 como um duplo polo no capitalismo global (MEDEIROS, p. 256) – fato atribuído ora ao papel do comércio exterior ora aos investimentos públicos na indústria pesada (siderurgia, química pesada, alumínio) e nos setores intensivos de capital como infraestrutura, estradas e construção civil (MARIUTTI, 2011, p. 38).

Por um lado, a China tornou-se o grande absorvedor das exportações asiáticas ao receber empresas transnacionais dos EUA e Japão e agregar valor aos produtos primários oriundos de seus vizinhos. Por outro, através de um keynesianismo

desenvolvimentista associado a capitais e tecnologia estrangeiros (CARVALHO; CATERMOLA, 2009, p. 248), a China transformou-se em produtor mundial de manufaturas de baixo valor unitário (tanto em bens tradicionais quanto em produtos eletrônicos), as quais, através da desvalorização cambial, passaram a inundar os mercados de países desenvolvidos. Neste sentido, a inovação chinesa não se baseia tanto em avanços tecnológicos quanto em mudanças organizacionais – tornando obsoleto o modelo de grandes corporações verticalmente integradas, tais como a General Motors, em prol de empresas terceirizadas, subcontratadas, espalhadas pelo leste asiático e comandadas pela diáspora capitalista ultramarina chinesa, que tem no comércio varejista tipo Wal-Mart, o destino final de seus produtos (ARRIGHI, 2008, p. 352).

Mariutti (2011, p. 34-35) aponta duas contradições na articulação sino-americana que se tornaram mais patentes na década de 1990. Nos EUA, a fuga de investimentos produtivos para a China aliada a expansão financeira e do crédito teve como consequências o surto de bolhas especulativas e a hipertrofia do setor de serviços de luxo e entretenimento, em detrimento de empregos no setor industrial. Para a China, engendrou um modelo exportador que atraiu investimentos produtivos mas que manteve-se vulnerável aos EUA, posto que vincula o desenvolvimento do país a mercados consumidores e financeiros deste e de outros países desenvolvidos. Ademais, criou ou realçou uma série de problemas internos na China (HUNG, 2009, p. 13), como o aumento da desigualdade entre elites industriais nas cidades costeiras (*urban bias*) e camponeses no interior; compressão dos salários e do consumo interno em prol de lucros corporativos e de mercados estrangeiros; e um êxodo rural em escala inédita na história.

Porém, esta vulnerabilidade torna-se recíproca ao passo que o consumo, a expansão do crédito e o déficit público e em conta corrente nos EUA são possibilitados pela compra de títulos públicos por credores estrangeiros, em sua maioria da China, Japão ou de outras partes da Ásia Oriental. Já os credores tornam-se reféns do dólar e do mercado consumidor dos EUA, ficando vulneráveis a crises e surtos protecionistas neste país.

Esta contradição a que se refere Mariutti é, em outras palavras, o fenômeno (previamente debatido) da mudança de vulnerabilidades entre hegemonia e emergente associado. Nas transições do passado o emergente reduzia suas dependências em relação à hegemonia conforme esta afundava na expansão financeira e em confrontos militares. Já na atual relação EUA-China a grande questão a ser respondida é se o desgaste norte-

americano na Guerra ao Terror implicou em mais ou menos vulnerabilidade relativa da China. É fato que ambos tornaram-se mais sensíveis um ao outro em termos absolutos, mas resta saber se em termos qualitativos esta mudança foi prejudicial aos EUA e benéfica para a China.

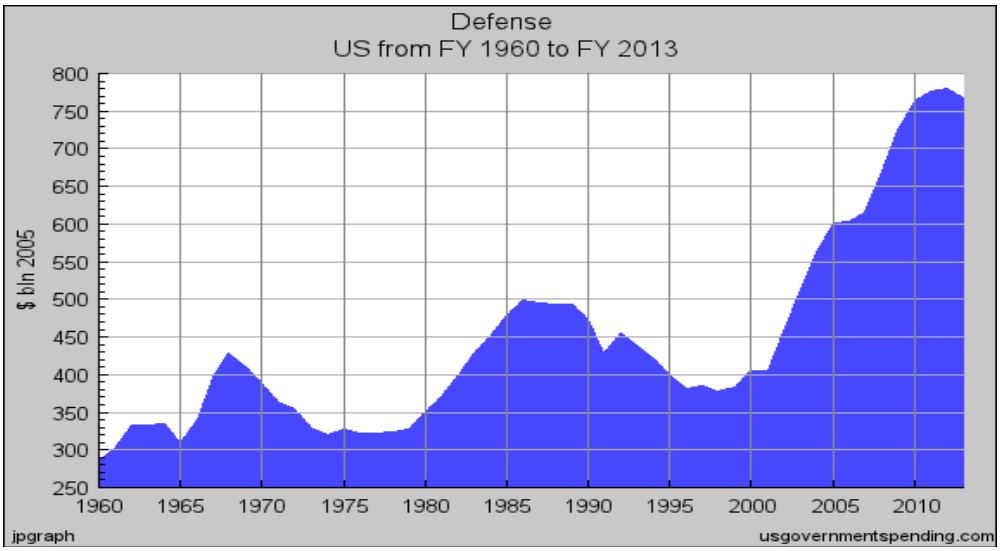
6. Estados Unidos e China: custos e ganhos relativos com a Guerra ao Terror (2001-2011)

6.1 Os custos da Guerra ao Terror para os EUA

A ascensão dos neoconservadores com a eleição de George W. Bush está inserida num contexto que mereceria maior aprofundamento na situação dos EUA na década de 1990, quando prevaleceu a crença na vitória da democracia, da globalização e do livre mercado sobre os regimes autoritários socialistas. Para não fugir da proposta, limitamo-nos a enfatizar a forte influência e suporte financeiro dos adeptos das teses conservadoras como o "excepcionalismo americano" e o "choque de civilizações" no processo decisório de política externa dos EUA, seja na forma de doações para as campanhas eleitorais de 2000 e 2004, seja na figura dos principais assessores de Bush, como Dick Chaney, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz (BURBACH; TARBELL, 2004, p. 80). Tampouco pretende-se descrever aqui a cronologia dos fatos que se seguiram aos atentados do 11 de setembro. Busca-se compreender como os custos destes empreendimentos militares impactaram na economia (e na hegemonia) norte-americana e elevaram sua vulnerabilidade em relação à China tendo em vista o contexto de crescente interdependência entre os dois países.

O gráfico abaixo apresenta os gastos com defesa do governo norte-americano em relação ao valor do dólar em 2005. Percebe-se três saltos referentes, respectivamente, à Guerra do Vietnã, à "Segunda Guerra Fria" no mandato de Ronald Reagan, e à Guerra ao Terror. Embora a relação gastos militares/PIB tenha sofrido uma elevação pouco chamativa se comparada aos 40% da Segunda Guerra Mundial ou os 10% do auge da Guerra do Vietnã (de 3,5% em 1999 para 6% em 2009), a conjuntura de expansão financeira no aumento mais recente expôs as fragilidades da economia norte-americana.

GRÁFICO III. EUA: GASTOS COM DEFESA EM RELAÇÃO AO DÓLAR (VALORES DEFLACIONADOS PARA 2005)



Fonte: http://www.usgovernmentspending.com

De acordo com dados oficiais do Congresso norte-americano, os custos nominais do Departamento de Defesa em dez anos de Guerra ao Terror são estimados em torno de US$1,3 trilhão, dos quais cerca de US$800 bilhões foram gastos no Iraque, US$450 bilhões no Afeganistão, e mais algumas dezenas de bilhões tiveram destinos secundários ligados às operações nestes países (BELASCO, 2011, p. 3).

A tabela abaixo demonstra que os gastos diretos com a Guerra ao Terror ocuparam parte considerável do orçamento do Pentágono, sendo 2007 e 2008 os anos de auge da insurgência no Iraque e no Afeganistão, demandando cerca de 1/4 da verba total[11] (tabela I). Embora não seja contabilizada como custo de guerra, uma parcela considerável de gastos base do Pentágono também está ligada ao combate ao terror, como o aumento no recrutamento de soldados e fuzileiros e o desenvolvimento de equipamentos específicos para combate nos países ocupados. Neste sentido, Wheeler afirma que em valores de 2011, os custos poderiam chegar a quase US$2 trilhões.

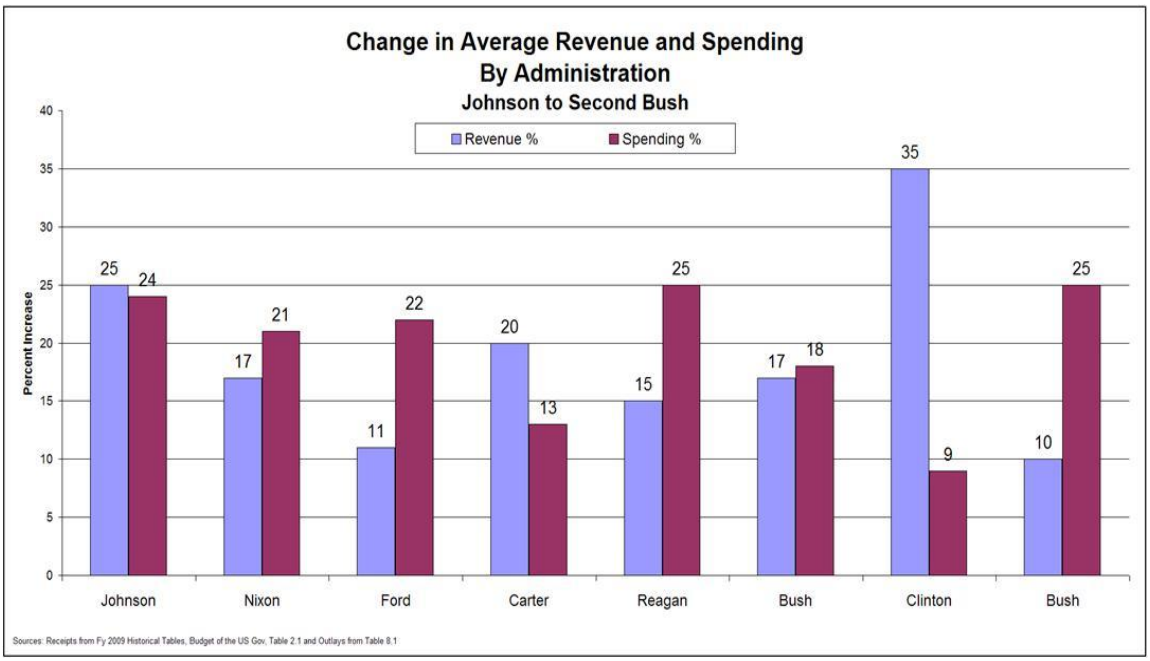
[11] Curiosamente, o orçamento do Pentágono proposto por Bush logo após sua eleição em 2000 previa gastos similares aos do governo Clinton, demonstrando que defesa não era prioridade em seu mandato. Porém, após os ataques de 11 de setembro tais valores foram revistos e a verba anual saltou de US$358,9 bilhões em 2000 para 708.5 em 2008(WHEELER, 2011, p. 10).

TABELA I. PARCELA DA GUERRA AO TERROR NO ORÇAMENTO DE DEFESA DOS EUA (US$ BILHÕES)*valores deflacionados para 2011												
	2001	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**Total**
Guerra ao terror (A)	21.7	21.1	96.6	87.4	118.7	130.8	179.4	188.4	153.4	156.4	159.1	1,313.0
Gastos base (B)	385.6	421.0	444.6	476.3	437.6	466.0	472.7	520.1	536.4	548.9	529.5	5,238.7
Total (C)	407.3	442.1	541.2	563.7	556.3	596.8	652.1	708.5	689.8	705.3	688.6	6551.7
Relação (A/C)	5,30%	4,77%	17,84%	15,50%	21,33%	21,91%	27,51%	26,61%	22,26%	22,18%	23,12%	20,04%

Elaboração do autor com base em Wheeler, 2011.

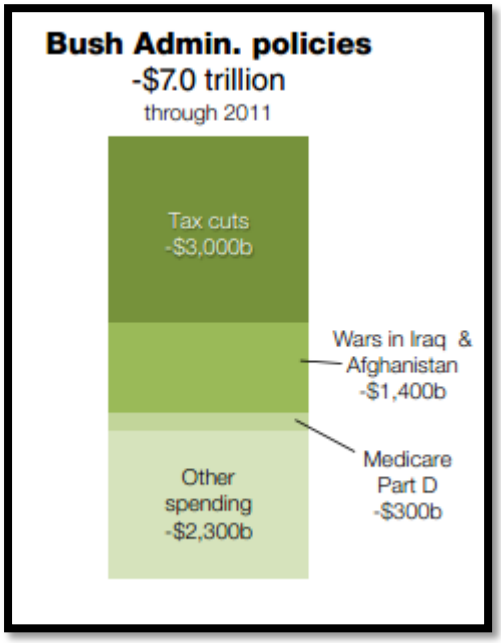
Para além do setor de defesa, o gráfico abaixo apresenta a relação receita/gastos dos últimos governos norte-americanos. Coincidentemente, todas as administrações republicanas apresentaram gastos maiores que a receita, mas em nenhuma a disparidade foi tão chamativa quanto à do governo Bush II, fato que se deve não apenas à Guerra ao Terror mas também a uma série de cortes em impostos que reduziram a arrecadação do Estado e chegaram a um déficit de US$7 trilhões.

GRÁFICO IV. RELAÇÃO RECEITA/GASTOS POR PRESIDÊNCIAS NOS ESTADOS UNIDOS



Fonte: US Department of Commerce: Bureau of Economic Analysis

GRÁFICO V. Gastos da administração George W. Bush



Fonte: US Treasury

Para financiar as incursões militares no Grande Oriente Médio, Bush tinha quatro possibilidades e seguiu duas (ARRIGHI, 2008, p. 206-209). O presidente não optou por elevar os impostos, pois minaria sua base política e iria contra sua plataforma eleitoral; e não conseguiu fazer com que a guerra pagasse por si, posto que o petróleo iraquiano não chegou nem perto de cobrir os custos da guerra.

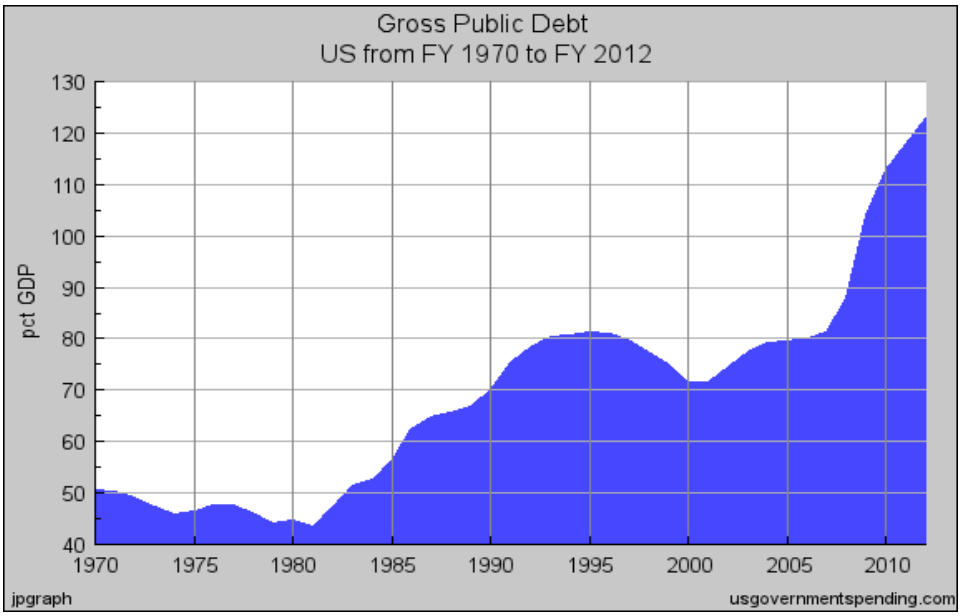
As duas opções seguidas foram tomar empréstimos no exterior e emitir moeda. Os empréstimos no exterior vieram na forma de compra de títulos públicos do FED, e os principais credores deixaram de ser investidores privados e passaram a ser governos estrangeiros, em sua maioria do leste asiático, que ganharam influência sobre a política econômica do país, tornando-o mais vulnerável a fatores externos. Tal fenômeno assemelha-se à demanda dos holandeses por capital inglês para colaborar na luta contra a França na Guerra de Sucessão Espanhola e à busca da Inglaterra por recursos financeiros norte-americanos para combater a Alemanha na Primeira Guerra Mundial.

A emissão desenfreada de moeda para fechar as contas do governo gerou uma desvalorização brutal do dólar (de 35% em relação ao euro e 24% em relação ao iene, de 2001 a 2004) e funcionou como um "calote *soft*" sobre os credores, uma vez que reduziu o valor de seus papéis. Assim, o ajuste entre o dólar desvalorizado e a valorização das moedas dos países com maior superávit em transações correntes, tais como os do leste asiático, implicou, em longo prazo, na diminuição do papel do dólar

como meio de pagamento internacional e moeda de reserva. Portanto, este excesso de capital cobriu provisoriamente os déficits do Estado norte-americano, rolando a dívida à custa do aumento da vulnerabilidade em relação aos credores do outro lado do Pacífico.

Mantendo a tendência de endividamento público com gastos militares – amenizada em breves períodos – a dívida pública norte-americana chegou a ultrapassar 100% do PIB em 2009.

GRÁFICO VI. EUA: DÍVIDA PÚBLICA EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO



Fonte: http://www.usgovernmentspending.com

Dorn (2008, p. 152) chama a atenção para o crescente *gap* entre receita e despesa nos EUA, não apenas nas contas do governo mas também nos níveis de consumo e renda dos indivíduos. Para ele, "viver além dos próprios meios" tem elevado a vulnerabilidade dos norte-americanos em relação a credores no exterior. De 2002 a 2011, a participação de capitais estrangeiros na posse de títulos da dívida americana passou de 1/6 para 1/3, sendo a maior parte controlada por bancos centrais da Ásia Oriental.

6.2 Os ganhos relativos da Guerra ao Terror para a China

Se EUA e China estabeleceram laços econômicos profundos nos anos 1990, a década seguinte ficou marcada por uma interdependência vital entre ambos, criando um

outro tipo de MAD (ou destruição mútua assegurada) – a chamada MADE (ou destruição *econômica* mútua assegurada) que vincula as vulnerabilidades econômicas de ambos os países. A grande diferença é que a antiga MAD entre os EUA e a União Soviética era definida em termos de capacidades militares, o "equilíbrio do terror", enquanto que na atual MADE, também chamada de "equilíbrio do terror financeiro" (DORN, 2008, p. 154), a vulnerabilidade é medida em termos econômicos e seus impactos são tanto político-militares quanto propriamente econômicos – lembrando a afirmação de Fiori, na introdução, sobre a mútua causalidade entre economia e política na atual relação sino-americana.

O estilo "deficitário" típico das famílias e do Estado norte-americano desde os anos 1970 foi acentuado pela Guerra ao Terror durante o governo Bush e encontrou na China do século XXI seu principal fiador. O caráter poupador da sociedade chinesa e o desenvolvimentismo baseado em exportações têm garantido ao Estado chinês amplas reservas líquidas em moedas estrangeiras, que acabam retornando aos EUA na compra dos títulos públicos, financiando tanto os déficits do governo quanto o consumo (de produtos chineses) das famílias norte-americanas. Para Wallerstein,

> Na situação em que o mundo se encontra hoje, a China tem um superávit significativo no balanço de pagamentos com os Estados Unidos. Mas investe muito deste saldo nos próprios títulos do Tesouro norte-americano, o que permite a Washington continuar a investir grandes recursos em suas múltiplas atividades militares no mundo todo (principalmente no Oriente Médio), assim como ser um bom consumidor de exportações chinesas (WALLERSTEIN, 2012).

Já Nye, afirma que nenhum dos lados tem pressa em romper a (nova) simetria de vulnerabilidades, pois:

> Os Estados Unidos aceitam importações da China e a China retém os dólares e títulos americanos, na verdade fazendo um empréstimo aos Estados Unidos. Embora a China possa ameaçar vender suas retenções de dólares e prejudicar a economia americana, a economia americana enfraquecida significaria um mercado menor para as exportações chinesas, e o governo americano poderia reagir com tarifas contras as mercadorias chinesas (NYE, 2009, p. 256).

As tabelas abaixo demonstram o aumento da importância da China como credor da dívida pública dos EUA. Em dezembro de 2011 os títulos em mãos chinesas chegavam a cerca de US$ 1,1 trilhão de dólares e, apesar da oscilação mensal, desde 2009 a China detém cerca de 8% do valor total da dívida americana. Já em relação ao total da dívida controlado por estrangeiros (cerca de US$ 5 trilhões ou 1/3 do total em

2011), a China sozinha responde por algo em torno de 25%, se destacando ao lado do Japão, com cerca de 20%.

TABELA II. PRINCIPAIS DETENTORES ESTRANGEIROS DOS TÍTULOS DO TESOURO AMERICANO (EM US$ BILHÕES)												
	2000	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
China	60.3	78.6	118.4	159.0	222.9	310.0	396.9	477.6	727.4	894.8	1160.1	1151.9
Japão	317.7	317.9	378.1	550.8	689.9	670.0	622.9	581.2	626.0	765.7	882.3	1058.0
Exp. Petróleo	47.7	46.8	49.6	42.6	62.1	78.2	110.2	137.9	186.2	201.1	211.9	258.3
Brasil			12.7	11.8	15.2	28.7	52.1	129.9	127.0	169.2	186.1	226.9
BC's do Caribe	37.4	27.6	50.3	47.3	51.1	77.2	72.3	116.4	197.9	128.2	168.4	226.0
Taiwan	33.4	35.3	37.4	50.9	67.9	68.1	59.4	38.2	71.8	116.5	155.1	177.3
Total estrangeiros	1015.2	1040.1	1235.6	1523.1	1849.3	2033.9	2103.1	2353.2	3077.2	3685.1	4435.6	4996.4
Dívida pública total			6405.7	6998.0	7596.1	8170.4	8680.2	9229.2	10699.8	12331.3	14025.2	15222.8

Elaboração do autor com base em dados do US Treasury.

PARTICIPAÇÃO DA CHINA NO TOTAL DE CREDORES ESTRANGEIROS E NA DÍVIDA PÚBLICA DOS EUA (%)												
	2000	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Total credores estrangeiros	5,93	7,55	9,58	10,43	12,38	15,24	18,87	20,29	23,63	24,28	26,15	23,05
Dívida pública total			1,84	2,27	2,93	3,79	4,57	5,17	6,79	7,25	8,27	7,56

Elaboração do autor com base em dados do US Treasury.

A participação da China na dívida dos EUA representa um ganho de poder potencial. Desde sua abertura, a China esteve dependente/vulnerável ao consumo dos norte-americanos e, conforme atesta Hung (2009, p. 22), esta relação se mantém até hoje. Porém, até os anos 2000, as famílias e o governo norte-americano podiam se endividar e manter um alto padrão de consumo sem recorrer a empréstimos da China: hoje, a economia dos EUA não funciona sem o crédito deste país.

Os impactos geopolíticos desta alteração de assimetrias tornam mais nítida a conclusão de que a China foi beneficiada, em termos relativos, com a Guerra ao Terror. Sua projeção de poder na Ásia Oriental, ora em organismos multilaterais ora em treinamentos militares, bem como a crescente influência econômica tanto em países centrais como periféricos, ocorre simultaneamente ao desgaste do apelo hegemônico norte-americano no mundo. A aproximação da China com países da África, América Latina, Oriente Médio e Ásia Central merece atenção, especialmente no tocante aos seus

impactos em arranjos regionais de poder costurados historicamente pelos EUA, tais como a relação sino-iraniana e o novo jogo de forças no Oriente Médio

De todo modo, não há como negar que os custos da Guerra ao Terror para os EUA se transformaram em benefícios relativos para a China. A redução de assimetrias entre os dois países, que foi acelerada na última década, não faz da China uma nação autossuficiente ou apenas com vulnerabilidades internas. Porém, vista em perspectiva histórica, a interdependência cada vez menos assimétrica com os EUA pode ser vista como um avanço considerável.

7. Considerações finais

A análise histórica da relação "hegemonia em declínio – emergente associado" é deveras ilustrativa para se compreender a atual relação EUA-China. Tal como a Guerra de Sucessão Espanhola para as Províncias Unidas e a Primeira Guerra Mundial para a Inglaterra, a Guerra ao Terror aparece em uma conjuntura de "outono hegemônico" e expansão financeira, deixando a economia norte-americana mais vulnerável a um emergente a ela associado, no caso, a China.

Já a China dos anos 1970 em diante, tal como a Inglaterra no século XVIII e os EUA no século XIX e começo do século XX, teve o início de seu desenvolvimento econômico associado e dependente da hegemonia de sua época. Porém, a partir dos anos 1990, esta dependência foi sendo gradualmente substituída por uma série de alianças inovadoras entre capitais produtivos e o Estado chinês. Com uma sociedade poupadora e um Estado superavitário, a China tornou-se, na década de 2000, o país mais apto a financiar uma sociedade consumista e um Estado deficitário com altos custos de guerra nos EUA. Analogias também podem ser feitas com os empréstimos ingleses para a Holanda na Guerra de Sucessão Espanhola e os empréstimos norte-americanos para a Inglaterra na Primeira Guerra Mundial.

Logo, se tais analogias são possíveis, por que não se pode esperar uma transição hegemônica dos EUA para a China nos moldes do passado? Por que os EUA não parecem afundar como a Inglaterra durante e após as duas guerras mundiais? E por que a China não aparece como uma nova hegemonia capaz de reorganizar o sistema-mundo moderno à sua imagem e semelhança?

Lembremos o que menciona a introdução: "embora os EUA enfrentem sérios desgastes e desafios, mantêm-se como a maior e mais dinâmica economia do mundo e

com uma supremacia militar inconteste". E por mais que a riqueza mundial se desloque gradativamente para a Ásia, Fiori nos lembra da busca incessante dos Estados por poder global – busca na qual os submarinos, porta-aviões, tanques e caças norte-americanos continuam incomparavelmente mais eficazes do que os de qualquer outra nação. Ademais, a Al-Qaeda ou mesmo o Irã são ameaças menos existenciais para os EUA do que a Alemanha Imperial foi para a Inglaterra ou a França monárquica foi para a Holanda.

Não obstante, a grande incógnita recai sobre a China. Por um lado sua vulnerabilidade em relação aos EUA foi reduzida em termos de investimentos, tecnologia, recursos humanos ou mesmo de proteção (já que o adversário em comum, a União Soviética, deixou de existir). Por outro lado, a China continua extremamente vulnerável ao mercado consumidor norte-americano e aos rumos do dólar, entrando numa relação de "reféns mútuos" ou MADE com os EUA e contradizendo o roteiro histórico de inversão total de dependências.

Para sair menos vulnerável desta relação, os prospectos da China são melhores do que os dos EUA. Enquanto nos últimos anos o governo chinês tem buscado expandir o leque de parceiros comerciais, fomentar o mercado interno e ampliar as possibilidades de investimento e reprodução dos recursos naturais, o governo Obama continua a incentivar o crédito a longo prazo, resgatar títulos podres de bancos privados e reduz pouco os gastos com defesa e guerra. Entre a singularidade do presente e a similaridade com o passado, permanece o desafio para os cientistas sociais de compreender uma relação tão complexa como a sino-americana diante dos processos conjunturais das últimas quatro décadas e dos fatos concretos dos últimos onze anos.

Referências bibliográficas

ARIENTI, Wagner L; FILOMENO, Felipe A. **Economia política do moderno sistema mundial:** as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. Ensaios FEE, Porto Alegre, vol. 28, n. 1, p. 99-126, julho de 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

_____. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial.** Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

BELASCO, Amy. **The Cost of Iraq, Afghanistan, and Other Global War on Terror Operations Since 9/11**. Congressional Research Service (CRS): Washington, 2011.

BIRNBAUM, Pierre. **Conflitos**. In: BOUDON, Raymond. Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995.

BOXER, C.R. **The Dutch seaborne empire (1600-1800)**. Alfred A. Knopf: Nova York, 1965.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha:** os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BURBACH, R.; TARBELL, J. **Imperial overstretch**: Goerge W. Bush and the hubris of empire. Palgrave Macmillan: Nova York, 2004.

CARVALHO, Cecília; CATERMOLA, Fabrício. **Relações econômicas entre China e EUA**: resgate histórico e implicações. Revista do BNDES: Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 215-252, 2009.

CHASE-DUNN, Christopher K. **Global formation:** structures of the world-economy. Cambridge, Massachusetts: Library of the Congress. 1989.

_____; INOUE, Hiroko. **Accelerating democratic global state formation**. Cooperation and Conflict, 47(2), 2012.

CURY, Vania M. **História da industrialização no século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

DENG, Yong; WANG, Fei-Ling (orgs.). **China rising**: power and motivation in Chinese foreign policy. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

DORN, James A. **The Debt Threat**: A Risk to U.S.–China Relations? Brown Journal of World Affairs, 2008.

ESEVES, Rui P. **Between Imperialism and Capitalism**: European Capital Exports Before 1914. Sem data, disponível em: http://economics.ouls.ox.ac.uk/14910/1/Imperialism.pdf

FIORI, José Luis. **The global power of United States**: formation, expansion and limits. Sem data, disponível em: http://www.ie.ufrj.br/pesquisa/politica/jlfiori/ARTIGOS_arquivos/Microsoft%20Word%20-%20The%20Global%20Power%20of%20United%20States.pdf

HOBSBAWUM, Eric.**Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo.** 5ª Ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, diagrama 14.

HUNG, Ho-Fung. **America's head servant?** The PRC's Dilemma in the Global Crisis. New Left Review, 2009.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.** São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Ordem e desordem internacional**: tendências do capitalismo contemporâneo. Unicamp: CECON, textos avulsos n. 9, 2011.

MEDEIROS, C. **Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e China**. In: _____; FIORI, José L.; SERRANO, Franklin. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

_____. **The future of power**. The Perseus Books Group: Nova York, 2011.

PECEQUILO, Cristina S. **Manual do candidato: política internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

VIZENTINI, Paulo F. **As relações internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel.**China e Estados Unidos**: bem além dos mitos. Disponível em: http://www.outraspalavras.net/2012/01/23/china-e-estados-unidos-bem-alem-dos-mitos/. Data de acesso:28/02/2012

WHEELER, Winslow T. **Unaccountable**: Pentagon Spending on the Post-9/11 Wars. 2011. Disponível em: Disponível em: http://costsofwar.org/sites/default/files/articles/

ZHU, Zhiqun. **US-China Relations in the 21st Century:** Power transition and peace. Routledge: Nova York, 2006.

BRASIL E CHINA: OPOSIÇÃO OU CONTRADIÇÃO?[1]

Carlos Humberto de A. **SPINELLI**[2]

1. INTRODUÇÃO

Em um período de crise sistêmica, a China estaria ocupando espaços econômicos na economia-mundo capitalista e, com base na sua estratégia "Confuciana", tentando tornar-se um novo núcleo hegemônico? Uma pergunta impertinente, visto que sua impetuosa ascensão econômica traz consigo uma nova configuração da geopolítica mundial. A sua consolidação como grande produtora e exportadora de produtos manufaturados trouxe grandes desafios para todos os países, principalmente para as economias em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. A identidade compartilhada entre países em desenvolvimento confere ao Brasil e à República Popular da China interesses similares no comércio internacional e fortalece os elementos que compõem a relação bilateral, consolidando o caráter estratégico desta parceria.

As alterações ocorridas na estrutura do sistema internacional intensificaram o anseio sobre o seu reordenamento, no sentido de permitir uma maior participação dos países em desenvolvimento e minimizar os constrangimentos advindos da estrutura hegemônica de poder. Frente à crescente interdependência entre os Estados e a dominação do diálogo Norte-Sul pelos países desenvolvidos, tornou-se latente a necessidade de promover a multipolarização, a aproximação dos países em desenvolvimento e a elevação do *status* destes países (GUIMARAES, 2002; SHANG, 1999).

Esta pesquisa, em andamento, tem como objetivo analisar as relações entre Brasil e China, investigando que ameaças e benefícios se configuram para um país como o nosso nesse momento de desorganização e possível reorganização da ordem econômica e política

---

[1] Texto a ser apresentado no VI Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo, a realizar-se em 27 a 29 de agosto de 2012 na Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Marília.

[2] Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, UNESP – Campus de Marília. Contatos – Endereço: Rua Jesuítas, 68, IV Centenário. Marília/SP. CEP: 17503-240; E-mail: spinelli_eco@hotmail.com; Tel: (14) 8186-4075.

mundial. Uma vez que, assumindo a posição de primeiro parceiro comercial do Brasil no mundo, a China vem provocando apreciações, especulações, explicações, todas em busca de responder a uma questão principal: qual a natureza das relações bilaterais? Nessa etapa serão discutidas as semelhanças e diferenças entre o Brasil e a China do visto econômico.

O trabalho procurará identificar conceitos e elementos chave da análise dessa relação. Para isso, algumas abordagens serão usadas para buscar responder a essas indagações, são elas: Teorias de Comércio Internacional, os Ciclos de Acumulação e a abordagem histórica da Economia Política dos Sistemas-Mundo. Através delas será possível investigar os possíveis entraves e oportunidades desse processo, observando suas contradições. O trabalho está estruturado da seguinte forma: além desta introdução o item **2** apresenta as principais ideias e conceitos a respeito das Teorias de Comércio Internacional; a sessão **3** sessão procura explanar brevemente as principais idéias dos Ciclos de Acumulação (Kondratieff e Arrighi); a sessão **4** apresenta as relações entre Brasil e China; e, finalmente, a sessão **5** apresentará as conclusões.

2. AS TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

A percepção destacada e mais importante de toda a economia internacional é a de que existem ganhos de comércio, quando os países ao venderem bens e serviços uns aos outros, essa troca resulta quase em um benefício mútuo. É ampla a multiplicidade de circunstancias sobre as quais o comércio internacional é benéfico, no entanto, esses ganhos nem sempre são positivos, as teorias do comércio internacional nos permitem identificar em quais casos o comércio é benéfico e em quais não.

2.1 AS TEORIAS CLÁSSICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

Em 1776, numa reação direta ao protecionismo engajado no exclusivismo metropolitano, ainda vigente em muitas regiões no mundo, Adam Smith publica *"A Riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas causas".* Neste livro, são delineadas as diretrizes de como deveria se dar o comércio entre nações e nele se observam as cruciais diferenças entre Smith e os Mercantilistas.

Com base na divisão do trabalho, Smith formulou a famosa teoria conhecida como **Vantagens Absolutas**. A idéia básica partia, segundo Salvatore (1999), de que cada país deveria se especializar e produzir um determinado produto (*commodity)* onde se desenvolveria uma vantagem específica e trocar parte de sua produção pelo produto (*commodity)* que produzissem com menor desvantagem absoluta. Os custos de produção se diferenciariam conforme a produtividade, ou seja, haveria uma diferença entre o quanto se produzia e os insumos usados em tal produção.

A negociação no comércio internacional se descreveria através da ampliação do conceito de "divisão social do trabalho", que, para as produções nacionais agregadas determinaria uma "divisão internacional do trabalho" (tendo como base a mesma especialização de uma sociedade nacional), onde cada ação tomada contribuía para o aumento do bem-estar das populações. Neste caso, um país tem uma vantagem absoluta na produção de uma mercadoria relativa a outro país se sua produção puder alcançar um custo menor ou uma maior produtividade. Consequentemente, o país em questão se beneficiaria ao se especializar na produção e exportação da mercadoria de menor custo e/ou produtividade, importando outras mercadorias necessárias ao seu consumo interno, que não gozassem das vantagens absolutas de sua mercadoria exportável.

Porém, apesar de se mostrarem verdadeiras, os entendimentos acerca das Teorias de Vantagens Absolutas, no entanto, não podem ser aplicadas no mundo real. Segundo Salvatore (2000), a maior parte do comércio mundial, principalmente o comércio entre países desenvolvidos, não pode ser explicadas pelas vantagens absolutas. E ainda, segundo Rainelli (1998), a teoria apresentava uma grande limitação, visto que, se uma nação não apresentasse nenhuma vantagem absoluta, não poderia participar do comércio.

As idéias de Adam Smith formaram a base da tese de comércio internacional desenvolvida pelo economista inglês David Ricardo em 1817, que formulou o **Modelo das Vantagens Comparativas**, também chamada de Teoria dos Custos Comparativos.

Ricardo argumentava que um determinado país não precisaria possuir uma vantagem absoluta na produção de qualquer mercadoria para que o comércio internacional se tornasse mutuamente benéfico entre os envolvidos. Vantagem absoluta significaria maior eficiência de produção ou uso de menos trabalho na produção. Dois países poderiam beneficiar-se com o comércio, na medida em que, cada um obtivesse uma vantagem

comparativa na produção. Por vantagem comparativa subentende-se, simplesmente, que a razão entre o trabalho incorporado nas mercadorias dos países envolvidos poderia diferir entre eles. Desse modo cada um dos países envolvidos poderia ter, pelo menos, uma mercadoria na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado fosse menor do que a do outro, isto é, menor custo de oportunidade para produção de uma mercadoria.[3]

De acordo com autores Maia (2001) e Gonçalves *et al.* (1998), a teoria proposta por Ricardo não explica o comércio internacional contemporâneo, visto que não avalia a distinção dos produtos, os rendimentos crescentes de escala e o papel desempenhado pela tecnologia. Além disso, a Teoria das Vantagens Comparativas pressupõe que haja apenas um fator de produção, que o comércio seja entre dois países, que os custos de transporte sejam iguais a zero e que a Balança comercial esteja sempre equilibrada.

2.2 AS TEORIAS NEOCLÁSSICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

A teoria sugerida pelos economistas suecos Eli Hecksher e Bertil Ohlin em 1930, analisa as vantagens comparativas sob a ótica neoclássica da teoria do valor-utilidade e descreve uma nova forma de visualizar o intercambio comercial a partir da oferta de fatores produtivos e da intensidade com que estes fatores são utilizados na produção em diferentes

[3] Exemplo: Suponha, que a relação entre as produções das mercadorias A e B no país X é 10, ou seja, a mesma combinação de fatores (capital/trabalho) produz, no país X, 1 (uma) unidade da mercadoria A e 10 unidades da mercadoria B. Suponha ainda, que no país Y esta mesma relação para a produção das mercadorias A e B esteja em 5, ou seja, a mesma combinação de fatores (capital/trabalho) produz, no país Y, 1 (uma) unidade da mercadoria A e 5 unidades da mercadoria B. Portanto, em tabela, a produção total dos dois países, ainda sem o comércio internacional entre eles, seria de:

	Mercadoria A	**Mercadoria B**	
País X	1	10	(1/10 de A)
País Y	1	5	(1/5 de A)
Total de A e B (em X e Y)	2	15	

Agora imagine que o país X se especialize na produção da mercadoria B já que, a dispensa de fatores de produção de 1 (uma) unidade mercadoria A, neste país, proporciona a produção de mais 10 unidades da mercadoria B. Da mesma forma, imagine que o país Y se especializa na produção da mercadoria A já que, a dispensa de fatores de produção de 1/5 unidades de mercadoria B, neste país, proporciona a produção de mais 1 (uma) unidade da mercadoria A. Desse modo, o somatório todas das mercadorias A e B produzido nos dois países seria:

	Mercadoria A	**Mercadoria B**
País X	0	20
País Y	2	0
Total de A e B (em X e Y)	2	20

Observa-se que a produção total, nos dois países, da mercadoria A não aumentou nem diminui, enquanto que a produção total da mercadoria B aumentou em 20 unidades, o que justifica o comércio destes produtos entre os países X e Y.

países.

Segundo Williamson (1998) e Salvatore (1999), o Teorema de Hecksher-Ohlin pode ser resumido da seguinte forma: cada país exportará a *commodity* intensiva em seu fator abundante de produção e importará a *commodity* que exija a utilização de seu fator escasso e maior custo de produção.

A grande diferença entre a Teoria Clássica e a Neoclássica do Comércio Internacional, em acordo com Brum (2002) e Ferrari Filho (1997), é que os neoclássicos saem do modelo ricardiano, de um único fator de produção, para uma análise que engloba o conjunto dos fatores de produção, sua intensidade de utilização e sua interação entre os recursos de produção, bem como a tecnologia adotada na produção pelos diferentes países.

Os pressupostos da Teoria de Hecksher-Ohlin são: a) a função de produção é homogênea, o que implica em igualdade das funções de produção dos países[4]; b) as proporções dos fatores capital (K) e mão de obra (L) são fixas; c) os fatores são plenamente empregados; d) existe mobilidade perfeita dos fatores em cada nação e, há imobilidade internacional dos fatores o que explica a diferenciação dos custos e preços internacionais; e) a estrutura de mercado é de concorrência perfeita e não existe custos de transportes. Com base nessas hipóteses, cada país exportará as mercadorias intensivas no fator de produção abundante em sua economia, importando dos demais paises aqueles produtos intensivos no fator de produção escasso em seu país (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001).

A partir daí supõe-se que os países tendem a exportar os bens produzidos com o emprego intensivo de fatores que eles possuem em abundancia e importam os produtos que utilizam de forma intensiva os fatores de produção que para eles são raros.

3. AS TEORIAS DOS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E AS ONDAS LONGAS

> Ondas longas são primordialmente um reflexo temporal dos processos competitivos da economia capitalista mundial. Baseando-me livremente em Schumpeter, vou supor que a intensidade da competição na economia capitalista varia no tempo, de acordo com o equilíbrio sempre mutável

[4] Os processos produtivos apresentam retornos constantes de escala, os fatores de produção podem ser substituídos entre si e apresentam produtividade marginal decrescente (SALVATORE, 2001).

entre forças do costume e as forças de inovação (ARRIGHI, 1997, p. 19).

3.1 KONDRATIEFF E OS CICLOS LONGOS

Nicolai Kondratieff (1892-1938) deu início às teorias dos chamados ciclos de Kondratieff entre os anos 1920 e 1930. Os Ciclos Longos são ondas de duração de 50 a 60 anos, resultantes de sólidos investimentos ou de depreciação em: infraestrutura, indústrias, ferrovias, saneamento básico, portos, construção civil, canais, etc; divididas em fases A – caracterizada por superinvestimenos em bens de capital - de expansão, e B – processo de depreciação -, de depressão. Surgiram a partir da revolução industrial e propagam a combinação entre novos paradigmas tecnológicos e organizacionais e suas conseqüências sobre a taxa de lucro.

Nas palavras de Arrighi,

> "As transações da fase B para a A podem ser explicadas pelo fato de a competição 'excessiva', mais cedo ou mais tarde, suscitar tendências compensadoras que, ao longo do tempo, se cristalizam num novo conjunto de acordos que se tornarão costumeiros. As transações da fase A para a B, por sua vez, podem ser explicadas pelo fato de os acordos costumeiros refletirem tréguas na luta competitiva, mas não eliminarem (sendo que podem realmente aumentar) a tendência que os excedentes têm de se acumular desigualmente entre as empresas. Mais cedo ou mais tarde, essa acumulação desigual gera uma nova rodada de competição que progressivamente destrói o padrão existente de relações insumo-produto e cria novas relações." (Arrighi, 1997, p. 22)

A principal característica do ciclo não é apenas o processo econômico, mas também o social. Os ciclos representavam, para Kondratieff, épocas do desenvolvimento do capitalismo. Ele não tinha a intenção de constituir ou colocar os fundamentos de uma Teoria apropriada dos ciclos longos, mas somente de provar a sua existência a partir de evidencias empíricas presentes e expressas na história. Com esse propósito, ele catalogou informações e dados de quase todos os países, principalmente da França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, procurando demonstrar, empiricamente, que os mecanismos e leis que condicionam as longas ondas são provenientes de: modificações técnicas; guerras e revoluções; assimilação de novos países dentro da economia mundial e flutuações na

produção de ouro (KONDRATIEFF *apud* PIRES, 1996).

Kondratieff, segundo Pires (1996), baseou suas hipóteses analisando o desempenho de variáveis econômicas e sua dinâmica, realizando, ao longo dos anos, a análise do movimento médio das séries e indicadores de: investimentos de bancos; taxas de juros; preço de mercadorias; mudanças demográficas; exportação e importação; total do comércio exterior, etc. Considerando impossível fixar precisamente os anos que assinalam o momento decisivo dos ciclos longos, Kondratieff, recorrendo a um método estatístico para analisar esses dados, averiguou que suas tentativas de periodização incorriam num erro de 5 a 7 anos na determinação dos anos de tais tendências, e concluiu que os limites destes ciclos podiam, contudo, ser representados como sendo aqueles mais prováveis (Quadro 1).

Quadro 1: Ciclos Longos de Kondratieff

CICLOS LONGOS	**FASES "A",EXPANSÃO (PRIMAVERA, VERÃO); "B" DECLÍNIO (OUTONO E INVERNO)**
Primeira onda longa	1ª **A expansão** durou do fim dos anos 1780 ou começo dos anos de 1790 até 1810-17;
	2ª **O declínio** durou de 1810-17 até 1844-51;
Segunda onda longa	1ª **A expansão** durou de 1844-51 até 1870-1875;
	2ª **O declínio** durou de 1870-75 até 1890-1896;
Terceira onda longa	1ª **A expansão** durou de 1890-1896 até 1914-20;
	2ª **O declínio** provável começou nos anos de 1914-20.

Fonte: KONDRATIEFF *apud* Pires (1996) in *The Long Waves in Economic Life*

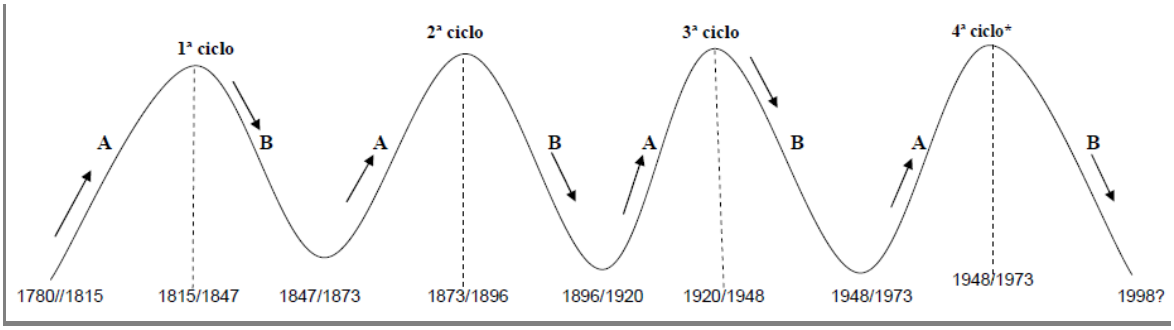
Ao analisar a natureza dos ciclos longos, do ponto de vista das alterações nas técnicas de produção, Kondratieff observou que as simetrias do processo ajudam a estabelecer algumas regras empíricas para o movimento das ondas longas. E dentro deste ponto de vista, Kondratieff revelou o papel das modificações nas técnicas nos ciclos longos. Segundo Kondratieff *apud* Pires (1996), modificações nas técnicas têm, sem dúvida, um papel muito dominante sobre o curso do desenvolvimento do capitalismo. Mas ninguém provou que elas têm uma origem acidental e externa. Deste modo, modificações nas técnicas de produção presumem que relevantes descobertas e invenções científicas foram

feitas e que é economicamente viável usá-las.

As modificações técnicas representam o mecanismo desencadeador do desenvolvimento tecnológico capaz de criar novas oportunidades econômicas e, sendo assim, gerar a expansão econômica dos setores produtivos com mercados saturados ou em recessão. Para ele, de igual modo, as guerras e as revoluções são conseqüências dos ciclos longos e resultam da luta por mercado e matéria prima, da distribuição dos frutos do crescimento e da expansão econômica (KONDRATIEFF *apud* ARAÚJO, 2001).

Por conseguinte, as conclusões a que chega com base no seu levantamento estatístico de Kondratieff, podem ser resumidas da seguinte forma (Gráfico 1): a) Os movimentos das series estatísticas mostram grandes ciclos e estas oscilações cíclicas se manifestaram em períodos quase iguais em todas as séries examinadas; b) Nas séries de preço, os grandes ciclos surgem como um movimento ao redor do nível médio. E para as séries cujo movimento assinala uma tendência secular, os ciclos aceleram ou retardam a velocidade do crescimento; c) Os pontos de máximo e mínimo das séries examinadas correspondem mais ou menos com exatidão; d) Aparecem três grandes ciclos: 1º) Fase de expansão, entre 1780-90 até 1810-17; fase de declínio, entre 1810-17 até 1844-51. 2º) Fase de expansão, entre 1844-51 até 1870-75; fase de declínio, entre 1870-75 até 1890-96. 3º) Fase de expansão, entre 1890-96 até 1914-20; a fase de declínio entre 1914-21; e) Algumas séries estatísticas não evidenciaram as oscilações longas, sendo que para Kondratieff não era essencial que os grandes ciclos compreendessem todas as séries; f) As grandes oscilações são internacionais e os períodos dos ciclos têm grande correspondência para os países europeus.

GRÁFICO 1: CICLOS DE KONDRATIEFF



Fases: A – expansão (primavera, verão); B – depressão (outono e inverno).

Fonte: Gráfico a partir de Pires (2000) e Faria (1996)

Em seguida, Kondratieff adverte algumas hipóteses gerais a que chegou, tendo por base a pesquisa do material histórico relativo ao desenvolvimento da vida social e econômica em seu conjunto, ressaltando que estas só têm modo empírico e não constituem em si a explicação dos ciclos longos.

3.2 ARRIGHI E OS CICLOS DE ACUMULAÇÃO

> Os ciclos sistêmicos de acumulação, ao contrário da logística de preços e dos ciclos de Kondratieff, são, portanto, fenômenos intrinsecamente capitalistas. Apontam para uma continuidade fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital nos tempos modernos. Mas também constituem rupturas fundamentais nas estratégias e estruturas que moldaram esses processos ao longo dos séculos (ARRIGHI, 1994, p. 8).

No vestígio de Braudel, Giovanni Arrighi (1994) busca operacionalizar o estudo dos fenômenos econômicos e sociais por meio dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Tais ciclos representam a construção sintética que compreende a tentativa de encontrar padrões de recorrência ou movimentos seculares ao longo da história da economia-mundo capitalista.

Para Arrighi, o processo de geração e desenvolvimento do capitalismo ocorreu a partir de uma trajetória caótica, isto é, não linear, inserido em estruturas inalteráveis e relações permanentes. Existia um dinamismo concomitantemente contínuo (longa duração) e descontínuo – devido às inovações nas estruturas e relações (ARIENTI e FILOMENTO, 2007).

A idéia surge da interpretação braudeliana com respeito às características essenciais da história do capitalismo, qual seja, a flexibilidade ilimitada e a capacidade de mudança e de adaptação (BRAUDEL, 1982, p. 433 apud ARRIGHI, 1994, p. 4). Além disso, Arrighi recorre ao esquema (DMD') de Marx para propor uma análise da relação da flexibilização do capital, a partir da caracterização da expansão financeira e, com isso, criar o conceito de Ciclo Sistêmico da Acumulação. Arrighi afirma:

> O aspecto central deste padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário "coloca em movimento" uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário "liberta-se" de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (ARRIGHI, 1994, p. 6).

Deste modo, cada Ciclo Sistêmico de Acumulação é constituído por uma fase de expansão material, na qual a esfera produtiva representa a maior parcela de reprodução do capital, e uma fase de expansão financeira, na qual o setor financeiro é responsável pela maior parcela de acumulação do capital. Em outras palavras,

> as expansões financeiras são tomadas como sintomáticas de uma situação em que o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto as negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista. (ARRIGHI, 1994, p. 8).

Sendo assim, a idéia de ciclos sistêmicos de acumulação remete a momentos distintos ao longo da história de regimes de acumulação do capitalismo, em que o arranjo destes regimes era dado da seguinte maneira: fases de ascensão, desenvolvimento e fim. E cada um deles tinha uma nação hegemônica no centro desse processo. Desta forma, Arrighi identificou a existência de quatro Ciclos Sistêmicos de Acumulação ao longo da história de desenvolvimento do capitalismo:

> Cada qual caracterizado por uma unidade fundamental do agente e estrutura primários dos processos de acumulação de capital em escala mundial: um ciclo genovês, do século XV o início do século XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira (ARRIGHI, 1994, p. 6).

O importante aqui é entender que a proposta de Arrighi de adoção dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação deriva diretamente da idéia braudeliana do capitalismo como a camada superior, "não especializada", da hierarquia do mundo do comércio[5].

É só por adotar esta perspectiva de análise braudeliana que Arrighi consegue sustentar a tese da recorrência dos ciclos sistêmicos de acumulação. Pois, segundo o autor, é na camada superior, e a partir da própria existência dela, que o capitalismo tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para outras atividades. (ARRIGHI, 1994). Esta capacidade de mutação e flexibilidade marca os momentos de mudança dos ciclos sistêmicos em busca de formas de superação de condições limites no que tange à acumulação. Segundo Arrighi, foi assim deste a Idade Média até os dias atuais.

Desde o início as expansões e reestruturações da economia capitalista mundial ocorrem a partir da liderança de comunidades e blocos de agentes governamentais e empresariais que se posicionam de forma vantajosa em relação a outros agentes. Assim tem-se o que Arrighi chama de regimes de acumulação em escala mundial, que seriam as estratégias e estruturas mediantes as quais aqueles agentes promovem, organizam e regulam a expansão da economia mundial. O objetivo dos ciclos sistêmicos é exatamente descrever a formação, consolidação e desintegração desses regimes.

4. AS RELAÇÕES BRASIL E CHINA

Ao considerar os desafios para a ordem internacional de hoje, o Brasil e a China são muitas vezes vistos como parceiros. A maioria dos analistas e políticos consideram esses dois gigantes como potências emergentes que estão cada vez mais se inserindo na arena internacional, em fóruns como os BRICs, o G20 (grupo de nações em desenvolvimento na Rodada Doha da OMC), e do BASIC (Brasil, Sul África, Índia e China agrupamento em negociações sobre mudança climática).

---

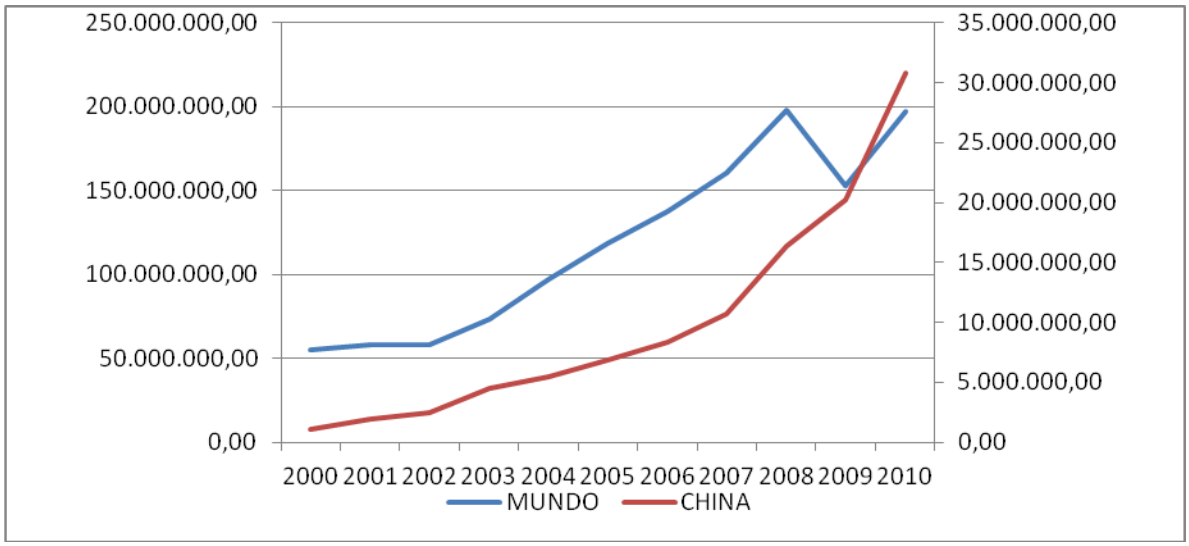
[5] A base da estrutura analítica proposta por Arrighi reside da obra de Fernand Braudel, *"Civilização Material, Economia e Capitalismo"* (1995). A partir dela, Arrighi extrai ideias fundamentais que podem ser destacadas em sua obra "*O Longo Século XX"* e que contribuíram para a construção do conceito de Ciclo Sistêmico de Acumulação (CSA). Por meio da concepção braudeliana, Arrighi aceita a concepção de uma economia mundial estruturada em três camadas: o da produção material (vida material), o da circulação ou do mercado (economia de mercado), e o das altas finanças (o "antimercado" ou capitalismo).

Mas, é no intercâmbio comercial que as relações bilaterais têm fortalecido na última década. Impulsionado pelo impressionante crescimento econômico, a demanda chinesa por recursos naturais levou o preço das commodities para registro e altos níveis, um processo que muito beneficiou a economia do Brasil. Nos dois primeiros trimestres de 2010, a China se tornou o comprador número um das exportações brasileiras, à frente dos Estados Unidos, e fonte número dois das importações brasileiras, atrás dos Estados Unidos. Globalmente, em termos de fluxos comerciais totais, a China é o principal parceiro comercial do Brasil[6].

4.1 AS RELAÇÕES COMERCIAIS

As relações comerciais Brasil-China, entre 2000 e 2010, tiveram crescimento superior à elevação do comércio entre o Brasil e o mundo. Entre 2000 e 2010, as exportações brasileiras para a China elevaram-se de US$ 1,1 bilhão – 2% do total das exportações do Brasil – para US$ 30,8 bilhões – 15% do total, ao passo que as importações brasileiras da China cresceram de US$ 1,2 bilhão – 2% do total – para US$ 25,6 bilhões – 14% do total (Gráfico 2 e 3). Ao longo dessa década, o saldo foi positivo para o Brasil em seis anos.

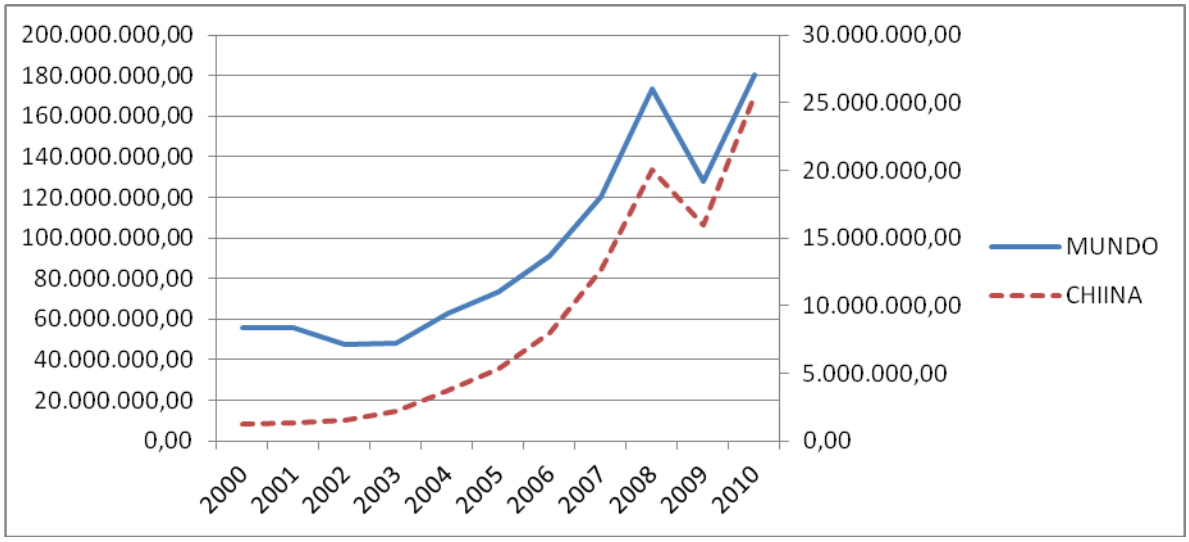
GRÁFICO 2: Exportações brasileiras para o mundo e para a China (US$ bilhões)



Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

[6] Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC), <www.desenvolvimento.gov.br>.

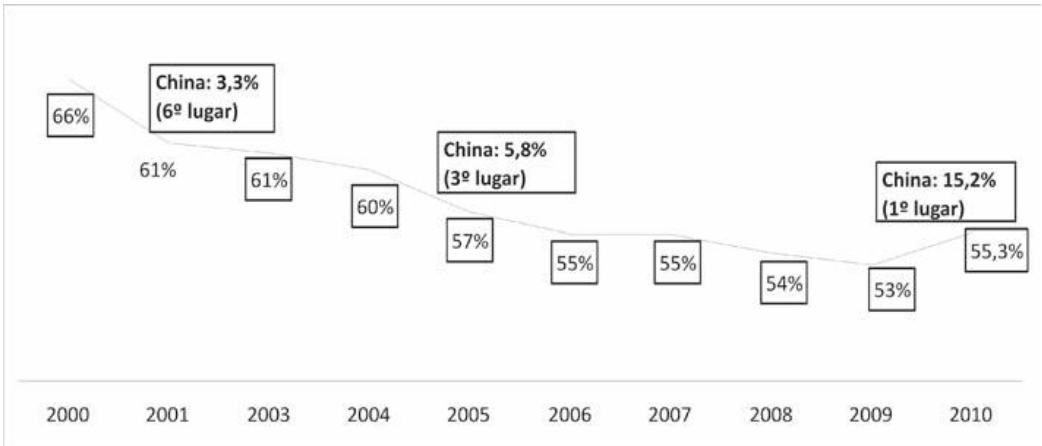
GRÁFICO 3: Importações brasileiras do mundo e da China (US$ bilhões)



Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

Em termos de participação, a ascensão da China como parceiro comercial tem surpreendido. Em 2000, os 10 principais destinos das exportações brasileiras eram em ordem decrescente: Estados Unidos, Argentina, Holanda, Alemanha, Japão, Itália, França, Bélgica, México e Reino Unido, os quais respondiam por 66% das exportações brasileiras totais (Gráfico 4). Em 2010 esse quadro apresentou duas mudanças importantes: i) uma maior desconcentração geográfica, com os 10 maiores destinos das exportações contabilizando 55,3%; e ii) a confirmação da China como maior destino das exportações brasileiras – posição alcançada já em 2009 quando deslocou os Estados Unidos – absorvendo 15,2% do total exportado pelo Brasil.

Gráfico 4: Participação dos 10 principais países de destino das exportações brasileiras



Fonte: UNComtrade. Elaboração Própria.

Bem como nas exportações, a China tem avançando desde 2001 como um dos principais países de origem das importações brasileiras. Os três maiores parceiros – Estados Unidos, Argentina e Alemanha – têm diminuído suas participações. As compras de produtos oriundos da China têm crescido a um ritmo elevado: em 2001 o Brasil importou do país oriental US$ 1,31 bilhão. Em 2010 as importações somaram mais de US$ 25 bilhões. Espera-se que em 2011 a China assuma também a primeira posição nas importações brasileiras.[7]

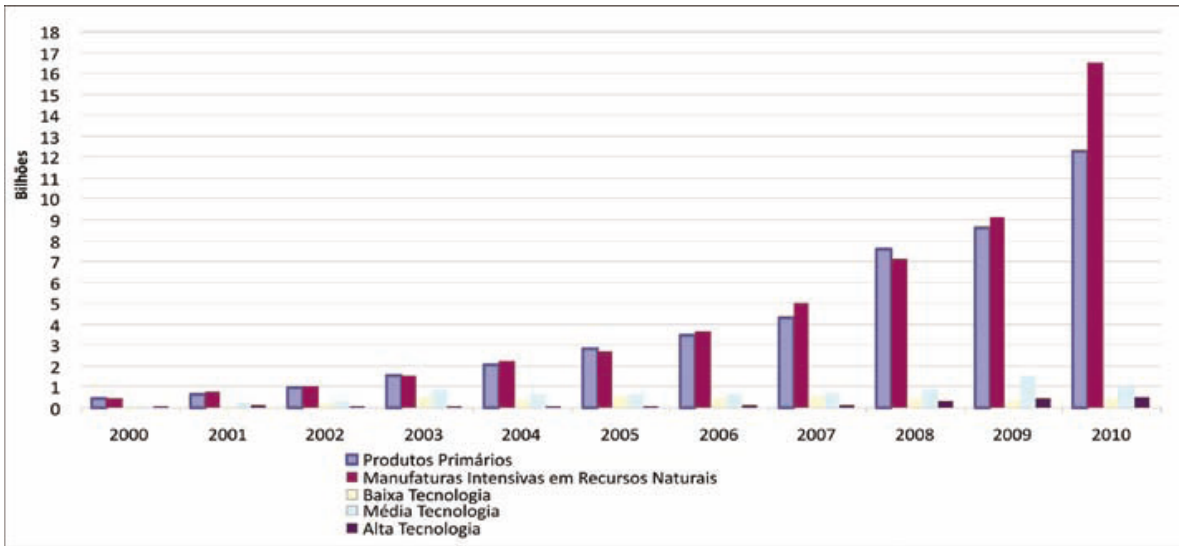
Contudo, a pauta de exportações brasileiras vem se concentrando em produtos básicos. Entre 2000 e 2009, os produtos básicos passaram de 68% para 83% da pauta. Os produtos que apresentaram a maior participação das exportações, em 2010, foram minérios (40%), oleaginosas (23%) e combustíveis minerais (13%), que juntos responderam por 76% das exportações brasileiras (Gráfico 5). Pode-se afirmar que ao longo dos últimos 10 anos, para cada dólar que o Brasil adquire de suas exportações para China, 87 centavos vêm de produtos primários e de manufaturas intensivas em recursos naturais, 7 dos produtos de média intensidade tecnológica e apenas 2 centavos das vendas de produtos de alta tecnologia. Os produtos brasileiros que detêm participações significativas no total das importações chinesas são: fumo (46%), oleaginosas (35%), preparação de hortículas e frutas (21%), minérios (19%) e pasta de madeira e celulose (12%) (THORSTENSEN, 2011).

A pauta de importação do Brasil com a China por intensidade tecnológica mostra o seguinte comportamento: as importações de produtos de alta tecnologia aumentaram significantemente em termos de valores entre 2000 e 2010, saindo de US$ 487 milhões em 2000 para US$ 8 bilhões em 2008 e quase US$ 10 bilhões em 2010 (Gráfico 6). A participação chinesa desses produtos no total importado brasileiro nunca foi menos que 36%, atingindo em 2005 uma participação de mais de 50%. Nos dois últimos anos essa participação tem caído ligeiramente, mas com destaque para o aumento das importações de produtos chineses de média intensidade tecnológica de 16% em 2000 para 44% em 2009. Justamente no segmento onde o Brasil tem mais dificuldade de acessar o mercado chinês por meio das exportações. A mesma tendência tem se manifestado no caso dos produtos de

[7] United Nations Commodity Trade Statistics Database, 2010.

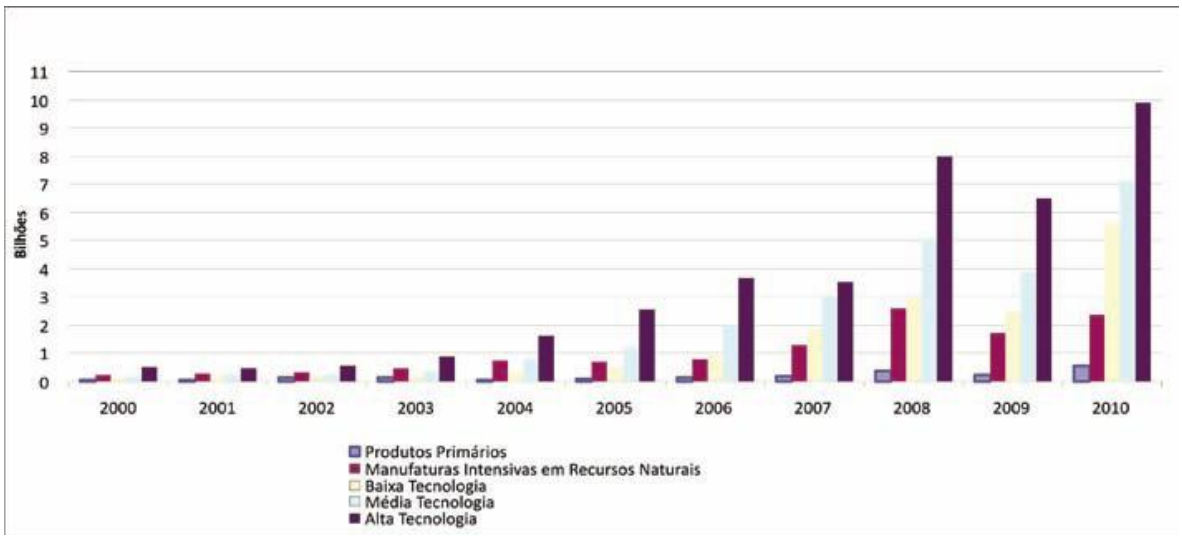
média intensidade tecnológica. As participações dos principais produtos chineses importados pelo Brasil em 2009 foram: máquinas e aparelhos elétricos (33%), caldeiras e máquinas mecânicas (20%), químicos orgânicos (7%).

Gráfico 5: Pauta exportadora do Brasil para a China, por intensidade tecnológica do produto



Fonte: UNComtrade,

Gráfico 6: Pauta importadora do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto



Fonte: UNComtrade,

Dessa forma, o saldo comercial do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto, registra superávits crescentes nos produtos primários e nas manufaturas intensivas em recursos naturais. Para as demais categorias (baixa, média e alta tecnologia) ocorre um aprofundamento do déficit comercial, particularmente para no caso dos produtos de mais alta intensidade tecnológica.

4.2 A ascensão da China como potência regional e global (?)

Antes de iniciar a discussão da possível (ou não) ascensão chinesa na economia-mundo, devemos remontar as idéias de como o Leste Asiático emergiu como o centro mais dinâmico dos processos de acumulação em escala mundial. Se a região se tornar o centro de uma nova ordem mundial (a nova hegemonia) terá de encarar o desafio de transformar o mundo moderno em uma "comunidade de civilizações".

Um dos sinais da crise da hegemonia americana se deu com a queda nas taxas de lucro do capital, o aumento dos salários e fatores de produção no fim dos anos 1960 e início da década de 70, o que impactou de maneira negativa na competitividade das empresas norte-americanas, sobretudo, quando novas formas de organização de base flexível começaram a atuar no Leste Asiático. Sobre este assunto, Wallerstein comenta:

> desde por volta de 1970, a chamada ascensão da Ásia oriental tem sido um tópico maior de discussão entre os que se interessam pela evolução do sistema-mundo, esteja sua ênfase na economia mundial ou na geopolítica. O que a maioria das pessoas tem em mente é, em primeiro lugar, o extraordinário crescimento de todos os indicadores econômicos do Japão, comparados inclusive àqueles da década de 1960; em segundo a ascensão subseqüente dos chamados Quatro Dragões; e mais recentemente, o padrão contínuo do crescimento econômico no sudeste da Ásia e na República Popular da China (WALLERSTEIN, 2002, p. 67).

Os detalhes das vantagens do Leste Asiático serão explanados por Arrighi no livro *A ilusão do desenvolvimento* (1997)[8]. Ele mostra que o “milagre asiático”, inicialmente, foi um milagre japonês:

[8] Arrighi detém obras que analisam a dinâmica da história e estrutura do capitalismo mundial, são elas: *O Longo Século XX, dinheiro, poder e as origens da nossa época (1994);A Ilusão do Desenvolvimento (1998); Caos e Governança no Sistema Mundial Moderno (co-autoria com seu parceiro, Silver Beverly e vários outros colaboradores, 1999), e Adam Smith em Pequim: Linhagens do Século XXI (2007).* Nelas são desenvolvidas os conceitos centrais de seu legado teórico: ciclos sistêmicos de acumulação; transições

> com um PNB per capita de pouco mais de um quinto (20,7%) do PNB per capita do núcleo orgânico, o Japão, em 1938, estava firmemente agrupado no grupo de Estados de renda média (semiperiféricos). Em 1988, em contraste, o PNB per capita do Japão era quase 20% mais alto do que o PNB per capita médio do núcleo orgânico (Arrighi, 1997, p.57).

No entanto, já ao longo da década de 1970 a ascensão do leste asiático deixa de ser um fenômeno essencialmente japonês:

> considerando o Grupo dos Quatro [Coréia do Sul, Taiwan, Hong-Kong e Cingapura] como uma unidade, seu PNB per capita, enquanto percentagem do PNB per capita do núcleo orgânico – que havia crescido muito ligeiramente (de 8,5% para 9,3%) entre 1960 e 1970 – quase dobrou (de 9,3% para 17,7%) entre 1970 e 1980 (idem, p. 63).

No decorrer dos anos 1980, o Japão ultrapassa os Estados Unidos em diversos aspectos: produção, finanças e comércio, o que poderia levar ao início de um novo ciclo sistêmico de acumulação (FERRAZ, 2004). De acordo com Arrighi (1996, p. 356) "a crise de superacumulação impulsionou o capital japonês por uma via de expansão transnacional que logo iria revolucionar toda a região do Leste Asiático e, quem sabe, antecipar a eventual superação do regime de acumulação norte-americano".

Entretanto, o Japão não consegue se consolidar como hegemonia mundial, pois o governo norte-americano vai reafirmar sua hegemonia por meio da financeirização no início dos anos 1990, mediante seu poderio militar no sistema interestatal. Este período constituiu, fazendo uma analogia, "*la belle époq*ue" americana, o que corresponde do ponto de vista histórico, a um momento de recuperação da nação hegemônica entre a crise sinalizadora e o caos sistêmico. Mesmo com a crise financeira japonesa e a reafirmação da hegemonia americana, depois dos acordos de Plaza em 1985, já foi comprovado que o modelo toyotista superou o padrão fordista americano (FERRAZ, 2004). Todavia, de acordo com Wanderley (2009, p. 18):

> não obstante, a exuberância da economia japonesa no pós-guerra e a sua significativa participação mundial na absorção de renda e capital, o que se verificou foi um alarme falso sobre a sua possibilidade de suceder os EUA, como a nova Nação hegemônica e do início de um 5º CSA. Isto se deveu ao fato dos Estados Unidos não ter seguido os padrões dos estados hegemônicos anteriores. Gênova, Holanda e Inglaterra -, pois em vez de exportar capital

---

hegemônicas; e a ascensão chinesa liderada pelo Leste da Ásia como o centro emergente de uma economia mundial reorganizada.

> financeiro para o Japão, o que ocorreu foi uma atração de investimentos para a economia americana, especialmente do Japão no início da década de 80.

Muitos analistas, atualmente, identificam a China como melhor candidata a superar a hegemonia norte-americana devida, principalmente, ao seu substancial e sustentável crescimento econômico ao longo dos últimos anos. Já fazem menção à economia chinesa como a "oficina mecânica" da atualidade, no sentido da eficiência do seu sistema produtivo e da conquista de novos mercados, uma vez que a política de abertura foi lançada em 1979, a economia política da China passou a ser mais engajada no sistema-mundo (JIA 2005, p.501).

A ascensão da China à posição de potência econômica mundial – a ponto de desafiar a hegemonia econômica dos Estados Unidos, conforme discutido por Arrighi em "Adam Smith em Pequim" – é facilmente perceptível através da análise de algumas estatísticas referentes à sua economia. Os pais vêm apresentando uma impressionante taxa de crescimento anual de seu PIB, atingindo médias de 10% ao ano desde 1980 – taxa que se manteve constante mesmo com a crise econômica de 2008-2009. O PIB *per capita* chinês também vem apresentando um aumento impressionante, tendo saltado de US$ 205,1 em 1980 para US$ 4.282,9 em 2010 (ACIOLY, PINTO & CINTRA, 2011).

No aspecto político, no que pulsa ao seu domínio internacional, a China é vista como um elemento combinado e um polo rotativo às grandes potências ocidentais. Dessa forma, ela tem ressaltado o valor das propostas multilaterais e avivado um acondicionamento para assumir um papel ativo na comunidade internacional.

No que tange o plano econômico, a China tem investido intensamente com o propósito de dar continuidade às políticas desenvolvimentistas, implementadas por Deng Xiaoping no fim da década de 70, esforçando-se em transformar seus recursos em ampliação de influência internacional.

Vale ressaltar que o grande salto de crescimento que a economia chinesa tem indicado, a partir da década de noventa, são frutos obtidos com um modelo alternado de desenvolvimento – economia socialista de mercado ou socialismo com peculiaridades chinesas – pelo o qual o governo de Beijing busca não perder as rédeas.

No aspecto interno, as melhoras e a abertura política acabaram provocando modificações e transformações na esfera socioeconômica. Atualmente, os políticos

dirigentes chineses encaram um duplo desafio: garantir, de um lado, o equilíbrio interno do país sobre uma sociedade que ainda não alcançou um patamar homogêneo de desenvolvimento humano e, de outro, tender à manutenção do Partido Comunista chinês no poder.[9]

Perante a essa conjuntura, o ingresso internacional da China está proferida para compatibilizar as obrigações e anseios domésticos do país com as probabilidades externas do contexto global. Sendo assim, a prioridade da política exterior chinesa é dar continuidade aos programas de desenvolvimento e garantir o equilíbrio doméstico no país. Essa diretriz dita o aprofundamento da inclusão internacional da China, em que é preciso considerar o alcance de fatores externos e internos nessa dinâmica.

A pergunta que se coloca neste momento é se estas características institucionais que garantiram o sucesso da reforma na China serão igualmente válidas para um cenário de mudança interna e externa radical.

O longo ciclo de globalização que beneficiou o desenvolvimento da China se transforma com a crise de 2008. A passagem de um país de renda media para uma sociedade de bem-estar e de gestão da inovação implica em escolhas internas e externas complexas. O mundo do "catching-up"[10] deixa de ser a referência fundamental e dá lugar a escolhas e opções de trajetórias industriais e percursos tecnológicos com diferentes conseqüências para o emprego e o crescimento econômico. Mudam as regras de competição interna e externa. Sai-se de um mundo em construção aonde as situações "win/win"[11] são numerosas para um mundo mais incerto de ganhos, mas com muitas perdas.

4.3 Brasil, China e seus acordos

Ao observar o Brasil e a China, pode-se imaginar que se tratam de países completamente diferentes, possuindo poucas semelhanças entre si. Fatores como a distância

---

[9] HU, Angang. The Grand Strategy of China, Beijing, Zhejiang Renming, 2003. Pag. 7

[10] Meio pelo qual as empresas que iniciam suas atividades numa condição de recursos escassos buscam conhecimento de fora a fim de construir e acumular suas próprias capacidades. Assim, para uma empresa construir suas capacidades inovadoras, a alavancagem de recursos externos é um dos principais meios para executar a estratégia de *catching-up* e/ou de liderança na fronteira tecnológica (*overtaking*).

[11] Corresponde uma estratégia de dinamismo em que todas as partes envolvidas saem beneficiadas, foi a palavra-chave para perceber os caminhos futuros de uma região com enorme potencial e onde ainda existem grandes assimetrias.

geográfica e as diferenças histórico-culturais são os responsáveis por tal visão. De fato, esses dois fatores são verdadeiros e servem para diferencias os povos.

O Brasil e a China estão entre as principais economias em desenvolvimento. Em termos de extensões territoriais e demográficas, encontram-se na lista dos cinco maiores do mundo. Além disso, apresentam dificuldades semelhantes, como, por exemplo, as denominadas "ilhas de modernidade"[12] que convivem com elevado índices de desigualdades socioeconômicas. O Brasil, por exemplo, possui uma das piores distribuições de renda nacional do planeta; a China é caracterizada por grandes diferenças entre o urbano e o rural.

Apesar de ter tido maior destaque na pauta de exportações brasileiras só a partir dos anos finais do século XX, as relações entre Brasil e China remontam a tempos mais antigos. Na primeira metade do século XX, as relações sino-brasileiras foram majoritariamente diplomáticas. Em 1949, quando da Revolução Chinesa e da divisão do país em República Popular da China (China Continental) e República da China (Taiwan) o Brasil reconheceu apenas a última, seguindo diretrizes prescritas pelas políticas de alinhamento aos Estados Unidos, que predominava no Brasil na época.

Nos anos 60, os contatos com a República Popular da China foram retomados, com uma visita de uma missão comercial brasileira para Pequim, liderada pelo vice-presidente brasileiro na época, João Goulart. O golpe militar de 1964, entretanto, fez com que as experiências de aproximação com os chineses fossem relegadas a um segundo plano, de forma que a situação começou a mudar apenas em 1974, quando o presidente Ernesto Geisel reatou as relações diplomáticas com a República Popular da China (ou simplesmente China). Desde esta época, o relacionamento, principalmente comercial, sino-brasileiro vem se desenvolvendo de maneira contínua.

O paradigma da parceria estratégica sino-brasileira remete a um caráter preferencial e diferenciado desse relacionamento bilateral dentro do universalismo da política externa. Os elementos que dão sentido à natureza estratégica da aproximação dos maiores países em desenvolvimento do sistema foram identificados pelos ex-presidentes Zhu Rongji, em maio de 1993, e Jiang Zemin, em novembro de 1993. E reafirmados pelo

[12] São áreas urbanas onde se agrupam comércio dinâmico, indústrias, centros de tecnologia, instituições financeiras, escolas, universidades e etc e onde há uma população com um bom padrão de qualidade de vida.

atual presidente Hu Jintao, em maio de 2004, sendo inclusive, implantados no comunicado conjunto firmado entre o Brasil e a China durante a visita do presidente Luis Inácio Lula da Silva àquele país.

De fato, a iniciativa de classificar o relacionamento bilateral como estratégico partiu da China. Zhi Rongji considerou a relação sinérgica entre "o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental com o maior país em desenvolvimento no hemisfério ocidental" (ZHI RONGJI *apud* FUJITA, 2003, p. 64) e Jian Zemin delineou os princípios para orientar e estender a cooperação sino-brasileira que foi reafirmada, posteriormente, por Hu Jintao. A cooperação com países em desenvolvimento foi caracterizada, não somente como uma escolha lógica para promover o desenvolvimento comum, mas como o principal instrumento para construir uma ordem internacional justa. Conforme Jintao: "Fortalecer a solidariedade e a cooperação com outros países em desenvolvimento é um princípio básico da política externa da China" (JINTAO, 2004, p. 1).

Com relação ao Brasil, Hu Jintao reafirmou os quatro acordos para o desenvolvimento das relações bilaterais. E salientou que o aprofundamento da parceria estratégica trará prosperidade e progresso para ambos, além de contribuir para o desenvolvimento global:

> "trinta anos atrás, a China e o Brasil, os dois maiores países em desenvolvimento no hemisfério leste e oeste, deram as mãos em um movimento histórico para estabelecer as relações diplomáticas. Hoje, trinta anos mais tarde, nós estamos construindo uma parceria estratégica com conotações cada vez mais ricas. Os dois países cooperam de forma próxima, fornecem apoio mútuo nos assuntos internacionais e estão comprometidos em impulsionar o estabelecimento de uma nova ordem internacional política e econômica justa e sensata (HU, 2004, p. 1)".

Entre os diversos acordos, destacam-se quatro deles, como os mais importantes por retratarem o amplo alcance de suas relações estratégicas:

Primeiro, a expansão do intercâmbio econômico e comercial tem em vista a complementaridade das economias e o objetivo de promover a prosperidade mútua. O comércio constitui uma importante ferramenta de desenvolvimento econômico e social e, neste sentido, deve ser explorado para suprir as necessidades de consumo e de crescimento das sociedades como um todo. Segundo, o incentivo ao diálogo estendido tem como objetivo fortalecer a confiança política mútua. O terceiro principio é formado com base no

segundo, e aborda a cooperação política nos organismos multilaterais e frente aos diversos temas da agenda internacional. A coordenação e o apoio mútuo nos debates e negociações vêm a beneficiar os interesses sino-brasileiros, convergente nestas instâncias em razão da identidade partilhada por países em desenvolvimento. E o quarto princípio corresponde à promoção do conhecimento mútuo, tendo em vista o entendimento bilateral e o desenvolvimento da cooperação nos mais diversos campos. A cooperação cientifico-tecnológica, para o desenvolvimento conjunto dos satélites de monitoramento terrestre (CBERS), é identificada como um modelo de Cooperação Sul-Sul (CSS) [13].

O projeto CBERS é o emblema da parceria estratégica entre o Brasil e a China e um paradigma de cooperação entre países em desenvolvimento. A singularidade desse projeto está na incorporação de elementos de alta tecnologia, beneficiando os setores cientifico tecnológicos e a indústria de cada país, e no significado político comercial da quebra de monopólio de uma tecnologia originalmente detida pelos países desenvolvidos (ASFORA, 2004; FUJITA, 2003).

Os interesses da China que levaram à alcunha do relacionamento com o Brasil como estratégico envolvem a necessidade crescente de insumos para fomentar o desenvolvimento econômico nacional e sua demanda por recursos alimentícios, ou seja, o acesso às riquezas naturais abundantes no Brasil. O interesse em assegurar o fornecimento destes recursos em longo prazo e com custos mais baixos estimulou a pré-disposição chinesa em participar dos projetos de investimento na infraestrutura brasileira.

Nos fóruns multilaterais há o interesse comum em corrigir a lógica distorcida do comércio internacional, que preserva o interesse dos países desenvolvidos em detrimentos daqueles dos países em desenvolvimento, uma vez que o livre comércio pregado pelos primeiros não é aplicado de forma plena aos produtos em que os segundos detêm vantagens comparativas.

[13] O termo vem sendo usado, talvez com recorrência inédita, por acadêmicos, políticos e jornalistas. Em termos gerais, ele é empregado para dar referência a um amplo conjunto de acontecimentos relativos às relações entre países em desenvolvimento – focando desde a formação temporária de coalizões na esfera de negociações multilaterais até o fluxo de investimentos privados. Para outros, a CSS diz respeito a um âmbito geográfico específico.

O que destaca ao se comparar as duas economias é o ritmo de expansão. Entre 1990-2003, a economia chinesa cresceu quatro vezes mais rápido que a brasileira, pelo critério de renda per capita (8,5% contra 1,2% ao ano). [14]

Sendo mais expressivos, os investimentos externos diretos (IEDs) na China não atenuaram com a queda mundial presenciada pós-2000, ao contrário do Brasil. Durante 2003, as entradas de IED's para a China acabaram representando 9,6% do total mundial, contra 1,8% para o caso brasileiro, isto se deve ao término do programa de privatizações e ao nível baixo de crescimento econômico examinado no país. Até 1999, o Brasil habituou-se a graus de endividamento externo e elevados déficits em transações correntes, ao passo que o destaque foi pra China, ao incrementar as suas reservas internacionais.

A eficaz diferença entre o Brasil e a China reside, aparentemente, na ligação entre exportações e investimento, o que acabou permitindo a ampliação da capacidade de produção na China, enquanto que no Brasil e em outros países latino-americanos a redução cambial trouxe adulterações severas nas taxas de crescimento e investimento, apelando estes países a políticas monetárias rígidas.

Por fim, segundo as camadas delineadas pela UNCTAD[15] a China poderia ser qualificada como um país de industrialização rápida, que presencia uma modificação estrutural da sua base produtiva; ao passo que no Brasil, se a abertura não trouxe a desindustrialização, preveniu que o país diversificasse a sua base industrial e causasse um salto de competitividade nos segmentos mais dinâmicos do comércio internacional.

5. CONCLUSÃO

O futuro do Brasil-China constitui um desafio constante para as decisões dos políticos e analistas. Embora os dois países possam ser definidos genericamente como emergentes, potências regionais com ambições globais, esta definição não fornece uma estrutura capaz de captar todas as nuances do relacionamento.

---

[14] Fonte: World Bank Group < www.**worldbank**.org>

[15] Capital Accumulation, Growth and Structural Change, in: *Trade and Development Report 2003*, Geneva: UNCTAD, 2003.

A China e o Brasil, no comércio, apesar de haver lucratividade para ambos os países na última década, a relação está se tornando cada vez mais assimétrica. Alguns chegam a argumentar que o aspecto "Norte-Sul" da relação comercial Brasil-China é um prenúncio de mudanças profundas e dramáticas na economia do Brasil, como a desindustrialização[16].

Quanto aos investimentos, a disparidade entre os dois países em termos de indicadores de governança e fluxo de capital indica um paralelo intrincado. Embora o argumento inicial sugira que a China tem a vantagem, um olhar mais atento revela que a correlação entre boa governança e investimentos é real no longo prazo. Tanto a China quanto o Brasil têm aumentado os investimentos estrangeiros diretos no exterior, principalmente na América Latina, África e Asia[17].

Arrighi, a partir de sua formulação dos ciclos hegemônicos, entende que a partir da crise dos anos 70 instaurou-se um período de forte expansão financeira, que marcaria o "sinal de outono" do fim de um ciclo hegemônico americano. Além disso, estaríamos em um período de intensificação da concorrência interestatal e interempresarial, de escalada dos conflitos sociais e do o surgimento de novas configurações de poder, no caso, a China.

Dadas as dimensões territoriais, econômicas e populacionais de um país como o Brasil, talvez seja pertinente uma investigação mais detalhada sobre as implicações, para nosso país, da ascensão chinesa.

Dentro dos limites de um artigo acadêmico, este trabalho, em andamento, procurou apontar alguns aspectos, muitas vezes controversos e passíveis de debate, sobre a relação Brasil e China. A ideia principal foi apenas apresentar tópicos dessa relação, bem como apresentar brevemente duas abordagens – Teorias de Comércio Internacional e Economia Política dos Sistemas-Mundo - e tentar estabelecer comparações entre os elementos chaves de cada uma das teorizações e de suas interpretações distintas da relação bilateral vigente entre esses dois países.

---

[16] Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação do setor industrial do PIB do Brasil caiu para 15,5 por cento em 2009, o valor mais baixo desde 1947.

[17] O investimento chinês na América Latina entre 2008 e 2009 (de US $ 3,7 bilhões em 2008, para US $ 7,3 bilhões em 2009) sugere que o papel da China na região continua a acelerar em um ritmo rápido. Estatísticas do Ministério do Comércio da China indicam que, depois da Ásia, a América Latina é o segundo maior destino de investimentos chineses.

6. BIBLIOGRAFIA

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia Política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. Ensaios FEE, v. 8, n. 1, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. – (Coleção Zero à Esquerda).

_____. O Longo Século XX. São Paulo: Unesp,1994.

_____, Adam Smith em Pequim – Origens e fundamentos do século XXI. Boitempo, São Paulo, 2008.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. O Tempo do Mundo. Martins fontes. São Paulo, 1996.

BRUM, Argemiro Luís Brum. Economia Internacional.- uma síntese da análise teórica. Parte I. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

FERRARI FILHO Fernando. Economia Internacional. In: SOUZA, Nali de Jesus. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 1997.

GONÇALVES, Reinaldo *et al.* A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

HU, Jintao. *Joining hands to enhance friendship beteen China and Latin America*. Brasília, November 12, 2004. Disponível em: http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/zyjh/t170363.htm Acesso em: 12 nov. 2011.

JIA, Q. (2005) 'Peaceful Developement: China's Policy of Reassurance.' *Australian Journal of International Affairs* 59, (4), 493-507

MAIA, Jaime de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. São Paulo: Atlas, 2001.

PIRES, Hindenburgo F. Teoria das Longas Ondas e Os Ciclos da Indústria Mundial, São Paulo, USP, 1996, Tese de Doutoramento.

RAINELLI, Michel. Nova teoria do comércio internacional. Tradução: Ribeiro, Viviane. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

SALVATORE, Dominick. Economia Internacional. Rio de Janeiro. Livros Técnicos Científicos (LTC), 1999.

THORSTENSEN, V. Perfil da política e instrumentos de comércio internacional dos BRIC´s: China, Índia e Brasil. Nota Técnica – Projeto regulação do comércio Global. IPEA: Brasília, março de 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar las ciencias sociales – Límites de los paradigmas decimonónicos**. Siglo Veintiuno editores. 1999.

_____. O fim do Mundo como o Concebemos: ciências social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WILLIAMSON, John. A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

Site: United Nations Commodity Trade Statistics Database, 2010. Disponível em: <www. comtrade.un.org>. Acesso em 24.10.2011

ANÁLISE DO CIRCUITO DO CAPITAL FINANCEIRO NA CADEIA MERCANTIL DO CAFÉ – 1850-1930[1]

Rosana Isabel Moraes[2]

Resumo:

A pesquisa, em andamento, procura analisar o desenvolvimento do crédito, das casas bancárias e dos bancos no Brasil através do financiamento da cadeia mercantil do café no período de 1850 a 1930, considerando que este criou conexões entre investidores, produtores, comerciantes e consumidores do produto. Para sustentar esta hipótese, buscaremos evidenciar que os elos das atividades financeiras no período de 1850 a 1930, como crédito, casas bancárias e bancos não foram agentes autônomos, estando o seu desenvolvimento ligado diretamente ao investimento em infraestrutura, na produção e na comercialização do café, inserido desta forma como um nódulo desta cadeia mercantil. A cultura do café foi determinante para o crescimento das atividades econômicas do Brasil e da sua reafirmação na economia-mundo capitalista. A abordagem tem por referencial teórico a Economia Política dos Sistemas-Mundo, pois seus conceitos são fundamentais para a compreensão do objeto de pesquisa numa perspectiva sistêmica, o que deverá dar condições para uma análise mais global da inserção do Brasil na economia mundial.

Palavras-Chave: Economia-mundo capitalista, crédito, financiamento, cadeia mercantil, café.

Abstract

The research in progress, seeks to analyze the development of credit, banking houses and banks in Brazil by financing the commodity chain of coffee in the period 1850 to 1930, considering that this created the connections between investors, producers, traders and consumers product. To support this hypothesis, we will seek evidence that the bonds of financial activities in the period 1850 to 1930, as credit, banking houses and

1 Este resumo faz parte de pesquisa em andamento no Mestrado em Ciências Sociais – linha 4 – Relações Internacionais e Desenvolvimento, pela Universidade Estadual Paulista, UNESP – Campus de Marília, sob orientação da professora Dra Rosangela de Lima Vieira.

[2] Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, UNESP – Campus de Marília.
Contatos- E-mail: ronmoraes@uol.com.br; Cel: (14) 9661 8657; (11) 9942 6350

banks are not autonomous agents, with their development directly linked to investment in infrastructure, production and marketing coffee, inserted in this way as a commercial node in this chain. The coffee culture was crucial for the growth of economic activities in Brazil and its reaffirmation in the capitalist world-economy. The theoretical approach is the Political Economy of World Systems, because its concepts are fundamental to understanding the object of research in a systemic perspective, which should provide conditions for a more global analysis of Brazil's insertion in the global economy.

Keywords: capitalist world-economy, credit, financing, commodity chain, coffee.

1. Introdução

Apresentamos as preliminares de um projeto de pesquisa em desenvolvimento[3], onde destacaremos o café como força indutora de mudanças estruturais na sociedade e na economia brasileira o que será feito através da abordagem da Economia Política dos Sistemas-Mundo. Será utilizado o conceito de cadeia mercantil buscando evidenciar que o circuito do capital financeiro na cultura do café foi determinante para o desenvolvimento do crédito, das casas bancárias e dos bancos no Brasil no período de 1850 a 1930 – período em que o café atinge o apogeu como produto altamente rentável na pauta de exportações brasileiras. Analisando a cadeia mercantil do café, pode-se afirmar que os elos fundamentais das atividades financeiras necessárias ao desenvolvimento da cultura do café como a infraestrutura, eram financiados pelos britânicos e tinham a sua comercialização controlada por agentes destes localizados no país e no exterior. O consumo final do produto ocorria preponderantemente na Europa e depois EUA, criando assim conexões interestatais entre investidores, produtores, comerciantes e consumidores, caracterizando deste modo o financiamento dos negócios do café necessariamente como transnacional, tal como na análise de Wallerstein (1995).

1.1 A abordagem da Economia Política dos Sistemas-Mundo

[3] Projeto de Mestrado intitulado: "Análise do circuito do capital financeiro na cadeia mercantil do café – (1850". – 1930) desenvolvido na Universidade Estadual Paulista, UNESP – Campus de Marília, sob a orientação da professora Drª Rosangela de Lima Vieira.

A abordagem da Economia Política dos Sistemas-Mundo foi elaborada com as contribuições teóricas do historiador Fernand Braudel, do economista e sociólogo Giovanni Arrighi e do sociólogo Immanuel Wallerstein. A hipótese desta abordagem tem seu foco no capital como organizador do processo de acumulação e de hierarquização dos demais sujeitos para garantir a si condições privilegiadas.

O moderno sistema-mundo, ou economia-mundo capitalista, vem se desenvolvendo desde o século XV na Europa, expandindo-se desde então através dos deslocamentos geográficos e suas consequentes explorações econômicas, constituindo assim um sistema mundial. A principal consequência desse processo foi o ordenamento do mundo em centro, semiperiferia e periferia. Como característica tem a divisão internacional do trabalho e do capital a partir do centro hegemônico que condiciona as possibilidades dos demais membros do sistema. A posição no sistema não é estanque e pode se modificar ao longo do tempo de maneira paulatina, nunca de forma radical.

1.2 Cadeias mercantis na abordagem da Economia Política dos Sistemas-Mundo

Falar de cadeias mercantis significa falar de uma divisão social estendida do trabalho, a qual, ao longo do desenvolvimento do capitalismo histórico, tornou-se cada vez mais funcional e mais ampliada geograficamente e ao mesmo tempo cada vez mais hierarquizada. Essa hierarquização do espaço na estrutura dos processos produtivos levou a uma crescente polarização entre as áreas centrais e periféricas da economia-mundo, não só em termos de critérios distributivos (níveis de renda real, qualidade de vida), mas também, de modo ainda mais importante, nos *loci* da acumulação de capital.

Na abordagem de Wallerstein, os sistemas sociais são sistemas históricos complexos por serem constituídos de múltiplas estruturas: cada um deles representa uma rede integrada de processos econômicos (cadeias mercantis), políticos (Estados Nacionais) e culturais[4]. Tem dinâmica própria e potencial de diferenciação por um lado, e por outro as relações entre os processos e estruturas os mantêm unidos. O que permite a unidade desses processos e estruturas é a eficácia da divisão do trabalho, que no capitalismo ultrapassa barreiras locais dadas pelas estruturas culturais, e barreiras nacionais dadas pelas estruturas políticas. Esta eficácia é em função da riqueza em constante expansão que o sistema capitalista promove. Portanto a divisão internacional do trabalho e do capital a partir do centro hegemônico condiciona as possibilidades dos

[4] WALLERSTEIN, Immanuel, Análisis de sistemas-mundo; México: Siglo XXI, 2005, pags 32-5

demais membros do sistema em periferia e semiperiferia. A Economia Política dos Sistemas-Mundo observa estratégias capitalistas para a obtenção de taxas de lucro mais significativas, como por exemplo, o monopólio. Os processos relativamente monopolizados são mais lucrativos do que os de livre mercado, dado ao poder desigual dos produtos monopolizados vis-a-vil aos produtos com muitos produtores no mercado. O centro se constitui pela ocorrência de processos mais lucrativos.

As cadeias mercantis abrigam múltiplas atividades produtivas e as direções geográficas destas não se estabelecem de forma aleatória.

Na estrutura da economia-mundo capitalista, a cadeia mercantil pode ser pensada como a(s) teia(s) que forma(m) o(s) sistema(s) de produção social. Ao traçar as redes dessas cadeias mercantis, pode-se acompanhar o processo da divisão do trabalho e a diferenciação das taxas de lucro em cada etapa, o que permite acompanhar o constante desenvolvimento e transformação do sistema de produção da economia-mundo capitalista.

Gereffi e Korzeniewicz (1994) destacam que o investimento de capital também pode se deslocar de uma parte para outra da cadeia conforme as possibilidades de se ter e ou de se manter o monopólio nos nódulos – caixa (box) que compõe a cadeia mercantil, concluindo-se desta forma que não há na cadeia mercantil um nódulo, caixa (box) no processo de produção que seja automaticamente mais lucrativo que outro. Existe sim uma tendência de que o nódulo de produção – caixa (box) – menos competitivo e de baixo lucro, como o de produção de matéria prima, normalmente esteja locado na periferia do sistema-mundo.

A grande qualidade da abordagem da cadeia mercantil é a sua ênfase em todo o processo produtivo, financeiro, mercantil, comercialização e consumo[5].

2. A cadeia mercantil do café

A cadeia mercantil do café, ou de qualquer outra commodity, engloba todos os processos e estágios de produção necessários para transformar, a fruta do cafeeiro na bebida final. Todas as fases pelas quais o produto passa desde a origem, passando pelos estágios e processos intermediários, até chegar ao consumidor final, pode ser pensado como uma cadeia mercantil. A cadeia mercantil se entrelaça com outras cadeias, por exemplo, a cadeia mercantil do café é intimamente ligada à cadeia de combustíveis e à

[5] GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ Miguel –Commodity chains and global capitalism, 1994, British Library; pags 17,49-50

de produção de navios, uma vez que o transporte é essencial para levar o café do produtor ao consumidor final. É impossível analisar a cadeia mercantil como sendo uma unidade autocontida, ou seja, independente, sem considerar toda a economia-mundo da qual ela é parte.[6] O tecido da economia-mundo que emerge do entrelaçamento das cadeias mercantis, possui uma hierarquia que se divide em – centro, onde ocorrem os estágios mais rentáveis; a periferia, onde os estágios menos rentáveis costumam ser alocados; e uma camada intermediária, a semiperiferia, onde ocorre uma mistura destes estágios. A cadeia mercantil do café reproduz esta característica estrutural da economia-mundo. O estágio mais simples da cadeia do café – plantio e de processamento inicial, estão locados principalmente em países da periferia, enquanto que o processo mais dinâmico e rentável da cadeia, como o de desenvolvimento de novas bebidas para nichos de mercado, está locado principalmente em países do centro.

Os participantes dos vários aspectos da cadeia produtiva de café também estão envolvidos em sistemas mais amplos de produção, redes sociais e mercados. Os produtores, processadores e comerciantes de café ativamente negociam suas respectivas participações entre si e com outros sujeitos dos processos socioeconômicos e sociopolíticos quer localmente ou em uma escala mais ampla.

Segundo Talbot (2004) a chave para entender essa regularidade empírica – o agrupamento junto do núcleo, ao centro das atividades mais lucrativas e atividades periféricas alocadas em diferentes nações – é compreender o processo pelo qual diferentes áreas do mundo foram originalmente incorporadas na economia-mundo.

2.1. O circuito do capital financeiro na cadeia mercantil do café - 1850 a 1930

Nas leituras preliminares encontramos evidências que corroboram nossa hipótese de que os elos das atividades financeiras no período de 1850 a 1930, como crédito, casas bancárias e bancos não foram agentes autônomos. Caio Prado Junior (2008) analisa a produção cafeeira e destaca a intervenção do capital estrangeiro na economia do Brasil sob o contexto imperialista nos diferentes setores e fases das atividades econômicas do país. A penetração do capital financeiro no Brasil teve sua origem nos primeiros empréstimos concedidos pela Inglaterra, logo depois da Independência. Para Caio Prado, os empréstimos públicos serviram como arma de penetração e conquista da Inglaterra, país hegemônico da época, e o caso dos

[6] TALBOT, John M., – Grounds for agreement: the political economy of the coffee commodity chain, Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 2004 p. 5-7

empréstimos concedidos para a realização da política de valorização do café é um ente outros exemplos típicos. É precisamente no setor do café que o capital financeiro mais se empenhará. A economia cafeeira, nas suas diferentes fases, desde a produção até o consumo, será largamente explorada pelo capitalismo internacional que através do financiamento da produção, do comércio, da exportação, retirará uma primeira parcela de lucros, pois embora essas operações se realizem no Brasil, elas se acham direta ou indiretamente em mãos de capitalistas internacionais, seja por bancos e firmas comerciais de procedência estrangeira, seja por casas brasileiras a elas ligadas. Depois que o café é embarcado, a exploração do capital estrangeiro se torna naturalmente maior e mais fácil, pois o transporte, a distribuição para os países consumidores e a industrialização do produto (torrefação, moagem e outras manipulações), nódulos estes mais rentáveis da cadeia mercantil, são realizados em outros países – os do centro. A construção do setor financeiro no Brasil também se posiciona sob o controle da especulação internacional e o instrumento para isso serão sobre tudo as agências, filiais e correspondentes dos grandes bancos internacionais estabelecidos no país.

O circuito do capital financeiro na cadeia mercantil do café no Brasil também é realçado pelos autores Ana Célia Castro (1979), Topik (1987) e Delfim Netto (2009). Estes autores enfatizam que à medida que se expande a oferta do café, o país se integra vigorosamente aos fluxos do comércio internacional e as bases do investimento estrangeiro no Brasil se estabelecem mediante o ingresso de empresas pioneiras. Já em 1840 metade do comércio exportador pertence a firmas inglesas, acompanhando o incremento comercial, em 1862 instala-se no Rio de Janeiro o London and Brazilian Bank, dentre outras empresas. O monopólio da comercialização era mantido por exportadores Europeus e Norte Americanos, que com acesso ao capital, ao crédito e informações sobre os mercados internacionais, controlavam volumes expressivos de estoques externos de café, usando desta vantagem para diretamente influenciar no andamento do mercado.[7]

2.2 O financiamento da cadeia mercantil do café no Brasil 1850 -1930

As formas primitivas de empréstimos de dinheiro acompanham os primeiros estágios do desenvolvimento comercial e da circulação monetária. Aliás, não poucas

[7] PRADO JUNIOR, 2008, pags. 270-3; TOPIK, 1987, p. 12-3, 61); DELFIN NETTO, 2009, p. 41-2; ANA CASTRO, 1979, p 12-3; 25-9

vezes comerciante e usurário confundem-se na mesma pessoa até que haja certa especialização típica do capital. A existência no Brasil dessas formas primitivas de crédito (em particular, o empréstimo pessoal produtivo ou para consumo), já é notada no início do Século XIX sob o influxo da produção açucareira voltada à exportação, onde as atividades de financiamentos eram realizadas sem que se definisse o quadro institucional característico do crédito bancário. Antes da criação do primeiro banco no Brasil, operavam no setor de crédito apenas alguns capitalistas nacionais e ingleses, recentemente estabelecidos, que sacavam sobre as praças europeias e recebiam dinheiro em conta corrente ou depósito, na maior parte das vezes para passá-lo aos bancos da Inglaterra ou convertê-lo em títulos de renda assegurada. Essas somas eram sempre entregues em ouro e exportadas como mercadorias[8].

A fazenda cafeeira adotou, desde o começo de sua expansão, o modelo do estabelecimento do engenho de açúcar, calcada sobre a grande propriedade e a escravidão. Aumentado o ritmo cafeeiro, estimulado pela procura e pelos preços, o crédito tornou-se necessidade maior do que o contingente próprio do agricultor. No primeiro impulso do fornecimento do crédito os fazendeiros emprestavam dinheiro a juros a seus vizinhos, e comerciantes vendendo ao prazo usual de um ano, de safra a safra. O agricultor encontra no comprador da safra o natural financiador, mediante um sistema simples de crédito: a safra futura em troca das necessidades para o custeio e a expansão. Nesse mecanismo, os agricultores consignavam sua colheita aos comissários, que eram corretores ou comerciantes geralmente brasileiros, que não apenas forneciam crédito, como também prestavam uma série de serviços de representação, despachando suprimentos, pagando despesas de transporte, verificando pesos e armazenamento da produção. O comissário, então necessário elo entre a plantação e a exportação, negociava na base da confiança, com os fazendeiros parentes e amigos. Os financiamentos a estes ocorriam através da emissão de letras de crédito de prazos de 4 ou de 6 meses e com base nestas letras de crédito, eram emitidos saques que podiam ser descontados diretamente nos bancos, ou negociados por meio de banqueiros.

Esta forma de financiar evolui e, graças à promulgação do Código Comercial de 1850[9] que passa a reconhecer legalmente a profissão de banqueiro, regulamentando

---

[8] PACHECO, Cláudio – História do Banco do Brasil, 1987, pag15

[9] HANLEY, Anne G. – Native Capital – Financial Institutions and Economic Development in São Paulo, Brazil, 1850-1920; Stanford University Press, 2005; MULLER, Elisa Moedas e Bancos no Rio de Janeiro no Século XIX – artigo consultado em www.ie.ufrj.br/.../seminários/.../moedas_e_bancos_no_rio_de_janeiro_no_seculo_xix.pdf

juridicamente a organização dos bancos e dos contratos de financiamentos (inclusive os garantidos por hipotecas) e que através desta promulgação dá garantias legais à organização de empresas no Brasil, surge no comércio as "casas de descontos", conhecidas como "casas bancárias" companhias de capitais fechados, organizadas por grandes corretores que acumularam recursos. As casas bancárias se diferenciam dos bancos, passam a atuar no mercado secundário através do desconto antecipado de letras de crédito privadas, fazendo adiantamentos, estabelecendo por base do seu lucro a comissão de 3% sobre os cafés que recebiam, e pagando 2% del credere aos banqueiros que com eles tomavam a responsabilidade nas letras de crédito. Como recurso para tais adiantamentos, tinham em parte o capital próprio dos corretores, depósitos feitos pelo público e também empréstimos obtidos em bancos particulares e no Banco do Brasil. O cliente preferencial das casas bancárias era aquele que não atendia às condições de crédito estabelecidas pelos bancos comerciais da época.

A libertação dos escravos em 1888 trouxe consigo novos problemas de financiamento, que alteraram as relações entre os comissários e os exportadores. Antes de 1888, os recursos financeiros necessários para o custeio da fazenda eram relativamente pequenos, pois a parte mais importante desse custeio – que era o pagamento da mão de obra – praticamente não existia, pois o custo então existente no custeio da fazenda (mão de obra escrava) não se representava em dinheiro, portanto não exigia recursos monetários. A libertação significou não somente a perda de braço escravo, mas também a necessidade da realização imediata de enormes investimentos dada à inserção da mão de obra livre, como a construção de casa e o financiamento das despesas de transportes dos colonos e o aumento da necessidade de capital para o pagamento de salários. É certo que, na medida em que o fazendeiro conseguia estabelecer uma "conta-corrente" com seus colonos, o dinheiro funcionava simplesmente como uma unidade de conta sendo necessário somente para a liquidação dos saldos, entretanto isso não invalida a afirmação de que a necessidade de capital do fazendeiro tornara-se maior para o custeio da fazenda. Os recursos dos comissários, embora ponderáveis foram insuficientes para sustentar as novas necessidades monetárias da economia e a ligação entre este e os fazendeiros foi-se diluindo à medida que a produção nacional se expandia.

Com a expansão da produção veio a lei federal que regulamentou o estabelecimento dos armazéns gerais em 1903 e as casas exportadoras passaram a comprar o café diretamente dos agricultores e moageiros, alterando e modernizando

dessa forma os métodos comerciais da época. À medida que essa integração se acentuava, maiores eram as possibilidades de pressão dos grandes exportadores sobre os preços, pois comprando diretamente dos agricultores e moageiros, eliminaram os intermediários (comissários e ensacadores) que tinham algum capital para especular com os estoques. [10]

A expansão comercial do café foi acompanhada pela atuação dos bancos estrangeiros com a construção de portos, serviços públicos, e a implantação de estradas de ferro – "a *railroadization"* - tendo o setor financeiro inglês como fonte para estes investimentos que além da remuneração do capital, atendeu aos múltiplos objetivos da divisão internacional do trabalho – integrou o interior do país à economia mundial; barateou os custos de produção dos alimentos e matérias-primas exportados para a Inglaterra; ampliou as escalas de produção e abriu novos mercados para a crescente exportação britânica, especialmente de bens de capital. Os banqueiros especialmente os britânicos e franceses, estabeleceram as suas casas na rota comercial, implantando a prática e a técnica dos centros europeus, servindo de alicerce da estrutura financeira no Brasil.

Os bancos estrangeiros, sob a forma de sociedades anônimas, aparecem no Brasil em 1862. Um decreto de 2 de outubro permitiu a instalação da companhia organizada em Londres: London and Brazilian Bank, que negociava em câmbio, recebia depósitos e fazia descontos, abrindo filiais em Recife, Santos e Rio Grande. Em 28 de dezembro de 1862, instala-se o Brazilian and Portuguese Bank, também organizado em Londres em julho de 1863, que se transformou em 6 de outubro de 1866 no English Bank of Rio de Janeiro Ltd e em 1891 para British Bank of South America, sendo liquidado em 1933.[11]

Ligadas às atividades exportadoras, e conectadas às companhias de navegação, encontramos as diversas companhias de seguros (21 firmas entre 1860 -1875), dentre

---

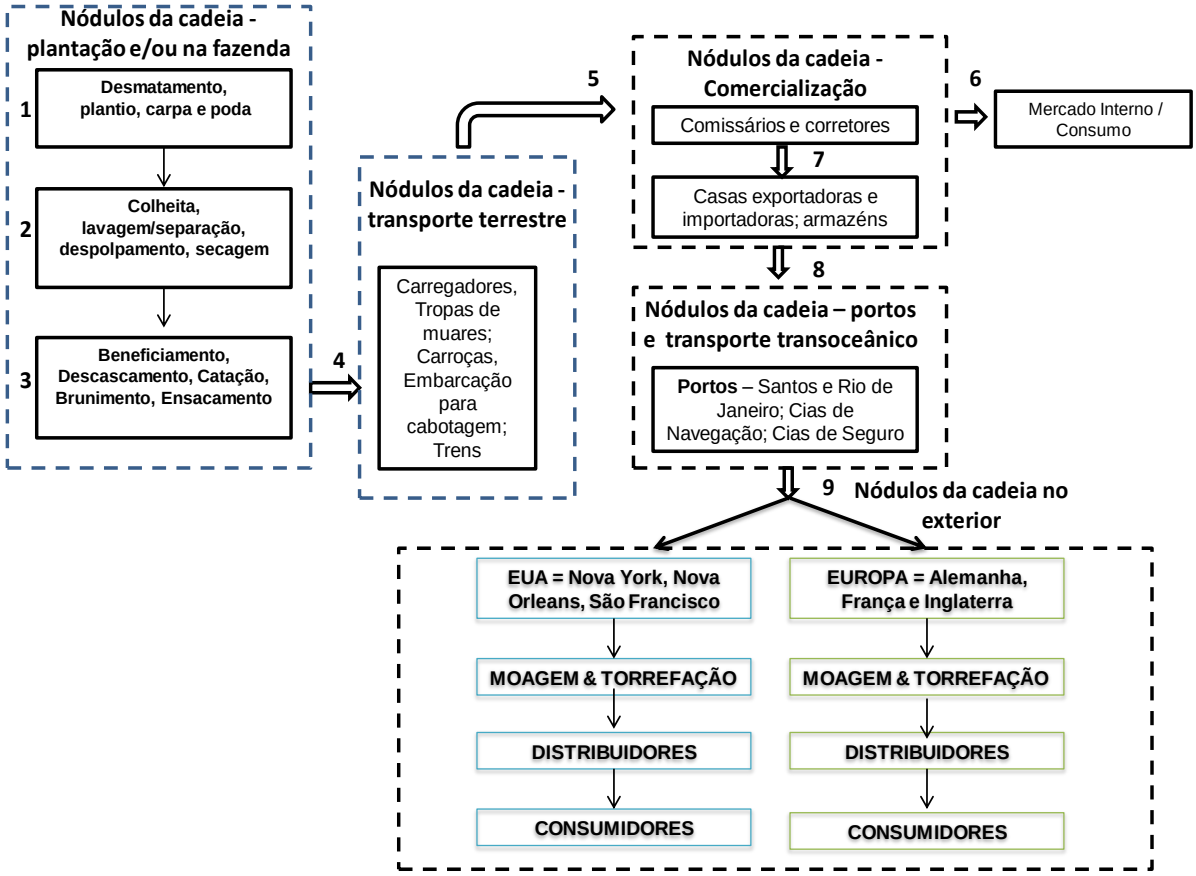
[10] ARAUJO Filho, R. José – Santos o porto do café, RJ: Fundação IBGE, 1969, pag. 147; CALÓGERAS, Pandiá J. A Política Monetária do Brasil, São Paulo: Editora Nacional, 1960, pag. 300; DELFIM Netto, Antonio, O problema do café no Brasil, São Paulo: Editora UNESP, 2009, pags 50-1; FAORO, Raymundo, Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro, 4ª edição – São Paulo: Globo, 2008, pags: 472-73; HANLEY, Anne G. – Native Capital – Financial Institutions and Economic Development in São Paulo, Brazil, 1850-1920; Stanford University Press, 2005, pags 24-32; MARTINS, M; JOHNSTON, E. 150 Anos de Café 1992,pags 186-9-; PERISSINOTTO, Renato M.- Classes dominantes e Hegemonia na República Velha – Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1994, pags 168-71; SAES, Flávio Azevedo Marques, Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930. São Paulo, IPE/USP, 1986, pags 61-3; SCHULZ, John, A Crise Financeira da Abolição: 1875-1901. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 1996, capítulo 3.

[11] FONTENLA, Vicente Paz – História dos Bancos no Brasil, 2ª edição, 1975, pags 22-3;

elas, a mais importante a London and Lancashire Fire Insurance Co. em 1872 declarava um capital superior a 2.000.000 libras.[12]

Para concluir apresentamos o esboço da cadeia mercantil do café no Brasil: 1850 – 1930, que permitirá ter uma visão espacial ampliada dos nódulos envolvidos e a intersecção destes com as respectivas necessidades de financiamentos.

ESBOÇO DA CADEIA MERCANTIL DO CAFÉ NO BRASIL: 1850 - 1930



Fontes: VIEIRA, Rosangela Lima – A cadeia mercantil do café produzido no Brasil no período de 1830 a 1929;,publicação no prelo; TOPIK, Steven, MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr, 2006

3. Considerações finais

A exposição das preliminares deste projeto de pesquisa em desenvolvimento nos permite afirmar que o circuito do capital financeiro na cadeia mercantil do café no período de 1850 – 1930 envolveu um sistema complexo de múltiplas estruturas representado por processos econômicos (cadeias mercantis) do comércio, da rede bancária, dos investimentos em ferrovias e infraestrutura, e dos demais serviços urbanos, bem como dos processos políticos (Estado Nacional) onde dispôs de uma

[12] ; CASTRO, Ana Célia- As Empresas Estrangeiras no Brasil – 1860-1913; RJ -Zahar Editores,1979 ; p.33-4

enorme penetração na administração pública. A intersecção dos processos políticos (Estado Nacional) com os processos econômicos (cadeias mercantis) e a sua forte presença na administração pública é um aspecto importante e será desenvolvido no decorrer da pesquisa.

Do comércio exportador do café emergiram os eventos que deram suporte ao desenvolvimento do crédito que inicialmente tinha sua função financeira centrada nos intermediários da economia cafeeira – os comissários do café. Autores como Taunay admitem a posição de dependência do fazendeiro diante do comissário, uma vez que é através deste que o café é comercializado e é este que supre as necessidades de custeio da fazenda e é por meio deste que o fazendeiro adquire as mercadorias importadas. Portanto inicialmente o comissário controla os fluxos monetários do fazendeiro, por vezes assumindo o papel de principal financiador deste. Com base nas leituras preliminares podemos afirmar que no período de 1850 a 1889 predomina o crédito privado entre os indivíduos. Com o crescimento rápido da produção, construção das ferrovias e consequente deslocamento geográfico da produção do Rio de Janeiro para o interior de São Paulo, da inclusão do trabalho assalariado, da mecanização parcial (ao nível das operações de beneficiamento do café), estes elementos convergem para a premente necessidade do desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro mais avançado. À medida que a economia cafeeira se desenvolve, cresce o papel das casas exportadoras que ampliam a sua estrutura de compras do café passando a atuar diretamente com os produtores. A criação dos armazéns gerais, por lei federal de 1903, também favoreceu as casas exportadoras estrangeiras, pois a partir de então, os fazendeiros deviam armazenar neles o seu café e negociá-los diretamente como exportador. Os armazéns gerais não estavam sob o controle dos fazendeiros, pois para a sua construção e uso eram feitas uma série de exigências, as quais somente o capital estrangeiro estava em condições de cumprir. Desta forma, o controle sobre os armazéns gerais, permitiu às casas exportadoras estrangeiras conquistar pontos estratégicos na comercialização, passando a centralizar os estoques de café, em controle da oferta, portanto em controle do mercado cafeeiro, eliminando assim os intermediários da operação, os comissários e os ensacadores.

A pesquisa em andamento aponta para a importância das operações comerciais do café, bem como dos capitais aplicados nesta economia para explicar o nascimento dos primeiros bancos brasileiros, da instalação dos bancos estrangeiros, dos investimentos estrangeiros na infraestrutura e consequentemente no desenvolvimento

do sistema financeiro no Brasil. A análise dos elementos que se incorporam à cadeia mercantil do café, no período de 1850 a 1930, mostrará que os encadeamentos espaciais gerados nas várias etapas desta cadeia interferiram diretamente no desenvolvimento do crédito, das casas bancárias e dos bancos no Brasil e na reafirmação deste na economia-mundo capitalista.

A percepção que emerge da pesquisa aponta para nódulos altamente lucrativos da cadeia mercantil, nódulos estes que de acordo com a hierarquia da economia-mundo estão localizados no centro, onde ocorrem os estágios mais rentáveis, logo, reforçando a condição da inserção do Brasil como periférico na economia mundial.

4. Bibliografia

ARAUJO, Filho, J. Ribeiro – Santos o porto do café, RJ, Fundação IBGE, 1969.

ARRIGHI, Giovanni – O Longo Século XX – R.J: Contraponto; SP: Editora UNESP, 1996.

BRAUDEL, Fernand – A Dinâmica do Capitalismo. Trad. Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Teorema, 1985.
_____ Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII – o tempo do mundo, volume 3; 2ª Ed - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CALÓGERAS, Pandiá J. – A Política Monetária do Brasil, São Paulo: Editora Nacional, 1960.

CASTRO, Ana Célia – As Empresas Estrangeiras no Brasil – 1860 – 1913; Zahar Editores – RJ, 1979.

CLARENCE-SMITH, William Gervase; **TOPIK**, Steven C. – The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America -1500-1989, Cambridge University,2003.

DELFIM Netto, Antonio – O problema do café no Brasil, São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FAORO, Raymundo – Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro, 4ª edição – São Paulo: Globo, 2008.

FONTENLA, Vicente Paz – História dos Bancos no Brasil, 1975, GB, Rio de Janeiro.

GEREFFI, Gary; **KORZENIEWICZ,** Miguel – Commodity Chains and global capitalism, British Library, 1994.

GRAHAN, Richard – Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil 1850-1914, SP – Editora Brasiliense, 1973.

HANLEY, Anne G – Native Capital - Financial Institutions and Economic Developmment in São Paulo, Brazil, 1850 - 1920; Stanford University Press, 2005.

MARTINS, M; **JOHNSTON,** E. **–** 150 anos de café, 1992.

MULLER, Elisa – Moedas e Bancos no Rio de Janeiro no Século XIX – artigo em www.ie.ufrj.br/.../seminários/.../moedas_e_bancos_no_rio_de_janeiro_no_seculo_xix.pdf

PACHECO, Cláudio – História do Banco do Brasil, 1987, Vols 1, 2, 3, 4 – RJ – Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1988.

PERISSINOTTO, Renato M – Classes Dominantes e hegemonia na República Velha – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

PRADO Junior, Caio – História Econômica do Brasil, SP: Editora Brasiliense, 2008.

RIBEIRO, Benedito; **GUIMARÃES**, M. Mário – História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro do Brasil, São Paulo: Editora Pro-Service, 1967.

SAES, Flávio Azevedo Marques – Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930. São Paulo, IPE/USP, 1986.
_____ – As Ferrovias de São Paulo – 1970 – 1940, Hucitec/INL-MEC, SP, 1981.

SILVA, Sérgio – Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, Ed. Alfa-Omega, 1986.

SCHULZ, John – A Crise Financeira da Abolição: 1875-1901. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 1996.

TALBOT, M. John – Grounds for Agreement: the political economy of the coffee commodity chain/, Rowman & Littlefield Publishers, Inc, Oxford, UK, 2004.

TOPIK, Steven C. – The political economy of the Brazilian State, 1889 - 1930, (University of Texas at Austin- Institute of Latin American Studies); nº 71, 1987.

VIEIRA, Rosangela Lima – A cadeia mercantil do café produzido no Brasil no período de 1830 a 1929; 2011; publicação no prelo.
_____ A Economia Política dos Sistemas-Mundo e as cadeias Mercantis; Texto apresentado no V Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo, 2011; Unicamp – Campinas – SP.

WALLERSTEIN, Immanuel – Análisis de sistemas-mundo; México: Siglo XXI, 2005;
_____ Capitalismo histórico – Civilização Capitalista, RJ – Contraponto Editora, 2001.

A RELAÇÃO SINO-AFRICANA: CARACTÉRISTICAS E EFEITOS DA ESTRATÉGIA POLÍTICA CHINESA

Aline Lui[1]
Helton Ricardo Ouriques[2]

RESUMO: Nas últimas três décadas, a China deixou de ser um dos países mais pobres do mundo para se tornar uma potência mundial. Uma mudança tão drástica na posição relativa do país no sistema interestatal não poderia deixar de afetar a maneira pela qual a China relaciona-se com outros países. No caso da relação sino-africana, dez anos depois de a China estabelecer o continente africano como uma prioridade, a mesma passa a ser o principal parceiro econômico da África, tomando o lugar dos antigos colonizadores europeus. Este artigo se propõe apresentar o desenvolvimento e aprofundamento da relação entre China e África, mostrando-a como um dos elementos da estratégia de "ascensão pacífica" chinesa. Em outras palavras, o aprofundamento das relações sino-africanas deve ser compreendido a partir da reconfiguração atual da economia-mundo capitalista, com a emergência de um pólo dinâmico centrado no Leste Asiático. A primeira parte do artigo aborda o histórico do envolvimento entre a China e o continente africano. A segunda parte aborda a estratégia política chinesa, mostrando as suas características, com ênfase no investimento externo direto e na ajuda oficial ao desenvolvimento. Nas considerações finais, abordam-se os efeitos dessa relação para a China e para a África, na atual conjuntura da economia-mundo capitalista.

Palavras-chave: China, África, política econômica.

1. Introdução

Em três décadas, a China saiu do patamar de país mais pobre do mundo para o de potência mundial. Uma mudança tão drástica na posição relativa do país no mercado mundial não poderia deixar de afetar a maneira pela qual a China relaciona-se com outros países. No caso da relação sino-africana, dez anos depois de a China estabelecer o continente africano como uma prioridade, a mesma passa a ser o principal parceiro econômico da África, superando tanto os Estados Unidos quanto os antigos colonizadores europeus.

Desta maneira, o artigo propõe-se estudar o desenvolvimento e os efeitos dessa relação. Primeiramente, é necessário entender que o envolvimento da China com a África não é recente. Além disso, é possível observar que as prioridades chinesas na África têm mudado conforme o ritmo de sua economia, pois é perceptível a demanda chinesa por matérias-primas,

[1] Estudante do Curso de Relações Internacionais da UFSC.
[2] Professor do Depto de Economia e Relações Internacionais da UFSC e membro do GPEPSM/CSE/UFSC.

existentes nos países africanos. Em segundo lugar, tendo em vista que a política externa chinesa na África é reconhecidamente desenvolvimentista, procura-se analisar as características de sua estratégia política no continente africano, a partir dois principais componentes do fluxo de capital chinês: o investimento externo direto e a ajuda ao desenvolvimento. Por fim, o artigo procura estudar os efeitos da relação sino-africana para a China e o continente africano.

2. Breve histórico das relações entre a China e a África

Ao lançar o olhar sobre o passado da relação entre China e África, nota-se que esta vem se intensificando desde o período da Guerra Fria. É bem verdade que, com a queda da URSS e o rearranjo no cenário internacional a partir dos anos 1990, agregado ao acelerado crescimento econômico chinês, os interesses desse país em outras regiões do mundo, notadamente no continente africano, tornaram-se mais evidentes, pela escala do envolvimento, notadamente econômico.

Após a Revolução Chinesa (1949), foi possível observar um maior aprofundamento dos laços por parte da iniciativa chinesa. Nesse período, a China tinha como objetivo exportar a revolução, o que coincidiu com a proliferação de movimentos de libertação nacional na África. Houve uma ajuda bélica e também humanitária de Pequim. De acordo com Alves (2009), o estreitamento das relações foi usado, também, como meio de impedir a aproximação destes países com Taiwan e seu reconhecimento como nação independente. Como resultado, o apoio foi importante para Pequim conseguir retirar de Taiwan o status de representante legítimo do povo chinês.

Na década de 1970, a China pôde expandir ainda mais seus investimentos no continente africano. Isso ocorreu em razão da diminuição da presença soviética na região, pois a URSS enfrentava problemas internos e vinha se apresentando como um grande concorrente para a China na região africana. Os investimentos direcionaram-se principalmente para a infraestrutura. Um projeto importante foi a construção da ferrovia Tanzan. Na opinião de Taylor (2010), esse projeto, que foi recusado pelas potências europeias e pelos EUA, deu à China a oportunidade de se mostrar como potência alternativa. O objetivo dessa obra era ligar a Tanzânia ao Zâmbia, como parte do projeto de constituir uma “pan-África”. Esta parceria aumentou ainda mais a influência chinesa no continente africano.

Na década de 1980, nota-se um relativo afastamento da África, pois a China estava envolvida com prioridades internas, traduzidas pelo processo de reforma e abertura[3]. Na mesma época, o continente africano começa a enfrentar uma crise generalizada, como destacado por Castells (1999). Para esse autor, enquanto uma economia global e dinâmica se instaurava em boa parte do mundo a partir do final dos anos 1970, a África subsaariana experimentava um processo de significativa deterioração de sua posição relativa no comércio, investimentos, produção e consumo em relação a todas as demais áreas do globo. No início da década de 1990, a receita conjunta de exportações de seus 45 países, com uma população de cerca de quinhentos milhões de habitantes, atingiu apenas US$36 bilhões em valores atuais. Essa cifra correspondia a menos da metade das exportações de Hong Kong no mesmo período. Já o setor industrial, desde os anos 1980, demonstrava sinais de crise, mais precisamente, no mesmo momento em que a renovação tecnológica e a industrialização voltada à exportação ocorriam na maior parte do mundo, inclusive em outros países em desenvolvimento.

Para Castells (1999), tais condições levaram a maioria das economias africanas à dependência de ajuda internacional e empréstimos externos. Em números, isso significou para a África, 30% do montante destinado ao auxílio financeiro no mundo todo, enquanto a dívida externa total saltou de 30,6% em 1980 para 78,7% em 1994 (em termos de porcentagem de PIB). Nota-se também que, paralelamente, o investimento externo direto na região foi praticamente irrisório. Assim, "cientes da impossibilidade de a África saldar a dívida, os credores do governo e as instituições internacionais valeram-se dessa dependência financeira para impor políticas de ajuste sobre os países africanos, exigindo subserviência em troca do perdão parcial da dívida ou de sua renegociação" (Castells, 1999:113). Por isso, as décadas de 1980 e 1990 marcaram a "marginalização da África na economia global".

Modificações mais perceptíveis no relacionamento entre a China e a África vão se dar a partir de meados dos anos 1990, durante a viagem do presidente Jiang Zemin ao continente africano, em 1996. Na ocasião, ele apresentou a proposta dos cinco pontos, que visava estabelecer os termos de uma nova relação com a região. Os cinco pontos seriam a amizade confiável, a igualdade soberana, a não-intervenção, o desenvolvimento mutuamente benéfico e a cooperação internacional (Alden, 2007). Essa linha de atuação vai ser reforçada a partir do ano de 2000, com a criação do Fórum de Cooperação China-África, realizado em Pequim. A ideia foi proposta por Jiang Zemin, e se baseava em planos de ação para criar metas e estratégias para os programas bilaterais. É importante ressaltar que, neste período, a China já

[3] Para detalhes sobre o processo de reforma e abertura, ver Marti (2007).

consolidava a ideia de que a política externa estava subordinada à estratégia de desenvolvimento do país. Consequentemente, a segurança energética, que era considerada como parte fundamental da segurança nacional, passou a estar intimamente interligada à política externa.

Portanto, após a Guerra Fria, nota-se que as estratégias políticas de viés ideológico são substituídas pela ênfase econômica. A seção seguinte visa esclarecer as características da atuação da política chinesa na África, através do investimento externo direto da China na África e da Ajuda Oficial de Desenvolvimento.

3. Entendendo a atuação chinesa na África

De acordo com Alves (2009), a política externa chinesa está voltada à promoção da coexistência pacífica com outras nações, que segue cinco princípios: respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, não agressão mútua, não interferência em assuntos internos de outros países, vantagens mútuas e igualitárias, e coexistência pacífica. Segundo o autor, a política de não interferência em assuntos internos tem se destacado na estratégia adotada em busca dos recursos naturais. Em outras palavras, os chineses não se preocupam com a questão do *state-building* nos seus contatos com a África. Eles trabalham com os governos que comandam seus respectivos Estados, sem tentar modificá-los, diferentemente dos países ocidentais, onde os assuntos domésticos são importantes o suficiente para paralisar uma negociação. Isso traz uma enorme vantagem para as firmas chinesas, que enfrentam pouca concorrência nas disputas por campos de exploração de petróleo, mineração etc.

Na visão de Alves (2009), além do princípio de não interferência, a China diferencia-se do Ocidente em sua abordagem africana por oferecer um pacote completo aos países em que aporta. A China é, ao mesmo tempo, doador, financiador, investidor, empreiteiro e construtor. Isso a torna diferente, pois sua inserção na África não consiste somente na necessidade de recursos naturais, mas contempla também recursos financeiros e a influência política para perseguir seus interesses.

Ao mesmo tempo, é inegável que a maior presença chinesa na África esteja ligada à própria necessidade daquele país por recursos energéticos[4], necessários para sustentar seu notável crescimento econômico dos últimos trinta anos. Alden (2007) ressalta que a empresa

[4] Para a compreensão da diplomacia do petróleo chinesa, ver Taylor (2006).

estatal chinesa de petróleo (China National Petroleum Corporaton – CNPC), tem investido fortemente em parcerias no Sudão, Angola, Argélia e Gabão, usando também outros instrumentos econômicos, como assistência financeira, projetos na construção civil e venda de armas, para fortalecer seus laços com esses países produtores de petróleo.

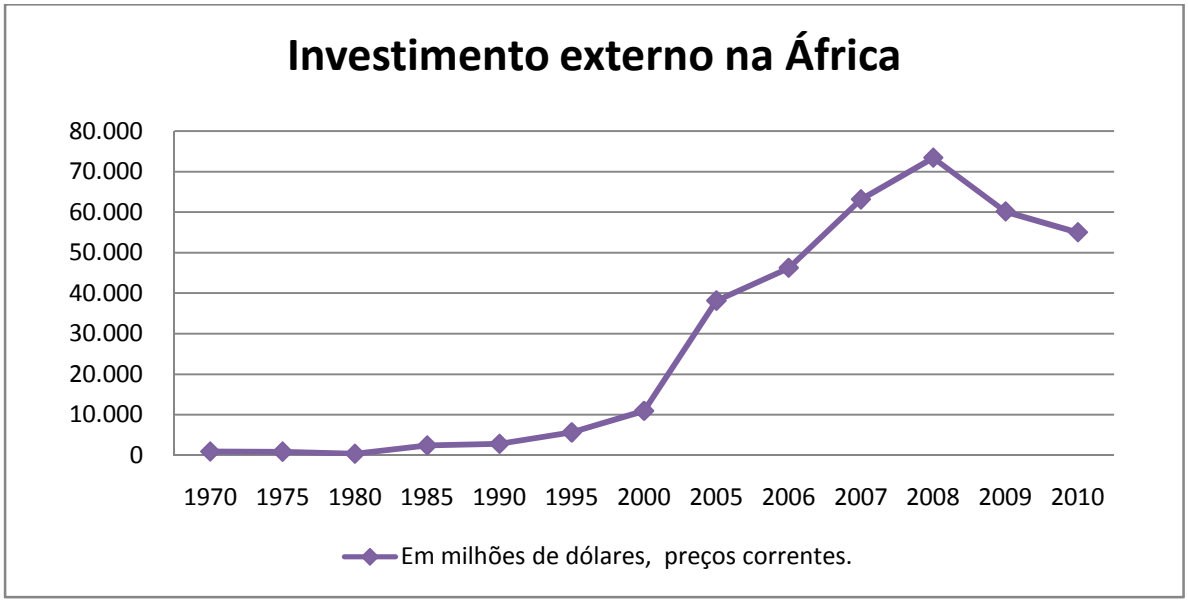
Dessa forma, a China tem conquistado diversos governos africanos através de seus investimentos em infraestrutura. Ainda que a maioria dos investimentos em estradas, ferrovias, portos e dutos favoreceram a exportação de petróleo e outros recursos naturais para a China, os benefícios de tais construções acabam transbordando para a população africana. O mesmo pode-se dizer dos investimentos feitos em escolas, hospitais e redes elétricas que, a princípio, visam atender a presença de cidadãos chineses na região, como destacado por Michel (2008).

As estratégias de atuação chinesa podem ser analisadas através dos altos fluxos de capitais da China em direção à África. O capital é direcionado através do Investimento Externo Direto e da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, que tem crescido de formal exponencial desde 1990.

No tocante ao investimento externo direto, as empresas chinesas foram incentivadas a investirem no exterior a partir da estratégia do *"Going Global"* ou *"Go out"*. Essa foi uma iniciativa do governo, pela qual foram promovidas mudanças na legislação, proporcionando a simplificação no processo de aprovação de projetos, estímulo ao investimento exterior, gestão cambial e avaliação estatística. Certamente, tal política viabilizou a internacionalização de muitas empresas chinesas, na primeira metade dos anos 2000.

Já em 2006, o governo chinês anunciou a intenção de desenvolver zonas econômicas especiais (ZEEs) no continente africano, como as já existentes na China. As ZEEs chinesas visam à expansão e desenvolvimento de setores específicos, além do aumento dos níveis de empregos a partir de incentivos fiscais. Uma das primeiras ZEEs a ser desenvolvida encontra-se em Chambishi, no Zâmbia, ocupando uma área de 45 quilômetros quadrados em um cinturão de cobre. Além disso, as companhias, ali localizadas, receberão diversos incentivos alfandegários. Os IDE fluem nos dois sentidos, entre a China e a África. A segunda zona oficial está localizada em Maurício, considerado um centro financeiro com atrativas leis relacionadas a investimento externo direto. As zonas também se estenderão para a Etiópia, Egito e Nigéria.

Gráfico 1. Fluxo de IDE na África, em milhões de dólares.

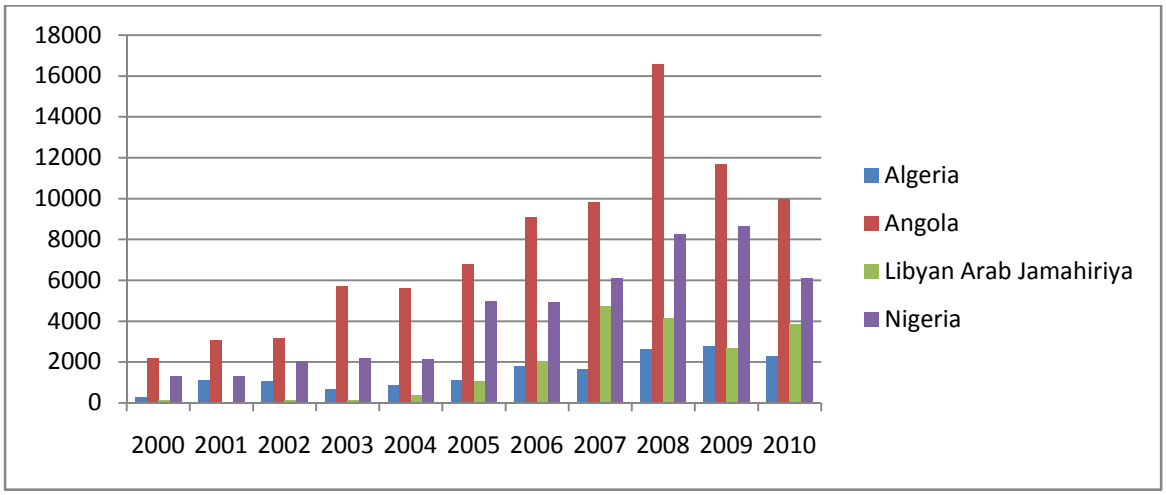


Fonte: Unctad. Disponível em: www.unctad.org/

O gráfico 1 mostra que o IED nos países africanos atingiu o seu pico em 2008, com 72 mil milhões de USD (UNCTAD 2010), um valor cinco vezes maior do que o registrado no ano 2000. O crescimento do IDE até 2008 foi suportado pela alta dos preços das matérias-primas, particularmente o petróleo, que desencadeou uma grande expansão nos investimentos dirigidos às mercadorias. A partir de 2008, nota-se uma queda no fluxo de IDE, ocasionado pela crise financeira global. Por um lado, os investidores foram afetados e reduziram os seus investimentos, por outro, a crise levou a uma diminuição da procura das mercadorias africanas. Esta quebra na procura reduziu o investimento de capital nos setores e países onde historicamente se concentra a recepção de fluxos de investimento externo, como por exemplo, no setor petrolífero (gráfico 2).

Como é possível observar, a Argélia é o país que recebe o maior fluxo de investimento externo direto e a Angola, o segundo. O crescimento do fluxo é constante desde o ano 2000. Já em 2008, há uma queda no IED na maioria dos países.

Gráfico 2. Fluxo de Investimento Externo Direto para países exportadores de petróleo, em milhões de dólares (preços correntes).



Fonte: Unctad. Disponível em: www.**unctad**.org/

Cabe destacar a diferença entre o IED efetuado por estatais e por empresas privadas. De acordo com Oliveira (2007), a diferença é irrelevante, uma vez que as estatais chinesas têm passado por um processo de reestruturação. E isso inclui a venda de suas ações, uma grande autonomia operacional e tomada de decisões baseada na rentabilidade. Enquanto que as empresas privadas têm igualmente facilidade de acesso a fundos com apoio governamental, como o Conselho de Negócios China-África estabelecido entre o governo chinês e o PNUD. No momento, as firmas privadas ou mistas (*townships and villages enterprises*) dominam as atividades de exportação e importação na China. Os empresários, cada vez mais, têm viajado e emigrado para a África em busca de oportunidades de negócios. Inclusive, a mídia dá mais destaque às operações das estatais do petróleo ou da mineração, mas milhões de dólares então sendo investidos na África por empresários privados: na agricultura, processamento de alimentos ou manufatura leve.

No caso da força de trabalho chinesa crescente na África, Michel (2008) afirma:

> Não é difícil enxergar os motivos pelos quais levam os imigrantes chineses até a África. Na China, os salários não ultrapassam U$150 por mês, além disso, há cada vez mais trabalhadores rurais migrando para as cidades litorâneas da China. Segundo Huang Zequan, vice presidente da Associação de Amizade dos Chineses e Africanos, residem 550.000 chineses na África, que convivem com mais 100.000 franceses e 70.000 americanos, atualmente. [...] A forma como os governantes africanos encaram os interesses chineses é, em sua maioria, bem-vinda. Os líderes africanos não hesitam ao entregar os encargos públicos à China. É à ela que eles direcionam-se quando necessitam construir escolas, hospitais e alojamentos – freqüentemente antes das eleições com o objetivo de obter lucros com os projetos de infraestrutura (p. 41).

Ao mesmo tempo, a migração de força de trabalho chinesa para a África é um dos pontos críticos da atualidade, como apontado por Tan-Mullins et alli (2010) e Ajakaiye (2006), por implicar o não aproveitamento dos trabalhadores locais, mesmo em atividades com menor necessidade de qualificação.

O segundo caminho, pelo qual percorre o capital chinês, é através da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento da China na África[5]. A promoção do desenvolvimento no continente africano pela China trata-se de três instrumentos: empréstimos, doações e cooperação técnica. De acordo com Esteves et alli (2011), até setembro de 2006, o EXIMBANK chinês, instituição responsável pela concessão de empréstimos, relacionava-se com 36 países do continente africano, contanto com 259 projetos em seu portfólio, dentro dos quais 79% do compromisso estava relacionado à infraestrutura. Em 2009 foi anunciada a provisão de 10 bilhões de dólares em empréstimos, acrescido de outro bilhão especialmente direcionado ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas no continente africano.

Já a segunda modalidade de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento envolve doações e cancelamentos de dívidas. As doações visam principalmente o auxílio na construção de hospitais, escolas, moradias de baixo custo e projetos populares como escavações de poços e abastecimento de água. Também fazem parte desta categoria o perdão de dívidas e o apoio a ONGs. Há uma grande disposição para perdoar dívidas. De acordo com Oliveira (2008), em 2007, por exemplo, foram assinados acordos para o perdão das dívidas de 33 países menos desenvolvidos da África.

A última modalidade de AOD é a cooperação técnica. Tal modalidade trata-se de envio de especialistas para orientação técnica em diversos setores, como produção industrial, administração, agricultura, artesanato, cultura, educação, esportes, medicamentos, desenvolvimento de energia limpa, pesquisa geográfica, mineração e planejamento econômico. Nota-se que, através da cooperação técnica, o país recebedor adquire recursos para dar suporte ao seu próprio desenvolvimento. Os projetos duram, em média, de um a dois anos. Os gastos em assistência técnica são menores que os gastos em infraestrutura e projetos públicos.

4. Impactos e balanço das relações entre China e África

Quanto aos efeitos que a ajuda chinesa está tendo na vida política e no bem-estar social dos povos africanos, é necessário avaliar se a mesma foi e será mais importante para os

[5] Para um balanço crítico a respeito do assunto, ver Keenan (2008).

africanos do que o século de subordinação às potências do Congresso de Berlim (1884-85). Primeiramente, o Congresso tratou-se sobre as potências europeias e os EUA que estabeleceram os princípios que iriam reger a chamada "partilha da África", isto é, decidiu-se o modo e o meio que os recursos naturais do continente africano sustentariam o desenvolvimento do mundo industrializado. Para Manuel Castells, tal partilha levou à diversas conseqüências que transformaram-se na conhecida "Tragédia Africana":

> [...] O agravamento das diferenças étnicas e a cristalização da etnia em termos de *status* social e poder político são processos que tiveram suas origens na dinâmica histórica da base social do Estado, assumindo, em um primeiro momento, caráter colonial e, mais tarde, de Estado-nação independente. Demonstra também a incapacidade de elites políticas, constituídas com base na etnia, de transceder a definição herdada do passado, visto que se valeram da bandeira étnica para arrebatar o poder do Estado ou resistir a ele. Com essa postura, inviabilizaram a existência de um Estado plural, democrático, pois cidadania e etnia são princípios antagônicos de legitimidade política democrática. [...] É essa interação complexa entre etnia e Estado, sob a lógica estatal, que devemos ter em mente para compreender a política africana e, além dela, a tragédia do continente. (1999, p. 136)

Além disso, é importante ressaltar que obter uma identidade étnica era fundamental para se ter acesso aos recursos naturais, o controle sobre a terra e à mão de obra. Já que esta era um mecanismo de intermediação reconhecida pelo Estado. Paralelamente, a economia africana apresentava um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e uma predominância do sistema de produção caseiro até o final do colonialismo. Portanto, para Manuel Castells, não foram poucas as consequências negativas que a África obteve devido à política colonial imposta. Tamanhas foram às limitações, somado ao atraso das economias pré-coloniais africanas, que impossibilitou a maior parte da região de ingressar "no importante processo de transição para acumulação auto-sustentável de capital após a independência".

E, com relação às queixas do Ocidente em relação à presença chinesa na África, caracterizada inclusive de um "novo colonialismo" por alguns, duas ponderações tem que ser feitas. Em primeiro lugar, como assinalado por Caniglia (2012), a maior presença da China no continente é resultado do próprio vácuo causado pelo ostracismo a que foi submetida a África pelos principais países desenvolvidos do ocidente desde o início dos anos 1980. A China vem se tornando cada vez mais importante economicamente para muitos países africanos porque empresas e governos ocidentais simplesmente deixaram de investir ou investiram muito pouco nos mesmos[6]. Em segundo lugar, há vários indícios de que os governantes africanos enxergam a China de forma muito distinta em relação aos países desenvolvidos do Ocidente,

[6] Isso também foi apontado por Arrighi (2008): "a cada ano, mais empresários chineses – dez vezes mais em 2006 que em 2003 – chegam à África para investir nas áreas em que as companhias ocidentais não têm interesse em negociar, enquanto o governo chinês oferece auxílio ao desenvolvimento sem impor nenhuma das condições ligadas à ajuda ocidental (a não ser que não reconheçam Taiwan)" (p. 217).

compreendendo esse país mais como um modelo a ser seguido do que como um novo conquistador. De acordo com Caniglia (2012), a maioria dos países africanos parecem apreciar as novas oportunidades oferecidas pelas parcerias com a China. Além dos ganhos econômicos provenientes da exportação de recursos naturais, os países africanos sentem que estão engajados em um dialogo entre iguais, pois a China adotou a política de não interferência nos assuntos internos dos países africanos. Por isso, como destacado também por Arrighi (2008), "os líderes africanos buscam cada vez mais no Oriente o comércio, a ajuda e as alianças políticas, libertando-se dos vínculos históricos do continente com a Europa e os Estados Unidos" (p. 217).

De qualquer forma, os pesquisadores são unânimes em apontar as motivações econômicas envolvendo a maior presença chinesa no continente africano. Em outras palavras, é a necessidade de obtenção de matérias-primas para suprir o processo de desenvolvimento chinês que tornou a África um espaço importante de atuação da política externa da China. E a questão da segurança energética, obviamente, é crucial para as pretensões desse país, porque a elevada demanda da China por petróleo e gás natural deriva da grande participação da indústria pesada intensiva em energia na sua estrutura produtiva. Somado ao consumo industrial, considera-se também - um fator do *boom* de consumo de energia - a difusão do automóvel, estimulada pela urbanização e pela expansão da renda *per capita.*

De acordo com Oliveira (2007), a expectativa é de aumento da dependência da China por essas fontes de energia, para garantir a sustentabilidade de sua industrialização. Esta nova realidade afirmou-se estrutural e, conseqüentemente, estratégica. Do mesmo modo, a crescente dependência da importação de gás, como forma a reduzir a participação do carvão e reestruturar a matriz energética chinesa, apresenta-se igualmente como um desafio estratégico para os chineses.

De fato, tal interesse não difere muito das motivações do Congresso de Berlim. Todavia, para Oliveira (2007), é bem diferente a maneira de agir dos chineses. A China não integra alianças militares, não tem bases no estrangeiro e sua projeção militar no exterior, apenas incipiente, é quase só em missões da ONU de manutenção da paz. Como já foi levantado anteriormente, predominam os instrumentos de atuação da China na África: a ajuda técnica e financeira e o comércio. Sem descartar a diplomacia.

Certamente, a expansão extraterritorial chinesa refletirá em uma economia consolidada com a contribuição de insumos africanos. A África terá boas perspectivas se a China continuar com um bom desempenho em sua economia. Na visão de Oliveira (2007):

> É possível ver a China em plena edificação de uma economia de dimensão continental, repetindo o precedente histórico da continentalização da economia da economia dos EUA, na segunda metade do século XIX. Se tudo ocorrer bem para eles, os chineses poderão dispor dentro de vinte ou trinta anos de um mercado nacional único, solidamente montada sobre moderníssimas malhas de transportes e telecomunicações. As relações políticas e econômicas globais acusarão, certamente, o impacto do aparecimento desse polo de atração mundial, alternativo aos EUA, e a África desfrutará de posição privilegiada por seu auxílio na obtenção de tal resultado (p.7).

Quanto à ao princípio de não interferência, esta não se deixa envolver na complexidade das disputas internas. Entre personalidades e facções dos países africanos, os chineses dão primazia à edificação de economias nacionais. A assistência e os investimentos chineses "são dados com a mais profunda sinceridade e sem condicionamentos políticos" (declaração do Primeiro Ministro Wen Jia Bao no FOCAC 2003). Os efeitos dessa boa disposição são as parcerias com o Zimbábue e o Sudão, feitas de formas bem positivas. Alden (2007) aponta também que o crescimento econômico fenomenal da China incentiva os governos e empresas africanas a buscarem o fortalecimento de laços com aquele país, visto por muitos como a nova superpotência mundial. Além disso, há uma atração simbólica envolvendo a China, país que também foi, outrora, vítima do imperialismo ocidental e que aparece como um modelo de desenvolvimento a ser seguido.

Evidentemente, o relacionamento sino-africano possui certos pontos de fricção, como no comércio. A indústria têxtil e a de manufaturas africanas de baixa tecnologia vêm sendo abaladas pelo fluxo de produtos baratos chineses. As empresas de grande rede de lojas da China espalham-se pelo continente, aumentando o descontentamento de pequenos comerciantes africanos. Como já mencionado anteriormente, o fato de a China empregar cidadãos chineses nas obras de infraestrutura, assim como importar materiais de seu país como forma de criar demanda para suas cadeias produtivas, impossibilita afirmar que os investimentos chineses são apenas benéficos. Em relação à força de trabalho africana, é bem possível que a falta de contratação da mesma seja pelo motivo de diferenças culturais e idiomáticas. Mesmo assim, é importante frisar que, ciente das queixas de líderes africanos da Nigéria e África do Sul acerca do assunto, o Ministério do Comércio chinês tem incentivado as empresas a aumentar o treinamento de pessoal local, para elevar as contrações de força de trabalho africana (Ajakaiye, 2006).

Por fim, podemos mencionar alguns fatos relevantes que refletem a crescente difusão do *soft power* chinês no continente africano. Começam a surgir "Institutos Confúcio" para o estudo do idioma chinês e estudos chineses; está sendo aumentado o fluxo de estudantes africanos nas universidades chinesas; e tem havido um aprimoramento dos diplomatas africanos na China. Por fim, há vários casos de transferência de tecnologia.

5. Considerações finais

A China possui um envolvimento histórico com a África que pode ser observado durante e pós-guerra fria. Como vimos, a ação chinesa obedecia a motivações estritamente políticas que se concentrava na sustentação de movimentos de libertação nacional. Contudo, três décadas de forte crescimento econômico, fez com que a China encontrasse na África a solução para sua necessidade de matérias-primas. Além disso, não houve uma história de colonização entre China e África. Na verdade, os chineses devem saber lidar com o legado deixado pelas políticas coloniais se realmente quiserem consumar seus interesses.

O investimento externo direto na África aliado à Ajuda Oficial do Desenvolvimento demonstram que a relação sino-africana tem projeções de longo prazo. Como foi possível observar, os chineses vendem um pacote completo: com financiamento, planos de cooperação e obras de infraestruturas. Um pacote que mantém, em sua maioria, a posição firme de não interferência e preservação da soberania.

Cabe dizer que a África conta com um parceiro que possui um ritmo de execução de seus negócios, tão rápido quanto o executado no próprio território chinês. Sem contar com o princípio de não interferência. Para a África, tal princípio abre uma janela de possibilidades para conduzir seus assuntos internos sem grandes "condicionamentos", fato incomum quando os principais doadores eram os países ocidentais.

Por fim, para a China, pode-se afirmar que a sua presença na África é resultado da combinação de dois vetores centrais da política econômica: o acesso a mercados necessários à expansão comercial, à projeção internacional de empresas de orientação estatal, onde o setor privado acaba aproveitando todo o arcabouço institucional ali edificado e a garantia de insumos suficientes para a manutenção de seu desenvolvimento e estabilidade social. Seria lógico dizer que a ação chinesa está concentrada unicamente na segurança econômica, no entanto é importante relembrar que sua assistência cobre inclusive áreas não importantes à

segurança de matéria-prima: como escolas, hospitais e instituições públicas. Deve-se levar em consideração que o conhecimento da presença chinesa, no continente, é de extrema relevância para aqueles países que estiverem igualmente interessados em negociar e estender suas relações com a África.

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Africa Economic Outlook. Disponível em: <www.africaecnomicoutlook.org>

AJAKAIYE, Olu. **China and Africa: opportunities and challenges**. A presentation at the African Union Task Force. Addis Ababa, Ethiopia, September 2006, 14 p.

ALDEN, Chris. **China in Africa**. In: Survival: Global Politics and Strategy, London, 47:3, 2005, p. 147-164.

ALVES, André G. M. **Os interesses econômicos da China na África**. Boletim de Economia e Política Internacional. Número 1, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.

CANIGLIA, Laura. **Western ostracism and China´s presence in Africa**. In: China Information, 25 (2), 2011, p. 165-184.

CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ESTEVES, P. et alli. **A Cooperação Sino- Africana: tendências e impactos para a Ajuda ao Desenvolvimento.** Policy Brief. N. 3, Maio/2011.

KEENAN, Patrick J. **Curse or cure? China, Africa and the effects of unconditioned wealth.** In: Berkley Journal of International Law, March 2008, 52 p.

NELSON, Sonia A. **Expansão econômica e influência da China na África, Ásia e Pacífico**. In: Núcleo de Estudos Asiáticos (NEÁSIA). Dezembro/2006

MICHEL, Serge. **When China met Africa**. In: Foreign Policy no166, Maio/2008.

OLIVEIRA, Amaury P. **A política africana da China**. Campinas, fevereiro de 2007, 15 p.

TAN-MULLINS, M. et alli. **Redefining "aid" in the China-Africa context.** In: Development and Change. Oxford, 4195), 2010, p. 857-881.

TAYLOR, Ian. **China´s oil diplomacy in Africa**. In: International Affairs, 82:5, 2006, p. 937-959.

Reflexões sobre o Sistema Mundial: visões sobre Brasil e China

Silvio Romero Martins Machado[1]
Vanessa de Paula Motta[2]
Graziela Dornelles Leoni[3]

Nesses dias, em que o Bóson de Higgs é uma das noticias dominantes na mídia internacional, tal busca pela partícula fundamental traz ao historiador uma das reflexões fundamentais do seu ofício. A busca pelo original, pelo acontecimento singular que irá ao longo do tempo estabelecer um precedente, material ou comportamental, que se repetirá ao longo do tempo estabelecendo um padrão.

Huizinga[4] traduz tal busca como:

> *"A origem do novo é o que geralmente nosso espírito procura no passado. Deseja-se saber como os novos pensamentos e as novas formas de vida, que mais tarde brilharão em toda sua plenitude, foram despertados;"*

Outro móvel permanente do historiador, subsequente à identificação da ocorrência primeira, é a observação das permanências ou rupturas, de determinados padrões ao longo do tempo.

Para a elaboração deste texto ambas as dimensões da reflexão histórica oferecerão sua contribuição.

Ao refletirmos sobre as relações internacionais, somos levados a pensar em sua ancestralidade no sentido do estabelecimento de contatos, conflitos e trocas entre diferentes agrupamentos humanos.

A priori, a sedentarização se destaca como uma das condições desses grupos em contato, ou pelo menos de um deles. Porém, na perspectiva de povos nômades, não podemos deixar de perceber que estes também, de fato, atuam como uma unidade socialmente organizada interagindo com outros grupos. Até mesmo a ideia de que o controle sobre uma determinada porção territorial é pré-condição para o estabelecimento das relações internacionais é restritiva.

Obviamente a importância da sedentarização e da ocupação territorial tornam-se mais relevantes em virtude da interpretação dada à expressão "internacional". Antes

---

[1] Doutor em História. Professor do Centro Universitário Uniritter/Laureate Universities no curso de Relações Internacionais. End: R. Dr. Castro de Menezes, 1063. Porto Alegre/RS. CEP 91900-590.Tel.:(51) 37373704/(51) 99069696. E-mail: machado.srm@gmail.com
[2] Graduanda em RI pela Uniritter/Laureate Universities – bolsista de iniciação científica.
[3] Graduanda em RI pela Uniritter/Laureate Universities – voluntária no projeto de pesquisa.
[4] HUIZINGA, Johan. O outono da idade média. São Paulo: Cosac Naify,2010.

mesmo da configuração de diferentes nações[5] ao longo da história, os agrupamento humanos já se relacionavam a partir de suas diferenças.

Justamente essa ideia das diferenças é que irá estabelecer o que de fato pode ser percebido como a motivação fundamental das relações entre diferentes grupos, o desejo de troca.

A partir da consideração de que dentro de um mesmo grupo os padrões de tecnologia, alimentação e senso estético são homogêneos, a diferença é introduzida de fora. Ela é trazida pelo visitante, pelo viajante ou mesmo pelo conquistador.

Essa novidade trazida pelo estrangeiro pode representar uma melhoria no processo de trabalho, no caso de uma ferramenta; uma melhoria na alimentação do grupo, no caso de um cultivar de maior rendimento ou mais de fácil manejo; uma proteção mais efetiva, no caso de novas armas; ou ainda, uma diferenciação social, no caso de adereços e maquiagens que venham a destacar o indivíduo pela sua aparência ou ainda, a posse de determinado objeto.

De qualquer sorte, o que interessa destacar é que a possibilidade de troca é originada do contato com o exterior. Esse exterior, num sentido muito primitivo, podendo ser representado unicamente por outro indivíduo com o qual se possam trocar raízes por frutas. Mas, mesmo nessa situação mais simples, existe o que definimos com a expectativa de ganho. Numa época em que a preocupação essencial da humanidade referia-se à sua nutrição, a melhoria da qualidade da dieta e sua variedade representava um ganho suficientemente motivador. Aproveitando a definição de Braudel[6], onde se definem as trocas "é a zona da mudança e das inovações". O que virá no futuro a ser chamado de mercado

> *"é uma libertação, uma abertura, o acesso a outro mundo. [...] A atividade dos homens, os excedentes que eles trocam passam aos poucos por essa brecha estreita com tanta dificuldade, no princípio, como o camelo da Escritura pelo buraco da agulha. Depois os buracos se alargaram, se multiplicaram, tornando-se a sociedade..."*

Destacamos, portanto, que antes mesmo da efetiva ocupação de territórios pelos agrupamentos humanos, as trocas como sendo o elemento essencialmente motivador das relações entre os diferentes agrupamentos humanos. E ainda nessa

---

[5] Neste artigo não retomaremos a discussão do advento da nacionalidade em sua acepção moderna. Manteremos a concepção preliminar das relações internacionais entre diferentes unidades politicamente organizadas, mesmo que em sua tipologia não correspondam ao que a partir da modernidade iremos definir como estado-nação.

[6] BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII: os jogos das trocas, volume 2. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2009, Pg. 11/12.

perspectiva, destacamos que a atividade de trocas, futuramente chamada de comércio, também será um elemento decisivo na exploração, expansão e ocupação de territórios.

Naturalmente deve-se reconhecer que a sedentarização e a delimitação de fronteiras territoriais estabelece outra dimensão para essas incipientes relações internacionais. Inclusive, porque diretamente relacionada à sedentarização, temos uma evolução nos padrões da produção agrícola e do pastoreio.

E assim, dessa combinação da sedentarização com a melhoria dos padrões de produção alimentar teremos o desenvolvimento de três outras dimensões que irão gradualmente modelar nosso sistema mundial.

Em primeiro lugar destacamos, como decorrência da melhoria das técnicas de produção, a formação de excedente. Uma quantidade de alimentos mais do que suficiente para a necessidade da comunidade que ficava armazenada para utilização em tempos de escassez, festividades, ritos sociais ou para a troca.

Em segundo lugar, uma vez que o tempo e o esforço do grupo não necessitam serem dedicados exclusivamente à produção de alimentos, certos indivíduos do grupo passam a dedicar-se a outras atividades produtivas, dedicando-se a diferentes atividades manufatureiras. Esse processo, diretamente ligado à evolução tecnológica das diferentes sociedades, também é conhecido como especialização do trabalho.

E por fim, destacamos a acumulação intencional de produtos e alimentos voltados para as trocas com o exterior. Enfatizamos que é dessa pratica da acumulação orientada a partir da autoridade formal do grupo, no caso da antiguidade referindo-se a unidade religiosa-administrativa, definida como templo-palácio, que se promove a produção, a acumulação, a promoção e o controle das trocas.

Especialistas em história antiga destacam a utilização dos hieróglifos egípcios e dos cuneiformes da Mesopotâmia para o registro e controle dos estoques de alimentos e suas movimentações. Cabe ainda salientar, que como parte do controle necessário para obter-se o ganho esperado com as atividades de troca, uma atividade fundamental a ser controlada pelo “estado” era o intercambio como exterior. Ou seja, o controle e o direcionamento das relações econômicas com outras unidades sociopolíticas deveriam ser feitas também pelo “estado”.

Segundo indícios destacados por Hudson[7], nas primeiras fases do comércio de longo curso os comerciantes recebiam mercadorias, empréstimos e burros para a realização de suas atividades. O comerciante obtinha sua margem de lucro, a ser acumulada com o tempo, e o templo recebia o pagamento do adiantamento bem como também sua fatia nos lucros. Eram alguns indivíduos bem situados socialmente que recebiam esses adiantamentos para exercerem as atividades de comerciantes – os *damgar* sumérios e os *tamkarum*[8] babilônios.

Essa dimensão das trocas, que é a expectativa do ganho, irá relacionar-se diretamente com a característica essencial do comércio além-fronteiras que é a acumulação de "capital". Pela primeira vez nesse texto essa expressão aparecerá entre parênteses exigindo clarificação. Conforme já sugerido por Eckholm e Friedman[9] o capital e sua acumulação devem ser percebidos numa dimensão mais ampla do que sua expressão monetária ou daqueles bens de produção definidos a partir da concepção marxista. De fato, numa concepção mais ampla e temporalmente anterior, capital pode ser percebido como todo e qualquer tipo de bem que possua valor intrinsecamente ou possa ser trocado por outros bens de valor. Também fornece uma referencia para a mensuração da riqueza de indivíduos e estados.

Talvez a utilização da expressão "ativo", tal como utilizada na área contábil possa ser útil, sobretudo porque essa expressão permite também contemplar valores de natureza intangível. E de certa forma nos permite compreender melhor a posse de certos meios que permitirão a determinados atores históricos obterem sucesso em seus respectivos processo de acumulação. Para dar mais sentido a ideia proposta podemos considerar como ativos a capacidade militar de um determinado estado, porém nesse particular consideramos tanto o número de homens, armamentos e cavalos, mas também elementos intangíveis como a qualidade dos comandantes, a disciplina e a motivação das tropas. Noutra situação, talvez, a qualidade da diplomacia de determinado estado possa ter-lhe sido ativo importante em seu processo de acumulação de capital.

De toda sorte, a própria discussão da melhor expressão para o que iremos chamar de capital reclama nossa percepção em relação ao sistema mundial.

---

[7] HUDSON, Michael. Empreendedores: Da ascensão do Oriente Próximo à queda do Império Romano. In: BAUMOL, William J. A origem das corporações: da ascensão do oriente médio à queda do Império Romano. Rio de Janeiro:Elsevier,2010. pg. 11.

[8]Em termos babilônios a expressão *tamkarum* era traduzida por empreendedor.

[9] ECKHOLM, K. and FRIEDMAN, J. "Capital" imperialism and exploitation in ancient world systems. In: GUNDER FRANK, A. and GILLS, Barry K. The world system – Five hundred years or five thousand? Routledge. New York/NY, 1993. Pg.60.

Como dilema preliminar retomamos as questões "de difícil resposta" propostas por Abu-Lughod[10] como ponto de partida para podermos fazer nossa opção nesse debate. Segunda a autora (1) existe apenas um sistema mundial, aquele iniciado no século XVI? Ou (2) existem vários e sucessivos sistemas mundiais cada um com sua estrutura diferenciada e um conjunto próprio de hegemonias? Ou (3) existe um único sistema mundial que vem evoluindo há 5000 anos?

Nesse sentido as opções 1 e 3 apesar do mérito e competência com que são defendidas por seus promotores, ainda assim parecem deixar de abordar algumas peculiaridades relevantes do processo histórico.

A ideia de um único sistema mundial desenvolvido a partir do século XVI, imediatamente nos remete a impossibilidade de vincularmos exclusivamente a existência do sistema mundial ao desenvolvimento econômico da Europa Ocidental a partir do modo de produção capitalista. Além da concepção excessivamente eurocêntrica, devemos considerar as palavras de Abu-Lughod e Ferguson[11], de que nessa época a Europa Ocidental não representava o centro de um sistema econômico. De fato representava um fim de linha, uma ponta marginal das rotas comerciais que partiam de centros comerciais dinâmicos e desenvolvidos no Oriente. Além disso, tais centros já haviam desenvolvidos sistemas de comércio e de acumulação muito antes das iniciativas mercantis europeias, seja por terra ou por mar.

Por outro lado, a concepção de um único sistema mundial se desenvolvendo há 5.000 anos também nos parece inadequada, contudo por pecar, não pela estreiteza da primeira proposta, porém, pela amplitude. Mesmo considerando a abrangência, a penetração e o alcance das atividades mercantis ao longo da história, ainda assim aceitarmos a proposta de um único sistema mundial desenvolvendo-se desde a antiguidade é excessivo. As estruturas das comunicações, a baixa densidade demográfica, os meios de transportes disponíveis e as óbvias questões de segurança e proteção estabelecem dificuldades estruturais para a existência desse sistema único.

---

[10] ABU-LUGHOD, Janet. Discontinuities and persistence – One world system or a succession of systems? In: GUNDER Frank, A. and GILLS, Barry K. The world system – Five hundred years or five thousand? Routledge. New York/NY,1993.Pg. 279. Tradução livre do autor do original:
...debates have been over some "simple" (but ultimately unanswerable) questions:
1 Has there been *only one* world-system, the one that began with the *sixteenth century*?
2 Have there been *several successive world-systems*, each with a changing structure and its own set of hegemons?
3 Or has there been only *a single world-system* that has continued to evolve *over the past 5.000 years*?

[11] FERGUSON,Niall. Civilização – Ocidente x Oriente. Editora Planeta do Brasil. São Paulo/SP: 2012.

Mesmo atualmente nos dias da globalização comercial e financeira, com atenção podemos perceber certos desvãos que o comércio e as finanças do sistema mundial não alcançam. Ainda assim, mesmos nessas porções, diminutas, ainda não conectadas ou, talvez, já desconectadas do sistema, observamos processos de acumulação e lutas pela hegemonia conforme McMillan[12].

Portanto, nossa concepção converge para a segunda proposta que é a mesma esposada por Abu-Lughod. Essa autora propõe que subsistemas são formados em âmbito regional e gradualmente são ligados a outros adjacentes a eles. Também no contexto desses subsistemas, diferentes hegemonias existem ou mesmo coexistem em escala regional. Alguns desses atores projetam sua hegemonia para além de sua região imediata e podemos observar ciclos hegemônicos mais ou menos duradouros. Da mesma forma observamos a emergência de novos atores hegemônicos, sem, contudo observarmos necessariamente a completa decadência ou dominação do centro hegemônico anterior. Ou seja, a tese de Abu-Lughod converge para o que a observação histórica amiúde preocupa-se em observar e explicar, a alternância na intensidade protagônica de diferentes atores históricos, sem que para isso o protagonista anterior necessite efetivamente ser dominado ou ingressar numa fase de irremediável decadência.

De fato aqui somos tentados a resgatar outra observação de Braudel quando ele diz que: o comércio é a fronteira móvel. Em tempos de prosperidade se expande, engloba novas áreas e atinge os estados vizinhos. Em tempos de escassez, recua abrindo espaço para novos atores.

É justamente a partir dessa percepção da dinâmica entre os diferentes atores no sistema internacional que iniciamos a segunda parte desse texto analisando a situação da China e do Brasil, conforme proposta desse evento.

Antes, contudo, de abordarmos a situação desses países, é necessária a referência à teoria estruturalista de Wallerstein[13] na medida em que nossa análise se apoiará decisivamente sobre ela. Pois é justamente da alteração da posição desses países dentro do sistema internacional, a partir dos diferentes processos de inserção internacional, que ambos os países exploram as oportunidades para sua promoção e

---

[12] MCMILLAN, John. A Reinvenção do bazar- uma história dos mercados. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

[13] Na qual ao longo do processo histórico, produz-se uma organização espacial do sistema-mundial, estratificada segundo a divisão internacional do trabalho e a concentração de capital nas diferentes esferas da acumulação. Os Estados podem situar-se, portanto, em três áreas possíveis: o centro, a semiperiferia e a periferia.

alteram seus *status* no sistema internacional. Se ambos os países, no contexto do desenvolvimento do capitalismo ocidental, partem de um passado colonial e de uma posição periférica e subordinada no sistema mundial, com o passar das décadas através de diferentes estratégias ambos promovem sua inserção internacional. Ascendem ao *status* de semiperiferia, da qual o Brasil converte-se em exemplo típico, ao passo que a China ainda segue adiante buscando estabelecer-se no centro do sistema.

Ao participarem dos chamados BRICS, ambos os países sugerem algumas semelhanças entre si, porém em perspectiva temporal as diferenças é que vão se demonstrando cada vez com maior clareza.

A China e sua tradição imperial

Em perspectiva histórica a China se estabelece como centro do ciclo de acumulação econômica que dará origem ao capitalismo europeu. Tanto as rotas comerciais terrestres, quanto as marítimas ligam as riquezas produzidas no oriente aos incipientes e, talvez, promissores mercados ocidentais. É sob a autoridade imperial chinesa que irá se organizar, proteger e aplicar-se a lei à Rota das Sedas. Desde a Dinastia Tang (618-907) já eram estabelecidos tribunais para resolução de disputas mercantis e para assegurar o cumprimento de contratos, mesmo àqueles celebrados verbalmente[14]. Com o tempo mercadores venezianos, genoveses, florentinos e depois deles portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses irão se estabelecer nas rotas dessas mercadorias que pelo seu exotismo, utilidade e sofisticação irão dominar o mercado europeu e atrair crescentemente a atenção das nações europeias em busca de uma apropriação cada vez mais efetiva dessas riquezas e suas fontes.

Após as dinastias Yuan e Ming que celebraram o apogeu do Império Chinês, observamos uma gradual decadência e uma progressiva dominação pelos países ocidentais no contexto do processo colonial que se desenvolve a partir do século XVI.

Esse processo de dominação somente será rompido com a Revolução Comunista nos anos 1940. A partir desse momento a busca por um caminho alternativo ao capitalismo ocidental cria novas possibilidades para o desenvolvimento chinês.

---

[14] HANSEN, Valerie. How disputes was conducted on the Chinese Silk Road during the Tang Dynasty, 618-907. In: GOETZMANN, W.N. and ROUWENHORST, K.G. The origins of value – the financial innovations that created modern capital markets. Oxford University Press:New York/NY, 2005.

Porém, antes de analisarmos os impactos do comunismo no processo de inserção internacional chinês, convém destacar ainda as heranças do período imperial.

Como Gramsci[15] destaca em seus estudos sobre o sistema internacional, o processo de dominação raramente se dá exclusivamente pela utilização dos recursos de poder. Seus custos de manutenção e a reação que provocam recomendam sempre a busca de recursos mais efetivos e menos custosos. Esse é o campo dos processos ideológicos. E é nele que a China atua ao invocar a ancestralidade de seu império, sua tradicional sabedoria, a busca pela harmonia, o pacifismo e a sabedoria confuciana.

Duas expressões das operações ideológicas definidas por Thompson[16] podem ser destacadas aqui: a naturalização, quando um estado de coisas que é uma criação social e histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais e a eternalização, quando fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes. Costumes, tradições e instituições que parecem prolongar-se indefinidamente em direção ao passado, de tal forma que todo traço sobre sua origem fica perdido e todo questionamento sobre sua finalidade é inimaginável, adquirem, então, uma rigidez que não pode ser facilmente quebrada.

Assim essas tradições chinesas, tanto tangíveis como no caso da existência do passado e da tradição imperial, quanto as intangíveis como no caso dos valores associados às práticas políticas, sociais e econômicas chinesas atuam como instrumento de legitimação para a restauração do império ou de fato para o estabelecimento de sua precedência sobre os países do seu entorno regional e sua projeção sobre outras dimensões do sistema internacional.

A partir da Revolução Comunista, a China também cria duas condições que serão importantes para sua futura inserção internacional. Ao optar por uma política mais autônoma em relação ao mundo ocidental, a China rompe com os tradicionais mecanismos de subordinação no relacionamento centro-periferia, podendo buscar uma alternativa própria, sobretudo estabelecendo as bases de um estado que atua de forma autoritária no plano doméstico e no âmbito internacional buscava ampliar sua inserção a partir de uma capacidade de barganha crescentemente ampliada.

Destacam-se dentre os elementos formadores dessa capacidade chinesa:

---

[15] Ver em NOGUERIA, João Pontes e MESSARI, Nizar. Teoria das relações internacionais – correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier,2005.

[16]THOMPSON,John B. Ideologia e Cultura Moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Ed. Vozes. Petrópolis, 1995.

- a posse de armamentos nucleares, credencial maior para o ingresso a atuação decisiva no Conselho de Segurança das Nações Unidas, desenvolvida com o apoio da União Soviética;

- sua posição geoestratégica em relação à Ásia central, região estratégica em virtude das reservas de gás e petróleo;

- sua eventual capacidade de contenção da antiga União Soviética, mesmo hoje, ainda exigida pela Rússia;

- papel de parceiro estratégico norte-americano diante do desafio japonês da década de 1980, circunstancia que permitiu ampliar seu papel internacional;

Também é importante destacar que ao referir-se ao desafio japonês nos anos 80, que a China ao fazer parte da área de influencia desse desafiador da hegemonia americana, se beneficia duplamente. Em primeiro lugar ao ser elevada à categoria de parceira estratégica dos Estados Unidos recebendo investimentos e tecnologia, numa eventual estratégia de contenção, consegue acelerar seu processo de desenvolvimento tecnológico e econômico. Em segundo lugar, à medida que a pretensão japonesa vai sendo frustrada, a China se beneficia como "herdeira" da pretensão japonesa, bem como se estabelece como polo receptor dos investimentos e da tecnologia oferecidos por este país.

A China nesse cruzamento entre a geopolítica e a economia internacional acaba sendo a beneficiaria dessa dupla convergência. Desponta assim como grande receptora de investimentos e tecnologia produtiva proveniente dos países desenvolvidos, fruto, não só de natureza política, mas de sua capacidade em oferecer ao centro do sistema uma alternativa produtiva, à custos reduzidos, de forma a restabelecer a rentabilidade das atividades capitalistas nesses países avançados, que regredia.

Por força da ação do estado autoritário chinês o país oferecia mão-de-obra barata, a ausência de custos sociais e ambientais para a produção e uma boa infraestrutura naquelas regiões de economia especial voltadas para o comércio internacional. Ainda atraía as grandes empresas estrangeiras com o gradual desenvolvimento do maior mercado doméstico do mundo. Nesse sentido deve-se destacar que tanto no que se refere a participação acionária nestes empreendimentos estrangeiros, quanto na efetiva transferência de tecnologia, o governo chinês sempre manteve uma posição voltada para seu projeto de desenvolvimento interno e de promoção de sua inserção internacional.

Ou seja, a China ao trazer para seu território, através do processo de *offshoring*, as grandes indústrias da economia internacional se organizou para colher todos os frutos desse processo. Destacando-se:

- Geração de emprego e renda, melhorando a qualidade de vida da população local e criando um mercado doméstico que gradualmente iria ser um dos motores do desenvolvimento de sua economia;
- Apropriação de tecnologia e capacidade administrativa para no futuro desenvolver sua indústria nacional, da qual a indústria automobilística chinesa é um exemplo;
- Captação de investimentos estrangeiros geradores de desenvolvimento econômico e social;
- Crescimento de sua participação no comércio internacional gerando superávits comerciais cada vez mais expressivos, com a consequente formação de reservas cambiais;
- Utilização dessas reservas cambiais para financiar a dívida externa norte-americana estabelecendo uma simbiose entre as duas economias, com uma crescente vantagem para a posição chinesa;
- Utilização das suas reservas monetárias internacionais para realizar investimentos internacionais em busca de *commodities* energéticas, minerais e alimentares necessárias ao seu desenvolvimento e segurança;
- E por fim, pela sua capacidade de realizar investimento no exterior e sua busca pela realização de parcerias estratégicas por todo o globo, a China vai criando alternativas para países até então confinados aos tradicionais esquemas de relação centro-periferia do capitalismo ocidental;

Talvez essa lista ainda pudesse ser ampliada, porém já nos parece longa o suficiente para demonstrar os efeitos da fusão entre a sabedoria confuciana e o espírito animal dos capitalistas. Não só isso, mas de fato a ordem estatal vigente na China traz para a arena da política econômica internacional o conceito e a prática do capitalismo de estado.

Bremmer[17] afirma que o sistema internacional entrou, após um impulso inicial de liberalização, numa fase do processo de globalização marcado pelo avanço da intervenção estatal. Destaca que, ao redor do mundo, governos não-democráticos, vêm

[17] BREMMER, I. The end of the free market: who wins the war between states and corporations? New York: Penguin Group, 2010.

se valendo de mecanismos de mercado para alavancarem suas economias em busca de ganhos, sobretudo políticos.

É destacada como recurso, na implementação destas políticas internacionais, a utilização de três instrumentos, segundo Bremmer[18]:

> *"Para administrar o capitalismo de Estado, líderes políticos utilizam uma variedade de instituições intermediárias. O Estado não exerce um controle diário, mas tem considerável controle direto sobre esses instrumentos. Os mais importantes são as companhias nacionais de óleo e gás, companhias estatais atuantes em outros setores, as 'campeãs-nacionais' privadas e os fundos soberanos de investimentos."*

E por fim, afirma que não são as ferramentas que contam; mas como elas são usadas.

Nesse sentido, os recursos referidos acima são administrados a partir do binômio autonomia/capacidade de barganha que compõem de forma realista as estratégias de inserção internacional ativas das diferentes nações.

Outros dois aspectos a serem destacados em relação ao desenvolvimento chinês vêm da análise de Amsden[19], segundo a qual, em primeiro lugar destaca-se que aqueles países que investiram pesado em empresas e habilidades nacionais, como China, Índia, Coréia e Taiwan, tinham experiência manufatureira colonial. E em segundo lugar, a autora se refere às condições de distribuição de renda e ao concerto social dos diferentes países. Novamente, destacam-se aqueles países que investiram em empresas e habilidades nacionais, como sendo aqueles que tinham uma distribuição de renda relativamente igualitária. Para a autora, para fins explicativos, uma economia nacional pode ser considerada um todo orgânico. Quanto maior a desigualdade de renda (de acordo com classe social, raça, religião ou região), maior é a ruptura do todo orgânico, e mais difícil é a mobilização de apoio para empresas nacionais e habilidades nacionais específicas das empresas.

Após a Segunda Guerra Mundial, essa maior igualdade social induziu um fluxo relativamente volumoso de recurso da produção de produtos primários para a manufatura, e também resolveu um paradoxo político a favor da indústria. Nesta perspectiva pode-se sugerir também que numa sociedade com menores desigualdades, a possibilidade de um exercício mais efetivo da cidadania ou, ao menos, uma maior identificação com um projeto de desenvolvimento nacional, possa surgir com maior facilidade.

---

[18] BREMMER, op. cit. pg.54.

[19] AMSDEN, A. A. A ascensão do "resto": os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: UNESP, 2009.

E por fim, em relação à China ainda caberia destacar que ao haver esse país buscado sua inserção internacional pela atração de investimentos estrangeiros diretos atraídos pela sua competitividade diferenciada no quesito custos de produção, a partir da década de 1970, a mesmo escapa das dificuldades e estrangulamentos financeiros com o qual o Brasil e a América Latina, como um todo, enfrentaram.

Enquanto a China atraía investimentos e batia sucessivos recordes de exportação e iniciava a acumulação de expressivos superávits comerciais, os países, sob a severa prescrição do Fundo Monetário Internacional – FMI, acabavam por converter-se, nesse período, em exportadores de capital para o centro do sistema. A América Latina, e o Brasil em particular, observaram seus indicadores sociais e de desenvolvimento regredirem na chamada década perdida dos anos 1980.

Brasil e a prática do multilateralismo

A presente circunstância histórica que aproxima Brasil e China no contexto dos BRICS, ou ainda, rotulados como emergentes, de fato estabelece algumas semelhanças entre esses dois atores das relações internacionais. Contudo, são suas diferenças que, de fato, irão determinar suas estratégias singulares na busca de uma efetiva inserção internacional.

Em perspectiva histórica, diferentemente da China, o Brasil é um país novo. Sua emergência na história se faz a partir das grandes navegações europeias dos séculos XV-XVI, período no qual a China iniciava seu período de retração política, porém, conservando como ativo sua tradição imperial, já milenar nesta época.

Se nesse sentido, a China já detinha esse status de aglutinador político, o Brasil ao longo de sua história se diferencia de seus vizinhos sul-americanos tanto pela língua, quanto pela sua opção política pelo império no momento de sua independência. Circunstância, sem dúvida, fortalecida pela da vinda da família real para o Brasil, e o desenvolvimento nesta, até então, colônia de uma corte nos moldes europeus.

Assim, em relação aos seus vizinhos, eram as diferenças que se destacavam e não as semelhanças. As jovens repúblicas do início do século XIX desconfiavam do Império Brasileiro e nele enxergavam uma eventual frente avançada das intenções recolonizadoras representadas pela Santa Aliança.

Não bastassem as diferenças linguísticas e políticas, ainda a geografia isolava o Brasil. A Cordilheira dos Andes, a Floresta Amazônica e o Pantanal representavam obstáculos de difícil superação.

Esse isolamento ainda era complementado por uma atitude diplomática voltada para o mundo europeu, e em seguida ao norte-americano, em busca de relações com a civilização moderna. Em relação aos seus vizinhos, a preocupação da diplomacia brasileira buscava, nesse período, assegurar-se de que não se elevaria contra ele uma coalizão dos países hispano-americanos.

De fato, os argumentos acima prestam sua utilidade no presente artigo em busca de evidenciar o quanto as circunstancias do desenvolvimento histórico, de fato estabelecem diferenças entre Brasil e China, que irão, no futuro, modelar suas distintas alternativas de inserção internacional.

Outra dimensão importante do processo político internacional brasileiro refere-se ao fato de que este se insere na esfera de influência direta dos Estados Unidos, que já desde a Doutrina Monroe, estabelece suas diretrizes para as relações internacionais na região. Nesse sentido, a proximidade com o poderoso vizinho, e futura potência hegemônica, não deixava margem para qualquer pretensão de natureza expansionista.

Além disso, o Brasil em seu contexto colonial é país dominado pela lógica de exploração do mercantilismo monocultor. Utilizando em seu processo produtivo, nos períodos colonial e imperial a mão-de-obra escrava. Em virtude dessa prática atrai sobre si o ônus de ter abolido tardiamente a escravidão, e ainda, lançar as raízes do que viria a ser uma sociedade hierarquizada, com elevado nível de desigualdade de renda e de exclusão social. Condenando sua economia, em virtude de um reduzido mercado consumidor interno, a um lento processo de crescimento.

Ainda no plano do desenvolvimento econômico convém destacar que as proibições do desenvolvimento das atividades manufatureiras e industriais na colônia também determinariam o futuro do país.

Nesse sentido Amsden[20], fazendo um contraponto aos países asiáticos, destaca que:

> *"No outro grupo, aqueles países que foram magnetos para o investimento estrangeiro direto, e mais lentos em investir em habilidades nacionais, todos tinham experiência manufatureira emigrada do Atlântico Norte. Dentre eles, pode-se destacar Argentina, Brasil, Chile, México e Turquia.*

[20]AMSDEN, A. A. 2009. Op. Cit.

Por essa circunstância, esse último grupo de países tendeu a apresentar um maior estoque de investimento estrangeiro, porque sua experiência manufatureira pré-Segunda Guerra Mundial tinha ido mais longe. Seus mercados internos tinham se tornado relativamente grandes, constituindo um atrativo para os investidores estrangeiros. Como consequência, as empresas nacionais nascentes tendiam a ser expelidas do mercado por empresas multinacionais, ou precisam se desenvolver em condições de intensa competição."

A circunstância histórica referida deixa evidente a situação de dependência na qual o Brasil se desenvolve. Se até a primeira metade do século XIX este país ainda mantinha alguma proximidade quantitativa com a economia norte-americana, quando ambas as economias se baseavam ainda nas atividades rurais, iremos observar que na segunda metade dos 1800, a economia norte-americana inicia seu processo de industrialização acelerada deixando o Brasil para trás por larga margem.

Evidencia-se nesse processo a dependência brasileira em relação aos capitais para investimento e à tecnologia para sua industrialização. O acesso a ambos será obtido subordinando o país aos aspectos estruturais e estratégicos do sistema internacional. Da mesma forma, que como já destacado por Gerson Moura[21], a dependência internacional se relaciona, alimenta e é potencializada por elementos da organização socioeconômica locais.

É neste contexto de dependência, especialmente financeira, que o país mergulhará na crise da década perdida, que foram os anos 1980. As prescrições de caráter monetarista, típicas do ideário liberal dos economistas da Universidade de Chicago, levaram o país a uma situação de retrocesso econômico e social.

Além disso, a efetiva carência de elementos de *hard power*, faz com que o Brasil apoie sua estratégia de inserção internacional, com ênfase especial desde o período da consolidação de suas fronteiras, na atividade diplomática. A renúncia ao uso da força pode representar uma virtude, mas também deriva de uma impossibilidade prática.

A adesão brasileira ao multilateralismo é feita pela adesão ao diálogo e aos valores humanistas e universais pretendidos pelo idealismo liberal. Mesmo naqueles períodos em que a política externa brasileira se pretendeu mais pragmática, ainda assim nunca renunciou a tais valores. Tanto vetores, quanto fiadores da estratégia brasileira de

---

[21]MOURA, Gerson. Autonomia na dependência – a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

inserção internacional. Dessa forma a atuação da diplomacia brasileira tem uma retórica marcantemente conceitual, muitas vezes recriminada pela sua falta de pragmatismo.

Os países centrais, particularmente aqueles com maiores recursos de poder, tendem a praticar sempre um discurso mais direto e unilateral, podendo suportar e mesmo provocar as consequências realistas de sua atividade diplomática.

Na semiperiferia e na periferia do sistema, recorre-se amiúde ao diálogo, à concertação coletiva e a uma defesa intransigente dos valores idealistas. Ressalte-se também, que a invocação destes valores tende aprioristicamente a legitimar o discurso.
Por este viés, a título de exemplo, a invocação do multilateralismo e dos processos de integração regional, não só angariam legitimidade, como também atenuam as assimetrias no processo de inserção internacional brasileiro, no contexto da globalização, conforme descrito por Lafer[22]:

> "*O contexto exige, para sermos sintéticos, um duplo movimento conceitual, o de discernir uma perspectiva verdadeiramente nacional para compreensão das implicações da globalização (já que são variáveis espacialmente), que se complete por uma perspectiva global para as modalidades de inserção nacional. De fato, a globalização não elide a autonomia e leva mesmo a que o Estado aperfeiçoe os seus mecanismos de participação diplomática, na linha de uma constante adaptação criativa; paralelamente, o alcance e os limites da autonomia não prescindem da consideração das tendências globalizantes porque, queiramos ou não, é neste marco que as opções se tornam viáveis. A visão de futuro é, assim, uma necessidade quando lidamos com iniciativas de política externa. A perspectiva nacional é que pode dar sentido equilibrado aos movimentos globalizantes, evitando o seu defeito maior justamente o de fomentar desigualdades, reforçando a "integração dos já integrados"; da mesma forma, é o lado sadio da globalização, a manifestar-se seja sob a forma de disseminação de informações, de valores democráticos, de ações multilaterais solidárias, que pode corrigir, atenuar e superar o "lado perverso" da fragmentação ."*

Ao mesmo tempo esta mobilização pelo coletivo, amplia a capacidade de projeção internacional dos países. O Brasil, ao buscar estabelecer-se como coordenador de representações coletivas, amplia sua capacidade de interlocução e poder de barganha internacionais.

O discurso legitimador de tal atuação vem no sentido de invocar o multilateralismo, defendendo o risco de alienarem-se os países do Sul do processo de

---

[22] LAFER, Celso; FONSECA JÚNIOR, Gelson. "Questões para diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas (notas analíticas e algumas sugestões)". In: FONSECA JÚNIOR, Gelson; NABUCO DE CASTRO, Sergio Henrique (orgs.). Temas de política externa brasileira II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 70-71.

integração. Contudo, convém manter-se em perspectiva que devido aos diferentes graus de desenvolvimento, também os frutos da integração ocorrem assimetricamente. Conforme expresso por Lafer, aos países mais desenvolvidos, os processo de integração tendem a oferecer maiores "oportunidades". Justificando, num certo sentido, que ao Brasil caberá uma "melhor" fatia resultante desse duplo processo de integração regional e internacional.

Além disso, dentro da lógica do sistema internacional, é no marco dos padrões de desenvolvimento estabelecidos pelas economias centrais, seus governos, agências multilaterais e investidores, que os países dependentes necessitam organizar suas estratégias de inserção internacional.

A abertura de mercados, a privatização da economia, a segurança jurídica, a estabilidade regulatória, a proteção aos investimentos estrangeiros e à propriedade intelectual são requisitos fundamentais no processo de inserção e permanência no sistema internacional para esses países.

Um negócio da China

A partir da segunda metade dos anos 1970 a China passa a despontar com uma alternativa para produção manufatureira de baixo custo. De fato, representa nessa época a oportunidade para o sistema produtivo ocidental recuperar sua rentabilidade e superar as dificuldades impostas pela elevação dos custos de produção tanto energético, quanto de mão-de-obra.

Some-se a essa conveniência de natureza produtiva o fato de que a China ao produzir manufaturas baratas, importadas pelos principais mercados consumidores do mundo, contribui decisivamente para a contenção da inflação, para o estímulo do comércio naqueles países em que a indústria já perdera sua competitividade e ainda, favorece a compressão da massa salarial.

Por outro lado, na dimensão de um grande vórtice consumidor, a China representa o grande destino das exportações dos países produtores de *commodities* minerais e agrícolas.

Dessa forma a China, por ora, ao menos no plano econômico, volta a ser o centro do mundo. A maior economia do mundo, ainda os Estados Unidos, dependem dela para seu abastecimento e financiamento da dívida pública; os países menos desenvolvidos, dependem dela para venderem suas matérias-primas.

Além disso, a China no plano internacional vem realizando uma série de investimentos em diferentes países posicionando-se em setores da economia que lhe permitem, numa perspectiva gerencial, a administração de um *portfólio* de ativos diversificados em diferentes países e diferentes setores da economia. Daí duas conclusões podem ser extraídas: primeiro a teoria sugere que quanto mais diversificado o portfólio menor será a probabilidade de todos o negócios darem errado ao mesmo tempo; segundo, a dependência dos parceiros de negócio desse grande investidor faz com que todos estejam comprometidos com seu êxito.

Nesse sentido, de forma exemplar, num movimento estratégico de inserção internacional em relação ao continente africano, a China hoje supera seus concorrentes com suas políticas de "trocar" parcerias de fornecimento de *commodities* agrícolas e energéticas por investimentos em infraestrutura logística e administrativa e pelo suprimento dos mercados internos desses países com manufaturas de baixo custo. Dessa forma a China deixa para trás seu principal concorrente pela supremacia global.

Os Estados Unidos, por suas dificuldades econômicas e de governança parecem, no governo Obama, ter entrado numa etapa mais retórica de sua política externa.

E por fim, analisando as posições relativas de Brasil e China no sistema internacional, apesar do fato de ambos partirem de uma situação de dependência colonial caracterizada, sobretudo no período de expansão do capitalismo europeu, esses países entre si acumulam mais diferenças do que semelhanças. Podendo-se destacar não só o passado imperial chinês, como seu papel de aglutinador político regional, como também a revolução comunista de 1949, quando o país rompe as amarras políticas e econômicas prescritas pelos países centrais do sistema capitalista.

Talvez, noutro artigo se pudesse discutir o quanto a retirada do país do sistema capitalista internacional representou um grau de investimento para alavancar, no futuro, sua capacidade inserção autônoma. Correu-se o risco de condenar o país à penúria e a periferização permanentes, contudo a partir das reformas e do controle estatal vigentes no país, este migrou de uma situação periférica para a centralidade.

No contexto sistêmico a observação dos eventos futuros revelará em que medida a hegemonia chinesa poderá superar a norte-americana ou com ela continuar mantendo esse processo simbiótico, ainda que desiquilibrado. De fato, a hegemonia chinesa é uma função direta da hegemonia americana e no contexto das relações internacionais contemporâneas dificilmente poderá se firmar como hegemonia exclusiva. A existência da hierarquia no centro hegemônico do sistema deverá se manter

também pela impossibilidade prática de uma hegemonia exclusiva, conforme já demonstrada no momento unipolar norte-americano em 1991. Além disso, conforme já afirmamos, a concepção sistêmica que nos parece mais concreta e realista é aquela na qual a hegemonia é inter-relacionada e compartilhada, possuindo tanto sua dimensão global, quanto sua dimensão regional.

No caso brasileiro, por tradição política, social e econômica, a cautela conservadora da sociedade nacional sempre manteve o país numa situação de barganha em busca das possibilidades de espelhar as benesses materiais e sociais desenvolvidas pelos países centrais.

Se no caso da China, a posição de semiperiferia foi um estágio transitório em seu processo de inserção internacional, no caso brasileiro a semiperiferia é a possibilidade concreta, é aquele ponto que foi atingido a partir da adesão aos "protocolos" propostos pelo centro do sistema e no qual o país se mantém sempre atento à intensidade das ondas e marolas da instabilidade internacional.

Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, Janet. Discontinuities and persistence – One world system or a succession of systems? In: GUNDER Frank, A. and GILLS, Barry K. The world system – Five hundred years or five thousand? Routledge. New York/NY,1993.

AMSDEN, A. A. A ascensão do "resto": os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: UNESP, 2009.

BAUMOL, William J. A origem das corporações: da ascensão do oriente médio à queda do Império Romano. Rio de Janeiro:Elsevier,2010.

BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII: os jogos das trocas, volume 2. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2009.

BREMMER, I. The end of the free market: who wins the war between states and corporations? New York: Penguin Group, 2010.

EKHOLM, K. and FRIEDMAN, J. "Capital" imperialism and exploitation in ancient world systems. In: GUNDER Frank, A. and GILLS, Barry K. The world system – Five hundred years or five thousand? Routledge . New York/NY, 1993.

FERGUSON, Niall. Civilização – Ocidente x Oriente. Editora Planeta do Brasil. São Paulo/SP: 2012.

FONSECA JÚNIOR, Gelson; NABUCO DE CASTRO, Sergio Henrique (orgs.). Temas de política externa brasileira II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GOETZMANN, W.N. and ROUWENHORST, K.G. The origins of value – the financial innovations that created modern capital markets. Oxford University Press:New York/NY, 2005.

GUNDER Frank, A. and GILLS, Barry K. The world system – Five hundred years or five thousand? Routledge . New York/NY, 1993.

HANSEN, Valerie. How disputes was conducted on the Chinese Silk Road during the Tang Dynasty, 618-907. In: GOETZMANN, W.N. and ROUWENHORST, K.G. The origins of value – the financial innovations that created modern capital markets. Oxford University Press:New York/NY, 2005.

HUDSON, Michael. Empreendedores: Da ascensão do Oriente Próximo à queda do Império Romano. In: BAUMOL, William J. A origem das corporações: da ascensão do oriente médio à queda do Império Romano. Rio de Janeiro:Elsevier,2010.

HUIZINGA, Johan. O outono da idade média. São Paulo: Cosac Naify,2010.

LAFER, Celso; FONSECA JÚNIOR, Gelson. "Questões para diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas (notas analíticas e algumas sugestões)". In: FONSECA JÚNIOR, Gelson; NABUCO DE CASTRO, Sergio Henrique (orgs.). Temas de política externa brasileira II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Paz e Terra, 1994.

MACHADO, Silvio R.M. Ideologia e discurso diplomático: a inserção do Brasil na ordem neoliberal (1985-1999). Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo fundo, 2006.

_____ A internacionalização da empresa brasileira de 1980 aos anos 2000: a atuação do aparelho de estado no processo de inserção internacional. Tese de doutoramento defendida junto a PUCRS em Agosto/2011.

MCMILLAN, John. A Reinvenção do bazar- uma história dos mercados. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MOURA, Gerson. Autonomia na dependência – a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NOGUERIA, João Pontes e MESSARI, Nizar. Teoria das relações internacionais – correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PINTO, Paulo A.P. China – Falta um discurso sobre a ascensão pacífica terrestre. A nova rota das sedas. Boletim Meridiano 47 vol. 13, n.31, mai.-jun. 2012.

THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Ed. Vozes. Petrópolis, 1995.

A VINCULAÇÃO PARADIGMÁTICA DO PENSAMENTO DA CEPAL

Uma interpretação à luz da Economia Política dos Sistemas-Mundo

Guilherme A. A. ***DE AGUIAR***[1]

Introdução

Usualmente se refere ao "*neoestruturalismo*" da década de 1990 como um dos indícios de ruptura com seu passado intelectual por parte da **Comissão Econômica Para América Latina e Caribe** (**CEPAL**), característica da fase intelectual da comissão a qual a matriz se associa – substanciada pela proposta de "*transformação produtiva com equidade*"[2] –, que é encarada como uma "inflexão" nos seus caminhos (Almeida Filho, 2003).

Com relação a esta suposta inflexão determinada pela transformação do arcabouço teórico e epistemológico na década de 1990 alguns autores (Schwarzer, 1993; e Vitagliano, 2004) contradizem tais formulações, atribuindo às mudanças nas bases teóricas da comissão o resultado das transformações históricas da realidade econômica, política e social na qual a CEPAL opera. Busca-se, neste trabalho, lidar com esta hipótese para orientar a interpretação da trajetória intelectual da CEPAL.

A hipótese de trabalho vincula o pensamento cepalino a um ramo, ainda que heterodoxo, de uma ciência econômica tradicional que este não logra superar, conforme exposto por Octávio Rodriguez (1993). Este mesmo autor desenvolve argumento relacionando o pensamento da CEPAL aos interesses específicos das burguesias urbanas recém estabelecidas nestes países. O escopo da afirmação pode, em verdade, ser ampliado ao conjunto da vertente da economia do desenvolvimento denominada *desenvolvimentismo*, ramo ao qual o pensamento cepalino clássico pertence.

É claro que o pensamento da CEPAL está indissociavelmente relacionado à questão do desenvolvimento econômico latino-americano, e a uma concepção distinta daquela da economia tradicional sobre as características da condição subdesenvolvida e das de sua superação. O forte apelo industrialista que caracterizou a fase "clássica" do pensamento da

---

1 Mestrando em Ciências Sociais pela Unesp/Marília.
Contato: astolphiaguiar@gmail.com

2 O texto seminal desta proposta é "*Industrialização na América Latina: da 'caixa-preta' ao 'conjunto vazio'*" de Fernando Fajnzylber (2000), estando ela sistematizada em "*Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990*" (CEPAL, 2000b).

comissão[3] decorre, inicialmente, de uma noção de desenvolvimento que se liga diretamente à questão do aumento da produtividade do trabalho (e o papel preponderante da tecnologia neste processo), mas que está relacionado fundamentalmente à interpretação das raízes da condição subdesenvolvida como decorrência da forma de inserção dos países periféricos na estrutura internacional de divisão do trabalho. Uma vez que a clássica visão da comissão relacionava a origem, e manutenção, do subdesenvolvimento ao modo de inserção internacional destes países (relegados à produção de matérias-primas de baixo valor agregado e suscetível à deterioração de seus termos de troca), vê-se que a questão comercial (internacional) desempenha papel protagonista na construção de sua noção de desenvolvimento e, consequentemente, das políticas e iniciativas voltadas a este intento, emanando uma aparente inclinação autárquica às suas conclusões.

A ciência econômica de inclinação *desenvolvimentista*, especialmente o pensamento cepalino, não se configura como sublimação teórica e ideológica de um aparato conceitual relacionado a uma disputa de classes intraperiféricas, apenas. Vê-se que o pensamento social que galvanizou ideologicamente a industrialização periférica implicou não somente em carrear interesses de determinadas classes dominantes locais em prol da transformação efetiva da estrutura produtiva para a direção de uma economia industrial, mas, principalmente, concorreu a um reordenamento da ordem econômica em dimensão mundial. Ou seja, amparou também o recondicionamento de um *regime de acumulação* preponderante do estágio vigente do *modo de produção* capitalista.

Tratou-se, neste caso, da emergência do *regime* "*fordista*" *de acumulação* que vem a substituir o vácuo de regulação criado pela falência do capitalismo "concorrencial" patrocinado pela hegemonia britânica no século XIX, que sucumbe às disputas imperialistas que redundam nas Guerras Mundiais, e ao caos econômico tornado flagrante pela "crise de 1929".[4]

---

3 A esquematização das fases do pensamento cepalino em questão se afina à descrita por Ricardo Bielschowsky em já consagrada resenha (2000).

4 O conceitos de "*economia-mundo*" de Immanuel Wallerstein e de "*ciclos sistêmicos de acumulação*" de Giovanni Arrighi são de grande importância para a orientação deste trabalho:

"*Na proposição de Arrighi (1996), a expansão do moderno sistema-mundo até suas dimensões atuais deve ser compreendida através de uma série de reorganizações fundamentais que o colocaram em diferentes etapas de desenvolvimento. Foi ao procurar as semelhanças e as diferenças entre cada uma dessas etapas, seguindo abordagem do sistema mundial e a perspectiva da longa duração (considerada por ele o único arcabouço temporal adequado para seu trabalho), que Arrighi (1996) percebeu que, em cada uma delas, um determinado bloco ou comunidade de agentes governamentais e empresariais, ou, como colocado anteriormente, uma dada aliança capital e Estado, era hegemônico no sistema-mundo. Esse bloco exercia sua hegemonia através de inovações nas estruturas existentes e de novas estratégias de combinação de*

O termo "*fordista*" foi cunhado por Antonio Gramsci e está presente em seu caderno de cárcere de número 22, intitulado "*Americanismo e fordismo*" (2001). O termo foi mais bem trabalhado e difundido pela denominada "escola regulacionista" francesa, de Michel Aglietta, Benjamin Coriat, Alain Lipietz, etc.

O *fordismo* é compreendido

> como um novo estágio da regulação do capitalismo. Neste estágio, a classe capitalista busca gerir a reprodução da força de trabalho assalariada por uma estreita articulação entre as relações de produção e as relações mercantis pelas quais os assalariados compram seus meios de consumo. O fordismo é, então, uma *articulação entre processo de produção e modo de consumo*, constituindo a produção de massa, que, por sua vez, é o conteúdo da universalização do assalariamento. (Veiga, 1997, p. 65)

A transformação dos marcos da "*regulação*" do *modo de produção* vigente implicou em transformações profundas nas *formas institucionais* componentes do arquétipo sistêmico, quais sejam: a *relação salarial*, a *relação mercantil*, a *forma monetária*, o ***Estado*** e a modalidade de adesão ao ***regime internacional*** (Nascimento, *op. cit.*, p. 129).

Assim, o sistema migrou de um padrão caracterizado pela predominância de baixos níveis salariais e alta concorrência intra-capitalista, sustentada (ou não) pelo padrão-ouro, um Estado não-intervencionista e um arranjo internacional livre-cambista, para uma morfologia distinta, caracterizada pela predominância de alta relação salarial – que constituiu amplas classe médias responsáveis pela manutenção de elevados níveis de consumo – necessária para a absorção dos níveis de produção proporcionados pela atuação de grandes unidades capitalistas, onde prevalecia uma *regulação monopolista* da concorrência. A produção em massa incitou à predominância de grandes unidades produtivas que dispunham de economias externas e de escala advindas de um controle vertical das cadeias produtivas. O que culminou em alterações nas estruturas de concorrência, esfumaçando o poder do "mercado" em regular as relações de oferta e demanda. A necessidade do uso de tecnologias cada vez mais intensivas e especializadas, e as incertezas advindas do vulto da produção de massa provocaram a necessidade de formas ativas de planejamento, público e privado.

A magnitude dos empreendimentos suscitada pelo capitalismo do *consumo de massas*

---

estruturas, mediante as quais promoviam, organizavam e regulavam a expansão da economia-mundo capitalista. Arrighi (1996) denominou esse conjunto específico de inovações e estratégias que conquistaram a liderança do sistema-mundo 'regime de acumulação em escala mundial' e percebeu que cada um desses regimes apresentava um comportamento cíclico." (Ariente & Filomeno, 2007, p. 118)

induziu à necessidade do controle de grandes cadeias produtivas visando à redução de custos comerciais e exploração de reservatórios de mão-de-obra barata e mercados potenciais, emulando o processo de transnacionalização da produção através da atuação da grande empresa multinacional. Neste ponto, o arranjo internacional experimenta uma significativa mudança, inaugurando novas formas de dependência, conformação e exploração da periferia do sistema, distinta da punção, pelo *centro*, dos ganhos de produtividade das economias periféricas através da deterioração dos termos de troca, materializadas pela divisão internacional do trabalho e o livre-cambismo – conforme apresentado pela teoria cepalina.

Nestes termos, tanto o protecionismo quanto a *industrialização da periferia* (de parte dela) deixam de lado seu caráter "anti-hegemônico" e passam a desempenhar importante função para a ampliação dos circuitos sistêmicos de valorização capitalista.

A promoção do *desenvolvimento* – da *industrialização* – com permissão à franquia de certas políticas (como o protecionismo), responde também às vicissitudes da organização da geopolítica produtiva, uma vez que o conflito entre as potências norte-americana e soviética lançou a possibilidade da conquista de espaços hegemônicos através da instrumentalização, em caráter estratégico, das convulsões sociais intensificadas com o processo de crescente proletarização – e urbanização – da população mundial.

O concurso entre as características funcionais do *modo de produção* em expansão, e os receituários *desenvolvimentistas* – dentre os quais o pensamento cepalino se enquadra – não é casual: em verdade esta vertente se inscreve ao mesmo tempo como cabeça-de-ponte ideológica para a penetração das *formas institucionais* caras ao *regime de produção* em processo de consolidação hegemônica, e enquanto configuração de corpo teórico, de caráter técnico, voltado à aplicação, em espaços periféricos, de políticas intervencionistas ensejadas pelos parâmetros regulatórios caros à administração do sistema (o qual o *keynesianismo* pode ser interpretado como tronco teórico-ideológico fundamental do qual o *desenvolvimentismo* diretamente deriva).

O pensamento da CEPAL encaixa-se numa tradição de pensamento que visa administrar o sistema, não superá-lo. Neste ponto recorremos à noção de "ciência paradigmática" emprestada de Wallerstein (2006), ou seja, uma forma de se pensar o mundo, inaugurada pelo advento da Revolução Francesa, que visa controlar a mudança social – uma vez que está encarada como inevitável. O pensamento "clássico" da CEPAL apresenta um forte contraste com as formulações tradicionais que embalavam o pensamento paradigmático

por todo o século XIX e princípios do XX – o pensamento liberal – não por que visava subverter o sistema ao qual este se ligava, mas sim porque **o sistema alterou sua própria morfologia** e passou a demandar novos constructos teóricos capazes de administrar esta nova conformação.

I

Aos interesses da manutenção da acumulação capitalista em escala sistêmica, alternaram-se preferências entre óticas liberais ou intervencionistas, de acordo com os marcos de funcionamento deste sistema. O sistema-mundo capitalista estruturado pela iniciativa central britânica era caracterizado por uma estrutura de dominação sistêmica calcada no *intercâmbio desigual*, pois a Inglaterra (por razões de sua particular trajetória histórica) concentrava consideravelmente o parque manufatureiro mundial; logo, um corolário liberal amparava a reprodução da hierarquia de forças econômicas em escala mundial. Tais pressupostos alteram-se com a emergência de uma morfologia produtiva que não tinha como indispensável a preservação de uma estrutura de relações assimétricas de intercâmbio. Com a emergência do ciclo sistêmico de dominação "norte-americana", as particularidades de seu *regime de produção* demandavam, por sua vez, uma maior dose de intervenção e planejamento, portanto, um corolário "intervencionista" sobrepôs-se à ideologia paradigmática pretérita. Este turno epistemológico representou a plasticidade do *modo de produção capitalista*, não uma decadência do mesmo.

A função do pensamento cepalino, neste caso, foi a de permitir a internalização na periferia desta mudança.

O recurso a uma interpretação distinta da teoria liberal – dado por sua noção de *centro-periferia* e da *deterioração dos termos de intercâmbio* – deu-se por exigência "pragmática" do *projeto de industrialização*, de um *projeto de desenvolvimento* que, em última instância, visava os mesmos objetivos procurados pela ciência econômica liberal do século anterior: reproduzir as relações capitalistas de produção, que então se davam numa nova configuração.

A industrialização da periferia encaixou-se em novas modalidades de reprodução ampliada do capital e de sua exploração econômica – onde a atuação da empresa multinacional, sua liberdade de investir transfronteiras e explorar mão-de-obra e mercados

periféricos, consiste no eixo de apropriação imperialista de excedente.[5] Cabe dizer que o consenso social por uma determinada noção de progresso intimamente vinculada à expansão do capital industrial (enunciada pela valorização da figura da indústria, da urbanização, do consumo de manufaturas e bens de consumo duráveis e, em plano mais abstrato, do compromisso com o "crescimento econômico") proporcionou as bases de um discurso hegemônico que aplacava as possibilidades de revolução social e possível deslize em direção ao "comunismo", preservando a esfera de influência geopolítica do núcleo hegemônico.

II

É um bom caminho iniciar um trabalho sobre a **CEPAL** (Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe) expondo alguns pontos do histórico da organização. Ressaltar sua data de fundação, 1948, e sua vinculação à **ONU** (Organização das Nações Unidas). E destacar sua atuação no processo de industrialização da América Latina ao longo da segunda metade do século XX.

Imperativo citar o economista argentino Raúl Prebisch, mais eminente secretário geral da entidade, e um texto de sua autoria, considerado documento seminal da comissão e de seu pensamento: "*O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas*" Prebisch, 2000) – chamado de "Manifesto Latino-Americano" por Albert Hirschman[6] e que constituirá a espinha dorsal teórica do "*Estudo Econômico da América Latina de 1949*" (CEPAL, 2000).

Tais documentos configuram uma síntese prévia do instrumental analítico consolidado na fase "clássica" da comissão. Se destacam (1) a crítica às teorias ortodoxas (liberais e neo-

---

5 "*Foi a liberdade de investir através das fronteiras de Estado,* ***e não o livre-comércio****, que se tornou o acordo costumeiro fundamental na regulação da competição interempresas; e foi a expansão transnacional da empresa capitalista,* ***e não as importações e exportações****, que se tornou o canal fundamental daquela competição.*" (Arrighi, 2009, p. 29 – grifos nossos)

6 Economista alemão nascido em 1915, de grande importância para a formação da "economia do desenvolvimento", elaborador do conceito de "encadeamentos", ou seja, as vinculações que determinados setores produtivos detém com outros dos quais ou se "alimentam" ou são "alimentados" – como o caso da indústria, que com sua atividade "arrasta" consigo o aumento da produção de matérias-primas, serviços e demais produções associadas.
De acordo com sua formulação, determinados setores tem maior poder de "arrasto", ou seja, trazem com seu crescimento o de outros setores, ou de "impulsão", de facilitar o crescimento de outros setores – caso da produção primária, que ao se desenvolver aumenta sua oferta e pressiona para baixo seus preços, reduzindo custos e estimulando os ramos produtivos que se utilizam de seu produto.
Tal formulação será de grande importância para justificar o apelo à industrialização.
Vide Bianchi, 2007.

clássicas) do comércio internacional, através da conceituação de "relações centro-periferia" e a "teoria da deterioração dos termos de intercâmbio" dos produtos primários que refutavam as premissas liberais consolidadas pela "teoria das vantagens comparativas". (2) Seu enfoque metodológico histórico e *estruturalista* afirmou a particularidade da condição de subdesenvolvimento por suas peculiaridades internas e sua fundamentação em um processo histórico distinto – o que superou a ideia de subdesenvolvimento enquanto "atraso" frente a um processo universal de desenvolvimento (conforme pode ser aduzido na obra de Rostow) – contribuindo desta maneira à crítica à pretensão de universalidade da ciência econômica gestada nos países centrais, e impulsionou o interesse pela investigação histórica e à elaboração de uma teorização específica às exigências particulares do caso latino-americano. Como consequência de conclusões extraídas por via dos fatores anteriormente descritos, destaca-se (3) o depósito de confiança na industrialização enquanto meio para a superação da condição de dependência e subdesenvolvimento, e o apelo à intervenção deliberada em prol deste processo; o quê amparou teórica e ideologicamente uma nova lógica de intervenção do Estado, afiliando-o à projetos nacionais de desenvolvimento.

A insurgência intelectual da comissão contra a ortodoxia que sustentava ideologicamente a divisão internacional do trabalho que legitimava uma cisão entre países agrícolas e países industriais, através de sua formalização no conceito "centro-periferia" e na "teoria da deterioração dos termos de intercâmbio", desvela os mecanismos de uma determinada estrutura histórica de exploração capitalista da periferia, num dado momento. Sua epistemologia historiográfica e estruturalista reformula conceitos acerca do processo de desenvolvimento e também repõe o que se compreende como "*desenvolvimento*", colocando o progresso técnico e os ganhos de produtividade do trabalho no cerne deste e apontando para a necessidade imperativa de uma ação pró-ativa em sua direção, extirpando a passividade contemplativa subjacente nas acepções "etapistas". Tais elementos afirmam um consenso pela *industrialização*, mas também reformulam a noção de Estado, de suas características, objetivos e modos "legítimos" de atuação numa sociedade capitalista e periférica.

Tais alterações caminham *pari passu* à transformações de igual natureza que ocorriam em esfera mais ampla – dentre a *morfologia* capitalista histórica predominante, e do *paradigma* científico e ideológico que lhe orienta.

No processo de declínio da hegemonia britânica sucede-se a emergência da hegemonia norte-americana e de seu modelo de produção e desenvolvimento, que carreava consigo novas

exigências quanto à *divisão internacional do trabalho*, à forma de organização da produção industrial, à regulação da concorrência, aos meios de intervenção do Estado nas esferas econômicas e paraeconômicas e dos mecanismos internacionais de governança.

A denominada "***revolução keynesiana***" se caracterizou como o fenômeno científico e ideológico voltado a estas exigências por excelência; o pensamento da CEPAL pode ser interpretado, salvaguardando-se ao risco do exagero, como versão periférica – e por vezes equivocadamente vista como "diretamente derivada" – desta (cf. Bielschowsky, 2000a, p. 24; Gonçalvez, 1986, p. XVIII; e Moraes, *op. cit.*, pp. 33-4 e 63-7).

O fato da CEPAL constituir apêndice de um organismo supranacional de governança gerado por esta nova hegemonia é fato substantivo. A quebra da "sacralidade" do *laissez faire* pelo pensamento cepalino, a elaboração de um conceitual teórico e prático voltado à dotar o Estado de uma gama de possibilidades legítimas de intervenção econômica e planejamento, e mesmo a formação e treinamento de pessoal para tocar tais iniciativas, adapta-se plasticamente à necessidades prementes do capitalismo de corte *monopolista* que se expandia sob o manto da hegemonia militar e financeira norte-americana. O viés pragmático e tecnicista que envolve o conjunto das formulação cepalinas[7] é um dos inequívocos sinais da vinculação deste pensamento à emergentes formas que constituíram um ramo do pensamento econômico usualmente classificado pelo rótulo de "*revolução keynesiana*". Se há um pendor do *estruturalismo cepalista* pelo exame detido das condições históricas e sociais com fins ao manejo destas em direção a objetivos positivados e enunciados, é porque se crê na capacidade de gerência da ciência ocidental na condução de processos sociais complexos – algo caro à ciência econômica surgida no bojo da "revolução keynesiana" – e que se afina às

7 "*Adolfo Gurrieri (1982) abre sua coletânea sobre a obra de Prebisch na CEPAL com uma definição que vale a pena reproduzir, porque ajuda a entender o pensamento cepalino como um todo, em seu meio século:*
'No cabe duda que lo propuesto por Raúl Prebisch en sus primeiros trabajos en la CEPAL es un paradigma ou programa porque constituye un esquema ordenado de un campo problema – el desarrollo latinoamericano – construido en contraposición al entonces predominante, a partir del cual organiza la búsqueda y acumulación de conocimiento de una manera colectiva y socialmente organizada (…) Su programa (…) es también el fundamento de la creación y consolidación de las instituiciones que le servirán de ámbito propicio para el crecimiento y difusión de sus ideas, y sobre todo, el ariete con que penetra en la realidad para conocerla y transformarla' (p. 13).
Uma característica adicional das ideias geradas pela CEPAL é o fato de que nunca foi uma instituição acadêmica, e que seu público-alvo são os policy-makers da América Latina." (Bielschowsky, 2000, pp. 16-7) ["Não há dúvida que o proposto por Raúl Prebisch em seus primeiros trabalhos na CEPAL é um paradigma, ou programa, porque constitui um esquema ordenado de um campo-problema – o desenvolvimento latino-americano – construído em contraposição ao então predominante, a partir do qual se organiza a busca e acumulação de conhecimento de uma maneira coletiva e socialmente organizada (…) Seu programa (…) é também o fundamento da criação e consolidação das instituições que lhe serviram de âmbito próprio para o crescimento e difusão de suas ideais e, sobretudo, de aríete com qual penetra a realidade para conhecê-la e transformá-la.]

necessidades de planejamento exigidas por um regime de produção que se afirmava e se espraiava.

III

Dentre diversos elementos da história que permeiam os anos do auge de atuação da CEPAL[8], talvez o mais destacado deles seja a especial condição econômica destes.

Jean Fourastié o denominou "trinta anos gloriosos do capitalismo" (ou "Era de Ouro do Capitalismo", segundo Stephen Marglin). Durante um período de aproximadamente três décadas – entre o fim da *Segunda Grande Guerra* (1945) e os "Choques do Petróleo" (abruptas elevações no preço do barril ocorridas em 1973 e 1979) – a "economia mundial" alcançou ininterruptos e elevados níveis de crescimento. A indústria disseminou-se num ritmo sem precedentes.

Os "trinta anos gloriosos" se destacam por constituir-se como uma fase do desenvolvimento do capitalismo mundial substancialmente isenta de crises econômicas. O que o torna ainda mais especial se colocado em contraste com os anos precedentes de seu século, marcados pela *Grande Guerra* (conjunto de conflitos que abarcam a chamada *Primeira Guerra* e a *Segunda Guerra*) e a depressão da década de 1930 (marcada pela "*Crise de 29*").

Apesar dos frutos destes anos dourados terem sido amealhados, em sua maior parcela, pelos países capitalistas desenvolvidos (centrais),[9] a periferia do sistema conseguiu se beneficiar do transbordamento de toda esta prosperidade, desta onda de desenvolvimento de forças produtivas impulsionados pela expansão do capital – pois abundante e à procura de oportunidades rentáveis de investimento – e da retomada de vigor do comércio internacional.

A América Latina, em seu caso específico, pôde experimentar substancial melhora em seus indicadores econômicos e sociais neste tempo. É permissível falar em "trinta anos gloriosos da América Latina" – no que fique claro que este ciclo de intensificação do "progresso" mediu-se dentre os parâmetros próprios da realidade periférica, não sendo este período, portanto, reprodução *exata* do ocorrido dentre os países desenvolvidos :

---

8 Este período casa-se com o período de auge dos processos latino-americanos de industrialização, entre meados da década de 1950 e fins da década de 1970.

9 "*Hoje é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representam cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas.*" (Hobsbawm, 2008, p. 255)

> Mas agora que o progresso da América Latina entre 1945 e 1980 já não é um segredo guardado a sete chaves, é proveitoso registrar sucintamente suas dimensões econômicas e sociais.
> Durante esses 35 anos, a população total da América Latina cresceu de 155 milhões para 388 milhões de habitantes. A taxa média anual de crescimento desse período ficou em 2,7%. De 1950 a 1981, o produto interno bruto da área quintuplicou em termos reais. Elevou-se com razoável regularidade ao longo desses 31 anos, a uma média anual de 5,5%, de modo que a renda *per capita* aumentou mais ou menos à mesma taxa (2,7%) que a população, passando de 420 para 960 dólares americanos (a preços constantes de 1970). Enquanto as rendas anuais cresceram nesse ritmo, a expectativa de vida aumentou consideravelmente – de pouco mais de cinquenta anos para 65 –, de modo que as rendas recebidas durante toda a vida expandiram-se muito mais do que o indicado pelas estatísticas de renda *per capita* … (Hirschman, 1996, pp. 178-9)

Nestes "trinta anos" houve a reconstrução da Europa destruída pela guerra (sua "reindustrialização"), o aparecimento do Estado de Bem-Estar Social, a hegemonia dos Estados Unidos da América e a consolidação de seu *complexo industrial-militar...*

... e a "*revolução keynesiana*".

Houve a industrialização de grande parte da América Latina, a internalização de seu "núcleo dinâmico", e o fim de sua função periférica restrita à absorção de manufaturas produzidas no centro, preservando ainda assim, no mais dos casos, sua tarefa de fornecer matérias-primas baratas.

E o "*desenvolvimentismo*".

IV

O estilo entrecortado dos parágrafos imediatamente acima buscou imprimir um entendimento subjacente da profunda relação dentre alguns destes itens. Buscaremos a seguir explicitar pormenorizadamente a mecânica destas vinculações.

> O receio de que o fim da segunda-guerra mundial trouxesse de volta a crise econômica dos anos 1930 levou os governos das principais economias do bloco capitalista a adotarem medidas que tentavam prevenir as recessões. Por motivos políticos, deveria ser evitado o retorno do desemprego em massa característico do período de crise. Igualmente, os desequilíbrios sociais, em grande parte decorrentes da crise, deveriam ser amenizados. A formulação teórica desenvolvida por Keynes colocou os alicerces para uma **gestão macroeconômica mais compatível com esses objetivos** (ou compromissos), e os

> sistemas de gestão estatal nos quais estes compromissos vigoraram são denominados de *welfare states* (**Estados de bem-estar social**). No entanto, para que os governos nacionais fossem capazes de sustentar o crescimento/desenvolvimento econômico, fez-se necessário um reordenamento da economia internacional, pactuado no acordo de Bretton Woods em 1944. Destarte, **os anos de prosperidade** vividos no pós-segunda guerra são denominados de período do **Consenso Keynesiano**. (Baruco, 2005, p. 6)[10]

A vasta obra teórica de Keynes encontra seu ponto referencial na *Teoria Geral do Emprego Juro e da Moeda* de 1936, mas antes disto o economista britânico já havia angariado notoriedade ao publicar em 1919 o livro *As Consequências Econômicas da Paz*. "*Nesta obra (…) Keynes faz uma acerba crítica aos termos do Tratado de Versalhes, prevendo o malogro dos seus objetivos no que se refere ao restabelecimento da paz e da prosperidade no Velho Continente*" (Szmrecsányi *in* Keynes, 1984, p. 14).[11] As preocupações concernentes a questão do emprego, das consequências sociais e econômicas do subemprego, a perniciosidade da preponderância dos interesses exclusivamente financeiros (especulativos) e da ausência de iniciativas do Estado em prol da regulação do mercado e da gestão, em postura ativa, do sistema econômico internacional – atitudes que contribuíam à tendência de baixa das taxas de emprego da economia e recrudescimento da especulação –, que se tornarão o cerne da problemática teórica e prática de seu pensamento, já estão presentes neste texto (vide Keynes, 1984, pp. 54-68). Em 1930 Keynes publica os dois volumes do *Tratado sobre a Moeda*, "[obra que] *é considerada por alguns autores não apenas mais simples e mais direta do que a* ***Teoria Geral****, mas até mais sólida e mais original do que esta.*" (Szmrecsányi*, in idem*, p. 15)

A "novidade" da teoria de Keynes consiste num ataque frontal às premissas neoclássicas do mercado regulador. Keynes parte da preocupação quanto à taxa de emprego da economia justamente por discordar frontalmente dos pressupostos liberais e neoclássicos que subentendiam o pleno emprego de fatores como condição natural de equilíbrio das economias reguladas pelo mercado (*cf.* Galbraith, 1980, p. 214).

Keynes contradizia teses que pregavam uma identificação estática entre a taxa de poupança e de investimento. Tais concepções alicerçavam-se numa noção de moeda onde esta apresenta caráter neutro e inerte. Keynes demonstrou que a moeda constitui uma forma de

---

10 Grifos nossos.

11 "*A vitória total, ratificada por uma paz punitiva, imposta, arruinou as escassas possibilidades existentes de restaurar alguma coisa que guardasse mesmo fraca semelhança com uma Europa estável, liberal, burguesa, como reconheceu de imediato o economista John Maynard Keynes*." (Hobsbawm, 2008, p. 38)

riqueza *per se*, sendo que esta não consiste unicamente em meio de troca, mas também como reserva de valor.

A "noção de tempo" introduzida pela concepção de moeda keynesiana guarda correspondência com aquilo que Keynes conceituou de "preferência pela liquidez", ou seja, a tendência que os possuidores de riqueza apresentam de privilegiar a preservação desta em sua forma monetária, em detrimento de outras formas de aplicação que estimulem a reprodução material, como o consumo ou o investimento empreendedor – ou seja, a transmutação do capital-dinheiro em capital aplicado à produção material (geradora de valor concreto e de emprego de recursos como matérias-primas e mão-de-obra) –, principalmente enquanto forma de proteger esta riqueza nos momentos de incerteza, que consistem em momentos de redução das expectativas quanto à rentabilidade dos investimentos produtivos. A moeda consiste então em uma ponte entre o hoje e o amanhã – um fator na equação que apenas apresenta sentido se levado em consideração as expectativas futuras; o que escapava da economia política liberal clássica e neoclássica, uma vez que os modelos de equilíbrio geral excluem a variável tempo de suas formulações. A taxa de juros, portanto, não exprime o "preço do dinheiro", mas sim o preço do investimento; e neste ponto uma concepção dinâmica do processo é salutar para sua melhor compreensão, uma vez que neste caso as decisões de investimento se orientam principalmente em função das perspectivas futuras da taxa de juros.[12]

Dada a "preferência pela liquidez", um acúmulo de poupança num dito momento pode traduzir-se – levando em consideração a dinâmica econômica – em redução do montante destinado ao consumo e ao investimento "físico" (provedores de ampliação de valor agregado), reduzindo a demanda agregada e acarretando em retração do produto e do nível geral de emprego, reduzindo concomitantemente a renda global inclusive aquela dirigida à

---

12 Schumpeter apresenta argumentos muito interessantes que minimizam a importância da dinâmica nas análises de Keynes: "*O instrumental analítico da* ***General Theory*** *é, em primeiro lugar, essencialmente estático. (…) Não quero dizer que não se devam considerar as partes do livro – alguns dirão, suas partes valiosas – que sejam devotadas às considerações de ordem dinâmica. Essas partes, porém, foram acrescentadas a uma estrutura rigorosamente estática, a ponto de por à margem, em princípio, todas as sequências e períodos. Segundo: essa teoria estática, no entanto, não é estática das normais de longo prazo, mas a teoria do equilíbrio no longo prazo. Terceiro: o ponto mais importante nestas implicações é que, de todos os aspectos do processo de investimento, é apenas o efeito gasto do novo investimento que integra o 'modelo' (mas não o 'livro'): como o próprio Keynes salientou explicitamente, admite-se que o capital físico (equipamento) permaneça constante, tanto em espécie como em quantidade. Essa hipótese limita a teoria a uma análise dos fatores que determinam o grau máximo ou mínimo de utilização da maquinaria industrial existente. Os que veem a essência do capitalismo no fenômeno que acompanha a incessante recriação dessa maquinaria e a revolução contínua que se contém em seu interior, estarão justificados em parte se sustentarem que a teoria de Keynes abstrai-se da essência do processo capitalista.*" (Schumpeter, 1964, p. 498)

poupança. Como consequência há equiparação *ex post* das taxas de poupança e investimento, conforme o previsto pela análise neoclássica, mas só que desta vez esta condição de equilíbrio se dá num patamar abaixo do inicial.

A possibilidade de "equilíbrio de subemprego" manifesta nas formulações keynesianas determina uma cisão com o credo do mercado autorregulado. As bases éticas da filosofia econômica (da *economia política*) de Keynes, conforme já indicado, estão atreladas à questão do emprego. Ou seja, vislumbra-se a necessidade premente do sistema econômico de proporcionar altas taxas de emprego, sem as quais o incremento das condições materiais da população torna-se impraticável, ocasionando deturpações nos fins últimos da atividade econômica e o caos social. Conforme o expresso por Keynes para embasar sua reticência quanto as consequências da "paz de Versalhes":

> A Europa é constituída pelo mais denso agregado populacional da história do mundo. Esta população está habituada a um nível de vida relativamente alto, em relação ao qual mesmo agora alguns dos seus segmentos deveriam melhorar em vez de regredir. (…)
> Antes da Guerra, esta população garantia sua subsistência, sem grande margem de excedente, através de uma organização frágil e enormemente complexa, cujos alicerces se apoiavam no carvão, no ferro, nos transportes e no fornecimento ininterrupto de alimentos e de matérias-primas importadas de outros continentes. Com a destruição desta organização e a interrupção da corrente de suprimentos, parte da população ficou privada dos seus meios de vida. (…)
> Nem sempre os homens morrerão em silêncio. Isto porque, se a fome leva alguns à letargia e ao desânimo irremediável, ela conduz outros temperamentos à nervosa instabilidade da histeria e a um louco desespero. Em seu sofrimento, estes podem derrubar o que resta de organização, e afogar a civilização em suas desesperadas tentativas de satisfazer as prementes necessidades individuais. Este é o perigo contra o qual todos os nossos recursos, coragem e idealismo devem cooperar. (Keynes, 1984, p. 55)

Desta maneira, ao ente público "por excelência", o *Estado*, não cabe tão somente retirar os entraves à livre iniciativa, mas também promover ações voltadas à correção de fatores que estimulariam o equilíbrio do subemprego, em primeira instância, àquilo que estimularia a preferência à liquidez dos elementos ativos do sistema. A intensificação do gasto do Estado voltado a fortalecer a "*demanda efetiva*" do conjunto econômico é um dos fatores de estímulo à aplicação "física" dos capitais, uma vez que ampliam as margens esperadas de rentabilidade destes investimentos; mas desde que este gasto se afiance em um *déficit*, para

que não haja correspondente subtração de recursos do conjunto, tornando a medida inócua.

Esta relativização quanto ao valor da "austeridade" do Estado corresponde a um preceito lógico introduzido por Keynes derivado de sua postura ética de preponderância da importância do emprego. Os ajustes necessários para o bom funcionamento do capitalismo, promovidos pelo evento da crise econômica, não podem ser dados de forma *deflacionária.* O ajuste deflacionário era a justificativa para a passividade teórica do liberalismo quanto às crises econômicas. Tais eram interpretadas como momentos de intervenção direta da "*mão invisível"* do mercado em favor ao reequilíbrio deste sistema, por "quebrar" os maus empreendimentos, aqueles que não encontravam colocação no mercado, e desestimular o mau investimento, incapaz de contribuir com a otimização da fruição material da população, uma vez que a "razão de mercado" era tida como a expressão mais legítima do interesse geral.

Mesmo concordando em termos com a lógica empregada, Keynes não irá comover-se com as teorizadas consequências benéficas das crises. O desemprego de fatores provoca perdas materiais desnecessárias e colapso social, a curto prazo, e também orienta a riqueza em direção à forma dinheiro, engendrando um círculo vicioso de má aplicação da poupança que tende a eliminá-la, purgando o sistema econômico de ganhos anteriores, sem qualquer garantia de que esta perda implique em aprimoramento das estruturas econômicas – que não sejam os embasados em crenças metafísicas associadas a um suposto "aprendizado" dos agente econômicos. A atuação do Estado enquanto "emprestador de última instância" (em linguagem quase coloquial: aquele que assume as dívidas) promovida pelo receituário keynesiano visa exatamente a garantir que os ajustes advindos das más aplicações não redundem em deflação de ativos, redução do emprego e retração do produto econômico.

A teoria keynesiana irá legitimar teoricamente a franquia ao Estado de um conjunto de medidas e instrumentos como a gestão macroeconômica, controle discricionário da taxa de juros, controle do comércio exterior a partir de política aduaneira e cambial. Este pacote de medidas endossados teoricamente pelo keynesianismo habituou-se a chamar, de modo disseminado após a década de 40, de *política econômica*.

> Depois da Segunda Guerra Mundial, o crescimento econômico nos países capitalistas desenvolvidos apareceu sob a forma de *economias mistas*, onde setores públicos e privados, mercados e regulamentação, finança privada e fundos de Estado, se interpenetravam. A intervenção econômica do Estado assumiu o nome de *política econômica*, conjunto de medidas discricionárias que afetavam a economia

> nacional: através do orçamento (política financeira), da política monetária (ação sobre o crédito e a taxa de câmbio), da política social (regulamentação de salários, instalação de regimes de seguro). As despesas do Estado não apenas aumentaram consideravelmente em relação ao produto interno bruto, mas a própria significação também mudou.
> O Estado apareceu como um agente econômico particular, emissor e receptor de fluxos que atravessavam toda a economia nacional. Sua intervenção assumiu um caráter legítimo, não mais em tempo de guerra apenas (mobilização de todos os recursos disponíveis contra o inimigo), mas também em tempo de paz, para sustentar o crescimento econômico. Mudança ideológica considerável, que dominou as ideias desde a Grande Depressão dos anos 30 até meados dos anos 70: "período keynesiano", ligado ao advento da política econômica. (Brunhoff, 1991, pp. 21-2)

V

Não que não houvesse política econômica anteriormente a isto. O fato é que as particularidades do sistema econômico do período correlato à hegemonia britânica – o auge do liberalismo – exigiam um *modus operandi* discreto, ocluso. A vitória dos pressupostos liberais de não intervenção começou a se desenhar a partir do início do século XIX, quando a vitória definitiva inglesa sobre os exércitos napoleônicos consolidou sua supremacia política, industrial, comercial e financeira.

Em período precedente, durante o auge mercantil que alimentou a construção e consolidação da Revolução Industrial, a intervenção do Estado grassou e desempenhou capital importância para a consolidação do empreendimento manufatureiro em contraponto aos interesses agrários ou puramente mercantis.[13] As primeiras defesas pela liberalização partem da escola fisiocrata, francesa e afiliada aos interesses agrários prejudicados pelas políticas mercantis que privilegiavam a implantação da produção manufatureira.

Porém a roda da história gira e muda as coisas de lugar. Já em princípios do século XIX a intervenção do Estado tendeu a proteger os interesses agrários, suplantados pelo vigor da classe burguesa e de seu parque manufatureiro que construía a supremacia econômica e financeira do Império Britânico. Os interesses mercantis tempos antes se opunham aos interesses da indústria nascente, pois a atividade dos primeiros minava as vantagens do

13 Ha-Joon Chang descreve minuciosamente o amplo rol de medidas intervencionistas levadas à cabo pelos governantes ingleses durante o auge da vigência intelectual do pensamento mercantilista e de gestação e consolidação de sua infraestrutura manufatureira (Cf. Chang, 2004, pp.94-106)

segundo, ao encarecer matérias-primas pela exportação das mesmas e acentuar a concorrência através da importação de manufaturados. (cf. Huberman, 1976, pp.143-5) Mas isto ocorre enquanto o setor industrial ainda apresenta debilidades que prejudicam sua competitividade. Uma vez que o setor industrial tenha alcançado determinado nível de desenvolvimento (sempre em perspectiva relacional, comparativa) sua própria pujança garante sua supremacia. Neste momento os amparos em que se sustentou e se ergueu transformam-se em grilhões; o uso dos mesmos expedientes por produtores rivais retira as vantagens adquiridas pelos que estavam consolidados. Assim, uma vez tendo desviado o curso do rio da economia a seu favor, basta deixar as águas fluírem e aparentar ao mundo que o rio corre para seu mar por imperativo da própria natureza.

A Inglaterra ao derrotar a "Invencível Armada" espanhola, eliminar a concorrência das Províncias Unidas (Holanda) e vencer a concorrência francesa, conquistou os mares e consequentemente monopolizou os fluxos de comércio nas mãos de sua burguesia comercial. Ao derrotar os franceses o Império Britânico eliminou o único concorrente potencial de sua indústria. Suprimindo o poder dos holandeses a *city* londrina passou a concentrar as finanças internacionais. Desse modo todo e qualquer incremento no comércio mundial favoreceria direta ou indiretamente os comerciantes e/ou industriais ingleses. Ou seja, criou-se um aparato oculto que consistia numa forma negativa (através da "não-ação") de regulação da economia-mundo capitalista. Houve a confluência entre os interesses mercantes e industriais pela liberalização, tornando a doutrina irresistível.

O combate ao intervencionismo agora visava desmontar os interesses agrários que prejudicava o preço das matérias-primas e pressionava os salários. As *Corn Laws* – legislação protecionista que restringia a importação de cereais pela Grã-Bretanha, favorecendo os interesses dos ineficientes produtores locais – suscitavam protestos por parte dos mercadores que deixavam de lucrar com a possibilidade de importação de grãos e, principalmente, dos industriais que viam na legislação um obstáculo à majoração dos lucros, pois elevava artificialmente o preço dos cereais acarretando em aumento do custo de vida dos trabalhadores, e também evitava a proletarização de significativa parcela da população, que se mantinha engajada em atividades pouco produtivas limitando a expansão da oferta de mão-de-obra disponível. O estímulo à manutenção de boa parte da mão-de-obra em setores pouco produtivos em função de uma legislação protecionista era razão o bastante para economistas políticos preocupados com o desenvolvimento também repudiar o protecionismo e a

intervenção econômica do Estado. E neste ponto nos cabe dizer que mesmo que a resistência intelectual seja formada pela observação objetiva dos fatos, isto não a isenta de um paradoxo das circunstâncias a transmute em discurso ideológico hegemônico. Basta, para isto, retirá-la de seu contexto histórico, extrair convenientemente as particularidades das situações que lhe fomentou, expandir seu escopo e lhe dar um verniz universalizante. O discurso liberal, importante para a consolidação da indústria inglesa, será pregado em diferentes paragens de forma indiscriminada. E funcionou de modo oposto ao obstar a implantação da indústria em capitalismos tardios, uma vez que a "indústria infante" destes não podia concorrer com já madura e eficiente indústria inglesa sem se utilizar dos expedientes que esta mesma lançou mão largamente, quando em estágio semelhante de desenvolvimento. Trata-se do "chute na escada" de que se refere Frederic List (Chang, *op. cit.*, pp. 14-9).

Em síntese, o discurso intelectual que privilegiou a não-intervenção consistiu em uma postura ideológica adaptada e afeita às novas necessidades sistêmicas, tanto em sua necessidade de uma regulação oblíqua de reorientação dos padrões internos dos mecanismos de acumulação – Karl Polanyi, em *A Grande Transformação* (1980), descreve com riqueza a importância do discurso liberal do século XIX para a consolidação da mercantilização do trabalho, da terra e da moeda – quanto na gerência das relações internacionais afinada às necessidades desta estrutura emergente – como a constituição de uma divisão internacional do trabalho alinhada aos interesses classe dominante do núcleo hegemônico, neste caso relega à periferia a condição de "celeiro" da "oficina mundial" inglesa.[14]

VI

O "retorno" do "prestígio" da intervenção do Estado dado pela "*revolução keynesiana*" consiste em ocorrência dada por motivos análogos ao turno anterior do pensamento paradigmático. Apesar de em contraste com o arranjo intelectual pretérito este

14 Cabe registrar a brilhante percepção de Giovanni Arrighi acerca da importância do consenso liberal para o governo interestatal do sistema presidido pelos ingleses: "*Por fim, a expansão e a superação do Sistema da Vestfália encontraram expressão num instrumento inteiramente novo de governo mundial. O Sistema de Vestfália baseara-se no princípio de que nenhuma autoridade operaria acima do sistema interestatal. O imperialismo de livre comércio, ao contrário, estabeleceu o princípio de que as leis que vigoravam dentro e entre as nações estavam sujeitas à autoridade superior de uma nova entidade metafísica – um mercado mundial, regido por suas próprias "leis" -, supostamente dotada de poderes sobrenaturais maiores do que tudo o que o papa e o imperador jamais houvessem controlado no sistema de governo medieval. Ao apresentar sua supremacia mundial como a encarnação dessa entidade metafísica, o Reino Unido logrou ampliar seu poder no sistema interestatal muito além do que era justificado pela extensão e eficiência de seu aparelho coercitivo.*" (1996, p. 55)

pensamento aparentar rupturas significativas, este pensamento não logra romper decisivamente o fio sistêmico, constituindo-se em *readequação do pensamento paradigmático* à novas exigências.

Um interessante artigo[15] relaciona a revolução keynesiana ao conceito de Thomas Kuhn de "revoluções científicas":

> Este momento de crise, caracterizado por uma multiplicação de problemas sem resolução pelo paradigma vigente, exige uma resposta. A resposta à crise pode ser encontrada dentro do próprio paradigma (e, neste caso, não há abandono do mesmo) ou em outro paradigma que seja capaz de dar conta dos problemas (anomalias) que não encontram solução no paradigma anterior. Mas quando não se encontram saídas dentro do paradigma, ocorrem revoluções científicas (grandes rupturas) que derrubam de vez a tradição **normal** da ciência vigente até então (com quebras e substituição de paradigmas). (p. 361)

Com base nestes pressupostos, dizem:

> Embora haja muito a se discutir sobre a forma como se deu a queda do modelo liberal nos anos 1930, não se pode deixar de reconhecer, como o faz Modigliani, que a Revolução Keynesiana pode ser enquadrada no tipo de revolução tratado por Thomas Kuhn. (p. 376)

Exemplo de mudança paradigmática, a revolução keynesiana nem por isto representa uma efetiva *ruptura* com o pensamento sistêmico. Sua afiliação inata ao tronco das ciências econômicas tradicionais, ainda que num "galho" heterodoxo, retém a orientação estabilizadora que constitui elemento intrínseco a este estilo de reflexão intelectual denominado de "ciência" em idos do período iluminista. Segundo Immanuel Wallerstein, um dos efeitos da Revolução Francesa foi a extração por parte dos estratos dominantes de duas conclusões:

> Uma delas foi uma sensação de grande ameaça, não daquilo que poderiam fazer os Robespierres do mundo, mas do que poderiam fazer os plebeus, que pareciam estar pela primeira vez contemplando de modo consequente a aquisição de poder estatal. A Revolução Francesa propriamente dita esteve muitas vezes perto de "sair do controle", não porque alguns "burgueses" estivessem em busca de mudanças políticas, mas porque alguns "camponeses", alguns "*sansculottes*" ou algumas "mulheres" começaram a se armar e a marchar ou a fazer

15 Vieira & Fernández, 2006.

> manifestações. Os escravos negros de Santo Domingo foram além das manifestações; acabaram por conquistar de fato o poder do Estado, evento político que mostrou ser muito mais difícil de conter e reverter do que as rebeliões na França.
> (…)
> A partir disto (…) a burguesia mundial extraiu uma segunda inferência, uma inferência bastante lógica. A mudança política constante de curto prazo era inevitável, e não havia como manter o mito histórico usado por sistemas-mundo precedentes e até pela economia-mundo capitalista até aquele ponto, mito segundo o qual a mudança política era excepcional, com frequência de curto fôlego, normalmente indesejável. Só mediante a aceitação da normalidade da mudança pôde a burguesia mundial ter a oportunidade de contê-la e de reduzir seu ritmo. (Wallerstein, 2006, pp. 23-4)

O controle da mudança torna-se de fundamental importância para a conciliação entre os desideratos do progresso e da preservação do sistema. É preciso represar o turbilhão revolucionário e canalizá-lo de modo a alimentar os moinhos do sistema. À formalização do pensamento crítico afinando-o a estas exigências, chamou-se "*ciência social*" – instrumento precioso na construção de paradigmas de *entendimento* e construção de convicções que anulam no nascedouro ideias e ideais que ameacem as fundações sistêmicas.[16]

Em "*O fim do 'laissez-faire'*" Keynes afirma sua convicção quanto à necessidade do governo inteligente (voluntário) da economia, ao mesmo tempo em que explicita a afiliação de seu programa intelectual em torno da conservação das bases capitalistas da orientação das atividades sociais e econômicas. Vejamos em suas próprias palavras:

> De minha parte, acho que, **sabiamente administrado, o capitalismo provavelmente pode se tornar mais eficiente para atingir objetivos econômicos do que qualquer sistema alternativo conhecido**, mas que, em si, ele é de muitas maneiras sujeito a inúmeras objeções. Nosso problema é o de criar uma organização social tão eficiente quanto possível, sem ofender nossas noções de um modo satisfatório de vida. (pp. 125-6)[17]

O governo inteligente da atividade econômica com base na intervenção (limitada aos imperativos de preservação das bases do sistema capitalista de exploração) do ente estatal na vida econômica visou ampliar a liquidez e o crédito, reforçar ou reconstituir a demanda

16 "*... as ciências sociais se tornaram crescentemente um instrumento do governo inteligente de um mundo em que a mudança era normal e, por conseguinte, de limitação do alcance dessa mudança...*" (Wallerstein, *op. cit.*, p. 30)

17 Grifo nosso.

efetiva através do gasto público e de políticas voltadas à redistribuição mais equânime da renda – na qual a busca de altos níveis de emprego e as políticas de bem-estar social constituíram meios eficazes – uma vez que a concentração da renda favorecia a "propensão à indolência" (expressão emprestado de Malthus por Keynes) das classes favorecidas, ou seja, o entesouramento de parcela substantiva do produto, que alimentava as fogueiras da especulação financeira e reduzia a rentabilidade da acumulação material *per se*, constituindo um círculo vicioso.

Tais inadequações do *modus* de intervenção ainda vigentes no período em que Keynes tece suas proposições ficaram evidenciadas sobremaneira com a depressão econômica que vigorou por toda a década de 1930. As formulações keynesianas atingiram elevado status em razão desta crise e da proeminência de sua influência nas políticas tomadas curso em razão do combate a esta, como o *New Deal* de Roosevelt. A obra de Keynes teve suas leituras mais atentas à luz desta crise, e das soluções que esta exigia que o pensamento econômico tradicional não era capaz de contemplar. Porém não é precisamente correto enxergar a teoria de Keynes como reflexo à "crise de 1929"; ou seja, a teorização e o projeto político emanados desta não podem ser vistos como um pacote de soluções teórico-ideológicas elaborado sob encomenda da depressão da década de 1930. Apesar da obra mais bem acabada de Keynes, a "*Teoria Geral*", ter encontrado estímulo por esta crise (sua publicação data de 1936, conforme já dito), tanto na dimensão de sua elaboração quanto no de sua difusão e aceitação, as bases do pensamento keynesiano, e de seu *ethos*, já estão delineados, por exemplo, no texto acima citado, "*O fim do 'laissez-faire'*", que veio à público já em 1926; e também como já aventado neste escrito, as preocupações concernentes aos dilemas trabalhados na "*Teoria Geral*", e o esboço das soluções precisadas nesta, já estavam presentes nos textos de Keynes referentes à questão da Primeira Grande Guerra (e de sua paz).

Tanto a Primeira Guerra quanto a depressão da década de 1930, analisados por Keynes, configuram-se eventos-símbolo da mudança paradigmática; eventos "fortes" que descaram as transformações tectônicas do modo de acumulação capitalista, de sua readaptação às novas lógicas e pressupostos. Quando ele analisa estes eventos, em verdade ele está constatando a decadência de um dado *regime de acumulação*. O projeto político que emana destas suas análises consiste na necessária formulação de uma nova lógica de regulação do sistema.

Em outras palavras, Keynes, ao combater "a preferência à liquidez", está, em verdade,

constatando tacitamente o esgotamento das possibilidades de reprodução material dadas nos marcos do *capitalismo concorrencial*, que culminam na "fuga para o dinheiro", e nas crises de superprodução – ou subconsumo – e na farra especulativa; e também elaborando um programa declarado de regulação de uma nova fase de acumulação material inserida numa modalidade capitalista erigida sobre novas bases.

Galbraith mostrou que a "sociedade afluente" surgida deste novo patamar de vida material ensejou novas oportunidades e exigências de administração e planejamento da vida econômica, em comparação com o universo passado:

> A produção e renda elevadas, frutos da tecnologia avançada, de uma organização complexa e eficiente e da capacidade de grandes grupos da sociedade fazerem valer suas reivindicações de renda, afastaram grande parte da população das compulsões e pressões das necessidades físicas. Consequentemente, seu comportamento econômico tornou-se de certo modo maleável. Nenhum homem faminto em seu juízo perfeito pode ser persuadido a empregar seu último dólar em qualquer coisa que não seja seu alimento. Mas pode-se persuadir uma pessoa bem alimentada, bem vestida, bem abrigada e de qualquer modo bem cuidada, a escolher entre a compra do alimento e a de um barbeador elétrico e de uma escova também elétrica. A demanda de consumidores, juntamente com os preços e custos, torna-se sujeita a manobras. Isso acrescenta um novo e importante elemento de controle sobre o ambiente. (1982, p. 15)

As grandes dimensões do empreendimento capitalista típico do período *fordista*, seu alto grau de integração vertical e articulação, sua alta taxa de composição tecnológica, assim como o caráter monopolista destes empreendimentos, são fatores preponderantes para a constituição de uma nova dimensão para o controle e planejamento econômico:

> O mercado é suplantado pelo que comumente se chama integração vertical. A unidade de planejamento assume a direção da fonte de abastecimento ou do escoadouro; uma transação sujeita a barganha de preços e quantidades é, portanto, substituída por uma transferência dentro da unidade de planejamento. (…)
> Do ponto de vista da firma, a eliminação de um mercado transforma uma negociação externa e, daí, uma decisão parcial ou inteiramente incontrolável, numa questão de decisão puramente interna. Veremos que nada explica melhor a política industrial moderna – o fornecimento de capital é o exemplo extremo – do que o desejo de submeter esses fatores de custo altamente estratégicos a decisões puramente internas.
> Podem-se controlar também os mercados. (…)

> Esse controle de mercados é a contrapartida do grande tamanho da empresa e de seu grande tamanha em relação a determinado mercado. Uma granja de leite de Wisconsin não pode influir sobre o preço que ela paga por fertilizantes ou maquinaria. (…)
> Não é o que se dá com a General Motors. Sua decisão de comprar ou não é geralmente de grande importância para seus fornecedores (…).
> Do mesmo modo, o tamanho permite à General Motors, como vendedora, estabelecer preços para automóveis, motores a diesel, caminhões, refrigeradores e o resto de sua oferta e sentir-se tranquila por saber que nenhum comprador individual, deixando de lhe comprar, poderá forçar uma mudança. O fato de a GM ser um dos poucos vendedores aumenta-lhe o poder de controle. (…) Assim o tamanho e o pequeno número de concorrentes conduzem à regulação do mercado. (*ibidem*, pp. 34-5)

Desta feita, conseguimos novamente compreender os imperativos que levam à transformação da ciência econômica paradigmática:

> Seria errado sugerir que o pensamento econômico que serviu para interpretar o mundo da pobreza das massas não se ajustou ao mundo da afluência. Tem havido muitas adaptações, incluindo algumas que não foram reconhecidas ou que foram mal compreendidas. Mas tem havido uma resistência notável. E a total alteração nas circunstâncias de base não foi encarada frontalmente. Em consequência, somos guiados, em parte, por ideias que dizem respeito a outro mundo; e em consequência, ainda, fazemos muitas coisas que são desnecessárias, algumas que são insensatas e umas poucas que são loucas. Algumas constituem uma ameaça à própria afluência. (Galbraith, 1972, p. 36)

Realizando uma vasta síntese do dito até então, o *americanismo* ou o fordismo, nas palavras de Antonio Gramsci, "*...resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser o elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática...*" (2001, p. 241).

A *revolução keynesiana*, portanto, enquadra-se como manifestação consagrada do turno paradigmático da ciência social voltada ao manejo do sistema econômico preponderante. Trata-se de um arcabouço reconhecido a qual remeteu-se diante da necessidade do estabelecimento de uma "economia programática", sendo que seus componentes teóricos e inclinações expressam as necessidades desta morfologia capitalista e os marcos desta última estabelecem as limitações desta teoria. O *keynesianismo* é, em suma, tanto *efeito* quanto *veículo* da propagação deste novo *modo de produção*; em primeiro plano

por ser "necessário" à administração desta nova morfologia capitalista, e em segundo plano por difundir, por meio de seu espectro ético-ideológico, as prerrogativas e prioridades desta morfologia.

A vinculação entre a "*revolução keynesiana*" e a "*economia política da CEPAL*" consiste-se mais pelo fato de compartilharem, e serem frutos, do mesmo movimento histórico, onde exigências sistêmicas ensejaram transformações no pensamento paradigmático; o *keynesianismo* trabalhou como centro gravitacional para onde confluíram diversas contribuições surgidas em pontos esparsos na medida em que a *práxis* as desenvolvia de acordo com desafios que a degradação de um padrão e ascensão de outro interpunham. O termo "*revolução keynesiana*" é mais pertinente para denominar o novo marco lógico com qual a ciência econômica paradigmática passou a lidar; é melhor visto como uma arregimentação e sistematização de técnicas intelectuais surgidas pela experiência prática sob um manto teórico que serviu posteriormente à legitimação ideológica voltada a consolidação destas. Tal fator pode ser visto como razão do pendor pragmático e técnico usualmente atribuído ao keynesianismo e a vertentes derivadas ou aparentadas – como a "economia do desenvolvimento" e o estruturalismo cepalista.

Conclui-se que o pensamento da CEPAL se configura como ruptura *paradigmática*, mas não *sistêmica*, e por isso não logra romper determinadas amarras. Tampouco queda possível a visualização crítica de determinados condicionantes sistêmicos reformulados à nova lógica de exploração da periferia, pois lhe falta "distanciamento".

Bibliografia

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. *O Desenvolvimento da América Latina na Perspectiva da CEPAL dos Anos 90: Correção de rumos ou mudança de concepção?* Comunicação apresentada na rodada nacional do seminário "Raúl Prebisch", UFRJ, 2001.

ARIENTE, Wagner Leal & FILOMENO, Felipe Amim. *Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi*. Ensaior FEE, Porto Alegre, v. 28, nº 1, julho, 2007, pp. 99-126.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1997.

_____. *O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.* Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Editora Unesp, 1996.

BARUCO, G. C. de C. *Do Consenso Keynesiano ao Pós-Consenso de Washington*.

Dissertação de mestrado defendida no Instituto de Economia da UFU, Uberlândia, 2005.

BIANCHI, Ana Maria. "*Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico*". Economia e Sociedade, Campinas, vol. XVI, nº 2 (30), 2007, pp.131-150.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. "*Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: Uma resenha*", In: Idem (org.), *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, Rio de Janeiro, Record, Vol. 1, 2000a, pp. 13-68.

_____ *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000b.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. São Paulo, Editora Unesp, 1991.

CEPAL. "*Estudo Econômico da América Latina, 1949*". In: Bielschowsky, Ricardo (org.) *op. cit.*, 2000a.

_____. "*Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe*". In: Bielschowsky, Ricardo (org.) *op. cit.*, 2000b.

CHANG, H.J. *Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo, Editora Unesp, 2004.

FAJNZYLBER, Fernando. "*Industrialização na América Latina: da 'caixa-preta' ao 'conjunto vazio'*". In: Bielschowsky, Ricardo (org.) *op. cit.*, 2000.

GALBRAITH, J. K. *A Era da Incerteza – história das ideias econômicas e suas consequências.* São Paulo, Pioneira, 1980.

_____. *A Sociedade Afluente*. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1972.

_____. *O Novo Estado Industrial*. Coleção Os Economistas, São Paulo, Abril Cultural, 1985.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 4, edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

HIRSCHMAN, Albert O. *Auto-Subversão: Teorias consagradas em xeque*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

KEYNES, John Maynard. *Economia*. Organizado por Tamás Szmercsányi, São Paulo, Ática, 1984.

MORAES, Reginaldo. *Celso Furtado: O subdesenvolvimento e as ideias da Cepal*. São Paulo, Ática, 1995.

NASCIMENTO, E. P. do. *Notas a respeito da Escola Francesa da Regulação*. Revista de Economia Política, vol. 13, nº 2 (50), abril-junho de 1993, pp. 120-36.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

PREBISCH, Raúl. "*O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus principais problemas*" *in* Bielschowsky, Ricardo (org.) *op. cit.*, 2000.

RODRÍGUEZ, Octávio. *La teoría del subdesarrollo de la CEPAL*. México D.F., Siglo XXI, 1993.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *História da Análise Econômica*. Vol. 3, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

SCHWARZER, Helmut. *A CEPAL: a teoria clássica e a transformação produtiva com equidade social*. Dissertação de mestrado apresentada na UFPR, Curitiba, 1993.

VEIGA, José Eli da, *O "fordismo" na acepção regulacionista*. Revista de Economia Política, vol. 17, nº 3 (67), julho-setembro de 1997, pp. 63-70.

VIEIRA, J. G. S. & FERNÁNDEZ, R. G. "*A Estrutura das Revoluções Científicas na Economia e a Revolução Keynesiana*". Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 36, n. 2, pp. 355-81, abril-junho, 2006.

VITAGLIANO, Luis Fernando. *A CEPAL no fim do milênio: a resposta aos programas de ajustes neoliberais*. Dissertação de mestrado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar as Ciências Sociais: Os limites do paradigmas do século XIX*. São Paulo, Ideias e Letras, 2006.

O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL NO CONTEXTO DA ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO: a estratégia ofensiva de desenvolvimento comandada pelo Estado Nacional da Coreia do Sul

Silvio A. F. Cario[1]
Fernanda Steiner Perin[2]
Graciella Martignago[3]

1. INTRODUÇÃO

A economia capitalista, na perspectiva do tratamento analítico da Economia Política dos Sistemas-Mundo constitui um modo de produção e distribuição da riqueza de hierarquizada. Há um núcleo econômico que define o comando da riqueza capitalista, assim como há núcleos que são comandados. Os Estados do núcleo orgânico comandam o padrão de produção de riqueza e as decisões políticas em nível mundial, frente os semiperiféricos e periféricos. No curso do processo de geração e apropriação do excedente, conformado historicamente, ocorre rara possibilidade de ascensão da posição de um Estado de um núcleo para outro. Na região da Ásia, constata-se a ocorrência de ascensão de um Estado um núcleo para outro, sendo paradigmático o caso do Japão, cujo desenvolvimento o colocou no núcleo orgânico do comando capitalista mundial.

Observa-se, também, na região da Ásia, outro país, Coreia do Sul, desenvolvendo condições para ascender no futuro posição no edifício representativo da economia capitalista. A trajetória de ascensão econômica tem-se pautado por um conjunto de ações estratégicas comandadas pelo Estado Nacional e apoiadas econômica e politicamente por países participantes do núcleo orgânico. Dentre estas estratégias, encontra-se a internacionalização das empresas sul-coreanas expressa pelos investimentos diretos externos - IDEs. O valor destes investimentos aumentou em mais de 50 vezes de 1990 a 2010. As inversões iniciais em setores de baixo conteúdo tecnológico concentrado nos países da Ásia, no passado, se direcionam para segmentos de maior conteúdo tecnológico nos países desenvolvidos, nos últimos tempos. Como resultado, em 2011, das 100 maiores empresas transnacionais não financeiras mundiais, 6 eram sul-coreanas.

[1] Professor dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Economia e Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: fecario@yahoo.com.br. Telefone: 48. 9101.6618.
[2] Economista e Mestranda do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: fersteiner@hotmail.com. Telefone: 48. 9602.8447.
[3] Economista e Administradora e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail:graciella.mtg@gmail.com. Telefone: 48.8407.9774.

Considerando este aspecto, o presente texto apresenta as condições estruturais que tem permitido a Coreia do Sul levar a cabo esta estratégia internacionalizante, à luz da Economia Política dos Sistemas-Mundo. Defende-se a concepção que o Estado Nacional sul-coreano vem desenvolvendo ações que poderão levá-lo a ascender posição no núcleo de comando capitalista. Para tanto está dividido em 5 seções, sendo que nesta 1ª. apresenta-se o objetivo; na 2ª. discutem-se elementos que caracterizam a Economia Política dos Sistemas-Mundo; na 3ª. apresentam-se as principais características do desenvolvimento da economia da Coreia do Sul; na 4ª. seção analisa-se o IDE sul-coreano; e por fim, na 5ª. seção faz-se as considerações finais.

2. ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO E O PADRÃO CAPITALISTA DE DESENVOLVIMENTO

2.1 Características dos núcleos de países e o posicionamento político dos Estados

Abre-se nova interpretação do desenvolvimento capitalista desigual sob a concepção da existência de economia política dos sistemas-mundo estruturada por andares/núcleos – superior/comando, intermédio/semiperiferia e inferior/periferia – hierarquizados. Na configuração dos sistemas, estão presentes não somente a relação capital e trabalho, expressos na literatura marxista, mas, em grande importância a disputa entre os Estados nacionais. Em jogo, o poder, não só do dinheiro, mas também o poder político que se firma e altera-se, historicamente. Assim sendo, empresas e Estados participam de um ambiente concorrencial - econômico e político - definidor do comando do sistema econômico mundial (ARRIGHI, 1996).

Segundo Arrighi (1997) existem três núcleos econômicos participando de um sistema mundial dotados de capacidade desigual de comando e de apropriação da riqueza capitalista. No núcleo orgânico superior encontram-se os Estados cujas empresas definem as características dominantes do padrão produção de riqueza, e comandam politicamente as decisões em nível mundial. A liderança no campo empresarial define o padrão produtivo mundial, ditando o conteúdo e ritmo do processo tecnológico, a forma organizacional, a composição dos produtos e a estrutura de distribuição e comercialização, a serem seguidos pelas demais economias. Os Estados participantes deste núcleo possuem o domínio nas finanças, cuja propriedade lhe possibilita impor o padrão de funcionamento do sistema monetário mundial, se beneficiando do poder que este concede. A extensão do domínio alcança o campo

político, cujos Estados líderes figuram como potências militares, instância garantidora de poder próprio e de outros Estados.

No andar intermédio – semiperiferia – figura um grupo de Estados com posição relativamente estável no edifício da economia mundial. Suas condições econômicas e políticas os impedem de descer à condição de periferia, porém não possuem condições de fazer *upgrade* do estágio em que se encontram. Desenvolvem em seus espaços atividades que não tem condições de operar em um espaço mundial mais amplo. Assim como, não possuem estrutura capaz de gerar fluxo contínuo de inovações que possam reproduzir posições dos Estados que se encontram no comando da economia mundial. Sob este quadro, segundo colocação de Fernando Haddad na introdução da obra de Arrighi (1997, p. 12) estes "(...) conseguem industrializar sem desenvolver; conseguem crescer, mas apenas para permanecer no mesmo lugar, relativamente aos países do núcleo orgânico".

Por sua vez, no andar inferior – periferia – do sistema econômico mundial figuram os Estados que se envolvem em significativas relações de troca desigual e transferência de recursos para os núcleos acima de sua posição hierárquica na economia mundial, cujos produtos e mão-de-obra são mal remunerados em relação aos demandados. Segundo Arrighi (1997) situam em faixa de exclusão mais completa dos Estados do sistema mundo, e não possuem condições de atuação em atividades nas quais o Estado semiperiférico busca maior especialização. Suas atividades constituem lócus da exploração capitalista e são impotentes para promover expansão ao Estado que pertencem. As atividades que desenvolvem internamente controlam uma parcela ínfima do excedente produzido pelas cadeias produtivas de mercadorias e possuem baixa capacidade de apropriar dos benefícios da divisão de trabalho na hierarquia mundial.

No arcabouço analítico da economia política dos sistemas-mundo, o Estado possui capacidade de operar sobre o movimento da produção e circulação de mercadorias dentro e fora de suas fronteiras, em consonância com a sua participação na divisão internacional do trabalho. Nestes termos, possui a capacidade de melhorar o desempenho de atividades através de políticas que para alcançar o status de núcleo orgânico e rebaixar outras ao status periférico. Contudo, as funções não se resumem somente a isto, pois cada Estado se preocupa em reproduzir o seu poder de monopólio frente às contestações de outros Estados. Segundo Arrighi (1997) numa economia

mundial, as ações de cada Estado perante os núcleos orgânico, semiperiférico e periférico são sempre limitadas pelo poder que os outros Estados têm de fazer o mesmo.

Dentro deste marco teórico-analítico ressalta-se a capacidade de promover as inovações. Estas rompem com a ordem costumeira e geram competição entre si, a velha existente e a nova emergente, em processo competitivo, cujo vencedor elege nova ordem costumeira. Nestes termos, o sistema está em constante movimento, em processo contínuo de destruição e construção de ordem costumeira, gerando assim momentos de maior intensidade do ciclo inovativo, caracterizado por ondas longas de prosperidade, e por momentos de depressão pautada por redução e esgotamento da capacidade. Para reverter o ciclo depressivo, são empreendidos esforços destinados a promoção de inovações que empurram o sistema em direção da prosperidade.

As inovações, como salienta Arrighi (1997), em consonância com Schumpeter (1982) ocorrem no tempo e em contexto social determinado. Logo envolvem empresas, pessoas e Estado, sobretudo empresas e Estado como integrantes de sistema interempresas (empresas econômicas) e sistema inter-Estados (nações com jurisdições próprias). Sob este contexto, a empresa constitui o espaço de produção e inovação e o Estado o garantidor e protetor das operações e acordos produtivos e dos resultados das inovações empresariais. A luta competitiva, que estimula as empresas a realizarem processos inovativos, se traduz em luta posicional por melhor participação da renda, possibilitando os Estados fiadores deste processo, ganharem posição relativa no jogo do poder, pela representatividade econômica e política no sistema mundial.

2.2 Mudança de posição na hierarquia da economia do sistema mundo: ensinamento dos países asiáticos

No propósito de demonstrar como um país deixa uma posição – núcleo da semiperiferia – e ascende outra posição - núcleo orgânico – na hierarquia da economia do sistema mundo, Arrighi (1997) toma como referência, o Japão. Logo, questões são levantadas: Quais foram os motivos que justificaram o grande salto à frente? Qual foi a inovação portadora da mudança na hierarquia econômica mundial? As práticas realizadas se estenderam para outros países da região?

O Japão estabeleceu, sobretudo, no pós-guerra, uma política industrial e tecnológica acordada entre o Estado e as empresas, voltada a inserção ativa na economia

mundial. Passaram a ocorrer, de forma acordada, elevados investimentos em educação, fortalecimento dos grupos econômicos, gastos expressivos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), orientação das empresas para o mercado externo, investimentos produtivos externos, entre outras.

No curso da crise capitalista nos anos 70, decorrente do esgotamento do ciclo virtuoso do padrão fordista de produção, ocorreu no Japão, significativa inovação organizacional que possibilitou obter vantagem competitiva importante no sistema concorrencial capitalista nos anos posteriores. Tratou-se do sistema de subcontratação de múltiplas camadas que se estendeu de forma significativa para os demais países do leste e também sudeste asiático. Os fornecedores se posicionavam em faixas – primário, secundário e terciário – para o desenvolvimento de atividades integradas.

Os elevados investimentos em P&D e ação concertada entre Estado e empresas no desenvolvimento de política industrial e tecnológica ativa resultaram na eleição de novos elementos constitutivos do paradigma técnico-produtivo mundial. Dentre estes figuram as inovações realizadas a partir do Japão na área eletrônica e automação. Muitos avanços tecnológicos que resultaram no completo eletrônico-mecatrônico, cujos frutos possibilitaram maior integração na estrutura industrial, surgimento da automação flexível e produção sob forma customizada entre outros, tiveram inicio no Japão e se estenderam para os principais países capitalistas desenvolvidos.

O capital japonês se expandiu para outras regiões asiáticas. Considerando o território asiático como uma grande nação, investimentos diretos se processaram em vários países próximos. O foco da expansão fundou-se, num primeiro momento, em atividades de menor valor agregado, como nas áreas de vestuário, calçados, alimentos, entre outros, para avanços em maior conteúdo em fase posterior, na fabricação de peças eletrônicas. As empresas japonesas transnacionalizaram suas atividades pulverizando o capital, em propriedades minoritárias e em *joint-ventures*, e assumindo compromissos com parceiros externos.

No curso deste processo firmaram-se interesses econômicos e políticos entre os Estados participantes do núcleo dominante. Os Estados Unidos e Japão estabeleceram acordos estratégicos, que, em última instância, atenderam os objetivos do primeiro e colocam o segundo sob dependência em vários aspectos. O significativo crescimento econômico da região asiática, sob liderança japonesa teve aval americano a partir do imediato pós-guerra sob o manto da Guerra Fria. Interessados em estender o padrão de

produção capitalista, os EUA auxiliaram fortemente a recuperação da economia asiática, não somente com recursos financeiros, mas também com outras medidas tais como: acesso privilegiado dos produtos asiáticos no mercado americano, concordância em não realizar investimento produtivo na região, manutenção da estrutura dos grandes grupos econômicos, entre outros, criando assim condições para ascensão econômica e política mundial.

Nestes termos, a região asiática não somente foi alvo da expansão japonesa, como gerou ensinamentos que estão sendo postos ao longo do tempo pelos países componentes. A estratégia e as ações do Estado japonês se estenderam para outros países da região – Taiwan e Coreia do Sul -, cidades-Estado de Hong Kong e Cingapura, cuja imitação de procedimento tornou-se recorrente, possibilitando crescimento virtuoso regional. Com práticas próximas entre si, os países asiáticos formam, na verdade, uma unidade não só territorial, mas também para ações estratégicas econômicas e políticas.

3. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO DA COREIA DO SUL: caminho para ascensão no núcleo orgânico

Os primeiros passos de transformação da economia da Coréia do Sul foram dados a partir dos anos 50, alguns sob orientação dos Estados Unidos, diante de sua estratégia de impedir a expansão do regime comunista no pós-guerra (TEIXEIRA, 1983). Dentre as medidas tomadas figuraram o apoio à industrialização de bens de consumo não-duráveis; criação de grupos econômicos nacionais; implantação de ampla reforma agrária; esforço de alfabetização e de desenvolvimento do ensino básico. A partir dos anos 60 realçou-se o planejamento estatal, através da elaboração de planos quinquenais, com a característica de sequência de objetivos, claramente definidos, em prol de completar a estrutura industrial doméstica.

O 1º. Plano Quinquenal de 1962-1967 teve como propósito libertar da escassez de divisas e dependência umbilical dos EUA, para tanto expandiu a indústria de transformação com fortes incentivos à exportação, com destaque para as indústrias tradicionais – têxtil e confecções, móveis, calçados, etc.; uso do crédito bancário estatizado privilegiado e subsídios fiscais para alavancar setores industriais selecionados. O 2º. Plano Quinquenal de 1967-1971 apresentou como objetivo a continuidade da estratégia exportadora puxada pelas indústrias tradicionais, somada à

realização de investimentos em infra-estrutura básica – transportes, energia e construção civil – por conta de poupança doméstica.

O 3º. Plano Quinquenal de 1972-1976 voltou-se para a construção da indústria pesada – siderurgia, química, petroquímica, cimentos, etc. – na preparação das bases dos setores de bens de capital – máquinas e equipamentos e consumo duráveis – automobilístico, que se complementaria, em grande monta com o 4ª. Plano Quinquenal de 1977-1981, realizados com fonte de recursos internos e externos (COUTINHO, 1992). O 5º. Plano Quinquenal de 1977-1986 coube ao aprofundamento na indústria automobilística e fortes inversões nas indústrias de informática e eletrônica, em paralelo a reestruturação dos setores já instalados. Enquanto, o 6º. Plano Quinquenal de 1987-1991 voltou-se a promover um saldo em capacidade tecnológica do sistema produtivo, pela ênfase dada aos investimentos em P&D (SANTOS FILHO, 1994).

Em paralelo a este processo industrializante de fechamento da matriz industrial por meio de processo de substituição de importação, seguiu-se, sobretudo a partir da década de 70, a orientação de parte significativa da produção para o mercado externo. Não contando com um mercado interno pujante, dado que a população na época girava em torno de 30 milhões de habitantes, a orientação exportadora da política industrial apresentava-se como um norte inevitavelmente a ser seguido. Para tanto, foram estabelecidas condições institucionais dentre as quais, a criação do Export-Import Bank of Korea com propósito de financiar as exportações sob condições favorecidas de mercado. A orientação pelo *drive export* foi agregando valor ao longo do tempo, iniciando-se pelos segmentos produtivos intensivos em trabalho pouco qualificado nos anos 50 e 60, seguido pelos setores intensivos em trabalho mais qualificado e intensivo em escala nos anos 70, até alcançar os setores portadores de maior conteúdo tecnológico e de alta especialização do trabalho a partir dos anos 80 (SANTOS FILHO, 1994).

Para a concretização deste processo, o entrelaçamento de interesses do Estado com o setor privado foi fundamental. No curso do tempo, através da liderança estatal foram sendo definidas as prioridades setoriais e a escolha de empresas a serem apoiadas no propósito de cumprir as atividades e metas desenhadas. Palavras como planejamento, intervenção, escolha e dirigismo estiveram presentes nas ações de um Estado demiurgo e dirigente do processo de industrialização. Segundo Coutinho (1992) construiu-se uma burocracia com autoridade executiva e capacidade de adotar medidas voltadas a viabilizar os projetos setoriais. Mesmo posteriormente, nos anos 80 e 90, com o advento do liberalismo econômico, o Estado continuou determinando os rumos e as diretrizes

desenvolvimentistas, ainda que o setor privado passasse a ter mais iniciativa e escolhas em relação ao passado.

Característica marcante desde o início do projeto industrializante sul-coreano foi a constituição de grandes grupos econômicos – *chaebols* – privilegiados pelas políticas governamentais. A construção dos grupos sul-coreanos sempre foi vista como forma de levar adiante de forma mais rápida os planos de desenvolvimento industrial. Assim como, constituía uma forma de, através do capital nacional, reduzir o espaço de empresas multinacionais e criar condições autônomas de sustentação de seu desenvolvimento. Por sua vez, para obtenção dos benefícios estatais concedidos, os *chaebols* sul-coreanos foram, ao longo do tempo, obrigados apresentar resultados imediatos, atender o desempenho exportador, realizar aprendizado tecnológico, entre outros, caso contrário, perderiam as outras oportunidades e até exclusão do acesso privilegiado aos programas governamentais (FERREIRA JR.; SANTOS FILHO, 1990).

Os *chaebols* são os conglomerados sul-coreanos coordenados por uma *holding*, cuja empresa principal é, geralmente, de controle familiar. Em aliança com o Estado formalizaram uma estratégia de desenvolvimento que canalizava o capital escasso às indústrias que seguiam o objetivo nacional, de tal forma que os *chaebols* foram os responsáveis pelo desenvolvimento acelerado do país. Quando os *chaebols* começaram a despontar, os 30 maiores geravam 16% do PIB e representavam 40% do valor da Indústria de Transformação e 50% das exportações (MASIERO, 2002).

Tabela 1 – Gastos com P&D em relação ao PIB, países selecionados, 2004-2010 (%)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alemanha	2,50	2,51	2,54	2,53	2,69	2,82	2,82
Japão	3,17	3,32	3,40	3,44	3,45	3,36	-
Coréia do Sul	2,68	2,79	3,01	3,21	3,36	3,56	3,74
Suécia	3,58	3,56	3,68	3,40	3,70	3,61	3,43
EUA	2,55	2,59	2,64	2,70	2,84	2,90	-

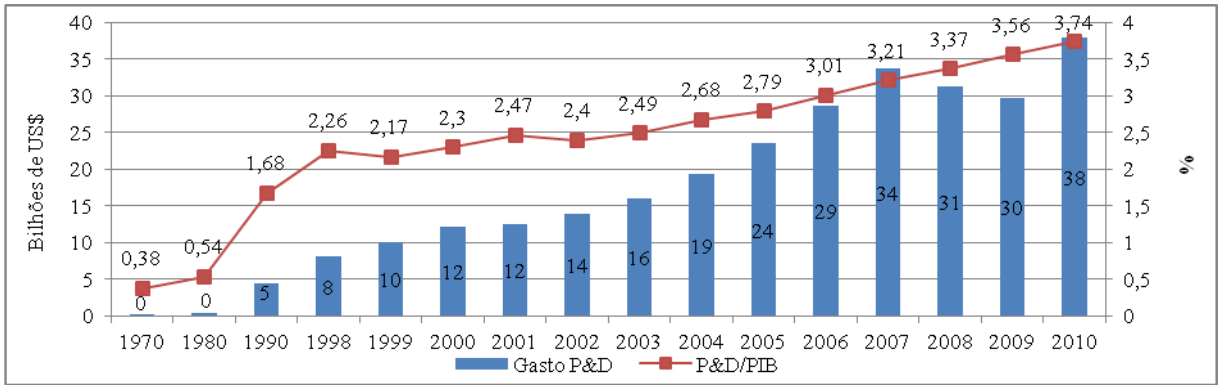
Fonte: OECD, 2012. Elaborado pelos autores.

Nos termos da aliança entre o Estado e os *chaebols* estava a imposição de subsídios e privilégios. Enquanto ficava restrita a entrada de empresas multinacionais no país, por parte do governo, os conglomerados ficaram incumbidos de instituir atividades intensivas em capital e tecnologias, o que impulsionou os gastos em P&D na economia sul-coreana. A Tabela 1 exibe a relação da OECD para países que têm maiores gastos com P&D em relação ao seu PIB para o período de 2004 a 2010. Os cinco primeiros países desta relação foram a Alemanha, Japão, Coréia do Sul, Suécia e

EUA. Dentre estes se destaca a Coréia do Sul por ser o único país em desenvolvimento, a qual gastou 3,74% do seu PIB com P&D em 2010.

A Coréia do Sul passou a ter mais gastos com P&D a partir da década de 1990, ao mesmo tempo, a emissão de IDEs também destacou-se com mais intensidade. Pode-se notar que os gastos sul-coreanos com P&D eram ínfimos nas décadas de 1970 e 1980, cerca de US$ 30,8 milhões e US$ 347,7 milhões, respectivamente. Tais valores correspondiam a menos de 1% do PIB (0,38% e 0,54%). Em 1990, os gastos com P&D aumentaram expressivamente e representaram 1,68% do PIB, isto é, US$ 4,5 bilhões. A partir de 2000, os gastos com P&D em relação ao PIB cresceram constantemente até 2010, em que os gastos foram de US$ 37,9 bilhões. Desta forma, a Coreia do Sul foi o país que mais gastou com P&D em relação ao seu PIB em 2010, segundo a OECD.

Figura 1 – Gasto total com P&D e como proporção do PIB da Coréia do Sul, 1998-2008.



Fonte: Ministry of Education, Science and Technology of Republic of Korea; Bank of Korea; OECD, 2012.
Elaborado pelos autores.
Nota: Convertido de won para dólar americano pela taxa anual fornecida pelo Bank of Korea.

Segue-se também, como fator determinante na construção do desenvolvimento industrial sul-coreano a constituição de um padrão de financiamento doméstico colocado a serviço da expansão industrial dirigida. Para tanto, não somente o banco de desenvolvimento – Korea Development Bank - esteve presente, como também, os bancos comerciais privados foram estatizados e colocados à disposição deste objetivo. Como observa Coutinho (1992) com o risco bancário socializado e com margens bancárias controladas, o setor empresarial representado pelos grupos econômicos, puderam desenvolver os projetos de investimento em consonância com os objetivos governamentais, a despeito do elevado grau de endividamento levado em conta.

O tratamento distinto dado à Coreia do Sul nos anos 80 pelo Sistema Financeiro Internacional constituiu, também uma característica para o avanço no seu processo de desenvolvimento em relação ao vivenciado por outros países *latecomers.* Apesar de ter se deparado com recessão e tomado iniciativas de rearranjo econômico, este país contou com a ajuda externa para saldar seus compromissos financeiros, cuja razão extrapola os interesses políticos americanos na região. Auxiliado por bancos japoneses na reciclagem e pagamento da dívida externa, cujo país apresentava interesse de se articular ao sistema produtivo sul-coreano, a Coreia do Sul não somente saldou seus compromissos externos junto aos bancos internacionais, como passou a receber tratamento especial das agências financeiras nos processos de renegociação. Neste contexto, enfrentou com maior tranquilidade a crise da dívida desta década, sem comprometer o desenvolvimento industrial, cujo norte caminhava em direção das indústrias de maior valor agregado e de trabalho especializado.

A aliança estratégica do Estado Nacional da Coreia do Sul com o Japão possibilitou que os objetivos traçados no 5º. e 6º. Planos Quinquenais de industrialização se materializassem. Segundo Santos Filho (1994), o governo sul-coreano estimulou seus grandes grupos econômicos a fazerem parcerias com empresas japonesas para produção e montagem de produtos dos setores do complexo eletrônico-mecatrônico. Objetivando acelerar o processo de aprendizado tecnológico em suas empresas, ofereceu recursos e mão-de-obra qualificada às empresas japonesas. Coutinho (1992) registra que empresas sul-coreanas adquiriram unidades fabris e contrataram engenheiros do Japão para acelerar o processo de aprendizado tecnológico. Esta estratégia encontrava sintonia no Japão, dado o propósito de deslocar plataformas produtivas e firmar contratos de terceirização com os demais países da Ásia, para contrapor a sobrevalorização do iene que abarcou toda 2ª. metade dos anos 80.

Registra-se, também, a capacidade da Coreia do Sul realizar esforços voltados à estabilidade de sua economia conjugada com políticas industriais reestruturantes a partir dos anos 90. A armadilha da globalização das finanças afetou este país, a exemplo de outros países em desenvolvimento. A grande liquidez levou o país ao relaxamento em relação às transações correntes com o exterior, os *chaebols* aumentaram o grau de endividamento, os controles de capital pelo Banco Central foram afrouxados, a especulação nos mercados de imóveis e de ações acentuou, enfim, a crise fragilizou a economia sul-coreana nesta década. As medidas econômicas corretivas foram adotadas, dentre estas a retomada do controle financeiros dos bancos para evitar endividamento de

curto prazo, e a exigência de reestruturação dos grupos econômicos, sobretudo no tocante a redução da vulnerabilidade financeira e maior concentração de esforços nas atividades produtivas de alto valor agregado.

No curso destes acontecimentos, reafirma-se, nas três últimas décadas, a incursão econômica internacional da Coreia do Sul, através de significativos avanços em investimentos diretos externos – IDE. Tais investimentos não ocorreram de forma individual. Foram estabelecidas políticas públicas coordenadas com o propósito deliberado de estimular a internacionalização de empresas do país. Essas políticas compuseram estratégias de expansão coordenadas, o que pode ser observado pela definição de instrumentos financeiros, de segurança, informativos ou institucionais.

O Governo sul-coreano relaxou a maioria dos regulamentos para a realização de IDE, incluindo o limite máximo de investimento para os capitalistas de risco. Assim como, em lei voltada para o comércio exterior, estabeleceu condições para resolver obstáculos enfrentados pelas empresas sul-coreanas que investem no exterior. Outras medidas foram adotadas, como a flexibilização das leis relacionadas aos investimentos no exterior pelo 'Bank of Korea'; redução dos encargos financeiros para empresa investidora pelo 'Export-Import Bank of Korea'; financiamento sob condições privilegiadas para investimentos em países em desenvolvimento pela 'Economic Development Cooperating Fund'; auxílio para empresas que passam por perdas de contrato de investimento tais como quebra de contrato e riscos de operação pela 'Korea Export Insurance Company'; coleta de informações, prestação de serviços administrativos e suporte para resolução de problemas das empresas no exterior pela 'Korea Overseas Company Assistance Center', entre outras (RIBEIRO, RUPPERT, 2011; FLEURY, FLEURY, 2011; UNCTAD 2007).

4. O INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO DA COREIA DO SUL

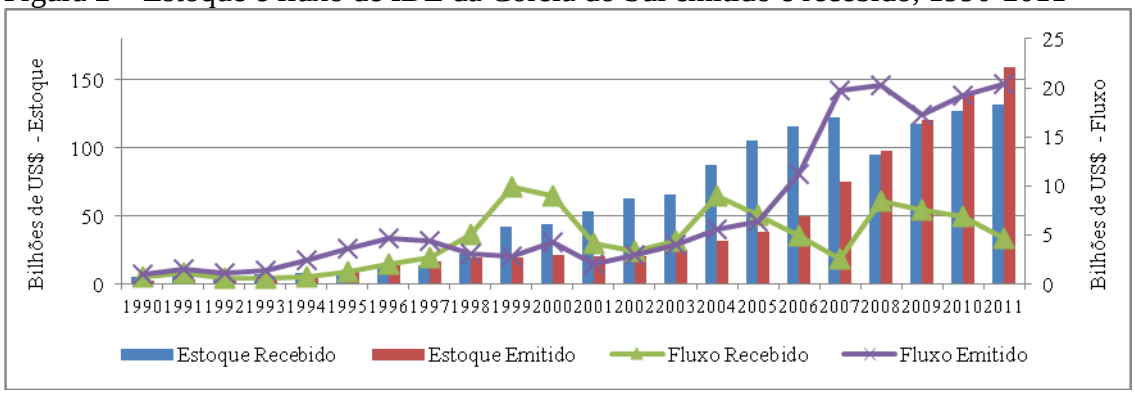
4.1 Caracterização geral dos IDEs: estoque, fluxo e setores

Os IDEs da Coreia do Sul começaram a apontar a partir da década de 1980, no entanto, foi na década de 1990 que tais investimentos ganharam expressividade. Os afluxos de investimentos externos foram beneficiados por diversos incentivos governamentais que seguiam a política industrial sul-coreana de desenvolvimento. Desde o início da crise financeira asiática de 1997, o governo sul-coreano tem sido ativo em seus esforços para atrair investimentos diretos estrangeiros para o país, sendo assim,

aprovação da Lei de Promoção de Investimentos Estrangeiros em 1998, facilitou muito tais esforços. De acordo com o Ministério da Legislação Governamental da Coreia do Sul, a Lei abriu 99,8% das indústrias para o investimento estrangeiro e forneceu proteção significativa aos interesses dos investidores. Nos termos da Lei, os investidores estrangeiros também recebem incentivos, incluindo incentivos fiscais, subsídios em dinheiro e terras a preços acessíveis. Por outro lado, a Lei também estimulou a expansão da internacionalização de empresas para manter a competitividade e pela necessidade de adquirir conhecimento tecnológico.

No início da década de 1990, o estoque recebido de IDE sul-coreano era o dobro do estoque emitido, contudo, com o fluxo emitido aumentando em proporções cada vez maiores, no ano de 1995 o estoque emitido superou o recebido. Devido à crise asiática no final da década, o fluxo recebido de IDE continuou aumentando, porém o fluxo emitido caiu aproximadamente 30%, levando o estoque recebido a exceder o estoque emitido em 1998. Em 1999, o estoque recebido era de US$ 41,8 bilhões, enquanto que o estoque emitido era de US$ 19,2 bilhões, conforme pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 – Estoque e fluxo de IDE da Coreia do Sul emitido e recebido, 1990-2011

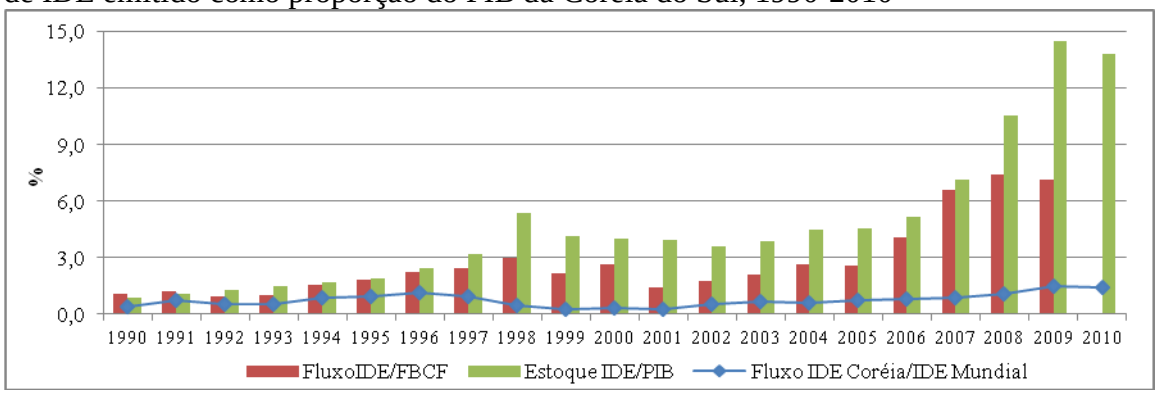


Fonte: UNCTAD, 2012. Elaborado pelos autores.

Nos anos pós-2000, o fluxo recebido foi marcado por quedas com crescimento apenas em 2003, 2004 e 2008. Por sua vez, o fluxo emitido aumentou sucessivamente, caindo somente em 2008, ano da crise financeira mundial. Pode-se notar que, a partir de 2005, o fluxo emitido de IDE sul-coreano cresceu a taxas extraordinárias, passando de US$ 6,4 bilhões neste ano para US$ 20,3 bilhões em 2011, sendo que, desde 2008, o estoque emitido supera o estoque recebido. De acordo com os dados da UNCTAD, o estoque emitido de IDE sul-coreano aumentou mais de 50 vezes de 1990 a 2011.

Conforme ilustra a Figura 3, o estoque de IDE emitido da Coreia do Sul em relação ao seu Produto Interno Bruto (PIB) não chegava a 2% no início da década de 1990. Durante o período analisado tal proporção aumentou e, em 2010, inferiu 13,8%, porém, não foi maior do que em 2009, em que a emissão de IDE chegou a 14,5% do PIB. O fluxo de IDE emitido em relação à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) teve maior representatividade nos anos pós-2000, sendo que em 2009 representou 7,1%. O fluxo emitido de IDE sul-coreano refletia 0,44% do fluxo mundial de IDE emitido, tal participação obteve queda durante o período da crise asiática do final da década de 1990, contudo, aumentou nos anos pós-2000 chegando a representar 1,6% do total mundial em 2010.

Figura 3 – Fluxo de IDE emitido como proporção do IDE mundial e da FBCF e estoque de IDE emitido como proporção do PIB da Coreia do Sul, 1990-2010

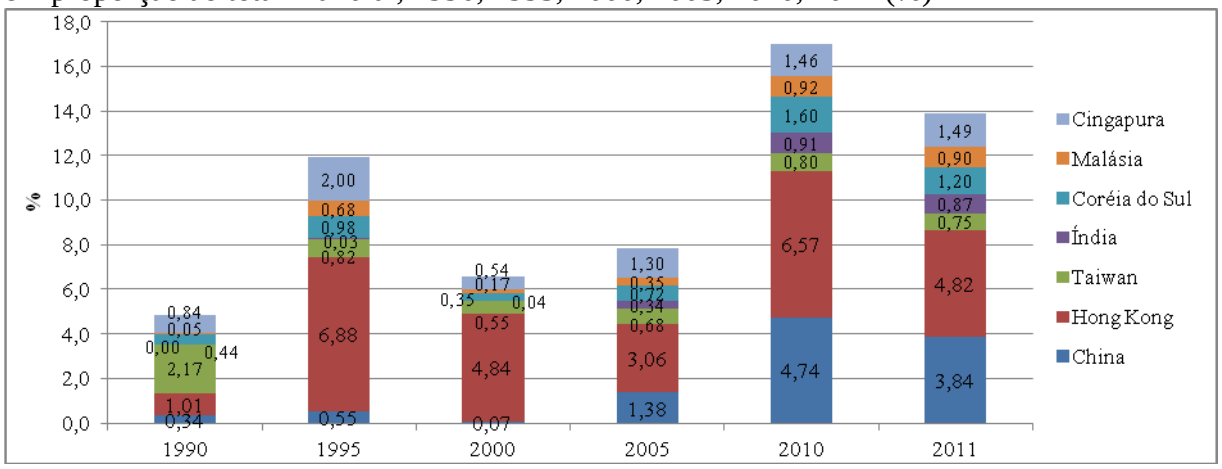


Fonte: UNCTAD, 2012. Elaborado pelos autores.
Nota: Fluxo de IDE emitido sul-coreano em relação à Formação Bruta de Capital Fixo não está disponível para o ano 2010.

Em comparação com os países asiáticos em desenvolvimento, a Coreia do Sul possuiu uma proporção expressiva do total de IDE emitido. Conforme ilustra a Figura 4, o IDE emitido pelos países asiáticos obtiveram maior destaque a partir da década de 1990. No início deste período, a soma dos fluxos emitidos pelos sete principais países asiáticos em desenvolvimento não denotava 6% do total mundial. Contudo, ainda em 1995, tal proporção se alterou impulsionada, sobretudo, por Hong Kong (6,88%), em que alcançando aproximadamente 12% do total mundial. Os fluxos de IDE emitidos pelos países selecionados ano 2000 sofreram os reflexos da crise asiática e tiveram uma queda em relação ao total mundial. A partir de então, tais investimentos praticamente dobraram de proporção em 2010 e representaram 17% do total mundial, dentre esses, vale destacar a China com 4,74%, Hong Kong com 6,57% e a Coréia do Sul com 1,6%. Em 2011, os fluxos emitidos dos países asiáticos em desenvolvimento diminuíram e,

por outro lado, a emissão mundial de fluxo de IDE aumentou, desta forma, a proporção também caiu e refletiram cerca de 14% do total mundial.

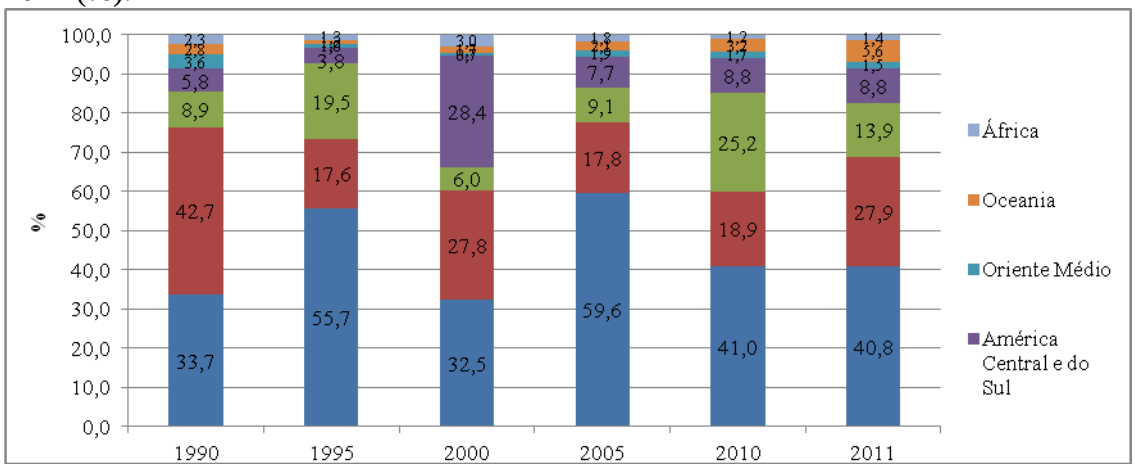
Figura 4 – Fluxo de IDE emitido pelos principais países asiáticos em desenvolvimento, em proporção ao total mundial, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2011 (%)



Fonte: UNCTAD, 2012. Elaborado pelos autores.

A Figura 5 exibe os dados do 'Korea Eximbank' para os fluxos de IDE emitidos por região. É possível identificar que o destino da maior parte dos fluxos emitidos é o próprio continente asiático (exceto o Oriente Médio), sendo que mais de 30%, em todos os anos observados. No período da crise asiática, os investimentos sul-coreanos na Ásia diminuíram fortemente, representando 32,5% do total em 2000, e nos anos seguintes voltaram a aumentar, mas caem nos últimos anos. A América do Norte também é uma forte receptora dos investimentos sul-coreanos sendo, geralmente, o segundo maior destino. Em sequência, o continente europeu absorveu cerca de 10% do IDE sul-coreano e, em 2010, recebeu 25,2%, excedendo a América do Norte. Outra importante região receptora dos fluxos da Coréia do Sul é a América Central e do Sul, a qual recepcionou 8,8% dos investimentos em 2010 e 2011. Vale ainda destacar que, em 2000, tal região foi o segundo maior destino do IDE sul-coreano com 28,4% do total. As outras regiões – Oriente Médio, Oceania e África – receberam juntas não mais de 9% nos anos analisados.

Figura 5 – Fluxo de IDE emitido sul-coreano por região, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2011 (%).



Fonte: Korea Eximbank, 2012. Elaborado pelos autores.

Segundo Lee e Kawai apud Ruppert e Ribeiro (2011), os destinos dos investimentos sul-coreanos foram orientados, durante a década de 1990, por dois motivos singulares. O primeiro se refere ao fato de que a mão-de-obra da Coreia do Sul encareceu após a estabilidade do seu processo de industrialização na década de 1980, em conjunto com a democratização do país, o que levou as empresas a investirem nos países vizinhos. O segundo motivo decorreu da formação da União Europeia e das privatizações que ocorreram nessa região, que atraíram algumas empresas a investirem no continente europeu para assegurar tal mercado. Desta forma, nota-se que, em 1995, os principais destinos do IDE sul-coreano foram a Ásia, com 55,7% e a Europa, com 19,5%, somando mais de 75% do total.

Tabela 2 – Principais destinos do IDE sul-coreano emitido, março/2012

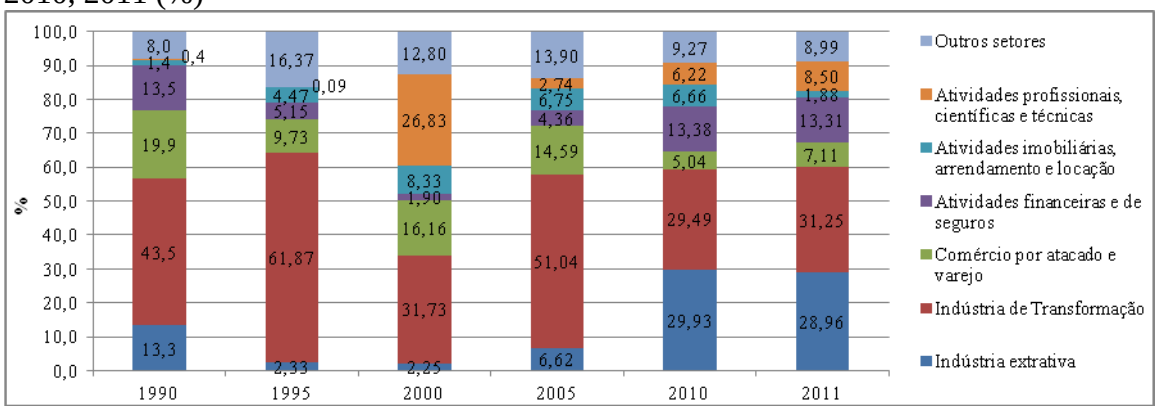
	Países	Número de novos investimentos no exterior	Montante Investido (milhares de US$)	Peso Relativo
1	China	157	907.757	14,6%
2	EUA	108	772.523	12,4%
3	Austrália	6	674.791	10,9%
4	Filipinas	21	868.842	14,0%
5	Holanda	5	70.720	1,1%
6	Hong Kong	23	254.971	4,1%
7	Brasil	10	541.881	8,7%
8	Irlanda	1	2	0,0%
	Outros Países	281	2.119.790	34,1%
	Total	**612**	**6.211.276**	**100,0%**

Fonte: Korea Eximbank, 2012. Elaborado pelos autores.

Os dados da Tabela 2 mostram que os países que foram os principais receptores do IDE sul-coreano, até março do ano corrente, receberam mais de 65% do total do IDE. Observa-se que a China foi o país que mais recebeu os investimentos com 14,6% do total, seguido pelos EUA com 12,4%, sendo que Hong Kong também encontra-se no 6º lugar dentre os principais destinos com 4,1%. Cabe ainda observar, que o Brasil é o único país em desenvolvimento, fora do continente asiático, entre os principais receptores, o qual inferiu 8,7% dos investimentos. Os outros países investidos pelos sul-coreanos receberam 34,1%.

A emissão de IDE sul-coreana concentrou-se na Indústria de Transformação. Apesar de nos anos 2010 e 2011 tal setor ter perdido participação, este ainda configura-se bastante significativo com 29,49% e 31,25%, respectivamente. O mesmo ocorreu com o Comércio por Atacado e Varejo, o qual já representou 19,9% em 1990 do IDE emitido, porém, em 2011 ficou com 7,11%. Observa-se também que a Indústria Extrativa ganhou peso nos investimentos dos dois últimos anos com cerca de 30% do total. É importante destacar que os setores que são mais intensivos em conhecimento aumentaram sua participação nos anos pós-2000. As Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas tiveram um expressivo aumento no ano 2000, em que representaram 26,83% do total dos investimentos, e, em 2011 somaram 8,5% dos investimentos. As Atividades Financeiras e de Seguros vem crescendo nos últimos anos e representaram 13,31% em 2011. Os seis setores destacados concentram mais de 80% dos IDE sul-coreanos emitidos em todos os anos analisados, como apresenta a Figura 6.

Figura 6 – Emissão de IDE sul-coreano por setor – principais setores, 1995, 2000, 2005, 2010, 2011 (%)



Fonte: Korea Eximbank, 2012. Elaborado pelos autores.

Segundo estudo realizado por UNCTAD (2007), as indústrias sul-coreanas mais intensivas em trabalho, tais como a indústria têxtil, de vestuário e calçados se concentraram na China e no Sudeste Asiático, em busca de mão-de-obra com baixo custo, tais empresas são de médio porte e estão preocupadas com a redução dos custos da produção para manter a competitividade. Por sua vez, as indústrias mais intensivas em capital, tais como a indústria automobilística, de aço e de eletrônicos destinaram-se à Europa e à America do Norte em busca de seus mercados (*market-seeking*) e de ativos estratégicos (*strategic asset-seeking*), que inclui os canais de apoio do comércio para super as barreiras comerciais e melhorias em tecnologia e P&D. Os investimentos na Indústria Extrativa, que tem por objetivo a busca por recursos naturais (*resource seeking)* destinou-se, predominantemente, na América Central e do Sul, no Oriente Médio, na África e na Oceania.

Tabela 3 – Emissão de IDE sul-coreano por região e principais setores, 2011 (%)

na-ção	Comércio por atacado e varejo	Atividades financeiras e de seguros	Atividades imobiliárias, arrendamento e locação	Atividades profission
	5,5	7,2	3,1	1
	0,7	0,0	13,3	
	15,0	22,0	0,5	
	1,8	20,7	1,0	
	2,7	16,6	0,9	1
	8,5	0,1	0,2	
	0,4	1,8	1,4	
	7,1	**13,3**	**1,9**	

Fonte: Korea Eximbank, 2012. Elaborado pelos autores.

Ainda nesse sentido, a Tabela 3 exibe o IDE sul-coreano emitido por região e principais setores no ano de 2011. A maioria dos IDEs destinados ao continente asiático foram relacionados à Indústria de Transformação, 53,5%, e às Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas, 12,7%. Para a América do Norte 44,1% dos investimentos foram para a Indústria Extrativa e 22% para as Atividades Financeiras e de Seguros. O continente europeu foi o 3º maior receptor dos investimentos sul-coreanos em 2011 e destes 39,5% foram empregados na Indústria Extrativa e 18,2% na Indústria de Transformação. Por sua vez, do total dos investimentos direcionados à América Central e do Sul, 46,6% inseriram-se na Indústria de Transformação e 20,7% nas Atividades Financeiras e de Seguros. Um caso particular pode ser observado nas Atividades

Profissionais, Científicas e Técnicas, em que as mesmas destinaram-se principalmente às regiões desenvolvidas, Europa e América do Norte, e aos países vizinhos da Coreia do Sul no continente asiático.

Dentre os conglomerados sul-coreanos, seis estiveram presentes entre as 100 maiores empresas transnacionais não-financeiras do mundo em 2009.

Tabela 4 – Empresas sul-coreanas entre as 100 maiores empresas transnacionais não-financeiras dos países em desenvolvimento, segundo o Índice de Transnacionalidade, 2009 (em milhões de US$ e número de empregados)

Ativos Externos	ITN	Empresas	Setor da atividade	Ativos		Vendas		Empregos		ITN %
				Externo	% do total	Externo	% do total	Externo	% do total	
5	44	Samsung Electronics Co. Ltd.	Equipamentos elétricos e eletrônicos	28.765	36	88.892	42	77.236	46	54,8
8	72	Hyundai Motor Company	Veículos automotores	28.359	32	33.874	52	22.066	29	37,5
9	55	LG Corp.	Equipamentos elétricos e eletrônicos	13.256	43	44.439	60	32.962	43	48,6
44	73	STX Corporation	Outros equipamentos	8.308	38	1.668	35	246	38	37,1
52	84	Doosan Corp.	Diversos	8.308	22	1.668	37	246	22	27,0
64	96	Posco	Metalurgia e siderurgia	5.335	11	13.512	18	2.386	11	13,5

Fonte: UNCTAD-WIR, 2011.

A Tabela 4 expõe a classificação da UNCTAD para as empresas sul-coreanas entre as 100 empresas mais transnacionalizadas dos países em desenvolvimento para o ano de 2009. Tal classificação é feita de acordo com os ativos externos e com o Índice de Transnacionalidade, o qual é calculado através da média simples das participações dos ativos, vendas e empregados no exterior em relação aos seus totais.

A Coreia do Sul possui seis empresas com maiores ativos externos entre as 100, em que a maior delas é a Samsung Electronics em 5º lugar e possuiu Índice de Transnacionalidade de 54,8%, seguida pela Hyundai Motor Company (8ª posição), LG (9ª posição), STX (44ª posição), Doosan (52ª posição) e a Posco (64ª posição). No tocante à classificação pelo Índice de Transnacionalidade é possível observar que das seis empresas listadas, cinco delas possuem uma base doméstica maior do que no exterior. Em consonância com estas evidências, o estudo da UNCTAD (2007) observa que aproximadamente 80% do IDE sul-coreanos realizados provém dos grandes conglomerados.

Entretanto, nos anos 2000, houve aumento dos IDEs realizados por pequenas e médias empresas (PMEs). Os investimentos das pequenas e médias empresas (PMEs) começaram no início dos anos 80, em atividades intensivas em trabalho, sobretudo na Indonesia e Filipinas. Com a formalização dos laços diplomáticos com a China, em 1992, aumentaram os investimentos de atividades manufatureiras neste país (UNCTAD, 2007). Yoon (2007), ao pesquisar os motivos de realizar IDE das empresas sul-coreanas, observou que quando aumentou o interesse das empresas pelo acesso a países com mão-de-obra mais barata, PMEs passaram a realizar mais investimentos no exterior. A maioria destas empresas fizeram investimentos na China e em outros países asiáticos, onde os custos de mão-de-obra e transporte podem ser minimizados. De acordo com a UNCTAD (2007), as PMEs coreanas responderam por 37% do IDE realizado em 2004, enquanto as grandes empresas responderam por 54%, e 9% foi realizado por investidores individuais, que investem, sobretudo, em imóveis.

4.2 Principais estratégias contidas nos IDEs sul-coreanos

O 'Export-Import Bank of Korea' (2004) apud Yoon (2007) desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de identificar quais são os motivos que levam as multinacionais sul-coreanas a realizar investimento direto externo. O principal motivo identificado foi relativo ao mercado (*market-seeking*). Cerca de 50% das empresas pesquisadas relataram que garantir ou desenvolver o mercado local ou de um terceiro país é a principal razão de investir no exterior.

A segunda razão é a redução de custos de produção, principalmente no sentido de tirar proveito de custos de mão-de-obra mais baixos em outros países. Outros motivos também citados foram garantir o fornecedimento de matérias-primas, adquirir tecnologia avançada, evitar barreiras de comércio e desenvolver recursos naturais (*resource seeking e strategic asset-seeking)* (YOON, 2007). A saturação do mercado interno, as desvantagens de custos e a competição fizeram com que as empresas coreanas buscassem investir no exterior (UNCTAD, 2007).

Em termos específicos, a POSCO e a Samsung Corporation, por exemplo, investiram com o objetivo de ter acesso a recursos naturais, o Woori Bank buscou mercado e a LG Electronics, a Hyundai Electronics, além da Samsung Electronics, realizaram fusões e aquisições na busca por ativos estratégicos.

Yoon (2007) observou também que os motivos das empresas coreanas realizarem IDE variaram de acordo com o ambiente de negócios. Antes de 1993, a busca por recursos naturais era o principal objetivo identificado pelas empresas pesquisadas para a realização de IDE. Somente a partir de 1994 é que o acesso a recursos naturais deixou de ser o principal motivo para a realização de IDE, e perdeu o lugar para aspectos relativos ao mercado.

Tabela 5 – Motivos das multinacionais sul-coreanas para a realização de IDE - participação (%) no total de empresas pesquisadas, 1968-2001 e pós 2002

Motivos	1968-1993	1994-1996	1997-2001	Pós - 2002
Garantia ou desenvolvimento do mercado local ou de outro país	28,9	50,2	52,4	47,1
Custo local de mão-de-obra	14,7	37,2	30,3	38,5
Evitar barreiras de comércio	1,7	2,5	2,3	3,1
Garantir fonte de matéria-prima	3,8	4,8	3,9	4,4
Adquirir tecnologia avançada e know-how em gestão	1,1	2,6	7,7	4,1
Acesso a recursos naturais	49,9	2,7	3,3	2,8

Fonte: The Export-Import Bank of Korea (2004) apud Yoon (2007).

Portanto, os motivos que levaram a empresas a realizar IDE variaram com o tempo e de acordo com as condições econômicas. Os principais motivos que levaram as empresas sul-coreanas ao exterior foram a busca por novos mercados, por redução de custos e por recursos naturais, e a Ásia foi a região que mais atraiu o IDE Coreano.

Apesar de haver heterogeneidade no comportamento das firmas sul-coreanas e isto afetar as decisões de IDE, tanto em relação a onde investem e como investem (HYUN e HUR, 2010), alguns exemplos podem ser extraídos de estudos empíricos e que elucidam o comportamento de importantes empresas. UNCTAD (2007) utilizou o modelo de diamante de Porter (1990) para análise dos motivos que as empresas coreanas tiveram para realizar IDE e os elencou de acordo com (a) as condições de fatores, (b) condições de demanda, (c) estratégia, estrutura e rivalidade e (d) setores relacionados e de suporte.

Dentre as condições de fatores, destacou-se o fator relativo a redução de custos. A China é o principal destino do IDE sul-coreano devido aos baixos custos da mão-de-obra, estimado em 1/10 do custo da mão-de-obra sul-coreana. A LG Eletronics, em meados dos anos 90, criou mais de dez fábricas na China. Cerca de 98% dos empregados eram locais e 80% dos recursos e componentes eram fornecidos por

empresas locais. A estratégia demonstrou ser correta e a empresa vem expandindo a sua produção chinesa para produtos de maior valor agregado.

Mas, outros fatores como volatilidade do mercado de *commodities* e a flutuação de preços também foram fatores relacionados ao IDE realizado pelas empresas sul-coreanas. A busca por óleo, gás e recursos minerais estão nos motivos destacados pela realização de investimento da POSCO. Esta constitui uma das principais transnacionais sul-coreanas, e uma das maiores siderúrgicas do mundo, que criou uma *joint-venture* com uma empresa da África do Sul com o objetivo de ter acesso a recursos minerais, assim como realizou investimentos na Austrália e Índia com o mesmo objetivo. A Samsung Corporation adquiriu uma empresa romena em 1997 com o objetivo de assegurar o fornecimento de ferro e aço e a 'Korea National Oil Corporation' (KNOC) e a 'SK' realizaram investimentos no Peru para ter acesso a petróleo e gás natural. Mas, o acesso a tecnologias e a criação de uma marca global também constituíram motivos para a realização de IDE. Como exemplos, a UNCTAD (2007) cita a compra da Zenith, empresa norte-americana, pela LG Electronics com o objetivo de adquirir a marca e a tecnologia de fabricação de telas planas.

Em relação às condições de demanda, a necessidade de uma presença local foi um dos motivos encontrados no caso do IDE sul-coreano. A Samsung Electronics, por exemplo, teve que realizar IDE no Vietnã para produzir televisores devido a exigências do governo local. Outras condições de demanda que motivaram o IDE coreano foram relativos a criação de produtos e a aprendizagem sobre o mercado. Algumas firmas coreanas tiveram que modificar seus produtos ou aumentar a qualidade para conseguir entrar em determinados mercados. Um exemplo foi a Hyundai Motor ao introduzir o Santro, um novo carro no mercado indiano. A Hyundai criou um carro compacto mas equipado com diferenciais e outras características de alta tecnologia. Empresas coreanas realizam IDE em países que consideraram como importantes para ter acesso ao comportamento do consumidor e aprender com o mercado. Neste propósito encontra-se a Samsung Electronics com IDEs em Los Angeles, São Francisco, Tokio, Londres and Xangai. O processo de aprendizagem está entre suas estratégias, como o de fundar centro de *design* na Itália para aprender com o *design* italiano (UNCTAD, 2007).

Em relação aos setores relacionados e de suporte, UNCTAD (2007) cita que as empresas coreanas seguiram os *chaebols*, buscaram infra-estrutura, e buscaram fugir do sistema regulatório. No caso da Hyundai, 49 fornecedores a acompanharam nos seus investimentos no exterior, o que representa 10 por cento do total de fornecimento da

Hyundai no exterior. Cerca de 2/3 dos suprimentos da empresa são importados da Coreia e 1/3 é produzido no país receptor de IDE. Esta estratégia de "*follow-the-customer*" também foi adotada por empresas de eletrônicos, têxteis, máquinas e serviços. Em relação as condições de infra-estrutura, tem-se o caso da Samsung, que escolheu a Malasia para o 'Samsung Electronics Complex' devido a qualidade da mão-de-obra, o ambiente político estável, e uma infra-estrutura de negócios mais avançada. Empresas coreanas também realizaram IDE para evitar restrições ao comércio ou, para aproveitar o privilégio de cotas de comércio que alguns países dispõem.

Com relação a estratégia, a estrutura e rivalidade do ambiente competitivo, destaca-se que algumas empresas coreanas realizam IDE para imitar ou ter as mesmas vantagens dos seus competidores que investem no exterior. A Samsung Electronics e a LG Electronics são os principais competidores da indústria coreana de eletrônicos. Entretanto, a Samsung tem tecnologias mais avançadas em algumas áreas como em semi-condutores. De acordo com as teorias tradicionais de IDE, a Samsung deveria ser mais ativa devido as vantagens de propriedade. Mas, a LG investiu mais do que a Samsung nos anos recentes. A razão que é a o IDE da LG é realizado com o objetivo de alcançar a Samsung.

As empresas sul-coreanas também investem em localizações estratégicas porque precisam estar bem posicionadas em mercados considerados chaves, especialmente na indústria automotiva. A Hyundai Motors investiu nos EUA, Europa e Ásia para superar barreiras ao comércio e se tornar uma das maiores montadoras do mundo. Para atingir este objetivo, a empresa teve que sobreviver e crescer nos mercados mais competitivos e estar perto dos consumidores. A empresa fundou centros de P&D e fábricas nos principais locais estratégicos.

Para Rugman e Doh (2008), as empresas sul-coreanas desenvolveram processos de internacionalização incrementais, como consequência da 'liability of foreignness". Mas, foram processos desenvolvidos a partir de fortes vantagens específicas tanto do país quanto de fortes vantagens específicas das firmas. Estas empresas são baseadas em conhecimento a partir da pesquisa e desenvolvimento coreano e da qualificada força de trabalho.

Esses fatores elucidam que o processo de desenvolvimento coreano formou um conjunto de empresas capazes de competir globalmente. Inicialmente movidas pelo *drive export*, tornaram-se grandes investidores no exterior. Dos investimentos realizados

pelos segmentos produtivos intensivos em trabalho pouco qualificado que buscavam baixos custos de mão-de-obra, tornarem-se presentes nos setores portadores de maior conteúdo tecnológico e de alta especialização do trabalho e saem das fronteiras do seu país a busca de mercados, não mais regionais, mas, de países do núcleo central.

Considerações Finais

Estado e empresas participam de processos econômicos e políticos que definem o comando do sistema econômico mundial, segundo o arcabouço analítico da Economia Política do Sistemas-Mundo. A estrutura hierarquizada composta de núcleo orgânico, semi-periferia e periferia estabelece o comando e os comandados no processo de apropriação de riqueza e de ordenador e subordinado diante da estrutura de poder econômico e político. A estrutura por núcleos/andares não é estática, possibilita acesso e descenso na posição hierárquica dos Estados Nacionais. Não se trata de uma ordem natural de crescimento, mas de estratégia e esforços transformadores da ordem vigente para mudança de posição. O movimento se processa sob ambiente econômico e político concorrencial, cujas ações de cada Estado são respondidas por outros que fazem o mesmo, pois em pauta está a definição do comando da economia mundial.

Neste jogo, o Estado possui a capacidade de melhorar o desempenho de atividades empresariais através de políticas que visam ter maior influência na direção do sistema econômico mundial. Sob esta perspectiva, analisa-se a trajetória de desenvolvimento da Coreia do Sul, como um país que está construindo condições para melhorar sua posição no conjunto dos núcleos que participam da economia mundial. Tais condições inserem-se no campo econômico através de inovações que rompem a ordem costumeira de fazer as coisas, bem como a política expressa pela defesa de interesses de países já presentes no núcleo orgânico constituído.

Assim sendo, o processo de desenvolvimento econômico coreano refletiu a adoção de políticas industriais e tecnológicas orientadas pelo Estado que resultaram na inserção ativa de empresas deste país na economia mundial. Fruto de um processo de planejamento, houve o fortalecimento de grupos econômicos, que orientados para o mercado externo e movidos pelo desenvolvimento de capacidades competitivas derivadas dos elevados gastos em P&D e de respostas aos incentivos recebidos pelo Estado, tornaram-se importantes investidores em outros países do globo.

Evidenciou-se que a emissão de IDE da Coreia do Sul tiveram fluxos mais expressivos a partir da década de 1990, e que a participação dos investimentos externos como proporção do PIB e da FBCF vem aumentando ano a ano. O IDE sul-coreano destina-se, principalmente, ao continente asiático, ainda receptor de investimentos que buscam reduzir custos; mas crescem na direção da América do Norte e da Europa, refletindo um claro movimento dos investimentos em atividades intensivas em capital e tecnologia, que foram desenvolvidas a partir dos intensivos gastos em P&D, mas que também buscam estes países como forma de expandir o mercado e também como fonte de aprendizado.

As estratégias dos conglomerados sul-coreanos a partir dos IDEs processados tem-se mostrado dinâmicas ao longos do tempo, se expressando de várias formas, *market-seeking, resource seeking, strategic asset-seeking*, etc. Os investimentos externos são realizados tanto para a redução de custos de produção, como para a obtenção de matérias-primas privilegiadas, acesso a tecnologia avançada, aprendizado tecnológico, conhecimento do mercado a atendimento de exigências de governos locais. Não há uma estratégia empresarial única, a não ser a estratégia direcionada pelo Estado sul-coreano de promover a internacionalização de suas empresas e, através deste processo, altera-se o posicionamento da Coreia do Sul no sistema mundial.

Referências Bibliográficas

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. RJ: Contraponto; SP: Ed. Unesp, 1996.

BANK OF KOREA. Disponível no: <http://bok.or.kr>. Acessado em jul. 2012.

COUTINHO, L. A terceira revolução industrial e tecnológica*:* As grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade** – UNICAMP. São Paulo, n.1, 1992, p. 69-87.

FERREIRA JR., H. M.; SANTOS FILHO, O. C. Coréia do Sul e Taiwan: notas sobre política industrial. **Revista de Economia Política**, vol. 10, no. 2, (38), abril-junho/1990, p. 116-131.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. **Brazilian Multinationals**: competences for internationalization. UK: Cambridge University Press, 2011.

KOREA EXIMBANK. Disponível no: <www.koreaexim.go.kr>. Acessado em jul. 2012.

HYUN, H.; HUR, J. Who goes where and How? Firm heterogeneity and Location Decision of Korean Multinationals. Korea Institute for International Economic Policy (KIEP), **Working Paper** 10-11, 2010

MASIERO, G. As lições da Coreia do Sul. **RAE Executivo,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 17-21, nov-jan. 2002.

MINISTRY OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF REPUBLIC OF KOREA. Disponível no: <http://mest.go.kr>. Acessado em jul. 2012.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. Disponível no: <http://www.oecd.org>. Acessado em jul. 2012.

PORTER, M. **Vantagem Competitiva das Nações**. RJ:Campus, 1990.

RUGMAN, A.; DOH, J. **Multinationals & Development**. NH: Yale University Press, 2008.

RUPPERT, L. BERTELLA, M. **Internacionalização dos conglomerados sul-coreanos**. III Encontro de Associação Keynesiana, 2010.

RUPPERT, L. RIBEIRO, E. Coreia do Sul. In: ACIOLY, L; LIMA, L; RIBEIRO, E. (orgs.) **Internacionalização de empresas**: experiências internacionais selecionadas. Brasília: IPEA, 2011.

SANTOS FILHO, O. C. **Brasil e Coreia do Sul**: os (des)caminhos da industrialização tardia. São Paulo. Nobel. 1994.

SCHUMPETER, A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Série Os Economista. Abril Cultural, 1982.

TEIXEIRA, A. O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra. **Dissertação** (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983, 248 p.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. Disponível no: <http://stats.unctad.org/fdi>. Acessado em jun. 2012.

_____ . Outward Foreign Direct Investment by Enterprises from the Republic of Korea. In: UNCTAD, **Global players from emerging markets: strengthen enterprise competitiveness through outward investment**. New York; Geneva: UNCTAD, 2007.

_____. World investment report 2009**: transnacional corporations, agricul-**

ture production and development. Geneva: ONU, 2009.

YOON, D. R. Korea's Outward FDI in Asia: Characteristics and Prospects. **ICRIER Workshop** on Intra-Asian FDI Flows:Magnitude, Trends, Prospects and Policy Implications April 25 – 26, 2007.

Perspectivas para o Capital Brasileiro na África Diante das Mudanças no Sistema Interestatal Contemporâneo

Júlio Gomes da Silva Neto*

O vultoso crescimento da economia chinesa nos últimos 40 anos foi acompanhado, como era de se esperar, do aumento de suas necessidades por recursos naturais, responsáveis pela sustentação de sua Indústria de Base. Regiões tradicionalmente envolvidas com o comércio de produtos primários vêm então, intensificando suas relações econômicas com a República Popular da China (RPC). Nesse sentido, o continente africano, por ser uma das últimas regiões de predomínio de recursos naturais ainda não explorados, tem recebido atenção especial dos chineses.

No esquema comercial que envolve chineses e africanos, a questão das trocas, no entanto, vai muito além do abastecimento de matérias-primas através de importações africanas. Ele envolve, também, a aquisição de produtos chineses, que vão desde bens de salários, como roupas e calçados, até máquinas e equipamentos sofisticados, passando pela aquisição de serviços especializados como telecomunicações e construção civil. Além disso, a aproximação econômica entre esses dois "mundos" contempla acordos bilaterais que prevêem Investimentos Externos Diretos (IED´s) chineses e o financiamento de países africanos, em troca desse intercâmbio comercial.

Com relação ao objeto deste trabalho, considera-se, também, que a presença chinesa no continente africano implica em perspectiva de mudanças quanto à vinculação econômica da região com o Brasil. Particularmente, no que tange à presença de empresas brasileiras de grande porte no continente, em operações de construção civil, prospecção de petróleo e minério, além da produção de bens de capital. Para essas empresas, o constante aumento da presença da RPC em seus mercados tornou-se, nas últimas décadas, elemento de grande preocupação em uma região onde a prevalência do capital brasileiro internacionalizado sempre se mostrou tranquila.

Ocorre que, na esteira do desinteresse dos países centrais pelos mercados da economia africana, essas empresas brasileiras buscaram, durante as décadas de 19(80) e

---

* Pós-doutorando do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus Marília/SP.
Este trabalho conta com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/Brasil), através de bolsa modalidade Pós-doutorado Sênior (PDS).

19(90), processar sua internacionalização no continente. No caso da África Portuguesa, Angola apresenta-se como um elemento exemplar da análise proposta aqui. Independente em 1975, o país de governo socialista teve, como primeiro país estrangeiro a reconhecer a sua independência, o Brasil, que á época possuía um governo reconhecidamente caracterizado por uma ditadura de moldes fascistas. Logo em seguida, a Petrobrás passou a atuar no país e, já em 1980, também a Odebrecht, para construir hidrelétricas, estradas e sistemas de abastecimento de água, contando hoje com quase 11 mil funcionários no país.

Em outras palavras, a presença de capital brasileiro no continente africano se formou no interior do estabelecimento de uma ordem mundial específica, cuja característica era a hegemonia estadunidense e seu modelo econômico e geopolítico. A internacionalização de capital dos países centrais nessa ordem mundial anterior não se processou em direção ao continente africano, da mesma forma como ocorreu em relação a outras regiões. Os interesses econômicos desses países limitaram-se, basicamente, ao comércio internacional com aquele continente, particularmente no que se refere às antigas colônias européias (Convenções de Lomé). Esse movimento permitiu as empresas brasileiras valerem-se do "nicho" deixado pela estratégia de vinculação econômica da África com os países centrais, durante o ciclo hegemônico dos Estados Unidos da América (EUA), no século XX.

Nas últimas décadas do século passado e no primeiro decênio do século XXI, a humanidade vem testemunhando, o que parece ser, um nítido movimento de enfraquecimento hegemônico e transição de modelo econômico. Por um lado, o processo de globalização financeira, constituído para dar continuidade e alguma sustentação à hegemonia norte americana, permitiu flagrar o início de um período de descontinuidade econômica daquele país, a partir dos anos 19(70). Esse movimento aparece agora de forma mais dramática, considerando os últimos lances das crises de 2008 (EUA) e 2009 (Europa) [1].

Em contrapartida, no final daqueles mesmos anos 19(70), o início da abertura econômica da RPC foi, paulatinamente, atraindo os investimentos do mundo, alocando-os dentro de uma vigorosa estrutura de planejamento, imaginável, apenas, sob os auspícios de sistemas políticos semelhantes. O resultado desse processo, por um lado, tem sido a rápida transformação histórica da economia chinesa que, com suas contínuas taxas de alto

[1] "*A hegemonia, da forma como a entendo, envolve liderança, capacidade de mobilizar outros países de acordo com uma agenda particular. Em outras palavras, significa fazer com que os outros países acreditem em um consenso em torno desse líder, na sua capacidade de agir em favor do interesse dos liderados. Nesse sentido, os Estados Unidos não são mais hegemônicos. Por enquanto, são a maior economia, e aquela com o maior aparato militar. E é precisamente por isso que podem dominar: porque têm um impacto sobre o mundo muito maior do que qualquer outra nação. Esse domínio, contudo, não significa que os outros países necessariamente seguirão sua liderança. Na verdade, eles não a seguem mais*." Giovanni Arrighi em entrevista a Revista Carta Capital edição de junho/2008, p. 26-30.

crescimento econômico, transformou-se em perspectiva de lucro certo para os investimentos do mundo.

Por outro, o capital internacional, crescentemente, vem identificando características promissoras em Potências Regionais – dentro dos chamados "Grandes Estados Periféricos" –, com oportunidades de investimento real semelhantes às da China. Os grandes investidores internacionais, ao identificar esse novo grupo de países que, economicamente, se destacariam dos demais, denominaram-nos pela sigla 'BRIC' composta pelas iniciais de Brasil, Rússia e Índia, além da China (ou em alusão a palavra 'tijolo' em inglês - *brick*). A articulação desse grupo como um bloco formalmente constituído, muito embora ainda não exista, demonstra uma clara manifestação dos grupos de investimentos internacionais em direcionar suas expectativas para Potências Médias, onde poderiam ser incluídos, em menor escala, México, África do Sul, Indonésia e Coréia do Sul.

É a partir dessa nova constituição geoeconômica que vem se processando a internacionalização chinesa em solo africano e a consequente concorrência com capitais brasileiros ali já instalados. Cumpre notar, contudo, que nesse novo cenário a economia brasileira é, também, um "pólo ativo" em termos de modelo econômico, igualmente pertencente, como foi dito, ao grupo dos BRIC´s. Portanto, ressalvando-se bastante as proporções entre as duas economias, é possível que sejam identificadas estratégias semelhantes entre os dois países.

Diante dessas considerações iniciais várias questões poderiam, naturalmente, ser levantadas. No escopo de seu conjunto, no entanto, predomina a seguinte pergunta: considerando-se tanto o recente movimento feito por países africanos em direção a economia chinesa, quanto à atual posição do capitalismo da RPC junto aos países periféricos, quais seriam as possíveis consequências para os investimentos e acordos comerciais feitos por aqueles países africanos e as empresas de grande porte do Brasil? Ou ainda, considerando a última observação contida no parágrafo anterior, qual seria (ou tem sido) o posicionamento estratégico brasileiro em favor dos interesses dos capitais ali aplicados?

Na verdade, no último decênio observou-se uma reorientação de vínculos econômicos entre o continente africano e seus tradicionais parceiros comerciais como Europa e Estados Unidos. Depois desses – porém não muito longe –, a China já ocupa a terceira posição entre os mercados de exportáveis africanos, sendo que o volume de negócios entre eles quadriplicou entre 2002 e 2006, atingindo US$ 55,5 bilhões de dólares. Em 2010 esse valor ficou em torno dos US$ 100 bilhões.

Diante deste quadro, a proposta de trabalho sugere, inicialmente que: o choque entre interesses privados brasileiros e chineses em solo africano, movidos por processos distintos de estruturação de suas empresas internacionalizadas, aponta para uma redefinição da ocupação geográfica por parte do capital estrangeiro na África. Trata-se, portanto, de um processo de mobilidade geoeconômica, que, em última instância, pode eliminar ou, no mínimo, reduzir consideravelmente a presença de empresas brasileiras no continente africano. Como catalisador desse processo resta ao Brasil à alternativa de sua política externa junto à África – particularmente à África Portuguesa – bem como, as políticas de incentivo e promoção em setores específicos vinculados a prospecção econômica do país no continente africano.

CONSIDERAÇÕES TEÓRCAS SOBRE A QUESTÃO HEGEMÔNICA RECENTE

Nas últimas décadas do século passado e no primeiro decênio do século XXI, a humanidade vem testemunhando o que parece ser um nítido movimento de enfraquecimento hegemônico, mudança de equilíbrio de forças e transição de modelo econômico. Por um lado, o processo de globalização financeira, constituído para dar continuidade e alguma sustentação à hegemonia norte americana, permitiu flagrar o início de um período de descontinuidade econômica daquele país, a partir dos anos 19(70). Esse movimento aparece agora de forma mais dramática, considerando os últimos lances das crises de 2008 (EUA) e 2009 (Europa).

Em contrapartida, no final daqueles mesmos anos 19(70), o início da abertura econômica da República Popular da China (RPC) foi, paulatinamente, atraindo os investimentos do mundo, alocando-os dentro de uma vigorosa estrutura de planejamento, imaginável apenas sob os auspícios de sistemas políticos correlatos ao chinês. O resultado desse processo, em sua tessitura mais visível, tem sido a rápida transformação histórica da economia chinesa que, com suas contínuas taxas de alto com elevado e perene crescimento econômico, transformou-se em perspectiva de lucro certo para os investimentos do mundo.

Sob essa primeira superfície, o capital internacional vem identificando características promissoras em Potências Regionais – dentro dos chamados “Grandes Estados Periféricos” –, com oportunidades de investimento real semelhantes às da China. Os grandes investidores internacionais, ao identificarem esse novo grupo de países que, economicamente, se destacariam dos demais, denominaram-nos pela sigla ‘BRIC’ composta pelas iniciais de Brasil, Rússia e Índia, além da China (ou em alusão a palavra ‘tijolo’ em inglês - brick). A articulação desse grupo como um bloco formalmente constituído, muito embora ainda não exista, demonstra uma clara manifestação dos grupos de investimentos internacionais em

direcionar suas expectativas para Potências Médias, onde poderiam ser incluídos, em menor escala, México, África do Sul, Indonésia e Coréia do Sul.

A idéia central por trás do estudo proposto aqui é a de que as mudanças geoeconômicas em curso seriam reflexivas das alterações que se verificam pela reorientação hegemônica do Sistema Internacional (SI). Nesse caso, o Sistema Internacional deve ser definido como o ambiente de dimensões globais, caracterizado pela heterogeneidade e diversidade de seus atores (Estados, OIGs, FTs) e fenômenos, cujo ordenamento obedece uma estrutura hierárquica sustentada por um equilíbrio de poder (EP). A ordem internacional emerge a partir da dinâmica de competição e choque mútuo entre Estados, que se anulam mutuamente ao perseguirem seus interesses, orientando o equilíbrio de poder a partir da hierarquia resultante dessa competição. No topo da ordem hierárquica encontra-se o Estado hegemônico.[2]

No entendimento de uma corrente significativa de autores a ordem hierárquica internacional vem sendo alterada nos últimos tempos. Dentre as correntes mais significativas defensoras dessa idéia destaca-se a que deriva das teses de economia-mundo, originária na "Escola dos Annales". Um dos principais representantes desse grupo é Emmanuel Wallerstein. Em contribuições recentes o autor acentua que a hegemonia econômica, política e militar dos Estados Unidos da América esta chegando ao fim, assim como a economia do mundo capitalista, tal como se conhece.

Na opinião desse autor, não se pode negar que os Estados Unidos continuam desfrutando de grande poder no mundo contemporâneo. No entanto, sua eficiência produtiva, antes inigualável, vem sofrendo com a pesada concorrência internacional, capitaneada pela RPC e demais países do BRIC. Por outro lado, o apoio incondicional de seus aliados na Europa e na Ásia passou a ser contestado, considerando, por exemplo, os episódios da invasão do Iraque e dos programas nucleares do Irã e da Coréia do Norte. Resta saber, segundo Wallerstein, se apenas a superioridade militar será capaz de resgatar uma potência em declínio.

Na verdade o receituário de idéias políticas que dava sustentação hegemônica aos Estados Unidos teria deixado de ter significância quando no último decênio do século XX a União Soviética se desmancha. Wallerstein sustenta que o colapso do comunismo corresponde, na verdade, ao colapso do liberalismo. A ruína do sistema soviético,

[2] Essas sentenças se baseiam em MARLE, Marcel. ***Sociologia das Relações Internacionais***. Brasília, UnB, 1981.Por outro lado, o SI pode ser apresentado como um sistema de Estados "*quando dois ou mais Estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco nas suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo*." (,BULL, Hedley. ***A Sociedade Anárquica***. Brasília. UnB/IPRI, 2002, p. 15).

enfraquecendo o discurso das "velhas esquerdas", reduz a importância do discurso liberalista por retirar da cena internacional a importante justificativa ideológica que os Estados Unidos tinham para legitimar sua hegemonia: fazer frente à alternativa comunista.

Com o fim da bipolaridade e do equilíbrio de poder que a envolvia, a hegemonia norte americana passou a ser contestada de forma mais veemente. Esse teria sido o resultado dos ataques que envolveram o"11 de setembro" de 2001. Nessa ótica, a cruzada internacional contra o terrorismo, nos moldes propostos por George W. Bush, teria contribuído para a aceleração do processo de declínio da preponderância norte americana. A partir desse episódio, Wallerstein pontua os elementos que determinariam o declínio decisivo da hegemonia dos EUA, podendo ser enumerados em: (1) endividamento econômico crescente, pela manutenção do braço bélico; (2) a perda de legitimidade do exercício político ao contrariar resoluções internacionais – como o conselho de segurança da ONU; (3) o desgaste do Soft and Cooptive Power (poder brando).[3]

Joseph Nye Jr. oferece uma leitura diferente do atual posicionamento político norte americano no Sistema Internacional. Embora o autor admita que a China continue a registrar taxas de crescimento econômicas muito elevadas durante as próximas décadas, aproximando seu Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos, dificilmente o 'Império do Meio' se tornará a maior potencia mundial durante o século XXI. Um erro comum entre os analistas, segundo Nye Jr. é o de fazerem previsões baseadas exclusivamente no crescimento do PIB, ignorando por completo outros fatores de poder ("hard" e "soft"), muitos dos quais resultados de décadas de investimento[4].

Por outro lado, Nye Jr. não nega o fato de que países como a RPC, a Índia ou a Alemanha têm potenciado o crescimento desses dois níveis de poder, constrangendo os EUA a enfrentar as exigências da interdependência entre os Estados. Contudo, sob esta perspectiva poder-se-ia falar, no máximo, de um "declínio relativo" de poder dos Estados Unidos em face de outros países, não tanto pela fragilização do poder norte americano, mas, sobretudo, pela valorização dos vários recursos que algumas nações têm potenciado. No entanto, as conclusões nesse sentido devem ser contidas, considerando que o processo de reequilíbrio de

---

[3]. WALLERSTEIN, Emmanuel. ***O Declínio do Poder Americano: Os Estados Unidos em um Mundo Caótico***. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. Segundo classificação desenvolvida por Joseph Nye Jr. (***Bound to Lead***. Basic Books, New York. 1990) quanto à tipologia dos recursos o poder se divide em duro (hard power) e brando com cooptação (soft and cooptive power). O poder duro corresponde aos recursos de caráter tradicional: dimensões territoriais, posicionamento geográfico, clima, demografia, capacidade industrial instalada, disponibilidade de matérias-primas e status militar. Por sua vez, o poder brando e de cooptação refere-se às fontes de poder econômicas, ideológicas, tecnológicas e culturais que correspondem à capacidade de adaptação, flexibilidade e convencimento de um determinado Estado sobre seus pares.

[4] NYE Jr., J. ***O Paradoxo do Poder Americano***. São Paulo: UNESP 2002.

poder entre essas nações e os Estados Unidos poderá demorar, segundo ele, décadas ou nem sequer vir a existir.

Tratando diretamente da China, Nye afirma que, embora se propale a possibilidade da China substituir a preponderância norte americana no Extremo Oriente, e que, no médio prazo, postule a posição de potência dominante mundial, tal premissa mostra-se extremamente duvidosa. Segundo o autor, a despeito de seu crescimento econômico e do investimento do governo de Pequim em "poder brando", é duvidoso que a nação asiática possa ter tal capacidade, principalmente considerando seus problemas de ordem interna, oriundos de seu sistema político.

Há um eco dessa visão no que Paul Kennedy afirma sobre a China em Ascensão e Queda das Grandes Potências[5]:

"(...) um país que luta para desenvolver seu poderio (em todos os sentidos da palavra) por todos os meios pragmáticos, equilibrando o desejo de estimular o empreendimento, a iniciativa e a mudança com uma determinação estatista de conduzir os acontecimentos, de modo a alcançar os objetivos nacionais o mais depressa e suavemente possível".

Usando um referencial teórico distinto, José Luiz Fiori, em obra cujo próprio título polemiza-se com o trabalho de Wallerstein[6], recorre á teoria do universo em expansão para explicar os constrangimentos sistêmicos contemporâneos[7].Segundo ele, ao longo da história, o processo de competição das nações, regularmente cria a ordem e desordem, a expansão e a crise nos sistemas, moldando através dos conflitos de status e poder a geopolítica mundial. Para ele, "as derrotas militares americanas e a expansão chinesa fazem parte de uma grande transformação expansiva do sistema mundial, que começou na década de 1970 e se prolonga até hoje, associada, em grande medida, à expansão contínua e vitoriosa do próprio poder americano neste período".[8]

Trata-se de uma visão alternativa ao pensamento de Wallerstein, que, conforme descrito acima, defende que os últimos lances da hegemonia americana iniciam-se através do processo de declínio que teria começado na década de 1970 e que, no presente, se transforma em uma crise terminal do sistema como um todo. Pela concepção de Fiori a situação evoluiria em contrário. O poderio americano estaria, na verdade, aumentando nessas últimas três décadas. Teria começado com o fim do padrão-ouro, seguindo pela aliança estratégica com a

---

[5] KENNEDY, P. ***Ascensão e Queda das Grandes Potências***. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p; 426.

[6] FIORI, J. L. "*O Sistema Interestatal Capitalista no Início do Século XXI*". In: MEDEIROS, Carlos Aguiar de ***O Mito do Colapso do Poder Americano***/ Carlos Aguiar de Medeiros, José Luís da Costa Fiori e Franklin P. Serrano. – Rio de Janeiro: Record, 2008.

[7] Para detalhes da teoria da Expansão Sistêmica de Fiori ver ***O Poder Americano***. Petrópolis. Vozes, 2004.

[8] Idem. p. 20.

própria China – tendo essa aliança contribuído para o fim da União Soviética e da Guerra Fria –, e culminaria com a vitória na Guerra do Golfo em 1991.

Ainda segundo Fiori, o ponto fraco das teorias que proclamam o declínio do poder norte americano estaria no seu universo de tempo, considerando a observação apenas de uma situação imediata, ignorando um universo estrutural de longo prazo. Nesse caso, o principal desafio para os EUA seria o de superar os limites e as contradições da estrutura de poder global "made in USA" construída para dar apoio ao seu sistema. Não se trataria portanto, de um colapso hegemônico, mas sim de obstáculos que, de uma forma ou de outra, seriam contornados.O autor acredita que "as dificuldades políticas e econômicas desta primeira década do século XXI poderão se prolongar e aprofundar, mas não se trata do fim do poder americano, muito menos da economia capitalista".[9]

A crítica que Fiori faz a Wallertein, na verdade, serve para pontuar uma diferença fundamental entre a concepção de substituição hegemônica desse último autor e a de Giovanni Arrighi, outro seguidor da teoria do sistema-mundo. Para Arrighi, a fonte última de mudança dentro do sistema capitalista moderno não pode ser considerada como um fator exógeno ao seu próprio desenvolvimento. Segundo sua interpretação, as variações hegemônicas que ocorrem ao longo do desenvolvimento capitalista não podem ser associadas a meras propriedades sistêmicas estruturais. Por isso, ele acredita na possibilidade de transformação sistêmica ao invés de transição sistêmica. Em outros termos, uma nova hegemonia implica em uma reorganização fundamental do sistema sem que este se encerre.

Arrighi aponta para a existência de ciclos de 150 a 200 anos que são caracterizados por uma forte concentração de capital numa região geográfica que exerce a hegemonia sobre o sistema mundial de seu tempo[10]. Neste caso, o movimento hegemônico teria partido da transferência do capitalismo genovês (século XVI) para o capitalismo holandês (século XVII), seguindo com a mudança para o capitalismo inglês (séculos XVIII e XIX) e finalmente para o capitalismo norte americano (século XX). Segundo observa o autor, todas essas passagens foram acompanhadas de profundas crises financeiras, ao mesmo tempo em que os modelos hegemônicos financeiros se faziam acompanhar de seu poderio bélico.

O autor considera que os ciclos de acumulação sempre foram capitaneados pelas altas finanças, categoria fundamental para Arrighi, responsável, em última instância, pela direção do sistema capitalista.

---

[9]Idem.

[10]ARRIGHI, Giovanni.***O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de nosso Tempo***. Rio de Janeiro Contraponto/Unesp. 1996.

"Nesse esquema, o capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna. Ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. Elas são aspectos integrantes da destruição recorrente de "antigos" regimes e da criação simultânea de "novos"."[11]

As etapas de constituição desses ciclos foram assim definidas por Arrighi: (1) a existência de uma acumulação anterior que se esgota pela impossibilidade da expansão indefinida do comércio sem uma queda de rentabilidade; (2) neste período, surgem grandes excedentes de capital financeiro não aplicado na expansão comercial ou industrial que geram uma euforia de bem-estar e progresso material baseado no consumo e no estilo de vida; (3) a busca de uma nova oportunidade de expansão do investimento, por meio de novas zonas ou vias comerciais, para onde tende a reorientar-se e concentrar-se o capital financeiro através de uma transferência ou emigração de investimentos; (4) a iniciação de um ciclo de acumulação novo que deverá esgotar-se após a expansão territorial do Estado e/ou das empresas-chaves do novo centro de acumulação; (5) esta expansão territorial é viabilizada pela externalização de seus custos militares que deverão ser pagos pelas próprias operações de expansão.

Na atualidade, estaríamos presenciando um novo deslocamento hegemônico financeiro, com o crescimento econômico do sudeste asiático exercendo uma grande força atrativa de investimentos para a região, posicionando o sistema na quarta etapa cíclica de Arrighi. Conforme o próprio autor pontua, finalmente, em seu Longo Século XX, a quinta etapa se mostra ainda como uma grande incógnita[12].

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRESENÇA DA CHINA E ÁFRICA

Após servir ao processo de acumulação primitiva de capital para a revolução industrial européia, o continente africano passou a desempenhar um novo papel subordinado no cenário mundial do capitalismo monopolista. Processado o estabelecimento do capital financeiro em conjunto com o desenvolvimento de novas tecnologias na Europa, a necessidade de territórios fornecedores de matérias-primas – produzidas por mão-de-obra sub-assalariada –, fontes de energia e mercados para manufaturados europeus, se tornou premente

[11] Idem.p. IX (prefácio).Para Fernand Braudel, este sistema se monta sobre estruturas de produção e mercantis seculares não-capitalistas, arquitetadas pelos financistas (ver BRAUDEL, 1993, p. 43).

[12] Talvez a síntese dessa etapa redima o que é considerado como um dos erros preditivos mais flagrantes no tema, supostamente cometido por Joseph Alois Schumpeter em *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1943), o qual afirmou que o modelo estadunidense de capitalismo estaria fadado a desaparecer sob a dominância de uma economia mais planificada e centralizada.

no século XIX. Ao "dividir para governar" o território africano em colônias, os países europeus buscavam, portanto, atender às necessidades da continuidade do processo da então acumulação de capital do mundo metropolitano.

Ao final dos turbulentos anos de 'ajustes' das contradições, inerentes ao processo acumulativo, os países centrais, paulatinamente, vão cedendo aos movimentos de independência do continente africano, durante a segunda metade do século XX, na maioria dos casos em extenuantes guerras de libertação. A complicada divisão política do continente, com 53 Estados Nacionais, a despeito de toda a violência e complexidade étnica, edificada desde os tempos de capturas tribais para o tráfico de escravos, permite a preservação de sua integridade graças à Guerra Fria.

> "*Este desempenho inicial, entretanto, foi atropelado por sucessivos golpes e regimes militares, e pela crise econômica mundial da década de 1970, que atingiu todas as economias periféricas e provocou um prolongado declínio da economia africana, até o início do século 21. Mesmo na década de 90, depois do fim do mundo socialista e da Guerra Fria, e no auge da globalização financeira, o continente africano ficou praticamente à margem dos novos fluxos de comércio e de investimento globais.*"[13]

Após os movimentos de libertação – completados pelo fim do *apartheid* na África do Sul – a situação estrutural do continente era deprimente. Com uma população empobrecida, uma infra-estrutura e uma produção de alimentos comprometida pelos danos das guerras de libertação e/ou pelas encarniçadas disputas étnicas que se seguiram, o continente africano não se mostrava atrativo às benesses do investimento ocidental, tornando-se alvo apenas das, assim chamadas, "missões de ajuda humanitária".

Como se não bastasse, durante os anos 19(90) vários países africanos cederam às recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, adotando seu receituário e suas "reformas estruturais". Nesse contexto, a abertura dos mercados liquidou, definitivamente, a cambaleante produção local de alimentos, pela simples desmotivação econômica de sua produção, corroborada ainda pela própria "ajuda humanitária" de doação de alimentos.[14]

Entretanto, depois de 2001, a economia africana vem apresentando sucessivos períodos crescimento, observados a partir do desempenho do produto interno bruto. O crescimento médio dos países do continente, que era de 2,4% em 1990, passou para 4,5%, entre 2000 e 2005, e alcançou as taxas de 5,3% e 5,5% em 2007 e 2008. O que poderia explicar um comportamento tão expansivo em relação ao traumático processo de

---

[13] Fiori, J. Luís *"Provavelmente, Deus não é Africano"*.Disponível em: http://diplo.uol.com.br/2008-04,a2365 . Visitado em 20/08/2008.

[14] Pires, M. Cordeiro. "As relações entre os países africanos a República Popular da China: novo colonialismo ou uma janela de oportunidade para a saída do atraso?". Disponível em: http://nepheusp.googlepages.com/textos . Consultado em 20/08/2008.

descolonização observado nos decênios anteriores, no século XX? Em grande medida, o comportamento econômico da África não difere da tendência da economia mundial como um todo, nos primeiros anos do século XXI. A ausência de turbulências financeiras mais graves, combinada com a apreciação dos preços das *commodities*, propiciou aos países e regiões periféricos um início de milênio promissor.

Com relação a essa última observação, no entanto, a presença da China no comércio internacional não pode ser negligenciada. Conforme mencionado no início desse texto, a proposta de crescimento econômico desenvolvida por esse país nos últimos anos atinge números impressionantes (segundo o Banco Mundial, World Development Report)[15]. Basta dizer que já entre 1980 e 1990, o crescimento econômico da China atingiu a taxa média de 9.5% a.a., superior à observada nos países do leste asiático. Entre 1985 e 1995, essa taxa média foi ainda maior (10.2%), muito superior à das economias do leste asiático. São números como esses que conferem a China posição única na economia internacional, a julgar pela manutenção dessa última média no decênio seguinte (1995-2005).

Noutras palavras, pode-se afirmar que, um país que cresce a essas taxas anuais, revela, necessariamente, um apetite constante para *commodities*, uma vez que não possui recursos naturais suficientes para alimentar tamanho salto para frente. Não é viável, por exemplo, a construção de 70 aeroportos em menos de uma década (entre 2000 e 2007) sem matérias-primas suficientes. O aquecimento do mercado mundial de *commodities* torna-se, portanto, uma consequência natural, considerando-se o forte viés da demanda mundial, com a presença da RPC no comércio internacional.

Tabela 1: Comércio sino-africano entre os meses de janeiro e março de 2008
(em US$ 10.000)

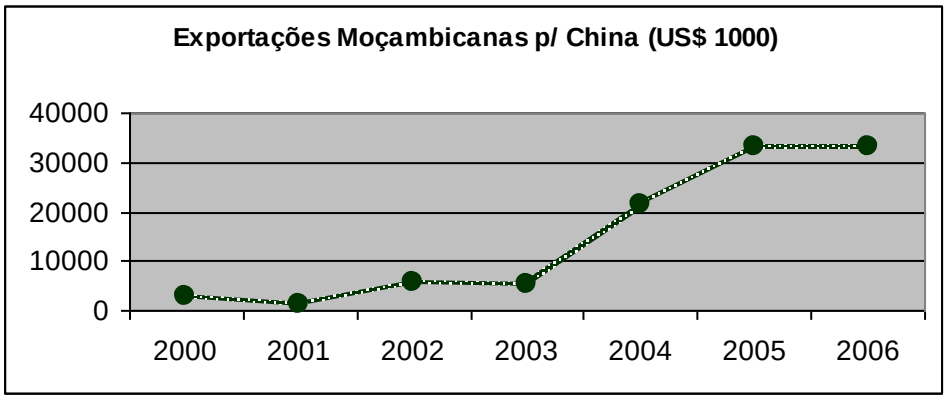
	Valores Totais de Importações e Exportações	Valores de exportações	Valores de importações	Variação % em relação ao mesmo período do ano anterior		
				Importação e Exportação	Exportação	Importação e Exportação
Valor Total	57,037,562	30,589,691	26,447,871	24.6	21.4	28.6
Africa	2,398,335	1,006,662	1,391,673	72.3	45.0	99.5
Participação Africana	4,21%	3,3%	5,3%			

Fonte: China Ministry of Commerce. Disponível em http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/ (30/09/2008)

É fácil constatar pelos números acima que a economia africana possui uma importância marginal em relação ao restante da participação chinesa no comércio internacional. Os maiores parceiros da China ainda são, nesta ordem, Ásia, União Européia e Estados Unidos da América. Porém, é possível observar, também, que, embora ínfima, a

[15] Disponível em http://www.worldbank.org/

participação da totalidade do comércio africano na economia chinesa vem ganhando importância, sendo notável o crescimento desta relação, mais que dobrada em sua grandeza no intervalo de um ano. Este aspecto pode melhor ser observado tomando o caso particular de Moçambique, conforme o Gráfico 1 abaixo.



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique; gráfico construído pelo autor a partir de dados disponíveis em http://196.22.54.6/pxweb2007/dialog/statfile11.asp

Com relação à África, um outro aspecto chama a atenção na virada do século XXI. Do ponto de vista político, pela primeira vez em décadas de conflitos, a África vive um clima de estabilidade em grande parte dos países. É sabido que esse tipo de situação costuma atrair investimentos estrangeiros. Neste caso, mais uma vez, a presença chinesa no continente revela a pródiga combinação entre a estabilidade política e a alta nos preços das *commodities*. Desse modo,

> "*A presença dos chineses já é marcante em vários setores da economia africana. Eles constroem estradas, hidrelétricas, hotéis, postos de gasolina. Também instalam filiais de suas grandes empresas, como a China Mobile, da área de telecomunicações, e a China Civil Engineering and Construction, uma das líderes do setor de construção. E, sobretudo, seguem atrás da abundância de riquezas naturais da região — o petróleo entre elas.*"[16]

Portanto, a contra-partida às exportações africanas para China se dá pelo financiamento chinês na implantação de redes de infra-estrutura (estradas, escolas, centrais hidroelétricas, redes de saneamento básico, redes de telefonia, plataformas de petróleo, etc.), edificada por empresas chinesas de construção civil, extração de petróleo ou minério e de prestação de serviços públicos. Desse modo, conforme pode ser observado na Tabela 2, entre 2003 e 2006, os investimentos chineses em territórios africanos cresceram a uma espantosa base de 600% no período.

[16] Antunes, L. "*A terra Prometida dos Chineses*". In: Revista Exame de 24/07/2008.

Tabela 2: Investimentos chineses na África (em milhões de dólares)

2003	75
2004	317
2005	392
2006	520

Fonte: *Unctad*

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA

A relação entre exportações de matérias-primas da África para China se faz em contra partida das respectivas importações de manufaturas em contrário, bem como dos investimentos externos diretos chineses feitos no continente a reboque dos financiamentos de mesma origem. A primeira vista, é possível, aparentemente, estabelecer semelhanças entre o atual momento do envolvimento econômico sino-africano e o modelo colonial vivido pela região durante o século XIX. Conforme pontua **José Luiz Fiori**:

> "[quanto às intenções orientais] *não cabe mais dúvida, devido ao volume e à velocidade dos acontecimentos: a África é o hoje, o grande espaço de "acumulação primitiva" asiática, e uma das principais fronteiras de expansão econômica e política, da China e da Índia.*"
>
> "*Este quadro fica ainda mais complicado quando se percebe que tudo isto está acontecendo no momento em que o sistema mundial ingressa numa nova "corrida imperialista", entre as suas "grandes potências". Como aconteceu com o primeiro colonialismo europeu, que começou com a conquista da cidade de Ceuta, no norte da África, em 1415, estendendo-se em seguida, pela costa africana, e transformando a sua população negra na principal commodity da economia mundial, no início da globalização capitalista. Depois, de novo, na "era dos impérios", no final do século 19, as potências européias conquistaram e submeteram — em poucos anos — todo o continente africano, com exceção da Etiópia. E agora, neste início do século 21, tudo indica que a África será, pela terceira vez, o espaço privilegiado da competição imperialista que está recém começando. A menos que exista um outro Deus, que seja africano.*"[17]

No entanto, é preciso não exagerar essas conclusões, levando-se em consideração que (i) o atual momento vivido pelos países africanos, a não ser pela abstração comparativa do modelo neocolonialista, nem de longe apresenta os mesmos constrangimentos políticos e sociais impostos pelos países imperialistas nos séculos XIX e XX. Neste caso, qualquer comparação neste sentido deveria levar em conta, no mínimo, a definição do futuro posicionamento econômico e político dos antigos parceiros comerciais africanos, Europa e Estados Unidos, frente à presença chinesa no continente. (ii) Conforme pontua **Marcos Cordeiro Pires**, o tempo histórico decorrido da presença da China no continente africano é demasiadamente curto comparada ao neocolonialismo dos séculos passados.

> "*Não se pode tirar conclusões de um processo em curso, ainda mais porque o período em análise é bastante curto. No entanto, após décadas de instabilidade, a economia africana vem apresentando um novo fôlego. Não se trata de intuir sobre um período de*

[17] Fiori, J. Luís *"Provavelmente, Deus não é Africano"*.Disponível em: http://diplo.uol.com.br/2008-04,a2365 . Visitado em 20/08/2008.

desenvolvimento econômico ou de mudança nas estruturas do país. A demanda chinesa fez reacender uma estrutura muito similar à do período colonial que estava em crise, particularmente no período pós-Guerra Fria. No entanto, há algo de diferente nessa aproximação com a China, uma vez que a cooperação tem por base a compra de matérias-primas e também a cooperação técnica em muitos campos, particularmente na formação de quadros técnicos africanos em universidades chinesas. Além do mais, os chineses não são vistos como os responsáveis por 500 anos de exploração colonial, o que por si só pode indicar um novo tipo de relacionamento, talvez bastante distinto do imperialismo ocidental."[18]

Por outro lado, conforme inserido na apresentação dessa proposta, e independente da forma política com que o continente africano vem sendo disputado, o cenário no qual vem se travando essa disputa apresenta-se, ao que se defende aqui, dentro de um momento histórico de transição. O processo de sustentação econômica dos países centrais, tendo a frente os EUA como patrono, através da intensa circulação fiduciária especulativa, vem mostrando sinais de esgotamento final com o estouro das crises de 2008 e 2009. Blocos econômicos aliados a esse modelo repensam, agora, suas estratégias considerando as dificuldades de sustentação de seus elos mais frágeis, como no caso da Grécia, de Portugal e, mais recentemente, da Irlanda, para a União Européia. Por outro lado, crescem, continuamente, as oportunidades de investimento seguro – em economia real – nos países "emergentes", principalmente nos denominados BRIC's (Brasil, Rússia, Índia e China). Neste caso, dentre os países do grupo, destaca-se de forma evidente a economia chinesa.

O fundamento último desse movimento deita suas raízes nas inúmeras contribuições proferidas em favor dos estudos sobre os ciclos e as mudanças nos padrões de acumulação econômica. Neste caso, coube ao observador social identificar as características intrínsecas de cada momento, apontando para a possibilidade de caracterizações mais genéricas.

Com efeito, durante todo o século XX, o mundo assistiu a ascensão, a afirmação e, mais recentemente, na dobra para o século seguinte, vem acompanhando os nítidos sinais da queda da hegemonia dos EUA. Nesse percurso, o início da acumulação processada por seu padrão produtivo, ainda no século XIX, teve o êxito de promover o modelo norte americano como legítimo sucessor do modelo hegemônico britânico, no início do período de guerras mundiais. Marcados pelo "fordismo" e pela expansão vertical de sua economia, os EUA conseguiram atrair os investimentos das burguesias do mundo, imigrados do antigo continente em crise.

[18] Pires, M. Cordeiro. "As relações entre os países africanos a República Popular da China: novo colonialismo ou uma janela de oportunidade para a saída do atraso?". Disponível em: http://nepheusp.googlepages.com/textos . Consultado em 20/08/2008.

Um dos primeiros a observar o comportamento do padrão acumulativo norte americano foi **John Hobson**[19]**.** Em 1894, em *A Evolução do Capitalismo Moderno*, este autor analisa detidamente os novos contornos do processo de acumulação, movidos pela "economia líquida da produção em grande escala" e apontando a relação entre o dinheiro, o poder, os financistas e o moderno capitalismo trustificado. Logo no início de seu texto, destaca a importância da assunção do dinheiro como principal expressão da riqueza e do poder para o surgimento do capitalismo. De acordo com o autor: "É necessário que o poder original de extrair rendas tenha sido monetizado, para que a posse de capital, por si só, possa transformar-se numa base de lucro."[20]

Para Hobson no novo modelo que se apresentava no final do século XIX, com o aprofundamento das tendências de concentração e centralização do capital – manifestas, sobretudo, no desenvolvimento de formas mais estáveis de "combinação", como trustes e cartéis –, a chamada "classe dos financistas" ganhava uma destacada relevância. Este personagem, distinto do velho empreendedor, assumia então, um papel estratégico na direção das "relações intersticiais do sistema", à época cada vez mais complexas. Ou seja, os encadeamentos produtivos exigiam um grande fluxo de capital, livre e variado, como os gigantescos empreendimentos ferroviários então demonstravam. Logo, Hobson já intuía que a dominação financeira na indústria capitalista seria exercida pelos grandes bancos, e que em nenhum lugar esse processo se daria de forma tão aberta como nos Estados Unidos.

Desse modo, Hobson foi um dos primeiros a perceber que o capitalismo moderno, que se iniciava na segunda metade do século XIX, tem sua sede privilegiada nos Estados Unidos. E mesmo fazendo parte do conjunto de grandes autores do começo do século XX que escreveram sobre o imperialismo pensando na velha Inglaterra, foi o único a ter considerado os Estados Unidos como o centro dominante do capitalismo moderno.

Para a presente proposta é importante sublinhar que o método empregado por John Hobson o remete ao estudo das origens do capitalismo e os seus instrumentos de expansão, em particular o desenvolvimento da maquinaria e dos mercados. Com o uso da história, aponta para a evolução tecnológica como o processo complexo de desenvolvimento tecnológico obtido sob pressão das circunstâncias industriais. Da continuidade de seu método permite o tratamento, de forma original e pioneira, a anatomia da grande empresa, da grande indústria e do grande capital financeiro, onde em última instância, estaria o cerne da análise do capitalismo moderno.

---

[19] HOBSON, John A. A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Abril, 1983.
[20] Idem, ibidem, p. 8.

Nesse sentido, não via os EUA como um prolongamento do capitalismo europeu, e tão pouco enxergava no monopolismo da economia norte americana um nível de "evolução" que se seguiu ao capitalismo competitivo. Portanto, Hobson, sem tratar explicitamente de uma teoria de ciclos econômicos, aponta para um novo modelo de capitalismo, tendo a frente a economia estadunidense como patrono, determinando uma nova fase hegemônica.

Tomando este último como uma de suas referências, **Joseph Schumpeter** consagrou a idéia das duas etapas, a do capitalismo disperso concorrencial e a do capitalismo trustificado monopolista. Suas teorias, tornadas públicas na primeira década do século XX, defendiam que o crescimento econômico se vinculava ao empreendedorismo das mudanças inovadoras.

> *"O Capitalismo, então, é, pela própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, e não apenas nunca está, mas nunca pode estar estacionário. E tal caráter* ***evolutivo*** *do processo capitalista não se deve meramente ao fato de a vida econômica acontecer num ambiente social que muda e, por sua mudança, altera os dados da ação econômica; isso é importante e tais mudanças (guerra, revoluções e assim por diante) freqüentemente condicionam a mudança industrial, mas não são seus motores principais. Tampouco se deve esse caráter* ***evolutivo*** *a um aumento quase automático da população e do capital ou dos caprichos dos sistemas monetários, para os quais são verdadeiras exatamente as mesmas coisas. O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre de novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria....*
>
> *A abertura de novos mercados -- estrangeiros ou domésticos -- e o desenvolvimento organizacional, da oficina artesanal aos conglomerados... , ilustram o mesmo processo de mutação industrial... que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova. Esse processo de* ***Destruição Criativa*** *é o fato essencial do capitalismo. É nisso que consiste o capitalismo e é aí que têm de viver todas as empresas capitalistas."*[21]

Ao serem postos em prática, estas mudanças causariam impactos nos relacionamentos sociais, induzindo reorganizações na estrutura produtiva. Por outro lado, segundo o mesmo autor, o processo inovacional se incumbiria do rompimento do chamado "círculo econômico fechado" ao permitir o crédito bancário necessário ao empreendimento, atraindo recursos de outros setores. Havendo sistema de crédito para as novas tecnologias o sistema iria se expandir atraindo sempre empreendedores menos qualificados[22].

Estes últimos, ao ingressarem no ciclo de expansão com atraso, dimensionariam mal os seus recursos, promovendo a desativação de unidades marginais. Essa desativação iniciaria um ciclo de desemprego de fatores, levando à depressão. No entanto, conforme salientou Schumpeter, é no ciclo depressivo que as iniciativas tendiam a se concentrar em grandes monopólios, facilitando as inovações em ciclos seguintes.

---

[21] SCHUMPETER, J.A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. p.112-13
[22] Idem. Ibdem. p.108.

Recentemente a teoria do movimento capitalista sugerida por **Giovanni Arrighi** teve o mérito de congregar todas as teorias cíclicas anteriores, oferecendo um fundamento teórico contemporâneo para a observação de situações que envolvem o atual movimento de transição da ordem mundial. Arrighi fez parte do grupo de cientistas sociais que, desde os anos 19(70), vem trabalhando sistematicamente em uma reinterpretação da história da economia, da sociologia e da antropologia, a partir da noção de sistema mundial[23]. Suas teses foram consubstanciadas em *O Longo Século XX* (1996).

No livro o esquema interpretativo da *Civilização Material* de Fernand Braudel, se converte em sua base metodológica.

> *"Nesse esquema, o capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna. Ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. Elas são aspectos integrantes da destruição recorrente de "antigos" regimes e da criação simultânea de "novos"."*[24]

Arrighi aponta para a existência de ciclos de 150 a 200 anos que são caracterizados por uma forte concentração de capital numa região geográfica que exerce a hegemonia sobre o sistema mundial de seu tempo. Neste caso, o movimento hegemônico teria partido da transferência do capitalismo genovês (século XVI) para o capitalismo holandês (século XVII), seguindo com a mudança para o capitalismo inglês (séculos XVIII e XIX) e finalmente para o capitalismo norte americano (século XX). Segundo observa o autor, todas essas passagens foram acompanhadas de profundas crises financeiras, ao mesmo tempo em que os modelos hegemônicos financeiros se faziam acompanhar de seu poderio bélico.

O autor considera que os ciclos de acumulação sempre foram capitaneados pelas altas finanças, categoria fundamental para Arrighi, responsável, em última instância, pela direção do sistema capitalista, que sob este aspecto em muito converge em direção a Hobson[25].

As etapas de constituição desses ciclos foram assim definidas por Arrighi: (1) a existência de uma acumulação anterior que se esgota pela impossibilidade da expansão indefinida do comércio sem uma queda de rentabilidade; (2) neste período, surgem grandes excedentes de capital financeiro não aplicado na expansão comercial ou industrial que geram uma euforia de bem-estar e progresso material baseado no consumo e no estilo de vida; (3) a

---

[23] Este grupo parte de análise da *Civilização Material* de Braudel, que também é trabalhada sistematicamente por lmmanuel Wallerstein no conjunto de livros sobre *O Moderno Sistema Mundial*. Nele se inserem, além de Arrighi e Wallerstein, André Gunder Frank, Samir Amin e, no Brasil, Theotonio dos Santos.

[24] ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. São Paulo. Contraponto/Unesp, 1996, p. IX (prefácio).

[25] Para Fernand Braudel, este sistema se monta sobre estruturas de produção e mercantis seculares não-capitalistas, arquitetadas pelos financistas.

busca de uma nova oportunidade de expansão do investimento, por meio de novas zonas ou vias comerciais, para onde tende a reorientar-se e concentrar-se o capital financeiro através de uma transferência ou emigração de investimentos; (4) a iniciação de um ciclo de acumulação novo que deverá esgotar-se após a expansão territorial do Estado e/ou das empresas-chaves do novo centro de acumulação; (5) esta expansão territorial é viabilizada pela externalização de seus custos militares que deverão ser pagos pelas próprias operações de expansão.

Nos dias de hoje, estaríamos presenciando um novo deslocamento hegemônico financeiro, com o crescimento econômico do sudeste asiático exercendo uma grande força atrativa de investimentos para a região, posicionando o sistema na quarta etapa cíclica de Arrighi. Conforme o próprio autor pontua, finalmente, em seu *Longo Século*... a quinta etapa se mostra ainda como uma grande incógnita.

ALGUMAS IMPLICAÇÕES DA PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA PARA O BRASIL

O processo de multinacionalização das grandes empreiteiras brasileiras remonta à década de 19(70). Hoje, os setores de engenharia e siderurgia são os mais internacionalizados. Nesta situação encontram-se a Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Queiroz Galvão e OAS, além de Vale do Rio Doce e Petrobrás. Hoje, estas companhias estão em 35 países, garantindo boa parte de suas receitas oriundas de atividades no exterior.

No entanto, ao se observar o movimento destas empresas no cenário internacional, percebe-se que suas incursões nos países desenvolvidos mostram-se muito tímidas. A razão disso encontra-se no nível de desenvolvimento atingido pelas empresas de engenharia dos países centrais do capitalismo mundial. Ao mesmo tempo, as grandes empresas de construção civil norte-americanas, européias e japonesas tornaram os mercados dos seus países de origem quase impenetráveis para as empresas brasileiras. Como resultado natural, estes grupos se dirigiram para regiões como a América Latina, a África e a Ásia que apresentam um quadro inverso ao dos países centrais; não possuem empresas poderosas o suficiente para fazer frente às grandes brasileiras. Neste sentido...

> "...[o] *continente africano apresenta exatamente essas características e, por isso, é o segundo mercado preferencial para as construtoras brasileiras, destacando-se a África portuguesa. Após a independência desses países, muitas obras foram encomendadas a empresas estrangeiras pagas com recursos da exportação de matérias-primas e recursos minerais.*"[26]

[26] CAMPUS, P.H.P. "*As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras*". In: Anais do XIII Encontro de História ANPH-RIO

Desse modo, acostumadas a operar em meio ao subdesenvolvimento, as gigantes brasileiras realizaram boa parte de seu processo de internacionalização em países africanos. Porém, este cenário econômico promissor tende, no momento atual, a sofrer uma reviravolta histórica. Com o modelo de inserção chinesa na África, descrito nas linhas anteriores, uma ameaça poderosa a este predomínio começa a dar seus primeiros sinais. A necessidade de matéria-prima como petróleo e minérios faz com que as propostas de generosas ofertas de financiamento concedidas por Pequim, tenham um melhor acolhimento nos mercados africanos, conforme comprovam acontecimentos recentes:

> "*Uma das primeiras a se dar conta da nova realidade foi a Odebrecht, que está na África desde a década de 80. Dona de contratos importantes em Angola, como as obras da hidro-eléctrica de Capanda, a Odebrecht vinha propondo ao Governo do país a reforma do aeroporto da capital, Luanda, desde 2004. Em meados de 2005, após a China anunciar um empréstimo de 2 biliões de dólares para a reconstrução da infra-estrutura de Angola, a empreiteira descobriu que a ideia da reforma havia sido sepultada. Os recursos emprestados só poderiam ser gastos com empresas chinesas, e elas faziam questão de construir um aeroporto novo. O pacote incluiu ainda a reconstrução de três ferrovias e várias obras menores. "Os chineses fizeram barba, cabelo e bigode", diz Humberto Rangel, director de novos negócios da Odebrecht Angola. Em Junho passado, foi a vez de a Vale amargar uma derrota que a fez reavaliar seus planos para o Gabão, também na África. Depois de investir 15 milhões de dólares no país, a empresa perdeu para os chineses a disputa pelo direito de explorar a mina de ferro de Belinga, tida como a maior jazida inexplorada do mundo, com potencial para 1 bilião de toneladas. Os chineses se dispuseram a gastar 3 biliões de dólares em infra-estrutura e a comprar toda a produção da mina. Meses antes, os governos chinês e gabonês assinaram vários acordos bilaterais, prevendo desde empréstimos em troca de óleo até cooperação técnica para desenvolvimento da pesca.*"[27]

Como se não bastasse, dados colhidos pelo Conselho Empresarial Brasil-China apontam que os chineses estão em cerca de novecentos projetos na África, a maioria financiada por estatais chinesas de construção pesada, o que mostra o potencial deste prejuízo para as empresas brasileiras.[28] Neste caso, é importante observar aqui que, embora a situação das empreiteiras brasileiras frente à incursão chinesa em países africanos – que em última instância, concentram a maior parte dos investimentos brasileiros dessa natureza –, já se configure em uma situação real e concreta de prejuízos a este setor, os dados referentes a esta nova situação ainda são difusos e incertos. Isto, por si só, faz com que a proposta contida nestas linhas seja justificada por sua importância. Os casos notificados configuram-se como expectativas de faturamento não realizadas, pela simples perda de clientela.

Mesmo assim, observando o caso através do princípio histórico-analítico, é possível determinar que a atuação chinesa, considerando-se o seu comportamento econômico recente e

---

[27] O Liberal (Cabo Verde) em 14/02/2008.

[28] Conselho Empresarial Brasil-China: "*Crescimento econômico chinês define agenda proativa para a África*". Disponível em http://www.cebc.org.br/003/00301063.asp?ttCD_CHAVE=21161

a sua capacidade de marcar forte presença na economia africana, vem proporcionando a perda de oportunidades. E, portanto, inibindo o faturamento das empreiteiras brasileiras e outras empresas nacionais de engenharia nos países da África portuguesa, tradicionais clientes dos negócios brasileiros naquele continente. Para pontuar mais ainda esta constatação, é importante se observar ainda a seqüência dos seguintes episódios:

> *"Odebrecht*
> *A empresa negociava com o governo angolano a reforma do aeroporto de Luanda. Foi atropelada pela oferta chinesa de 2 bilhões de dólares para financiar projetos de infra-estrutura no país — entre eles a construção de um aeroporto novo*
>
> *Companhia Vale do Rio Doce*
> *A mineradora brasileira perdeu, em junho, os direitos de exploração de jazidas de ferro no Gabão. O pacote chinês, além de linhas de financiamento, incluía a construção de um porto maior que o da Vale para escoamento de minério*
>
> *Petrobras*
> *A empresa viu-se obrigada a firmar um acordo com a chinesa Sinopec para não ficar de fora da exploração de um dos mais promissores campos de petróleo de Angola. Na sociedade, ficará com 30% do petróleo retirado. Os chineses, com 40%."*[29]

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, PAULO ROBERTO *(1987). "*Geoestratégia do Atlântico Sul: Uma Visão do Sul*". Política e Estratégia, São Paulo, v.5, n.4.*

ANTUNES, L. "*A terra Prometida dos Chineses*". In: Revista Exame de 24/07/2008

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. São Paulo. Contraponto/Unesp, 1996

_____. *Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI*. São Paulo. Boitempo, 2008.

BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica*. Brasília. UnB/IPRI, 2002

BRAUDEL, Fernand. *La Dinámica del Capitalismo.* Ciudad Del Mexico: Fondo de Cultura Económico, 1993.

CAMPUS, P.H.P. "*As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras*". In: Anais do XIII Encontro de História ANPH-RIO

CHINA MINISTRY OF COMMERCE. Disponível em http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/ (30/09/2008)

[29] Revista Exame de 24/07/2008

CONSELHO Empresarial Brasil-China: "*Crescimento econômico chinês define agenda proativa para a África*". Disponível em http://www.cebc.org.br/003/00301063.asp?ttCD_CHAVE=21161

FIORI, J. L.*O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. "*O Sistema Interestatal Capitalista no Início do Século XXI*". In: MEDEIROS, C. A. de; FIORI, J. L. e SERRANO, F. P.*O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro. Record, 2008.

_____.*"Provavelmente, Deus não é Africano"*. Disponível em: http://diplo.uol.com.br/2008-04,a2365 .

FULIN, Chi. *China*: the new stage of reform. Beijing-China: Foreign Languages Press, 2004.

HOBSON, John A. A *Evolução do Capitalismo Moderno: Um Estudo da Produção Mecanizada*. São Paulo: Abril, 1983

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DE MOÇAMBIQUE

JORNAL: O Liberal (Cabo Verde) em 14/02/2008.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000.*Rio de Janeiro: Campus, 6ª. Edição, 1993.

MARLE, Marcel. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília, UnB, 1981.

NYE Jr., J. *Bound to Lead*. Basic Books, New York. 1990.

_____. *O Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: UNESP 2002.

OLIVEIRA, HENRIQUE *A (1987).* "Política Externa Brasileira e Relações Comerciais Brasil-África*". São Paulo, FFLCH/USP. Tese de Doutoramento.*

PIRES, M. Cordeiro. "As relações entre os países africanos a República Popular da China: novo colonialismo ou uma janela de oportunidade para a saída do atraso?". Disponível em: http://nepheusp.googlepages.com/textos .

REVISTA Carta Capital edição de junho/2008

REVISTA Exame de 24/07/2008

RIBEIRO, CLAUDIO OLIVEIRA *(2007).* "Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006)". São Paulo, *FFLCH/USP.* Tese de Doutoramento.

RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO *(1961). Brasil e África: Outro Horizonte. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.*

SARAIVA, JOSÉ FLÁVIO S. *(1996). O Lugar da África. Brasília, UNB.*

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: JW & sons, 11th. Edition, 1983 (1943).

_____. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

WALLERSTEIN, I. *O Fim do Mundo como o Concebemos: Ciência Social para o Século XXI*. Rio de Janeiro. Revan, 2002.

_____. *O Declínio do Poder Americano: Os Estados Unidos em um Mundo Caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

SOUZA, W. C. L. (UFAL - univeresidade Federal de Alagoas); SOUZA, L. E. S. (UFAL - Universidade Federal de Alagoas).

As presentes notas tem como objetivo realizar um estudo da perspectiva de Giovanni Arrighi sobre o papel da China na atual ordem mundial. Desde estudos datados da década de 1980, Arrighi deu uma crescente importância à Ásia e, posteriormente à China, em seu entendimento da composição do atual Sistema-Mundo. Em sua obra Adam Smith em Pequim, Arrighi aborda por uma última vez o tema, lançando não apenas um exercício de especulação sobre o futuro, mas também respostas e ainda questões em aberto sobre o membro dos BRICs que tem mais chamado a atenção da comunidade internacional nas últimas décadas, despontando como líder econômico e lançando incógnitas sobre outras possibilidades em que sua liderança possa se manifestar. Como recurso de método, centralizou-se a interpretação de trechos de Adam Smith em Pequim, como síntese final do pensamento de Arrighi sobre a China, e como fonte primária.

CAMARGO, A. S. (USP - Universidade de São Paulo);

Com o aprofundamento do processo de globalização baseado no modelo capitalista neoliberal, e de suas perceptíveis contradições a nível sistêmico, novas forças sociais tem atuado nas relações internacionais de modo a resistir às desigualdades inerentes do modelo de desenvolvimento imposto internacionalmente pelos países centrais, que agem por intermédio das organizações internacionais intergovernamentais. Diante disso, os chamados "movimentos sociais antiglobalitários" têm se posicionado contra a hierarquização intrínseca do sistema-mundo, de modo a romper o ciclo de dominação imposto pelo centro à periferia, buscando barrar expansão contínua do sistema. Esses movimentos buscam a democratização das relações sociais no âmbito internacional, de modo a alcançar a igualdade de direitos entre os diferentes povos através da criação de uma nova ligação social de luta entre a escala local e mundial. Desse modo, partindo da perspectiva da Teoria do Sistema-Mundo, almejamos analisar a atuação da sociedade civil no que foi chamado de "A Batalha de Seattle", procurando abordar sua atuação como uma postura de resistência do local ao global.

O comércio internacional e a abordagem dos sistemas-mundo:

um estudo no âmbito das relações Sul-Sul e Norte-Sul entre um conjunto de países atlânticos da África, América do Sul e Europa (1970-2000)

1. Introdução

O presente trabalho buscou analisar a repartição dos ganhos comerciais entre um conjunto específico de países africanos, sul-americanos e europeus, entre os anos de 1970 e 2000. Neste sentido, o estudo está ligado à verificação da capacidade das maiores economias em oferecer aos parceiros menores uma fonte de ganhos graças ao acúmulo de saldos positivos em suas respectivas balanças comerciais. Subsidiariamente, buscou-se classificar os volumes transacionados em distintas categorias de produtos, com vistas a analisar a diversidade dos bens comercializados entre os países. Quanto a este último aspecto, o estudo teve especial interesse em constatar o nível de especialização das exportações africanas destinadas a parceiros extra-continentais. Decidiu-se realizar a investigação proposta por meio de um estudo comparativo entre dois grandes fluxos de trocas projetados a partir do comércio de África com a América do Sul (eixo de comércio *Sul-Sul*[1]) e a Europa (eixo de comércio *Norte-Sul*).

A análise das relações comerciais entre regiões desenvolvidas e em desenvolvimento possui relevância investigativa. Neste tipo de estudo, a qualidade da interação entre os países acaba por ocupar uma posição de destaque. O interesse pela intensificação dos contatos entre distintas economias justifica-se, uma vez que tal processo não tem se restringido à simples justaposição de estruturas materiais. Antes, tem concorrido para a construção de uma rede de relações promotora de uma interdependência crescente em escala supranacional, produzindo riqueza e influenciando o seu processo de repartição. Para analisar este fenômeno, o presente trabalho desenvolver-se-á sob o auxílio interpretativo da abordagem dos *sistemas-mundo*.

Uma série de trabalhos ligados ao tema indica a existência de visões distintas quanto às chamadas cooperações *Norte-Sul* e *Sul-Sul*. Nestes debates, por vezes são apresentados argumentos salientando a existência de um caráter mais cooperativo no âmbito das relações *Sul-Sul* quando comparados aos canais de relação *Norte-Sul*, supostamente marcados por maiores assimetrias decisórias e condicionalidades comerciais (SIMPLÍCIO, 2010). Por outro lado, também se observam críticas no que diz respeito à cooperação *Sul-Sul*, apontando sua incapacidade de ultrapassar a tradicional dinâmica que rege as relações comerciais entre países desenvolvidos e em

[1] A expressão *Sul Global* tem sido utilizada para designar países que, a despeito de suas heterogeneidades, estão localizados em regiões consideradas de baixo ou médio desenvolvimento humano. A expressão não se restringe à delimitação geográfica, antes associando países que comungaram uma herança colonial particular relacionada, em grande parte, às suas respectivas dinâmicas de subdesenvolvimento (SÁ E SILVA, 2010). Como classificação política e sócio-económica, é usada em contraponto ao conjunto de países considerados de alto desenvolvimento humano, chamados genericamente de *Norte*. É neste sentido que tais expressões – *Sul* e *Norte Globais* – são usadas no presente trabalho.

desenvolvimento (DAVIES, 2010). A cooperação *Sul-Sul* também poderia estar "motivada não por caridade, mas por vínculos econômicos e comerciais mútuos, incluindo o acesso a recursos naturais cada vez mais escassos", o que seria passível de contribuir para a formação de um "Sul dentro do Sul" (LADD, 2010, p. 5-6). Neste sentido, o estudo concentrou-se em um período em que a aproximação entre os países em desenvolvimento começa a se tornar mais intensa. Buscou-se, por meio de contribuição pontual, verificar se esta fase de aproximação entre América do Sul e África já indicava uma dinâmica distinta daquela que se observaria entre este último continente e a Europa.

Para além das séries históricas referentes aos fluxos comerciais entre os países, pesquisas documentais (NUNES, 1998; RODRÍGUEZ, 2004; PEREIRA, 2011) têm permitido uma melhor compreensão do ambiente de disputa que envolvia as negociações comerciais do pós-Segunda Grande Guerra. Apesar da existência de regiões com distintos graus de complexidade econômica, aquele período seria marcado por um forte processo de integração do comércio mundial. Esta situação pôs em destaque o fenômeno da hierarquização de atividades produtivas, manifestado por meio da diversidade de *cadeias mercantis*[2] que formariam o histórico comércio em longas distâncias, tão caro à abordagem dos *sistemas-mundo*. Neste sentido, os países localizados às duas margens do Atlântico Sul oferecem uma interessante oportunidade de observação. Eles permitem estudar a dinâmica das relações comerciais de um conjunto de países periféricos africanos em relação a parceiros provenientes das Américas e da Europa. Esse foi o interesse deste breve estudo.

2. Aspectos metodológicos

2.1. O problema da investigação

O *problema da investigação* tomou a forma de uma pergunta. O caráter comparativo do trabalho levou em conta três regiões continentais – África, América do Sul e Europa – nas quais foram selecionados conjuntos de países de destacada importância econômica. Foram eles, para a África: Angola, Nigéria e República da África do Sul (as três maiores economias da costa atlântica africana); para a América do Sul: Argentina e Brasil (tendo em vista que o Uruguai, o terceiro país atlântico do continente, possuía reduzidas relações comerciais com a África); e para a Europa: França, Reino Unido e República Federal da Alemanha-RFA (os principais parceiros comerciais europeus do continente africano, ao longo do período estudado)[3]. Assim, o termo "países

[2] O conceito de *cadeias mercantis* ocupa uma posição de destaque na abordagem dos *sistemas-mundo*. Tais cadeias seriam compostas por uma conexão em escala mundial de diferentes fases produtivas destinadas a oferta de mercadorias, formando eixos que se extenderiam desde as etapas de extração de matérias-primas – feita nas regiões periféricas – até as fases finais de transformação de alto valor agregado – normalmente concluídas nas regiões centrais do sistema. O controle de etapas do processo produtivo possibilitaria a introdução de meios diversos (monopólios setoriais, vantagens de caráter tecnológico ou organizacional, restrições políticas à concorrência, acordos preferenciais, *etc.*) para a absorção do valor gerado em outras fases. Cf. Wallerstein (1984; 1987) e Rojas (2007).

[3] Em 1970, Angola, Nigéria e África do Sul representavam, juntos, 68,37% do PIB da costa atlântica africana (formada pelas regiões ocidental, central e austral do continente), sendo responsáveis por 62,46% das exportações da região. Para o

selecionados" utilizado na pergunta operacional refere-se a estes oito países, organizados em seus respectivos blocos continentais. A pergunta formulada foi:

A repartição dos ganhos comerciais e a respectiva distribuição dos tipos de produtos intercambiados entre os países sul-americanos e africanos selecionados seguiram, ao longo dos anos de 1970 e 2000, a mesma dinâmica verificada nas relações entre os países europeus e africanos selecionados?

Desta maneira, o *problema da investigação* deu atenção a duas variáveis principais: 1) *repartição dos ganhos comerciais*; 2) *tipo de produtos transacionados*.

A *repartição dos ganhos comerciais* visou identificar o caráter da distribuição dos *superávits* entre os países selecionados. Tratou-se de verificar se, nos grupos de países, as maiores economias proporcionaram aos parceiros menores uma fonte de dinamismo no que diz respeito ao saldo comercial. Tal informação pôde ser captada por meio da *balança comercial*, parte referente ao registro do *balanço de pagamentos*[4]. A existência de acordos de cooperação e de preferência comercial entre os países pode estar relacionada aos ganhos advindos de relações econômicas mais próximas (BAUMANN, 2009). Custos de transação mais baixos poderiam estimular o comércio e o investimento, garantindo a exploração de mercados mais amplos. Na celebração de acordos deste tipo, poder-se-ia verificar a presença de uma ou mais economias com potencial significativamente mais expressivo que os demais parceiros. Para Baumann (2009), isto poderia ser positivo. A capacidade de consumo dos parceiros de destaque seria capaz de demandar, em maior volume, as exportações dos demais países, garantindo a produção de *superávits* e disponibilizando recursos para investimentos. A contrapartida seria o benefício de mercados seguros para produtos com maior valor agregado. Por outro lado, as assimetrias produtivas entre os parceiros também poderiam ser prejudiciais nos casos em que as menores economias carecessem de competitividade para exportação. Tais desequilíbrios comerciais, quando repetitivos, seriam fortemente negativos a cooperações de longo prazo (BAUMANN, 2009).

A *tipificação dos produtos transacionados*, por sua vez, possibilitou a verificação da natureza e do grau de diversificação dos produtos comercializados entre os países. Tal informação pôde ser adquirida graças às listas de bens intercambiados, disponíveis por meio do acesso às bases de dados

---

mesmo ano, Argentina e Brasil representavam 59,74% do PIB sul-americano, responsabilizando-se por 38,7% das exportações da região. França, Reino Unido e a RFA representavam 53,15% do PIB das *Economias Desenvolvidas da Europa*, representando 46,07% das exportações do continente. Cf. *UNCTAD's Statistical Database*.

[4] O *balanço de pagamentos* de um país é um resumo contábil das transações econômicas feitas com o resto do mundo, durante determinado intervalo temporal. Para o cômputo da *balança comercial*, considerou-se o registro da balança FOB (*free on board*), em que gastos com fretes e seguros de transportes não estão incluídos nas despesas relativas ao valor das mercadorias (evitando-se assim o registo CIF – *cost, insurance and freight*). O saldo da balança comercial foi obtido por meio da diferença entre os valores monetários a preços correntes das exportações e importações realizadas.

utilizadas no estudo (cujas descrições estão contidas no tópico 2.3 deste trabalho). Sob a perspectiva dos países africanos, tratou-se de identificar de que maneira as relações comerciais com a costa sul-americana e a Europa propiciaram uma maior diversidade na qualidade dos produtos exportados.[5] Acordos como os de *Lomé*[6] salientavam a possibilidade de maior agregação de valor aos produtos africanos por meio de ações e programas de investimentos voltados à modernização produtiva, sem deixar de garantir mercado para as tradicionais vendas de *commodities*. Desta forma, a *tipificação dos produtos transacionados* possibilitou verificar o grau de diversificação da exportação dos países escolhidos e, por consequência, a participação de matérias-primas, produtos acabados e industrializados nas vendas africanas destinadas à Europa. Tal classificação também foi importante para o estudo das relações entre os países africanos e sul-americanos selecionados. Para além de garantir comparabilidade às relações Europa-África, o acompanhamento do comércio entre as duas margens do Atlântico Sul permitiu verificar se as economias em recente processo de industrialização sul-americanas fomentaram relações de trocas mais diversificadas com os parceiros africanos ou se reproduziram dinâmicas de intercâmbio que fortaleciam o papel periférico da África enquanto fornecedora tradicional de alimentos, produtos não-acabados e matérias-primas em geral.

2.2. Hipótese e delimitações operacionais

A hipótese apresentada no presente trabalho possuiu um caráter estritamente orientador. Seu objetivo foi apenas garantir uma direção de estudo tendo em vista o *problema da investigação* e as variáveis consideradas. A hipótese tomou a seguinte forma:

Entre os anos de 1970 e 2000, a repartição dos ganhos comerciais e a distribuição dos tipos de produtos intercambiados entre os países sul-americanos e africanos selecionados seguiram uma dinâmica distinta daquela observada nas relações entre os países europeus e africanos selecionados.

Neste sentido, ter-se-ia observado a seguinte dinâmica:

1º Enunciado: Quanto à repartição dos ganhos comerciais, verificou-se, na relação Europa-África, uma concentração dos superávits entre os países africanos selecionados, enquanto que, na

---

[5] Tradicionalmente, identifica-se a economia africana como herdeira das antigas relações comerciais que envolveram, ao longo da primeira metade do século XX, aquele continente e suas antigas metrópoles. Desta forma, suas economias continuariam especializadas no atendimento às necessidades de matérias-primas das regiões centrais do capitalismo mundial, possuindo limitada capacidade de diversificação produtiva (CHAMBERLAIN, 1997; LÓPEZ, 2001). Tal situação contribuiria para a falta de estímulo à modernização das economias locais, tornando-as dependentes dos ciclos de demanda dos mercados de *commodities*, estabelecidos internacionalmente e de pouco controle por parte dos países fornecedores (FOREMAN-PECK,1995).

[6] A *Convenção de Lomé* constituiu um amplo sistema de cooperação comercial de caráter preferencial e não-recíproco inicialmente celebrado em 1975 entre os então 9 países da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e um conjunto de 46 países recém-independentes da África, do Caribe e da região do Pacífico (designados pela sigla *ACP*). Voltado essencialmente ao comércio e ao fomento de empreendimentos para o desenvolvimento via fundos europeus, a Convenção vigorou, mediante sucessivas renovações quinquenais, até a assinatura do *Acordo de Cotonou*, celebrado em 2000. Para mais detalhes, *cf.* Rodríguez (2004) e Pereira (2011).

relação América do Sul-África, observou-se uma concentração dos superavits entre os países sul-americanos selecionados;

2º Enunciado: Quanto à distribuição dos tipos de produtos intercambiados, verificou-se uma menor participação do setor de alimentos e matérias-primas nas exportações africanas destinadas à costa sul-americana, em comparação às exportações realizadas pelos mesmos países africanos destinadas à Europa.

Primeiramente, conjeturou-se que a capacidade de consumo comparativamente maior das economias europeias contribuiu para a formação de *superávits* em território africano. Em adição, a notável coordenação alcançada nas relações comerciais entre a Europa e a África – graças a acordos baseados em preferências não-recíprocas, como os de *Lomé* – proporcionou melhores condições para a formação de saldos positivos na balança dos países africanos.

Em segundo lugar, ao se conjeturar uma menor participação do setor de alimentos e matérias-primas nas exportações africanas destinadas à costa sul-americana (o que poderia indicar uma pauta com maior presença de bens com algum grau de industrialização), foi suposto que a condição semiperiférica da costa atlântica sul-americana não a permitiu exercer uma relação tão assimétrica – comparativamente ao caso europeu – no âmbito da sofisticação tecnológica dos produtos transacionados.

Por questões operacionais, decidiu-se analisar as variáveis mencionadas com base em intervalos de tempo anuais, entre as datas de 1970 e 2000. A organização dos fluxos comerciais foi feita tendo em vista valores monetários em dólares americanos a preços correntes. O caráter restrito da pesquisa também exigiu uma redução do extenso número de dados relativamente às trocas entre os países. Por consequência, para a análise da repartição dos ganhos comerciais, agregou-se o comércio dos três países africanos, assim como dos três países europeus. Ao longo da compilação das fontes quantitativas para os países americanos, verificou-se uma limitação quanto aos dados disponíveis para o comércio entre as margens do Atlântico Sul[7]. Assim, decidiu-se por considerar, para a sua apresentação gráfica, apenas as relações do Brasil com respeito aos três países africanos agregados. A "concentração dos *superávits*" em relação ao parceiro comercial foi considerada quando se verificou a incidência de saldos positivos em ao menos mais da metade dos anos apurados para cada grupo ou par de países.

[7] Para o período de estudo, a base de dados não forneceu informações completas quanto à exportação de Angola e Nigéria em direção ao Brasil e à Argentina. Para o Brasil, o falta de dados restringiu-se a Angola, com a ausência de registro de apenas 4 anos de exportações. Com relação à Argentina, porém, o hiato somou 22 anos acumulados, para Angola, e 5 anos acumulados, para a Nigéria. Quaisquer conclusões relativamente ao comércio entre Argentina e Angola estariam fortemente limitadas. Por consequência, optou-se por retirar o país platino da análise gráfica agregada, tendo em vista que seu comércio representou (no universo dos dados consultados) pouco mais de 9,5% do total transacionado entre os países selecionados nas duas costas do Atlântico Sul. Para maiores detalhes quanto às limitações das fontes utilizadas, consultar o tópico 2.3. do presente trabalho.

Os limites deste trabalho também exigiram uma solução operacional para a tipificação dos produtos transacionados. Decidiu-se por restringir tal análise ao conjunto das trocas feitas a cada quinquênio entre os países africanos selecionados e as principais economias individuais da América do Sul (Brasil) e da Europa (RFA)[8]. A base de dados consultada permite a análise ampla de trocas comerciais em 10 seções de produtos que, por sua vez, subdividem-se em 1.312 partidas básicas usadas para identificar mercadorias segundo níveis de elaboração. A análise da "participação do setor de alimentos e matérias-primas" nas exportações africanas foi feita por meio da agregação das mercadorias contidas nas 10 seções de produtos em duas grandes categorias funcionais: 1- *Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados*; e 2- *Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos*. Consideraram-se como anos de "menor participação do setor de alimentos e matérias-primas*"* aqueles em que tal categoria detivesse uma presença em proporção inferior a 50% do total do volume monetário transacionado pelo país.

2.3. As bases de dados da pesquisa

As principais variáveis consideradas tiveram como fonte de pesquisa a *United Nations Commodity Trade Statistics Database (UN Comtrade).* Trata-se de uma base eletrônica que disponibiliza o acesso aos dados produzidos no âmbito da *Seção de Estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias* (*International Merchandise Trade Statistics Section – IMTTS*), unidade de investigação pertencente à *Divisão de Estatísticas das Nações Unidas* (*United Nations Statistics Division* – UNSD). A IMTTS é responsável pelo desenvolvimento e manutenção das metodologias de pesquisa relativamente ao estudo das *Estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias* (IMTT), que obedecem à *Classificação Padrão para o Comércio Internacional* (*Standard International Trade Classification* – SITC[9]).

A *UN Comtrade* contém estatísticas detalhadas quanto a importações e exportações de mercadorias reportadas pelas autoridades estatísticas de mais de 170 países e regiões (desconsiderando bens em condição de trânsito, ouro monetário e moedas de curso legal). Seu tratamento é feito por meio de séries históricas anuais, iniciadas a partir de 1962 e se estendendo a

---

[8] Tais economias detinham, para seus respectivos conjuntos continentais, participações expressivas no volume de comércio com os países africanos selecionados: o Brasil foi responsável (no universo dos dados consultados) por cerca de 90,5% do valor monetário exportado aos três parceiros africanos em destaque, enquanto que o comércio alemão representou 42,28% do valor monetário exportado para os mesmos países, entre os três Estados europeus selecionados. Cf. *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

[9] A SITC é a classificação de produtos comerciais mais difundida internacionalmente para o estudo do comércio exterior (CEPAL, 2004), agrupando as mercadorias em distintas categorias. Seu tratamento permite tomar conhecimento da ampla variedade de bens transacionados, identificados como produtos alimentícios, matérias-primas, produtos químicos e minerais, maquinaria, materiais de transporte, *etc.*, também possibilitando, dentro dos subgrupos, distinguir graus de elaboração e de origem industrial. Tendo sua primeira versão elaborada em 1950 pela *Comissão de Estatística da Secretaria das Nações Unidas*, a SITC encontra-se hoje em sua 4ª revisão, passível de correspondência com relação às suas versões anteriores. (NACIONES UNIDAS, 2008).

2011. As informações enviadas pelas autoridades nacionais são recebidas pela UNSD, que as compila e padroniza respeitando os regramentos da SITC.

Para o presente estudo, foram consideradas as padronizações relativas à primeira revisão da SITC (*SITC Rev. 1*), ocorrida em 1963 e que dispõe da mais ampla base de dados em relação aos países e período selecionados[10]. Os valores das mercadorias são convertidos das moedas nacionais para dólares americanos utilizando-se as taxas de câmbio fornecidas pelos países ou por meio de taxas mensais nos mercados cambiais, levando-se em conta o volume de comércio. As quantidades, quando informadas – e havendo a possibilidade –, são convertidas em unidades métricas. O acesso às informações da *UN Comtrade* pode ser feito por meio de sua página eletrônica, de modo gratuito ou através de inscrição mediante o pagamento de taxas[11]. A página eletrônica disponibiliza dados sob a forma de tabelas de contingência que relacionam países aos produtos ou fluxos comerciais selecionados (importações e exportações de mercadorias, agregadas ou discriminadas por categorias). Esta foi a base de dados considerada para a verificação da *repartição dos ganhos comerciais* entre os países selecionados. A tipificação dos produtos transacionados foi feita por meio da agregação das 10 seções da *SITC Rev. 1* a duas grandes categorias funcionais, obedecendo ao seguinte padrão: 1- *Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados (seções 0, 1, 2, 3 e 4);* e 2- *Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos (seções 5, 6, 7, 8 e 9).*

Por depender da informação voluntariamente disponibilizada pelos países, a base de dados possui limitações. Nem todos os países reportam anualmente as suas estatísticas comerciais a UNSD. Por critérios de confidencialidade, os detalhamentos relativos ao comércio total entre parceiros também podem ser omitidos pelas autoridades estatísticas governamentais. Por consequência, para alguns casos, os valores reportados podem não representar a integridade do comércio realizado por um país ou conjunto de países. Em adição, o processo de conversão cambial, a atualização das informações para classificações mais recentes e os descontos dos custos CIF podem gerar pequenas variações – para cima ou para baixo – quanto ao valor monetário total informado e o somatório das vendas por seção[12]. Para evitar maiores variações quanto aos valores registrados, decidiu-se

---

[10] A *SITC Rev. 1* possui um sistema de classificação com base em dígitos que representam 10 grandes seções de mercadorias: 0 – Produtos alimentícios e animais vivos; 1 – Bebidas e tabaco; 2 – Materiais crus não-comestíveis, exceto combustíveis; 3 – Combustíveis, lubrificantes minerais e produtos conexos; 4 – Óleos e gorduras de origem animal e vegetal; 5 – Produtos químicos; 6 – Artigos manufaturados classificados principalmente segundo o material; 7 – Maquinaria e equipamentos de transporte; 8 – Artigos manufaturados diversos; e 9 – Mercadorias e transações não-classificadas. Tais seções desdobram-se em sub-classificações de maior especificidade, segundo o número de dígitos, sendo 60 capítulos (00), 177 grupos (000), 625 sub-grupos (0000), e 1.312 partidas (00000).

[11] A base de dados da *UN Comtrade* disponibiliza o acesso gratuito de até 1.000 registos por consulta através de sua página eletrônica. Para o acesso a um número superior de registros, bem como a microdados e aos serviços de assistência técnica especializada, é necessário o pagamento de uma assinatura anual, de taxas variáveis em relação às condições de acesso.

[12] A *UN Comtrade* não possui estimativas para o percentual de registros sujeitos a tais variações no âmbito do universo total das informações compiladas. Porém, para o conjunto do comércio analisado pelo presente trabalho, a porcentagem de variação entre o valor monetário total e o somatório das vendas por seção foi da ordem de 0,075%.

considerar os dados de exportação e importação reportados pelas autoridades estatísticas europeias e sul-americanas em relação ao comércio com a África[13].

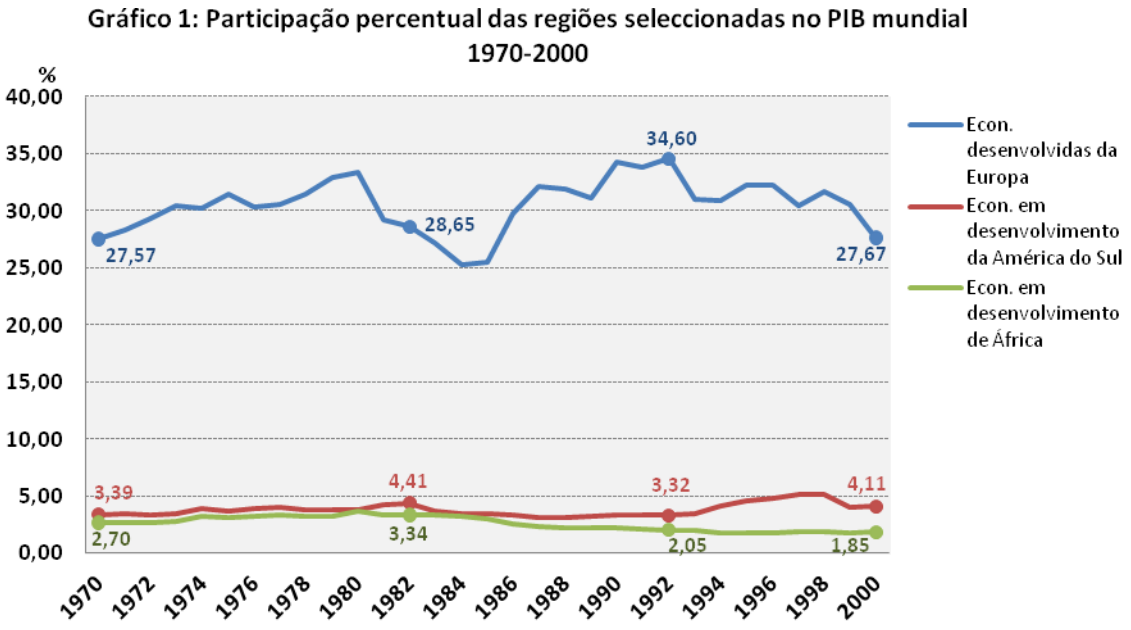
Por fim, cabe destacar que informações gerais quanto ao conjunto das transformações econômicas do período estudado foram consultadas por meio de outra base de dados eletrônica: a *UNCTAD's Statistical Database*. Por meio desta base de informações, a UNCTAD compila, processa e valida dados coletados de fontes nacionais e internacionais referentes a relações comerciais, volumes de investimentos realizados, fluxos financeiros internacionais e demais indicadores relativos ao desenvolvimento regional (tais como PIB agregado e *per capita*, taxas de nações mais favorecidas, movimentos migratórios, transporte marítimo de mercadorias, *etc.*). Tais informações estão disponíveis para diferentes recortes temporais, no âmbito de margens históricas que se estendem entre 1948 e 2011. As informações recebidas pela *UNCTADStat* também são compiladas e harmonizadas em uma plataforma comum por meio de séries históricas anuais, por país ou conjunto de países. Tais informações são atualizadas periodicamente e estão disponíveis de modo gratuito por meio da página eletrônica da *UNCTADStat*.

3. Resultados

3.1. Breve exposição introdutória: as regiões selecionadas e suas relações com algumas variáveis referentes à economia mundial

Os períodos de expansão e de retração da economia mundial vividos ao longo da segunda metade do século XX foram sentidos tanto nas regiões centrais quanto nas zonas periféricas do sistema capitalista (PEREIRA, 2011). Seus impactos, no entanto, não provocaram grandes modificações na hierarquia econômica das regiões estudadas. O acompanhamento de determinadas variáveis possibilitou uma melhor percepção das diferenças entre as economias da África, da América do Sul e da Europa ao longo dos anos entre 1970 e 2000. O exame da participação destas regiões no PIB mundial permitiu verificar não apenas uma clara diferenciação da importância de seus países na composição da riqueza global, como também uma forte estabilidade do peso econômico de cada um de seus blocos continentais, ao longo dos 31 anos abarcados pelo estudo.

[13] A *UN Comtrade* permite a análise das trocas comerciais a partir da posição de quaisquer dos países registrados. Porém, os dados reportados pelos países africanos selecionados possuem grandes interrupções, o que não permitiria um estudo com o intervalo temporal ora definido.



Fonte: *UNCTAD's Statistical Database* (2011)

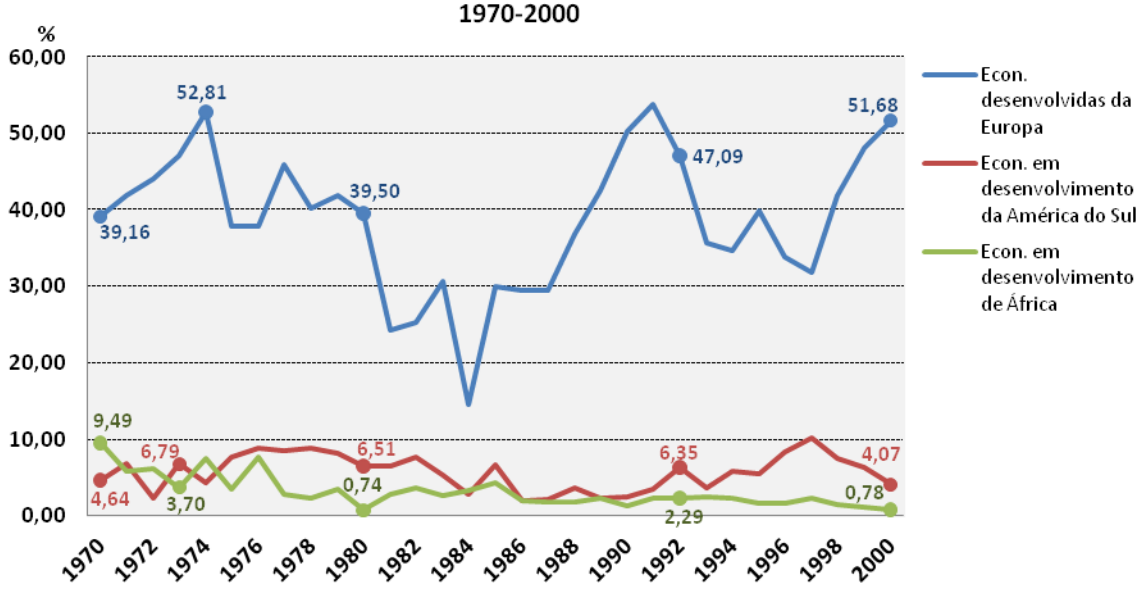
A participação das *Economias Desenvolvidas da Europa*[14] na composição do PIB mundial foi crescente entre 1970 e 1980, quando, neste último ano, representou cerca de 33,41% do produto mundial. Logo após esta data, tais economias diminuiram sua participação, chegando a uma proporção mínima de 25,35% do produto, em 1984. Os anos posteriores experimentaram etapas de recuperação e de retração, nunca ultrapassando as margens entre 25% e 35%. Por fim, tais economias terminaram o período com praticamente o mesmo índice de contribuição ao PIB mundial verificado no princípio do intervalo. As *Economias em Desenvolvimento da África* e da *América do Sul* cumpriram dinâmicas mais estáveis. Com um peso muito pequeno em relação ao total mundial, a América do Sul deteve participações que experimentaram variações entre pouco mais de 3% e 5%, enquanto que a África, após 1980, passaria por redução de sua participação no PIB mundial, terminando o período com uma presença de 1,85% no produto total.

Ao analisar o processo de acumulação contemporânea, Wallerstein (1987) apontaria a aparente assimetria na distribuição do produto como um fenômeno esperado na esfera do sistema mundial moderno. A permanência, no âmbito das economias de maior destaque, de setores produtivos com altos níveis de qualificação e capitalização tenderia a automanutenção, uma vez que a economia-mundo recompensaria essencialmente o capital acumulado. Tal processo seria alimentado pelas

[14] A *UNCTAD's Statistical Database* divide os países em três conjuntos básicos de economias, por continente: *Economias Desenvolvidas*, *Economias em Desenvolvimento* e *Economias em Transição*. O conjunto das *economias desenvolvidas da Europa* é formado por Andorra, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, República Checa, pela (antiga) Checoslováquia, Dinamarca, Estônia, Ilhas Faroé, Finlândia, França, (antiga) Alemanha Oriental-RDA, (antiga) Alemanha Ocidental-RFA, Gibraltar, Grécia, Santa Sé, Hungria, Islândia, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, San Marino, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia e Reino Unido. Os conjuntos das *Economias em Desenvolvimento da África* e da *América do Sul* são compostos pela totalidade dos países de cada um dos respectivos continentes.

forças de mercado, que contribuiriam para a manutenção das relações centro-periferia através das distintas cadeias mercantis, por períodos de tempo relativamente longos. Este aparente desequilíbrio na distribuição do produto também se refletiria na dinâmica da circulação de capitais, concentrados nas zonas centrais do sistema. A participação das regiões continentais selecionadas no fluxo mundial de *investimentos estrangeiros diretos* (IED) recebidos entre 1970 e 2000 também apontou para esta tendência.

Gráfico 2: Participação percentual das regiões continentais seleccionadas no fluxo mundial de Investimentos Estrangeiros Directos (IED) recebidos 1970-2000



Fonte: *UNCTAD's Statistical Database* (2011)

Os IED referem-se a inversões de caráter permanente de um investidor estrangeiro em empresas e/ou empreendimentos que operem fora do seu país de origem. Assim, os IED incluem os fluxos de capitais de não-residentes (ou de matrizes empresariais) aplicados no país e referentes à aquisição, subscrição e ao aumento do capital social de empresas de residentes (ou de filiais empresariais), além dos empréstimos concedidos pelas empresas matrizes às suas filiais instaladas em diferentes países[15].

As *Economias Desenvolvidas da Europa*, a despeito das notáveis flutuações na recepção de IED – e de uma forte diminuição de sua participação ao longo da década de 1980 –, terminariam o período como um destino apreciado para investidores externos. A África, por sua vez, após experimentar uma participação relativamente importante na recepção de IED em princípios da década de 1970 – provável reflexo da fase de expansão econômica pela qual viveu no decênio anterior –, sofreria uma paulatina queda de tendência entre os anos de 1980 e 2000, terminando o período com a

[15] A UNCTAD somente considera como IED aquelas inversões capazes de conferir ao investidor (matriz) certo grau de controle sobre o empreendimento (filial). Tal controle é indicado pela propriedade de, pelo menos, 10% das ações ordinárias (com direito a voto) em empresas de capital aberto, ou pela posse de ao menos 10% do capital de empresas limitadas.

recepção de apenas 0,78% dos IED mundiais. A América do Sul aumentaria a sua participação quanto ao recebimento de IED em meados da década de 1970. Todavia, tal dinâmica não suportaria a recessão e o impacto causados pela crise da dívida dos anos de 1980, fazendo com que o continente recuperasse parcialmente a sua participação nos fluxos de investimentos mundiais somente em meados da década de 1990.

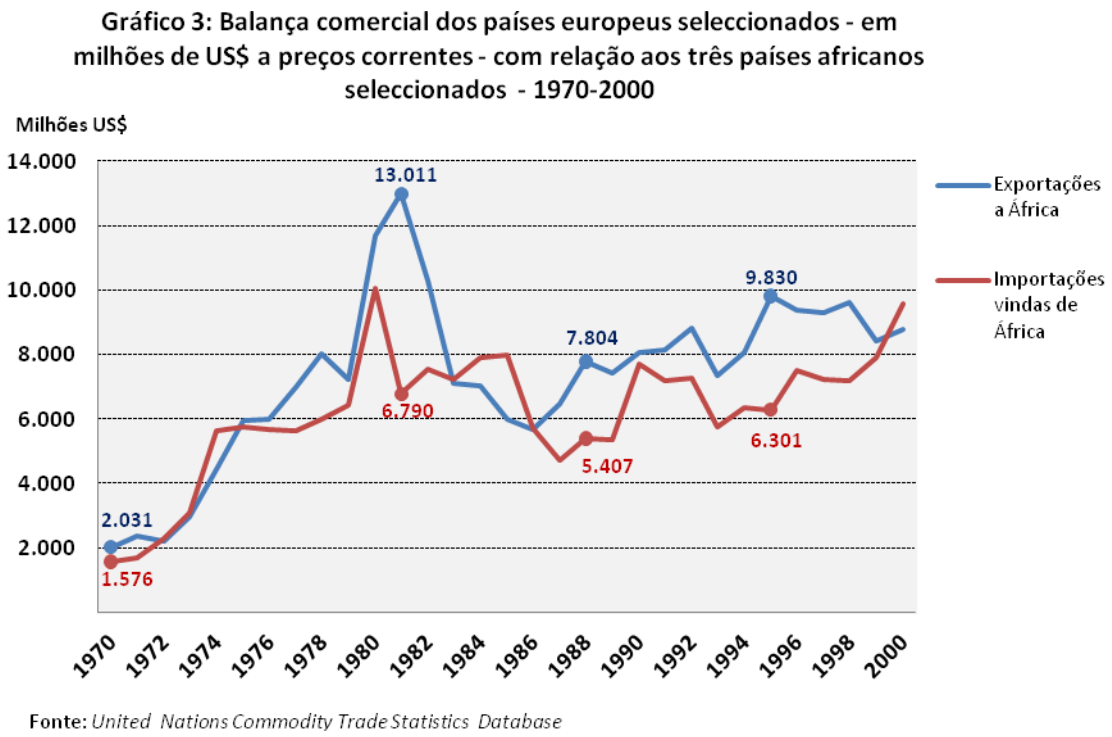
Ao longo do período estudado, dinâmicas mais amplas da economia mundial afetaram os padrões de produção e de investimento nas regiões selecionadas – como salientam as flutuações em relação às variáveis analisadas –, porém não foram capazes de provocar alterações substanciais na hierarquização de suas economias continentais. Antes, elas apontam para a distinção dos níveis de desenvolvimento e de sofisticação de suas estruturas produtivas, o que, por sua vez, afetaria os padrões de comércio entre seus países.

3.2. Análise do comércio entre os países selecionados

A análise do comércio entre os países selecionados buscou constatar os dois enunciados contidos na hipótese de investigação, tal como se segue:

1º Enunciado: Quanto à repartição dos ganhos comerciais, verificou-se, na relação Europa-África, uma concentração dos superávits entre os países africanos selecionados, enquanto que, na relação América do Sul-África, observou-se uma concentração dos superávits entre os países sul-americanos selecionados;

As fontes consultadas indicaram que, para o período entre 1970 e 2000, as relações de trocas entre os países selecionados da Europa e da África favoreceram à acumulação dos ganhos comerciais entre os países europeus. Foram verificados *superávits* no saldo comercial dos países africanos com relação aos países europeus em apenas 8 anos, 25,81% do total dos 31 anos abarcados pelo estudo. Tais *superávits* concentraram-se em três períodos distintos (1972-1974, 1983-1986 e em 2000), compondo um valor acumulado da ordem de US$ 5,19 bilhões a preços correntes. Tal evolução pode ser acompanhada por meio do *Gráfico 3*.



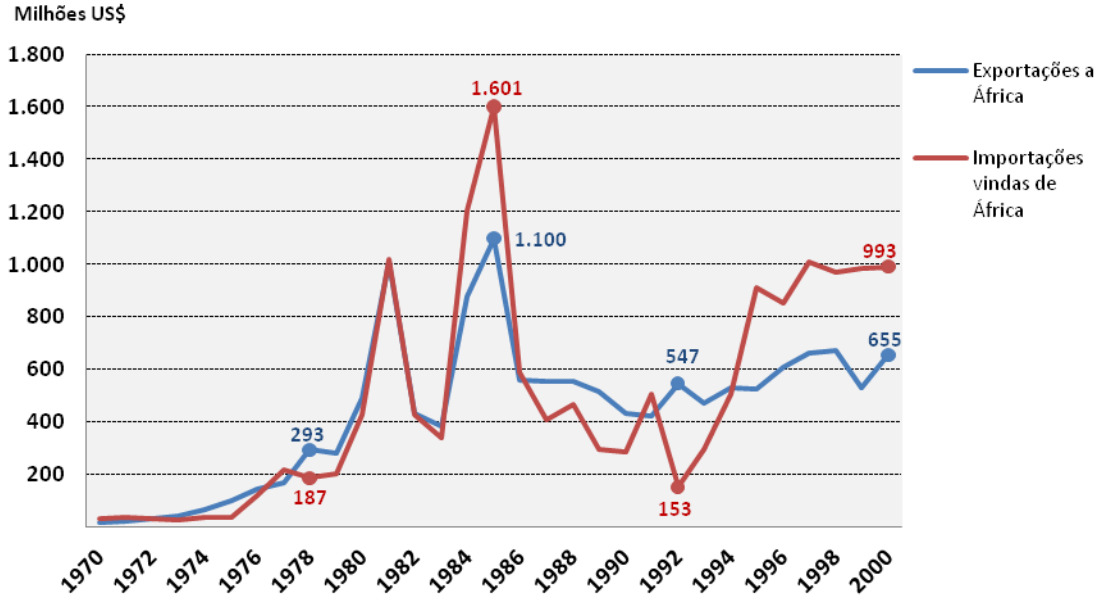
Em sua relação com os países da África, os países europeus selecionados detiveram ganhos significativos ao longo de 23 anos, representando um valor acumulado de US$ 39,21 bilhões a preços correntes. Tais *superávits* atingiram o seu pico no ano de 1981, após o que experimentaram uma trajetória descendente até 1986. Depois deste ano, as vantagens no comércio com os países da África se mantiveram até 1999. Porém, a análise agregada das relações comerciais entre os países da África e Europa esconde dinâmicas particulares que também merecem atenção. Para a maior dentre as economias europeias selecionadas (a RFA), as trocas comerciais mostraram-se mais equilibradas para Angola e Nigéria. Angola deteria 14 anos de *superávits* acumulados com a RFA, representando 45,16% dos anos abarcados (sem, por consequência, apresentar saldos positivos em mais da metade do período considerado). A Nigéria teria uma relação especialmente positiva com a RFA, experimentando 25 anos (80,64%) de *superávits* com o país. A África do Sul, no entanto, não provou saldos comerciais positivos no comércio com a RFA ao longo dos 31 anos considerados.

Foram verificadas situações mistas relativamente aos demais países europeus selecionados. O Reino Unido deteve ganhos comerciais acumulados com relação a todos os países africanos sob estudo. Assim, Angola deteria 9 anos (29,03%) de *superávits* comerciais com aquele país; a Nigéria, apenas 4 anos (12,9%); e a África do Sul, 10 anos (32,26%). Com a França, apenas a Nigéria experimentaria fortes ganhos na balança comercial, com 29 anos de *superávits* (93,55%), enquanto que Angola (7 anos, 22,58%) e África do Sul (12 anos, 38,71%) apresentariam uma situação de *déficit* acumulado no período entre 1970 e 2000. Assim, entre os países africanos – e considerando o caráter operacional da hipótese proposta –, apenas a Nigéria experimentaria, com relação à RFA e à França, saldos comerciais positivos em ao menos mais da metade dos anos apurados pelo estudo.

Como tal situação tampouco pôde ser constatada na relação agregada entre os dois conjuntos de países, o enunciado da hipótese não pôde ser corroborado.

Em suas relações com o Brasil – no âmbito dos dados consultados –, os países africanos apresentaram, de modo agregado, 15 anos (48,39% do total de anos abarcados) de saldos comerciais positivos. Estes *superávits* foram verificados em variados intervalos temporais (1970-1972, 1977, 1981, 1984-1986, 1991, 1995-2000), compondo um valor acumulado de US$ 3,1 bilhões a preços correntes. Tais flutuações podem ser vistas por meio do *Gráfico 4*.

Gráfico 4: Balança comercial do Brasil - em milhões de US$ a preços correntes - com relação aos três países africanos seleccionados 1970-2000



Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*

Em suas trocas com os países atlânticos da África, o Brasil deteve ganhos da ordem de US$ 1,62 bilhão a preços correntes, acumulados em 16 anos de *superávits* comerciais (portanto, em mais da metade do período estudado). Esta informação, porém, aponta para um aspecto importante da dinâmica de trocas entre os países do Atlântico Sul. A despeito de um maior número de anos com balanças comerciais positivas relativamente aos países africanos, o Brasil teria um *déficit* de US$ 1,48 bilhão a preços correntes no acumulado do período investigado. Tal situação deveu-se em parte ao fato do país sul-americano ter experimentado volumes de importação muito elevados em seus anos de *déficit* comercial, especialmente entre os períodos de 1984-1985 e 1995-2000. Tratava-se de importações compostas principalmente por combustíveis fósseis e seus derivados, vindos da Nigéria. Assim, em 1984 e 1985, as compras de petróleo cru nigeriano representariam, respectivamente, 84,57% (US$ 1,02 bilhão) e 88,8% (US$ 1,4 bilhão) do total das importações brasileiras vindas dos três países da África. Em 1995, a Nigéria seria responsável por cerca de 57% das compras do Brasil provenientes dos parceiros africanos ora analisados, fornecendo combustível automotor e demais

óleos leves, enquanto que, no ano de 2000, venderia o equivalente a 73,42% das exportações totais do grupo ao mercado brasileiro, por meio do envio de petróleo cru e gás natural ao país.

Uma análise exclusivamente centrada na verificação dos *déficits*/*superávits* anuais, apesar de fornecer uma visão geral do caráter das trocas, não seria capaz de verificar detalhes importantes para o entendimento da relação entre os países estudados. Por consequência, optou-se por sintetizar as transações gerais entre os países por meio de uma tabela que informasse não apenas o número de anos favoráveis ao comércio atlântico, mas também os saldos monetários acumulados provenientes do contato entre as economias estudadas:

Tabela 1: Incidência de *superávits* comerciais anuais dos Estados africanos frente a parceiros extracontinentais (e seus respectivos saldos monetários acumulados a preços correntes) 1970-2000

	Angola		Nigéria		África do Sul	
Países não-africanos	***Superavits*/Total de anos**	**Saldo monetário acumulado (US$ correntes)**	***Superavits*/Total de anos**	**Saldo monetário acumulado (US$ correntes)**	***Superavits*/Total de anos**	**Saldo monetário acumulado (US$ correntes)**
Reino Unido	9/31 (29,03%)	**-142.550.752**	4/31 (12,90%)	**-20.159.360.984**	10/31 (32,26%)	**-7.079.695.840**
RFA	14/31 (45,16%)	521.031.596	25/31 (80,64%)	14.259.863.896	0/31 (0)	**-32.273.061.776**
França	7/31 (22,58%)	**-400.290.197**	29/31 (93,55%)	12.693.433.081	12/31 (38,71%)	**-1.437.001.810**
Brasil	12/31 (38,71%)	**-397.249.532**	16/31 (51,61%)	2.159.488.220	11/31 (35,48%)	**-284.167.386**
Argentina	5/31 (16,13%)	**-299.698.479**	8/31 (25,81%)	45.130.888	13/31 (41,93%)	**-1.519.522.456**

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

Percebe-se que os *superávits* africanos acumulados, quando verificados, tenderam a ser notadamente maiores nas relações com os países europeus, em detrimento do comércio realizado com a costa sul-americana. Isto se deveu, claramente, ao tamanho das economias europeias e ao volume de seu comércio, que não podia ser equiparado pelas zonas semiperiféricas do Atlântico Sul. De qualquer modo, em linhas gerais, verificou-se que os ganhos comerciais agregados experimentados pelas economias africanas deveram muito ao comércio nigeriano, quase que exclusivamente voltado ao fornecimento de combustíveis fósseis e seus derivados aos países sul-americanos e europeus. Na diversidade das trocas bilaterais observadas na *Tabela 1*, dos 5 saldos monetários acumulados positivos da África, 4 pertenciam à Nigéria. Em adição, deve-se ressaltar que as situações de *superávit* para quaisquer dos países africanos indicados na tabela representaram apenas 1/3 do total observado (dada a apresentação de 15 blocos de saldos monetários acumulados por meio da *Tabela 1*).

Assim, o primeiro enunciado da hipótese não pôde ser corroborado. O comércio com os países europeus não proporcionou aos países africanos selecionados saldos positivos em ao menos mais da metade dos anos apurados. Por outro lado, quanto à relação africana com a costa atlântica da América

do Sul, ainda que se tenha verificado uma concentração dos *superávits* na balança brasileira (em uma estreita relação de 16/31), salienta-se o caráter limitado da constatação graças à ausência de dados que permitissem uma melhor análise do comércio argentino. De qualquer modo, os dados disponíveis mostraram uma pequena vantagem nigeriana no comércio com o país platino, ainda que faltassem informações relativamente a 5 cinco anos de possíveis vendas da Nigéria à Argentina. Com respeito à África do Sul – país africano com o qual a Argentina deteve as mais fortes relações comerciais ao longo do período estudado –, a economia argentina mostrou-se superavitária, conforme o esperado. Infelizmente, não foi possível tecer conclusões no âmbito da relação Angola-Argentina, graças à pouca disponibilidade de dados para tanto.

2º Enunciado: Quanto à distribuição dos tipos de produtos intercambiados, verificou-se uma menor participação do setor de alimentos e matérias-primas nas exportações africanas destinadas à costa sul-americana, em comparação às exportações realizadas pelos mesmos países africanos destinadas à Europa.

Durante o processo de compilação dos dados, percebeu-se uma clara diferenciação do padrão de compra e venda sul-africanos comparativamente aos demais países africanos selecionados. Tal situação deveu-se ao estágio relativamente avançado de industrialização da República da África do Sul ao longo do período estudado. Assim, decidiu-se analisar o comércio dos países africanos agregando apenas os volumes transacionados por Angola e Nigéria, mantendo-se o exame do comércio sul-africano por meio de tabelas independentes.

Mais uma vez, a análise das séries históricas não permitiu a corroboração do enunciado da hipótese. No comércio dos países selecionados da África com as principais economias sul-americana e europeia, verificaram-se distribuições muito semelhantes quanto à participação das duas grandes categorias de produtos consideradas. Foi observada, inclusive – ainda que de modo residual –, uma maior participação do setor de alimentos e matérias-primas nas exportações angolanas e nigerianas destinadas ao Brasil, comparativamente ao caso alemão. A exceção caberia ao ano de 1975 – de reduzidas exportações angolanas e nigerianas ao Brasil, totalizando US$ 7,71 milhões –, em que o país sul-americano importaria de Angola em torno de US$ 5,2 milhões em utensílios de cobre, alumínio e zinco, têxteis e aparelhos para circuitos elétricos. De qualquer modo, a experiência de 1975 não se repetiria, fazendo com que as vendas nigerianas e angolanas para o mercado brasileiro voltassem a se concentrar na categoria de alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados nos intervalos posteriores.

Tal situação pode ser melhor observada por meio da *Tabela 2*:

Tabela 2: Distribuição percentual - em duas grandes categorias de produtos - das *exportações* agregadas de Angola e Nigéria em direção aos países selecionados 1970-2000

Ano[2]	Rep. Fed. da Alemanha[1]		Brasil	
	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos
1970/71	98,79	1,21	99,99	0,01
1975	99,25	0,75	1,66	98,34
1980	99,77	0,23	100,00	0,00
1985	99,62	0,38	99,99	0,01
1990	99,12	0,88	99,87	0,13
1995	98,97	1,03	99,97	0,03
2000	98,46	1,54	99,67	0,33

Chamadas: 1- a partir de 1995, consideram-se as exportações destinadas à Alemanha Unificada;
2- Para as relações entre Brasil e Angola, considerou-se o ano de 1971 em lugar do ano de 1970 (mantido para as relações entre RFA e Angola).

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

As vendas de Angola e Nigéria para o Brasil focaram-se no setor de combustíveis, com alguma presença de minérios e produtos vegetais não-alimentícios. Quanto ao setor de combustíveis, para ambos os países africanos, as vendas concentraram-se quase que exclusivamente em seu produto mais básico, o petróleo cru. Para a Nigéria, o cru representou, em 1970 e entre 1980-2000, de 94% a 99,9% das exportações ao Brasil. Em 1995 e 2000, o petróleo cru seria parcialmente substituído por combustíveis automores, óleos leves e gás natural. Para o caso angolano, as exportações de combustíveis fósseis seriam registradas somente após 1980. Após aquele ano, o petróleo cru também seria o principal produto de exportação ao mercado brasileiro, sendo progressivamente incrementado pelas vendas de gás natural (que representou mais de 99% das vendas totais de Angola ao Brasil, em 2000).

As exportações de Angola e Nigéria para a RFA também foram caracterizadas por importante participação do setor de combustíveis. Em 1970, 85% das vendas nigerianas à RFA foram compostas de petróleo (cru ou parcialmente refinado), registrando-se pequena participação de sementes oleaginosas (8% do total exportado). Entre 1975 e 2000, porém, o petróleo cru representaria de 91% a 98% das vendas da Nigéria à RFA. Angola, por sua vez, teria uma pauta de comércio mais diversificada. Em 1970, 75% de suas vendas à RFA seriam oriundas do setor de minério, notadamente de ferro. Em 1975, suas exportações estariam essencialmente distribuídas entre petróleo cru e refinado (29%), materiais crus não-combustíveis (31%) e utensílios diversos de cobre (10%). Em 1980, cerca de 73% de suas vendas ao mercado alemão ocidental foram de café, verde ou torrado. A partir de 1985, as exportações concentrar-se-iam no setor de combustíveis fósseis e lubrificantes (para 1985, essencialmente de óleos combustíveis; entre 1990 e 2000, petróleo cru).

Desta forma, ainda que de maneira residual, o comércio de Angola e Nigéria com a RFA mostrou-se mais diversificado que aquele praticado com o Brasil. Verificou-se uma maior participação de seções de produtos não ligados ao setor de combustíveis fósseis, ainda que com reduzida presença do comércio de bens acabados. A relação de vendas dos países africanos com o mercado brasileiro tendeu a ofertar produtos específicos, constituindo uma dinâmica comercial menos sofisticada (observando-se a ausência, por longos períodos, de qualquer venda oriunda da categoria de bens acabados e maquinaria). Todavia, a observação do fluxo de mercadorias em direção contrária – das *importações* de Angola e Nigéria vindas do Brasil e da RFA – mostrariam uma dinâmica distinta.

Tabela 3: Distribuição percentual - em duas grandes categorias de produtos - das *importações* agregadas de Angola e Nigéria vindas dos países selecionados

1970-2000

Ano[2]	Rep. Fed. da Alemanha[1]		Brasil	
	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos
1970/71	2,88	97,12	7,27	92,73
1975	8,75	91,25	7,13	92,87
1980	13,58	86,42	17,70	82,30
1985	8,16	91,84	67,45	32,55
1990	6,14	93,86	37,36	62,64
1995	5,90	94,10	60,58	39,42
2000	5,83	94,17	52,16	47,84

Chamadas: 1- a partir de 1995, consideram-se as importações vindas da Alemanha Unificada;
2- Para as relações entre Brasil e Angola, considerou-se o ano de 1971 em lugar do ano de 1970 (mantido para as relações entre RFA e Angola).

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

No período de 1970-1980, a Nigéria importaria do Brasil principalmente artigos industrializados do setor têxtil, metalúrgico e automotivo. Em 1975, cerca de 71% das importações nigerianas vindas do mercado brasileiro seriam compostas por maquinarias e equipamentos de transporte, com destaque para compras de veículos de passeio e ônibus. A partir de 1985, a participação do setor automotivo seria paulatinamente reduzida, com o maior destaque para as compras de gêneros alimentícios. Como resultado deste processo, no ano de 2000, cerca de 46% das importações totais da Nigéria vindas do Brasil seriam formadas pela compra de açúcar, em detrimento da obtenção de veículos de passeio, ônibus e caminhões (que representariam, naquele ano, cerca de 24% das importações totais). Verificar-se-ia situação semelhante para Angola. Se, ao longo da década de 1980, as importações angoladas vindas do Brasil concentravam-se na compra de caminhões, tratores e implementos agrícolas, a partir da década de 1990 daria prioridade à obtenção de carnes, artigos hortifrutícolas e laticínios, ocupando a seção de maquinaria e equipamentos de

transporte a segunda posição nas vendas brasileiras a Angola, nos anos de 1995 e 2000 (representando cerca de 20% e 26% das vendas totais, respectivamente).

As importações de Angola e Nigéria vindas da RFA, por sua vez, apresentariam maiores diversidade e estabilidade quanto à categoria dos bens fornecidos. Assim, a economia alemã venderia aos parceiros africanos produtos provenientes de praticamente todas as seções discriminadas. A maior parte das vendas, porém, estaria concentrada em três seções principais, tanto para o caso angolano quanto para o nigeriano: *produtos químicos*, *artigos manufaturados classificados segundo o material* e, principalmente, *maquinaria e equipamentos de transportes*. Entre 1970 e 2000, os bens provenientes destas três seções representariam entre 92% e 71% das vendas totais alemãs para a Nigéria (incluindo produtos tais como veículos de passeio, caminhões, fertilizantes sintéticos, químicos derivados do petróleo, fármacos, eletrônicos diversos e artigos industriais de ferro e aço). Quanto a Angola, a situação seria muito parecida, tendo este país africano prioritariamente importado da RFA bens provenientes das três seções de manufaturados já mencionadas. De qualquer forma, nos anos de 1995 e 2000, Angola também importaria volumes consideráveis de açúcar, cereais e laticínios alemães, compondo a seção de produtos alimentícios 18% e 7%, respectivamente, do total importado do país europeu.

A dinâmica de exportações da África do Sul com destino ao Brasil e à RFA mostrou-se claramente distinta daquela observada para Angola e Nigéria.

Tabela 4: Distribuição percentual - em duas grandes categorias de produtos - das *exportações* da África do Sul em direção aos países selecionados

1970-2000

Ano[2]	Rep. Fed. da Alemanha[1]		Brasil	
	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos
1970	57,19	42,81	52,70	47,30
1975	66,06	33,94	23,74	76,26
1980	57,97	42,03	4,56	95,44
1985	49,98	50,02	32,96	67,04
1990	48,11	51,89	42,11	57,89
1995	41,67	58,33	28,40	71,60
2000	26,59	73,41	20,86	79,14

Chamadas: 1- a partir de 1995, consideram-se as exportações destinadas à Alemanha Unificada;

2- Entre 1970 e 1995, os dados referentes à África do Sul dizem respeito à *União Aduaneira da África Austral* (UAAA), congregada pela República da África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e pelo futuro território da Namíbia.

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

Nas exportações para o Brasil, apenas o ano de 1970 seria caracterizado por uma maior participação de minérios (cerca de 48%) no total transacionado pela África do Sul. Em todos os

demais períodos, verificar-se-ia uma participação de destaque dos produtos acabados, notadamente utensílios e equipamentos industriais de aço e cobre. Em adição, os percentuais relativamente ao comércio com o Brasil apresentariam índices inferiores de exportações de produtos alimentares e matérias-primas, comparativamente às exportações sul-africanas destinadas à RFA. Desta forma, somente nas relações da África do Sul com o Brasil seria possível verificar concordância com o segundo enunciado da hipótese.

Deve-se salientar a posição particular que a economia sul-africana ocupa no conjunto da África. Trata-se de um país de elevado nível de industrialização comparativamente aos demais Estados do continente, com uma diversificada riqueza mineral e com considerável capacidade de mobilização de seus recursos. Tal situação propiciaria à África do Sul estabelecer relações mais equilibradas não somente com o Brasil, mas também com a própria RFA (a despeito de sua balança comercial não ter sido superavitária nas relações com este país europeu, no período considerado). Entre as décadas de 1970 e 1980, a África do Sul teria sido uma grande fornecedora de minerais não-combustíveis à RFA. Porém, ao longo da década de 1990, veria aumentada as suas vendas de manufaturados diversos – especialmente na seção de *maquinarias e equipamentos de transporte* – à economia alemã. Tal situação de maior diversidade e equilíbrio de produtos intercambiados, no entanto, sofreria considerável alteração na esfera dos produtos importados pela África do Sul, vindos do Brasil e da RFA:

Tabela 5: Distribuição percentual - em duas grandes categorias de produtos - das *importações* da África do Sul vindas dos países selecionados

1970-2000

Ano[2]	Rep. Fed. da Alemanha[1]		Brasil	
	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos
1970	1,92	98,08	73,25	26,75
1975	2,31	97,69	25,12	74,88
1980	1,86	98,14	36,43	63,57
1985	2,56	97,44	34,40	65,60
1990	2,84	97,16	25,66	74,34
1995	2,76	97,24	16,66	83,34
2000	1,69	98,31	19,51	80,49

Chamadas: 1- a partir de 1995, consideram-se as importações vindas da Alemanha Unificada;
2- Entre 1970 e 1995, os dados referentes à África do Sul dizem respeito à *União Aduaneira da África Austral* (UAAA), congregada pela República da África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e pelo futuro território da Namíbia.

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

As importações sul-africanas vindas da RFA seguem o mesmo padrão verificado para o caso de Angola e Nigéria: uma concentração consistente das compras nas seções de *produtos químicos*, *artigos manufaturados classificados segundo o material* e de *maquinaria e equipamentos de*

transportes, representanto entre 93% e 76% do total transacionado ao longo dos intervalos considerados. Para o caso brasileiro, porém, a situação se alteraria. Enquanto que, para Angola e Nigéria, o Brasil passaria a se tornar paulatinamente um provedor de alimentos, para a África do Sul o país sul-americano reduziria as participações percentuais de produtos alimentícios, em benefício de um comércio de maior valor agregado.

O segundo enunciado da hipótese não pôde ser corroborado, pois supunha que os países africanos, de modo agregado, apresentassem menor participação do setor de alimentos e matérias-primas no comércio com o Brasil. Porém, tal situação pôde ser observada apenas para a África do Sul. Tal constatação merece uma reiteração: a República da África do Sul é uma economia de características particulares no cenário africano. Como esperado para economias de caráter semiperiférico, foi capaz de acolher e absorver valor de atividades periféricas (como a extração mineral, especialmente em suas relações com a RFA) e de transferir valor para atividades de caráter central (em suas exportações de maquinários aos mercados brasileiro e alemão). Tal condição, ao final, mostrou-se benéfica a um país de perfil como o Brasil, que encontrou um parceiro capaz de consumir maiores volumes de seus produtos manufaturados.

De qualquer modo, o caráter semiperiférico da economia brasileira não impediu a constituição de uma relação fortemente assimétrica no comércio com Angola e Nigéria. Em adição, graças ao perfil limitado de sua capacidade de consumo, proporcionaria ganhos menores aos países africanos comparativamente às relações destes com os parceiros europeus selecionados. Ademais, tal política de comércio voltada a África não pôde se manter em virtude da fragilidade das economias sul-americanas, incapazes de sustentar forte ritmo de crescimento – e, por extensão, de demanda externa – em meio ao ambiente recessivo experimentado pela América Latina nas décadas de 1980 e 1990.

4. Conclusões

Os dados da pesquisa indicaram que as relações de trocas entre os países selecionados da Europa e da África favoreceram a acumulação de *superávits* anuais e de ganhos comerciais entre os países europeus. Por outro lado, o Brasil experimentaria *déficit* em relação ao comércio feito com os países africanos. A análise das séries históricas também indicou uma grande concentração das exportações angolanas e nigerianas – destinadas tanto ao Brasil quanto à Alemanha Ocidental – no setor de alimentos e matérias-primas. Tal dinâmica não se observaria para a África do Sul, que teria um comércio mais equilibrado com seus parceiros extracontinentais. Desta forma, os enuncidados da hipótese não puderam ser corroborados.

A pergunta da investigação mostrou-se excessivamente simples diante de problemas de natureza complexa. O volume de comércio europeu mostrou-se consideralmente superior ao sul-americano. Todavia, ele não foi suficiente para garantir o acúmulo de saldos líquidos positivos às economias periféricas da África. Os *déficits* africanos estiveram presentes em boa parte do período

estudado, especialmente após o ano de 1986. O alto nível de valor adicionado dos produtos exportados pelas economias europeias provocou, de modo agregado, a formação de saldos negativos na balança africana. Assim, ao contrário do inicialmente suposto, a elevada complementaridade observada entre grupos de países com tamanha assimetria produtiva acabou por ser prejudicial aos parceiros menores. Do ponto de vista da diversidade dos bens transacionados entre a Alemanha Ocidental e a África, verificou-se um claro desequilíbrio. Ao longo de todo o período estudado, Angola e Nigéria mantiveram-se como tradicionais exportadores de matérias-primas, comprando produtos industrializados da economia alemã. Imagina-se que Angola e Nigéria dificilmente teriam condições de atender a uma maior demanda externa por produtos manufaturados, dado o alto grau de especialização de suas economias, fornecedoras de produtos primários não somente aos centros, mas também a regiões semiperiféricas da economia mundial. Nesta dinâmica, acordos como os de *Lomé* acabariam por ter forte influência no desestímulo a uma maior diversificação produtiva.

Para Angola e, especialmente, para Nigéria (o signatário africano mais antigo dentre os países selecionados), *Lomé* não teria sido capaz de fomentar o desenvolvimento de exportações de maior valor agregado. Os dispositivos de *Lomé* estimulariam a especialização produtiva das economias africanas, antes atendendo às necessidades da CEE quanto ao acesso a matérias-primas essenciais à produção realizada em suas economias. Ainda que a participação do comércio africano fosse pequena em comparação ao total das importações da CEE, ele seria de importância fundamental para o processo de acumulação experimentado em mercados avançados como o alemão. A *Convenção de Lomé* não estava alheia aos processos de formação de *cadeias mercantis* responsáveis pela ampla divisão da produção mundial.

As relações de Angola e Nigéria com uma economia semiperiférica como o Brasil não se mostraram plenamente vantajosas. O número de *déficits* anuais na balança daqueles Estados com o Brasil também foi elevado (apesar dos países africanos terem sido, de modo agregado, superavitários em seu comércio com o país sul-americano). Neste sentido, a hipótese subestimou a grande distinção entre as economias africanas e a brasileira. Do ponto de vista de diversidade dos bens transacionados, o caráter semiperiférico da economia brasileira não impediu a constituição de uma relação fortemente assimétrica com os dois países africanos. Todavia, limitou o volume de seu comércio com os mesmos, proporcionando-lhes menores ganhos anuais, comparativamente à Europa. Ademais, tal política de comércio voltada à África, tanto para o caso brasileiro quanto para o argentino, não pôde se manter graças à fragilidade das economias sul-americanas, incapazes de realizar forte ritmo de crescimento – e de demanda externa – em meio ao ambiente recessivo das décadas de 1980 e 1990. Tratar-se-ia de um problema típico de regiões semiperiféricas: economias industrializadas ou em rápido processo de industrialização fortemente dependentes de liquidez ou dinâmica exteriores.

Com relação a Angola e Nigéria, o Brasil também exerceria a função de importador de matérias-primas, notadamente de combustíveis fósseis. A distinção se encontraria na dinâmica de

vendas brasileiras àqueles países, compostas tanto por bens industrializados quanto por alimentos. Neste sentido, deve-se salientar que, ao longo do período estudado, Brasil e Argentina eram países que buscavam uma melhor inserção mundial por meio do contato privilegiado com regiões periféricas. Tratar-se-ia não apenas de garantir a venda de seus produtos acabados, menos competitivos nos mercados mais avançados, mas também do acesso a importantes insumos (como o petróleo) necessários à crescente produção doméstica. Os países sul-americanos tampouco estariam alheios às dinâmicas globais que explicavam a condição periférica de economias como a angolana e a nigeriana.

A África do Sul mostrou-se um caso especial. Tratou-se de um país com relações mais equilibradas com as economias europeias e americanas. Tal situação poderia ser explicada graças à condição semiperiférica da economia sul-africana. Ao longo do período estudado, já se trataria de um país de economia relativamente diversificada e com capacidade industrial considerável. A condição sul-africana seria especialmente interessante para o Brasil, ao permitir a evolução de um comércio bilateral que favoreceu a troca de manufaturados sem a desconsideração de um importante comércio de bens primários. Tal situação poderia sugerir que a semelhança de estruturas produtivas e de padrões de procura estimularia uma exploração mais diversificada dos mercados parceiros.

A pesquisa teve limitações. Dadas as restrições do trabalho, o estudo concentrou-se em um número reduzido de países. Tal condição limitou a extensão das conclusões acima propostas, dando-lhes caráter parcial. Antes, elas fornecem possíveis direcões a estudos futuros. Uma observação mais pormenorizada do comércio dos países africanos com suas antigas metrópoles poderia sugerir dinâmicas distintas daquelas observadas. Por outro lado, em alguns casos – como o argentino – a ausência de dados impediu conclusões mais consistentes. A investigação também se concentrou exclusivamente no acompanhamento dos fluxos de mercadorias, não levando em conta o setor de serviços. Atividades como a contratação de empreiteiras e a realização de frete marítimo – serviços importantes para as relações do Brasil com a África, por exemplo – , não foram consideradas no âmbito do presente estudo. Por fim, a pesquisa voltou-se essencialmente a variáveis de comércio exterior. Aspectos relacionados à dinâmica interna dos países – tais como a organização institucional, as relações e disputas pelo poder nacional, a implementação de políticas de desenvolvimento interior – não foram abordados no estudo. Isto não quer dizer que se desconheça a importância de tais aspectos da realidade social, mas que se optou por estabelecer um foco de estudo.

Apesar destas indicações, pode-se afirmar que a investigação fez contribuições quanto ao maior conhecimento da dinâmica do comércio de países africanos com relação a economias avançadas e em desenvolvimento, sugerindo problemas e elementos de estudo para trabalhos posteriores. E é neste sentido que a abordagem dos *sistemas-mundo* pode mostrar-se conveniente para o estudo dos fluxos de comércio internacional, fornecendo elementos explicativos diante da impossibilidade de corroboração da hipótese. A ideia de divisão do processo produtivo entre zonas

centrais e periféricas ajuda a entender não somente a dinâmica da concentração de riqueza em regiões como a Europa, mas também a condição periférica do continente africano. A exploração econômica da África visou atender a diferentes etapas de expansão do capitalismo mundial. Neste processo, o continente manteve uma função periférica, fornecendo produtos primários a regiões de estrutura produtiva mais complexa. Tal papel foi, por vezes, alimentado e confirmado não apenas por zonas centrais, mas também por economias em processo de modernização produtiva (como o Brasil). Assim, ao analisar a economia africana, seria necessário refletir não apenas sobre a relação assimétrica que zonas desenvolvidas deteriam com África, mas também sobre o tipo de ligação que o resto do mundo possuiria com este continente.

De qualquer modo, a análise por meio das noções de *sistemas-mundo* também possui seus limites. A perspectiva cíclica especialmente presente nas reflexões de Arrighi (1999) está sujeita a uma série de críticas, notadamente no âmbito da historiografia contemporânea, pouco afeta à ideia de uma realidade social repetitiva. Porém, não se pode deixar de reconhecer que as diversas situações do presente são herdeiras da longa sucessão de acontecimentos passados, que moldam caminhos e oferecem opções mais ou menos evidentes (ou possíveis). Tal observação não pode ser desconsiderada ao se buscar compreender o processo de acumulação capitalista em sua perspectiva histórica. Neste sentido, o aspecto cíclico da análise de Arrighi pode ser reconsiderado em favor de uma perspectiva mais ampla e menos fixa, que observa o capitalismo como um processo de acumulação que tem se desenvolvido a partir de centros dotados de dinamicidade produtiva destacada, capazes não apenas de estimular, mas também de integrar economicamente distintas regiões. Tão logo verificada a baixa dinamicidade produtiva de um centro em questão, tal processo voltar-se-ia a outras regiões de maior potencial e capacidade de aproveitamento de ativos desempregados, de acordo com princípios de acumulação historicamente definidos e passíveis de transformação ao longo do tempo. Esta dinâmica desenvolve distintas regiões, aproveita-se do caráter periférico de outras e garante o processo de acumulação, bem como a sobrevivência do sistema. Tal perspectiva não é necessariamente cíclica – tendo em vista que seus princípios de acumulação poderiam sofrer notáveis alterações temporais –, mas se mantém fortemente vinculada à noção braudeliana (BRAUDEL, 1976; 1984) de longa duração.

Assim, o presente trabalho não tratou de saber ou de desvendar as próximas etapas do processo de acumulação capitalista. Tal exercício de previsão fugiria às pretensões da investigação histórica. Buscou, antes, contribuir para a compreensão do mundo contemporâneo e dos acontecimentos presentes a partir de um olhar sobre o passado. Tal abordagem nos parece indicar que, para continuar sua expansão, o atual processo de acumulação necessitaria manter sua contínua busca por regiões capazes de proporcionar elevada dinamicidade produtiva e notável capacidade de absorção de liquidez. Contemporaneamente, distintas regiões da Ásia oferecem perspectivas interessantes quanto a tais elementos. Porém, tal avaliação não pode ir muito além da previsão mais ou menos qualificada

que foge aos pressupostos da investigação histórica. Todavia, também é certo que, para se expandir, o sistema tem dependido – em quantidades crescentes – de contínua disponibilidade de recursos naturalmente limitados. Esta situação impõe desafios tecnológicos para os quais ainda não existem respostas claras, tendo em vista a intensidade da demanda global e o fato de vivermos em um mundo de fronteiras ainda limitadas e de recursos escassos.

Bibliografia

ARRIGHI, Giovanni, **El Largo Siglo XX:** dinero y poder en los orígenes de nuestra época. Madrid: Akal, 1999.

BAUMANN, Renato, "Integração da América do Sul: dois temas menos considerados". **Seminário sobre Integração da América do Sul**. Rio de Janeiro: Itamaraty, 2009.

BRAUDEL, Fernand, **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1976.

BRAUDEL, Fernand, **Civilización Material, Economía y Capitalismo:** el tiempo del mundo – Siglos XV-XVIII. Madrid: Alianza, 1984, 3 v.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe), **Clasificaciones Estadísticas Internacionales Incorporadas en el Banco de Datos del Comercio Exterior de América Latina y el Caribe de la CEPAL (Revisión 2)**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2004.

CHAMBERLAIN, M. E., **La Descolonización: la caída de los imperios europeos**. Barcelona: Ariel, 1997.

DAVIES, Penny, "Cooperação Sul-Sul: em Direção a uma Nova Dinâmica". **Poverty in Focus – Cooperação Sul-Sul**. Brasília: UNDP, n. 20, 2010.

FOREMAN-PECK, James, **Historia Económica Mundial: relaciones económicas internacionales desde 1850**. Madrid: Prentice Hall, 1995.

LADD, Paul, "Entre o Fogo e a Fogueira: PMDs no Mundo do G-20". **Poverty in Focus – Cooperação Sul-Sul**. Brasília: UNDP, n. 20, 2010.

LÓPEZ, José Luis Cortés, **Historia Contemporánea de Africa:** de Nkrumah a Mandela (desde 1940 hasta nuestros días). Madrid: Mundo Negro, 2001.

NACIONES UNIDAS, **Clasificación Uniforme para el Comercio Internacional – Revisión 4**. Nueva York: Departamento de Asuntos Económicos y Sociales de las Naciones Unidas, 2008.

NUNES, Ana Bela, **A Globalização Numa Perspectiva Histórica:** o que há de novo no processo de globalização?, Lisboa: Gabinete de História Económica e Social, 1998.

PEREIRA, Márcio Fernandes, **O Comércio Internacional e a Abordagem dos Sistemas-Mundo:** um estudo no âmbito das relações Sul-Sul e Norte-Sul entre um conjunto de países atlânticos de África, América do Sul e Europa (1970-2000), Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011 (Dissertação de Mestrado).

RODRÍGUEZ, Carmen María, **El Sistema Lomé:** análisis empírico de la cooperación comercial ACP-UE. Granada: Universidad de Granada, 2004.

ROJAS, Carlos A. Aguirre, **Immanuel Wallerstein:** crítica del sistema-mundo capitalista. México-DF: Era, 2007.

SÁ E SILVA, Michelle M., "Como Chegamos até Aqui? Os Caminhos de Cooperação Sul-Sul". **Poverty in Focus – Cooperação Sul-Sul**. Brasília: UNDP, n. 20, 2010.

SIMPLÍCIO, Francisco, "Além das Melhores Práticas". **Poverty in Focus – Cooperação Sul-Sul**. Brasília: UNDP, n. 20, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel, **El Moderno Sistema Mundial:** el mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea 1600-1750. México-DF: Siglo XXI, 1984, 2 v.

WALLERSTEIN, Immanuel, **El Moderno Sistema Mundial:** la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México-DF: Siglo XXI, 1987, 1 v.

Páginas Eletrônicas Consultadas

● UnctadStat – *UNCTAD's Statistical Database*
http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=1584&lang=1
● Comtrade – *United Nations Commodity Trade Statistics Database*
http://comtrade.un.org/

Identificação do autor

Nome: Márcio Fernandes Pereira
Endereço (no Brasil): SEP/SUL 712/912, bloco B, apt. 020, Ed. Gran Ville, Brasília – DF, CEP: 70.390-125
Filiação acadêmica: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
E-mail: marciofernandes_p@yahoo.com.br
Telefones (no Brasil): (61) 8477-4308 e (61) 3877-4308

Além do eurocentrismo: trajetória de teorias sistêmicas da história das civilizações no século XX

Guilherme Vieira Dias
Professor de Sociologia (IFF)
gdias@iff.edu.br

José Glauco Ribeiro Tostes
Professor Titular (UENF)
glauco@uenf.br

Introdução

O objetivo inicial será esboçar uma "trajetória da razão ocidental" para nela virmos a posicionar o atual paradigma sistêmico da ciência e as teorias sistêmicas (aí englobada a análise de sistemas-mundo de Wallerstein) que desde meados do século XX ele atravessa transdisciplinarmente

O objetivo central do trabalho é traçar esquematicamente uma ora contínua, ora turbulenta, relativamente irregular (meta)história das teorias sistêmicas da história das civilizações no século XX, mostrando que na primeira metade do mesmo século tais teorias estavam sendo consideradas fora daquela trajetória da razão e na segunda metade a ela voltam por meio do novo paradigma sistêmico da ciência.

Um objetivo lateral, apenas esboçado, consiste em utilizar teorias sistêmicas, sejam da história das civilizações, sejam de crítica do capitalismo, como forma de diálogo científico com a China.

Trajetória da razão ocidental e novo paradigma sistêmico da ciência

Nos séculos V e IV aC inicia-se – na cultura grega, particularmente via Platão e Aristóteles – uma multimilenar *trajetória* (alternando continuidade e turbulência) *da razão ocidental.* Correndo por dentro de tal trajetória maior destacamos aqui duas trajetórias específicas: a da relação *Razão-História* [R-Ht] e a da relação *Deus-Homem-Natureza* [D-H-N].[1]

A primeira delas, [R-Ht], principalmente através dos dois retro-mencionados filósofos, tendeu a *separar* a razão – que no seu núcleo supostamente mais importante estaria acima do tempo, do contingente e do perecível – da história. Somente por volta de 1800, a segunda geração do Idealismo Alemão (com destaque para Hegel e a sua filosofia *dialética*) toma como seu projeto de investigação maior a (re)articulação R-Ht, essencialmente dentro do que hoje denominaríamos "ciências humanas [CH]". Somente cerca de 150 anos depois é que a mesma (re)articulação vai alcançar as "ciências duras ou naturais", a partir de texto de Kuhn (2007).

Já na relação D-H-N, chegando-se na modernidade ocidental, Deus foi essencialmente eliminado dessa relação e, daí, da razão ocidental em termos de um processo (ao longo dos séculos XVII-XVIII) de erradicação pela razão (científica) das causalidades *final* (isto é, do "projetador" das finalidades da natureza) e *primeira* (isto é, do criador do universo a partir do nada). Nesse mesmo período bissecular, a ciência moderna (ciências naturais) nasce não só tendendo a erradicar D, como também *separando* – cartesianamente – H (Homem) e N (Natureza), o nascente binômio básico moderno da razão ocidental, em particular das nossas academias que ainda separam os grandes campi em "centro de ciências exatas e naturais", de um lado, e em "centro de ciências humanas ou sociais", de outro (Dias e Tostes, 2012). Foi justamente para compreender uma natureza sem projetador e afinal sem criador, separada da história humana, sujeita a leis próprias, "fundamentais", que nada deveriam àquela mesma história, que foram construídas as modernas "ciências naturais" [CN].

A partir do século XIX tais ciências finalmente deslocam a filosofia da vanguarda da razão ocidental. O núcleo *histórico* (portanto, não eterno) de crenças e valores fundamentais – isto é, um "paradigma" (Capra, 1997; Dias e Tostes, 2012b; Esteves de Vasconcellos, 2002) – dessa nova ciência, CN, que se inicia no século XVII, encontra-se no *paradigma newton-cartesiano de ciência* (P1) (Capra, 1987), que tem naquela separação cartesiana H-N uma de suas crenças centrais. Esse paradigma atravessa (por isso ele é *transdisciplinar*) todo um conjunto de teorias ou "disciplinas" científicas onde pontificam as três mecânicas (Newton, Schroedinger e Einstein) da física, às quais pretende-se reduzir completamente a química e a biologia, penetrando-se ainda no terreno das ciências

humanas de forma também redutora. Uma crença fundamental de P1: qualquer todo complexo pode ser exaustivamente analisável pela separação em suas partes ou elementos mais simples ou "o todo é a soma das partes". Aqui "partes" são *objetos* bem definidos e isoláveis. Trata-se da cultura do atomismo.

Ao contrário, na segunda metade do século XX, começa a desdobrar-se um novo paradigma da ciência, o *paradigma sistêmico da ciência* (P2) (Capra, 1997; Dias e Tostes, 2012b; Esteves de Vasconcellos, 2002), com um novo conjunto de crenças e valores *opostos* àqueles de P1. O P2 busca deslocar a hegemonia de P1, um processo ainda em fase inicial e que não pode ser previsto precisamente como terminará. Por contraste com P1, uma crença fundamental de P2 é que as leis e propriedades de um todo não são redutíveis à soma das suas "partes", que, aliás, não existem isoladas ou fora das suas *relações* num dado contexto. Sendo assim, P2 também é transdisciplinar, atravessando um conjunto ainda recente de teorias sistêmicas, uma das quais será utilizada abaixo (a teoria sistêmica de Prigogine). Não é surpreendente constatar que tais teorias – inclusive a de Prigogine – busquem a *(re)articulação de H-N* e, daí, de CH-CN. Cabe destacar que P2 tem por referência central não mais a física, mas sim a biologia. Agora não há mais a pretensão de reduzir as CH's (vale dizer, a história humana e suas civilizações/culturas) à biologia ou vice-versa. Nesta direção ajuda saber que existem – motivo hoje de intensa investigação – importantes laços entre a *filosofia* dialética Hegel-marxiana e paradigma sistêmico da *ciência* (Dias e Tostes, 2012b), o que mais uma vez remete à rearticulação Humanidades-CN, que engloba CH-CN. Mas são tais características que por sua vez reenviam à (re)articulação R-Ht, conforme veremos abaixo. Nota-se aqui um circuito de interdependências, uma outra característica de P2.

A teoria sistêmica de Prigogine, isto é, a Termodinâmica do não equilíbrio (TNE) (Prigogine e Stengers, 1984), tem como ponto de partida a Termodinâmica do Equilibro (TE), mais especificamente da famosa Segunda Lei da Termodinâmica que fornece o critério universal da direção natural dos processos *espontâneos*: o crescimento inexorável de uma função "entropia" em sistemas isolados até o valor máximo possível dessa função, quando o sistema atinge seu equilíbrio e também seu estado de *máxima* desordem ou desorganização microscópica (no patamar de dimensões atômico-moleculares) que é

também seu estado de *máxima* probabilidade de ocorrência. Uma vez atingido o equilíbrio – em termos de processos espontâneos – só existem pequenas oscilações ou flutuações microscópicas que sempre regressam ao estado de equilíbrio. Segundo a TE, essa tendência da 2ª lei é inexorável em todo o universo conhecido.

Entretanto, nada mais distante de certos processos físico-químicos, da vida em geral (biologia) e da vida humana em particular (predominantemente cultural). Numa linguagem metafórica, na superfície da Terra (até onde alcançamos hoje) a natureza parece ter "escolhido" caminhos absolutamente específicos e relativamente sustentáveis – *muito longe do equilíbrio* – para vir futuramente a atingir aquele mesmo inexorável tipo de estado final de *equilíbrio*, sem vida. Nesses caminhos a vida só pode emergir e se sustentar em sistemas abertos (não isolados), trocando matéria, energia e informação com seu ambiente ou contexto ambiental e com certos tipos de interação (não lineares, como em reações auto-catalíticas) entre suas "partes" que podem levar o sistema a instabilidades que por sua vez levam a oscilações ou flutuações microscópicas que não mais regressam ao estado anterior, mas ao contrário, amplificadas até patamares macroscópicos, podendo levar o sistema posteriormente a *emergência* de novos e inéditos estados estáveis de *(auto)organização e complexidade crescentes*[2], de um modo nunca completamente determinado ou previsível. Em outras palavras, o sistema alterna-se entre trajetórias deterministas, perfeitamente "adaptado" ao seu ambiente, e regiões onde ele se bifurca sucessivamente entre estados previsíveis, mas entre os quais o sistema tem que "escolher" aleatoriamente ou mais cientificamente falando, onde pequenas flutuações ambientais incontroláveis e imprevisíveis "decidem" por qual dos ramos de cada *bifurcação* o sistema vai seguir.

Ao contrário do velho paradigma newton-cartesiano da ciência (P1), agora com o paradigma sistêmico da ciência (P2), via teoria sistêmica de Prigogine, estamos no rumo da re-articulação *interdisciplinar* R-Ht. Mais precisamente, tanto na história natural como na história social temos que: a natureza, em certos processos materiais pré-bióticos e em processos evolutivos em sistemas vivos, sempre *longe do equilíbrio*, parece apresentar bastante semelhança com certos processos *históricos* de longo curso de sistemas sociais, principalmente na *alternância entre trajetórias sistêmicas relativamente estáveis e deterministas* (é o lado dominante da "razão" grega, sua "lógica", via elementos

“permanentes” *de cada diferente* sistema histórico) *e regiões de alta instabilidade nas quais, imprevisivelmente* (é o lado da história “irracional” com sua face do acaso, do imprevisível, do irreversível, do não repetível, do “caótico”, mas que *se repete* como fase numa longa escala de “ciclos de civilização”), *podem emergir sistemas com novas e mais complexas estruturas e processos.* Filosoficamente falando, alternância entre *acaso e necessidade*. Note-se cuidadosamente a interpenetração dos opostos dentro de cada um dos dois polos alternantes acima. Aí está uma clara articulação *Razão(científica)-História,* ao mesmo tempo que uma também clara articulação (nos domínios da razão científica) Homem-Natureza pela via epistemológica da articulação interdisciplinar central *Ciências Humanas-Ciências Naturais.*

Temos então, naquela alternância acima, um primeiro elemento, prigogineano, de uma *teoria sistêmica da história* (dentro de uma cadeia maior de teorias da história como “ciclos de civilização” ou de “sistemas-mundo” elaboradas ao longo do século XX na Europa e nos EUA: Herman, 1999). Tal elemento, embora de alcance muito abrangente (biológico-cultural), escapa da esfera de uma “grande narrativa” linear e determinista de um “progresso de civilizações” contínuo e cumulativo. Ao contrário, abre-se aqui espaço para *revoluções* e para o respectivo papel aí potencializado de intervenções *individuais* – a partir de pequenos grupos – relevantes para transformações sociais de *larga escala* (no espaço e no tempo) nas mencionadas regiões de alta instabilidade e indeterminação, abrindo-se para bifurcações sistêmicas (Wallerstein, 2004)). Aqui, abre-se – via conceito de “trabalho natural biogeoquímico” de Azaziel e Loureiro (2009) – também uma janela para um conceito sistêmico prigogineano de *trabalho* da natureza pré-humana (ao menos em termos bio-evolutivos, envolvendo o fenômeno de “inteligência coletiva” (Sthel e Tostes, 2012), desde patamares moleculares evolutivos pré-bióticos até sistemas biológicos pré-humanos altamente complexos), um ancestral do trabalho social, central na história humana, de um ponto de vista marxista.

É naquela (certa) semelhança sistêmica (ou dialética) entre processos naturais e sociais de longo curso que devemos procurar a apropriação e utilização por parte do sociólogo I. Wallerstein e do filósofo I. Mészáros de várias categorias acima apresentadas da teoria sistêmica prigogineana para suas respectivas (e até certo ponto semelhantes)

análises críticas do sistema-mundo capitalista de cinco séculos (Wallerstein) e do sistema multimilenar do capital (Mészáros), principalmente na análise das *crises* de tais respectivos sistemas (crises *cíclicas* ou reversíveis e uma única crise *sistêmica* ou estrutural/terminal, que ambos autores julgam estar em curso no capitalismo desde os anos 1970).

Há, por outro lado, uma diferença significativa de caminhos na utilização da teoria sistêmica de Prigogine nestes dois autores: de um lado, Wallerstein vem utilizando explicitamente esta teoria *científica* prigogineana na sua análise de sistemas-mundo desde o início dos anos 1980; já Mészáros, no seu monumental *Para além do capital* (2002, original de 1995) utilizou explicitamente *filosofia* dialética. Sobre isso expusemos em trabalhos anteriores (Dias, 2009; Tostes, 2007) que apenas implicitamente Mészáros utiliza a *mesma teoria sistêmica* apropriada por Wallerstein. Lembramos que já reportamos acima que filosofia dialética e paradigma sistêmico da ciência (em particular uma teoria sistêmica especifica, a de Prigogine) mantem vários laços de semelhança. Para concluir, entendemos que a apropriação sociológica que Wallerstein e Mészáros fazem da teoria sistêmica de Prigogine é mais um exemplo da busca de (re)articulação sistêmica entre sociedade e natureza (ou, epistemologicamente, entre CH-CN).

(Meta)história de teorias sistêmicas da história no século XX

A partir dos anos 1990, com o fim da URSS, volta à tona no cenário intelectual ocidental o tema do "choque de civilizações" (Huntington, 1993), com destaque para o "choque da civilização ocidental e da civilização islâmica". A (suposta) "civilização ocidental" estaria hoje na sua ponta avançada eurocêntrica iluminista, axial progressista, isto é, na ponta avançada da história (linear-cumulativa) das civilizações, com os "triunfantes" mercado capitalista na economia e democracia liberal na política, sustentados pelo "progresso tecnológico" na ponta da ciência (paradigma P1 de ciência), com seu lugar de "vanguarda" atual da trajetória da razão ocidental, como destacamos acima. A referência de Fukuyama sobre "fim da história" com tais características político-econômicas é por demais conhecida. Ironicamente, porém, um exame um pouco mais percuciente da história do ocidente no século XX evidencia que já "dentro de casa" (a "casa" Europa-EUA) não

existiu apenas uma grande linha temática de história da civilização ocidental ao longo do século XX, mas pelo menos duas delas, em conflito *interno*: 1) a mencionada e *hegemônica* linha – com essencialmente apenas um grande modelo acima esboçado – *eurocêntrica axial-progressista* (do tronco iluminista do século XVIII, de onde emergem capitalismo e marxismo no século XIX: Hobsbawm, 1995) e 2) com uma trajetória altamente irregular e ainda relativamente pouco estudada, uma linha *sistêmica não eurocêntrica*, caraterizada por sucessivos modelos de ciclos de civilização. Dentro desta trajetória secular encontra-se – a partir dos anos 1970 e incorporando a teoria sistêmica de *Prigogine* a partir dos anos 1980 – o modelo de ciclos de sistemas-mundo de *Wallerstein* (2004). É por este último motivo, repita-se, que nos propomos agora, como o objetivo central do presente trabalho para um Colóquio de *sistemas-mundo*, a traçar ainda que esquematicamente uma ora contínua, ora turbulenta, (meta)história das teorias sistêmicas da *história* no século XX e dentro dela situarmos a posição da atual análise wallersteiniana.

Mais do que ironicamente, o texto-chave do qual vamos nos servir é de um adversário visceral de teorias ou modelos *sistêmicos* da história. Seu autor, A. Herman (1999), define-se a si próprio como um "humanista liberal" – posição não certamente incomum nos EUA – que contrapõe radicalmente sua crença na livre iniciativa humana a *qualquer* teoria sistêmica da história das civilizações. Diga-se de saída que tal autor (o livro saiu em 1997 nos EUA) praticamente desconhece qualquer contribuição a teorias sistêmicas da história provindas do campo das ciências *naturais*; mais especificamente, o autor desconhece completamente a emergência do paradigma P2 e suas teorias sistêmicas no campo daquelas ciências (com ênfase na *biologia*, não mais na mecânica), na segunda metade do século XX. Assim sendo, Herman tende a colocar, simploriamente, dentro da mesma sacola *nietzschiana-apocalíptica, profundamente pessimista quanto aos destinos da atual civilização ocidental*, quaisquer modelos sistêmicos (sempre no campo ocidental) da história que vieram a emergir desde alguns anos antes da I Guerra Mundial, chegando, ainda segundo Herman, ao atual (1997: ano do livro) "ecopessimismo" – sistêmico – de Al Gore e J. Rifkin. Em suma, para Herman, teorias sistêmicas da história ficariam restritas, quando chegassem a merecer o rótulo de "científicas", ao campo das ciências humanas, em particular, das ciências históricas. Por isto mesmo nomes como os de Prigogine (termodinâmica longe do equilíbrio), Kauffman (sistemas complexos adaptativos) e

Wallerstein (análise de sistemas- mundo ao longo da história via – desde os anos 1980 – Prigogine) estão completamente ausentes do texto em questão. Em compensação, Herman reconhece em *Marx* – apesar de lhe assinalar um certo grau de "otimismo iluminista" do século XIX – um pensador sistêmico. Em síntese, apesar de todas estas lacunas e de sua antipatia ideológica em relação ao pensamento sistêmico, o texto de Herman presta importantíssima contribuição no sentido de se começar a traçar uma (meta)história de teorias sistêmicas da história no século XX.

Seguindo-se o texto em questão, o ano de 1918 é um divisor de águas nessa (meta)história: sai a primeira parte de *A decadência do Ocidente* de Oswald Spengler (1959) numa Alemanha já prestes a ser derrotada (a segunda e última parte sairia originalmente em 1922). De um modo algo simplificado podemos conjecturar que: *antes* da Primeira Guerra não existiam condições objetivas favoráveis a disseminação e ao sucesso de teorias *sistêmicas e "pessimistas*" (quanto ao Ocidente e seu progresso ao menos) da história na Europa, dentro da euforia capitalista da "era vitoriana". Por outro lado, se tais condições objetivas florescem na Alemanha derrotada de 1918, não podemos encará-las apenas como um mero e descontextualizado "pessimismo pós-guerra". Ao contrário, no período que vai de 1918 a 1933 (ano da subida de Hitler ao poder) estabelece-se na Alemanha a *República de Weimar.*

> Na Alemanha da década de 1920, na República de Weimar, tanto a biologia organísmica como a psicologia da Gestalt eram parte de uma tendência intelectual mais ampla, que se via como um movimento de protesto contra a fragmentação e a alienação crescentes da natureza humana. Toda a cultura de Weimar era caracterizada por uma perspectiva anti-mecanicista, uma 'fome por totalidade'. A biologia organísmica, a psicologia da Gestalt, a ecologia e, mais tarde, *a teoria geral dos sistemas*, todas elas, cresceram a partir desse *zeitgeist* holístico (Capra, 1997).

De um ângulo bem menos simpático a Weimar, temos o monumental e longo artigo original de 1972 de Paul Forman (1983), "*A Cultura de Weimar, a Causalidade e a Teoria Quântica:* a adaptação de físicos e matemáticos alemães a um ambiente intelectual hostil", onde descreve-se o processo de nascimento da moderna mecânica quântica. A interpretação da mecânica quântica de Bohr e Heisenberg ("interpretação de Copenhague") que já se torna hegemônica na comunidade científica ocidental a partir do fim dos anos 1920,

dificilmente poderia ter florescido fora do ambiente cultural e supostamente "irracional" de Weimar. Particularmente no caso da então nascente mecânica quântica esta "irracionalidade" teria a ver com uma espécie de negação da causalidade na natureza quando Bohr e Heisenberg afirmaram que as trocas quânticas entre partículas individuais seriam intrinsecamente estatísticas, para desespero de Einstein (que teria tentado argumentar contra esse "acaso ou incerteza essencial" que "Deus não joga dados"). Do nosso ponto de vista atual, cerca de 90 anos depois, podemos encarar esse conflito Bohr-Einstein não como a "irracionalidade" versus a "racionalidade", mas como parte de um conflito muito mais amplo entre os dois paradigmas da ciência, P1 (newton-cartesiano) e P2 (sistêmico); particularmente no caso da disputa entre aqueles dois cientistas, trata-se da oposição entre o *determinismo causal* (Einstein), como uma das crenças fundamentais de P1 e o *indeterminismo causal* (Bohr), uma das crenças fundamentais de P2 (para uma lista sucinta dos três eixos epistemológicos básicos de cada um dos dois paradigmas veja-se Dias e Tostes, 2012b).

Neste ambiente de Weimar, Herman afirma que o texto de 1918 de Spengler foi o primeiro grande sucesso no mundo intelectual alemão de uma teoria sistêmica da história, isto é, uma teoria que afirma que a história é uma sucessão de ciclos de civilização, sem um sentido ou fio condutor entre cada ciclo, isto é, sem um fio condutor *determinista e sequer "progressista"* entre a degradação ou declínio final de um ciclo e o começo de outro. Nesta modalidade sistêmica de teoria histórica obviamente também acaba qualquer "eurocentrismo". Mas que não existam dúvidas aqui: Herman considera a República de Weimar como uma "estagnação do pensamento alemão".

Saindo do continente (Alemanha) nos anos 1920, essa mesma atmosfera sistêmico-pessimista quanto ao futuro da civilização ocidental alcança a ilha (Inglaterra) a partir dos anos 1930 através do extenso (12 volumes) e notável *A study of history* de Arnold Toynbee (1934-1961). Também aqui apelar-se-ia para "élans vitalistas" (de Nietzsche a Bergson) que soergueriam, ocasionalmente e acima de qualquer ação individual, ciclos decadentes de civilização. Toynbee, afirma Herman, inverteria certos aspectos da visão sistêmica de civilização de Spengler: particularmente em Toynbee são elementos, "irracionais" para Herman, de élan "espiritual" (religioso) e não elementos "materiais" (por exemplo,

complexos industriais-militares) que poderiam legar algo de civilizador da Europa para um novo ciclo de hegemonia civilizadora *fora* da Europa-EUA. Também aqui, segundo Herman, Toynbee, tal como Spengler na Alemanha, consegue penetrar – de modo supostamente "irracional" – no meio intelectual (universidade!) inglês. Esse declínio ocidental em Toynbee, tal como – ainda que não exatamente igual – em Spengler tem a ver com um coincidente declínio do *capitalismo industrial* e, portanto de suas vanguardas no planeta: império britânico e EUA.

Ainda sobre o período do entre-guerras, não Herman, mas Capra, menciona uma poderosa visão sistêmica das civilizações nos quatro volumes de obra de P. Sorokin. Aqui, aparentemente ao menos, teríamos uma visão mais próxima da uma *ciência* histórica secular praticada então na academia. Não certamente, notemos outra vez, para um "humanista liberal" como se auto-define Herman.

Saindo desse período 1914-1945 (a "Era da Catástrofe" de Hobsbawm), entramos na "Era do Ouro" (1945-1973) do capitalismo, ainda segundo Hobsbawm (1995). Uma notável era de prosperidade ao redor do planeta, que, portanto, volta, tal como na euforia vitoriana do século XIX, a esmaecer condições objetivas para o florescimento de visões "sistêmico-pessimistas" da civilização ocidental. Um exemplo frisante é o de um aluno de Toynbee, W.L.McNeil, e seu otimista *The rise of the west* de 1963.

Com o fim da "Era de Ouro" e de seu "Welfare State", segundo Hobsbawm o "breve século XX" se encerra com a "Era do Desmoronamento" (1973-1991); voltam a emergir condições objetivas para perspectivas sistêmicas não eurocêntricas e críticas do capitalismo, mas agora com uma nova e importante *diferença* face ao período do entre guerras: teorias sistêmicas, desde a físico-química (ex.: termodinâmica longe do equilíbrio de Prigogine), passando pela biologia/teoria da evolução/ecologia (ex.: sistemas complexos adaptativos de Kauffman) e atingindo a história cíclica das civilizações e análises sociológicas de longo curso do capitalismo (ex.: análise de sistemas-mundo de Wallerstein), *agora passam a pertencer à esfera transdisciplinar de um novo paradigma da ciência: o paradigma sistêmico* (P2). Aqui, repetimos, o desconhecimento de Herman é praticamente total.

Teorias sistêmicas em história das civilizações e em sociologia como forma de diálogo com o tronco sino-japonês de civilização

O paradigma sistêmico e suas teorias sistêmicas, em particular a análise de sistemas-mundo wallersteiniana (tanto no terreno afim da história das civilizações como no da crítica ao sistema-mundo capitalista), abrem um horizonte de diálogo intelectual e político com outras civilizações, em particular com o tronco sino-japonês. Em primeiro lugar, pela superação do arraigado *eurocentrismo* da civilização ocidental. Em segundo lugar, pelas (re)articulações *sistêmicas – interconectadas entre elas –* entre razão e história e entre homem e natureza; as duas respectivas (des)articulações ou separações têm um "sabor" fortemente *ocidental* . Em particular estas duas (re)articulações tiveram seu esteio, como acima visto, na teoria sistêmica de *Prigogine* – mas não necessariamente só nela – que é atravessada pelo paradigma sistêmico da ciência, P2. Este último paradigma opõe-se a P1 particularmente no que tange a uma natureza passiva, submetida a leis deterministas atemporais. Aqui valem as palavras de Prigogine (1984):

> A concepção de uma natureza passiva, submetida a leis deterministas, é uma especificidade do Ocidente. Na China e no Japão, 'natureza' significa 'o que existe por si mesmo'. Joseph Needham (1977) lembrou-nos a ironia com a qual os letrados chineses receberam a exposição dos triunfos da ciência moderna.

Capra (1987), no cap. 1 de seu *Ponto de Mutação*, defende o forte caráter sistêmico do pensamento chinês quando cita o autor Wilhelm a propósito do *I Ching* chinês ou *O livro das mutações:*

> O movimento é natural, surge espontaneamente. Por essa razão, a transformação do antigo torna-se fácil. O antigo é descartado, e o novo é introduzido. Ambas as medidas se harmonizam com o tempo, não resultando daí, portanto, nenhum dano.

Estas características sistêmicas não escaparam certamente de ser detectadas pelo próprio J. Needham (1962) na sua monumental obra *Science and civilization in China* (neste particular momento histórico seria quase obrigatória a leitura dessa obra em qualquer grupo de pesquisas sistêmico, como o do presente Colóquio).

Por fim, se queremos esse diálogo com outras civilizações, impõe-se à nossa comunidade acadêmica ocidental, particularmente àquela fração que está enveredando pelo paradigma P2 da ciência, superar a barreira das "duas culturas" (em essência, a separação H-N) que ainda é largamente reproduzida na nossa academia. Mais especificamente, é preciso que as novas gerações de estudantes de ciências humanas possam ser expostas – ainda que de forma qualitativa e sintética – ao mundo das ciências naturais: as mecânicas, os princípios da ligação química, termodinâmica do equilíbrio e longe do equilíbrio, a biologia/ecologia; teoria geral de sistemas etc. E vice-versa, estudantes de ciências naturais precisam ser expostos – ainda que de forma sintética – à história da modernidade e, especialmente, do século XX (ao menos); sociologia; filosofia (não apenas, mas também a filosofia da ciência) etc.

NOTAS

(1)Existem outros indicadores da grande trajetória, tal como a relação triangular inextricável entre os "vértices" ELO (Epistemologia-Lógica-Ontologia), desde Aristóteles, quando surge o terceiro vértice do triângulo, a Lógica.

(2)Uma nota de cautela: o que acima se denominou de uma tendência evolutiva rumo a "estados de complexidade crescentes" não deve ser entendido no sentido *teleológico* de um "infalível" caminho rumo a uma espécie de complexidade ou "perfeição" máxima da natureza, particularmente da natureza humana. Aqui valem as palavras do próprio *Prigogine* em sua teoria sistêmica específica: "quanto mais complexo é um sistema, maiores as possibilidades de, em qualquer caso, certas flutuações serem perigosas [...] É provável que nos sistemas muito complexos, em que as espécies ou indivíduos interagem de uma maneira muito diversificada [aí está uma das possíveis definições de "complexidade"], a difusão, a comunicação entre todos os pontos do sistema seja igualmente muito rápida [...] a rapidez da comunicação é que determinaria a complexidade máxima que a organização de um sistema pode atingir sem se tornar demasiado instável." Em outras palavras, não existe uma tendência à complexidade ilimitadamente crescente na natureza, mas uma certa "*janela de complexidade"* favorável a vida, seja em toda a história natural pré-humana, seja na história natural humana, em curso. *Complexidade de menos ou complexidade de mais "fecham a janela da vida".* Também em teorias sistêmicas de "sistemas dinâmicos adaptativos", o biólogo Kauffman tem como hipótese central que sistemas vivos em sua trajetória evolutiva existem apenas numa certa região ou "janela do caos" ("caos" aqui – no contexto da "teoria (matemática) do caos" – com um certo grau de ordenação ou organização): não podem ser demasiado ordenados nem, ao contrário, demasiado desordenados.

Referências

AZAZIEL, M.; LOUREIRO, C.F.B. “Dialética de Marx, pós-modernismo ambientalista e transição ao socialismo”. *Theomai*, nº 20, 2009.

CAPRA, F. *Ponto de mutação.* São Paulo: Cultrix, 1987.

_____. *Teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1997.

DIAS, G.V. *Capital, complexidade e ambiente*: um estudo da crise crescentemente socioambiental do sistema capitalista (1929-2013). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

DIAS, G.V.; TOSTES, J.G.R. “Os dois grandes paradigmas de ciência moderna e o debate-chave da interdisciplinaridade: a relação entre ciências humanas e ciências naturais”. In: *I CONINTER*, UFF, 2012a (submetido).

_____. “Teoria marxista e novo paradigma da ciência”. In: *VII Colóquio Internacional Marx e Engels*, UNICAMP, 2012b.

ESTEVES DE VASCONCELLOS, M.J. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência.* São Paulo: Papirus, 2002.

FORMAN, P. “A cultura de Weimar, a causalidade e a teoria quântica”. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Suplemento 2, 1983.

FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HERMAN, A. *A ideia de decadência na história ocidental.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

HOBSBAWM, E. *A era dos extremos.* São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUNTINGTON, S. “Clash of civilizations?” *Foreign Affairs*, 1993.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007

McNEIL, W. *The rise of the West.* Chicago: Chicago UP, 1963.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital:* rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NEEDHAM, J. *La Science chinoise et l`Occident:* le grande titrage. Paris: Seuil, 1977.

_____. *Science and civilization in China.* Cambridge: Cambridge UP, 1962.

PRIGOGINE, I. *O fim das certezas.* São Paulo: Editora UNESP, 1996.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *A nova aliança.* Brasília: UNB, 1984.

SPENGLER, O. *The decline of the West*. Nova York: Knopf, 1959.

STHEL, M.; TOSTES, J.G.R. "Sustainable complex triangular cells; I – Case study: Envira River isolated indians in western amazona". *Journal of Sustainable Development* (Canadá), aceito para publicação (2012).

TOSTES, J.G.R. "Crise do capitalismo e ciência da complexidade". In: *V Colóquio Internacional Marx e Engels,* UNICAMP, 2007.

TOYNBEE, A. *A study of history.*12 vol. Londres: Oxford UP, 1934-1961.

WALLERSTEIN, I. *World-systems analysis:* an introduction. Durham: Duke UP, 2004.

SIMIQUELI, R. R. (UNICAMP - UNIVERSIDADE ESTADUAL CAMPINAS);

Caracterizados por Marx como os representantes do 'partido' da Burguesia autoconsciente, dos interesses do capital industrial, e da Inglaterra senhora dos mercados mundiais, os partidários da Manchester School têm lugar de destaque no panteão de políticos liberais do século XIX. Seu líder, Richard Cobden, é tido por muitos como o responsável direto pela queda das Leis do Cereal, e os discursos proferidos por esse personagem servem ainda de base para as defesas retóricas do liberalismo econômico. Nosso objetivo, com este trabalho, é revisitar uma parcela destas exposições (marcadamente aquelas proferidas ao longo da década de 1840, no contexto de mobilização em torno da Anti Corn-Law League) e sua repercussão no imaginário político liberal. Para tal, partimos da caracterização empreeendida por Immanuel Wallerstein da universalização das ideologias políticas européias, compreendendo os manchesterianos enquanto agentes fundamentais na difusão de uma práxis política liberal.

S. K. G. C. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Marília);

A ascensão chinesa ao papel de potência econômica de importância global constitui-se como uma das mais significativas transformações para as relações interestatais, ocorridas na virada do século XX para o século XXI. O desenvolvimento chinês suscitou entre diversos autores a hipótese de que o país asiático estaria avançando para alçar-se à condição de potência hegemônica, ocupando o lugar que outrora pertencera aos Estados Unidos. Um dos expoentes mais significativos desta tese é o economista italiano, Giovanni Arrighi e os teóricos da corrente denominada sistema-mundo.
Tomando os fundamentos estabelecidos pela referida corrente, e contrastando-os com a análise oferecida por autores da literatura marxista clássica e contemporânea, sobretudo acerca dos pressupostos da teoria do imperialismo, propomos com esta pesquisa problematizar algumas das contradições fundamentais da ascensão chinesa no marco da crise capitalista presente, traçando um diálogo entre as duas vertentes teóricas mencionadas.